# UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

## FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y EMPRESARIALES

DEPARTAMENTO DE DIRECCIÓN DE EMPRESAS Y SOCIOLOGÍA


**TESIS DOCTORAL**

# Un Índice de Desarrollo Turístico basado en el Ciclo de Vida de un Destino

**VOLUMEN I**


**Director de la Tesis Doctoral: Raquel González Blanco**

**Doctorando: Júlio Alberto Silva Coelho**


**Badajoz, Febrero de 2010**

# Agradecimentos

Um projecto de Doutoramento tem sido alvo de várias abordagens ao longo dos anos. Em Portugal, mais recentemente, deixou de se entender como o final de um processo de formação académica e passou a entender-se como fazendo parte de uma fase intermédia do processo de formação de um académico, ou alguém que, em determinado momento, resolve investigar um assunto com maior profundidade. Estes desafios, não são possíveis sem a colaboração valiosa da família, de amigos, de colegas, e até, por vezes, de desconhecidos. O presente trabalho só foi possível concretizar com a colaboração e inspiração de várias pessoas em diferentes dimensões. Colocaria numa dimensão espiritual e como principal fonte inspiradora o meu pai. Já numa dimensão material, nada disto teria sido possível sem a coragem e desafio que o Doutor Luciano de Almeida, enquanto presidente do Instituto Politécnico de Leiria, colocou num projecto de valorização do próprio instituto a que pertenço. A ele se deve, em primeira instância, todo o apoio que o próprio instituto colocou nestas formações do seu pessoal docente. O meu, muito obrigado. Depois o agradecimento é dirigido para todos aqueles que de perto privaram comigo, ao longo destes últimos três anos, colegas, funcionários da escola e colegas dirigentes das outras escolas e do próprio Instituto Politécnico de Leiria. Às colegas Mestre Ana Sofia Viana e Doutora Teresa Mouga, Sub-directoras da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, pela prestimosa ajuda no exercício das minhas funções, enquanto Director da escola. Aos Doutores Nuno Mangas, Carlos Neves, José Manuel Silva, Elísio Pinto e Cidália Macedo e Mestre João Paulo Marques, pelos valiosos conselhos dados. Ao Mestre Miguel Jerónimo pelos conselhos e pela inestimável ajuda na revisão redactorial que efectuou ao trabalho. Ao José Miguel pela crucial colaboração e ajuda na formatação do texto final do trabalho. À Doutora Raquel González Blanco pela paciência e sabedoria com que dirigiu e orientou o meu trabalho, dando uma valiosa e determinante colaboração para a obtenção do resultado final apresentado. À própria Universidade da Extremadura pela disponibilidade que apresentou, ao envergar por uma colaboração próxima com o IPL, nesta campanha de formação de docentes. A todos os meus outros amigos que sempre estiveram presentes quando entrava nas fases de “desgaste”. Por fim, mas não como últimos, até porque a eles lhes dedico este trabalho, devo um especial e enorme agradecimento à minha esposa e filhos, Rita, João e Beatriz, pela compreensão, amizade, ajuda e carinho que

sempre deram a este meu empreendimento, durante as minhas ausências e más disposições que foram surgindo durante estes últimos três anos.

A Todos,
Muito Obrigado

# Resumo

O turismo tem sido apresentado como a solução para os diferentes problemas do desenvolvimento dos destinos. Contudo, para além de conter um conjunto de mitos relacionados com os seus conceitos e aplicações, também os seus impactos se têm revelado de difícil medição, devido à grande variedade de variáveis que abrange e pela complexidade das relações entre essas mesmas variáveis. Apesar disso, o modelo de desenvolvimento que tem sido mais utilizado, para explicar a evolução dos destinos, é o modelo proposto por Richard Butler (1980), designado de Tourism Area Life Cycle – TALC. Este modelo tem sido aceite para descrever a evolução do desenvolvimento dos destinos turísticos, mas tem sido objecto de críticas pela sua não normalização e determinismo, fragilizando-se como ferramenta de apoio à decisão. As escolhas das diferentes estratégias de desenvolvimento dos destinos turísticos, não têm considerado as fases do seu ciclo de vida em que se encontram esses destinos, levando a dificuldades na sua implementação e a resultados nem sempre de acordo com o esperado e o desejado. Num mundo cada vez mais competitivo, o contexto de concorrência internacional, deve ser considerado para se apurar a fase do ciclo de vida de um destino. Desta forma, podemos determinar um indicador complexo (Índice de Desenvolvimento Turístico - IDT), que identifique a fase do ciclo de vida em que se encontra um destino turístico, onde os factores "condições turísticas", "população residente" e "turistas estrangeiros", assumem um papel fundamental neste contexto. Os resultados obtidos, através de valores simulados, permitem apurar os ângulos correspondentes às inclinações das rectas tangentes à curva nos pontos de mudança das fases do ciclo de vida. Desta forma, identificadas as fases do ciclo de vida em que se encontra um destino turístico num contexto concorrencial, mais facilmente se torna a escolha das estratégias a seguir.

**Palavras-chave:** ciclo de vida de um destino, desenvolvimento turístico, competitividade dos destinos turísticos, comportamento turístico, sustentabilidade do turismo sustentável.

# Resumen

El turismo ha sido presentado como la solución a los problemas de desarrollo de los diferentes destinos. Sin embargo, además de contener una serie de mitos relacionados con sus conceptos y aplicaciones, incluso sus impactos siguen siendo de difícil medición, debido a la amplia gama de variables que abarca y la complejidad de la relación entre éstas. Sin embargo, el modelo de desarrollo que ha sido más utilizado para explicar la evolución del destino, es el propuesto por Richard Butler (1980), denominándose el Ciclo de Vida del Area de Turismo - TALC. Este modelo sigue siendo aceptado para describir la evolución del desarrollo de los destinos turísticos, pero ha sido criticado por non contener una normalización y determinismo, debilitándose como una herramienta de apoyo a la decisión. Las opciones de las diferentes estrategias de desarrollo de los destinos turísticos no han tenido en cuenta las etapas de su ciclo de vida en estos destinos, lo que lleva a dificultades en su aplicación y los resultados a veces no están de acuerdo con lo que se espera y desea. En un mundo cada vez más competitivo, el contexto de la competencia internacional, deberá considerarse para determinar la etapa del ciclo de vida de un destino. Así, podemos determinar un indicador complejo (Índice de Desarrollo de Turismo - IDT), que identifique la etapa del ciclo vida en que se encuentra un destino turístico, donde los factores "condiciones turísticas", "población residente" y "turistas extranjeros", tienen un papel clave en este contexto. Los resultados obtenidos, mediante simulación de los valores, permiten encontrar los ángulos correspondientes a las pendientes de las líneas tangentes a la curva en el punto de cambio de las etapas del ciclo de vida. Por lo tanto, la identificación de las etapas del ciclo de vida en la que se trata de un destino turístico en un contexto competitivo, más fácilmente se convierte en la elección de las estrategias a seguir.

**Palabras clave:** ciclo de vida de un destino, el desarrollo del turismo, la competitividad de los destinos turísticos, el comportamiento turístico, la sostenibilidad del turismo sostenible.

# Abstract

Tourism has been presented as the solution to the problems of development of different destinations. However, beyond including a number of *myths* associated with its concepts and applications, its impacts also have been difficult to measure because of the wide range of variables it covers and the complexity of the relationship between these variables. Nevertheless, the development model that has been more used to explain the evolution of a destination, is the model proposed by Richard Butler (1980), called the Tourism Area Life Cycle - TALC. This model has been accepted to describe the evolution of development of tourist destinations, but has been criticized for its non-normalization and determinism, consequently, weakening it as a tool for decision. The choices of different strategies of development for tourist destinations have not been considered in the stages of the life cycle in which these destinations are found, leading to difficulties in its implementation and the results are not always in agreement with the expected and desired. In an increasingly competitive world, the context of international competition shall be considered to determine the stage of the life cycle of a destination. Thus, we can determine a complex indicator (Tourist Development Index - TDI), that identifies the stage of the life cycle of a tourist destination, indicating where the factors "tourist condition" , "resident population" and "foreign tourists", have a key role in this context. The results obtained through simulated values, permitted to find the angles corresponding to slopes of lines tangent to the curve at the point of changing stages of the life cycle. Consequently, when identified the stages of the life cycle in which a tourist destination is situated in a competitive context, the easier it becomes to choose the strategies to follow.

**Keywords:** life cycle of a destination, tourism development, competitiveness of tourist destinations, tourist behavior, sustainability of sustainable tourism.

# Lista de Símbolos e Siglas

WTO – World Tourism Organization

TALC – Tourism Area Life Cycle

IDT – Índice de Desenvolvimento Turístico

TDI – Tourism Development Index

HDI – Human Development Index

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

IPT – Índice de Penetração Turística

PIB – Produto Interno Bruto

TM – Taxa Média

NA – Nota do Autor

LAC – Limite de Aceitação de Carga

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ECOMOST - European Community Models of Sustainable Tourism

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

DST – Desenvolvimento Sustentado do Turismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RPT – Rácio de Penetração Turística

$\Delta$ - Aumento

$\nabla$ - Diminuição

$\alpha$ - Ângulo alfa

# Índice de Figuras

**Figura 0.1** – Factores de Desenvolvimento Turístico ..... 23
**Figura 0.2** – Curva do Bem-Estar ..... 26
**Figura 0.3** - Importância do IDT na análise do modelo TALC ..... 33
**Figura 1.1** - Síntese de Lazer, Recreação e Turismo ..... 50
**Figura 1.2** – Turismo, Lazer e Recreação ..... 52
**Figura 2.1** - Esquema do Produto Turístico Destino ..... 93
**Figura 2.2** – Princípios do Turismo Sustentável ..... 99
**Figura 2.3** - As Cinco Forças Competitivas (Modelo "Diamante") ..... 118
**Figura 2.4** - O Modelo das Cinco Forças Competitivas Adaptado ao Turismo ..... 118
**Figura 2.5** - Esquema da Diferenciação Estratégica de Gilbert ..... 119
**Figura 2.6** – Competitividade do Destino ..... 120
**Figura 2.7** – Competitividade do Destino ..... 121
**Figura 2.8** – Competitividade de um destino ..... 124
**Figura 2.9** - A Cadeia de Valor de Um Destino Turístico ..... 130
**Figura 3.1** – Relação entre Comportamentos e Atitudes ..... 148
**Figura 3.2** - Relação entre percepções, atitudes e comportamentos dos residentes ..... 153
**Figura 3.3** – Comportamento Turístico ..... 157
**Figura 4.1** - Esquema conceptual da intervenção dos *Stakeholders* ..... 164
**Figura 4.2** - Fluxograma do Planeamento Estratégico no Turismo ..... 176
**Figura 4.3** - Esquema do Ciclo de Vida do Destino Turístico ..... 191
**Figura 5.1** – Hierarquia das Condições de Atracção e Fixação ..... 240
**Figura 6.1** – Evolução dos Factores de acordo com o Ciclo de Vida de um Destino . 325
**Figura 6.2** – As Inclinações da Recta Tangente à curva nas Fases do Ciclo de Vida de Um Destino ..... 453
**Figura 6.3** – Ângulos das Rectas Tangentes aos pontos correspondentes às Fases do Ciclo de Vida ..... 471

# Índice de Quadros

**Quadro 0.1** – Indicadores das Variáveis..... 37
**Quadro 1.1** – Cronologia evolutiva das principais definições de "Turismo"..... 65
**Quadro 1.2** – Estatísticas Gerais dos principais países europeus de destino turístico .. 72
**Quadro 1.3** – Estatísticas Gerais de Turismo dos principais países de destino turístico73
**Quadro 1.4** - Importância do Turismo num contexto Mundial ..... 74
**Quadro 1.5** - Importância do Turismo num contexto Mundial ..... 74
**Quadro 1.6** - Percentagens médias de crescimento anual e anos necessários para atingir a Europa de 2006 (1990 – 2006) – As regiões do mundo ..... 75
**Quadro 1.7** - Percentagens médias de crescimento anual necessárias para atingir a Europa de 2006 (1990 – 2006) – As regiões do mundo ..... 76
**Quadro 3.1** – Evolução dos Aspectos relevantes e Características do conceito de Turista..... 144
**Quadro 4.1** – SWOT (alargado) ..... 173
**Quadro 4.2** - Impactos Resultantes do Ciclo de Vida de um Destino..... 197
**Quadro 5.1** - Alguns prováveis impactos do desenvolvimento turístico num destino tipo ..... 213
**Quadro 5.2** – Variáveis de Atracção e Fixação, seus indicadores e unidades de medida ..... 241
**Quadro 5.3** – Os Factores, Variáveis e Indicadores do Índice de Desenvolvimento Turístico..... 247
**Quadro 5.4** - Matriz de cálculo do IDT (w destinos e n variáveis do destino) ..... 259
**Quadro 5.5** – Variáveis e Indicadores, Unidade de Medida, Uso e Valores (nos termos utilizados na expressão (6) da p. 260) ..... 291
**Quadro 5.6** - Matriz de Dados Absolutos para o cálculo do IDT..... 292
**Quadro 5.7** - Matriz de Dados Relativos para o Cálculo do IDT..... 293
**Quadro 5.8** – Síntese das variações dos factores nos efeitos no IDT..... 316
**Quadro 6.1** – Situação de Partida para o cálculo do IDT – Valores Absolutos (aleatórios)..... 334
**Quadro 6.2** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C1.1) ..... 338
**Quadro 6.3** – Dados das Taxas de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos ..... 339
**Quadro 6.4** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 340
**Quadro 6.5** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C ..... 343
**Quadro 6.6** – Evolução a Taxas Crescentes Constantes das Variáveis "População Residente" e "Turistas" e sua influência no IDT de um Destino (partindo do "Equilíbrio Absoluto") ..... 346
**Quadro 6.7** – Evolução a Taxas Decrescentes Constantes das Variáveis "População Residente" e "Turistas" e sua influência no IDT de um Destino (partindo do "Equilíbrio Absoluto") ..... 347
**Quadro 6.8** – Dados das Taxas Constantes de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos..... 349
**Quadro 6.9** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C1.2) ..... 350

**Quadro 6.10** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 351
**Quadro 6.11** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C ..... 354
**Quadro 6.12** – Dados das Taxas Heterogéneas de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos ..... 356
**Quadro 6.13** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C1.3a) ..... 357
**Quadro 6.14** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 358
**Quadro 6.15** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C ..... 360
**Quadro 6.16** – Dados das Taxas Heterogéneas (positivas e negativas) das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos ..... 362
**Quadro 6.17** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C1.3b) ..... 362
**Quadro 6.18** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 364
**Quadro 6.19** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C ..... 366
**Quadro 6.20** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C2.1) ..... 370
**Quadro 6.21** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 371
**Quadro 6.22** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C2.2) ..... 374
**Quadro 6.23** – Valores dos IDT dos 5 Destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 375
**Quadro 6.24** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C2.3a) ..... 378
**Quadro 6.25** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 378
**Quadro 6.26** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C2.3b) ..... 381
**Quadro 6.27** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 382
**Quadro 6.28** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C3.1) ..... 386
**Quadro 6.29** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 387
**Quadro 6.30** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C3.2) ..... 389
**Quadro 6.31** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 390
**Quadro 6.32** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C3.3a) ..... 392
**Quadro 6.33** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 393
**Quadro 6.34** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C3.3b) ..... 396

**Quadro 6.35** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 396
**Quadro 6.36** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C4.1) ..... 400
**Quadro 6.37** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 401
**Quadro 6.38** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C4.2) ..... 404
**Quadro 6.39** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 405
**Quadro 6.40** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C4.3a) ..... 407
**Quadro 6.41** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 408
**Quadro 6.42** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C4.3b) ..... 412
**Quadro 6.43** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 413
**Quadro 6.44** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C5.1) ..... 416
**Quadro 6.45** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 417
**Quadro 6.46** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C5.2) ..... 420
**Quadro 6.47** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 421
**Quadro 6.48** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C5.3a) ..... 424
**Quadro 6.49** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 425
**Quadro 6.50** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "atípica" (cenário C5.3b) ..... 427
**Quadro 6.51** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade ..... 428
**Quadro 6.52** – Posicionamento do IDT dos Destinos ..... 436
**Quadro 6.53** – Síntese dos 20 Cenários (anteriores) ..... 448
**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários (cont.) ..... 449
**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários (cont.) ..... 450
**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários (cont.) ..... 451
**Quadro 6.54** – Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida na Fase de Exploração ..... 467
**Quadro 6.55** - Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida na Fase de Envolvimento ..... 467
**Quadro 6.56** - Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida nas Fases de Desenvolvimento e Consolidação ..... 469
**Quadro 6.57** – Síntese dos Resultados do Estudo ..... 470

# Índice de Gráficos

**Gráfico 6.1** – Evolução do IDT do Destino A ..... 341
**Gráfico 6.2** – Evolução do IDT do Destino B ..... 341
**Gráfico 6.3** – Evolução do IDT do Destino D ..... 342
**Gráfico 6.4** – Evolução do IDT do Destino E ..... 342
**Gráfico 6.5** – Evolução do IDT do Destino C ..... 342
**Gráfico 6.6** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C ..... 343
**Gráfico 6.7** – Taxas de Variação das Condições Turísticas do Destino C ..... 343
**Gráfico 6.8** – Evolução da População do Destino C ..... 344
**Gráfico 6.9** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C..... 344
**Gráfico 6.10** – Evolução dos Turistas do Destino C ..... 345
**Gráfico 6.11** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C ..... 345
**Gráfico 6.12** – Efeito no IDT resultante do crescimento dos Turistas, a taxas constantes ..... 347
**Gráfico 6.13** – Efeito no IDT resultante do decrescimento da População Residente, a taxas constantes ..... 347
**Gráfico 6.14** - Efeito no IDT resultante do decrescimento dos Turistas, a taxas constantes ..... 348
**Gráfico 6.15** – Efeito no IDT resultante do crescimento da População Residente, a taxas constantes ..... 348
**Gráfico 6.16** – Evolução do IDT do Destino A ..... 352
**Gráfico 6.17** – Evolução do IDT do Destino B ..... 352
**Gráfico 6.18** – Evolução do IDT do Destino D ..... 352
**Gráfico 6.19** – Evolução do IDT do Destino E ..... 352
**Gráfico 6.20** – Evolução do IDT do Destino C ..... 353
**Gráfico 6.21** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C ..... 354
**Gráfico 6.22** - Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C..... 354
**Gráfico 6.23** – Evolução da População Residente do Destino C..... 355
**Gráfico 6.24** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C..... 355
**Gráfico 6.25** – Evolução dos Turistas do Destino C ..... 355
**Gráfico 6.26** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C ..... 355
**Gráfico 6.27** – Evolução do IDT do Destino A ..... 359
**Gráfico 6.28** – Evolução do IDT do Destino B ..... 359
**Gráfico 6.29** – Evolução do IDT do Destino D ..... 359
**Gráfico 6.30** – Evolução do IDT do Destino E ..... 359
**Gráfico 6.31** – Evolução do IDT do Destino C ..... 359
**Gráfico 6.32** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C ..... 360
**Gráfico 6.33** - Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C..... 360
**Gráfico 6.34** – Evolução da População Residente do Destino C..... 361
**Gráfico 6.35** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C..... 361
**Gráfico 6.36** – Evolução dos Turistas do Destino C ..... 361
**Gráfico 6.37** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C ..... 361
**Gráfico 6.38** – Evolução do IDT do Destino A ..... 364
**Gráfico 6.39** – Evolução do IDT do Destino B ..... 364

**Gráfico 6.40** – Evolução do IDT do Destino D ..... 365
**Gráfico 6.41** – Evolução do IDT do Destino E ..... 365
**Gráfico 6.42** – Evolução do IDT do Destino C ..... 365
**Gráfico 6.43** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.44** - Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.45** – Evolução da População Residente do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.46** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.47** – Evolução dos Turistas do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.48** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C ..... 367
**Gráfico 6.49** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 371
**Gráfico 6.50** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 372
**Gráfico 6.51** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 375
**Gráfico 6.52** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 376
**Gráfico 6.53** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 379
**Gráfico 6.54** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 380
**Gráfico 6.55** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 382
**Gráfico 6.56** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 383
**Gráfico 6.57** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 387
**Gráfico 6.58** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 388
**Gráfico 6.59** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 391
**Gráfico 6.60** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 391
**Gráfico 6.61** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 394
**Gráfico 6.62** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 394
**Gráfico 6.63** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 397
**Gráfico 6.64** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 398
**Gráfico 6.65** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 402
**Gráfico 6.66** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 402
**Gráfico 6.67** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 405
**Gráfico 6.68** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 406
**Gráfico 6.69** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 409
**Gráfico 6.70** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 410
**Gráfico 6.71** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 413
**Gráfico 6.72** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 414
**Gráfico 6.73** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 418
**Gráfico 6.74** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 418
**Gráfico 6.75** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 422
**Gráfico 6.76** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 423
**Gráfico 6.77** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 425
**Gráfico 6.78** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 426
**Gráfico 6.79** – Evolução dos IDT dos Destinos ..... 429
**Gráfico 6.80** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos ..... 429
**Gráfico 6.81** – IDT do Destino C do cenário C1.1 ..... 454
**Gráfico 6.82** – IDT do Destino C do cenário C3.1 ..... 455
**Gráfico 6.83** – IDT do Destino D do cenário C3.2 ..... 455
**Gráfico 6.84** – IDT do Destino D do cenário C3.3a ..... 456
**Gráfico 6.85** – IDT do Destino D do cenário C3.3b ..... 457
**Gráfico 6.86** – IDT do Destino E do cenário C2.1 ..... 458
**Gráfico 6.87** – IDT do Destino E do cenário C2.2 ..... 458
**Gráfico 6.88** – IDT do Destino E do cenário C2.3a ..... 459
**Gráfico 6.89** – IDT do Destino E do cenário C2.3b ..... 460

**Gráfico 6.90** – IDT do Destino E do cenário C4.1 ..... 461
**Gráfico 6.91** – IDT do Destino E do cenário C4.2 ..... 461
**Gráfico 6.92** – IDT do Destino E do cenário C4.3a ..... 462
**Gráfico 6.93** – IDT do Destino E do cenário C4.3b ..... 463
**Gráfico 6.94** – IDT do Destino E do cenário C5.1 ..... 463
**Gráfico 6.95** – IDT do Destino E do cenário C5.2 ..... 464
**Gráfico 6.96** – IDT do Destino E do cenário C5.3a ..... 465
**Gráfico 6.97** – IDT do Destino E do cenário C5.3b ..... 465

# Índice

**Agradecimentos** ..... i
**Resumo** ..... iii
**Resumen** ..... iv
**Abstract** ..... v
**Lista de Símbolos e Siglas** ..... vi
**Índice de Figuras** ..... vii
**Índice de Quadros** ..... viii
**Índice de Gráficos** ..... xi
**Introdução** ..... 17
1 Importância e justificação do tema proposto ..... 18
2 Objectivos e metodologia ..... 28
3 Estrutura do trabalho ..... 41
**Capítulo 1** ..... 43
**A importância do turismo** ..... 43
1.1 Aspectos conceptuais do termo "turismo" ..... 44
1.2 A importância económica do turismo ..... 69
**Capítulo 2** ..... 81
**O produto "Destino Turístico Sustentável"** ..... 81
2.1 Características do produto "Destino Turístico" ..... 83
2.2 Factores determinantes de um "Destino Turístico Sustentável" ..... 95
2.3 Modelos de competitividade dos destinos turísticos ..... 109
2.4 Desenvolvimento de um Destino Turístico ..... 126
**Capítulo 3** ..... 136
**O comportamento do consumidor turístico** ..... 136
3.1 Aspectos conceptuais do termo "turista" ..... 138
3.2 O comportamento do consumidor ..... 146
3.3 Comportamento do consumidor turístico ..... 150
3.3.1 Factores determinantes do comportamento turístico ..... 150
3.3.2 Um Modelo de comportamento turístico ..... 155
**Capítulo 4** ..... 159
**O Modelo do Ciclo de Vida como uma ferramenta para o planeamento estratégico** ..... 159
4.1 O planeamento estratégico no turismo ..... 160
4.2 O ciclo de vida de um destino como ferramenta para o planeamento estratégico ..... 182

4.3 As fragilidades do modelo do ciclo de vida como ferramenta para o planeamento estratégico ..... 199
**Capítulo 5** ..... 205
**Proposta de um Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT)** ..... 205
5.1 Os factores determinantes do índice de desenvolvimento turístico ..... 206
5.1.1 As Condições Turísticas ..... 215
5.1.2 A População Residente ..... 241
5.1.3 Os Turistas ..... 245
5.2 O Índice de Desenvolvimento Turístico Proposto ..... 248
5.3 As Evoluções Esperadas das Variáveis do Índice Proposto (hipóteses gerais) ..... 263
5.3.1 As Condições de Atracção e de Fixação ..... 263
5.3.2 Método de medição das variáveis do índice ..... 289
5.4 Hipóteses específicas do modelo proposto ..... 295
5.4.1 Aumentos do valor do IDT*jt de um determinado destino, considerando fixas as variáveis dos restantes destinos ..... 299
5.4.1.1 Aumento simultâneo do valor do somatório de D*ijt, do valor de P*jt e do valor de T*jt ..... 301
5.4.1.2 Aumento do valor do somatório de D*ijt, ou do valor de P*jt ou ainda do valor de T*jt, sem que os outros se alterem ..... 301
5.4.1.3 Aumento do valor do somatório de D*ijt e aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 302
5.4.1.4 Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de P*jt e aumento do valor de T*jt ..... 302
5.4.1.5 Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de T*jt e aumento do valor de P*jt ..... 303
5.4.1.6 Aumento do valor do somatório de D*ijt, superior à diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 304
5.4.1.7 Diminuição do valor do somatório de D*ijt, inferior ao aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 304
5.4.1.8 Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com do valor de P*jt,, superior à diminuição do valor de T*jt ..... 305
5.4.1.9 Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de T*jt, superior à diminuição do valor de P*jt ..... 306
5.4.2 Diminuições do valor de IDT*jt de um determinado destino considerando fixas as variáveis dos restantes destinos ..... 307
5.4.2.1 Diminuição simultânea do valor do somatório de D*ijt, do valor de P*jt e do valor de T*jt ..... 308
5.4.2.2 Diminuição do valor do somatório de D*ijt, ou do valor de P*jt ou ainda do valor de T*jt, sem que os outros se alterem ..... 309

5.4.2.3 Diminuição do valor do somatório de D*ijt e diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 310
5.4.2.4 Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de P*jt e diminuição do valor de T*jt ..... 310
5.4.2.5 Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de T*jt e diminuição do valor de P*jt ..... 311
5.4.2.6 Diminuição do valor do somatório de D*ij, superior ao aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 312
5.4.2.7 Aumento do valor do somatório de D*ijt, inferior à diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt ..... 312
5.4.2.8 Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de P*jt superior ao aumento do valor de T*jt ..... 313
5.4.2.9 Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de T*jt superior ao aumento do valor de P*jt ..... 314
5.4.3 Aumentos e diminuições do valor do IDT*jt, de um determinado destino considerando não fixas as variáveis dos restantes destinos..... 318
5.4.4 Manutenção do valor do IDT*jt ..... 318
**Capítulo 6** ..... 320
**Análise de correspondência entre o IDT e o Ciclo de Vida de um destino**..... 320
6.1 A verificação da evolução do ciclo de vida de um destino ..... 322
6.2 A verificação das hipóteses do modelo proposto ..... 434
6.3 Os valores do IDT para cada fase do Ciclo de Vida de um destino ..... 447
6.4 Quadro síntese dos valores do IDT para cada uma das fases do Ciclo de Vida de um destino..... 470
**Conclusões e Novas Linhas de Investigação**..... 472
**Bibliografia**..... 491

# Introdução

## 1 Importância e justificação do tema proposto

O Desenvolvimento, na procura da melhoria da Qualidade de Vida e do Bem-Estar, tem sido, desde sempre, uma preocupação do Homem. As diferentes áreas do conhecimento têm surgido e proliferado ao longo dos séculos, sempre com preocupações específicas de melhoria da compreensão do mundo em que vivemos para, assim, nos sentirmos mais seguros e confortáveis. O Turismo, identificado como tal no século XIX, também tem vindo a adquirir uma posição reforçada nessa matéria. Foi já em pleno século XX que esta área do conhecimento começou a assumir uma crescente e acentuada importância, quer em termos económicos, quer como fenómeno de movimento social e de transformações geográficas, em particular, desde as décadas de 60/70. Os seus impactos apresentam um duplo efeito pois, tanto são positivos, com contribuições para o aumento do nível de rendimento, criação de emprego, enriquecimento cultural e social, melhoria de infra-estruturas, entre outras, como também se apresentam com efeitos negativos, como a degradação ambiental, o desequilíbrio económico das comunidades, a importação acentuada de mão-de-obra desqualificada, a perda da identidade cultural e social, etc. Os estudos têm abordado as duas vertentes, sendo que desde a década de 80, as questões relacionadas com a sustentabilidade e com os comportamentos sustentáveis, começaram também a encontrar o seu próprio espaço.

A preservação dos ecossistemas e as preocupações com a sobrevivência da espécie humana, proporcionou o desenvolvimento de estudos relacionados com o turismo numa óptica do seu próprio desenvolvimento e a forma como melhor gerir esse mesmo desenvolvimento, garantindo um equilíbrio nos sistemas humanos e ecológicos. Contudo, ainda agora, os conceitos de turismo, de turista e um conjunto de outros a estes associados, estão a ser discutidos, na procura de se encontrar um consenso sobre os mesmos, para consolidar o "fenómeno" turístico. O mundo e, em particular, o mundo académico necessitam de conceitos que sejam aceites por todos para evitar alguns mal-entendidos e erros de decisão. Para mais, é comum ouvir-se e ver-se escrito, quer por políticos, governantes, empresários e outros responsáveis, quer por pessoas anónimas, dos mais variados quadrantes políticos e das mais variadas regiões e países, que o turismo é o garante do desenvolvimento futuro das regiões e nações. A complexidade deste "fenómeno" abrange relações económicas, sociais, políticas e culturais, produzindo consequências de vária natureza, incluindo geográficas e ambientais. Essa

complexidade resulta principalmente da grande quantidade de variáveis que influenciam o turismo e o turista e leva a que as tentativas para apurar as causas e consequências do turismo contenham alguma falta de precisão. A forma possível para melhorar e apurar esses resultados, será através da consideração de pressupostos que possam estreitar essa variabilidade, para que dessa forma os resultados a obter possam conter maior rigor. Esses pressupostos podem e devem possuir razões de ordem geográfica, económica, social, cultural, ambiental, política, moral e comportamental. No fundo, definindo enquadramentos mais estreitos, estamos a diminuir a variabilidade das influências e a afinar os seus resultados. Contudo, a complexidade das actividades turísticas apela ao uso de modelos integrados que considerem simultaneamente vários aspectos (Frechtling, 1987). Sobre isto, entendemos que há uma diferença entre criar um modelo para se adaptar às ocorrências do sistema e criar um modelo ao qual se adaptam as ocorrências do sistema. Ou seja, no primeiro caso, procuram-se modelos que expliquem tendências que se verificam no sistema e no segundo caso, é expectável que se verifiquem determinadas tendências no sistema, com base em pressupostos teóricos e criam-se modelos que os consigam explicar.

Voltando, à problemática do desenvolvimento do turismo e os seus impactos na qualidade de vida, ora das populações locais, ora dos próprios turistas, muitos têm sido os modelos que têm contribuído para uma melhor compreensão dessa realidade, uns com maior projecção e outros sem merecerem grande destaque. O modelo que tem merecido uma maior atenção sobre esta matéria, é o modelo do Ciclo de Vida de Um Destino Turístico (TALC – Tourism Area Life Cycle), proposto por Richard Butler em 1980. Contudo, entendemos e partilhamos da ideia do próprio Butler (2008), que o modelo TALC tem sido mal entendido e que mantém a sua validade assente nos mesmos princípios do conceito do “desenvolvimento sustentável”, apesar de ter surgido, praticamente, uma década antes de este conceito ter sido proposto.

Ainda para Butler (2008), existe um “Paradoxo do Turismo” que assenta no facto do turismo poder suportar o património natural e cultural, através do restauro e preservação dos destinos, mas a popularidade desse mesmo destino poder levar à sua degradação para níveis inaceitáveis, das questões ecológicas e culturais. Por aqui se verifica que o tema do desenvolvimento turístico, continua a merecer especial atenção, junto do mundo académico e dos decisores.

No início da década de 80, as estatísticas mundiais, segundo a Organização Mundial do Turismo (WTO, Nov./2005), apontavam para os seguintes valores:
Chegadas de turistas – 278,2 milhões
Receitas do turismo – 76,5 € mil milhões

É neste contexto que Butler, desenvolve um raciocínio em volta do Ciclo de Vida de Um Destino Turístico (TALC), dentro dos mesmos princípios do modelo do ciclo de vida de um produto, desenvolvido por Levitt (1965)[1] (in Toh *et al*., 2001).

O Desenvolvimento das Nações esteve sempre associada à Teoria do Comércio Internacional que, por seu lado, está sustentada no princípio das Vantagens Comparativas, sejam elas absolutas (Adam Smith, 1776), relativas (David Ricardo, 1817; Heckscher-Ohlin - Ohlin, 1933; Heckscher, 1949 - estas dando relevo às vantagens na abundância de recursos) e estratégicas (Porter, 1980, 1985, 1990). O turismo, na sua concepção internacional[2], apresenta-se como um campo de aplicação da teoria do comércio internacional, com as devidas adaptações. Na tradicional transacção de bens, uma exportação traduz uma saída de um bem para o mercado externo (com entrada de valores monetários) e uma importação traduz uma entrada de um bem para o mercado interno (com uma saída de valores monetários). No turismo, uma exportação traduz uma entrada de um visitante externo com os consequentes consumos (ganhos internos, totais ou parciais – entrada de valores monetários), por outro lado, a importação traduz uma saída de visitantes locais que irão consumir no exterior (ganhos externos, totais ou parciais – saída de valores monetários). Esta particularidade associada ao facto da produção e consumo turístico se realizarem no mesmo momento, atribuem características próprias ao turismo. É assumido que um produto turístico não pode ser armazenado, para posterior consumo, mas sim, o produto só é produzido no efectivo momento do seu consumo, ou seja, apresenta-se como um produto perecível (Witt and Witt, 1995) (in Hamilton *et al*. 2005). Quando se diz que "o produto só é produzido no efectivo momento do seu consumo", não se considera a componente da

[1]Esta informação também está mencionada em www.12manage.com/methods_product_life_cycle_pt.html onde é referido que Theodore Levitt utilizou pela primeira vez este conceito num artigo da Harvard Business Review, vol.43, Nov./Dez. de 1965, pp. 81-94, designado de "Exploit the Product Life Cycle".
Em consulta efectuada por nós, apurámos que em Jan/1966, foi publicada na revista Harvard Business Review, a tiragem de Nov./Dez., de 1965, nas pp. 19-23, o artigo de Theodore Levitt, designado de "Putting the Product Life Cycle to Work".
[2] (NA) Como relação entre nações.

indústria turística, enquanto actividade de produção de bens físicos que dependem do mercado de turistas para as suas vendas (exemplo: equipamento para a náutica de recreio; artigos e vestuário para actividades náuticas e para a neve; artigos para actividades de montanha; mobiliário para a hotelaria; etc.).

Contudo, no turismo internacional, sendo um campo privilegiado para se aplicar a teoria do comércio internacional, a regra fundamental do comércio internacional nem sempre se aplica, pois as nações (regiões) deviam exportar tendencialmente bens/serviços abundantes e/ou com vantagens de produtividade e importar bens/serviços escassos e/ou com desvantagens de produtividade. Ora se, em termos de alojamento, podemos assumir que o consumo interno, não absorvendo toda a oferta, proporciona a exportação desse mesmo bem/serviço (ocupação por um visitante externo), já em termos de clima, história, cultura, acessos, etc., não se trata de excesso de oferta interna mas sim de procura motivada por um conjunto diversificado de factores, incluindo-se aqui as competitividades estratégicas. Para mais, reconhece-se também que muitos destinos turísticos apresentam produtividades baixas (particularmente do trabalho), sem contudo perderem a sua atracção. Bem pelo contrário, basta olhar para aqueles destinos onde a mão-de-obra é de tal ordem elevada (pelo seu baixo custo), proporcionando um serviço praticamente personalizado, onde talvez por esse mesmo motivo, cative os turistas (*resorts* existentes em países e regiões com estruturas económicas fragilizadas), e onde, nestes casos, na maior parte das vezes, os ganhos nem sequer ficam nos residentes.

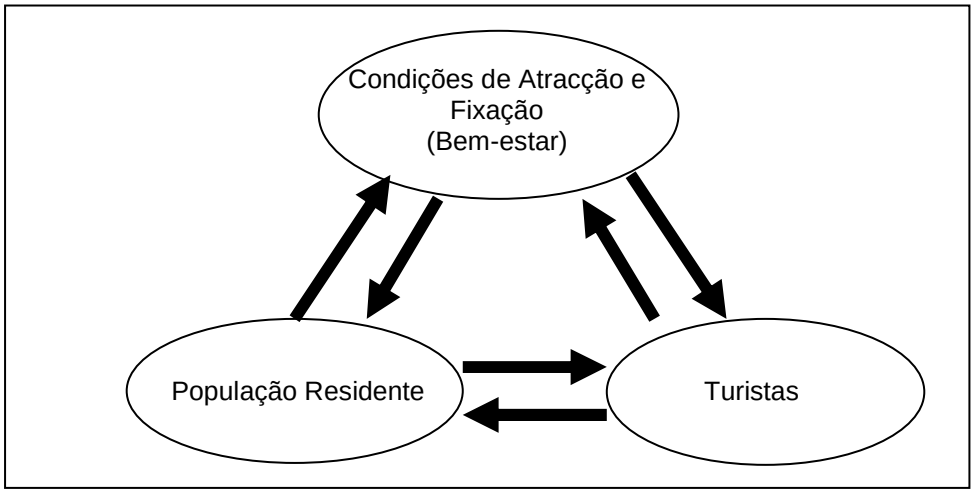
A análise do turismo à luz do comércio internacional assenta nas vantagens comparativas em termos de clima, história, cultura, acessos, custos, etc. Não só em termos de um destino exportar bens/serviços (via consumo dos turistas externos) onde possua abundância desses recursos, mas sim em termos de ser capaz de valorizá-los através de estratégias comerciais, ou por tradição histórica. A realidade actual mostra que existem destinos com condições climatéricas mais apetecíveis. No período do Verão, em regra, procuram-se destinos com temperaturas mais elevadas, próximas de água, normalmente zonas costeiras ou zonas com rios e lagos. Contudo, no período de Inverno já as escolhas recaem mais em destinos de neve. Num e noutro caso leva vantagem quem melhores condições naturais e artificiais oferecer e for capaz de divulgar, enquanto tal.

O Modelo do Ciclo de Vida de Um Destino, proposto por Butler (1980), quando aplicado ao turismo internacional tem subjacente a Teoria do Comércio Internacional, pois considera-se e comprova-se que o desenvolvimento do comércio internacional promove e contribui fortemente para o próprio desenvolvimento das nações e das regiões (Davies and Quinlivan, 2006), independentemente das questões da globalização que se poderiam discutir. Ora, supostamente, o modelo TALC proposto por Butler, descreve a evolução do desenvolvimento de um destino. Por outras palavras, procura descrever a evolução que também resulta das relações comerciais que se estabelecem dentro dum destino, onde convivem população residente, turistas e variáveis que proporcionam o bem-estar a ambos. Ora, assumindo-se que o turismo internacional também proporciona o desenvolvimento das regiões (Hunter, 2002), estamos, portanto, em presença dos princípios do comércio internacional. Até porque é composto por mercados cujos produtos e serviços são transaccionados por grandes quantidades de indústrias (Wilson, 1998).

Uma concepção de desenvolvimento turístico está sempre associada à teoria, contudo, ainda não foi desenvolvida uma abordagem quantitativa desse desenvolvimento turístico, pois, quer o modelo TALC, quer a maior parte dos estudos que posteriormente foram desenvolvidos, abordam a questão de forma descritiva e não de forma determinista ou normativa, devido à sua reconhecida complexidade e diversidade de conceitos e variáveis. Apesar disso, há um aspecto essencial que sobressai em praticamente todos os trabalhos desenvolvidos sobre a matéria. Estes, são em grande parte consensuais na identificação dos factores que determinam esse mesmo desenvolvimento, aliás já identificadas na proposta original de Butler (1980). Assim, as "condições de atracção e fixação", a "população residente" e os "turistas" surgem, como sendo os factores determinantes nesse processo.

Grande parte dos trabalhos desenvolvidos sobre o turismo, ora abordam as relações entre a "População Residente" e os "Turistas", ora estudam as "Condições de Atracção e Fixação" e a sua relação com os "Turistas", ou então, apenas a evolução dos "Turistas". Apesar de ser reconhecido que a realidade contempla os três factores, ainda não vimos trabalhos que tenham procurado desenvolver as relações simultâneas entre eles. É pois nossa pretensão fazê-lo.

**Figura 0.1** – Factores de Desenvolvimento Turístico




Fonte: Elaboração própria (adaptado de Kim, 2002)

O relatório da WTO de Novembro de 2006 refere que o turismo irá contribuir nos próximos anos para a criação de valor e para o combate contra a pobreza. Contudo, como refere Saveriades (2000) e como é sugerido por Butler (1980), se o desenvolvimento for efectuado de forma não planeada, pode transformar ou destruir permanentemente os recursos culturais e naturais e provocar uma perda na procura turística. Por outras palavras, devemos saber onde estamos para assim propormos caminhos e estratégias de desenvolvimento. Muitos são os autores que propõem a necessidade de se saber em que a fase de desenvolvimento se encontra um destino, para melhor escolher as estratégias de desenvolvimento que deverão ser utilizadas. A maior ou menor agressividade de uma estratégia ofensiva, ou de uma estratégia defensiva, dependerá sempre do estado em que se encontra o destino turístico, num determinado "contexto concorrencial". Também esta questão da concorrência já estava subjacente à proposta de Butler (1980). De alguma forma, os resultados menos conseguidos na prática, por alguns dos destinos, em matéria relacionada com o desenvolvimento turístico, pode, e seguramente estará, relacionado com a escolha de estratégias desajustadas da sua realidade. Ora, porque optam pelo *benchmarking* de "boas práticas", quando estas só se aplicam em contextos específicos, ora, porque optam por estratégias de investimento, sem se colocarem no devido contexto concorrencial.

A referida preocupação da WTO não surge por acaso, pois já no artigo 3º dos seus Estatutos (México, 1970), no seu ponto nº1, refere que "o seu objectivo principal é o de

promover e desenvolver o turismo com vista a contribuir para a expansão económica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, (…)". A ideia de que o turismo surge como uma panaceia para o desenvolvimento, também não resulta de quaisquer observações mais recentes, pois os mesmos estatutos no seu ponto nº 2 do mesmo artigo apontam no sentido de que a Organização preste especial atenção aos interesses dos países em vias de desenvolvimento, no domínio do turismo. A preocupação com o desenvolvimento das nações tem pautado a actuação da WTO e isso é bem evidenciado no ponto nº 3 do mesmo artigo 3º, quando refere que "(…) a Organização procurará estabelecer relações de cooperação e participação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como organização participante e encarregada da execução do Programa". Este último aspecto aponta claramente para a vontade expressa em contribuir para elevar o nível de desenvolvimento das nações. Quando sabemos que o Índice de Desenvolvimento Humano (HDI)[3] foi proposto pela própria PNUD[4], facilmente entendemos que o turismo deverá encontrar um mecanismo de medição que lhe permita dar contributos no mesmo sentido.

As comparações internacionais e até as nacionais, entre as regiões turísticas, têm sido efectuadas recorrendo a uma determinada variável ou dado, ou a uma pequena quantidade de variáveis que são analisadas de forma complementar, ou ainda, a dados mais genéricos aplicados a supostas regiões turísticas, ou ainda, colocando no mesmo contexto concorrencial, regiões que dificilmente serão concorrentes entre si. Assim, quando um destino, possui mais receitas com menos turistas, leva a determinadas conjecturas, ou então, quando é o número de camas que cresce, conjuntamente com a quantidade de turistas, mas apresentando indicadores ambientais de alguma degradação, leva a outras interpretações e análises. Ou ainda, são os indicadores de emprego e produção gerais que suportam essas comparações. Até ao momento, ainda não se tentou analisar, quantitativamente, de forma integrada, o efeito de determinadas condições de bem-estar associadas à evolução da população residente e à evolução dos turistas, cujo resultado nos permita conotar com o nível de desenvolvimento turístico de uma região.

Em 2007, vinte e sete anos após a proposta de Butler (1980) o turismo internacional apresentava os seguintes valores (UNWTO, World Tourism Barometer, January 2009):

[3] (in Wikipédia) O HDI foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq em 1990.
[4] (NA) A PNUD é o "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento".

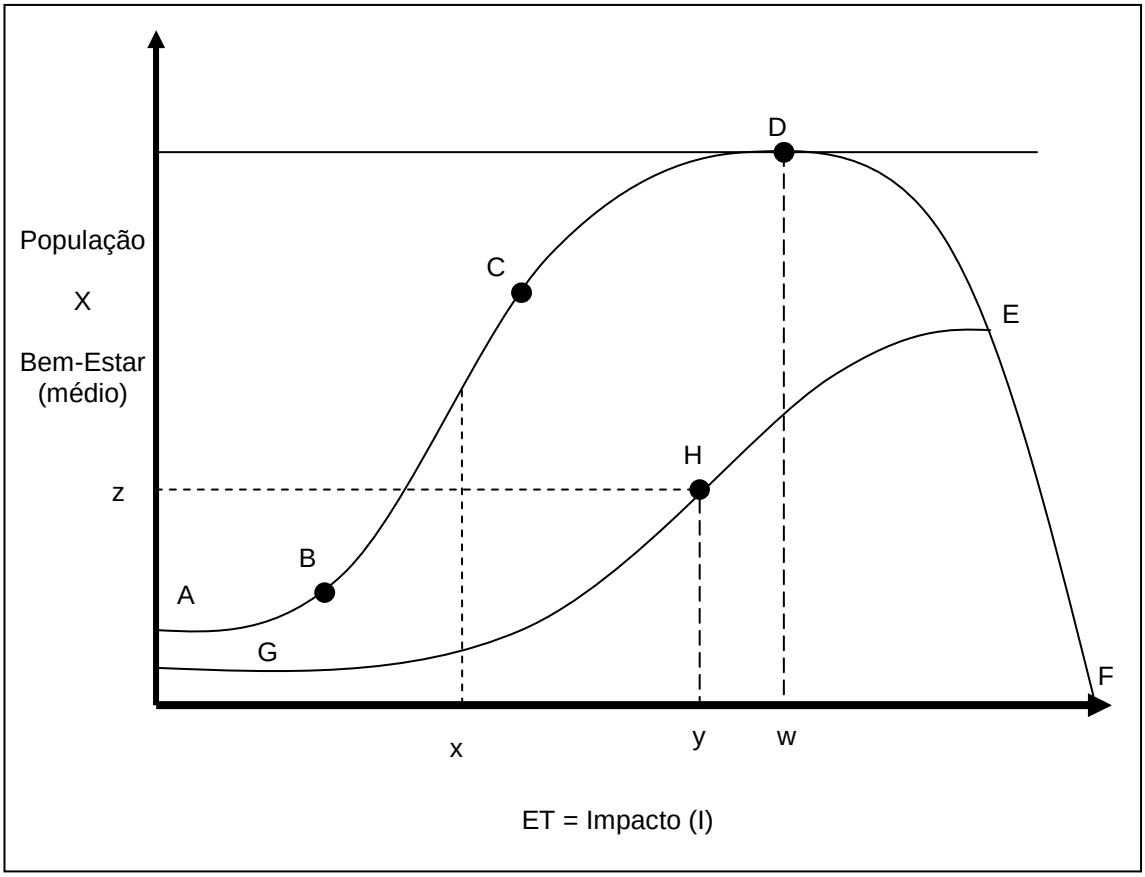
Chegadas de turistas – 908 milhões
Receitas do turismo – 851,5 US$ mil milhões, aproximadamente 621 € mil milhões

Globalmente, não se têm feito notar as diferentes crises e desastres que têm surgido em algumas regiões do planeta, pois apesar de nesses locais se verificarem quebras nas chegadas e receitas, em termos globais continuamos a assistir ao aumento quer das chegadas, quer das receitas, o que facilmente nos leva a considerar que cada vez há mais pessoas a viajar além fronteiras e mais gastos efectuados por essas mesmas pessoas. Como é referido no relatório da UNWTO (2007) (Tourism Highlights, 2007 Edition) no longo prazo, a evolução do turismo mantêm a sua tendência crescente, apesar de se verificarem abrandamentos e oscilações, no curto prazo. Em suma, globalmente parece haver uma melhoria no nível geral do rendimento e maior disponibilidade para viajar, que são características das economias mais desenvolvidas. Desde 1980 até 2007 as receitas turísticas (correntes) aumentaram 712% e as chegadas cerca de 226%, com um crescimento médio anual de cerca de 8,1% e 4,5% respectivamente.

Há destinos que continuam a crescer em termos de atracção de turistas, outros que sofrendo convulsões naturais ou humanas, perderam a sua posição relativa e outras ainda que começam agora a despontar como novos destinos, os chamados “destinos emergentes”. Tudo isto, tal como no início da década de 80. Consequentemente, o Modelo do Ciclo de Vida de Um Destino, pela importância que tem tido, deve poder melhorar o seu contributo como ferramenta de apoio ao planeamento, gestão e decisão. Deve passar da fase descritiva para a fase normativa.

Mas, falar em desenvolvimento é falar em “Bem-Estar”, logo, o turismo deve contribuir para o “bem-estar” das populações que convivem num determinado destino, sejam elas “população residente” ou “turistas”. Sobre este assunto, constatamos que a curva do Bem-Estar Global é semelhante à curva do ciclo de vida, e cujas explicações se adaptam à própria evolução teórica dos destinos turísticos.

**Figura 0.2** – Curva do Bem-Estar




Fonte: Wetzel and Wetzel (1995)

Onde o "bem-estar" (médio) é influenciado pelos diferentes impactos ambientais (em sentido lato). (E) é a escala agregada da economia, (I) é o impacto ambiental e (T) é a produtividade tecnológica. A curva G-H-E representa uma economia degradada com baixos níveis de progressão e onde atingirá o seu limite rapidamente. A secção de A-C representa a emergência histórica da humanidade, onde o bem-estar resulta do retorno natural da natureza. O ponto de inflexão C dá-se quando o acréscimo do retorno económico começa a diminuir. Ao longo da secção C-D esse decréscimo vai-se acentuando até atingir o ponto zero (esgotamento dos stocks dos recursos). O ponto máximo de bem-estar (D) é o que se consegue manter através de fluxos sustentáveis de fornecimentos de matéria energética, vindas do ambiente (no ponto onde o crescimento marginal do bem-estar for igual a zero). Após este ponto, o retorno marginal é negativo levando ao declínio do bem-estar, como função da expansão económica. Entra-se numa fase irreversível, pois os impactos serão maiores que a capacidade de regeneração da biosfera. Para o efeito, a satisfação pela vida deriva do bem-estar material e emocional e

de domínios da saúde e da segurança (Kim, 2002). Assim, é para nós claro, que a evolução do Turismo está associada è evolução do bem-estar, pois, graficamente, são bem visíveis as semelhanças evolutivas.

## 2 Objectivos e metodologia

A nossa proposta de trabalho procura seguir algumas preocupações já manifestadas por Butler (1980), pois, quer a questão do comportamento sustentável (preocupações manifestadas com a evolução para o declínio), quer a necessidade de quantificação do desenvolvimento (quando é referido que as reacções aos turistas resulta de uma função complexa) e a sua relativização (quando diz que a forma da curva também depende da quantidade de locais concorrentes semelhantes), serão por nós contempladas. Vários têm sido os autores a referir a importância do modelo TALC, proposto por Butler (1980), como apropriado para explicar o desenvolvimento turístico de um destino. Contudo, como dissemos anteriormente, entendemos que o modelo TALC, ainda não foi inteiramente percebido, pois Butler:

- Sugere, a influência de três factores e ainda não vimos abordagens quantitativas com essa preocupação. Os diferentes trabalhos, normalmente, avaliam a evolução de uma variável (normalmente número de turistas, ou número de camas, ou ainda número de unidades hoteleiras), e justificam essa evolução com considerações e comprovações empíricas relativamente a outras variáveis;
- Sugere a necessidade da gestão para evitar a fase de declínio (insustentabilidade). Alguns trabalhos deixam a ideia de que, na proposta original, a fase de declínio é inevitável;
- Sugere a influência do contexto concorrencial na identificação do ciclo de vida. Ainda não vimos materializadas essa preocupação;
- Sugere que o desenvolvimento turístico de um destino depende do grau de atracção de turistas (para o qual utilizou o número de chegadas de turistas como medida). Os trabalhos, têm assumido os turistas como elemento determinante desse desenvolvimento;
- Sugere poder haver vários ciclos de vida para o mesmo destino, consoante o seu contexto concorrencial (tem subjacente a questão das vantagens competitivas). Ainda não vimos tratada esta questão, apesar de alguns trabalhos apontarem para a existência de um ciclo de vida para cada destino, como se tratasse de uma "sina" predefinida (pois não consideram a influência de outros destinos na variável considerada);

- Sugere ainda, poder haver diferentes ritmos de desenvolvimento para diferentes destinos. Questão partilhada por outros autores, mas ainda não abordada em termos quantitativos.

No entanto, muitos autores têm destacado a natureza descritiva deste modelo, relevando a sua fragilidade e consequente necessidade de se lhe atribuir uma natureza normativa.

Assim, propomos desenvolver um índice que permita identificar o grau de desenvolvimento turístico de um destino, ou seja, a fase do ciclo de vida em que se encontra, qualquer que seja a sua dimensão e natureza. Este índice deve ser consistente com o modelo do ciclo de vida de Butler, ou seja, deve cobrir as referidas questões sugeridas (dado que o modelo TALC é aceite como referência teórica do desenvolvimento de um destino). Assim, o valor obtido será sempre um valor relativo, no tempo e no espaço, pois consideramos que o mesmo deverá ser obtido num contexto concorrencial. Ou seja, um destino pode apresentar índices de desenvolvimento maiores ou menores consoante seja comparado com diferentes tipos de destinos da mesma natureza. Um destino, perante um determinado contexto concorrencial, pode estar muito desenvolvido, mas, perante um diferente contexto concorrencial, já poderá apresentar níveis inferiores de desenvolvimento. Em suma, o grau de desenvolvimento será sempre relativo, e terá sempre subjacentes os conceitos de "Qualidade de Vida" e de "Bem-Estar".

Da revisão da literatura efectuada foi possível encontrar os factores mais determinantes para o desenvolvimento dos destinos turísticos, aliás, já Butler em 1980 se referia a esses factores ao dizer ("(…), que envolve as características quer dos visitados, quer dos visitantes e das especificidades da área envolvida".; in *The Canadian Geographer* (24), p.10), cuja importância foi reforçada através dos diferentes estudos que surgiram posteriormente. Quanto a nós, e como já referimos, esses factores são: a "População Residente", os "Turistas" e as "Condições de Atracção e Fixação", respectivamente, que devem estar integrados nas dimensões económica, ambiental e sociocultural. Assim, além da necessidade de um indicador que permita avaliar o grau de desenvolvimento de um destino, suportado no modelo TALC, entendemos que esse indicador deve permitir identificar, em que fase do ciclo de vida se encontra esse destino turístico.

Muitos têm sido os trabalhos que recorrendo ao modelo proposto por Butler, procuram confirmá-lo ou até contrariá-lo em termos descritivos. Contudo, poucos têm sido os trabalhos que têm procurado dar uma natureza normativa ao modelo. Haywood (1986), apesar de propor um modelo alternativo, sugere que, na fase introdutória, a taxa de crescimento dos turistas seja menor que 5%, na fase de crescimento, seria superior a 0,5 do desvio padrão, na fase de maturidade, seria entre -0,5 e 0,5 do desvio padrão e na fase de declínio, seria inferior a -0,5 do desvio padrão (esta proposta assenta simplesmente na variável "turistas"). Já McElroy and De Albuquerque (1998) propõem um "índice de penetração turística", para medir a evolução de um destino turístico, suportada na relação entre a despesa *per capita* dos visitantes, a densidade média de visitas diárias por 1000 habitantes e o número de quartos por $km^2$. Sugerem que a baixa densidade está associada à pequena escala e estadias longas, que o rápido crescimento está associado à larga escala e média penetração e que a maturidade está associada à alta densidade, alto impacto e estadias curtas (esta proposta está assente na variável "turistas", no seu efeito económico – via despesas, no seu efeito social – via densidade e na capacidade de alojamento do destino). Lundtorp and Wanhill (2001), por seu lado, sugerem que na fase de exploração o número de turistas cresce moderadamente até aos 9% do seu máximo, na fase de envolvimento chega aos 21%, na fase de desenvolvimento passa os 50%, na consolidação fica entre os 80% e os 90%, até que chega à fase de estagnação[5] (esta proposta também assenta apenas na variável "turistas"). Karplus and Krakover (2004) propõem um modelo estocástico para analisar o TALC. Estes autores, através de um modelo quantitativo, utilizam uma variável endógena, representando o investimento em infra-estruturas (quartos de hotel) e variáveis exógenas, representando a segurança (guerras e ciclos de violência), para determinarem que os investimentos contribuem para passar de um nível para outro, ao longo das fases do ciclo de vida, o mesmo acontecendo com o efeito segurança (esta proposta assenta na importância do nível de investimento e segurança). Já Moore and Witehall (2005), aplicam o modelo de Markov ao ciclo de vida, para verificar se o crescimento das chegadas, segue o postulado de um padrão em curva "S", acompanhando a popularidade de um destino (esta proposta também assenta na variável "turistas").

[5] (NA) Não se chega a perceber qual o limite máximo de turistas, a considerar.

Considerando que as tentativas anteriores apresentam fragilidades na abordagem quantitativa do modelo TALC, nós entendemos que o indicador deve:

- Considerar os factores “condições turísticas”, “população residente” e “turistas”;
- Assumir que as diferentes variáveis possuam as dimensões, económica, sociocultural e ambientais;
- Salvaguardar o conceito de “desenvolvimento sustentável”;
- Contemplar a existência de “contexto concorrencial”;
- Abranger variáveis de atracção e fixação, cujo aumento garanta efeitos positivos;
- Resultar de um modelo gravitacional (de atracção).

Na procura da normalização do modelo de Butler, a sugestão de Johnston (2001a, 2001b), parece-nos apropriada, onde as condições turísticas, de atracção e fixação, são divididas por características de recursos básicos, serviços e governação, dos quais sobressaem as áreas do ambiente, da cultura, das acomodações, das diversões, da saúde, da habitação, dos serviços públicos, das infra-estruturas e dos documentos estruturais. A partir desta repartição e da revisão da literatura, propomos como variáveis do factor “condições turísticas”, mais representativas para o efeito: a área protegida, o património histórico classificado, os alojamentos hoteleiros de 4 estrelas e mais, as actividades de diversão, a assistência médica, o parque habitacional, o policiamento, a rede rodoviária, a formação dos recursos humanos no turismo, a rede de internet e os planos de urbanização. A estes, acrescentamos os factores/variáveis, “população residente” e “turistas estrangeiros”.

Estando identificado que a natureza não normativa é uma fragilidade do modelo do ciclo de vida e considerando que da revisão da literatura sobressaem os factores determinantes para o desenvolvimento de um destino, propomos uma abordagem analítica que permita desenvolver um indicador que utilize esses factores, de modo a produzir valores que identifiquem níveis de desenvolvimento, consistentes com as fases do modelo do ciclo de vida de um destino turístico. Desta forma, entendemos que para valorizar o modelo TALC necessitamos de responder à seguinte questão fundamental:

**Em que fase do Ciclo de Vida se encontra o Desenvolvimento do Turismo, num Destino?**

Esta questão pode ser aplicada, quer a um contexto de concorrência nacional, como a um contexto internacional. O nosso trabalho, debruçar-se-á sobre um contexto de concorrência internacional. Por outro lado, julgamos que a utilização dos princípios subjacentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) ainda não foi aplicada ao turismo, apesar do compromisso assumido nesse sentido pela própria WTO e descrito nos seus estatutos. A conjugação de dados referentes ao rendimento, educação e saúde se servem para medir o desenvolvimento como um todo[6], também deverão servir para avaliar o turismo. Mais, entende-se que estas variáveis são representativas de desejos e aspirações das populações, no sentido de lhes proporcionar melhores níveis de vida no futuro. É nesta linha, que propomos a identificação de um Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT), que nos permita verificar qual o nível de desenvolvimento turístico de um destino, seja uma cidade, localidade, região ou país, de modo a podermos ter uma noção da fase em que se encontra esse lugar, ao longo do seu ciclo de vida.

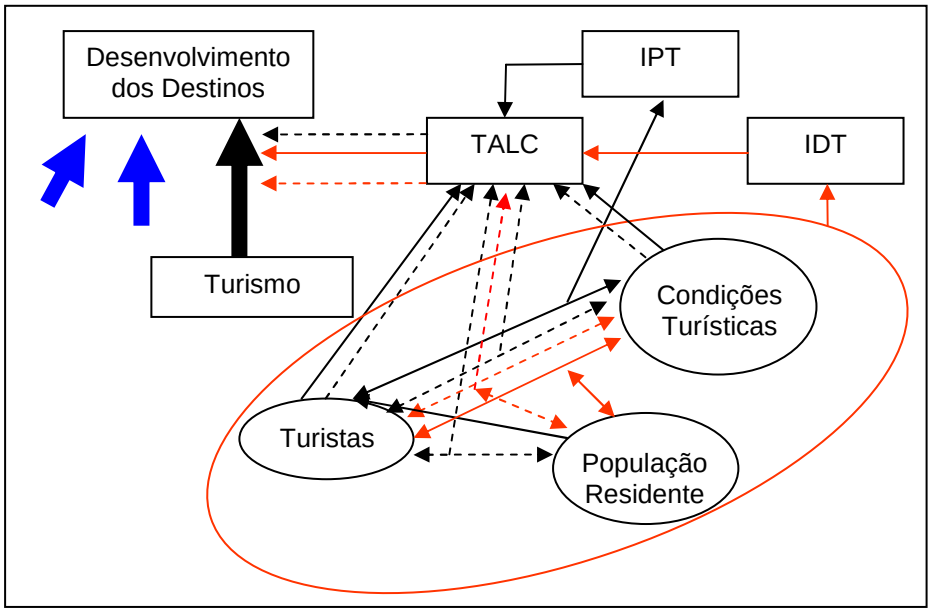
Tentemos perceber, no esquema seguinte, o que tem sido feito em termos de investigação relacionada com o modelo TALC e o que nos propomos fazer.

Os fluxos indicados a negro e tracejado, representam as abordagens estudadas até ao momento, numa óptica descritiva, sobre o modelo TALC, onde tem havido preocupações em entender os efeitos no desenvolvimento das comunidades, resultante das relações entre os "turistas" e "população residente", ou das relações entre os "turistas" e as "condições turísticas", ou ainda, os efeitos directos dos próprios "turistas" e "condições turísticas" isoladamente. Os fluxos a negro e a cheio, representam as abordagens normativas efectuadas até ao momento (particularmente a abordagem do "índice de penetração turística" (IPT) de McElroy and De Albuquerque, (1998)). Os fluxos a vermelho e a tracejado, indicam, quanto a nós a proposta descritiva original de Butler (1980). Os fluxos a vermelho e a cheio, indicam a nossa proposta para contemplar as relações entre os três factores indicados e as suas influências no modelo e consequente leitura em termos de desenvolvimento turístico, quer numa óptica

[6] (NA) Apesar das críticas a que tem sido alvo o HDI, não se questiona a importância desses dados nessa análise.

descritiva, quer ainda numa óptica determinística ou normativa. Naturalmente, sobre o desenvolvimento dos destinos, há um conjunto de outros tipos de influências, para além do turismo, e isso está representado com as setas azuis.

**Figura 0.3** - Importância do IDT na análise do modelo TALC




Fonte: Elaboração própria

Como entendemos que o nível de desenvolvimento e correspondente fase do ciclo de vida em que se encontra um destino, depende do contexto concorrencial em que se insere, ou seja, dos fluxos que ocorrem entre lugares específicos, propomos a utilização de um Modelo Gravitacional (na linha do modelo de Newton), onde dois corpos se atraem na proporção do produto das suas massas e, inversamente pelo quadrado das distâncias (Uysal and Crompton, 1985; Archer, 1987). Aplicado a um contexto competitivo do turismo, podemos dizer que o nível de competitividade dos destinos turísticos depende directamente da proporção das suas "condições turísticas" e dos "turistas" e, inversamente, da sua "população residente".

O indicador proposto procura ainda contemplar as componentes associadas ao ambiente e ao bem-estar das populações residentes e dos turistas, numa óptica de sustentabilidade. Contudo, há um conjunto de "mitos" que envolvem o conceito de "turismo", que, porventura, devem ser equacionados. O turismo é frequentemente

apresentado como um “bem de luxo”, devido à existência da “viagem” e à “elasticidade rendimento” ser superior a 1 (um). Contudo, hoje não deverá ser entendido como essencial ao bem-estar das populações? Prevalece o “medo” da fase de declínio, mas, de facto, o que nos deverá preocupar mais: O declínio de uma região turística? O declínio turístico de uma região? Ou será antes, a diminuição do número de turistas chegados? (mas não será que o menor número de turistas não poderá melhorar o bem-estar destes e da população residente?) Será a diminuição no número de camas? (mas não será que o número de camas não pode ser resultado de reestruturações e reformulações de estratégias dos investidores?) Será a degradação das condições de bem-estar dos turistas? (mas, se mesmo com a degradação dessas condições os turistas continuarem a chegar, não continuará o destino a ser atraente?).

Saveriades (2000) sugere que a capacidade de carga de um destino é determinada pelo seu nível de desenvolvimento turístico, após o qual o fluxo turístico declina devido ao fim da atracção e satisfação do destino. Mas, será que podemos dissociar o desenvolvimento do turismo do desenvolvimento global de um destino? Se sim, então, quando declina o primeiro, declinará obrigatoriamente o segundo? Se não, a evolução do primeiro traduz a evolução do segundo? Como pode então o turismo contribuir para a expansão económica, se, comprovadamente, muitos destinos entram em declínio? Afinal, quando falamos no ciclo de vida de um destino turístico, estaremos a falar de desenvolvimento turístico ou apenas da evolução, ao longo de um processo, de uma determinada entidade previamente definida? Haverá diferença entre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento económico de uma maneira geral? Estas e muitas outras questões, podem ser levantadas.

Para mais facilmente lidarmos com estas questões, julgamos ser importante perceber o que se deve entender por desenvolvimento turístico, isto com a ressalva de, tal como diz Ko (2005), a informação obtida dever servir como referência e não como uma solução absoluta, pois, como diz Wilson (1998), não é possível encontrar uma medida correcta da contribuição do turismo para a economia e consequentemente para o bem-estar das populações, dado que o turismo não abrange toda a realidade económica e consequentemente não contempla toda a realidade das populações, mas apenas contribui para as mesmas. Enfim, como se pode verificar, há sem dúvida, um conjunto variado de questões que devem ser apuradas para melhor se perceber a importância do “turismo”.

Perante tão complexo desafio, numa área onde os consensos ainda são escassos, só podemos defender que, na óptica da filosofia da ciência de Bernstein (1991) (in Echtner and Jamal, 1997) os *paradigmas* científicos podem não ser aplicados a todo o conhecimento. Ainda nesta óptica, o que interessa não é a unanimidade mas sim a discussão, pois, nesta concepção, o turismo apresenta-se como um campo rico para a discussão e aprofundamento do conhecimento do fenómeno humano. Desta forma, é possível estudar o turismo através de novas abordagens metodológicas, tais como a hermenêutica (interpretação de textos) e os costumes (Echtner and Jamal, 1997).

Ainda segundo Echtner and Jamal (1997), do ponto de vista da economia clássica (Myrdal, 1932), o termo "teoria" está conotado com princípios, baseados em evidências empíricas que promove a sua realização, consistência e verificação das previsões do funcionamento de alguns sistemas ou fenómenos. Neste contexto, uma teoria não é um simples modelo ou conjunto de hipóteses, mas sim uma articulação formal entre causa–efeito, que se verifica repetidamente e que revela como funciona o sistema ou o fenómeno. Considerando o elevado aspecto comportamental e diversidade de natureza do turismo, as metodologias quantitativas e qualitativas devem ser toleradas. Por outro lado, podemos ter modelos que sistematizam o sistema, mas outros, aos quais os sistemas se encaixam.

No trabalho desenvolvido por Xiao and Smith (2005) sobre metodologias desenvolvidas nos estudos do turismo, os quais recorreram a uma revisão da literatura sobre o estado–da–arte, sugerem que, para além do suporte metodológico e teórico, o conhecimento no turismo tem sido geralmente caracterizado por estudos-de-casos, discussões específicas, exemplos de melhores práticas e investigações de efeitos de tempo. Ainda segundo Xiao and Smith (2006) as investigações sobre desenvolvimento enquadram-se nas metodologias dos estudos dos impactos.

Para Walle (1997) o campo do turismo necessita de aceitar o reconhecimento geral da legitimidade da variedade de ferramentas de investigação. O turismo possui, portanto, uma variedade de estratégias de investigação validamente iguais. A escolha pelo

artístico ou científico deve ser determinada pela situação onde a investigação tem lugar e não por motivos de questões de rigor em busca do reconhecimento.

A metodologia utilizada por nós, assenta na hermenêutica, onde uma revisão da literatura, permitiu apurar o enquadramento geral do problema e compreender melhor os conceitos de suporte do estudo. Depois, ainda suportado na literatura, foram apurados os factores determinantes para o desenvolvimento de um destino: "condições de atracção e fixação", "população residente" e "turistas". Como pretendemos estudar a questão em termos de comércio internacional, optámos por considerar os "turistas estrangeiros" de "livre escolha pelo simples prazer de viagem", na nossa abordagem. Aqui, é necessário definir a dimensão do mercado concorrencial, que, caso seja necessário, recorreremos à opinião de especialistas. Por seu lado, as condições de atracção e fixação foram divididas por características de recursos básicos, serviços e governação, inseridas nas áreas do ambiente, da cultura, das acomodações, das diversões, da saúde, da habitação, dos serviços públicos, das infra-estruturas e dos documentos estruturais.

Desta repartição, chegámos às variáveis consideradas como mais representativas para o índice proposto (suportadas no pressuposto de que "quanto mais, melhor será a qualidade de vida e o bem-estar" e, considerando que traduzem as preocupações mais referenciadas e consensuais): área protegida, património histórico classificado, alojamentos turísticos de 4 estrelas e mais, actividades de diversão, assistência médica, parque habitacional, policiamento, acessibilidades internas, formação no turismo, acesso à internet, planos de urbanização, população residente e turistas estrangeiros (admitimos que em termos de turistas nacionais, possam surgir outras variáveis mais pertinentes, para além das referenciadas). Por outro lado, os indicadores de cada variável, são escolhidos, como sendo suficientemente representativos dessas mesmas variáveis:

**Quadro 0.1** – Indicadores das Variáveis

| Variável | Indicador |
|---|---|
| Áreas Protegidas | Percentagem de área ocupada |
| Património Histórico Classificado | Número de património classificado (Unesco) |
| Alojamento Turístico | Número de camas de 4 ou mais estrelas |
| Actividades de Diversão | Número de eventos promovidos |
| Assistência Médica | Número de médicos ao serviço |
| Parque Habitacional | Percentagem de área ocupada |
| Policiamento | Número de polícias ao serviço |
| Acessibilidades Internas | Número de quilómetros de estradas asfaltadas |
| Formação dos Recursos Humanos | Número de pessoas com formação em turismo |
| Informação e Comunicação | Número de ligações à internet |
| Planos de Urbanização | Percentagem de área ocupada |
| População Residente | Número de população residente |
| Turistas Estrangeiros | Número de chegadas de turistas estrangeiros |

Fonte: Elaboração própria

Após esta identificação, sugerimos um indicador complexo (índice) que permita articular esses factores, de modo a que possam revelar o grau de desenvolvimento de um destino, num contexto de concorrência internacional, de acordo com a fase em que se encontra no seu ciclo de vida. Como pretendemos garantir que este indicador revele preocupações com o comportamento responsável e, como cremos, que só com a perpetuação no tempo desse comportamento, podemos de facto atribuir-lhe essa característica, entendemos que a população deverá aceitar o turista e ser aceite pelo mesmo. Para que isso possa mais facilmente ser garantido, é necessário que as populações residentes não sintam prejuízos com os turistas e simultaneamente possam usufruir de muitas das condições que os atraem e os fixam, em termos culturais, ambientais, segurança e animação. Em suma, as populações locais deverão usufruir de condições de bem-estar iguais ou semelhantes aos que são proporcionadas aos turistas. Só desta forma garantiremos uma boa relação/aceitação mútua entre residentes e turistas (Aguiló and Rosselló, 2005; Butler, 1994; Getz, 1993).

Seguindo esta preocupação, o índice proposto revela qual a posição relativa de um destino no contexto concorrencial considerado, da distribuição média pela população local, e da distribuição média das condições de atracção e fixação de turistas, ou seja,

das variáveis, consideradas essenciais ao bem-estar[7] das populações, como sejam a saúde, a habitação, a educação, a informação e comunicação, a segurança, a preservação ambiental e a cultura. O rendimento, entendido como nível económico, é assumido como estando traduzido nas melhores ou piores condições relativas e não como ganhos, em termos exclusivos de remunerações, lucros, juros ou impostos, pois, como defende a Organização das Nações Unidas, os países devem converter o rendimento em desenvolvimento humano de forma mais eficiente (Despotis, 2005). O rendimento é assim entendido na óptica da sua redistribuição e disponibilidade para as populações presentes, sejam elas residentes ou não (princípio da acumulação de capital), através do investimento em melhores condições de vida. Tratando-se de um indicador de turismo, visto em termos relativos ou de áreas concorrentes[8], sugerimos que se ponderem as médias referidas, pela quota de mercado de turistas dos destinos considerados. A quota de mercado contempla o aspecto competitivo, pois considera a capacidade de atracção ou afastamento dos turistas (Archer, 1987). Contudo, ainda segundo este autor, a quota de mercado, como indicador, deve ser acompanhada por outros indicadores. Desta forma, caímos num modelo gravitacional (na linha do modelo de Newton), ou seja, o nível de desenvolvimento turístico de um destino, depende da atracção de "turistas estrangeiros" perante as "condições turísticas", atenuada pelo efeito da "população residente". Esta combinação é articulada com a de outros destinos considerados concorrentes, resultando daqui um nível de desenvolvimento turístico de um destino.

Definido o indicador, procura-se validar a sua consistência de acordo com o modelo do ciclo de vida, às quais chamaremos de hipóteses gerais, pois pretendemos verificar se os comportamentos esperados dos factores, "condições de atracção e fixação", "população residente" e "turistas estrangeiros" são traduzidos em evoluções do IDT semelhantes ao do proposto pelo modelo do ciclo de vida (TALC). A análise dessa evolução consiste na

[7] (NA) Entendido na sua expressão filosófica de serenidade e equilíbrio, definido por Demócrito (in Caillé *et al*., "Discurso Antigo da Felicidade", Jacqueline Langrée, *História Crítica da Filosofia Moral e Política*, Diógenes Laércio, *Vidas*, IX, 45, Verbo, 2005) e na sua expressão económica de maximização das utilidades (in Mark Blaug, *História do Pensamento Económico*, vol. II, Círculo de Leitores, 1990).

[8] (NA) Para este efeito entendemos que são concorrentes os destinos, independentemente da sua escala, que em determinado momento possuam iguais ou semelhantes *características geomorfológicas e climatéricas*, daí que possamos ter regiões costeiras (sol e praia ou "sun, sand and sea") e regiões montanhosas, ou semelhantes *características histórico-culturais*, por isso se pode falar em destinos rurais e cidades. Isto do ponto de vista geográfico, pois do ponto de vista sazonal, podemos falar de turismo de Verão ou turismo de Inverno. Pois as motivações dos turistas que procuram estas características, serão semelhantes, nos diferentes contextos. Para mais, o turista de "montanha" de hoje é o turista de "sol e praia" de amanhã e é esse mesmo turista que tanto pode fazer turismo de Verão como turismo de Inverno.

atribuição de valores de chegadas de turistas estrangeiros, de investimento nas condições de atracção e fixação e de evolução da população residente, nos termos definidos por Butler e seus seguidores, sobre a descrição da evolução do modelo do ciclo de vida. Após o qual, verificamos se o IDT apresenta ou não semelhanças com uma curva em "S", tal como acontece aquando da utilização exclusiva do número de chegadas de turistas que tem sido uma das variáveis que tem sustentado a validade do modelo, e quais os valores do índice que identificam cada uma das fases. Para este efeito recorreremos à análise a 20 cenários diferentes que resultam das diferentes condições evolutivas dos destinos considerados no contexto concorrencial. Combinaremos situações de um destino, apresentando nos seus factores, uma evolução "típica", uma evolução a "taxas crescentes constantes", uma evolução a "taxas heterogéneas positivas" e uma evolução a "taxas heterogéneas positivas e negativas", com os outros destinos concorrentes apresentando simultaneamente uma "não alteração dos valores das variáveis", uma evolução "típica", uma evolução a "taxas crescentes constantes", uma evolução a "taxas heterogéneas positivas" e uma evolução a "taxas heterogéneas positivas e negativas", dos respectivos factores.

Depois analisaremos o Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT) em termos da sua própria sensibilidade, às quais chamaremos de hipóteses específicas, ou seja, se o seu comportamento de aumento, diminuição ou manutenção é o esperado, de acordo com os comportamentos de aumento, diminuição e manutenção, dos seus factores. Daqui resultam 78 variantes, de resultados do IDT, considerando constantes as variáveis da concorrência, sendo que 39 correspondem a aumentos do IDT e outras 39 variantes, a diminuições do IDT. Para as mesmas 78 variantes podemos ter uma manutenção do valor do IDT, de acordo com as correspondentes proporções dos factores, no contexto concorrencial. Contudo, quando as variáveis da concorrência não ficam constantes, os resultados de aumento, diminuição ou manutenção do IDT, dependerão sempre da relação de forças dos factores da concorrência, ou seja, qualquer das 26 combinações possíveis, de variações dos factores, pode levar a resultados diferentes, de acordo com esse posicionamento relativo.

Depois, tentaremos encontrar correspondências entre os valores encontrados e os ângulos das respectivas rectas tangentes à curva nos pontos de mudança de fase (recorrendo ao cálculo da inversa da tangente do declive). Para este efeito utilizaremos a

própria curva original de Butler (1980), como matriz para verificação das diferentes inclinações das rectas tangentes aos pontos de mudança das diferentes fases do ciclo de vida. Toda esta análise é efectuada no pressuposto da existência de um contexto concorrencial internacional.

## 3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em dois volumes. Um primeiro que contém o corpo principal da investigação e um segundo, que se apresenta como anexo do primeiro, reúne os quadros que contêm os dados obtidos com o desenvolvimento do algoritmo proposto, dentro dos pressupostos apresentados, e que permitem desenvolver as análises e interpretações em volta dos valores obtidos para o índice de desenvolvimento turístico. O primeiro volume está dividido em duas partes. Uma que inclui as abordagens relacionadas com os conceitos associados ao ciclo de vida e as fragilidades do modelo do ciclo de vida de um destino turístico, proposto por Butler (1980), e inclui os capítulos 1, 2, 3 e 4. A segunda parte do trabalho inclui os capítulos 5 e 6, onde se sistematiza o índice de desenvolvimento turístico, proposto. Finalmente, apresentaremos as respectivas conclusões finais e novas linhas de investigação que se levantaram com o trabalho. O segundo volume está dividido em três anexos. Um primeiro anexo, dividido em 15 secções, que apresenta os quadros obtidos com o algoritmo o que permite uma mais fácil identificação dos dados, sustentando o desenvolvimento das análises e dos valores utilizados. Um segundo anexo, com o quadro de partida que permite desenvolver as análises relativas a sensibilidade do modelo proposto. Um terceiro anexo, com a fórmula de cálculo da inversa da tangente, necessária para a nossa análise.

O Capítulo 1 abordará a questão da importância do turismo no contexto do desenvolvimento das nações e das regiões. Começaremos por fazer algumas referências aos aspectos conceptuais do termo “turismo”, pois entendemos que o apuramento do conceito a utilizar ao longo de todo o trabalho deve ficar claro. Apresentaremos depois uma abordagem sobre a importância económica do turismo, onde serão apresentados valores de crescimento do turismo para que as diferentes regiões do planeta possam atingir os valores recentes da principal região, a Europa, de acordo com os dados fornecidos pela WTO. Como, assumidamente, a realidade do turismo contempla diferentes áreas, sendo que as questões da sustentabilidade estão presentes, e como se entende o desenvolvimento dos destinos turísticos em termos relativos, no Capítulo 2 procuraremos abordar as questões relacionadas com o produto “Destino Turístico” onde se desenvolvem os conceitos de “turismo sustentável”, “sustentabilidade do turismo”, “capacidade de carga”, “destino turístico”, “competitividade” e “desenvolvimento

turístico". No Capítulo 3 abordaremos alguns dos aspectos relacionados com o "comportamento turístico", dando-se relevância ao termo "turista" e ao "comportamento do consumidor turístico", destacando-se os factores que mais o influenciam. O Capítulo 4 abordará a questão associada à importância do modelo do ciclo de vida de um destino (TALC - Tourism Area Life Cycle) num contexto de planeamento estratégico, pois esse modelo deve surgir como uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento do planeamento estratégico, para melhorar a utilidade deste, aplicado aos destinos turísticos. Serão também identificadas as fragilidades do modelo TALC, enquanto ferramenta de apoio à decisão, destacando-se, desta forma, a importância da sua normalização para melhorar a sua utilidade. No Capítulo 5 apresentaremos a nossa proposta de Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT), como instrumento que permite avaliar e quantificar em que fase se encontra determinado destino turístico, num contexto de concorrência internacional. Serão aqui abordados, os seus factores determinantes e as respectivas evoluções esperadas, as hipóteses do modelo proposto e as suas evoluções esperadas. No Capítulo 6 analisaremos como evolui o índice proposto, se as hipóteses são ou não confirmadas e quais os valores do IDT para cada uma das fases de desenvolvimento do ciclo de vida de um destino. Faremos ainda uma correspondência entre os valores do IDT encontrados para cada fase e o respectivo ângulo da recta tangente à curva nos pontos de mudança de cada fase. O cálculo do ângulo é efectuado aplicando-se a inversa da tangente do declive. Finalmente, apresentaremos as nossas conclusões sobre o estudo efectuado, em relação à validade e interesse dos resultados encontrados e faremos ainda algumas apreciações sobre eventuais novas linhas de investigação que poderão vir a surgir no seguimento deste trabalho.

# Capítulo 1

# A importância do turismo

## 1.1 Aspectos conceptuais do termo "turismo"

Tal como afirmava Angel Alcaide, num prólogo de uma obra de António Pulido (1966) (in Lafuente, 1991), "antes de se elaborar os correspondentes modelos (…) é necessário definir o conceito de turismo (…)". Nós entendemos que para um melhor entendimento da nossa proposta, é necessário apurar alguns conceitos que mais influenciam este mesmo trabalho.

Pois, para discutirmos a importância do turismo temos primeiro que começar por encontrar qual a melhor definição do termo "turismo", para o efeito pretendido, o qual tem suscitado larga discussão e variadas abordagens ao longo dos anos. Desta forma, iremos expor as várias definições que foram evoluindo ao longo do tempo, de modo a podermos encontrar uma que seja consensual e se adapte ao pretendido. Vejamos, então, quais têm sido os diferentes entendimentos que o conceito tem obtido nos últimos anos. De acordo com Kuhn (1970) um "conceito básico" de qualquer disciplina é a ideia aceite "uma vez por todas" por todos os membros da sua comunidade (in Reisinger and Steiner, 2006). O termo "turismo" sendo, contudo, um conceito básico, não reúne ainda absoluto consenso à sua volta.

Sem pretendermos neste trabalho encontrar ou propor uma nova discussão sobre o conceito de turismo, até porque julgamos que o mesmo carece de mais uns ajustamentos, de acordo com a própria evolução das sociedades e das novas realidades económicas, inclusive para efeitos estatísticos, parece-nos interessante poder encontrar um conceito, que seja consensual e que nos permita utilizar para o fim proposto, sem que fique inviabilizada uma nova discussão sobre o assunto. Para um apuramento minucioso e apreciativo da evolução do conceito de turismo[9], sugerimos uma leitura atenta ao trabalho de tese de doutoramento, desenvolvido por Francisco Lafuente (1991). Deste trabalho, apresentaremos de forma sintética os diferentes conceitos que entretanto, foram evoluindo desde finais do século XIX e até finais da década de 80 do século XX. As primeiras considerações seguintes são retiradas da obra referida, até porque o conhecimento faz-se por um processo molecular, ou seja, há que juntar novos

[9] (NA) E também do conceito de turista.

componentes e não recomeçar. Há contudo, algumas definições que se tornaram referências, de finais de 70 e década de 80, que não foram indicadas pelo autor e que nós apresentaremos como reforço desta óptica evolutiva do conceito.

Começou-se com "ideias soltas" sobre o que seria o turista e o turismo. Em 1746, surge documentada numa frase inglesa a expressão "to take a turn". Em 1760, surge uma outra expressão "to make a tour". Outros autores associam o início do turismo moderno ao costume das famílias inglesas enviarem os seus filhos para o continente europeu. Há também quem indique o início do movimento turístico há cerca de 10.000 mil anos atrás, quando o "Homem" deixou de ser nómada para ser sedentário.

O dicionário de Inglês de Oxford, na sua edição de 1959, refere um conceito de turismo que remonta a 1811, como "teoria e prática de fazer viagens turísticas ou realização de viagens de prazer". O britânico Ogilvie (1933) refere que a primeira explicação científica da expressão se deve ao italiano Bodio, em 1899. Já o suíço Kurt Krapf (1941) sugere que esse início se deve ao seu compatriota Guyer-Freuler, em 1883. Por seu lado, o austríaco Paul Bernecher (1957) defende que esse mérito se deve ao compatriota Josef Stradner, em 1884. Em 1905, Guyer concebe o conceito de turismo da seguinte forma: "o turismo, em sentido moderno, é um fenómeno do nosso tempo que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pelo surgimento e desenvolvimento do gosto pela beleza das paisagens, pela satisfação e bem-estar que se obtém da natureza virgem, e, muito especialmente, pelas crescentes relações entre os diferentes povos, devido ao aumento das empresas e ao aumento do comércio, da indústria e das profissões e pela melhoria dos meios de transporte". Em 1911, o austríaco Von Schullern defende que "o turismo é o conjunto de todos os processos, sobretudo económicos, que põem em marcha as chegadas, as estadias e as saídas dos turistas, de e, para uma determinada comunidade, região ou estado e que se relacionam directamente com elas".

Da escola de Berlim, considerada por muitos como a "mãe" da análise do turismo, destacamos as seguintes definições: W. Morgenroth, em 1927, distingue turismo em sentido lato de turismo em sentido restrito. Para o primeiro, considera "qualquer tipo de

viagem", mas para o segundo já inclui "a deslocação passageira de pessoas do seu lugar habitual de residência com o fim de satisfazer qualquer tipo de necessidade ou de consumo de bens económicos e culturais". Já R. Glücksmann[10], em 1930, definiu turismo como sendo "um ganhar de espaço realizado por indivíduos que se deslocam a uma localidade onde não tenham residência". Mais tarde, em 1935, este mesmo autor redefiniu o seu conceito como sendo "um conjunto de relações (que têm lugar) numa localidade entre os residentes e os que não sendo residentes nela se encontram passageiramente".

Existe, desde 1925, uma cátedra que se dedica ao ensino da economia do turismo, na Universidade de Roma. O economista italiano Angelo Mariotti foi dos primeiros a expor os fundamentos da economia do turismo no ensino. A sua definição, de 1933, refere que "se entende por economia do turismo a matéria relativa ao movimento de viajantes por desporto, saúde, estudo ou ócio, incluindo todas aquelas relações que directa ou indirectamente se relacionam com ela". Este autor distingue o turismo activo do turismo receptivo. O primeiro "compreende todas as operações que directa ou indirectamente colaboram no desenvolvimento do movimento dos viajantes como forma de estímulo, impulso ou de estadia", por outro lado o turismo receptivo "é o conjunto de operações que se referem à atracção dos viajantes, ou seja, a constituição dos elementos do ambiente e as condições de hospitalidade de um lugar de trânsito ou de estadia". Introduz ainda definições de turismo estático e de turismo dinâmico. No mesmo ano, F.W.Ogilvie escreve a obra "The Tourist Movement". Em 1936, é o professor da Universidade de Pretória A.J. Norval que escreve "The Tourist Industry". Em 1936, a edição Petit Larousse refere que o turismo "é o gosto pelo deslocamento e pelas viagens, constituindo um desporto muito gratificante". Em 1935, Peyromaure-Debord propõe que "o turismo é a sensação, o gosto, a arte, enfim, é viajar pelo prazer que proporciona".

A definição clássica é atribuída aos suíços Walter Hunziker e Kurt Krapf, cuja definição de turismo foi publicada na obra "Elementos da Doutrina Geral do Turismo", em 1942.

[10] Glücksmann, enquanto fundador e director de uma revista da Escola Superior de Comércio de Berlim (1929-1934), foi considerado por Walter Hunziker e Kurt Krapf uma referência para quem se interesse pela economia do turismo (in Lafuente, 1991).

Por esse motivo são considerados os "pais do turismo" ou os "pais da doutrina turística". A definição então conseguida foi que "o turismo é o conjunto de relações e fenómenos que se estabelecem durante a estadia de forasteiros de tal modo que a (dita) estadia não dê lugar ao desenvolvimento do exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou passageira".

O professor italiano Michele Troisi (1940) discute inclusive o próprio termo de "turismo" por considerá-lo pouco apropriado ao fenómeno de procura de satisfação de necessidades fisiológicas, religiosas e culturais, resultantes da vida moderna, por intuir apenas o "dar uma volta" ou "tour". Para este estudioso "a exactidão da terminologia é uma questão não desprezível na investigação científica e quando falta, surgem indetermináveis discussões". Troisi propôs então a seguinte definição de turismo: "qualquer deslocamento passageiro dos indivíduos de um lugar para outro com a única finalidade de satisfazer uma necessidade de repouso e distracção, de cuidado (saúde) ou uma necessidade derivada do sentimento religioso ou de estudo".

Em 1945, Mathiot caracteriza o turismo como "o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, no que concerne à acção pessoal dos viajantes como no que concerne à acção de quem se ocupa em recebê-los e facilitar o seu deslocamento". Por seu lado, o suíço Failletaz, em 1948, define turismo "como o conjunto de relações e sensações que têm lugar como consequência da estadia de estrangeiros e nativos". Nestes casos, é um acto de consumo para o forasteiro, na medida em que origina uma completa procura de bens e serviços, por parte destes e constitui, por outro lado, uma forma de produção para um país que é o destino da viagem, porquanto dá vida a uma oferta, igualmente completa, de bens e serviços.

Em 1952, Xavier de Mestre refere que "o turismo é o conjunto de deslocamentos humanos e de actividades que daqueles resultam, provocados pela exteriorização do desejo de evasão que em diferentes graus existem em cada indivíduo". Ainda neste ano, Jean Medecin defende que "o turismo é uma actividade de ócio que consiste em viajar ou em permanecer longe da residência habitual para distrair-se, descansar e adquirir novas experiências e culturas graças à presença de novos aspectos da actividade humana

e de espectáculos de natureza desconhecida". Em 1957, Paul Bernecker defende que "o turismo é a dedicação de recursos à satisfação das necessidades pela mudança transitória de cidade e das que surgem imediatamente depois". Como refere o próprio, esta definição surge na mesma linha de uma outra proposta por Otto Ludwig Römer, em 1947. Para este autor, "falamos de turismo quando um consumidor aplica uma parte dos seus ganhos em férias e viagens, assim como para a satisfação de outras necessidades pessoais para que é necessário efectuar uma mudança temporal de cidade, sem que entre a decisão de utilizar tais ganhos e a obtenção desses mesmos ganhos haja qualquer relação causal". Desta forma, Bernecker formula a seguinte definição: "chamamos turismo ao conjunto de relações e consequências que resultam da mudança de cidade, de decisão livre e passageira e não baseado em motivações lucrativas e profissionais". Bernecker distingue três grupos de definições de turismo: nominais, reais e universais, sendo que a definição que propõe se enquadra no terceiro grupo. Em 1955, J. Arrillaga propõe uma definição de política turística como sendo "a acção do Estado dirigida ao estímulo e protecção dos interesses turísticos nacionais".

Em 1959, Giuseppe Carone propõe uma definição de turismo como "podendo ser considerado como aquele movimento de pessoas que, pelos mais variados motivos, se deslocam temporariamente e sempre por não menos de vinte e quatro horas, com o fim de pernoitar pelo menos uma vez, numa localidade diferente da sua residência habitual e que nela consomem uma parte dos seus ganhos, geralmente obtidos na localidade de residência habitual". António Pulido (1966) destaca os aspectos económicos do fenómeno turístico. Fernández Fuster (1967) defende que "se, por um lado, o turismo é o conjunto dos turistas, por outro lado, são os fenómenos e relações que essa massa produz como consequência das suas viagens". Em 1968, Alberto Sessa propõe uma correcção à definição de Hunziker-Krapf, formulando uma nova definição: "o turismo é o conjunto de relações e de fenómenos que resultam da viagem e da estadia dos não residentes, independentemente dos motivos que as determinou, sempre que essa estadia não dê lugar a uma residência duradoura".

Em 1972, Hunziker propõe uma nova definição: "o turismo é o conjunto de relações e fenómenos que resultam da viagem e da estadia de forasteiros de uma determinada

localidade sempre que essa estadia não determine uma residência principal e não esteja, em princípio, unido a alguma actividade lucrativa". Alberto Sessa propõe, em 1983, outra definição de turismo onde destaca que este não é um produto simples e distinguível, mas antes um conjunto de produtos e serviços que pertencem a todos os sectores económicos. Em 1984, McIntosh and Goeldner propõem que o turismo possa ser definido como "o conjunto dos fenómenos e relações que têm lugar devido à interacção dos turistas, empresas, governos e comunidades anfitriãs do processo de atracção e hospedagem dos tais turistas e outros visitantes". Por seu lado, Pierre Py, em 1986, sugere que o turismo tem por objecto uma produção e consumo de bens e serviços heterogéneos que concorrem para a satisfação das necessidades dos turistas e dos não turistas, como sejam os produtos alimentares, o vestuário, os transportes, os alojamentos, o ócio, etc. Em 1989, J.C.Holloway conclui que, em primeiro lugar, o turismo é precisamente uma forma de ócio que se realiza durante o nosso tempo livre, para mais é uma actividade que usualmente incorre em gastos, mas não necessariamente. Ainda neste ano, Pierluigi Grasselli afirma que a complexidade do fenómeno turístico, abarca todos os sectores da vida económica e social.

Entretanto, e mais recentemente, têm surgido outros autores que procuram contribuir para a redefinição do conceito[11]. Na procura da sua afirmação no mundo académico, o geógrafo jugoslavo Zivadin Jovicic (1972) chegou a proclamar o estabelecimento da ciência do turismo ou "turismologia", dado que a complexidade do fenómeno não se adapta a qualquer outra disciplina. Há outros estudiosos a defender também esta posição (Comic, 1989; Rogozinski, 1985) (in Baidal, 2004).

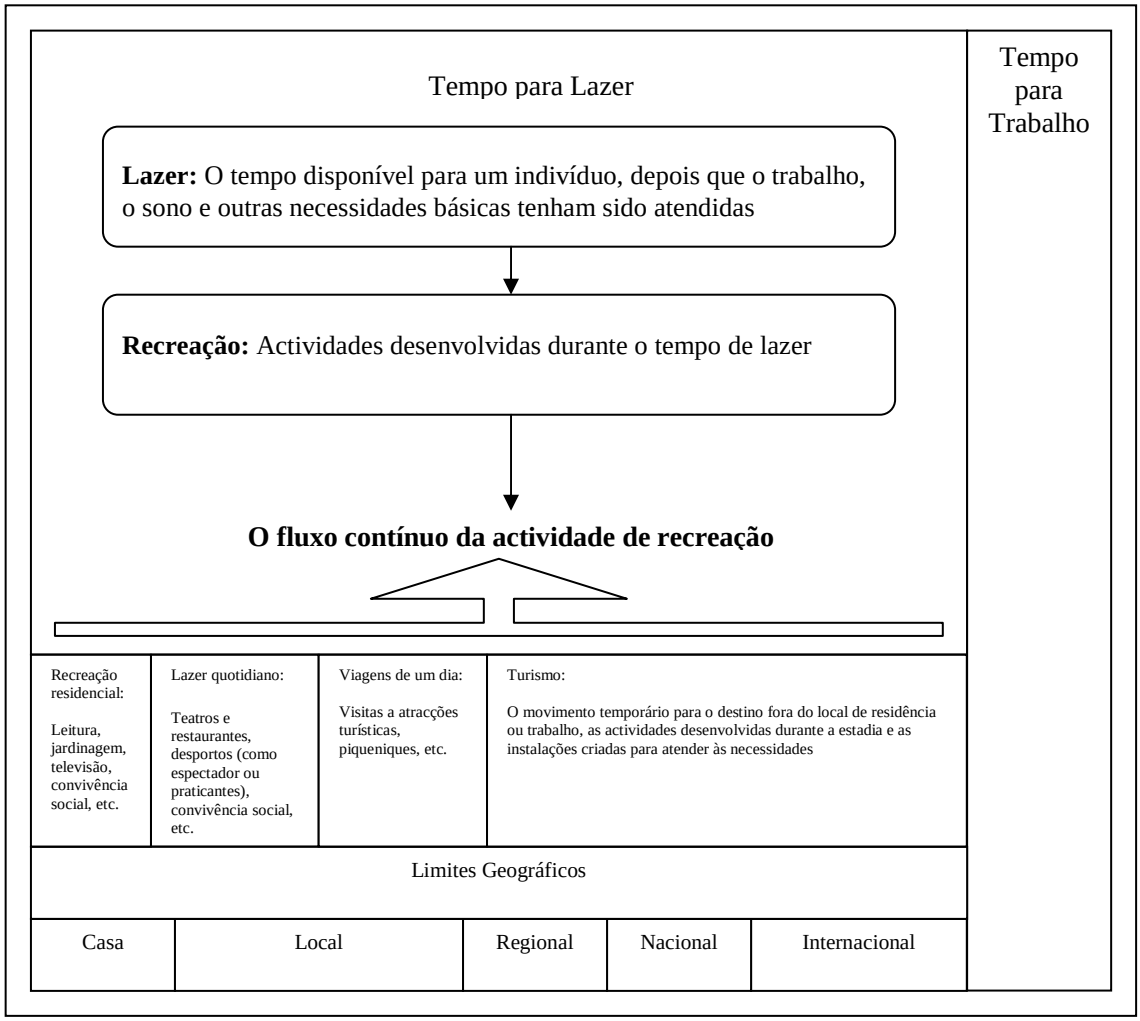
Em 1979, Neil Leiper, definiu turismo da seguinte forma: "Sistema envolvendo discricionariamente viagens e estadias temporárias de pessoas, longe dos locais habituais de residência, por uma ou mais noites, excepto os casos cuja principal preocupação seja de procurar uma remuneração" (in Wilson, 1998). Por outro lado, a tradicional teoria económica divide a actividade humana em termos de "tempo gasto em produção" (tempo de trabalho), "tempo utilizado em consumo" (tempo de descanso) e

[11] (NA) Já não referenciadas no trabalho de Lafuente (1991).

"tempo de lazer" (Kim, 2002). É com base neste raciocínio que surgem tentativas de definição de turismo, com base nos conceitos de lazer e recreação.

Boniface and Cooper (1987) (in Cooper *et al*., 2003) propõem que o turismo seja uma parte da recreação sendo estas as actividades desenvolvidas durante o lazer. Por seu lado, o lazer é todo o tempo disponível, que um indivíduo possui, ou tempo de não trabalho, depois do sono e outras necessidades terem sido satisfeitas. Para estes autores o turismo deve ser entendido como "o movimento temporário para o destino fora do local de residência ou trabalho, as actividades desenvolvidas durante a estadia e as instalações criadas para atender às necessidades".

**Figura 1.1** - Síntese de Lazer, Recreação e Turismo



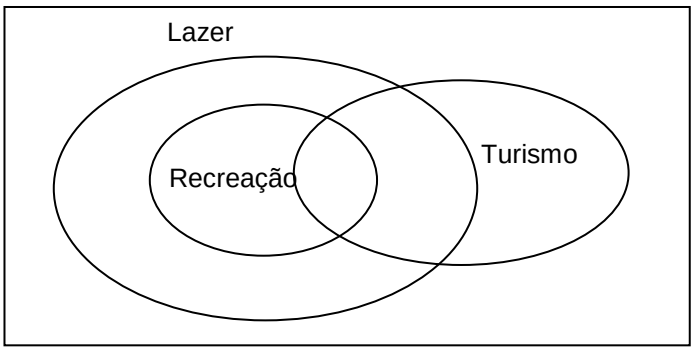

Fonte: Boniface and Cooper (1987) (in Cooper *et al*., 2003)

A Associação Internacional de Especialistas em Ciência do Turismo considera o turismo como "um conjunto de fenómenos e inter-relações resultantes de viagens e estadias de não residentes, desde que não procurem residência permanente nem qualquer actividade remunerada" (Burkart and Medlik, 1981) (in Wilson, 1998). Para Smith (1988) (in Wilson, 1998), o turismo é um agregado de negócios que fornece directamente bens e serviços que permitem o negócio, o prazer e actividades de lazer, longe do ambiente de casa.

Moore *et al*. (1995), numa análise efectuada à literatura, revela que, em termos conceptuais, a relação entre turismo e lazer tem sido alvo de uma apreciação minuciosa (Bodewes, 1981; Hamilton-Smith, 1987; Jafari and Ritchie, 1981; Leiper, 1990; Mannell and Iso-Ahola, 1987; Mieczkowski, 1981). Alguns destes autores dizem que o turismo é uma forma especial de lazer, com as suas próprias características (Leiper, 1990), outros sugerem que tipos particulares de turismo podem ser distinguidos através dos atributos do lazer (Hamilton-Smith, 1987). Na procura de uma explicação teórica para descrever as relações entre recreação, lazer e turismo, o trabalho de Mieczkowski (1981), tem servido de base (Poria *et al*., 2003). A proposta de Mieczkowski (1981) (in Poria *et al*., 2003) coloca o assento tónico na relação entre lazer e recreação e considera-os, central para entender o turismo:

Mieczkowski definiu "lazer" como "tempo livre" (na linha do pensamento romano) e entende o "turismo" como "fenómeno sócio-económico" associado à idade industrial moderna. A fronteira entre trabalho e lazer é muito ténue. A diferença entre "tempo de lazer" e "tempo de não lazer" é mais de percepção do que de classificação formal. Até para as pessoas tal distinção não é fácil. Contudo, segundo De Grazia (1962) (in Poria *et al*., 2003) "o termo lazer é sempre referente a algo pessoal, um estado de espírito ou sensação. Mudando o termo "lazer" para o termo "tempo livre" parece estarmos a passar de um conceito qualitativo para um conceito quantitativo". De acordo com Neal, Sirgy and Uysal (1997) (in Kim, 2002) a dimensão do bem-estar do lazer é obtida através de componentes de experiências de lazer, em casa, e de satisfação com experiências de viagem/excursão turística. Segundo Poria *et al*. (2003), para entender o turismo como um fenómeno social, é importante definir o conceito de "tempo livre" e "tempo não livre".

**Figura 1.2** – Turismo, Lazer e Recreação




Fonte: Mieczkowski (1981) (in Poria *et al*., 2003)

Para Mieczkowski (1981) (in Poria, *et al*., 2003) o termo "recreação" é o proposto por Clawson and Knetsch (1966), como "algo que ocorre durante o lazer", mas nem todo o lazer é recreação, o que pressupõe haver outras "coisas", actividades ou comportamentos, que ocorrem durante o tempo de lazer. Este entendimento propõe que seja "qualquer actividade que um indivíduo associe a gozo, actividade essa não limitada no tempo e no espaço, cabendo a esse indivíduo a decisão se a actividade é de recreação". Recreação, surge assim, como percepção e atitude num determinado contexto. Nesta linha, Chubb and Chubb´s (1981) (in Poria *et al*., 2003) propõem que a recreação seja "qualquer" tipo de gozo consciente que pode ocorrer em qualquer momento e lugar, pois, o único critério é se o participante entende a actividade como sendo recreativa.

As propostas de "lazer" e "recreação" estão associadas com as percepções subjectivas dos indivíduos, sugerindo que o "turismo" seja uma dimensão subjectiva do comportamento humano. Esta abordagem também está suportada pelas investigações que apontam para o lazer como tempo e a recreação como actividade. Esta concepção teórica tem sido "modernizada" com a adição da variável: "percepção subjectiva dos turistas, sobre o "tempo livre" e "tempo não livre"" (in Poria *et al*., 2003).

Há quem defenda que o turismo e os turistas estão mais para além da simples deslocação de uma Origem para um Destino, sendo algo mais complexo. Há também quem sugira que o turismo deve ser entendido como uma noção que envolve

movimento, onde se destaque a percepção dos indivíduos sobre a estrutura de "tempo", "actividade" e "espaço" (Poria, *et al*., 2003). Contudo, a própria questão do movimento também não está clara, pois, como diz Speakman (2005), o turismo pode ser definido como "viagem na procura de experiência de lazer", de casa ou outro qualquer local até uma atracção turística.

Para Crick (1989) (in Moore *et al*., 1995) a taxonomia do turista e do turismo "fenómenos que são claramente imprecisos ou se sobrepõem", poder-se-ia aplicar como interface entre os estudos do lazer e o turismo. Ou seja, os campos do lazer e do turismo são "claramente imprecisos e sobrepostos" e criar taxonomias para os separar, não só é difícil como pode inclusive obscurecer as suas semelhanças. Ainda segundo Moore *et al*. (1995), apesar de ainda não estarem clarificados os conceitos e definições de "turismo", "turista", "percepção de liberdade" e "papel do turismo como indústria", uma "teoria unificada" é, seguramente, uma proposição rara, pelo menos nas ciências sociais. Para este autor, o conceito de "liberdade" atravessa os conceitos de lazer e recreação. Podem ser encontrados vários modelos que o propõem para melhor entender o lazer (psicológicos – Csikszentmihalyi, 1975, 1990; Neulinger, 1974, 1981; sócio-psicológicos – Iso-Ahola, 1980 e Kelly, 1983; sociológicos – Clarke and Critcher, 1985; Kelly, 1987 e Roberts, 1981) (in Moore *et al*., 1995). A conceptualização do turismo é tão variada quanto a do lazer. Contudo, ainda existe alguma semelhança na literatura entre a indústria do lazer e a indústria do turismo.

Há quem veja o turismo como uma indústria, pois entendem o seu output como um produto (Tooman, 1997a; Butler, 1980; Leiper, 1979) (in Leiper 2007). Contudo, Leiper (1990) (in Leiper, 2007), já defendia que se tratava de um conjunto de indústrias e não de uma indústria. Já Cary (2004) defende que desde o seu início se verifica que o turismo extravasa as fronteiras de uma disciplina e cruza as áreas da antropologia, sociologia, economia, história da arte, psicologia, ciência política, entre outros. A sua complexa natureza e geração de teorias académicas levou Dann, Nash and Pearce (1988) (in Cary, 2004) a clamar pela "meta-análise da investigação do turismo" de modo a poder promover uma "agenda metodológica… para continuar com o estudo do turismo no futuro", reconhecendo contudo que, "o turismo muitas vezes tem um lado frívolo e… os cientístas sociais tendem a evitá-lo para manterem a sua imagem de escolas sérias". Para lhe atribuir um peso académico, a escola de turismo tem ficado

fortemente protegida pelo método científico, das análises económicas e estatísticas (Tribe, 1997) (in Cary, 2004). Ainda Tribe (2001) (in Cary, 2004), defende que "um curriculum de turismo deve desenvolver uma sociedade de turismo para todos os stakeholders e não apenas uma sociedade para o comércio". Cary (2004) identificou ainda que algumas teorias do turismo consideram a importância do momento nessas investigações (Graburn, 1989; Mannell and Iso-Ahola, 1987; Wang, 1999).

Reid, McLelland and Uysal (1993) (in Moore *et al*., 1995) identificaram cinco diferentes conceitos de lazer: lazer como tempo livre, residual - dicotomia entre trabalho/não trabalho (na tradição de Dumazdier, 1960 e Kaplan, 1960); lazer como forma de estar na busca de lugares contemplativos (visão aristotélica; De Grazia, 1964; Pieper, 1952); lazer como possibilidade de encontrar as necessidades de grupos em desvantagem (conceito reformista e terapêutico); lazer como estado de espírito na busca do prazer; lazer como construção multi-dimensional de actividades e experiências. Para Parker (1983), o lazer pode ser entendido, na sua essência, como liberto do trabalho. McCormack (1983) propõe, numa óptica de teoria política, "como ponto de partida para uma teoria do lazer a existência de liberdade" e acrescenta que "garantir estruturas de liberdade é garantir estruturas de lazer". Lazer pode também ser entendido como a liberdade de desenvolver uma actividade, subjectiva e potencialmente compensadora. Já Smith (1989) considera que o turismo não possui uma real, precisa, objectiva e independente existência, mas sim, num significativo grau, aquilo que nós quisermos que seja (in Wilson, 1998).

Por outro lado, McKercher (1996) considera que o conceito de turismo é impreciso e a sua diferença com recreação é muito ténue, pois, o turismo e a recreação repartem os mesmos recursos, usam as mesmas instalações, competem pelo mesmo dólar do consumidor, produzem os mesmos impactos, quando estão sob a mesma actividade e produzem resultados sociais e psicológicos comuns aos participantes.

O conceito de "turismo" tem evoluido para a dimensão do "ser". O turismo é frequentemente visto como uma expressão do comportamento humano, contemplando um conjunto de ideias, teorias ou ideologias de ser "turista", que determinam o

comportamento de pessoas, segundo regras turísticas, onde as ideias são colocadas em prática (Przeclawski, 1986) (in Kim, 2002). Para Adrian Bull (1995) turismo "não é um fenómeno nem um conjunto de indústrias. É antes uma actividade humana que envolve o comportamento humano, o uso de recursos e a inter-acção com outras pessoas, economias e ambiente" (in Wilson, 1998).

Em 1990, Leiper já entende que o turismo deve ser definido da seguinte forma: "conjunto de ideias, de teorias ou ideologias de ser turista, sendo o comportamento de pessoas dentro das regras do turismo quando as ideias são postas em prática". Ainda segundo Leiper (1990) para muitas pessoas o turismo é uma forma especial de lazer, pois reúne um conjunto diversificado de atributos diferentes de outras actividades de lazer e experiências. Já Simmons and Leiper (1993) concluem que "turismo é o comportamento do turista" (in Moore *et al*., 1995). Mais recentemente Leiper (2007) refere que "o turismo é uma categoria de comportamento caracterizado pela industrialização parcial".

A interdisciplinaridade e orientação para o sistema têm sido desenvolvidas recorrendo ao que Jafari (1990) designou de "Plataforma do Conhecimento" na abordagem do turismo (in Moore *et al*., 1995). Muitas análises às relações entre turismo e lazer, referem existir muito em comum, em particular no que respeita ao comportamento individual. Isto é particularmente evidente nas análises do lado da procura do fenómeno (Moore *et al*., 1995). Ainda para este autor, do ponto de vista comportamental não existem motivos para se insistir na distinção entre o turismo e o fenómeno do lazer.

Verificamos claramente que começa a surgir a tendência em conotar o "turismo" com o "comportamento do turista", devido à sua grande complexidade.

Contudo, muitas abordagens dão uma relevância industrial ao turismo reflectindo provavelmente a tradicional importância ideológica de considerar o turismo como uma indústria. Para Wilson (1998), o turismo não pode ser definido como indústria nem

como mercado[12], apesar de haver um saudável crescimento no interesse em analisar o turismo numa perspectiva económica. Consequentemente, análises baseadas na indústria, começando pelo lado da oferta, agregando sectores, numa tentativa de "adivinhar" o contributo económico do turismo, devem ser tomadas com muito cuidado. Ou seja, só com pressupostos muitos bem definidos tal será razoável. Segundo este autor, frases como "a indústria de maior crescimento nos últimos anos" ou "a indústria que mais divisas proporciona", envolvem falsas combinações e mal entendidos. O Turismo, como actividade, é servido por uma grande quantidade de indústrias, em qualquer economia. Portanto, não existe um mercado do turismo, nem uma indústria do turismo, mas antes mercados turísticos, cujos produtos são servidos e transaccionados por grandes quantidades de indústrias (Wilson, 1998; Leiper, 2007). Contudo, Kim (2002) sugere que o turismo seja uma indústria com elevados impactos económicos, sociais e ambientais. Wilson (1998) aponta mais para o termo "sector turístico", entendido como conjunto de actividades turísticas, claramente numa óptica económica. Neste mesmo sentido, há quem sugira que o turismo é o sector económico que mais cresce, estando este crescimento relacionado com o clima (Hamilton *et al*., 2005). Já Ritchie and Crouch (1993) sugeriam que o fenómeno turístico representa fundamentalmente uma diferente forma de trocas económicas relativamente ao dos recursos físicos (in Dwyer and Kim, 2003). Todavia, Wilson (1998) refere que a falta de uma definição clara de turismo, tem contribuído para alguma confusão e falta de ferramentas apropriadas para o efeito. Esta confusão é em parte ultrapassada pela definição da Organização Mundial do turismo (WTO) (como diz: "para fins estatísticos").

A Organização Mundial do Turismo (1995) define o turismo da seguinte forma: "actividade de pessoas que viajam e que ficam em lugares fora dos seus ambientes habituais, por períodos inferiores a um ano, para lazer, negócio ou outro propósito" (in Wilson, 1998) "… cuja intenção não seja obter uma actividade remunerada" (WTO, Jun/2006). Esta definição coloca a ênfase turística nas pessoas que viajam. Daqui poder-se-ão retirar as dimensões que devem estar presentes nesta definição:

[12] (Wilson, 1998) Indústria pode ser considerada como um grupo de firmas que operam processos similares e podem produzir produtos ou serviços tecnicamente idênticos, dentro de determinado horizonte temporal. Um dos conceitos de mercado pode ser: uma instituição ou contexto institucional, onde as firmas pretendem vender produtos ou serviços com características semelhantes.

- Deslocação de pessoas;
- Propósito da viagem;
- Tempo de viagem e estadia;
- Local da viagem.

Como se pode verificar a definição actual pressupõe sempre a existência de viagem[13].

Apesar da proposta da WTO se centrar no lado da procura, continuam a surgir outras abordagens que procuram olhar para o conceito pelo lado da oferta. Tremblay (1998) acredita que uma perspectiva empresarial e industrial, centrada na coordenação de mudanças tecnológicas e de competências de marketing através de uma rede de inter-relações, seja representativa do sistema turístico e ofereça uma perspectiva alternativa da indústria turística, sua estrutura organizativa e coordenativa. Para este autor, talvez a expressão de "rede turística" seja a que melhor traduz a natureza da sua oferta.

Por outro lado, a transversalidade do turismo leva a que Urry (1990) (in Richards, 1999) refira que hoje vivemos numa "cultura do turismo" e que muitos autores defendam que o turismo é demasiado complexo para ser explicado em termos de uma única motivação (Richards, 1999).

Para Sinclair (1998) o turismo é um produto composto por transporte, alojamento, restauração, entretenimento, recursos naturais, outras instalações e serviços, tais como, lojas e circulação de moeda. Para este autor, é útil considerar que não é uma indústria de *per si*, mas antes uma colecção de indústrias e mercados interrelacionados, localizados quer nos países industrializados quer nos países em desenvolvimento. Neste trabalho, o autor refere que a Conferência das Nações Unidas sobre as Viagens Internacionais e Turismo apresentou, em 1963, uma definição genericamente aceite, sobre turismo,

[13] (NA) Fica em aberto como tratar o assunto se um dia se considerar que fazer férias sem sair do local habitual de residência, também é turismo. Na verdade também pode haver lazer nessas circunstâncias (pressuposto, nos estudos sobre turismo) porque muitas vezes os hábitos de consumo também se alteram sem sairmos do local habitual de residência, ou pelo contrário, mesmo saindo, não se alteram. Os fenómenos do time-sharing e da segunda habitação podem contribuir, em parte, para esse efeito.

como sendo "visitas temporárias a um destino por períodos superiores a 24 horas, fora dos locais habituais de residência, com o propósito de férias, recreação, saúde, estudo, religião, desporto, visita a amigos e famílias, negócios e reuniões". Os que passarem menos de 24 horas nos destinos são chamados de excursionistas[14]. Bargeman and Van Der Poel (2006) assentam o seu estudo sobre a mobilidade da população turística, no conceito de férias.

Do trabalho de Echtner and Jamal (1997) ressaltam as considerações seguintes: parece evidente que o desenvolvimento do turismo como disciplina distinta está cheio de dificuldades. Estamos numa fase de "imperialismo académico", com cada disciplina a tratar o turismo com os seus próprios termos e referências (Leiper, 1990). A integração de teorias, conceitos e modelos com apropriadas definições de "turismo" e "turista" (ainda sob controvérsia), sob um chapéu paradigmático, poderia levar à facilitação, acumulação e coesão do corpo de conhecimento do turismo. A fundação de uma emergente disciplina do turismo necessita de se basear numa abordagem interdisciplinar e não numa abordagem multidisciplinar. Leiper (1981, 1990) (in Echtner and Jamal, 1997) clama por um claro esquema para os estudos do turismo, baseado numa "teoria geral do turismo". Distingue entre os estudos multidisciplinares e interdisciplinares. O primeiro inclui informação de outras disciplinas, mas funciona dentro de fronteiras próprias, o segundo encontra-se entre as disciplinas, abrangendo várias filosofias e técnicas, de tal modo que essas disciplinas surgem dentro das sínteses encontradas.

Por outro lado, muitos investigadores defendem que a solução não está em definir o turismo como disciplina distinta, mas antes em incrementar a sua base multidisciplinar (Pearce and Butler, 1993; Witt, Brooke and Buckey, 1991) (Echtner and Jamal, 1997). Contudo, Pearce (1993) (in Echtner and Jamal, 1997) fez notar que "simplesmente porque o campo do turismo nos anos 90 se classificar como soft, rural, pré-paradigmático e especialista, não significa que não pode fazer progressos através da acumulação e generalização situacional cruzada". Mas, Witt, Brooke and Buckley (1991) (in Echtner and Jamal, 1997) defendem que é irrealista esperar que o turismo possua um suporte teórico. Morley (1990) verificou que as tentativas de definição de

[14] (NA) Por definição da WTO e aceite pelos países, um turista é quem permanece 24 horas ou mais num local e um excursionista é aquele que fica menos de 24 horas num local, diferente da residência habitual.

turismo esbarram com a formação base dos proponentes não sendo por isso comparáveis. Logo, segundo o mesmo autor, o melhor caminho é defini-lo como uma síntese das disciplinas que o suportam. Ou seja, deve-se encontrar uma forma holística para o definir. Os estudos do turismo têm sido confrontados pelos diferentes pontos de vista de várias disciplinas, para além dos conflitos intra-disciplinares.

Existe uma dificuldade em entender e medir o "turismo" devido à sua diluição (McElroy and De Albuquerque, 1998). Já Hunter (2002) refere que o turismo é um fenómeno nebuloso, caracterizado por uma amálgama de negócios fragmentados, organizações e actividades, operando de uma origem, entrando em trânsito até um destino.

Já para Johnston (2001a) o turismo é uma instituição, pois a componente ontológica (natureza do ser), está suportada na teoria da estruturação de Giddens (1984) e no conceito de processo social básico de Glaser (1978). O primeiro, define uma instituição como uma prática individual de melhoria da vida social, cuja envolvência está no tempo e no espaço, e o segundo, refere que um processo é a forma de juntar duas partes sequenciais de um fenómeno. Já do ponto de vista epistemológico (teoria ou ciência dos métodos ou base do conhecimento), Trusted (1981) (in Johnston, 2001a) definiu sete elementos que devem constituir qualquer investigação (a entidade que percorre o processo, as características internas, os usuários, as fases como unidades conceptuais, os mecanismos de mudança de fase, as condições macro-estruturantes em que decorre o processo, a sequência típica e a variedade das fases). Ainda para Johnston (2001a), o lugar determina o comportamento e as instituições possuem ciclo de vida. Numa sequência de longo prazo, o turismo é, assim, apenas uma de pelo menos três eras: pré-turismo, turismo e pós-turismo (esta última surge quando uma nova instituição começa a dominar o local – algures durante a fase de declínio). Ainda, para Johnston (2001a), o turismo, enquanto fenómeno global, manifesta-se em termos locais.

Há também quem opte por considerar o turismo como um serviço. Para Toh *et al*. (2001) apesar do facto do comércio de serviços parecer possuir uma inerente contradição, dado que a produção e o consumo terem de acontecer simultaneamente, no

mesmo lugar e sem diferenciação espacial, o turismo pode ser considerado como um serviço que pode ser produzido por um país e consumido por estrangeiros que viajam para esse mesmo país. Aqui, o autor refere-se ao turismo internacional.

Por outro lado, o turismo também está associado ao desenvolvimento económico e à qualidade de vida, pois, tal como Massam (2002) verificou, da literatura resulta a clara relação entre turismo, comunidade, desenvolvimento económico e qualidade de vida. Nesta óptica, sobressaem os impactos do turismo, pois, pode proporcionar mais empregos, melhores serviços médicos, educativos e de recreação e simultaneamente reacções e percepções negativas (perda de paz e tranquilidade), ambiente, uso de drogas, entre outros. Nesta linha, também encontramos Simpson (2001). Mas, também é reconhecido que o turismo, sendo multifacetado, enquanto destrói o ambiente é também uma força para a sua protecção (Hughes, 2002).

O aumento da frequência das férias nos países desenvolvidos é revelador que o turismo é um elemento essencial da qualidade de vida. Segundo Richards (1999) a grande variação no consumo de férias, existente entre países, parece ser a um nível global, fortemente correlacionado com os estados de bem-estar. Contudo, ao preconizar que o turismo é um luxo ao qual nem todos podem alcançar, está a sugerir que o estado de bem-estar não esteja ao alcance de todos. Há também quem entenda que se trata de um produto de luxo, outros que sugerem que não (Hamilton *et al*., 2005). Quanto a nós terá, com certeza, componentes de luxo mas não é inteiramente, numa óptica económica, um sector de luxo.

O conceito de turismo ainda não está consolidado nem suficientemente claro, na comunidade científica, de modo a que permita o seu conveniente uso e medição (McKercher, 1996; Wilson, 1998).

Segundo Vanhove (2005), os pioneiros da investigação do turismo Hunziker e Krapf (1942), definiram-no como sendo o "conjunto de relações e fenómenos resultantes de viagens e estadias de não residentes, desde que essa estadia não leve a uma residência permanente nem esteja conectada com qualquer actividade de rendimento permanente

ou temporário". Burkart e Medlik (1974) (in Vanhove, 2005) definiram o conceito com as seguintes características, ainda hoje aceites:

- Conjunto de fenómenos e relações;
- Movimento de pessoas e estadias;
- Deslocação para fora dos locais de residência e trabalho;
- Viagens aos destinos, com estadias curtas;
- Viagens sem propósito de trabalhar.

Mas, como diz Butler (2000), dado que não há uma definição universalmente aceite de "turismo" nem uma medida universalmente rigorosa de "viagem turística", não é possível estabelecer qual a proporção total de viagens que são consideradas de turismo. Por outro lado, se, como diz Butler (2008), "os problemas dos turistas são os problemas de todos nós", por analogia, podemos dizer que, "o que os turistas querem, queremos todos nós".

Apesar do conceito não estar ainda consolidado, são muitos os que mencionam os seus impactos, sejam eles positivos ou negativos. Dann and Cohen (1991) fizeram uma revisão à forma como as várias teorias sociais abordaram o turismo, sendo que estas o fizeram de uma das duas seguintes formas: como conflito e numa perspectiva crítica – Plataforma ofensiva (o turismo e o turista como elementos exploradores e ignorantes); como perspectiva neo-Durkheimiana – Plataforma adaptativa (o turismo transforma-se numa questão de autenticidade, sendo o turismo e o turista vistos como elementos responsáveis). Inclusive, muitas vezes o turismo é encarado pelos residentes, como sendo uma indústria "limpa", sem possuir os problemas de poluição associados a outros tipos de desenvolvimento económico. Outros entendem que o turismo causa poluição ambiental e destruição dos recursos naturais (Kim, 2002).

Já Ateljevic (2000) e Dugay and Pryke (2002) (in Lew *et al*., 2004, p.137) defendem que no âmbito do turismo existe uma dialéctica entre os elementos da oferta e da procura. Também Milne and Ateljevic (2001) entendem que o "Turismo" é um fenómeno de ligação dos momentos de produção e de consumo. Segundo Vanhove (2005), turismo é por natureza um fenómeno de procura e o consumo turístico é a sua

componente básica. As actividades turísticas são diversas e produzem efeitos e uma grande quantidade de consequências consoante as circunstâncias. Ainda para este autor, o estudo deste fenómeno pode ser efectuado segundo uma diversidade de perspectivas, tais como: efeitos no ambiente, impactos nas actividades económicas, consequências dos impactos económicos, efeitos no emprego, efeitos das crises e desastres, previsão de procuras, reacção dos residentes, etc.

Nem sempre se consegue abranger todas as dimensões do turismo, nas apreciações que se lhe faz. Já Baidal (2004), refere o mesmo problema ao sublinhar a dificuldade de incluir as dimensões sectorial, territorial, económica, sócio-cultural e ambiental, nas questões relacionadas com a distribuição dos poderes. Depois, há também dinâmicas sociais que levam ao surgimento de conceitos "colaterais" ao turismo como sejam o de "turismo expatriado" (imigrantes) (Butler, 1993). Há contudo, um aspecto que deve marcar o conceito de turismo, pois Pearce and Cant (1981) (in Getz, 1993) verificaram que há populações locais que desejam mais oportunidades de lazer e que estas não fiquem apenas para uso dos visitantes. Pois, acima de tudo, parece não haver dúvidas que o processo turístico é um processo humano (Butler, 2000).

Há uma mescla de sentimentos e percepções quanto aos impactos do desenvolvimento do turismo, os quais abrangem as mais variadas realidades da vida humana, económica, social, cultural, política e ambiental, entre outras. Ora, perante isto, será razoável continuarmos a encarar o "turismo" como um processo de viagem, por um determinado período de tempo, para fora dos locais de residência habitual, sem o intuito de obter qualquer tipo de rendimento em troca de trabalho? Será que com esta definição não estaremos a dificultar a sua própria evolução, enquanto área de conhecimento?

Verificamos que, nem sobre o início do surgimento do termo parece haver consensos, contudo, parece haver um aspecto onde tal existe, pois como diz Smith (1989) (in Wilson, 1998) os termos usados para descrever o movimento de pessoas para prazer, "turismo" e "turista" só foram cunhados no início do século XIX. Por outro lado, o despertar do interesse para a ciência surge mais recentemente, pois Dann, Nash and Pearce (1988) (in Wilson, 1998) sugerem que o turismo foi descoberto pelas ciências

sociais nos anos 70, carecendo ainda de um largo debate sobre as suas concepções e metodologias.

Para Echtner and Jamal (1997), numa concepção Kuhniana de ciência, parece evidente que o turismo continuará uma área de estudos de cada disciplina (como psicologia, geografia, antropologia, economia, marketing, etc.). Ainda para estes autores, a sua incomensurabilidade apresenta-se como uma barreira a que se desenvolva como disciplina distinta, sendo que isso não é uma posição invejável para um aspirante a "nova disciplina".

Segundo Reisinger and Steiner (2006), se se quiser avançar, é necessário os investigadores porem-se de acordo que o conceito e autenticidade do termo deixe de ser discutido, pois as irreconciliáveis ideologias demonstram ser impossível chegar a um consenso de um só conceito, pois não é apropriado termos um só termo para representar tão grande variedade de significados. Assumidamente, referem que o conceito de turismo ainda não gerou consensos, pois falta encontrar a autenticidade do mesmo. Este pensamento está suportado na filosofia de Heidegger (1962) (in Reisinger and Steiner, 2006) que oferece a possibilidade de, na ausência de um único conceito ou termo para autenticidade para todos os objectos turísticos, podermos apreciar as suas realidades.

Tal diversidade, transversalidade e multipolaridade, tem sido bem evidente ao longo dos anos. Segundo Butler (2004), a evolução dos jornais e revistas científicas relacionadas com o turismo evoluíram tendo como assuntos base, os seguintes: viagens (1963); lazer (1968); recreação (1969); turismo (1974); gestão (1979); sustentabilidade; economia e geografia. Isto acontece desta forma porque, no início, o turismo era tratado como uma actividade económica de pouca importância e marginal (1ª metade do séc. XX). Depois surge associado a viagens, com um grande uso do modelo gravitacional.

A sociedade evolui e surgem novos desafios e comportamentos que nos levam a questionar as novas tendências do turismo. Como dizem Williams and Hall (2000), estas novas tendências dificultarão a determinação de: Onde está o lar? Qual é a nossa identidade? Porque estamos nós aqui? Quanto a nós, as respostas a estas questões contribuirão fortemente para determinar o conceito de "turismo".

Como se viu, as questões sobre a natureza do turismo e respectivos sub-grupos e clarificações do que é o "turismo" têm tido abundantes abordagens. Já Poria, *et al.* (2003), referem que cada uma destas abordagens acaba por reflectir as percepções e interesses de quem as aborda, estando geralmente colocadas em dois grupos:

- Definições técnicas (as que colocam a ênfase na localização de um indivíduo num certo espaço geográfico e a sua relação com o seu espaço de residência – aqui não se contemplam os aspectos sociais do fenómeno);
- Definições conceptuais (as que procuram uma abordagem holística de modo a captar os seus aspectos sociais – frequentemente focam as definições de lazer, recreação, tempo e espaço).

Sobre a primeira abordagem diríamos que podemos considerá-la numa óptica dos *Efeitos do Comportamento do Turista* e a segunda numa óptica do *Comportamento do Turista.*

Nós acrescentaríamos que também é possível haver um terceiro grupo de abordagem:

- Definições técnico-conceptuais (as que abordam os efeitos do comportamento do turista como consequência desse próprio comportamento). Para o efeito, chamar-lhe-íamos de "abordagem para a 3ª via".

O primeiro grupo de abordagens considera como pressuposto o conceito de "turista", como um viajante. O segundo grupo centra-se na identificação do próprio conceito de "turista" e o terceiro grupo procura encontrar uma definição para "turismo", que resulte da inter-acção entre oferta e procura, ou seja, como um sistema de bem-estar, nas suas diferentes variantes.

De modo a destacarmos a grande heterogeneidade de abordagens, que o conceito de "turismo" tem sido alvo ao longo dos anos, onde se destaca a falta de consenso, sobre o assunto, apresentamos uma sequência cronológica da evolução do conceito de "turismo", onde identificamos alguns dos autores mais determinantes deste processo, país de origem e ênfase das respectivas propostas de definição, assim como, em qual das abordagens se enquadram. Seria fastidioso indicar todos os autores que propuseram ou

apresentaram definições ao conceito de "turismo", não sendo, inclusivamente, esse o objectivo deste trabalho.

**Quadro 1.1** – Cronologia evolutiva das principais definições de "Turismo"

| Nacionalidade | Autor(s) | Ano | Ideia "chave" | Abordagem |
|---|---|---|---|---|
| Reino Unido | 1ª Expressão associada | 1746 | "To take a turn" | Comportamento do Turista |
| Reino Unido | 1ª Referência escrita (Dicionário de Oxford) | 1811 | Viagem | Comportamento do Turista |
| Suiça | Guyer | 1905 | Descanso, viagem, bem-estar | Comportamento do Turista |
| Áustria | Von Schullern | 1911 | Processos económicos | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Itália | A. Mariotti | 1925 | Importância económica | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Alemanha | W. Morgenroth | 1927 | Viagem | Comportamento do Turista |
| Alemanha | R. Glücksmann | 1930 | Viagem | Comportamento do Turista |
| Itália | A. Mariotti | 1933 | Impulso e atracção | Comportamento do Turista |
| Reino Unido | F.W. Ogilvie | 1933 | Viagem | Comportamento do Turista |
| Alemanha | R. Glücksmann | 1935 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| África do Sul | A.J. Norval | 1936 | Actos de consumo | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Itália | A. Mariotti | 1940 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Suiça | Walter Hunziker e Kurt Krapf | 1942 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Suiça | Failletaz | 1948 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Espanha | Xavier de Mestre | 1952 | Desejo de evasão | Comportamento do Turista |
| França | J. Medecin | 1952 | Viagem para ócio | Comportamento do Turista |
| Áustria | P. Bernecker | 1957 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Itália | G. Carone | 1959 | Viagem | Comportamentto do Turista |
| Espanha | F. Fuster | 1967 | Residentes/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Jugoslávia | Z. Jovicic | 1972 | "Turismologia" | 3ª via |
| Austrália | N Leiper | 1979 | Sistema de Viagem e Estadia | Comportamento do Turista |
| Reino Unido | R. Butler | 1980 | Condições Turísticas/Não Residentes | Efeitos do Comportamento do Turista |
| ??? | Mieczkowski | 1981 | Lazer/Recreação | Comportamento do Turista |
| Itália | A. Sessa | 1983 | Conjunto de Produtos e Serviços | Efeitos do Comportamento do Turista |
| ??? | Boniface & Cooper | 1987 | Recreação durante o Lazer | Comportamento do Turista |
| ??? | J.C. Holloway | 1989 | Ócio durante o tempo livre | Comportamento do Turista |
| ??? | Smith | 1989 | "O que quisermos que seja" | Comportamento do Turista |
| Austrália | N. Leiper | 1990 | "Ser turista" | Comportamento do Turista |
| | WTO | 1995 | Viagem | Comportamento do Turista |
| ??? | A. Bull | 1995 | Actividade Humana | 3ª via |
| ??? | McKercher | 1996 | Recreação | Comportamento do Turista |
| ??? | Sinclair | 1998 | Um Produto Composto | Efeitos do Comportamento do Turista |
| ??? | Wilson | 1998 | Vários mercados e indústrias | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Reino Unido | R. Butler | 2000 | Processo Humano | Comportamento do Turista |
| ??? | Milne & Ateljevic | 2001 | Fenómeno produção/consumo | Efeitos do Comportamento do Turista |
| ??? | Johnston | 2001 | Uma Instituição | 3ª via |
| ??? | Massam | 2002 | Qualidade de Vida | 3ª via |
| ??? | Kim | 2002 | Comportamento específico | 3ª via |
| Vários | Poria, Butler and Airey | 2003 | Dimensão subjectiva do comportamento | Comportamento do Turista |
| Bélgica | Vanhove | 2005 | Fenómeno de Procura/Oferta | Efeitos do Comportamento do Turista |
| Austrália | N. Leiper | 2007 | Categoria de Comportamento | Comportamento do Turista |
| Reino Unido | R. Butler | 2008 | "Os problemas são de todos" | 3ª via |

Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar, o termo tem suscitado vasta discussão e diversos pontos de vista, onde nenhuma das abordagens consideradas acaba por obter vantagem sobre a outra, apesar de mais recentemente parecer que se começa a consensualizar em volta da abordagem para a 3ª via, que o conceito envolve. Por um lado, são os efeitos do turista, nas mais diversas realidades económica, sócio-cultural e ambiental e, por outro lado, o comportamento propriamente dito, onde se equaciona a questão da percepção/experiência, ou seja, da "autenticidade existencial", no tempo e no espaço. Verificamos uma grande ambiguidade, falta de consenso, diversidade e diferenciação de conceitos e até alguma falta de uniformização quanto à origem do turismo. Uns proclamam uma definição numa óptica da procura, assente no comportamento e actividades de quem viaja (Smith, 1989; Leiper, 1979, 1990, 1993, 2007; WTO, 1995), outros defendem mais a vertente da oferta, das actividades de resposta de quem as procura (Wilson, 1998; Sinclair, 1998; Vanhove, 2005). Há os que, aparentemente, evoluíram a sua própria concepção da definição (Butler, 1980, 2000, 2008). Há ainda os que encontram a verdadeira definição do termo "turismo" num complexo sistema de interligação entre a oferta e a procura, prevalecendo a importância para a qualidade de vida e o bem-estar (Jovicic, 1972; Bull, 1995; Massam, 2002; Kim, 2002; Butler, 2008), já para não falar nos que gravitam em volta da diferenciação entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, como suporte identificativo do conceito (Echtner and Jamal, 1997). Numa coisa todos concordam, trata-se, sem dúvida, de uma realidade complexa e variada, dificultando por isso a sua clara definição. Pois, uns destacam a sua componente assente na procura e outros destacam a sua componente na oferta, havendo ainda os que não se "arriscam" a definir uma orientação precisa. Contudo, parece que a 3ª via começa a assumir uma tendência, quiçá, fruto da própria evolução das sociedades modernas.

Perante este campo tão complexo e vasto procuraremos encontrar um conceito de turismo que nos permita ser coerentes com o trabalho que se pretende desenvolver. Parece-nos evidente que o "turismo" não se esgota na economia, na sociologia, no ambiente, ou em qualquer outra área conhecida do conhecimento, pois possui essas dimensões, nas quais provoca impactos. Por questões de simplificação, entendemos que podemos referir-nos a essa variedade de influências, referindo as dimensões económica, sócio-cultural e ambiental.

O desenvolvimento turístico faz-se através da transmissão de benefícios e bem-estar, quer aos turistas, quer aos residentes, na óptica de que ambos são responsáveis (plataforma adaptativa de Dann and Cohen, 1991), pois só dessa forma pode o turismo ser sustentável e ter sustentabilidade. As dimensões económicas, socioculturais e ambientais devem pois estar salvaguardadas. Se a componente da procura deve estar sempre presente, pois lidamos com pessoas, a componente da oferta não pode, quanto a nós, ser descurada considerando que essas mesmas pessoas só são "seres" turísticos se adoptarem um "comportamento turístico", nos lugares que procuram para o seu lazer, recreação e contemplação e nos lugares que as consigam atrair, receber e fixar.

Este conceito entende-se melhor quanto mais se verificam vontades das comunidades procurarem o seu desenvolvimento através da captação do "turismo", como se este não dependesse também dessas mesmas comunidades, ou seja, como se o "turista" fosse um dado exógeno, ou, dito por outras palavras, como se o "turista" fosse uma entidade estranha e externa. Ou seja, não basta ter turistas, é necessário ter condições para os atrair, receber e fixar. Assumidamente, também é um dado endógeno.

Este trabalho utiliza o conceito de turismo numa óptica cruzada da oferta e da procura "*como fenómeno de inter-relações, entre turistas e residentes onde as condições de atracção e fixação estão suportadas na qualidade de vida dos destinos e na percepção e experiência dessa mesma qualidade de vida*". O fenómeno aqui deve ser entendido na concepção da filosofia de Kant (1724-1804): "tudo o que é objecto de experiência possível, isto é, tudo o que aparece no tempo ou no espaço e que manifesta as relações determinadas pelas categorias"[15]. Este conceito enquadra-se na abordagem para a 3ª via, considerada, pois tanto se prende com o comportamento do turista, como também se relaciona com os resultados desse mesmo comportamento, numa óptica da qualidade de vida e do bem-estar. Contudo, verificamos que é importante apurar o conceito de "comportamento turístico" para melhorar o entendimento da nossa proposta. Do lado da oferta temos as "condições turísticas" e a "população residente" e do lado da procura temos os "turistas".

[15] Fonte: Dicionário de Língua Portuguesa. Porto Editora, 8ª Edição, Porto, 1998.

Desta forma, a sua medição poderá ser efectuada por qualquer critério adoptado, na óptica pretendida (receitas, despesas, chegadas, índices, camas, unidades hoteleiras, etc.), sendo que nos parece mais apropriado o uso de índices que utilizem combinações de variáveis, uma vez que contemplarão uma maior envolvência desse fenómeno. A definição proposta não contraria aquela que é mais vulgarmente aceite, com o assento tónico nos viajantes que se deslocam para fora da sua residência habitual, por períodos inferiores a um ano, com o propósito de não procurarem e obterem qualquer actividade remunerada. A nossa sugestão contempla esses viajantes, quando falamos em "(…) inter-relação entre turistas e residentes (…)", pois dependerá sempre do que se entender como "turista", contudo, entendemos que a sua definição tradicional pode ir um pouco mais além, não se esgotando no aspecto das saídas do local de residência, por períodos superiores a 24 horas (ficando ainda por clarificar este conceito de "residência": o lar ou o lugar?), podendo abranger inclusivamente novas formas de turismo que poderão surgir com o uso das novas tecnologias.

A definição tradicional de "turismo" possui óptimas condições de medição pois basta centrarmo-nos nas chegadas, receitas ou outra variável isolada relacionada com os viajantes, para podermos obter leituras passíveis de análise, uma vez que determina um período de tempo, bem definido. Reconhecemos que a nossa proposta é menos simpática, para efeitos de medição, contudo julgamos que o uso de índices poderá, de facto, ir ao encontro da medição pretendida.

## 1.2 A importância económica do turismo

O turismo tem assumido desde os anos 60/70 um crescimento tal, que os seus impactos e importância económica, no contexto mundial, lhe tem atribuído um papel determinante no processo de crescimento e desenvolvimento das economias (Liu and Wall, 2006; Hampton, 2005; Marcouiller *et al*., 2004; Bansal and Eiselt, 2004; entre muitos outros). Apesar de nos últimos tempos, particularmente após o 11 de Setembro de 2001 (Stead, 2005; Ritchie, 2004) e os atentados de Bali, de Madrid, de Londres, o tsunami de 2004, a crise política e social no Médio Oriente e em outras zonas do nosso planeta, particularmente do continente africano, asiático e sul-americano, começar a pairar algum receio em viajar e sair, pelo menos para alguns locais do globo, o turismo[16] continua a apresentar um comportamento global muito aceitável, quer em termos de viagens, quer em termos de receitas (WTO, Jun/2006). Nos últimos dois anos a instabilidade na economia mundial veio "arrefecer" as dinâmicas das viagens internacionais. Se em 2007 ainda se assistiu a um crescimento nas chegadas dos turistas internacionais em cerca de 7%, o ano de 2008 já sentiu essa alteração com um crescimento das chegadas de turistas na ordem dos 2%[17].

A questão do turismo ser de natureza interdisciplinar ou multidisciplinar, não permite afigurá-lo como um sector económico. Contudo, há leituras económicas que se lhe podem retirar. Portanto, quando nos referimos ao turismo, numa óptica económica, é vulgar o uso do termo "sector". Assim, podemos dizer que o sector do turismo, representava, em 2003, cerca de 6% das exportações mundiais de bens e serviços e 30% do total das exportações de serviços (expressos em US $)[18]. Estimava-se que em 2006, o sector das "Viagens e Turismo", contribuísse directa e indirectamente com 10,4% para o PIB mundial, 12,2% para as exportações mundiais e 9,5% para o investimento mundial[19]. Para 2008, já se estimava que o sector das "Viagens e Turismo", contribuísse directa e indirectamente com 9,9% para o PIB mundial, 10,9% para as exportações mundiais e com 9,4% para o investimento mundial (p.3 da parte 1, da fonte indicada na nota de pé de página 9). Ainda segundo a mesma fonte, mas já numa óptica sociológica,

[16] (NA) Para efeitos estatísticos utilizaremos a definição da WTO, pois os dados disponíveis, estão nesta óptica.
[17] Fonte: Relatório da Competitividade das Viagens e Turismo do Forum Mundial de Economia/2009.
[18] Fonte: www.world-tourism.org/facts/eng/economy.htm.
[19] Fonte: Relatório da Competitividade das Viagens e Turismo do Fórum Mundial de Economia/2008.

em 2006, cerca de 51% das chegadas foram efectuadas com o propósito de lazer e recreação, enquanto que 16% tiveram como fim o negócio, e 27% outros motivos, tais como visitas a amigos, questões religiosas, saúde e tratamento, entre outros. Não foram especificados os motivos de 6% do total das chegadas. 43% das viagens internacionais foram efectuadas por estrada, 4% por comboio, 46% de avião e 7% de barco. Para termos uma ideia da importância crescente do sector desde a II Guerra Mundial, basta verificar que, em 1950, as chegadas registadas no mundo eram de 25,3 milhões de pessoas e que, em 2008, eram de, cerca de, 924 milhões de pessoas, apresentando um crescimento médio de cerca de 6,2% ao ano e um crescimento global de cerca de 3.550%. Contudo, se analisarmos a evolução das chegadas em períodos de 10 anos, desde a II Grande Guerra, verificamos que, em termos mundiais, temos vindo a assistir a uma diminuição nas taxas de crescimento dessa variável[20] (1950-60: 10,6%; 1960-70: 9,1%; 1970-80: 5,3%; 1980-90: 4,7%; 1990-2000: 4,4%). O turismo já emprega mais de 160 milhões de pessoas e também já ocupa mais de 40.000 agências de viagens em todo o mundo (Claver-Cortés *et al*., 2007).

Numa óptica geográfica podemos dizer que, em 2007, os principais destinos mundiais, mantiveram a sua posição. A França foi o país com maior número de chegadas em 2007, com 81,9 milhões de pessoas, seguida da Espanha com 58,9 milhões e dos Estados Unidos com 55,9 milhões. A China (excluindo Hong Kong e Macau) já atingiu o número de 54,7 milhões de chegadas. Portugal manteve-se na 19ª posição mundial com 12,3 milhões de turistas estrangeiros[21]. Podemos também observar, de forma grosseira, qual a intensidade turística que alguns países apresentam, em termos de quantidade de turistas existentes para a população de cada país: Áustria (237%), Irlanda e Croácia (176%), Espanha (133%), França (124%), Hungria (122%) e Portugal (110%)[22]. Uma coisa parece certa, o turismo contribui significativamente para o crescimento da economia global (Lee and Chang, 2007).

É comum ler-se e ouvir-se que o "desenvolvimento da economia depende do turismo", apesar dos diferentes impactos não estarem devidamente estudados, seja em termos de variáveis (Tremblay, 1998) ou, seja por questões de definição do próprio conceito de

[20] Fonte: World Tourism Organization (WTO), data collected in November/2005.
[21] Fonte: UNWTO World Tourism Barometer, vol.7, nº1, Jan/2009.
[22] (NA) Dados de 2004.

turismo (Northcote and Macbeth, 2006; Reisinger and Steiner, 2006; Cary, 2004; Hunter, 2002; Johnston, 2001a; Toh *et al*., 2001; Richards, 1999; Sinclair, 1998; Wilson, 1998; McElroy and De Albuquerque, 1998; Tooman, 1997a; Echtner and Jamal, 1997; McKercher, 1996; Moore *et al*., 1995). Isto tem levado a que um conjunto de decisões, ao nível político e empresarial e em termos locais, regionais e nacionais, sejam tomadas tendo em vista essa mesma influência. Ora, é importante que os diferentes decisores tenham presente que a tomada de decisão deva estar suportada em informações, suficientemente rigorosas e baseadas em conhecimento, pois de outra forma, estaremos a trabalhar no campo da intuição[23]. Mais, vulgarmente são identificados os efeitos no emprego, nos preços, nas divisas, no investimento, nas infra-estruturas, nas tecnologias, no rendimento, nos impostos, como os mais significativos de natureza económica. Contudo, sempre numa óptica geral e não numa óptica sectorial, onde se identifiquem os sectores ou sub-sectores relacionados com o turismo que mais beneficiam com o turismo, sejam eles da área dos serviços, do comércio ou até da indústria.

A questão do perigo da excessiva dependência económica do turismo deve ser bem entendida, pois isso poderá ajudar a perceber melhor algumas tendências e efeitos de decisões que se pretendam tomar. Uma economia altamente dependente do turismo será toda aquela cuja maior parte do seu tecido empresarial e institucional esteja assente nas actividades HORECA (HOtéis, REstaurantes e CAfés) e onde as suas indústrias de bens e serviços sejam basicamente de produção de bens e serviços relacionados com as actividades de lazer, recreação e contemplação (construção e reparação de embarcações de recreio e seu aprestamento; produtos para a praia, montanha e neve; vestuário e calçado de praia, montanha e neve; habitações com tipologias apropriadas a pequenas estadias e poucas pessoas; artesanato local; actividades de animação e diversão; entre muitos outros), que ocupam grande parte da população residente e sejam a sua principal fonte de rendimento. Existe, por conseguinte, uma forte dependência do turismo, quando existe grande número de empresas dependentes do turismo e quando cresceram os negócios turísticos (Koenig-Lewis and Bischoff, 2005). Portanto, a probabilidade de maior ou menor dependência, está sujeita à diversidade do tecido económico. Por outro

[23] (NA) Naturalmente que, por vezes, muitas das boas decisões são tomadas com base na intuição, mas essa não deve, nunca, ser a regra para a decisão, pois coincidências positivas de acontecimentos nem sempre ocorrem.

lado, o impacto económico do turismo depende de grande diverisdade de variáveis, que estão para além da simples quota de mercado, que incluem os factores contingenciais, a estrutura do sector, o comportamento das exportações tradicionais, taxas de câmbio e políticas macroeconómicas (fiscais, monetárias e de mercado de trabalho) (Dwyer and Kim, 2003).

Medir os impactos económicos do turismo não é tarefa fácil, o que de alguma forma reforça a ideia que o turismo não é exclusivamente uma actividade económica. Também por este motivo, consideramos ser mais prudente o recurso a índices complexos, para medir os efeitos do turismo nas sociedades. Contudo, frequentemente recorre-se a posicionamentos relativos dos países para os avaliar em termos de desenvolvimento e, mais recentemente, em termos de competitividade[24]. Verifica-se que, consoante a variável considerada, assim os países, e naturalmente as regiões, adquirem posicionamentos relativos diferenciados. Por exemplo, a França que lidera o *ranking* dos principais destinos turísticos, já desce para a 4ª posição quando avaliamos os valores das exportações do total dos serviços. A Espanha passa da 2ª posição para a 7ª. Contudo, o Reino Unido já recupera lugares, passando da 6ª posição para a 2ª. Portugal agrava significativamente o seu lugar, pois desce para a 34ª posição no total dos países exportadores de serviços. Isto para dizer que, consoante o critério utilizado, assim teremos diferentes posicionamentos competitivos das regiões.

**Quadro 1.2** – Estatísticas Gerais dos principais países europeus de destino turístico

(ano de 2005)

| *Ranking*[1] | *Ranking*[2] | Países | Exportações[3] | Importações[3] | PIB[4] | População[5] | Emprego[5] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 4 | França | 554 | 576 | 1.710 | 62.371 | 24.611 |
| 2 | 7 | Espanha | 287 | 345 | 905 | 43.038 | 18.895 |
| 5 | 6 | Itália | 465 | 464 | 1.417 | 58.462 | 22.651 |
| 6 | 2 | Reino Unido | 571 | 655 | 1.791 | 60.060 | 28.072 |
| … | … | … | … | … | … | … | … |
| 19 | 34 | Portugal | 53 | 71 | 147 | 10.529 | 5.132 |
| | | Europa (25) | 4.978 | 4.893 | 10.844 | 461.332 | 197.049 |
| | | Mundo | 12.690 | 12.690 | ND | ND | ND |

1) *Ranking* de chegadas turísticas
2) *Ranking* de exportações de serviços
3) Em Biliões de dólares americanos
4) Em biliões de euros
5) Em milhares de unidades

Fonte: Elaboração própria com base em dados de UNWTO, Mai/05 e Nov/05 e "Overview International Tourism – 2004" (Facts & Figures section at www.worl-tourism.org).

[24] (NA) Veja-se a este propósito os Relatórios do Fórum Económico Mundial/2008 e 2009, sobre a competitividade dos destinos turísticos.

Em termos de comércio internacional verificamos que, apesar da Europa se apresentar globalmente como uma região com *superávit*, os seus principais destinos turísticos são deficitários, excepto a Itália. Quando analisamos exclusivamente os dados referentes ao sector do turismo, também podemos ter posições alteradas, pois consoante a variável escolhida assim a posição relativa das regiões será modificada. Basta olharmos para a confrontação entre as chegadas e as receitas. Por outro lado, Espanha e Portugal apresentam-se como altamente dependentes do turismo, em termos das suas relações comerciais internacionais e do emprego que proporciona a essas economias. Em 2004, a taxa de cobertura das receitas do turismo no total das importações, representam cerca de 13% e 11%, respectivamente, para Espanha e Portugal, sendo que, dentro dos principais destinos turísticos, são os valores mais altos. Ora, isto reforça a importância que o sector possui no total destas economias, levando a que se deva ter um cuidado adicional sobre o seu controlo e planeamento.

**Quadro 1.3** – Estatísticas Gerais de Turismo dos principais países de destino turístico

(ano de 2004)

| *Ranking*[1] | *Ranking*[2] | Países | Receitas[3] | Despesas[3] | Chegadas[4] | Emprego[5] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 3 | França | 40,8 | 28,6 | 75,1 | 783 |
| 2 | 2 | Espanha | 45,2 | 12,2 | 53,6 | 988 |
| 5 | 4 | Itália | 35,6 | 20,5 | 37,1 | 773 |
| 6 | 6 | Reino Unido | 27,3 | 56,5 | 27,8 | 1.146 |
| … | … | … | … | … | … | … |
| 19 | 13 | Portugal | 7,7 | 3[6] | 11,6 | 259 |
| | | Europa | 326,7 | ND | 416,3 | 7.132 |
| | | Mundo | 623 | 623 | 763 | ND |

1) *Ranking* de chagadas turísticas
2) *Ranking* de receitas
3) Em milhões de dólares americanos
4) Em milhões de unidades
5) Valores para os hotéis e a restauração (em milhares)
6) Cálculado por aproximação, pelo próprio, com base em dados disponíveis num relatório trimestral de 2005, da Direcção Geral do Turismo de Portugal

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios da Eurostat – 27/2006 e Eurostat – Tourism Statistics, 2007, ed.

O sector do turismo possui uma dinâmica e caracteriza-se com uma complexidade tal que lhe permite ser usado como indicador dos níveis de desenvolvimento das diferentes regiões e sub-regiões. Várias análises são efectuadas com o recurso ao turismo, pois é de tal ordem transversal que abrange grande parte das outras actividades e modos de vida. Considerando os valores agregados das grandes regiões do mundo numa classificação apresentada pela WTO, podemos analisar alguns dados.

**Quadro 1.4** - Importância do Turismo num contexto Mundial (Receitas em milhões €)

| Regiões | 1990 | | 1995 | | 2000 | | 2004 | | 2007 | | Var. Anual % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | |
| Europa | 114.362 | 53% | 161.973 | 52% | 250.751 | 48% | 262.636 | 52% | 317.021 | 51% | 6,2% |
| Américas | 54.436 | 25% | 75.265 | 24% | 141.791 | 27% | 105.862 | 21% | 125.108 | 20% | 5,0% |
| Ásia/Pacífico | 36.646 | 17% | 62.682 | 20% | 97.858 | 19% | 100.458 | 20% | 133.958 | 22% | 7,9% |
| África | 5.027 | 2% | 6.352 | 2% | 11.485 | 2% | 14.740 | 3% | 20.767 | 3% | 8,7% |
| Médio Oriente | 4.032 | 2% | 8.000 | 3% | 16.924 | 3% | 16.886 | 3% | 24.752 | 4% | 11,3% |
| Total | 214.503 | 100% | 314.272 | 100% | 518.809 | 100% | 500.582 | 100% | 621.606 | 100% | 6,4% |

Fonte: World Tourism Organization – Nov.2005 (WTO) e UNWTO World Tourism Barometer, vol.7, nº1, Jan/2009.

O quadro anterior mostra a evolução das receitas turísticas entre 1990 e 2007, onde se verifica que, em 2007, a Europa possuía 51% da quota de mercado, com 317.021 milhões de euros de receita. A região do mundo que mais cresceu em termos de média anual, neste período de tempo, foi o Médio Oriente, com 11,3%. Verificamos também que todas as áreas geográficas referidas estão muito distantes dos resultados da Europa. Nestes últimos 17 anos, em termos de receitas, o grande perdedor foi o continente Americano, que passou de 25% para 20% da quota de mercado, enquanto a região Ásia/Pacífico ganhou 5% dessa quota.

**Quadro 1.5** - Importância do Turismo num contexto Mundial (Chegadas em milhões)

| Regiões | 1990 | | 1995 | | 2000 | | 2004 | | 2007 | | Var.Anual % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | |
| Europa | 264,8 | 60% | 309,3 | 57% | 384,1 | 56% | 416,4 | 55% | 487,9 | 54% | 3,7% |
| Américas | 92,8 | 21% | 109,0 | 20% | 128,2 | 19% | 125,8 | 16% | 142,5 | 16% | 2,5% |
| Ásia/Pacífico | 57,7 | 13% | 85,0 | 16% | 114,9 | 17% | 152,5 | 20% | 185,4 | 20% | 7,2% |
| África | 15,2 | 3% | 20,4 | 4% | 28,2 | 4% | 33,2 | 4% | 44,8 | 5% | 6,6% |
| Médio Oriente | 10,0 | 2% | 14,3 | 3% | 25,2 | 4% | 35,4 | 5% | 47,5 | 5% | 9,6% |
| Total | 440,5 | 100% | 538,0 | 100% | 680,6 | 100% | 763,3 | 100% | 908,2 | 100% | 4,3% |

Fonte: World Tourism Organization – Nov.2005 (WTO) e UNWTO World Tourism Barometer, vol.7, nº1, Jan/2009.

Quanto às chegadas, o panorama distributivo é praticamente o mesmo, apenas com um ligeiro ganho de posição de África, no ano de 2007. Em 2007, a Europa continuava em

posição de destaque com 54% da quota, com 487,9 milhões de chegadas. Também neste caso foi o Médio Oriente que mais cresceu, em média por ano, durante este período, com 9,6%. Verificamos que nestes últimos 17 anos a Europa e as Américas perderam posição relativa em benefício das outras regiões, com destaque para a Ásia/Pacífico, que captou 7% adicional de quota.

Quanto às origens, segundo as estatísticas da WTO para 2004, a Europa era responsável por 56,5% dos movimentos, com uma emissão de 431,3 milhões de turistas, seguida da Ásia/Pacífico com 19,8% e 151,2 milhões, das Américas com 16,7% e 127,7 milhões, do Médio Oriente com 2,9% e 22 milhões, de África com 2,4% e 18,2 milhões e finalmente de origem não especificada 1,7% e 12,9 milhões de turistas. Também aqui os valores mantiveram-se, em 2007, sensivelmente iguais.

Perante estes valores é possível uma ligeira apreciação introdutória sobre a posição relativa das regiões num contexto de diferentes níveis de desenvolvimento, onde a taxa média (TM) de crescimento de cada região, entre 1990 e 2004, serve de referência às referidas apreciações.

**Quadro 1.6** - Percentagens médias de crescimento anual e anos necessários para atingir a Europa de 2006 (1990 – 2006) – As regiões do mundo

| Receitas | | |
|---|---|---|
| Regiões | TM | Anos |
| Europa | 6% | 2006 |
| Américas | 5,3% | 33 |
| Ásia/Pacífico | 7,7% | 28 |
| África | 9% | 47 |
| Médio Oriente | 11,2% | 40 |
| Total | 6,4% | |

| Chegadas | | |
|---|---|---|
| Regiões | TM | Anos |
| Europa | 3,5% | 2006 |
| Américas | 2,4% | 68 |
| Ásia/Pacífico | 6,8% | 32 |
| África | 6,5% | 54 |
| Médio Oriente | 9,4% | 43 |
| Total | 4,2% | |

Fonte: Elaboração própria

Perante as taxas médias de crescimento anual de cada região durante este período, verificamos que África necessita de 47 anos para atingir os valores de 2006 da Europa, em termos de receitas e de 54 anos em termos de chegadas. As Américas apesar de possuírem menos de metade da taxa de crescimento das receitas (5,3%) que o Médio

Oriente (11,2%), necessitam de menos tempo para atingir os níveis europeus de 2006, 33 anos contra 40 anos, respectivamente. Quer em termos de receitas, quer em termos de chegadas, os anos necessários para cada região atingir os níveis europeus de 2006, não são significativamente diferentes, excepto no caso das Américas onde, se para as receitas necessita de 33 anos, no caso das chegadas são necessários 68 anos, isto por efeito da diferença existente nas taxas médias de crescimento até à data de 2004.

**Quadro 1.7** - Percentagens médias de crescimento anual necessárias para atingir a Europa de 2006 (1990 – 2006) – As regiões do mundo

| Receitas | | |
|---|---|---|
| Regiões | TM | Anos |
| Europa | 6% | 2006 |
| Américas | 11,3% | |
| Ásia/Pacífico | 14% | |
| África | 29,1% | |
| Médio Oriente | 30,9% | |
| Total | 6,4% | |

| Chegadas | | |
|---|---|---|
| Regiões | TM | Anos |
| Europa | 3,5% | 2006 |
| Américas | 10,5% | |
| Ásia/Pacífico | 13,8% | |
| África | 23,9% | |
| Médio Oriente | 27% | |
| Total | 4,2% | |

Fonte: Elaboração própria

Outra apreciação possível prende-se com as taxas de crescimento médio anual que teriam sido necessárias para que cada região tivesse, durante este período, atingido, em 2006, os mesmos valores da Europa. Assim, por exemplo, África em vez de ter tido 9% e 6,5% de crescimento médio anual para as receitas e chegadas respectivamente, deveria ter tido 29,1% e 23,9% para cada item. Se as Américas tivessem crescido mais 5%, ou seja 7,4% do que aquilo que efectivamente cresceram nas chegadas (2,4%) necessitariam de cerca de 22 anos para atingir os níveis actuais da Europa e não os assustadores 68 anos. De todas as regiões seria a que estaria mais próxima, com um atraso de 22 anos, ao invés de estar muito mal colocada neste aspecto, ou seja, 68 anos de atraso.

Como já referimos, o turismo é uma área transversal e complexa, onde convive um conjunto de factores e variáveis, que funcionam muitas vezes simultaneamente como

causa e efeito da sua própria realidade económica (Turner and Witt, 2001 e Smeral, 2004, citado por Vanhove, 2005). São:

- As variáveis de oferta (destinos) (Divisekera, 2003; González and Falcón, 2003; Seddighi and Theocharous, 2002; Hovinen, 2002; Weaver, 2000; Saveriades, 2000; Dwyer *et al*., 2000; Uysal *et al*., 2000; Baloglu and McCleary, 1999; Clements and Georgiou, 1998; Tooman, 1997a; Russell and Faulkner, 2004; Framke, 2002; Dwyer and Kim, 2002; entre muitos outros);
- As variáveis de procura (turistas e excursionistas): segundo Vanhove (2005), a estimação da procura futura assume um papel fundamental na gestão e planeamento do turismo e nas necessidades de investimento. O autor refere ainda, que é um assunto de difícil tratamento devido à grande diversidade de variáveis, sendo que algumas são imprevisíveis (Collins and Tisdell, 2002; Eadington and Redman, 1991; Uysal and Crompton, 1985; Archer, 1987; Yesawich, 1984; Martin and Witt, 1987: 1989; Smeral, Witt and Witt, 1992; Bansal and Eiselt, 2004; Clewer *et al*., 1990; entre muitos outros);
- As características e comportamentos dos turistas (Lam and Hsu, 2006; Lew and McKercher, 2006; Collins and Tisdell, 2002; Hillery *et al*., 2001; entre outros);
- Os mercados e seus segmentos (Nadal *et al*., 2004; Agarwal, 2002; Bansal and Eiselt, 2004; Baidal, 2004; entre outros);
- O ciclo de vida associado ora aos produtos, ora aos destinos (Butler, 1980, 1993, 2000, 2006a, 2006b, 2008; Haywood, 1986; Hovinen, 2002; Aramberri, 2001; Agarwal, 2002; Weaver, 2000; Tooman, 1997a; Collins and Tisdell, 2002; Russel and Faulkner, 2004; Moore and Whitehall, 2005; Toh *et al*., 2001; Lundtorp and Wanhill, 2001; Baum, 1998; Opperman, 1995; McElroy and De Albuquerque, 1998; McElroy, 2006; Johnston, 2001a, 2001b; entre muitos outros);
- A competitividade dos lugares (Russo and Borg, 2002; Framke, 2002; Piga 2003; Kajanu *et al*., 2004; entre outros);
- Os obstáculos e limitações ao comportamento esperado (March and Woodside, 2005; Hampton, 2005; Landes, 2002; Ritchie, 2004; entre outros);
- As capacidades de carga nas suas diferentes leituras (Butler, 1997; Simón *et al*., 2004; Cooper *et al*., 2003; Saveriades, 2000; Getz, 1983; entre muitos outros);

- A sua influência para a sustentabilidade (Butler, 1999; Piga, 2003; Massam, 2002; Macaulay Institute, 2006; entre outros);
- As virtudes e defeitos da sua existência, tais como as externalidades (Guellec e Ralle, 2001; Burns, 2004; entre outros).

Esta multiplicidade e variedade de inter-relações dificultam o seu levantamento, tratamento e análise, fazendo com que, quando se estuda alguma das suas partes temos obrigatoriamente que abordar outras, proporcionando resultados quase sempre não suficientemente conclusivos, como se comprova por algumas das referências efectuadas anteriormente. Daí que o turismo assuma tão grande importância num contexto de desenvolvimento e entendimento da evolução das economias.

É também assumido que o turismo, sendo dinâmico (Beni, 1997; Hall, 2000), deve melhorar com a sua intervenção a Qualidade de Vida das populações, sejam elas dos residentes, como também dos próprios turistas (Massam, 2002; Hall, 2000). Até porque, supostamente, os custos de Qualidade de Vida, são um dos custos sociais do turismo (Frechtling, 1987). Como as novas teorias do crescimento apontam no sentido de um maior esforço por parte dos estados no crescimento das economias (Guellec e Ralle, 2001), o turismo deve estar, neste contexto, na linha da frente. Verificamos, desde já, que as administrações públicas e privadas, centrais, regionais e locais deverão estar atentas às dinâmicas do sector e saber onde, como e quando intervir. A qualidade de vida das populações residentes deve ser a principal preocupação dos líderes das comunidades, pois se o turismo resultar em degradação dessa qualidade de vida, os residentes podem ficar renitentes quanto à presença de turistas (Kim, 2002).

Já vimos que a conotação directa do turismo com a economia, não é evidente, deixando por discutir até que ponto o turismo é, como tantas vezes se diz, "um sector económico". Há, de facto, princípios económicos que não se verificam, mas há outros que sim. Por exemplo, a premissa da economia clássica (Say), em como "a oferta cria a sua procura" não está garantida no turismo, mas, por outro lado, os princípios das "economias de aglomeração" (Weber) e dos "efeitos de cluster", já se aplicam.

Muitos autores têm desenvolvido esquemas ou modelos de concepção do sistema turístico ou de parte dele, como forma de melhorar o seu entendimento e

pressupostamente para facilitar a utilização dos seus instrumentos (Liu and Wall, 2006 – Recursos Humanos; Russo and Borg, 2002 – Atracção do destino urbano; Massam, 2002 – Indicadores; Ko and Stewart, 2002 – Relação turista/residente e atitudes perante a comunidade local; Sautter and Leisen, 1999 – Stakeholders; Russel and Faulkner, 2004 – Relação entre o Ciclo de Vida do destino e a Teoria do Caos; Burns, 2004 – Planeamento participativo; Bansal and Eiselt, 2004 – Plano de viagem; Ritchie, 2004 – Gestão de crises e desastres; Kernel, 2005 – Stakeholders; Lam and Hsu, 2006 – Escolha do destino; Lew and Mckercher, 2006 – Fluxos de movimentos de turistas nos destinos; Agarwal, 2002 – As dinâmicas do declínio de um Resort; Butler, 1980 – Ciclo de vida de um destino; Dwyer and Kim, 2002 – Competitividade dos destinos; Seddighi and Theocharous, 2002 – Comportamento do turista e a escolha do destino; Weaver, 2000 – Cenários de desenvolvimento dos destinos; Saveriades, 2000 – Determinação da capacidade de carga social; Baloglu and McCleary, 1999 – Formação de uma imagem de destino).

Em termos de medição dos impactos económicos do turismo, os modelos mais utilizados não garantem total segurança nas suas análises, isto porque se, por exemplo, o uso de multiplicadores possui vantagens e desvantagens, já o modelo *input-output*, apresenta-se como mais apropriado para os efeitos secundários (Archer, 1982).

Perante tão grande multiplicidade de áreas, variáveis e inter-relações, muitas vezes torna-se difícil isolar com rigor o que se pretende analisar e estudar, de modo a se poder transformar informação em conhecimento e este em ferramentas para a acção.

Para nós, mais do que medir os efeitos em termos de percentagem no PIB, receitas, chegadas, emprego, balança de pagamentos, ou seja, mais do que medir os efeitos puramente económicos, interessa-nos avaliar os impactos em termos dos comportamentos público-privados, provocados pela existência de turistas. Assim, as questões da qualidade de vida e do bem-estar apresentam-se como mais importantes.

Considerando, que o desenvolvimento económico depende da “acumulação de capital”, ou seja, depende do investimento e, que este só é possível com a existência de poupança (famílias), lucros (empresas) e excedentes financeiros (estado e outras instituições), então, devemos atender que para a obtenção de lucro é necessário existir “venda” (de

trabalho por parte das famílias; de bens e serviços por parte das empresas, estado e outras instituições), seja esta em termos internos ou em termos externos (exportações). Nesta matéria, já referimos que o turismo internacional assume-se claramente como uma actividade exportadora, com a vinda de turistas estrangeiros[25]. Assim, qualquer tentativa de análise de desenvolvimento turístico deve contemplar o "capital" (investimento), seja ele físico, humano ou tecnológico, a "venda"[26] e, os que devem ser os principais beneficiados desse desenvolvimento, a "população residente".

Assumidamente, o turismo pauta cada vez mais as estratégias de desenvolvimento dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Entendemos que os resultados da utilização das diferentes estratégias competitivas dependem da fase de desenvolvimento em que se encontra um destino e o da sua concorrência.

[25] O turismo internacional é tendencialmente mais contributivo para o rendimento das comunidades (Pearce, 1990).
[26] (NA) Em termos turísticos, devemos considerar os turistas ou a sua quota de mercado, no caso particular os turistas estrangeiros.

# Capítulo 2

# O produto “Destino Turístico Sustentável”

Considerando que o "destino" surge como conceito fundamental neste trabalho, onde se pretende verificar como pode um determinado destino, enquanto lugar de atracção e fixação de turistas, ser comparado com outros destinos concorrentes, de modo a se poder avaliar a sua posição relativa em termos de desenvolvimento turístico, é pois fundamental podermos analisar o conceito nas suas diferentes vertentes. Primeiro, interessa saber qual o entendimento que se deve dar a um produto, depois a um destino e de seguida a um destino turístico, para podermos verificar se podemos, ou não, conotar um destino turístico a um produto. Também convém apreciar os conceitos de "sustentabilidade" e de "sustentável" para validarmos a expressão "Destino Turístico Sustentável". As questões relacionadas com a competitividade dos destinos devem ser entendidas para podermos equacionar a forma de compararmos esses mesmos destinos. Finalmente, pretendemos analisar os aspectos mais determinantes para o desenvolvimento turístico dos destinos turísticos sustentáveis.

## 2.1 Características do produto "Destino Turístico"

*Produto*

O crescente interesse pela perspectiva regional do turismo floresceu devido à constatação das limitações que estudos sobre o turismo apontavam quanto ao turismo nacional (Oppermann, 1992). Contudo, a análise nacional mantém o seu interesse, pois a concorrência internacional não é vista apenas entre regiões, mas também entre nações. É vulgar encontrarem-se opiniões e posições escritas conotando uma região turística, enquanto destino, como um produto e, consequentemente, sujeitando-se aos mesmos cuidados e abordagens comerciais que um produto tradicional. Isto porque, um produto pode ser desenvolvido e comercializado (Hovinen, 2002). Contudo, dada a extensão do termo, o mesmo também é utilizado para referir o *output* de actividades de serviços comerciais e financeiros, para além do tradicional sector industrial. Considerando que a produção é a criação ou elaboração de bens e serviços (numa óptica económica) e a realização de comportamentos em consequência de imagens criadas no nosso imaginário, por percepções ou crenças e por experiências passadas (numa óptica psicosociológica), então um produto é o resultado dessa produção. Um produto pode então ser o resultado de uma criação física, de uma criação mental, ou até mesmo, de uma combinação de ambos.

*Destino*

Um "Lugar" pode ser entendido como conceito cartesiano (superfície, físico, objectivo), ora como sítio que não habitamos, mas que todos nós, com meios diferentes e em posições sociais diversas, activamente construímos e investimos de significado (Mitchell, 2000) (in Lew *et al*., 2004, p.202). Tradicionalmente, e numa óptica geográfica, um destino pode ser entendido como um lugar com fronteiras bem definidas (Hall, 2000; Davidson and Maitland, 1997) (in Buhalis, 2000) e (Framke, 2002). Já numa óptica mais sociológica, um destino é um conjunto de experiências e percepções.

Pode também ser visto como um contexto de criação e relação social, de valores e comportamentos (Chon, 1989) (in Lam and Hsu, 2006), ou ainda, como abordagem de "política pública", "marketing" e "crítica" (Lew *et al*., 2004, pp.214 e 217). Para Kotler *et al*. (1993) (in Dwyer and Kim, 2003) a imagem de um destino é composta pela soma das crenças, ideias e impressões que as pessoas possuem de um lugar.

A literatura do turismo assume que o conceito de "destino" está directamente associado ao conceito de "turismo", ou seja, falar em "destino" é assumir que estamos a falar de "destino turístico" (Buhalis, 2000), isto porque o conceito e definição de "destino", continua vago na literatura do turismo, em consequência do elevado número e variedade de termos usados, cada um com as suas prioridades (Murphy *et al*., 2000). Contudo, se por um lado um "destino" pode estar conotado com outras realidades que não só o "turismo", por outro lado, acabamos por não perceber que "destino" devemos considerar, se o intermédio ou o final, de determinado fluxo ou deslocação. Tanto podemos ser confrontados com "destinos turísticos", "destinos de recreação" (Butler, 2000), "destinos industriais", "destinos financeiros", ou "destinos comerciais", como podemos ter, ora um "destino intermédio", ora um "destino final". Assumidamente, para se tratar de um "destino turístico", devemos estar em presença de um conjunto de características, consideradas "turísticas". Para Runyan (2006) os destinos "não turísticos" não dependem de turistas para dinamizarem as suas actividades económicas e empresariais, mas sim da sua população local. Esta posição dá claramente a ideia que os "destinos turísticos" dependem da existência de "turistas".

O conceito de "destino" ainda não é homogéneo nem uniforme, sendo que, apesar de tudo, os autores estão de acordo quanto à sua importância num contexto turístico. Podemos de forma simplificada indicar que um destino envolve tudo o que é referido, ora um "lugar físico," ou uma "criação mental", mas sempre com uma "identidade" bem definida.

*Destino Turístico*

Um destino deve possuir uma identidade pois a Teoria da Identidade Social é a que melhor se adapta à questão da sustentabilidade da identidade local. Quando se fala de "destinos turísticos" vêm-nos à memória imagens (Runyan, 2006). Ainda segundo este autor, a imagem é fundamental para atrair turistas. Por outras palavras, um "destino turístico" só o é se possuir turistas, para isso necessita de possuir "características turísticas". A imagem de um destino turístico depende do "mosaico" de atracções e o perfil dos visitantes a um destino, será parcialmente determinado pela disponibilidade de atracções (Mill and Morrison, 1985) (in Pearce, 1991). Já Assael (1984) (in Baloglu and McCleary, 1999) referia que a imagem assume grande importância na percepção de um produto formado pelo processamento de informação de várias fontes. Esta questão é também reforçada pela instabilidade política que afecta a atracção de um destino (Clements and Georgiou, 1998).

Por outro lado, o *ranking* e as quotas de mercado têm sido alteradas ao longo dos anos, porque as imagens dos destinos têm sido alteradas. Para a determinação da "imagem" e "re-imagem" (Kearsley, 1994) do destino, o que mais importa são as percepções de quem as procura (Zelinsky, 1994) (in Oppermann, 1996). Contudo, por vezes, as percepções dos destinos não se confirmam (Galani and Moutafi, 2000) (in Andriotis, 2006), isto porque os desenhos mentais que se criam à sua volta acabam por resultar de imagens completa ou parcialmente erradas, outras vezes, são as próprias práticas locais que penalizam a sua imagem pois, como diz Butler (1994) (in Koenig-Lewis and Bischoff, 2005), se um destino quiser atrair turistas, fora dos períodos sazonais, as comunidades locais deverão estar apoiadas em todos os aspectos, daí que muitas atracções não deverão fechar nas épocas fora das tradicionais épocas turísticas. Se tal acontece, os próprios turistas sentir-se-ão afectados até nas próprias épocas altas (Koenig-Lewis and Bischoff, 2005), pois o fecho das atracções nas épocas baixas acabam por afectar a imagem e reputação do destino (Flognfeldt, 2001) (in Koenig-Lewis and Bischoff, 2005). As visitas dependerão sempre da relação entre as preferências dos turistas e as percepções proporcionadas pelo destino (Dwyer and Kim, 2003).

Para Sadler (1988) (in Butler, 2000) um dos mitos do turismo é que este depende de um ambiente saudável ou primitivo. Contudo, há tipos de turismo que nada têm a ver com o ambiente, como sejam a visita a amigos e familiares e o património construído, que pouco ou nada tem a ver com o ambiente natural (Butler, 2000). Também muitos *resorts* e destinos possuem pouca relação com o ambiente natural e primitivo. No entanto, não podemos negligenciar que um destino turístico é composto pelas experiências fisicas que incluem os cenários paisagísticos, a flora e a fauna, ou até o clima (Dunn and Iso-Ahola, 1991; Buckley, 1994) (in Murphy *et al*., 2000), bem como as proporcionadas pelas infra-estruturas de suporte da visita (Murphy *et al*., 2000).

Os factores sociais como a forma de receber dos locais, a língua, as estruturas familiares, ocupações, densidade urbana e *layout* urbano, também são atributos de um destino (Canestrelli and Costa, 1991; Machlis and Burch, 1983) (in Murphy *et al*., 2000). Kutler, Bowen and Makens (1996) (in Murphy *et at*., 2000) propõem 6 factores macro-ambientais para caracterizar um destino turístico: demográficos, económicos, naturais, tecnológicos, políticos e culturais, pois estes acabam por influenciar as experiências e as percepções dos turistas. Até porque, como diz Wall (1993) (in Fennell and Butler, 2003), diferentes tipos de turismo adaptam-se a destinos específicos:

- Diferentes tipos de turismo são provavelmente apropriados a diferentes áreas;
- Tipos de sustentabilidade turística são os compatíveis com os usos e culturas locais, sensíveis aos recursos básicos e economicamente viáveis.

Para Johnston (2001a) as características de um "*resort*" (destino turístico) são as seguintes: recursos básicos (ambientais e culturais); serviços (acomodações, diversões, saúde, habitação); governação (serviços públicos, infra-estruturas, documentos estruturais). Baker and Crompton (2000) referem que a maior parte das imagens turísticas relatadas medem percepções da qualidade dos atributos dos destinos. Também Formica and Uysal (2006) relevam este aspecto já que segundo eles, a atractividade turística global de um destino depende das relações entre a disponibilidade de atracções e a percepção da sua importância. Para estes autores o destino refere-se às ofertas com capacidade de atracção.

Verificamos pois, que caracterizar um destino turístico se assume como um desafio onde a sua sistematização não se revela fácil, dado a grande diversidade de itens associados, não mutuamente exclusivos mas sim complementares. Para Pearce (1987) (in Formica and Uysal, 2006) os recursos que atraem os turistas são numerosos, variados, mas limitados em número na sua distribuição e grau de desenvolvimento. Isto significa que "não basta ter" as características, mas "é necessário verificar o seu estado". Já para Kaur (1981) (in Formica and Uysal, 2006) a atractividade turística resulta do desenho de todas as atracções existentes num lugar num determinado momento. Para Ko (2005) um destino turístico significa "atracção turística" (humana ou natural), incluindo o sistema humano e o ecossistema, influenciados por actividades turísticas.

Centremo-nos um pouco mais num artigo de Framke (2002), onde são elencadas várias definições de "destino turístico". Considerando a importância de tal conceito na área do turismo, de modo a melhor se perceber qual o objecto de intervenção, é pertinente vermos as considerações seguintes. Segundo este autor, quatro questões devem ser levantadas para apurar o conceito de destino turístico:

1. Como descrever as fronteiras geográficas físicas de um destino?
2. Como descrever o conteúdo de um destino?
3. Como descrever a existência ou necessidade de cooperação de um destino?
4. Como compreender o comportamento do turista?

Vejamos as respostas a cada uma destas questões, resultantes do seu trabalho:

1. Aqui foram encontradas quatro definições diferentes:
    a. Destino enquanto aglomeração de actores vistos do lado da oferta. Esta definição aplica-se ao Marketing.
    b. Destino conectado com a produção e que difere de empresa para empresa.
    c. Destino enquanto espaço com fronteiras administrativas, associado às autoridades.
    d. Destino enquanto espaço/lugar para a mobilidade de prática social do turista.

Ainda segundo o mesmo autor, na inspiração economicista, os autores estão convencidos da importância do destino como factor chave, onde se produz, em resposta às expectativas e experiências do turista. Por outro lado, os autores sociológicos não se interessam muito pelo destino, pois preocupam-se mais com as vivências sociais no tempo e no espaço, defendendo que "todo o turista que actue socialmente cria o seu próprio lugar e espaço". Apesar de lugar e espaço serem diferentes, não vamos aqui explorar tal diferença. Resumindo esta questão, pode-se dizer que os sociológicos, não mostram especial interesse em descrever o destino ou o lugar/espaço com fronteiras geográficas físicas.

2. No que respeita ao conteúdo, os economicistas referem três aspectos: atracções, instalações e serviços. Apesar disso, nem sempre é clara a distinção entre cada um destes, pois por vezes considera-se o destino como atracção, onde esta é definida como um aglomerado de experiências, instalações e serviços. Os sociológicos falam em imagens resultantes das experiências do turista. Tais imagens, como por exemplo o campo ou a cidade, fazem parte de um património cultural. Instalações e serviços são referidos mas não analisados enquanto tal.

3. No campo do negócio empresarial a cooperação e as redes possuem um papel importante na produção de bens e serviços. Os economicistas, no campo do turismo, aceitam a cooperação como uma componente da produção, mas não a aprofundam. A área do Marketing, através das agências de turismo, é quem mais fala em destino. Os sociológicos praticamente ignoram este aspecto, pois em vez de cooperação falam de prática social como sendo a forma de juntar os turistas com as atracções nos espaços turísticos.

4. Para os economicistas, os turistas são os iniciadores do consumo de massas. A indústria responde a isto criando diferentes ofertas de bens e serviços. Os sociológicos interessam-se mais pelo comportamento dos turistas no tempo e no espaço, nas suas práticas sociais, como seja, criando espaços/lugares turísticos.

Após estas considerações, Framke (2002) procura então definir o conceito de "destino turístico", encontrando, para tal duas respostas:

a) A soma dos interesses, actividades, instalações, infra-estruturas e atracções criam a identidade de um lugar – destino. Possui duas dimensões, uma estática – o lugar, e outra dinâmica – o *mix* e aglomeração de agentes e produtos/serviços, variando com as diferentes procuras turísticas[27].

b) A interacção, a cooperação, a rede e a prática social são cruciais para a definição de destino, constituem o seu conteúdo, as suas relações e a sua natureza turística.

Apesar de Framke (2002), questionar a definição do conceito, defendendo que a sua ambiguidade e proliferação causam aplicações diferenciadas, um destino turístico é frequentemente definido como área geográfica na qual o turista usufrui de diferentes experiências (Martín, 2005; Simón *et al*., 2004; Baidal, 2004; Agarwal, 1994) (in Hovinen, 2002) (Fletcher and Cooper, 1996). Ritchie e Crouch (2003) (in Vanhove, 2005) reforçam o aspecto geográfico de destino, quando distinguem vários tipos e níveis de destinos turísticos:

- Uma macro-região (como junção de países) (para efeitos estatísticos e não como objecto de acção conjunta);
- Um país;
- Uma província;
- Uma região;
- Uma cidade;
- Um local.

Dos diferentes estudos efectuados ressaltam sempre um conjunto de variáveis relacionadas com o descrito. Marcouiller *et al*. (2004), referem que nos estudos mais recentes são indicados um conjunto variado de recursos, como sejam (climáticos – dias de sol, precipitação, humidade e amplitude térmica; urbanos – índice de criminalidade, qualidade das escolas e índice de tráfego; qualidade ambiental – o nível de partículas no ar, descargas de resíduos, desertificação, quantidade de locais abandonados e locais

[27] Sem discutir a abordagem de Leiper (2000) (in Framke, 2002): "Não existe qualquer evidência que um destino alguma vez tenha atraído, no sentido literal, algum turista (…). Os principais factores dos fluxos turísticos, não estão localizados nos destinos mas nas regiões geradoras de viajantes, em lugares onde começam as viagens, onde as forças que estimulam as motivações dos turistas estão localizadas e onde estão os elementos marcantes e nucleares das atracções."

perigosos). Basicamente, trata-se de uma complexidade de factores que inter-relacionados constituem uma identidade geográfica localizada. Apesar de alguns autores defenderem que um destino não possui fronteira definida, devido às variáveis intangíveis que a caracterizam, levando a que se alastrem no espaço e no tempo, tal como referiu Framke (2002).

Também a WTO define destino turístico da seguinte forma: "espaço físico que inclui produtos turísticos, tais como serviços de suporte, atracções e recursos turísticos. Possui fronteiras físicas e administrativas limitando a área de gestão, imagens e percepções definindo o seu mercado competitivo". Por outro lado, os destinos incorporam vários *stakeholders*[28], incluindo as comunidades locais, que podem ser agregadas em rede para formar destinos mais alargados e esses *stakeholders* são a essência do produto turístico e da implementação da política turística (in Lew and McKercher, 2006).

Para Hall, (2000) um destino turístico é um complexo de inter-relações socioculturais, económicas, políticas e ambientais, as quais podem ser decompostas em negócios, comunidades, infra-estruturas e ambiente. Cooper *et al*. (2003) indica as componentes de um destino como sendo as seguintes:

- Atracções (naturais, artificiais ou eventos) – os que fornecem a motivação inicial para a visita;
- Confortos, instalações e serviços de apoio (natureza multi-sectorial da oferta);
- Hospedagem, alimentos e bebidas;
- Comércio e outros serviços;
- Acessos (localizações geográficas);
- Serviços auxiliares.

Como se verifica, desde cedo que um destino turístico tem sido alvo de apreciações que incluem aspectos de percepção por parte do turista e de existência de atracções, de natureza humana e natural, serviços e infra-estruturas que lhe proporcionam experiências. Parece-nos que está evidente na literatura que um destino turístico se definirá por um determinado espaço com capacidade de atracção e fixação que resultam

[28] (in Sautter and Leisen, 1999) O pioneiro de expressão foi Freeman (1984) sugerindo que uma organização é caracterizada por um conjunto de relações com vários grupos e indivíduos, incluindo empregados, clientes (utentes), fornecedores, governo e membros da comunidade. Trata-se de "um grupo ou indivíduo que pode afectar ou é afectado pelo alcance dos objectivos dessa organização".

das características de natureza de oferta (recursos básicos, serviços e governação), na linha de Johnston (2001a), cujos benefícios sejam extensíveis aos residentes, complementadas com percepções e/ou experiências que os próprios turistas possuem desse mesmo destino. Sendo que se cruzam algumas características não controláveis e de alguma incerteza de ocorrência. Podemos, pois, dizer que se tratam de espaços e tempos onde, predominando os aspectos controláveis, encontramos contudo, factores não controláveis que podem influenciá-lo como um todo. Para o presente trabalho consideramos o destino turístico como "*espaço geograficamente definido com condições de atracção e fixação físicas e traduzíveis em imagens resultantes de percepções e experiências, capazes de promover bem-estar no elemento humano efectivo ou potencial, residentes e visitantes*".

*Destino Turístico como Produto*

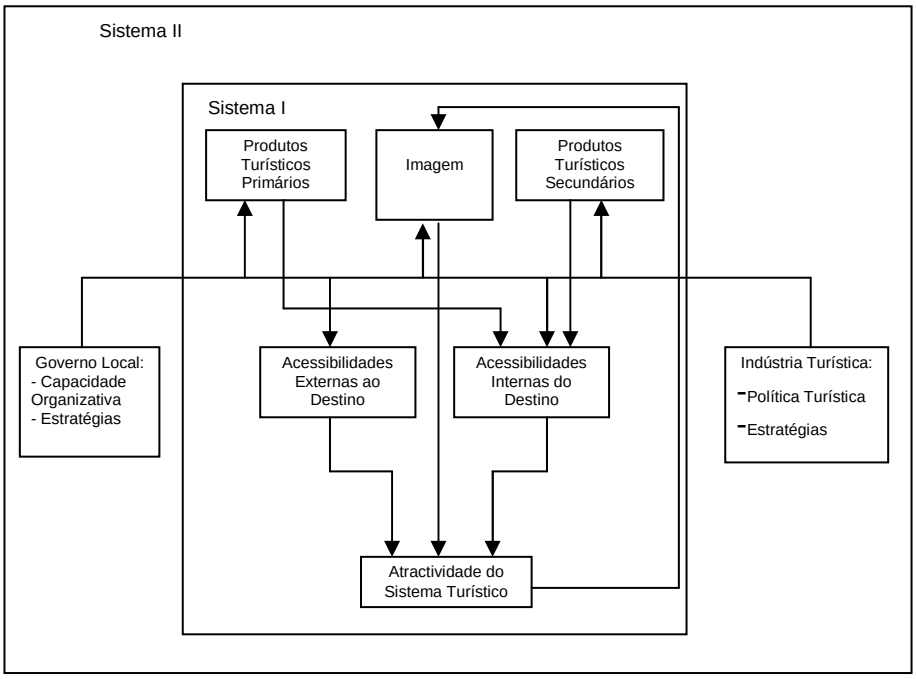
A formação inicial da imagem de um destino turístico é a fase mais importante no processo de escolha de um destino (Baloglu and McCleary, 1999). Sempre que se pretenda abordar o fenómeno turístico do lado da oferta, esta está centrada no produto turístico (Lundtorp and Wanhill, 2001). Contudo, também do lado da procura o conceito de produto deve estar presente. Um destino turístico deve ser entendido como um conjunto de produtos (Agarwal, 1994) (in Hovinen, 2002) e (Hovinen, 2002; Buhalis, 2000), cada um com o seu ciclo de vida próprio, associados a actividades turísticas e que, em conjunto, caracterizam o próprio destino, enquanto produto turístico, ou então como amálgama de produtos e serviços disponíveis num lugar e capazes de fazer sair uma pessoa do seu local habitual de residência (Pearce, 1989) (in Murphy *et al*., 2000). Pode também ser entendido como uma marca (Hosany *et al*., 2006; Buhalis, 2000). Também Buhalis (2000) refere que um destino pode ser entendido como uma combinação de todos os produtos, serviços e experiências proporcionadas pelo lugar, apresentando-se como amálgama de produtos turísticos, que segundo Murphy *et al*. (2000) oferecem experiências integradas aos consumidores e à área visitada.

De acordo com Rugg (1973) (in Formica and Uysal, 2006) um viajante não obtém qualquer utilidade com o consumo de um destino turístico, mas antes com o usufruto desse destino por um determinado período de tempo. Isto demonstra a influência das atracções dos destinos na forma de todas as experiências de viagem. Já Jafari (1982) (in Formica and Uysal, 2006) sugere que a oferta turística se divide em três elementos: produto orientado para o turismo; produto orientado para o residente; elementos turísticos pré-existentes. Para Pyo, Uysal and McLelland (1991) (in Formica and Uysal, 2006) estes elementos produzem a experiência turística e podem ser experimentados simultaneamente no mesmo contexto. Defendem ainda Formica and Uysal (2006), que, em suma, o produto turístico contém elementos tais como atracções, serviços e infra-estruturas.

Verificamos, também, que há abordagens onde está subjacente uma preocupação de desenvolvimento em rede, ou se quisermos, em cluster (também Sautter and Leisen, 1999; Fletcher and Cooper, 1996; Kernel, 2005, defendem esta pertinência), como dizem Bansal and Eiselt (2004) aparentemente as aglomerações que oferecem uma variedade de atracções, normalmente só são possíveis por um processo de viagens de multi-destinos, com vantagens de minimização de custos e tempo. Ainda segundo Kernel (2005), este procedimento é tanto mais necessário, quanto mais se está a promover um turismo sustentável. Pois, se uma empresa ou organização clamar de forma isolada tal cuidado, acabará por perder a sua atracção, a não ser que seja um procedimento regional ou pelo menos mais abrangente, para com a força do Marketing poder produzir resultados positivos no futuro. Até do ponto de vista dos benefícios, em termos de rendimento, um procedimento colaborativo acabará por proporcionar um mecanismo de distribuição da riqueza (Burns, 2004; Piga, 2003). Isto aponta claramente para a necessidade de promoção conjunta dos destinos, o que em termos de Marketing leva à consideração de espaços geográficos fronteiriços e ampliados, para poderem produzir maior eficácia promocional.

Associada à questão da promoção em *cluster*, está também a pertinência das colaborações público-privadas, pois, muitos dos atributos estão sob a influência de uma ou das duas áreas, e para além disso, serão mais fortemente potenciados, se ambos os interesses estiverem salvaguardados.

**Figura 2.1** - Esquema do Produto Turístico Destino




Fonte: Van Den Berg *et al*. (1995) (in Russo and Borg, 2002)

Tal como nos mostra Van Den Berg *et al*. (1995) (in Russo and Borg, 2002), um destino turístico deve ser abordado, quer pelas instituições públicas, quer pelas instituições privadas, pois os seus diferentes produtos, a sua imagem e as suas acessibilidades, que traduzem a sua atractividade, devem ser partilhadas e desenvolvidas por essas mesmas instituições.

Parece-nos evidente, pelos diferentes estudos apresentados, que um "Destino Turístico" pode ser considerado como um produto, em termos gerais, pois tratar-se-á mais de uma amálgama de produtos "cada um com o seu próprio ciclo de vida", mas que em termos de linguagem podemos considerar como "um produto", com identidade própria. Há também quem classifique os destinos, como Knowles and Curtis (1999) (in Claver-Cortés *et al*., 2007), que sugerem que os destinos de 3ª Geração são caracterizados por possuírem um planeamento de infra-estruturas, controlo, qualidade e possuírem acomodações de 4 estrelas e mais.

É evidente que em termos comerciais, este "produto" deve ser suficientemente diferenciador para que possa ser identificado sem quaisquer confusões e sobreposições, em contextos de concorrência. Um "Destino Turístico" pode pois ser "desenvolvido e

comercializado”, em termos de “bens físicos e serviços” e “motiva comportamentos”, em suma, trata-se de um produto.

## 2.2 Factores determinantes de um "Destino Turístico Sustentável"

Nos últimos anos, os estudos sobre a importância do turismo num contexto de desenvolvimento e sustentabilidade das regiões e países tem apresentado um crescente interesse (Aguiló *et al*., 2005; Hovinen, 2002; Weaver, 2001; Saveriades, 2000; Tooman, 1997a; Northcote and Macbeth, 2006; Urtasun and Gutiérrez, 2006; Ko, 2005; Miller, 2001; Sinclair, 1998; Davies and Quinlivan, 2006; Hughes, 2002; McElroy and Albuquerque, 1998; Choi and Sirakaya, 2006; Hunter, 2002; Massam, 2002; Simpson, 2001; Hillery, 2001; Burns and Sancho, 2003). Para não falar no interesse sobre esta matéria, já manifestada por Butler e revelado no seu artigo de 1980. O reconhecimento institucional da ameaça ambiental provocada pelo turismo surgiu em 1979, quando a WTO, estabeleceu o Comité do Ambiente para assegurar a sua conservação. Em 1982 são adoptados princípios comuns com a "Declaração Conjunta de Turismo e Ambiente". Contudo, foi provavelmente com a exortação do desenvolvimento sustentável pelo relatório de Brundtland (WCED, 1987 - "Desenvolvimento Sustentável é um desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas") e pela Agenda 21 (UN, 1993 – incorporando preocupações resultantes da Declaração do Ambiente do Rio 1992) que emergiram as preocupações com o turismo sustentável, apesar de Mishan (1969), já ter levantado a questão (in Hughes, 2002). Para a OCDE (2005) o conceito do desenvolvimento sustentável contempla as dimensões do bem-estar: o social, o económico e o ambiental. Buckley (2002) (in Aguiló *et al*., 2005) define que o turismo sustentável significa, em qualquer escala, um design pró-activo e prático, engenharia e gestão que permitam reduzir os impactos ambientais. Seguindo a óptica do turismo como passaporte para o desenvolvimento (Kadt, 1979) e como passaporte para a paz (Jafari, 1989), a WTO está a promover o turismo como meio para combater a pobreza (Johannesburg, 2002 and WTO 15ª Assembleia Geral em Beijing, 2003) – esta ideia está sob o chapéu do desenvolvimento e dos impactos (in Xiao and Smith, 2006).

Para Hughes (2002), do conceito de sustentabilidade da Comissão de Brundtland (1987), sobressai um processo de negociação entre quatro *stakeholders*: o turista; o residente; a indústria e o ambiente.

Nos últimos anos, a definição de "turismo sustentável" tem sido apresentada sem que tenha havido grande preocupação em diferenciar os conceitos de "turismo sustentável" e "sustentabilidade do turismo" (das poucas excepções, destacamos o trabalho de Butler de 1993). Algumas definições de "turismo sustentável" têm então sido apresentadas da seguinte forma: "turismo que satisfaz as necessidades dos actuais turistas e locais, enquanto que protege e promove oportunidades para o futuro" (WTO, 1993); "turismo associado a infra-estruturas que no presente e no futuro opera para regenerar os recursos naturais, reconhecendo que as populações e comunidades locais, seus costumes e estilos de vida, proporcionam a experiência turística e aceita que estas pessoas devem beneficiar de forma equitativa dos benefícios económicos" (Eber, 1992); "turismo capaz de sustentar as economias locais, sem degradarem o ambiente do qual depende" (Comissão das Áreas Rurais, 1995); "turismo que deve ser capaz de acrescentar oportunidades económicas para as populações, sem afectar de forma adversa a estrutura das actividades económicas, não devendo interferir com as organizações sociais existentes, mas devendo respeitar os limites impostos pelas comunidades ecológicas" (Payne, 1993); "turismo que deve ser primeiramente definido em termos da sustentabilidade dos ecosistemas" (Woodley, 1993); "turismo que deve respeitar o ambiente e consequentemente não deve contribuir para o seu desaparecimento. Turismo sustentável é turismo responsável" (Bramwell *et al*., 1996) (in Butler, 1999). A definição da WTO (1993) aponta no mesmo sentido, pois visa a acção e preocupação que o turista deve ter quando inserido nas comunidades que os recebem. Por outras palavras podemos dizer que o "Turismo Sustentável" se traduz num "Turismo Responsável".

Coccossis (1996) (in Butler, 1999) sugere quatro formas de interpretar o turismo num contexto de desenvolvimento sustentável:

- Abordagem ecológica (sustentabilidade ecológica);
- Abordagem da viabilidade no longo prazo (reconhecendo a competitividade do turismo);
- Abordagem sectorial (sustentabilidade económica);
- Abordagem de aceitação do turismo como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, nos aspectos físicos e humanos.

Bramwell *et al*. (1996) (in Butler, 1999) destaca sete dimensões da sustentabilidade:

- Ambiental;
- Cultural;
- Política;
- Económica;
- Social;
- Gestão;
- Governação.

Em turismo, o termo "sustentável" tem surgido sem qualquer tentativa de definição. Por isso, Butler, em 1993, define o termo "sustainable", em termos de turismo, como sendo a forma adjectiva do verbo "suster" ("manter" ou "prolongar"), consequentemente a definição apropriada para "Sustainable Tourism" será de "Sustentabilidade do Turismo" e não de "Turismo Sustentável", como tem sempre surgido, pois deve ser entendido por um "turismo que se encontra numa forma que consegue manter a sua viabilidade numa área, por um período de tempo indefinido". Deste modo, podemos definir a "sustentabilidade do turismo" da seguinte forma: "um turismo que se desenvolve e se mantém numa área (comunidade), de tal forma e numa escala que lhe dá viabilidade durante um período infinito e não degrada ou altera o ambiente (humano e físico), cujo grau não contrarie o desenvolvimento e bem-estar de outras actividades e processos" (in Butler, 1999)

Um corolário infeliz do termo "sustentabilidade do turismo" é assumir-se que o "turismo de massas" é automaticamente "não sustentável" (Butler, 1999). Este mesmo autor, refere que ainda está por provar que todos os exemplos de "turismo de massas" são "não sustentáveis". O problema-chave da sustentabilidade do desenvolvimento turístico dos destinos é como podemos ter o "turismo de massas" sustentável no tempo (Butler, 1999), isto porque a "sustentabilidade" aplicada ao turismo está expressa em termos de número de turistas, desenvolvimento das infra-estruturas e modificação no ordenamento (Butler, 1999). Contudo, considerando que o termo "desenvolvimento sustentável" entrou no léxico em 1987, ainda é cedo para saber se o que foi então criado é ou não sustentável no tempo (Butler, 1999). Mais recentemente, Rekom and Go (2006) estudaram que o turismo não devasta as culturas locais, como alguns críticos da

globalização vão dizendo. Em grupos pequenos, a presença do turismo acaba mesmo por reforçar a sua identidade. Por outro lado, o agravamento ambiental não implica, obrigatoriamente, a diminuição no número de chegadas de turistas (Zhong *et al*., 2008). Ora, esta questão, vem de algum modo reforçar a ideia que o "turismo de massas", devidamente controlado, afinal poderá não trazer um prejuízo para os destinos. Este aspecto assume uma importância tal que carece uma apreciação mais cuidada, aquando da análise do presente estudo.

Segundo Butler (1999) a WTO (1993) sugere que a "sustentabilidade do turismo" deve atingir as necessidades dos turistas actuais e das regiões, ao mesmo tempo que protege e cria oportunidades para o fututro. A partir do momento que a "sustentabilidade do turismo" seja assumida como prioridade política, uma comunidade activa, acaba por assumir-se como efectiva força de implementação (Zhong *et al*., 2008).

Apesar dos contributos de Butler, para a clarificação do conceito, ainda prevalece a falta de consensos, sobre o mesmo. É devido ao elevado número de definições de "Sustainable Tourism" que o seu conceito se mantém vago. É por isso considerado um conceito maleável e suficientemente ajustável a diferentes entendimentos (Farsari *et al.*, 2007). É esta sua natureza pouco clara que a torna de difícil aplicabilidade prática (Ionnides, 2001) (in Farsari *et al*., 2007). Para Farsari *et al*. (2007) há duas visões de "Sustainable Tourism":

- Viabilidade económica do turismo no longo prazo;
- Turismo como parte do desenvolvimento sustentável.

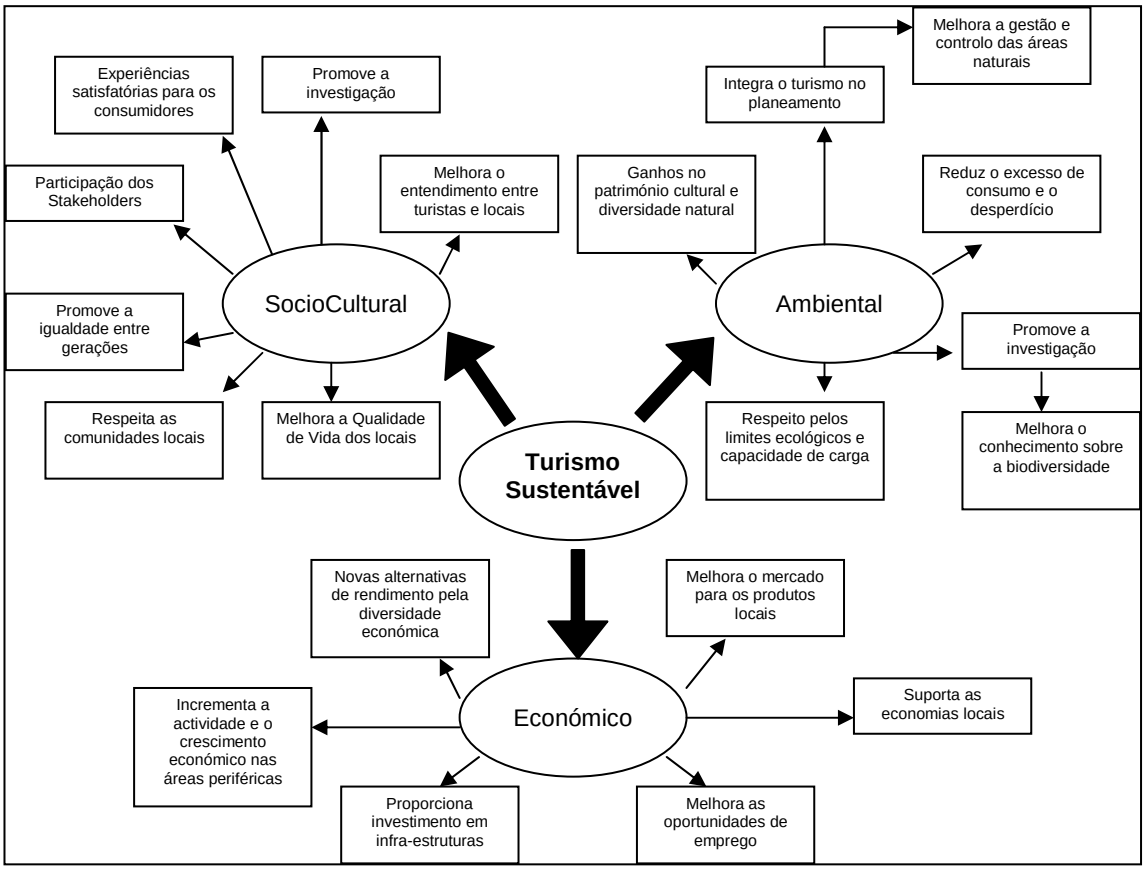
Coccossis (1996) (in Farsari *et al*., 2007) sugere quatro interpretações de "Sustainable Tourism":

- Sustentabilidade económica do turismo (abordagem da viabilidade económica);
- Sustentabilidade ecológica do turismo (abordagem conservacionista);
- Sustentabilidade do desenvolvimento turístico (abordagem da viabilidade da actividade turística no longo prazo);
- Turismo como parte de uma estratégia de desenvolvimento sustentável (abordagem que contempla de igual forma, a conservação ambiental, eficiência económica e a equidade social).

White, McCrum, Blackstock e Scott, num trabalho desenvolvido para o Macaulay Institute (2006) propõem um esquema com a identificação do que chamam de "Princípios do Turismo Sustentável" (figura 2.2).

São bem evidentes as três dimensões do turismo sustentável (TS): a dimensão sociocultural, a ambiental e a económica. Em cada uma delas são destacadas as dinâmicas que deverão resultar para garantir o turismo sustentável. Entende-se pois que o TS deverá promover uma gestão da mudança e a sua própria sustentabilidade. Pois a sustentabilidade do turismo deve ser vista por uma abordagem que integre a dimensão social, ambiental e económica (Walkar *et al*., 1999) (in Farsari *et al*., 2007).

**Figura 2.2** – Princípios do Turismo Sustentável




Fonte: Macaulay Institute (2006)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge num contexto de preservação dos recursos, sejam eles naturais ou ecológicos, económicos ou relacionados com os hábitos

e culturas locais. Quanto aos recursos económicos, é importante verificar se o turismo obriga a compras para o seu fornecimento ou se, pelo contrário, os outros sectores fornecem poucos produtos ao turismo, inclusive nos que supostamente têm vantagens comparativas. Esta última situação é mais visível nas pequenas economias muito dependentes do turismo (Sinclair, 1998). Refere ainda este autor que a promoção do turismo doméstico assume papel fundamental no estabelecimento de ligações com outros sectores económicos, pois o consumo de produtos locais tenderá a subir (por hábitos iguais ou semelhantes). A sustentabilidade económica é, de facto, um importante aspecto de desenvolvimento sustentável e portanto deverá fazer parte de qualquer estrutura de sustentabilidade ("sustainability") (Farsari *et al*., 2007). Contudo, a expressão "Desenvolvimento Turístico Sustentável" é usualmente entendido como referindo a "sustentabilidade" ("sustainability") do sector (Farsari *et al*., 2007).

Parece-nos evidente que o que está em causa não é o "turismo sustentável", mas sim a "sustentabilidade do turismo sustentável". Mais importante que o "acto responsável" do momento é a sua preservação e "continuidade no tempo". Pois, "turismo sustentável" apela ao aumento da qualidade de forma durável e fortalecendo-se ao longo do tempo (Butler, 2008). Ainda para este autor, a "sustentabilidade" apela à combinação dos factores: longo-prazo (indefinido); *focus* local; benefícios ambientais, sociais e culturais; equidade. Hovinen (2002) destaca que existe potencial de declínio se não houver um planeamento estratégico que promova o turismo sustentável. Weaver (2001) sugere, na sua proposta alternativa de evolução dos destinos, que a evolução lógica do desenvolvimento, na ausência de regulamentação, leva à saturação do ambiente e ao esgotamento da capacidade de carga sociocultural. Saveriades (2000) refere que fica evidente que o desenvolvimento não planeado pode transformar ou destruir permanentemente os recursos culturais e naturais e provocar uma perda na procura turística.

Tooman (1997a), por seu lado, refere que o desenvolvimento não significa necessariamente crescimento e que rápidos crescimentos levam a elevadas necessidades de capital e ao aumento das importações, reduzindo a ligação aos locais e levando à diminuição do efeito multiplicador, ao longo do tempo. Contudo, sublinha que o turismo, como "indústria" multifacetada que é, pode contribuir para ultrapassar o subdesenvolvimento, no longo prazo. Northcote and Macbeth (2006) sublinham que o

crescente interesse pelo desenvolvimento sustentável tem levado a um novo interesse pelos impactos do turismo no ambiente, sociedade e cultura. Para Ko (2005), deve-se incorporar sistematicamente nos estudos sobre os impactos políticos, económicos, socioculturais e ambientais (do lado da oferta), as considerações sobre a qualidade do serviço turístico (do lado da procura), num processo de avaliação da sustentabilidade. Devem-se também facultar dados quantitativos de avaliação da sustentabilidade, para os *stakeholders* facilmente poderem compreender a viabilidade de um destino.

A ambiguidade entre "sustentabilidade" e "sustentável" tem proporcionado uma grande flexibilidade nas suas aplicações (Macaulay Institute, 2006). Ko (2005), tentou demonstrar, como ainda ninguém o tinha feito, uma graduação de sustentabilidade (sectores ou intervalos), pois segundo ele, os estudos anteriores usaram os termos de "sustentável" ou "não sustentável" para definir a sustentabilidade. Este autor tentou fazê-lo recorrendo ao modelo ATSI (AMOEBA[29] dos Indicadores de Sustentabilidade do Turismo) como complemento da análise BTS (Barómetro do Turismo Sustentável – numa óptica de sistema humano/ecossistema). Refere ainda este autor que "sustentabilidade" é um termo de contingência, pois de forma sintética é a "capacidade de sobreviver", enquanto que "desenvolvimento" deve servir para melhorar a condição humana e "desenvolvimento sustentável" deve assegurar a sobrevivência de um sistema num nível elevado, pois caso contrário não se justifica. Deste modo, o estado de saúde de um destino turístico, deve sustentar os benefícios da comunidade local, satisfazer as experiências turísticas e conservar os recursos naturais. Para que um destino turístico seja sustentado, ambos os sistemas (humano e ecológico) devem ser simultaneamente sustentáveis. Grossman (2003) (in Davies and Quinlivan, 2006) observa que logo que o rendimento *per capita* ultrapasse um determinado limite, os países em desenvolvimento utilizam os rendimentos adicionais para melhorarem o seu ambiente. Logo, é de supor que a degradação dos destinos com consequências de decréscimo de visitas, ocorra antes desse "tal" nível de rendimento *per capita*. Por outras palavras, sugere que as sociedades mais evoluídas são as que estão melhor preparadas para contribuir para a preservação do ambiente.

[29] (NA) Também chamado de Diagrama Radar. Este método foi inventado por Nelder and Meade (1965) como sendo um método de minimização.

Choi and Sirakaya (2006) referem que, numa abordagem holística, a sustentabilidade do turismo deve ser ecologicamente responsável, socialmente compatível, culturalmente apropriado, politicamente equilibrado, tecnologicamente suportado e economicamente viável para a comunidade local. Para Hunter (2002) a transversalidade do turismo faz com que haja uma incidência directa e/ou utilizada pelos locais. Para Sinclair (1998) uma maior sustentabilidade será conseguida se o "sector" turístico for desenvolvido em conjugação com outros sectores da economia, na linha do modelo de Kaldor.

Quanto à importância da sustentabilidade, Massam (2002) é muito claro: desenvolvimento económico que proporcione condições de vida dignas; equilíbrio ambiental, com manutenção/renovação de recursos; condições sócio-políticas que garantam os direitos de participação dos cidadãos no governo e estabilidade cívica.

Curioso é verificar que há estudos que indicam que os turistas são pouco sensíveis à degradação do ambiente, mas muito sensíveis aos impactos directos como os detritos, os desperdícios e o vandalismo (Hillery, 2001). Este mesmo autor observa que os turistas têm cada vez mais preocupação generalizada para todos os impactos. Isto sugere que os turistas desenvolvem comportamentos de responsabilidade ao longo do tempo. Sendo a "sustentabilidade do turismo" resultado do "turismo sustentável duradouro", necessita de turistas responsáveis nos seus actos e sensíveis às realidades locais, pois como o efeito é de longo-prazo, esses mesmos turistas acabam por não ver o resultado indirecto das suas acções. Consequentemente, isso poderá desmotivá-los das práticas responsáveis. Isto sugere que as políticas de sustentabilidade resultam melhor se houver campanhas permanentes de informação/educação, quanto a essas questões, tais como sinaléctica apropriada e painéis informativos em abundância e bem localizados.

Neumayer (2001) refere que, enquanto as receitas provenientes dos *stocks* dos recursos acabarão por chegar ao fim, a sustentabilidade do rendimento, por definição, durará para sempre, incorporando o factor tempo no conceito de sustentabilidade. Nesta linha entendemos que a "Sustentabilidade do Turismo Sustentável" se pode traduzir na "Durabilidade do Turismo Responsável".

Ao contrário de Grossman (2003), há quem entenda que a implementação de princípios de desenvolvimento sustentável e, consequentemente, de turismo sustentável é mais fácil nas fases iniciais do processo de desenvolvimento do que em destinos mais maduros (Butler and Stiakaki, 2001) (in Farsari *et al*., 2007). Desta forma, sugere-se que o "ser sustentável" traduz-se mais nos "actos de responsabilidade" do momento e não tanto na continuidade desses actos. Para melhor se entender a continuidade dos actos, devemos falar em "sustentabilidade". Pois, como diz Farsari *et al*. (2007), é importante transformar o conceito de "Sustainable Tourism" em algo operacional e não apenas em retórica, por outras palavras, em "actos" e não só em intenções. Parece-nos, pois, evidente a existência de diferença entre "sustainable" (sustentável) e "sustainability" (sustentabilidade).

O apelo à sustentabilidade é cada vez mais necessário para garantir que o "crescimento económico" possa contribuir para a resolução dos problemas da humanidade, sem que tal leve ao esgotamento dos recursos e, consequentemente, ao atingir o ponto máximo do bem-estar, com consequências muito preocupantes (Wetzel and Wetzel, 1995).

Os limites da "sustentabilidade do turismo" são baseados na capacidade dos recursos (humanos e físicos) em absorver os efeitos do turismo, para que o turismo e as outras actividades e atributos sejam capazes de se manter ao longo do tempo (Butler, 1999). Portanto a "sustentabilidade" está associada ao conceito de "capacidade de carga".

Apesar da visão tradicional, começa a surgir uma nova visão que proclama que não são os turistas que provocam os impactos, mas antes, são as modificações no ambiente que provocam novos comportamentos (reacções) nos turistas (Butler, 2008).

*Capacidade de carga*

O conceito de capacidade de carga começou por ser irrelevante na literatura sobre a recreação e o lazer, passando depois a ser considerado com algum potencial interesse (Butler, 1997). Contudo, de acordo com Stankey (1981), os limites de capacidade associada à recreação têm sido preocupação desde 1936 (in Wall, 1982). Esta questão, também não é consensual pois, para outros autores, os primeiros passos nos estudos da

capacidade de carga da recreação coincidem com as preocupações sobre a pressão no ambiente natural (Wagar, 1964) (in Butler, 2000).

O conceito de "Capacidade de Carga" (Lucas, 1964; Bord Failte, 1966) começou por ser entendido como "número máximo de utilizadores" (Wagar, 1964), passando depois para "limite de aceitação de mudança" (Clark and Stankey, 1997; Stankey *et al*., 1985) e "spectrum de oportunidades" (Butler and Waldbrook, 1991), cuja ênfase está na gestão da mudança aceitável do ambiente e das expectativas dos visitantes e suas preferências (in Butler, 1997, 2000). Por outro lado, alguns autores propagam a ideia que não existe um número limite máximo que se aplique a um destino, pela grande variedade de tipos de visitantes e suas diferentes consequências (Butler, 1997; Zhong *et al*., 2008).

Há quem defenda que a verdadeira razão do surgimento do conceito de "desenvolvimento sustentável" tenha sido realmente um reconhecimento e aceitação de limites de capacidade (Butler, 1997). Isto também é referido em Aguiló *et al*. (2005). Para Butler (2008), capacidade e sustentabilidade são conceitos complementares.

A literatura aponta para as seguintes limitações que correspondem aos impactos:

- Ambiental;
- Social;
- Físico (infra-estrutural);
- Económico;
- Institucional (regulação).

Para surgirem problemas, nem todas estas capacidades têm de ser alcançadas ou ultrapassadas. Pode acontecer que o surgimento de problemas em apenas um, resulte em problemas para os outros ou, simplesmente, ser de tal ordem grave, que só por si provoque o declínio nas visitas (Butler, 1997, 2008). Ou seja, as diferentes capacidades de carga dependem umas das outras.

Segundo Getz (1983) podemos encontrar os seguintes critérios de Limite de Capacidade:

- Físico;

- Económico;
- Ecológico;
- Sociocultural;
- Político-administrativo;
- Percepção dos visitantes.

Para Stankey (1981) não se deve fixar uma capacidade. Algumas investigações apontam para uma ténue relação entre multidões e qualidade da experiência da recreação (Absher and Lee, 1981) (in Wall, 1982). Inclusivamente, há lugares cuja experiência fica melhor com maior quantidade de pessoas (Las Vegas).

Wall (1982) refere que há estudos que apontam para a perspectiva que, enquanto os visitantes passarem "bons tempos", haverá capacidade de os receber. De outro modo eles não iriam para esse destino. Pode até não haver repetição de visita, mas haverá capacidade de atrair novos visitantes. Consequentemente, para este autor, deve haver reservas quanto à aplicação do conceito de capacidade de carga às questões turísticas. Se servir para sensibilizar sobre as questões ambientais, qualidade da experiência dos turistas e população local e definir objectivos, então é útil, mas se for para encontrar um "número mítico" que não existe, então não interessa.

O´Reilly (1986) (in Kim, 2002) identifica duas escolas de pensamento em relação à capacidade de carga:

- Capacidade de um destino para absorver o turismo antes da população local notar os efeitos negativos;
- Nível depois do qual os fluxos turísticos declinarão devido a certas capacidades, percepcionadas pelos turistas, terem sido excedidas.

Este autor propõe que a capacidade de carga não seja só física, mas também social, cultural e económica.

Para Martin and Uysal (1990) (in Kim, 2002) a capacidade de carga psicológica está relacionada com os turistas e a capacidade de carga social está associada com os residentes, existindo ainda a capacidade de carga física. Já para Saveriades (2000) a capacidade de carga social é usado como um termo genérico que inclui, quer a

tolerância aos turistas por parte das comunidades locais, quer a qualidade da experiência obtida pelos visitantes.

As limitações biofísicas da Terra e as realidades das transformações económicas, determinam a capacidade de carga económica do nosso planeta e esta capacidade de carga económica assume a forma de "máximo bem-estar económico" (Wetzel and Wetzel, 1995).

Ioannides (1992) sugere que existe mais que um limite máximo. Segundo Weaver (2001) há quem reconheça que o "limite de aceitação de carga" (LAC) seja mais apropriado, como indicador de impacto, que a noção de capacidade de carga. Ainda, para este autor, parece ser cada vez mais consensual que o conceito de capacidade de carga, no qual se baseia o modelo de Butler (1980), é muito mais maleável, subjectivo e complexo do que a que resulta da sequência do modelo. Para Saveriades (2000) cada destino pode conter um nível específico de aceitação de desenvolvimento turístico.

Para McElroy and De Albuquerque (1998) existe uma grande variedade de definições qualitativas de saturação. A maioria dos autores refere os problemas económicos, ambientais e socioculturais. Estes incluem rupturas nas infraestruturas (Jackson, 1986); a perda das actividades económicas tradicionais (Johnson and Thomas, 1996); a fase em que o crescimento excede a oferta de trabalho local (Kakazu, 1994); existência de inflação, congestionamento e ruído (Wall, 1982); o aumento das atracções artificiais para repor as naturais já perdidas (Butler, 1980); escala do crime e prostituição, erosão das tradições culturais e surgimento de atracções culturais não autênticas (Pattullo, 1996; De Albuquerque and McElroy, 1995). Do lado da percepção, a saturação está associada a declínios sustentados de satisfação dos visitantes (Lundberg, 1974) e ao aumento da hostilidade dos locais (Doxey, 1976; Gray, 1974; Knox, 1982) (in McElroy and De Albuquerque, 1998).

O estudo de Saveriades (2000) apresenta um levantamento exaustivo das diferentes definições do conceito, apesar de concluir que ainda não existe uma aceitação universal para a definição, nem uma forma sistemática de estabelecer o seu processo. Saveriades

(2000) refere que, para Baud-Bovy (1977), é "o nº de utilizadores unitários ou períodos de uso, que um lugar de recreação pode oferecer (cada ano), sem uma permanente deterioração biológica e física, de forma a não diminuir a sua qualidade da experiência"; para Mathieson and Wall (1982) é "o nº máximo de pessoas que podem usar o ambiente sem um inaceitável declínio na qualidade da experiência"; para Shelby (1987) é "o nível de uso acima do qual os impactos excedam os níveis da evolução considerados *standards*"; para Stankey and Schreyer (1985) não existe uma capacidade de carga finita, pois esta depende dos objectivos de gestão, dos microssistemas, da capacidade de rápida recuperação e do tipo de actividade; para Cole (1985) as deteriorações normalmente surgem a baixos níveis de uso, pois o dano marginal diminui à medida que aumenta o nível de uso. Segundo Saveriades (2000), todas as definições de capacidade de carga (desde 1936) incorporam dois aspectos: componente biofísica (limite dos recursos; ecossistema); componente comportamental (reflectindo a qualidade da experiência) (Wall, 1982).

Ainda para Saveriades (2000), a capacidade de carga não é um conceito científico ou fórmula de obter um número fictício, acima do qual o desenvolvimento termine. Não é fixo, evolui com o tempo e crescimento do turismo e pode ser manipulado pela gestão. Permite assegurar o desenvolvimento sustentado do turismo, no longo prazo. Contudo, este autor, entende que o limite da capacidade de carga social da actividade turística é, talvez, a mais difícil de determinar, ao contrário da do ambiente, cultura e económica. Entende ainda, que para um completo estudo de uma região todas as capacidades de carga devem ser consideradas: física; ambiental; económica e social. Também Haywood (1991) (in Lundtorp and Wanhill, 2001) refere que é difícil definir um tecto máximo para o crescimento (capacidade de carga). Segundo Cooper *et al*. (2003) a capacidade de carga é fundamental para o conceito de sustentabilidade, enquanto capacidade para absorver o uso pelo turismo sem se deteriorar. Assenta na gestão dos recursos, sendo que podem ser do seguinte tipo: física; psicológica; biológica e social.

Já para Tooman (1997a) o conceito de capacidade de carga assume grande importância para o planeamento e gestão do crescimento e dos recursos e pode ser de três tipos: física; psicológica e social. Entende ainda que basta que uma destas capacidades seja

ultrapassada para se entrar na fase de declínio. O´Reilly (1986) (in Macaulay Institute, 2006) descreve a capacidade de carga como podendo ser: física; psicológica; social e económica. Butler (1980), por sua vez, identificou a capacidade de carga em termos de: factores ambientais (escassez de terra, qualidade da água, qualidade do ar); disposição urbana (física – transportes, alojamentos, outros serviços); factores sociais (multidões, residência da população local). Northcote and Macbeth (2006) reforçam a ideia de que a capacidade de carga, vista numa perspectiva de sistema, é fixada pelo uso limitado pela população. Urtasun and Gutiérrez (2006) sugerem que existem capacidades de carga máximas que os destinos, em termos de qualidade de vida dos residentes, podem sustentar sem degradar os sistemas económicos, socioculturais e ambientais. Já Goldsmith (1974) (in Hillery *et al*., 2001) tinha identificado quatro tipos de capacidade de carga: física; ecológica; económica; perceptiva.

Como se verifica, o conceito de capacidade de carga, não sendo ainda consensual, gravita em volta das dimensões físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais. Contudo parece menos discutível a ideia de que pode e deve ser manipulado pela gestão, para garantir a sustentabilidade, não apresentando um limite fixo.

Em consonância com o objectivo do presente trabalho, Martin and Uysal (1990) (in Getz, 1992) argumentam que cada fase do ciclo de vida apresenta diferentes limites de capacidade e requer distintas respostas. Por outras palavras, podemos dizer que o limite de cada fase não é único, havendo portanto diferentes contextos que determinam diferentes limites.

## 2.3 Modelos de competitividade dos destinos turísticos

As dinâmicas das sociedades modernas, têm levado ao uso frequente do termo "competitividade". Hoje em dia, poucas devem ser as vivências económico-sociais onde não se apele à existência de competitividade, quer seja visto em termos pessoais, quer em termos institucionais e territoriais. Naturalmente que a área do turismo não foge a esse designío, pois o turismo deve ser competitivo se se quizer que perdure. É, pois, importante, verificarmos o que tem sido dito sobre a "competitividade", para melhor percebermos quer o conceito, quer os modelos utilizados e propostos, para a sua compreensão.

*Competitividade*

Segundo Vanhove (2005), um destino competitivo contém dois elementos essenciais: destino e competitividade. Em termos relativos, a grande maioria dos turistas possuem um destino pré-definido como fim da viagem, sejam elas pequenas e médias regiões (em termos geográficos) ou cidades e locais. As áreas maiores acabam por estar integradas nas viagens até aos destinos pretendidos. Mas, também, quando chegados a esses destinos, normalmente ocorrem "viagens complementares" para melhor se conhecerem as áreas envolventes ao local de fixação. Neste sentido, podemos enquadrar os destinos visitados, em "*clusters*", pois segundo Porter (1998) (in Vanhove, 2005), os *clusters* são conexões de empresas e instituições numa determinada área geográfica. Desta forma é fundamental entender-se o destino turístico como um *cluster*, independentemente da escala utilizada, onde as diferentes empresas e instituições, deverão interagir para potenciar a capacidade de atracção e permanência nos locais, cidades e regiões (Kernel, 2005; Bansal and Eiselt, 2004). Esta ideia fica reforçada com o facto de, em regra, os consumos realizados pelos turistas serem superiores aos consumos que estavam planeados (March and Woodside, 2005). Ainda, para Kotler (1998) (in Melián-González and Garcia-Falcón, 2003) a administração de um destino pode ser comparado com a de um negócio, pois ambos pretendem beneficiar com a adopção de uma abordagem de gestão estratégica. Ora, a existência simultânea de destinos turísticos leva a que estes compitam pelos mesmos mercados (Eadington and Redman, 1991). Segundo

Oppermann (1995) as escolhas dos destinos variam em três perspectivas: escolhas dos turistas, fase do ciclo de vida das famílias[30] e diferenças de geração. Também as elasticidades cruzadas têm reflectido uma diversidade das preferências dos turistas (Divisekera, 2003). Já Ritchie e Crouch (2000), argumentavam que a competição se centra nos destinos: "*the fundamental product in tourism is the destination experience. Competition, therefore, centeres on the destination*".

Contudo, os destinos não são concorrentes de outros, de forma indiscriminada, pois serão competitivos com outros de acordo com os critérios definidos para o efeito (Uysal *et al*., 2000), ou seja, um destino costeiro não concorre em determinado tempo, com um destino de montanha, a não ser que este também possua costa e praia; um destino que apresente temperaturas médias elevadas, não concorre com os que apresentem temperaturas médias mais baixas; assim como uma cidade não concorre com uma localidade rural. Também, destinos de proximidade aos mercados de origem exibem uma vantagem competitiva relativamente a outros semelhantes mas mais distantes McKercher (1998) (in Dwyer and Kim, 2003).

Neste sentido, Enright and Newton (2004), referem que o sucesso dos destinos turísticos é influenciado pela competitividade relativa e que é importante saber como e porquê, que a competitividade está a mudar. Referem ainda que um destino é competitivo se consegue atrair e satisfazer potenciais turistas e é determinado por factores específicos do turismo e por outros factores que influenciam os fornecedores dos serviços turísticos, logo, não directamente turísticos. Portanto, as "características turísticas" acabam por incluir factores específicos do turismo e factores não directamente turísticos. Ou seja, um destino turístico não é competitivo ou não competitivo em abstracto, mas sim com outros seus competidores, sendo importante definir quais (Enright *et al.*, 1997) (in Enright and Newton, 2004). Para o efeito, entendemos que a definição de um indicador complexo, ou conjunto de indicadores, é a melhor forma de proceder a estas comparações, pois dá-nos uma medida conjunta num determinado momento, o qual pode e deve ser comparado com medidas obtidas em momentos diferentes.

[30] (in Oppermann, 1995) Uma das primeiras aplicações do Ciclo de Vida das Famílias, ao campo do lazer e do turismo foi efectuado por Rapoport, R. and Rapoport, R.N. (1975). "Leisure and the Family Life Cycle". London: Routledge and Kegan Paul.

O desenvolvimento de uma lista de indicadores deve permitir a identificação das forças e fraquezas relativas dos diferentes destinos e devem permitir o seu uso para efeitos de políticas governamentais que levem ao aumento do número de turistas, das suas despesas, dos seus impactos económicos positivos e da qualidade de vida dos residentes (Dwyer and Kim, 2003).

Segundo Crouch (2006), há duas formas para verificar as importâncias relativas de cada atributo:

- Dados dos destinos relacionados com a competitividade e obtenção de indicadores para esses atributos;
- Apreciação de especialistas.

A primeira possui as seguintes limitações:

- Grande diversidade de factores ou indivíduos que podem ser relevantes;
- A disponibilidade de dados;
- A forma de integrar os dados para produzir métricas.

A noção de competitividade dos destinos deve ser consistente com a noção de competitividade económica e comércio internacional. Contudo, quando se pretende medir a competitividade, começamos a ter problemas na sua definição, porque é um conceito relativo (em relação a outro) e é multidimensional (quais são as suas qualidades relevantes?) (Dwyer and Kim, 2003). Reconhece-se que o crescimento e competitividade económica envolve um complexo processo interactivo de mudanças sociais, políticas e institucionais, onde nenhuma teoria geral consegue suportar este fenómeno (Dwyer and Kim, 2003).

Para Dwyer and Kim (2003), e no sentido de facilitar a sua comprensão, podemos encontrar a noção de competitividade associada a três grandes grupos de pensamentos:

- Vantagens comparativas ou perspectiva da competitividade-preço;
- A perspectica da gestão estratégica;
- A perspectiva histórica e sociocultural.

Consequentemente, cada abordagem deve avançar com um conjunto de indicadores próprios para indicar a competitividade.

A competitividade pode ser entendida da seguinte forma: "expressão de superioridade qualitativa e quantitativa de um "actor" sobre os reais e potenciais competidores" (Cracolici *et al*., 2002). Deste modo, uma coisa é falar-se em "competitividade" e outra é falar-se em "concorrência". Enquanto o segundo se refere à existência de concorrentes num mesmo mercado, ou seja, entidades que concorrem entre si, para captarem o mesmo mercado disponível, o segundo pressupõe a permanência nesse mercado por um período de tempo indeterminado, pois só é competitivo quem se conseguir manter em actividade ao longo do tempo e com rentabilidade. No turismo, isto é conseguido se o destino possuir capacidade de atracção por um período indeterminado de tempo. Desta forma, a competitividade entre destinos turísticos consiste na capacidade que cada área geográfica possui para atrair mais turistas que outra e de os convencer a permanecer voluntariamente mais tempo que num outro lugar. Por seu lado, o conceito de "mercado mais competitivo", significa um mercado com cada vez mais concorrentes e/ou onde os existentes se tornam mais agressivos comercialmente, pela conquista de maiores quotas de mercado, conquanto a perda de competitividade corresponde à perda de visitantes e a sua difícil recuperação (Butler, 1993). O surgimento de novos mercados turísticos e a alteração dos hábitos e gostos dos consumidores, trazem modificações competitivas de certos destinos (Aguiló *et al*., 2002).

No contexto do turismo, tanto a abordagem da vantagem comparativa, como da vantagem competitiva, são importantes e um modelo de competitividade deve reconhecer isso (Dwyer and Kim, 2003). Uma vantagem competitiva pode ser alcançada se o fascínio global de um destino for superior a um destino alternativo em termos de visitantes potenciais (Dwyer and Kim, 2003) (in Gomezelj and Mihalic, 2007). Muitas decisões de gestão procuram estabelecer procedimentos operativos que levem a vantagens competitivas e que permitam medir a *performance* relativamente a outros competidores (Hudson *et al*., 2004).

O sucesso dos destinos turísticos é influenciado pela sua competitividade (Enright and Newton, 2004). Por outro lado, um destino é competitivo se consegue atrair e satisfazer turistas potenciais (Enright and Newton, 2004), mas deverá fazê-lo de forma continuada (Greengarten and Jackson, 1996) (in Obenour *et at*., 2006), não apenas com turistas potenciais, mas também abrangendo os turistas repetidos ou tradicionais frequentadores desses destinos. A competitividade pode, pois, estar suportada nas condições

climatéricas, pois no Verão temos clima quente ("sol e praia") (Aguiló and Rosselló, 2005) e de Inverno temos clima frio (neve). Se a isto estiveram associadas condições de fixação mais vantajosas, então esse destino possuirá uma vantagem competitiva relativamente a outros. Por outro lado, as escolhas dos destinos por parte dos potenciais turistas, para as suas férias, dependem da informação recebida e compreendida, quer do destino em causa, quer de destinos alternativos (Bargeman and Van Der Poel, 2006).

Independentemente dos principais motivos de atracção dos destinos ("sol e praia", montanha, neve, cidade, campo), têm de existir outras condições de atracção e fixação, pois caso contrário, esgotado ou satisfeito o primeiro motivo e nada mais havendo, os turistas ir-se-ão embora. Por exemplo, quem vai à praia, não passará 24 horas nela: vai querer e necessitar de opções de outras atracções para poder estar em "tempo de não praia". O mesmo se aplica a outros destinos. Alguns destinos possuem uma dependência de outros destinos competidores ou complementares (Ritchie and Crouch, 2000) (efeito *cluster*). Contudo, as melhorias permanentes nas condições de atracção e fixação e até a criação de novas, são necessárias para manter a competitividade do destino (Getz, 1993).

A competitividade de um destino é multi-dimensional e deve atender aos aspectos económicos, sócioculturais e ambientais (ecológicos) (Crouch, 2006). Por outro lado, a competitividade dos destinos e a performance do desenvolvimento do turismo, não dependem apenas dos recursos naturais e culturais mas também da capacidade de lidar com as novas tecnologias e o capital humano (Milne and Ateljevic, 2001). Para obter ou alcançar vantagem competitiva no turismo, qualquer destino deve assegurar que o seu "*appeal*" e as experiências que proporciona são superiores aos dos destinos alternativos (Dwyer and Kim, 2003).

Associado à capacidade de um destino turístico se tornar competitivo, está a questão da melhoria da sua qualidade enquanto "produto", pois isto é visto como uma das formas de reforçar a competitividade de um *resort* (Farsari *et al*., 2007). Contudo, também há quem entenda que essa qualidade é a forma para captar novos nichos de mercado, de "poucos mas bons" turistas, como sendo a forma de resolver todos os problemas de um "destino maduro". Há que atender que um "destino maduro" pressupõe, estruturas e infraestruturas para o "turismo de massas" e "poucos", não são ajustados a essa

realidade. Assim, é necessário cuidar da diferença entre o que se quer e o que isso significa. Pois é necessário um compromisso de qualidade por parte dos agentes privados e públicos para garantir e manter a competitividade internacional (Go and Govers, 2000), independentemente do modelo pretendido.

Do ponto de vista da estratégia de marketing seria um erro assumir que o dominante é conhecer a fase do ciclo de vida, enquanto que as diferenças entre as áreas turísticas e os mercados eram ignoradas (Haywood, 1986), ou seja, conhecer o ciclo de vida, num contexto isolado é manifestamente menos importante que conhecê-lo num contexto concorrencial.

A qualidade deve, em primeiro lugar, ser capaz de melhorar o "produto" turístico para aumentar a procura, ao invés de procurar um reposicionamento para mercados mais restritos. Pois as áreas turisticamente desenvolvidas não devem virar as costas ao "turismo de massas" (Farsari *et al*., 2007). Há quem defenda que o "turismo de massas" potencia a sustentabilidade, pelo seu efeito de concentração, pois facilita a gestão (Selänniemi, 2001; Kirstges, 2002) (in Farsari *et al*., 2007). Parece evidente que os destinos de "turismo de massas" populares e urbanos, são os que reúnem melhores condições para implementar estratégias de prolongamento dos períodos sazonais, isto porque a dimensão do seu mercado permitirá que consiga atrair parte desse mesmo mercado, fora dos seus períodos sazonais normais (Farsari *et al*., 2007).

Da literatura resultam definições conotadas com perspectivas micro e macro de competitividade. Numa perspectiva macro, competitividade respeita à nação onde o objectivo é melhorar o rendimento da comunidade. Aqui, a sua construção assenta em aspectos sociais, culturais e económicos que afectam a performance do país em termos internacionais. Nesta óptica o relatório do Presidente da Comissão para a Competitividade Industrial (1985) (Crouch and Ritchie, 1999) refere que "a competitividade pode ser definida como o grau em que cada país pode, sob condições de mercado livre, produzir bens e serviços visando os mercados internacionais e simultaneamente manter e expandir o rendimento real da sua população por largos períodos de tempo". Scott and Lodge (1985) viam a competitividade nacional, como um país que possuía a capacidade de criar, produzir, distribuir e/ou servir no mercado internacional, obtendo ganhos pelos seus recursos. Na óptica micro, é vista como um

fenómeno ao nível das empresas, onde o seu comportamento específico determinará a sua competitividade. Temos neste caso a análise da competitividade de Porter (1980). Newall (1992), refere que competitividade é "produzir mais e melhores produtos e serviços que tenham aceitação no mercado interno e externo" (in Crouch and Ritchie, 1999).

Ser competitivo é conseguir captar mercado ou manter-se nele, ao longo do tempo. Para isso existem alguns cuidados e estratégias que se podem adoptar. Segundo Haywood (1986) o sucesso de qualquer área turística depende de:

- Rivalidade entre áreas turísticas (destinos);
- Desenvolvimento de novas áreas turísticas (destinos);
- Existência de experiências/produtos substitutos (piscinas em casa, filmes e reportagens, produtos e serviços que virtualmente também proporcionam as experiências das viagens);
- Existência de opositores ao desenvolvimento do turismo;
- Poder negocial dos operadores;
- Percepções, expectativas, necessidades e sensibilidades ao preço dos turistas (ir ao encontro destas);
- Força política e reguladora (interesse dos poderes políticos e governantes).

Para De Albuquerque and McElroy (1992), existem quatro estratégias para fazer prolongar a qualidade de um destino:

- Encorajar os visitantes a consumir bens e serviços locais;
- Desenvolver o natural e o histórico não explorado e actividades que prolonguem as estadias;
- Promover acções de Marketing para nichos de mercado de cultura de base natural, que levem a maiores estadias;
- Promover leis e regulamentos de protecção dos ecossistemas, que evitam a sua degradação e promovam o seu desenvolvimento.

Poon (1993) (in Crouch, 2006) sugere que um destino deve seguir quatro princípios-chave, se quiserem ser competitivos:

- Colocar o ambiente em 1º lugar;

- Transformar o turismo em sector líder;
- Fortalecer os canais de distribuição;
- Construir um sector privado forte.

Os principais factores que contribuem para a competitividade global e consequentemente para a melhoria dos *standards* de vida, diferem para economias com diferentes níveis de desenvolvimento (Porter *et al*., 1988) (in Dwyer and Kim, 2003). A competitividade é, assim, entendida como um meio para alcançar o objectivo do aumento dos níveis de qualidade de vida das populações, através do comércio, da produção e do investimento (Cho, 1998). A competitividade tem sido definida como "a capacidade de um destino manter a sua posição e quota e/ou melhorá-los ao longo do tempo" (D´Hartserre, 2000). De acordo com outros autores a "competitividade de um destino" está associado com a prosperidade económica dos residentes de um local (Buhalis, 2000; Crouch and Ritchie, 1999). Também esta abordagem tem subjacente uma continuidade ao longo do tempo.

Da revisão da literatura resultam os seguinte factores como influenciando a competitividade (Dwyer and Kim, 2003):

- Competitividade-preço;
- Factores específicos;
- Cultura e outros factores relacionados com este;
- Factores subjectivos (percepções dos visitantes).

Quanto mais diversificado for um destino turístico em termos de produtos, serviços e experiências, maior será a sua capacidade de atrair diferentes segmentos de mercado. Já Uysal *et al*. (2000), mostram a importância da posição, marca, imagem, conhecimento, etc., como determinantes da quota de mercado e da competitividade do destino. Independentemente das diferentes definições, o conceito de competitividade aparenta centrar-se no desenvolvimento humano, no crescimento e na melhoria da qualidade de vida (Newall, 1992) (in Dwyer and Kim, 2003).

*Modelos de competitividade*

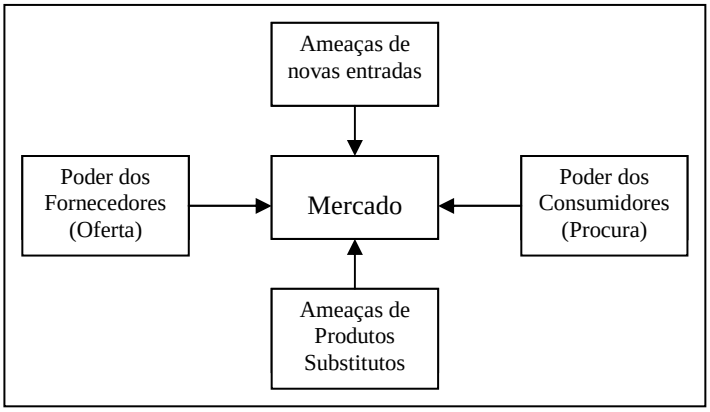
Estando a "competitividade" na ordem do dia, torna-se necessário conhecer e perceber alguns modelos que têm sido propostos, no sentido de se entender e conhecer as diferentes dimensões que contêm.

Hassan (2000) sugere quatro factores determinantes para a competitividade:

- Vantagem comparativa (factores críticos de macro e micro-ambiente);
- Orientação para a procura (capacidade de responder às mudanças da procura);
- Estrutura do sector (existência ou não de um sistema organizado de sector turístico);
- Compromisso com o ambiente.

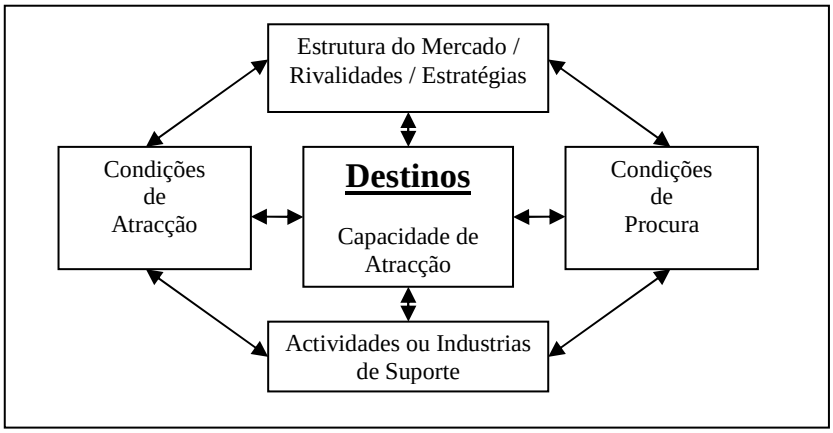
Para De Keyser and Vanhove (1994) (in Gomezelj and Mihalic, 2007) a análise da posição competitiva deve considerar cinco factores: política turística, macroeconomia, oferta, transportes e factores de procura. Contudo, para Vanhove (2005), a competitividade no turismo possui várias dimensões, em particular: económica, sociocultural e ambiental. Chon and Mayer (1995) (in Vanhove, 2005) propõem um modelo de competitividade, adaptado do modelo de Porter (1980), onde consideram cinco dimensões: fascínio, gestão, organização, informação e eficiência. Apesar de algumas criticas ao modelo de Porter (Poon, 1993) (in Vanhove, 2005), este modelo é facilmente aplicado ao turismo, pois, no mesmo entendimento de Baidal (2004), consideramo-lo interessante e suficientemente simples para compreender o essencial das relações que se estabelecem entre as áreas determinantes de um mercado. A sua adaptação ao turismo leva a que se considere o Mercado como Destino Turístico. Num "mercado cada vez mais competitivo", como o do turismo, a segmentação assume cada vez maior importância, pois os mercados deixaram de ser de escala para passarem a ser cada vez mais segmentados (Cockerell, 1997; Smith, 1997) (in Vanhove, 2005). Desta forma, podemos visualizar um modelo de competitividade do turismo, através da aplicação directa do próprio modelo de Porter (1980).

**Figura 2.3** - As Cinco Forças Competitivas (Modelo "Diamante")




Fonte: Porter (1980) (in Vanhove, 2005)

**Figura 2.4** - O Modelo das Cinco Forças Competitivas Adaptado ao Turismo



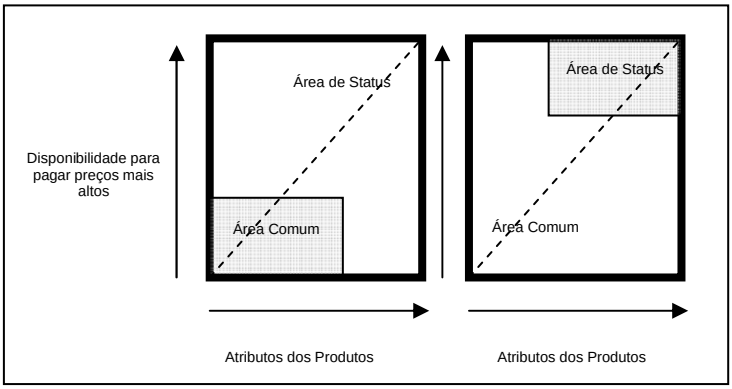

Fonte: Vanhove (2005)

Consequentemente, os destinos, perante um ambiente comercial cada vez mais competitivo, têm de encontrar quais as melhores estratégias que se lhes adaptam. Buhalis (2000) define uma estratégia competitiva como aquela que busca uma posição competitiva favorável na sua actividade, sugerindo três abordagens de estratégias para os destinos:

- Estratégias Competitivas Genéricas de Porter (1980):
  - Liderança pelos baixos custos;
  - Liderança pela diferenciação;
  - Liderança num nicho de mercado.

- Estratégias de Gilbert (1984):
    - Destino como área de status;
    - Destino como área comum.

**Figura 2.5 -** Esquema da Diferenciação Estratégica de Gilbert




Fonte: Adaptado de Gilbert (1990) (in Buhalis, 2000)

- Estratégias Flexíveis de Poon (1989, 1993):
    - Assenta na organização, gestão, marketing, distribuição e outras formas de interrelação dos turistas, hotéis, fornecedores e distribuidores;
    - Processo de interrelação entre os aspectos referidos, para criar vantagens competitivas e consequentemente capacidade de acompanhar o mercado.

Por outro lado, há diferentes abordagens aos modelos de competitividade. Segundo Enright and Newton (2004) os modelos de competitividade podem ser:

- Modelo "Diamante " da competitividade das Nações (Porter, 1990);
    - Rivalidades ou Ameaças;
    - Condições de atracção;
    - Condições de procura;
    - Actividades de suporte;
    - Mercado ou Destinos.
- Modelo de Porter com 6 factores (Enright, Scott and Dowell, 1997):
    - Inputs;
    - Procura (industrial e de consumo);

- Competição e cooperação inter-firmas;
- *Clusters* industriais e regionais;
- Estratégias e organização interna das empresas;
- Estrutura social e institucional.

- Modelo de Ritchie and Crouch (1999, 2003)
  - Incorporam os conceitos dos modelos genéricos anteriores.

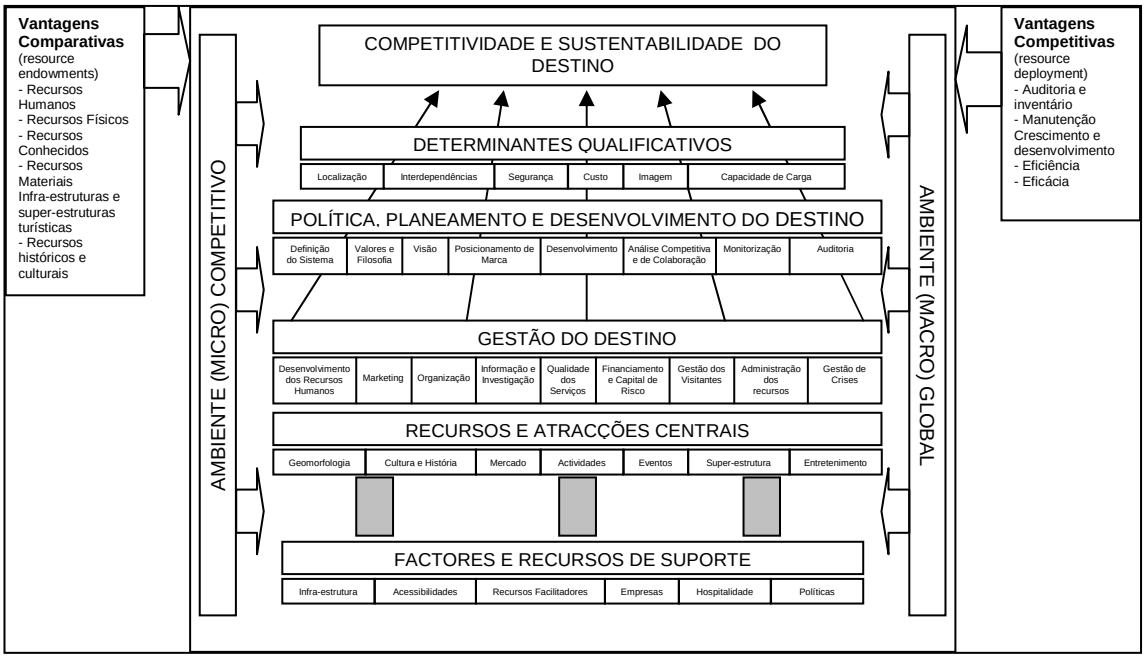
Estes últimos autores apresentaram a competitividade de um destino, da seguinte forma, em 1999:

**Figura 2.6** – Competitividade do Destino

Fonte: Crouch and Ritchie (1999)

Contudo, em 2003, estes mesmos autores procederam a uma actualização deste modelo, introduzindo preocupações associadas à sustentabilidade:

**Figura 2.7** – Competitividade do Destino




Fonte: Ritchie and Crouch (2003) (in Crouch, 2006)

Do modelo de Ritchie and Crouch (2003) (in Crouch, 2006) a competitividade dá-se em micro-ambiente (organização, influências e forças que se verificam dentro do destino, relacionados com a concorrência e actividades turísticas) - o que centra as atenções da gestão, relacionado com o macro-ambiente (forças globais que interferem na atractividade de um destino para os turistas). Os recursos e atracções centrais (são os elementos primários da imagem do destino turístico – factores *pull*). Os factores e recursos de suporte (elementos de fundação) são os que podem estabilizar o sucesso do turismo. A estratégia e política de desenvolvimento do destino devem considerar os seguintes aspectos (definição do sistema, valores e filosofia, visão, posicionamento de marca, desenvolvimento, análise competitiva e de colaboração, monitorização e auditoria). Os determinantes qualificativos (consistem nos programas e processos de gestão). Estas são as condicionantes do modelo, ou seja, o que pode afectar a competitividade em termos de escala, limites e potencial. Portanto, o potencial competitivo de um destino é composto por:

- Factores e recursos de suporte;
- Recursos e atracções centrais;
- A gestão do destino;
- A estratégia e a política, planeamento e desenvolvimento de um destino.

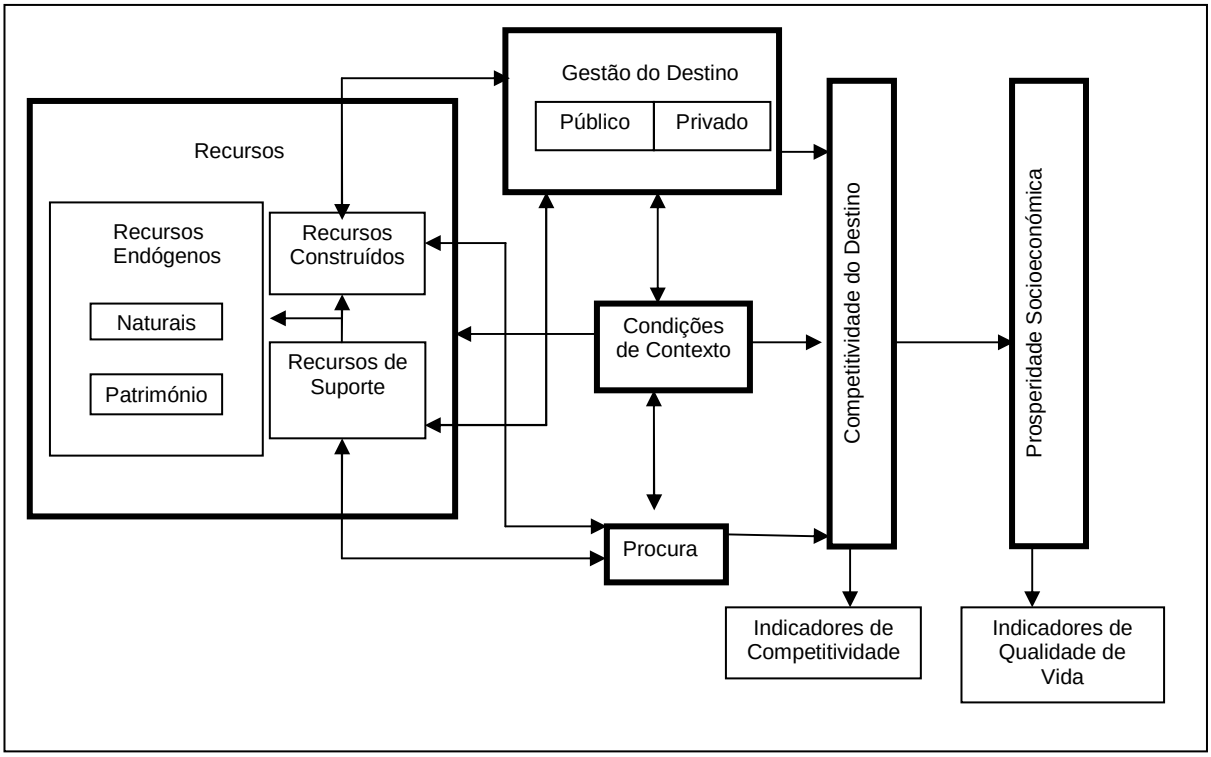
Apesar do modelo de Ritchie and Crouch (1999, 2003) se assumir como o mais compreensivo e rigoroso de todos os apresentados até ao momento (Hudson *et al*., 2004), é de notar que "é pouco provável que os cinco atributos tenham igual importância para a competitividade de um destino, assim como cada sub-atributo" (Crouch, 2006). Contudo, parece assumido que o estudo mais detalhado sobre a competitividade do turismo é o de Crouch and Ritchie (1995, 1999) e de Ritchie and Crouch (1993, 2000) (in Dwyer and Kim, 2003), completado com a versão apresentada em Ritchie and Crouch (2003). Este modelo clama por um destino com máxima competitividade quando obtém o maior sucesso, ou seja, quando o bem-estar dos residentes está suportado em bases sustentáveis. Não há competitividade sem sustentabilidade económica, ecológica, social, cultural e política. Segundo Cracolici *et al*. (2002), o modelo conceptual da competitividade de um destino turístico de Crouch and Ritchie (1999), foi desenvolvido sobre o modelo "Diamante" da competitividade das nações de Porter (1990).

Contudo, por outro lado, também há a teoria dos Recursos-Básicos (teoria dos activos) (Pennose, 1951; Wernerfelt, 1984) (in González and Falcón, 2003), segundo a qual a posição competitiva depende de um único conjunto de recursos e das suas interrelações (Eisenhardt and Martin, 2000; Fladmoe-Linquist and Tallman, 1994; Rumelt, 1984) (in Gonzáles and Falcón, 2003). Para Dwyer and Kim (2003) esta teoria sugere que a vantagem competitiva reside na aquisição e manutenção de competências básicas ("core competencies"), mas, no longo prazo, também esta abordagem defende que a empresa deva estar no mercado. Também Evans *et al*. (1995) consideram os destinos como organizações de gestão que devem encontrar as suas competências básicas ou forças ("core competencies") para construirem a estratégia à sua volta. Para esta teoria, a vantagem competitiva baseia-se no controlo de activos que sejam raros, difíceis de imitar e de substituir e com mobilidade imperfeita (Gonzáles and Falcón, 2003).

Hassan (2000) (in Hudson *et al*., 2004) introduz outro modelo alternativo que examina as relações entre os *stakeholders* envolvidos na criação e integração dos produtos de valor-acrescentado, para sustentar os recursos, enquanto mantêm a posição relativa perante outros competidores. No fundo, este autor recomenda a transformação de vantagem comparativa (recursos-base) em vantagem competitiva, através da resposta às mudanças da procura (Hudson *et al*., 2004).

Dwyer and Kim (2003) propõem um modelo explicativo da competitividade de um destino, onde reconhecem, como determinantes, a importância das condições de procura (figura 2.8). Os *recursos* são de três tipos: *endógenos*, *construídos* e de *suporte*. Os primeiros são as condições naturais (montanhas, lagos, praias, rios, clima, etc.) e o património e a cultura (gastronomia, língua, costumes, crenças, etc.), os segundos são as infraestruturas turísticas, os eventos especiais, as actividades de diversão e de compras e as restantes actividades disponíveis. Os terceiros incluem as infraestruturas gerais, qualidade de serviço, acessibilidades, hospitalidade e relações de mercado. As *condições de contexto* são as forças do ambiente externo que têm impacto na competitividade (condições económicas, sociais, culturais, demográficas, ambientais, políticas, legais, governamentais, regulatórias, tecnológicas e tendências competitivas e eventos) que influenciam o comportamento de negócio das empresas e dos outros agentes, representando tanto ameaças como oportunidades. Estes correspondem às "Determinantes Qualitativas" do modelo de Crouch and Ritchie (1999). Os factores de *gestão do destino* são os que proporcionam a melhoria dos recursos e atracções. Estes incluem a "Gestão do Destino" de Crouch and Ritchie (1999). As *condições de procura* contemplam os três principais elementos da procura turística (conhecimentos, percepções e preferências). A *competitividade do destino* serve de meio para atingir a *prosperidade socioeconómica*, dando claramente a indicação que o primeiro é um objectivo intermédio para atingir o objectivo fundamental do bem-estar socioeconómico dos residentes. Os *indicadores de competitividade do destino* são muitos e variados e compreendem tanto atributos subjectivos como objectivos. Os *indicadores de qualidade de vida* reflectem mais as variáveis macroeconómicas.

**Figura 2.8** – Competitividade de um destino




Fonte: Dwyer and Kim, 2003

Por outro lado, Pearce (1997) (in Dwyer and Kim, 2003) propõe uma análise competitiva do destino, para medir a competitividade dos destinos. Esta consiste numa comparação sistemática de diversos atributos dos destinos competidores (comparação elemento a elemento). Já Go and Govers (1999) (in Dwyer and Kim, 2003) sugerem que para se medir a posição competitiva de um destino relativamente a outros, devem utilizar-se sete atributos:

- Instalações e serviços;
- Acessibilidades;
- Qualidade de serviço;
- Outras disponibilidades;
- Imagem do lugar;
- Clima e ambiente;
- Atractividades.

Dwyer and Kim (2003) sugerem , em síntese, que a competitividade de um destino pode ser analisada usando:

- Modelo "Diamante" de Porter e consequente Modelo de Crouch and Ritchie e suas variantes;
- De acordo com a teoria dos Recursos-Base, cuja competitividade depende dos recursos tangíveis e intangíveis e da sua gestão e decisões;
- Análise comparativa de atributos.

É frequente assistirmos a vontades de se estender o período turístico ou de se introduzirem outros períodos turísticos. Contudo, isso depende largamente da localização e competitividade do destino (Allock, 1994) (in Koenig-Lewis and Bischoff, 2005) e da fase do ciclo de vida em que o destino turístico se encontra e consequente existência ou não de "turismo de massas". Verificamos também que a própria competitividade está inerente à teoria do ciclo de vida pois, como refere Butler (1980, p.9), "(…) na fase de declínio a área não é capaz de competir com as suas novas atracções (destinos) (…)"(in Farsari *et al*., 2007). Em cada fase do ciclo de vida o grau de competição varia, pois, em termos estratégicos é importante verificar a escala e a fase do ciclo de vida (Cooper, 1993). Por outro lado, como o mercado pode ser dividido em segmentos, a própria segmentação geográfica provocará diferentes curvas (Copper, 2004).

## 2.4 Desenvolvimento de um Destino Turístico

Para Xiao and Smith (2006) o campo do desenvolvimento e impactos adquiriu uma grande importância e assenta nas seguintes áreas: capacidade de carga; limites de aceitação de mudança; oportunidades de recreação; experiências dos visitantes; protecção de recursos; ciclo de vida dos destinos; desenvolvimento dos destinos; modelos de destruição criativa; teorias de periferia; desenvolvimentos urbano e rural; estádios de desenvolvimento; teoria da dependência; neocolonialismo e paradigmas de difusão, entre outros. Por outro lado, Prideaux (2000) refere que o desenvolvimento dos destinos, tem sido estudado segundo várias perspectivas:

- Mudanças nas relações espaciais;
- Mudanças nas necessidades psicológicas dos visitantes;
- Ciclos evolutivos.

Este autor propõe uma nova abordagem: a do "Espectro do Desenvolvimento".

Está também assumido que a competitividade promove o desenvolvimento dos destinos turísticos, através das dinâmicas que provoca nos diferentes *stakeholders* e consequente incremento das suas actividades económicas. A teoria económica também é clara quando sugere que a Qualidade de Vida das populações é um corolário do desenvolvimento. Tendo a actividade turística uma relação e influência inegável nas actividades económicas, facilmente entendemos que abordar, hoje em dia, as questões associadas ao desenvolvimento, não devem estas estar dissociadas do próprio turismo. Por outras palavras, parece-nos evidente que, se por um lado, o turismo influencia a Qualidade de Vida das populações locais, por outro lado, é esta mesma Qualidade de Vida local que atrai os turistas. Perante isto, convém apreciarmos alguns aspectos relacionados, quer com o desenvolvimento, quer com a própria Qualidade de Vida.

Segundo Andriotis (2006) existem dois tipos de pré-condições para o desenvolvimento:

- Os necessários;
- Os suficientes.

Para Milne (1998) (in Milne and Ateljevic, 2001), há duas abordagens teóricas sobre a análise do desenvolvimento, que devem existir em equilíbrio:

- Abordagem da Regulação: o mercado auto-regula-se, ou então o Estado regula, numa perspectiva de grande escala;
- Abordagem da Especialização Flexível: capacidade de rápida adaptação ao mercado, por parte dos agentes locais.

Como o desenvolvimento depende de factores económicos, socioculturais e ambientais, então qualquer investigação sobre o desenvolvimento do turismo, deve considerar esses mesmos factores, pois um modelo que utilize todas as variáveis é virtualmente impossível de criar (Karplus and Krakover, 2004).

Já vimos anteriormente que o desenvolvimento dos destinos deve ser entendido, em termos da sua operacionalização, de forma agregada, ou seja, como um destino não é auto-suficiente, dependerá sempre das complementaridades de outros destinos. Ora, no turismo, esta partilha de interesses é ainda mais acentuada, pois sabendo nós que os turistas aproveitam as suas visitas para conhecerem e terem experiências diversificadas, estas serão tanto mais completas, quanto mais abrangentes forem, do ponto de vista geográfico. Entramos assim, num contexto de *cluster* territorial, onde os diferentes agentes e entidades dependem uns dos outros, para melhor agradarem aos visitantes. Já Urtasun and Gutierréz (2006) destacam a importância dos *clusters* como forma de catapultar os níveis de desenvolvimeno das regiões.

Pelo ponto 2.1 do presente capítulo, verificamos que falar em "Desenvolvimento Turístico de um Destino" é diferente de falar de "Desenvolvimento de um Destino Turístico". Enquanto o primeiro procura apelar ao incremento qualitativo e quantitativo das actividades turísticas existentes num determinado destino, já o segundo centra-se no incremento geral de um destino que, em determinado momento, é local de atracção de turistas. A diferença não é apenas semântica, pois no primeiro caso, pode ficar subjacente o apelo ao desenvolvimento exclusivo das actividades mais directamente turísticas, fazendo com que as populações locais, possam não sentir os benefícios desses efeitos. Já no segundo caso, fica claramente a ideia que o que deve prevalecer é a melhoria quantitativa e qualitativa das condições gerais das populações, sejam elas locais ou não locais ou visitantes. Pois, como diz Kelly (1993), a sustentabilidade de uma economia regional, onde o turismo seja uma importante base da sua economia, pode depender do reconhecimento geral, de que o bem-estar da comunidade local e dos

visitantes não são mutuamente exclusivos, mas sim fortemente interligados. Também Getz (1993) é claro nesta matéria ao dizer que se um destino for construído e gerido com os residentes em mente, a sua evolução e impactos seguramente serão diferentes, do que não o sendo. Mais, isto é reforçado com a ideia de que a harmonia social apenas será alcançada se as pessoas se encaixarem num contexto comunitário socioecológico (Fennell and Butler, 2003).

Considerando, portanto, que um destino necessita de outras para se potenciar, julgamos que o "desenvolvimento" é cada vez mais um conceito multipolar, ou seja, dificilmente um destino poderá aspirar a atingir níveis de desenvolvimento aceitáveis, independentemente da sua natureza, se os destinos vizinhos não o conseguirem acompanhar (aqui é necessário verificar a escala geográfica das inter-influências). Por outro lado, sendo o desenvolvimento um conceito relativo (opinião também defendida por Butler (2008), em conversa pessoal), não existindo portanto padrões absolutos, mas sim padrões comparativos, o nível de desenvolvimento dependerá sempre de um termo comparativo. Apesar da relação genérica entre turismo e desenvolvimento, ser muito estudada, num contexto de globalização, pobreza e marketing de destinos (Hannam, 2002, 2004) (in Xiao and Smith, 2006), o crescente interesse pelo desenvolvimento sustentável tem levado a um novo interesse pelos impactos do turismo no ambiente, sociedade e cultura (Northcote and Macbeth, 2006). Contudo, reconhece-se que o planeamento e o desenvolvimento sustentado do turismo requerem uma abordagem integrada (Echtner and Jamal, 1997).

Sendo consensual que as dimensões do turismo são a dimensão económica, a ambiental e a sociocultural, já os modelos explicativos do desenvolvimento do turismo, suscitam maior discussão e diferentes abordagens. Mowforth and Munt (1998) (in Echtner and Jamal, 1997) agruparam essa diversidade em três grupos: os que explicam as motivações dos turistas; os que explicam o papel do sector e os que explicam o desenvolvimento da comunidade. A estes, há que juntar os que explicam o comportamento simultâneo do sector e da comunidade local (teoria do ciclo de vida de um destino) (in Moniz, 2006, p.68). Por seu lado, Oppermann (1993) (in Moniz, 2006) sugere que as teorias explicativas do desenvolvimento do turismo assentam, ora na teoria do desenvolvimento por fases (alterações unidireccionais de menos para mais), ora na teoria da difusão (efeito multiplicador sobre o restante sistema económico), ou

ainda na teoria da dependência (relação "centro/periferia" – podendo levar ao acentuar das dependências e assimetrias). Também Milne and Ateljevic (2001) referem que existem três abordagens sobre a relação do turismo com o desenvolvimento:

- Perspectiva da Dependência;
- Modelo do Ciclo de Vida (Butler, 1980);
- Envolvimento e participação dos locais.

Uma questão directamente associada ao desenvolvimento é o da "Qualidade de Vida". Consequentemente, este conceito também está subjacente ao do desenvolvimento de um destino turístico. Considerando que, para Massam (2002), a Qualidade de Vida pode ser vista como atracção ou como desejo e expectativa dos indivíduos, sendo objectivo das políticas públicas e da vida privada e que deve conter duas dimensões, uma psicológica (interna), outra, envolvente (externa), entendemos que a qualidade de vida deve repercutir-se simultaneamente no turista e no residente. Se em relação aos turistas não há dúvidas, quanto ao facto de usufruirem da qualidade de vida local, já em relação aos residentes parece assumir-se a mesma preocupação, pois Crouch (2006) refere que o desenvolvimento turístico de um destino promove a competitividade e sustentabilidade do destino, na procura da Qualidade de Vida das populações residentes. Também Kim (2002) refere que a qualidade de vida das populações residentes deve ser a principal preocupação dos líderes das comunidades, pois se o turismo resultar em degradação dessa qualidade de vida, os residentes podem ficar renitentes quanto à presença de turistas. Isto em cada uma das fases em que se encontre esse mesmo destino, ou seja: em cada uma das fases de desenvolvimento haverá condicionantes diferentes para os residentes.

Portanto, para cada nível de desenvolvimento haverá influências diferentes quanto ao nível de qualidade de vida percepcionado pela população residente. Esta questão assume uma importância especial, pois reforça a ideia de que, consoante o nível de desenvolvimento, assim teremos sentimentos diferenciados de qualidade de vida.

Para Argyle (1996) (in Kim, 2002) que a Qualidade de Vida deve ser medida pela influência da:

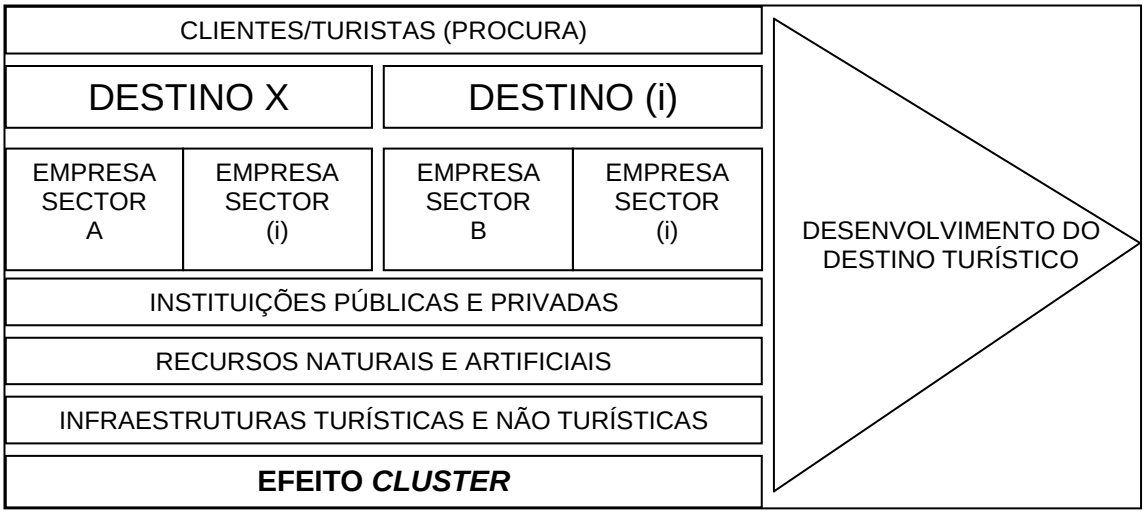
- Felicidade;

- Satisfação pela vida;
- Ausência de problemas de saúde.

Considerando que a felicidade pode ser de natureza efectiva ou emocional e a satisfação de natureza cognitiva (Kim, 2002), e por outro lado, considerando que a felicidade pode ser definida como o grau que um indivíduo atribui como favorável à qualidade da sua vida, como um sentir sobre a questão (Veenhoven, 1991) (in Kim, 2002) então verificamos que, quer numa óptica dos elementos humanos que compõem o turismo (turistas e residentes), quer numa óptica das sensações desses elementos (felicidade e satisfação), assistimos à influência do turismo na Qualidade de Vida, considerando que consoante a fase em que se encontra, assim teremos formas diferentes desse sentir.

Posto isto, podemos esquematizar os ganhos de uma área, seguindo a metodologia de Porter (1990) numa óptica de *cluster*.

**Figura 2.9** - A Cadeia de Valor de Um Destino Turístico




Fonte: Elaboração própria

Os itens transversais, procura, instituições públicas e privadas, recursos naturais e artificiais e infra-estruturas turísticas e não turísticas, representam o que está presente para todos od destinos e consequentemente deve ser cuidado e potenciado por todos. As empresas, que naturalmente defendem interesses próprios e separados entre si, ou seja, dos concorrentes, devem contudo perceber que existem um conjunto de intervenções e

acções que devem ser comuns e devem proporcionar a repetição da vinda do turista e a captação de novos. Estas, muitas vezes, estão conectadas com outras de outros destinos ou locais vizinhos. Devem também ter consciência que a vinda de um turista (ou excursionista) acaba por proporcionar um conjunto variado de consumos, levando a um efeito em cadeia, entre diferentes actividades. O turista deve reter as boas experiências, que são potenciadas se forem "bem" recebidos pelos locais, pois está provado que a divulgação e promoção dos lugares, é altamente positivo se for feito pessoalmente por quem já passou por essas experiências ("boca-a-boca" ou "boca-ouvido").

Contudo há um aspecto que Russo and Borg (2002) sublinham que assume especial relevância, aquando do tratamento de questões relacionadas com o turismo, pois referem que nem todas as cidades (destinos) possuem condições e características culturais (ou outras), nas quais possam assentar o seu modelo de desenvolvimento no turismo. Ora, esta questão reforça a ideia de que, se por um lado, devem existir relações de complementaridade, por outro, não basta querer suportar o desenvolvimento no turismo, mas sim ter condições para o efeito. Uma condição, segundo Urtasun and Gutiérrez (2006), é a existência de aglomeração, pois esta apresenta-se como uma característica do desenvolvimento turístico. Há também os que sugerem a existência de regulamentação apropriada, pois a sua falta ou o seu desajustamento pode levar à saturação e degradação ambiental e sociocultural, dado que as fases iniciais dependem muito dos recursos naturais e culturais (Weaver, 2001; Saveriades, 2000).

Outros, referem que se deve reforçar a preocupação com a qualidade em detrimento da quantidade, como estratégia de controlo dos impactos, na maioria dos destinos já penetrados, McElroy and De Albuquerque (1998). Isto porque, quando se fala em impactos do turismo, normalmente está subjacente a ideia que o "turismo", e o "turista" são causadores desses mesmos efeitos, em particular o "turismo de massas" (Butler, 1980; McElroy and De Albuquerque, 1998; Saveriades, 2000; Simpson, 2001; Butler, 1994) (in Simpson, 2001). Contudo, as decisões de investimento de longo prazo, baseadas em previsões de procura (Eadington and Redman, 1991) e até em procura desejada, fundamentam a "ideia" dos benefícios do turismo, ou seja, a vontade de captar o turismo potencial, cataliza um conjunto de acções por parte dos agentes privados e públicos, no sentido de criação de condições de receptividade e fixação dos visitantes, as quais se podem também reflectir na melhoria da qualidade de vida dos próprios

residentes. Até porque, como dizem Formica and Uysal (2006), a pressão competitiva internacional e nacional, exercida sobre os governos locais, obriga-os a capitalizar os seus recursos, para um reposicionamento de atracção de visitantes.

Há ainda quem entenda que qualquer destino pode aspirar ao desenvolvimento sustentável, até porque, segundo Tooman (1997a), estudos anteriores apontam nesse sentido, sendo que para tal o turismo pode dar um forte contributo. Este autor indica também que o desenvolvimento se considera alcançável mesmo quando as comunidades possuem escassos recursos públicos. Outros, não estão assim tão convencidos. Por exemplo Getz (1983) utiliza a expressão de "zonas de elevado potencial de desenvolvimento turístico", assumindo que haverá outras que não o terão. Por outro lado, Milne and Ateljevic (2001) sugerem que as comunidades urbanas e rurais são todas influenciadas por algum grau de turismo.

Também está reconhecido que a "monocultura" do turismo trará consequências negativas, pois o desenvolvimento sustentável ficará fragilizado (Farsari *et al*., 2007). Há autores que propõem a diversidade de actividades económicas nos destinos turísticos, desde a produção agrícola, industrial e de oficinas locais, que estejam relacionadas com os consumos dos turistas (Williams, 1993; Shaw and Williams, 1998; Buhalis, 1999) (in Farsari *et al*., 2007). A "moda" do turismo deve ser acautelada e ponderada, pois pode não ser a *panaceia* para a resolução de todos os problemas e pode até ser entendida como uma fase do desenvolvimento de algumas comunidades. Há um conjunto de estudos que apontam para esta questão: Pearce (1987) (in Butler, 1993) identificou características comuns existentes em ilhas com forte dependência do turismo, como sejam os *cluster* de alojamento, zonas costeiras com muitas condições e desenvolvimento em enclaves; ou, por exemplo, em termos históricos o turismo surge nas Caraíbas como actividade económica alternativa ao açúcar (Husbands, 1983; Weaver, 1988) (in Butler, 1993). Isto significa que expressões como "apresenta um rápido desenvolvimento, mas ainda possui uma grande margem de progressão" e "apresenta um menor desenvolvimento, logo, ainda se encontra na fase inicial do ciclo", devem ser apreciadas com algum cuidado.

Em termos turísticos, ou seja, em termos de atracção e fixação de turistas, tudo indica que no futuro serão as unicidades e a sua gestão, a marcar o ritmo de desenvolvimento,

pois como refere Butler (1993), no futuro, a herança passada será menos importante para assegurar a competitividade e sobrevivência do turismo que o controlo e gestão da qualidade do produto turístico, conjuntamente com o rigor e realismo do marketing, sobre as "unicidades" desse destino.

Actualmente, está assumido que falar-se em desenvolvimento é falar-se de "desenvolvimento sustentável". Como diz Butler (1999), não é apropriado, nos dias de hoje, desenvolver destinos que não queiram ser social e ambientalmente agradáveis quanto possível e, consequentemente, tão próximos da sustentabilidade quanto possível, quando até os próprios residentes assim o desejam. Contudo, susbsistem ainda algumas dúvidas: A questão de se saber para onde vai o dinheiro gasto pelos turistas, mantém-se em aberto, pois geralmente os impactos económicos analisam as despesas dos turistas e os efeitos multiplicadores agregados (Oppermann, 1992); como pode o turismo ajudar a reduzir as desigualdades regionais? (Oppermann, 1992); como pode o turismo desenvolver-se e garantir a manutenção da Qualidade de Vida local? (Milne and Ateljevic, 2001).

Entende-se também que o "desenvolvimento sustentável" é bom e apropriado para resolver os problemas do turismo, levando ao seu desenvolvimento (Butler, 1999) e que o turismo melhora a "Qualidade de Vida" das populações locais (Gu and Wong, 2006). Portanto, o desenvolvimento desenhado para atrair visitantes deve preocupar-se com a prosperidade económica e, consequentemente, dar prioridade à prosperidade económica dos residentes (Dwyer and Kim, 2003). Logo, todos os governos devem assumir o compromisso de ajudar e incrementar o turismo, tanto quanto possível, e ao mesmo tempo preocuparem-se com as políticas de longo prazo (Lee and Chang, 2007).

O conceito de "desenvolvimento" aplicado ao turismo tem subjacente um comportamento evolutivo, onde há um determinado início, ou pelo menos, um momento inicial e haverá um determinado final, ou pelo menos, uma fase de menor fulgor, podendo repetir-se tal comportamento ao longo do tempo. Como disse Tooman (1997a) a evolução natural do turismo é marcada por distintas fases de desenvolvimento. Ainda segundo o mesmo autor, um método que permite avaliar a distribuição desigual dos custos e benefícios é o modelo do ciclo de vida de um destino. Assim, mudanças nas características do turismo nas diferentes fases permitem uma antecipação dos impactos

económicos e sociais. Já Butler (1980) tinha essa noção ao reclamar que "naturalmente a forma da curva é expectável que varie para diferentes áreas, reflectindo variações nos factores, tais como a taxa de crescimento, o número de visitantes, as acessibilidades, as políticas governamentais e o número de locais concorrentes".

Se o desenvolvimento determina a qualidade de vida e esta o bem-estar das populações locais e dos visitantes, é importante atendermos ao facto de que o percurso ao longo da curva de bem-estar corresponde ao desenvolvimento histórico da tecnologia, acumulação de capital e melhoria das estruturas sociais, levando à eficiência económica. Consequentemente, com frequência, há quem coloque a hipótese de se voltar para trás no movimento, dessa mesma curva. Ora, nada mais errado, pois não existem razões para se acreditar que se desiste do desenvolvimento adquirido, como resultado de restrições e contracções (exceptuando-se cenários de episódios dramáticos). Depois, mesmo considerando que a economia se mantenha constante, qualquer melhoria de produto, descoberta científica ou inovação tecnológica pode melhorar a qualidade dessa economia (Wetzel and Wetzel, 1995). Apenas quando os custos de reposição e manutenção dos recursos forem superiores aos benefícios obtidos com o uso desses mesmos recursos, então entraremos em decrescimento económico, ou empobrecimento (Daly and Cobb, 1989) (in Wetzel and Wetzel, 1995). Nesta óptica, poder-se-á compreender Prideaux (2000), quando refere que "o crescimento não é necessariamente um processo infinito".

Ora, se o declínio acontece com quebras no bem-estar, em termos de :

- Relação qualidade/preço;
- Falta de segurança de pessoas e bens;
- Falta de garantias de tratamento médico;
- Deterioração nas relações humanas;
- Deficiência nas infra-estruturas (qualidade da água de consumo, excesso de águas residuais não tratadas, acessibilidades, etc.);
- Alojamento antiquado e obsoleto;
- Construção urbana desordenada;
- Inexistência ou deficiente planeamento territorial;
- Recursos naturais deteriorados por excesso de uso;

- Recursos culturais e históricos deteriorados por falta de recuperação e manutenção,

então, julgamos poder avaliar o equilíbrio, desse mesmo bem-estar, através de uma distribuição média, destes e outros itens, pois, quanto menor for a sua distribuição média, quer pela população, quer pelos turistas, menor será o bem-estar médio proporcionado por estas variáveis, podendo-se desta forma avaliar o nível de desenvolvimento das comunidades, em determinado momento.

# Capítulo 3

# O comportamento do consumidor turístico

É de todo impossível falar-se em turismo sem que se fale em "turista". Este, seja qual for o entendimento dado, é a essência do turismo. Assumindo-se isto, abordaremos o conceito de turista de modo a podermos perceber melhor, não só como evoluiu, mas também como pode ser entendido nos dias de hoje, considerando que as sociedades evoluíram e os comportamentos, sociais e individuais do homem, mudaram e continuarão a mudar.

É frequente encontrar-se na literatura, alguma falta de precisão do conceito de "turista", ora surgindo como entidade com espírito e consequente comportamento humano, ora surgindo como um ser "estranho", como alguém pertencendo a "outro mundo", ao "mundo dos turistas". É frequente esquecermo-nos que afinal "turistas somos todos e cada um de nós".

## 3.1 Aspectos conceptuais do termo "turista"

Para Heidegger (1962) (in Reisinger and Steiner, 2006) um conceito é como o homem se compreende a si próprio em relação às coisas. Os conceitos de "real", "genuíno", "intocável" e "primitivo" são oriundos da filosofia de Platão (428-348, a.C.), no sentido de reflectir a forma metafísica da sua natureza. Para Descartes (1955) as ideias certificavam a realidade ou a confiança na verdade (as ideias como produto do pensamento). As ideias podem pertencer aos especialistas, escolas, turistas, *marketers*, locais ou *media* e todos podem ser modernistas, realistas, objectivistas, construtivistas ou pós-modernistas. Ora, esta abordagem leva-nos para a imprecisão da definição de "turista". Mas, parece que a definição de turista é uma condição necessária para a definição de turismo (Wilson, 1998).

Sem nos preocuparmos com o apuramento da definição perfeita de turista, abordaremos alguns conceitos e perspectivas que têm sido apresentadas ao longo dos tempos, que nos possam enquadrar melhor no que se deve entender como "turista". Recorreremos mais uma vez ao trabalho de Lafuente (1991) como fonte para o histórico da evolução do conceito, até à década de 70. Um Dicionário Inglês de Oxford de 1800, refere que "o turista é quem efectua um "*tour*", especialmente de recreio e que viaja por prazer ou para aumentar os seus conhecimentos culturais, visitando lugares pelos seus objectos de interesse, sua paisagem e suas particularidades". Em 1830 o vocábulo "turista" aparece pela primeira vez em França numas cartas de Victor Jacquemont. Em 1841, Maurice Alhoy define o turista como sendo quem visita o que foi descoberto pelo viajante. Em 1889, o dicionário Litré, define o turista como sendo "um viajante que transita por países estrangeiros, por curiosidade e porque não tem nada que fazer, efectuando um giro pelos países que habitualmente são visitados pelos seus compatriotas".

Em 1905, Stradner, define turista ou viajantes de luxo como "aqueles que por iniciativa própria se deslocam para um lugar fora da sua residência, não perseguindo nenhum propósito económico nesse país, mas apenas procurando satisfazer uma necessidade de luxo". Em 1911, o austríaco Von Schullern, refere que um turista em sentido amplo "é qualquer não residente, ou seja, alguém que não tenha a sua residência permanente na

localidade considerada", mas em sentido restrito "são os não-residentes que realizem uma viagem a uma localidade por motivos de saúde, descanso ou prazer e que não tenham a intenção de aí permanecer durante muito tempo". Em 1933, Ogilvie, define como turistas "todas as pessoas que satisfazem duas condições: que se afastam do seu domicílio por um período inferior a um ano e que gastam no lugar que visitam dinheiro que não foi aí obtido"[31]. Já Norval, em 1936, definiu o turista "como aquele que entra num país estrangeiro para qualquer outro fim, distinto da fixação de residência permanente, ou de trabalho regular, e que gasta nesse mesmo país de estadia temporal o dinheiro que ganhou num outro lugar". Neste mesmo, a Sociedade das Nações (Comité de Especialistas em Estatística) define turista como sendo "qualquer pessoa que se desloque por um tempo mínimo de vinte e quatro horas a um país diferente do seu domicílio habitual". Em 1942, Angelo Marioti, afirma que "é certo que um turista enquanto tal não é um produtor mas sim um consumidor. (…) um turista propõe-se a gastar enquanto que os demais (viajantes) propõem-se a ganhar". Contudo, este mesmo autor sublinha o facto deste factor distintivo não ser 100% rigoroso, pois, um viajante de negócios assume um papel misto de gastador e de ganhador[32]. Em 1954, na Conferência sobre Turismo de Nova York (Organização das Nações Unidas), definiu-se o turista, em geral "como qualquer pessoa que permanece num país estrangeiro, de vinte e quatro horas a seis meses, sem distinção de raça ou religião".

Já em 1963, na Conferência sobre Turismo e Viagens Internacionais, em Roma (Organização das Nações Unidas), surge uma definição de turista e de excursionista: "Turista é dizer, viajantes que permanecem pelo menos 24 horas num país visitado e cujos motivos de viagem podem ser agrupados em: a) ócio, prazer, férias, saúde, estudos, religião e desporto; b) negócios, assuntos familiares, missões e reuniões. Excursionista, é dizer os visitantes temporais que permanecem menos de 24 horas no país visitado, incluindo os viajantes que utilizam os cruzeiros". António Pulido, em 1966, propõe como definição de turista em sentido lato "como toda aquela pessoa que com motivo de deslocação de lugar de residência habitual, efectua um gasto em bens de consumo num lugar distinto daquele de origem habitual e onde obtém os ganhos que servem para o financiar". Em 1967, Fernández Fuster, refere que "podemos aceitar que

[31] Esta definição também vem referida no trabalho de Morley (1990).
[32] (NA) Para mais informação sobre a questão do turismo de negócios deve-se consultar na mesma obra de Lafuente a posição de M. Troisi (1940) e da polémica entre P. Ossipow e K. Krapf em 1951.

turistas são todos aqueles que se deslocam para fora do seu domicílio habitual com intenção de regressar".

Já à margem do trabalho de Lafuente (1991), para Cohen (1974) (in Poria *et al*., 2003) um turista é "um viajante, voluntário, temporário, viajando na expectativa de prazer pela novidade e mudança de experiências numa viagem relativamente longa e não frequente".

Do trabalho de Cary (2004) sobressai que, em estudos passados, o turista tem sido tratado como uma entidade que pode ser tipificada ou cujo comportamento pode ser previsto, dando-lhe condições culturais específicas e ainda, cujas decisões futuras podem ser descritas com setas, pontos e fluxos. Para Cary (2004), a figura do turista não será fácil de alcançar, uma vez que se encontra incessantemente entre "um sujeito individual" – turista – e "uma subjectividade colectiva" – classe de lazer. Ainda segundo Cary (2004), esta relação é temperada com a existência de efemeridade, assim como as constantes mudanças de constelações de subjectividades adicionadas. Diz ainda este autor, o "turista" é um sujeito construído "pelo" e "no" discurso, assim como é representado pela narrativa da "sempre pronta" definição cultural de linguagens e imagens específicas para o indivíduo. Deste modo, o turista não é um sujeito narrativo, mas sim o sujeito da narrativa.

Na linha da tipificação dos turistas, Oppermann (1992) sugere que podemos tipificar os turistas em: inactivos, pouco activos, activos e muito activos, dos quais, os últimos não têm tendência para repetir a viagem. Já na linha da essência do comportamento, Getz (1983) refere que a satisfação dos visitantes depende da qualidade dos recursos, das percepções e expectativas próprias e das atitudes da população.

Já para Reisinger and Steiner (2006) existem dois tipos de turistas, "os que estão preparados para o que vier" e "os que vão com ideias feitas". Clive Morley (1990) (in Reisinger and Steiner, 2006) identifica quatro características dos turistas: pessoas que fazem uma viagem com estadia, a vários destinos; os destinos são distintos dos seus

lugares habituais de residência e trabalho, de tal modo que as suas actividades são diferentes; a sua intenção é regressar ao fim de dias ou meses, logo são estadias temporárias e de natureza curta; o seu propósito de viagem não se prende com a procura de residência permanente ou emprego remunerado.

Já a WTO (1990) identifica três critérios fundamentais para classificar os indivíduos como turistas: a viagem deve ser para lugares diferentes do seu ambiente habitual; a estadia não pode ser superior a 12 meses; o principal propósito da visita não pode ser o exercício de uma actividade remunerada.

Johnston (2001a) considera que, após o desaparecimento institucional do turismo (na era do pós-turismo), as pessoas que visitam um destino, podem não ser chamadas de turistas. Daqui, sobressai a ideia que podemos ter "turistas" e "não turistas". McKercher (1996) refere que a distinção entre turistas e não turistas e por extensão, entre actividade turística e não turística, reflecte as atitudes e valores do observador que, por seu lado está associado com os seus preconceitos e comportamentos.

Fica em aberto a distinção entre "turista" e "não turista" se é que de facto existe alguma diferença, pois assumi-la é o mesmo que admitir a existência de "algo" que permite identificar essa diferença. Contudo, se admitirmos que todo o ser humano é um "turista" ou um "potencial turista", necessitamos de compreender a sua fronteira. Eventualmente, essa fronteira não está só no próprio ser humano, mas essencialmente nas condições socioeconómicas a que cada um tem acesso. Ou seja, há-de haver algo que influencie o comportamento de uma pessoa, para que esta, em determinados momentos, se considere um turista. Esse algo, seguramente terá como causa elementos endógenos, mas também exógenos, à própria pessoa.

Os estudos têm procurado encontrar a essência da identificação do conceito, ou seja, o ponto fronteiro referido, na distinção e identificação do próprio tempo, ora encontrando diferenças entre "tempo de trabalho" e "tempo de lazer" (Mieczkowski, 1990) (in Poria *et al*., 2003), ou entre "tempo de trabalho" e "tempo livre", ou ainda confrontando "tempo livre" com "tempo não livre" (Poria *et al*., 2003), ora estudando também as

diferenças entre "lazer" e "recreação". Poria *et al*. (2003) sugerem que a natureza dos tempos dependem da forma como cada indivíduo o considera, ou seja, assume uma natureza subjectiva, podendo assumir diferentes classificações, consoante as circunstâncias de cada pessoa. Nesta óptica, somos levados a considerar que o turista é simultaneamente sujeito e objecto da acção. Como vimos, houve também os que tentaram conotar o turista como um *homo economicus*, ou seja, alguém que se dispõe a sair para gastar dinheiro. Esta óptica, mais economicista, parece-nos mais redutora e limitativa.

Das diferentes abordagens desenvolvidas, parece evidente e consensual que um "turista" há-de ser alguém que faz "algo" durante o seu "tempo de não trabalho", sendo que esta definição cabe ao próprio. Pois, apesar de o mesmo turista poder pertencer a vários grupos ou subgrupos de turismo, durante a sua experiência num local, deve-se considerar a percepção dos turistas e não qualquer classificação destes, de acordo com algum critério objectivamente quantificável (Poria *et al*., 2003). Assim, um turista não é uma "entidade" física definida, mas antes um "ser humano" que em determinado momento, entende que se comporta como um "turista".

No entanto, verificamos, independentemente das diferentes abordagens, que tem havido uma particularidade que se mantém. Constatamos que, ao longo dos tempos (ver quadro seguinte), particularmente depois de 1800, o termo "turista" conseguiu encontrar uma estabilidade, pois tem estado exclusivamente assente no conceito de "viajante", seja em termos mais genéricos ou em termos específicos de deslocação ao estrangeiro. Ora, este conceito de "viajante", pressupõe uma mudança de lugar ou uma deslocação física. Mas, considerando as dinâmicas das sociedades modernas onde as novas tecnologias "permitem chegar" a muitos "lugares", sem sair do "local habitual de residência", julgamos que esta realidade, deverá determinar uma redefinição do conceito de "turista". Pensamos estar em presença de um *novo paradigma*, o qual, há muito já foi identificado: "viajar não significa só deslocação física".

Há ainda um conjunto de questões que se levantam e que dificultam a sua compreensão:

- Em que momento se adquire a classificação de turista? (Quando sai da origem ou quando chega ao destino?).
- E durante um percurso entre origem e destino, é ou não um turista?
- Se um determinado destino é "turístico", por que razão não pode o seu residente habitual ser considerado "turista", nesse mesmo destino? (haverá condições para que isso seja possível?).
- Se uma pessoa estiver a fazer um conjunto de coisas no seu local de residência habitual, "não é turista", mas se essa mesma pessoa fizer essas mesmas coisas num local que não o seu local de residência habitual, já "é turista". Sendo isto aceite, o que é o "local de residência habitual"? A sua habitação? A localidade onde habitualmente vive? É que se for a habitação, significa que não podemos ser "turistas" na nossa casa, mesmo que façamos as mesmas coisas que numa outra casa, fora do local de residência habitual?
- Afinal a essência da natureza de "ser turista" reside no "lugar" ou no "comportamento"?
- É a prática do "acto" ou o "espírito" da sua prática que lhe atribui a classificação de turista? (há práticas que se repetem entre um "turista" e um "não turista").

Estas são apenas algumas questões que se levantam sobre o conceito, cuja resposta poderá, em nossa opinião, contribuir para uma melhor redefinição desse conceito.

**Quadro 3.1** – Evolução dos Aspectos relevantes e Características do conceito de Turista

| Data | Aspecto relevante | Característica | Autor(s) |
|---|---|---|---|
| 1800 | "Prazer e aumento de conhecimento" | Viajante | Dicionário de Oxford |
| 1889 | "Quem não tem nada que fazer" | Viajante (ao estrangeiro) | Dicionário de Litré |
| 1905 | "Viajante de luxo" | Viajante | Stradner |
| 1911 | "Não residente" | Viajante | Von Schullern |
| 1933 | "Pessoas que se afastam do seu domicílio para gastar dinheiro" | Viajante | Ogilvie |
| 1936 | "Pessoas que se afastam do seu domicílio para gastar dinheiro" | Viajante (ao estrangeiro) | Norval |
| 1936 | "Quem se desloca por mais de 24 horas ao estrangeiro" | Viajante (ao estrangeiro) | Sociedade das Nações |
| 1942 | "Quem gasta dinheiro fora do seu domicílio" | Viajante (concepção económica) | A. Marioti |
| 1954 | "Quem se desloca ao estrangeiro entre 24 horas a 6 meses" | Viajante (ao estrangeiro) | ONU |
| 1963 | "Turistas como, quem se desloca ao estrangeiro por mais de 24 horas" e "Excursionista como, quem se desloca ao estrangeiro por menos de 24 horas" | Viajante (ao estrangeiro) | ONU (Conferência sobre Turismo e Viagens Internacionais) |
| 1966 | "Deslocação para fora da residência habitual" | Viajante | A. Pulido |
| 1967 | "Deslocação para fora da residência habitual" | Viajante | F. Fuster |
| 1963 a 1972 | "Seres com comportamento específico" | Viajante (concepção comportamental) | Christaller |
| 1972 a 2000 | "Entidade com comportamento e sujeito de fluxos" | Viajante (concepção geográfica) | Cohen |
| 2003 | "Percepção dos turistas" | Viajante (concepção subjectiva) | Plog; Leiper; Mo, Howard and Havitz; Tiannakis and Gibson; Danni, Walmsley and Young; Mazursky; Clive Morley; Butler; Poria *et al*. |
| 2004 | "Sujeito da narrativa" | Viajante (concepção filosófica) | Cary |

Fonte: Elaboração própria

Como se vê, a definição do conceito de turista também tem sido alvo de variadas abordagens, contudo, para além dos aspectos de natureza quantitativa (tipologia e classificação) interessa-nos identificar a sua natureza qualitativa ou comportamental.

Para o presente trabalho, o turista interessa-nos enquanto "um ser cujo comportamento seja consequência das suas percepções e experiências, que não as que possui no seu ambiente diário habitual", na linha do trabalho de Baker e Crompton (2000) e de McKercher (1996). Tratando-se de turistas internacionais, referimo-nos aos indivíduos que têm inerente ao seu comportamento uma necessidade de se deslocarem de um país para outro. Sublinhamos aqui uma posição tomada por Von Schullern (1911) quando referia que a sua definição de "turista" não era a única possível nem a mais correcta, mas sim a mais útil para os seus fins.

Assim, tomando os considerandos anteriores, para o presente trabalho, o conceito de turista pode ser entendido numa das seguintes ópticas:

- Óptica Geográfica (pressupõe deslocação):
    - Turismo doméstico (turista nacional; turista estrangeiro);
    - Turismo internacional (turista nacional; turista estrangeiro);
- Óptica Comportamental:
    - "Um ser humano com comportamento turístico".

Consideramos, na óptica geográfica, o turista estrangeiro, numa concepção de turismo internacional e na óptica comportamental, à forma como um ser humano se considera com comportamento turístico. Vimos, portanto, que o conceito de "turista" assenta, quer no "lugar", quer no "comportamento". Visto que já foi apreciado o conceito de "lugar", no capítulo 2, resta-nos apreciar o conceito de "comportamento". Consequentemente, interessa-nos depois verificar o que podemos considerar como "comportamento turístico", pois este conceito acabará por ser determinante para uma melhor compreensão do termo "turista". Necessariamente, é importante verificarmos o que nos indica a literatura, sobre o que significa ou pode significar "comportamento turístico". Mas, primeiro vejamos como podemos então compreender o comportamento do consumidor em geral, por forma a nos servir de enquadramento.

## 3.2 O comportamento do consumidor

Não pretendemos discutir o conceito nem as suas diferentes tendências evolutivas, desde os chamados modelos económicos tradicionais do comportamento do consumidor, de Modigliani and Blumberg (1954) e de M. Friedman (1957), onde as variáveis do rendimento absoluto determinavam os comportamentos, até aos modelos de influência sociológica e psicológica mais actuais, com forte influência dos rendimentos relativos, com origem na teoria de Duesenberry (1949), fortemente influenciado por Veblen (1899), onde os padrões de consumo actuais são determinados pelos padrões já adquiridos (in Mason, 2000). Pois, como é dito neste mesmo trabalho de Mason (2000, p. 569), "uma coisa é certa – actualmente as sociedades de consumo, (…) clamam que as suas preferências de consumo são independentes e a utilidade é uma função de despesa de consumo relativa e não absoluta".

O comportamento humano tem suscitado grande interesse na investigação das diferentes ciências sociais, pois entende-se que o comportamento determina a acção e, consequentemente, quanto melhor compreendermos esse comportamento, melhor podemos antever algumas acções. Por outro lado, parece haver dimensões incluídas nas atitudes que levam aos comportamentos. Logo, a relação e identificação das diferentes variáveis que compõem essas dimensões, acabam por ser decisivas no entendimento das acções do Homem. O conceito de "comportamento do consumidor" está ancorado na ciência económica, pois é esta que desenvolve o próprio conceito de "consumidor", onde um indivíduo é estimulado ou motivado à compra. Mas também as ciências da psicologia e da sociologia, influenciam o entendimento a dar ao conceito, por se entender que, quer a personalidade, quer as influências sociais, determinam os comportamentos das pessoas.

Assim, entender-se o Homem como um ser consumidor, é a melhor forma de percebermos o próprio comportamento do turista, isto porque "um turista" acaba por ser um consumidor, mesmo que isso não se traduza obrigatoriamente na aquisição de bens e serviços, pois entendemos hoje que também podemos consumir intangíveis. Pois, já Homans (1967) (in Kim, 2002) propôs que, para além dos objectivos materiais, existem

também os relacionados com sentimentos, serviços e símbolos, ou seja, os benefícios não-materiais.

Alguma literatura do turismo tem abordado a questão dos comportamentos, como forma de melhor se perceber o próprio comportamento do turista, ou "comportamento turístico".

Segundo Seddighi and Theocharous (2002), o trabalho original de Lancaster (1966), deu origem a uma nova "teoria do consumidor", porque despertou para as próprias propriedades dos bens. A abordagem tradicional assentava num ordenamento, por parte dos consumidores, de todos os bens disponíveis (curvas de indiferença; escolhas indiferentes), mas Lancaster desperta para que as escolhas passem a estar suportadas na relação entre as características objectivas e técnicas dos produtos e as características das pessoas em termos de personalidade e preferências. A literatura do turismo refere com maior frequência as seguintes duas teorias do comportamento:

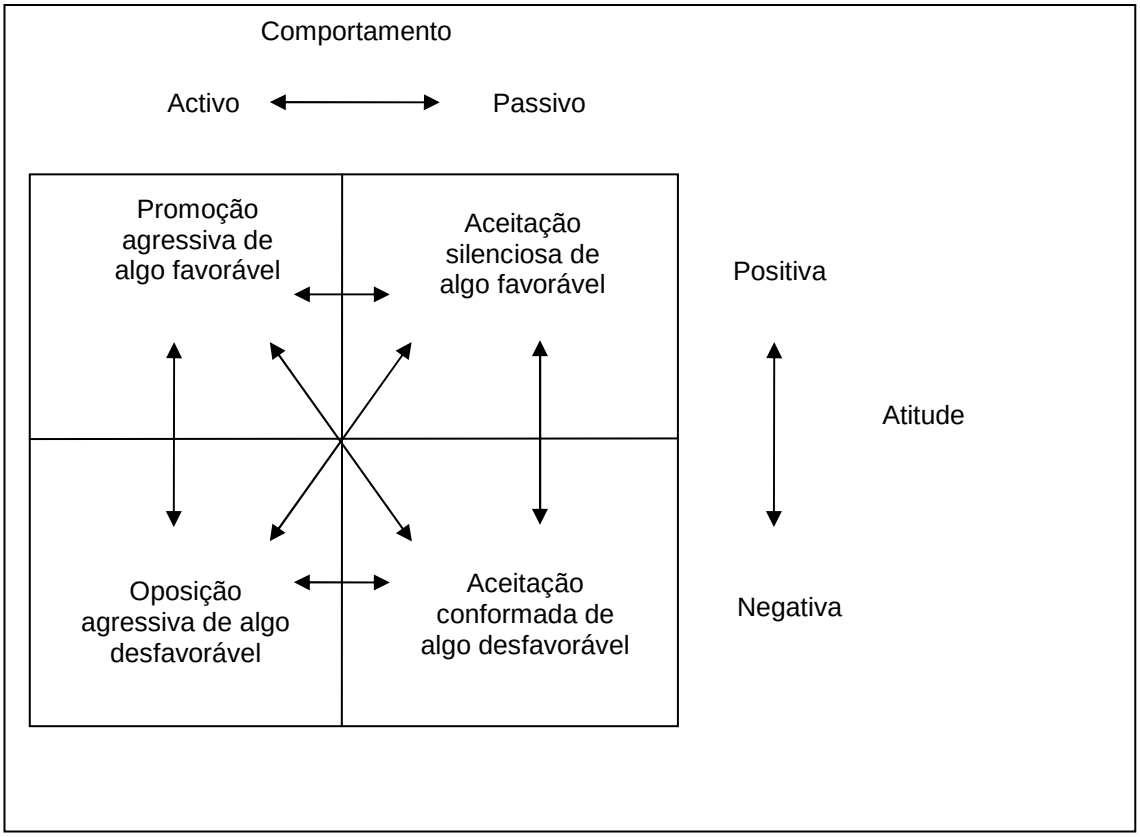
- A Teoria da Mudança Social (Emerson, 1972) (in Kim, 2002) que adopta princípios da teoria do comportamento psicológico e a teoria da utilidade económica para formular os princípios da mudança social. Os princípios do comportamento psicológico são a recompensa e o castigo. Os princípios da utilidade são a racionalidade humana para comparar os custos com os benefícios, de modo a maximizar os benefícios materiais.
- A Teoria do Comportamento Planeado (Theory of Planned Behavior - TPB), introduzida por Fishbein and Ajzen (1975) que surge na sequência da Teoria da Acção Racional. Esta teoria assenta nos seguintes paradigmas:
  - As pessoas assumirão um determinado comportamento se esse comportamento trouxer algo que valorizem;
  - As pessoas assumirão um determinado comportamento se as suas mais importantes referências (outras pessoas), também valorizarem e aprovarem o referido comportamento;
  - As pessoas assumirão um determinado comportamento se possuírem os recursos, habilidades e oportunidades necessárias ao referido comportamento.

A Teoria da Mudança Social, providencia uma explicação da relação entre os benefícios individuais e a percepção do desenvolvimento económico (Aguiló and Rosselló, 2005).

A Teoria do Comportamento Planeado propõe que o comportamento depende das influências de factores de contexto, da formação das atitudes e da importâncias dessas atitudes. Contudo, há estudos que indicam que o comportamento nem sempre é consistente com a atitude, e outros não dão tanta importância a essas dimensões como formadoras das atitudes. No entanto, assume-se que as atitudes, ora são associadas aos valores, ora às representações sociais (Carmichael, 2000).

Um outro estudo de 1975 de Abler *et al*. (in Carmichael, 2000) comparou a relação entre comportamentos e atitudes, onde destaca diferentes comportamentos como consequência de diferentes atitudes (figura 3.1).

**Figura 3.1** – Relação entre Comportamentos e Atitudes




Fonte: Adaptado de Abler *et al*. (1975) (in Carmichael, 2000)

Contudo, genericamente, parece consensual que as "atitudes" são entendidas como uma predisposição perante um aspecto particular da envolvente. Essa predisposição é reflectida na forma de pensar, sentir e comportar em relação ao referido aspecto (McDoughall and Munro, 1987) (in Carmichael, 2000). Segundo este autor, as atitudes podem ser estruturadas através de três dimensões:

- Cognitiva (crenças, conhecimento e percepções);
- Afectiva (relações);
- Comportamental (acção).

Ou seja, um "comportamento" (ou acção) é o resultado da atitude, e é influenciado, de acordo com diferentes estudos, pelas dimensões cognitivas e afectivas, que contemplam algumas variáveis, mais genéricas:

- Expectativa de obtenção de benefícios;
- Reacção de outras pessoas;
- Condições existentes no meio envolvente;
- Condições próprias;
- Comportamento passado.

Da literatura, e após a apreciação efectuada, entendemos portanto, que "*o comportamento é o resultado da interpretação de um estímulo. Essa interpretação é efectuada recorrendo à dimensão cognitiva (conhecimentos, experiências, percepções, crenças, valores) e afectiva (emoções, sentimentos). Contudo, quer o contexto socioeconómico das vivências do indivíduo, quer o tempo que este dedica a interpretar, como o tempo que procura disponibilizar para concretizar o seu comportamento, determinam o resultado desse mesmo comportamento. Este comportamento pode assumir quatro categorias: indiferença (não acção), reacção, acção e pró-acção*".

## 3.3 Comportamento do consumidor turístico

### 3.3.1 Factores determinantes do comportamento turístico

A questão da motivação é das que tem suscitado maior entusiasmo nas investigações sobre o comportamento dos turistas. Do trabalho de Butler (1980) ficou claro que para Christaller (1963) os turistas variavam com as áreas e a evolução destas (pintores, poetas, artistas de cinema, *gourmets*, população urbana), para Cohen (1972, 1978) o turista podia ser: institucionalizado, não institucionalizado, impulsivo, explorador, turista de massas – individual, turista de massas – organizado. Já para Plog (1972) a tipificação dos turistas resultava claramente das suas motivações: turista *allocentric* (motivado pela novidade, pelo excêntrico); turista *midcentric* (motivado pela rotina) e turista *psychocentric* (motivado pelas multidões).

Em turismo, a maioria dos autores aceita a definição de Crompton (1979) (in Bansal and Eiselt, 2004) do modelo "*push & pull*", como modelo explicativo das motivações dos turistas, pela procura de um destino turístico. A ideia-base deste modelo é a decomposição das escolhas dos destinos por parte dos turistas, em duas forças. Segundo os mesmos autores, a primeira força *push*, empurra o turista para fora de casa, traduz um desejo de sair. A segunda força *pull*, puxa o turista para um determinado destino. Tem a ver com aspectos ou atributos dos destinos com capacidade de atracção.

A força *push* possui uma natureza intrínseca à procura pois, como dizem Bansal and Eiselt (2004), os operadores locais têm pouca influência nesses factores, enquanto que a força *pull* é da zona da oferta, como referem estes autores. Também Fletcher and Cooper (1996) referem que uma cidade ou um lago possuem forte efeito de "íman", claramente no sentido do efeito de atracção de turistas ou se quisermos de força *pull*. As motivações podem ser endógenas ou exógenas ao próprio indivíduo. As motivações são o elemento de ligação entre o "destino turístico" e o "turista". As motivações exógenas são devidas aos atributos físicos, aos recursos naturais, aos atributos económicos, aos recursos culturais e patrimoniais e até aos próprios residentes.

Verificamos assim, que ambas as áreas (oferta e procura) possuem forças que as levam à aproximação. Contudo, estas forças tanto podem ser positivas (se levarem os turistas aos destinos), como podem ser negativas (se inibirem os turistas). Frechtling (1996), citado por Vanhove (2005), refere-se precisamente a estes últimos quando menciona os factores que provocam resistência (guerras, preços, etc.).

Associada à questão das motivações está a problemática relacionada com a compra repetida, ou visita repetida. Esta, é considerada uma matéria de relevada importância para o Marketing. Considera-se importante compreender a intenção do comportamento para prever o comportamento futuro. Do mesmo modo, podemos dizer que a intenção de regresso pode servir como ferramenta na futura previsão do comportamento de regresso. Sabe-se que a satisfação tem influência na intenção de regresso curto, mas já não influi tanto para regressos de maior duração. Já a procura de novidade, apresenta-se como significativa quanto à influência na intenção de regresso por períodos mais longos (Jang and Feng, 2007). Também o tempo disponível, quer para utilizar no processo de escolhas, quer para utilizar no próprio "acto turístico", acaba por influenciar as procuras (Morley, 1998).

As atitudes são influenciadas, quer pelo tempo disponível, quer pelo enquadramento socioeconómico do sujeito. Claro que há um conjunto variado de factores que influenciam o comportamento ou, se quisermos, a acção, mas há um que possui uma importância relevante neste contexto, que é a imagem do destino. Esta acaba por estar nos dois lados da "barricada" dos factores *pull* e *push*. O comportamento que resulta de uma imagem é entendida como sendo uma atitude resultante da soma das crenças, ideias e impressões retidas pelo turista (Kotler, 1993) (in Dwyer and Kim, 2003). É uma construção multidimensional cognitiva e afectiva. O cognitivo é entendido como o conjunto de crenças e conhecimentos sobre os atributos físicos de um destino, enquanto que o afectivo é entendido como sendo a apreciação da qualidade de sensações perante os atributos e restante envolvente (Hosany *et al*., 2006). Este aspecto, reforça a ideia de que os turistas retêm imagens sobre um destino, resultado de experiências efectivas ou de imagens visionadas que convidam uma ida a esses mesmos destinos. Mais uma vez, constatamos que as características do destino e dos turistas influenciam as suas decisões e comportamentos (Lew and Mckercher, 2006).

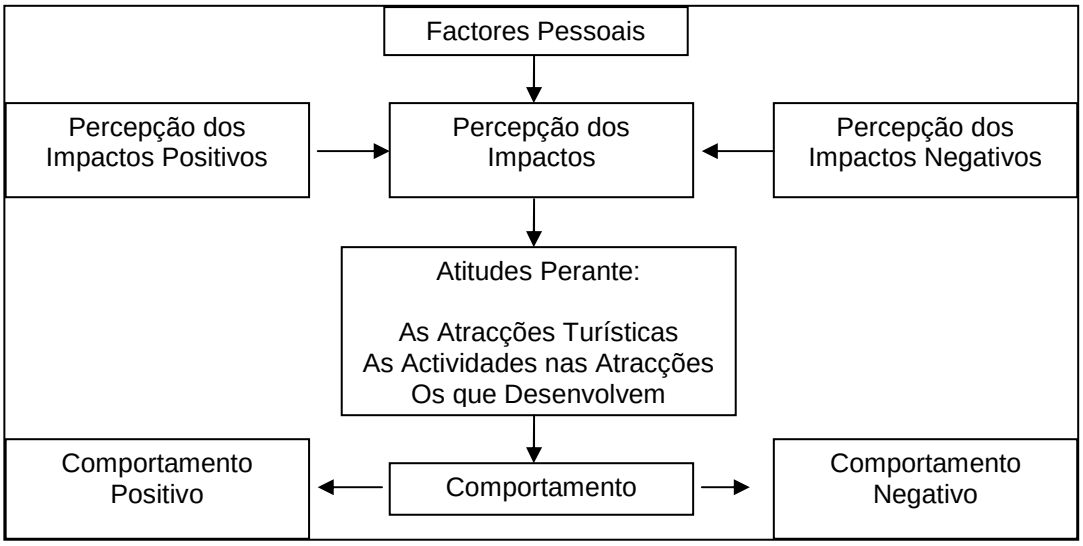
Entretanto, começam a surgir entendimentos sobre o alargamento do conceito de "comportamento turístico", para além dos "comportamentos dos turistas" propriamente ditos. O "comportamento turístico" passa então a ser extensivo ao próprio residente, pois se estes também não estiverem predispostos a tais comportamentos, então haverá dificuldade de entendimento e partilha. Tal como disse Butler (1997), diferentes tipos de utilizadores causam diferentes tipos de impactos e possuem diferentes percepções e expectativas. Ainda segundo o mesmo autor, seguramente que quando houver impactos negativos, estes irão provocar reacções de não-aceitação quer dos turistas, quer das populações locais. Por outro lado, o aumento de turistas pode ser consequência da melhoria da qualidade da oferta e inclusivamente pode levar a um moderado aumento dos preços (Aguiló *et al*., 2002) e consequentemente, se os residentes não possuírem "comportamento turístico", não entenderão este tipo de relações. Note-se que já Hall (1974) (in Getz, 1983) sugeriu que as multidões nem sempre são negativas, podendo até ser um factor positivo, mas também isto só poderá ser aceitável pelos residentes se estes perceberem a sua razão. Para isso, estes devem possuir um "comportamento turístico".

Há um aspecto que se revela importante nas atitudes dos turistas que é o facto de procurarem minimizar os riscos e maximizar as utilidades nas escolhas do destino (Cooper, 1993). Ora, isto revela o sentido de responsabilidade que está subjacente ao comportamento dos turistas. Contudo, há que compreender que nem sempre as escolhas são as melhores. Há que possuir "comportamento turístico" para melhor aceitar isso. Pois como indica Bargeman and Van Der Poel (2006), as teorias da decisão concebem o turista como um indivíduo racional que procura maximizar o seu benefício, mas, devido à deficiência de informação ou existência de "ruído" na mesma, nem sempre as escolhas são as melhores. Isto porque o processamento da informação nem sempre é perfeito (Obenour *et al*., 2006).

A Teoria da Mudança Social aplicada aos residentes suporta as reacções positivas de quem beneficia economicamente e o sentir de menores impactos sociais e ambientais de quem não beneficia (Ap, 1990) (in Carmichael, 2000). Já em 1975, Doxey sugeriu o "Irritex", ou Índice de Irritação dos Residentes, para medir a reacção dos residentes relativamente à presença dos turistas. Claramente, com a preocupação, que entretanto tem subsistido, sobre a relação entre os turistas e os residentes (Carmichael, 2000).

Carmichael (2000) propôs um modelo para identificar as relações entre a identidade do ser, as percepções, as atitudes e os comportamentos turísticos, por parte dos residentes (figura 3.2).

**Figura 3.2** - Relação entre percepções, atitudes e comportamentos dos residentes




Fonte: Carmichael (2000)

Um estudo de Murphy (1983) (in Carmichael, 2000), encontrou diferenças nas percepções do turismo por parte de homens de negócios, residentes e administradores. Já Ryan and Montgomery (1994) (in Carmichael, 2000) usaram uma análise de *cluster* para evidenciar a existência de grupos de residentes "entusiastas", "caminhantes intermédios" e "um tanto irritados". Estes estudos são bem reveladores da importância de se entender o "comportamento turístico" extensivo aos residentes.

Outros estudos apontam para uma dupla influência nas atitudes dos residentes, relativamente ao desenvolvimento do turismo, através de factores pessoais (conhecimento do sector, distância dos residentes em relação às atracções, percepções dos impactos e factores sócio-demográficos) (Carmichael, 2000).

Num outro estudo desenvolvido por Ko and Steward (2002), os benefícios pessoais resultantes do desenvolvimento do turismo estão positivamente relacionados com a percepção positiva dos impactos.

Os factores que mais influenciam as atitudes dos residentes perante os turistas e que foram sendo destacados ao longo de vários trabalhos, são os seguintes: económicos; oportunidades de emprego; impostos recebidos; preços reais; oportunidades de recreação; crime; valores históricos; congestionamento de trânsito; ambiente natural. Todos estes, acabam por influenciar positiva ou negativamente a qualidade de vida das comunidades locais (Carmichael, 2000).

Segundo Smeral (2003), citado por Vanhove (2005), na análise da procura internacional, as variáveis mais frequentemente utilizadas são: rendimento, preços relativos, custos de transporte, variáveis de tendência e taxa de câmbio. A estas ainda se acrescentam outras menos utilizadas, que são as seguintes: rendimento gerado num país, limitações comerciais, preços, preços substitutos, custos de acesso, distância, tempo de viagem, promoção e marketing e crescimento populacional.

Em suma, as opiniões dos residentes são formadas por influência de muitas variáveis. Mas como são os próprios residentes que acabam por determinar o "comportamento" dos turistas, parece certo que, quer os turistas, quer os residentes, devem possuir um "comportamento turístico".

Julgamos que o "comportamento turístico" acaba por se traduzir numa acção que resulta da influência de três factores básicos:

- Tempo (tempo disponível);
- Dimensão Cognitiva e Afectiva da Atitude (valores, crenças, representações sociais, relações, experiências, percepções, emoções e sentimentos) sobre o Destino Turístico;
- Enquadramento socioeconómico.

Compreender o "comportamento turístico" permite-nos perceber a importância do "turista" e o seu papel, num contexto de desenvolvimento local e regional, onde partilha responsabilidades com o próprio residente, pela preservação do ambiente ecológico e pelas actividades associadas ao seu estar. De alguma forma, percebemos que cada um de nós possui um papel num contexto turístico.

### 3.3.2 Um Modelo de comportamento turístico

Como se verificou, a questão do "comportamento turístico" tem assumido bastante interesse na comunidade científica, pois entende-se que a sua modelação poderá facilitar a sua compreensão e tornar possível a identificação das suas variáveis mais determinantes. Contudo, temos assistido a demonstrações de partes da questão. Uns têm procurado encontrar explicações para a relação entre o residente e o turista (Ko and Steward, 2002), outros estudaram os motivos de escolha dos destinos, por parte dos turistas (Seddighi and Theocharous, 2002; Nicolau and Más, 2006; Jang and Feng, 2007), houve também quem avaliasse a importância do comportamento passado nas intenções comportamentais (Lam and Hsu, 2006).

Ao nível das motivações turísticas (estímulos), aquelas que levam à concretização da visita (independentemente de ser ou não física), os estudos sobre as escolhas dos turistas têm sido efectuados sobre múltiplas perspectivas, em consequência das várias subdivisões que envolvem o processo de decisão. A literatura do comportamento do consumidor considera que as motivações representam forças individuais internas que levam à acção. Neste sentido, as motivações dos turistas são características individuais, com múltiplas influências e que determinam as escolhas dos destinos, e tanto funcionam como factores *push* e/ou como factores *pull*, levando à realização da viagem turística. É importante referir que a selecção de um destino de férias pressupõe alguma forma de benefício. Contudo, também há variáveis que moderam as motivações. Por exemplo, as variáveis como os preços e a distância, moderam as motivações pela escolha dos destinos, no sentido que estas possuem um efeito moderado directo ou inverso (Nicolau and Más, 2006). Um destino pode ser competitivo para um determinado grupo de visitantes e não para outro grupo de visitantes, dependendo das suas motivações de viagem, as quais são determinadas pelos factores *pull* e *push* (Dwyer and Kim, 2003).

Outros estudos, abordam aspectos mais específicos das motivações. Baker and Crompton (2000) sugerem que a satisfação se refere ao estado emocional do turista, após a exposição à oportunidade. A teoria que justifica a acção tem como postulados que o comportamento pode ser previsto pelas intenções que correspondem directamente a esse comportamento (Ajzen and Fishbein, 1980) (in Lam and Hsu, 2006). Assim, por

exemplo, a percepção de alta qualidade afecta positivamente a intenção do comportamento (Baker and Crompton, 2000).

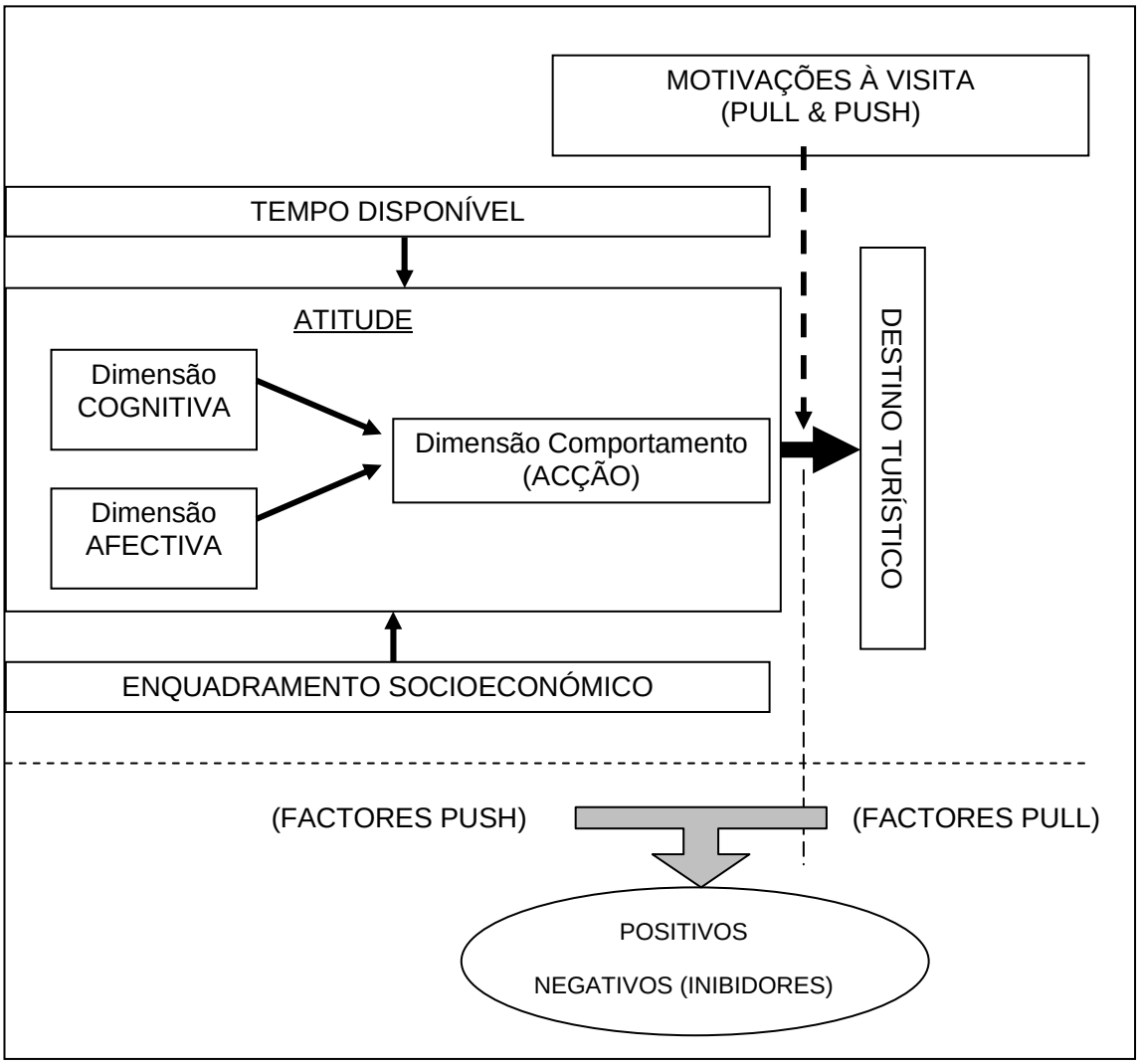
Segundo Seddighi and Theocharous (2002) a qualidade de serviço, a publicidade e a instabilidade política são combinadas para gerar a percepção/sentimento sobre o destino turístico nas mentes do turista. Desta forma, a escolha de um destino é um processo de multi-passos, que se desenvolve em volta de duas dimensões. Começa nos próprios turistas (características intrínsecas culturais e sócio-económicas, tempo disponível, percepções e experiências passadas), depois passa para o nível do destino (características próprias de atracção e fixação). Será da combinação destas dimensões, no tempo e no lugar, que determinam as escolhas.

Contudo, há fenómenos contraditórios, pois como referem Hillery *et al*. (2001), os turistas de natureza apresentam-se como um paradoxo, pois se por um lado vêem o turismo como uma ameaça, ao mesmo tempo querem ter o privilégio de visitar tais regiões. Ou seja, o que motiva é simultaneamente inibidor. Havendo, portanto, influências restritivas na tomada de decisão das escolhas.

Após todos estes considerandos, julgamos que nem podemos conotar o turista com o "lugar", nem com o seu "comportamento", mas sim com a concepção subjectiva que cada um de nós atribui à conjugação dos dois conceitos anteriores. Cada um de nós, deve entender se está ou não a fazer "turismo", e logo, se é ou não "turista", independentemente do lugar onde esteja e de acordo com o comportamento que esteja a ter no momento. Assim, o próprio conceito de "viagem" carece de melhor entendimento, pois os comportamentos de um cidadão "comum", dentro do seu contexto residencial habitual, é frequentemente igual ao de um cidadão "turista", só que em contextos existenciais diferentes ("autenticidade existencial"). Desta forma, caímos num conceito que não ajudando a clarificar, pelo menos ajudará a pensar. Um "comportamento turístico" é aquele que cada um de nós entende como estando, num determinado momento a fazer turismo. Independentemente desta proposta, e na falta de melhor apuramento estatístico, julgamos que para esse efeito, podemos adoptar o conceito de "turista" proposto pela WTO.

Assim, parece-nos ser possível modelar o comportamento turístico, de acordo com as diferentes abordagens e estudos já efectuados, da seguinte forma (figura 3.3):

**Figura 3.3** – Comportamento Turístico




Fonte: Elaboração própria

Pelo modelo apresentado podemos verificar que existem políticas que interferem directamente no "comportamento turístico" e consequentemente influenciam alguns sectores económicos. Por exemplo, as políticas relacionadas com o trabalho interferem na questão do "tempo disponível" e seguramente terão diferentes consequências de acordo com as diferentes políticas adoptadas (mais trabalho - menos tempo disponível, versus menos trabalho - mais tempo disponível). As políticas sociais e as relacionadas com o rendimento interferirão no "enquadramento socioeconómico" o que levará a mais ou menos limitações, quanto ao poder de compra dos "turistas" e estabilidade política e

social dos lugares. Depois, há todo um conjunto de estratégias de Marketing para "vender" um destino, enquanto "destino turístico", através das motivações (estímulos) à visita, onde considera tanto os factores *push*, como os factores *pull*. Em suma, este modelo permite-nos ter uma visão de conjunto e do posicionamento do "comportamento turístico" perante o "lugar" (destino e origem) e perante algumas políticas que com ele interferem.

# Capítulo 4

# O Modelo do Ciclo de Vida como uma ferramenta para o planeamento estratégico

## 4.1 O planeamento estratégico no turismo

No capítulo 2 já vimos alguns dos modelos de competitividade mais utilizados e reconhecidos. Naturalmente que o desenvolvimento do turismo pressupõe preocupações com o planeamento estratégico, pois só mediante esses princípios será possível desenvolver a própria competitividade das regiões e empresas turísticas.

O Planeamento Estratégico começou a fazer parte da actividade empresarial, nos anos 50/60 e uma vez que se baseia em processos, é reflexo da teoria de sistemas[33] no campo do planeamento (Hall, 1992) (in Hall, 2000). Segundo Ohmae (1983) (in Hall, 2000), trata-se de uma filosofia de longo prazo e não um expediente de curto prazo. O planeamento estratégico é, assim, uma importante ferramenta conceptual, "um modo de pensar". Desde os anos 80 que o planeamento estratégico se começou a deslocar das empresas para as regiões e cidades, procurando reestruturar sectores em declínio (Baidal, 2004). Agora, procura contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões (destinos), numa óptica de sustentabilidade, servindo como ferramenta para potenciar a intercepção entre a oferta e a procura, considerando a influência de vários factores.

O planeamento estratégico tem assumido nos últimos anos uma importância crescente, na procura da melhoria da competitividade empresarial. Nesse sentido, Porter (1980) formulou e desenvolveu o método das *cinco forças competitivas*. A Vantagem Competitiva das Nações de Porter (1990) acabou por se tornar uma referência no planeamento estratégico, aplicando-se também ao turismo, com "as vantagens competitivas dos destinos turísticos", matéria que tem merecido especial atenção, numa perspectiva de desenvolvimento local e regional, assente no turismo, quando outros destinos começam a definhar. Contudo, tal opção, deve ser cuidadosa, para evitar a grande dependência do desenvolvimento a uma área, também ela, muito volátil. Como forma de evitar tal evolução, defende-se a necessidade da sustentabilidade do turismo, através da promoção da harmonia entre os ambientes, ecológico, económico e sociocultural.

[33] (NA) A "Teoria dos Sistemas" entendida como conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio.

O planeamento estratégico serve para acautelar o grau, natureza e qualidade do investimento (Vanhove, 2005; Fletcher and Cooper, 1996) e este resultará das características das condições de procura que se espera encontrar, ou seja, resultará do comportamento do consumidor – turista (Lam and Hsu, 2006; Lew and McKercher, 2006; Collins and Tisdell, 2002; Hovinen, 2002; Hillery *et al*., 2001; Fletcher and Cooper, 1996; Porter, 1980). Se para melhor enfrentar a competitividade é importante um processo de planeamento estratégico rigoroso, então este também é influenciado pelas mesmas dimensões que as da competitividade. Deste modo, podemos considerar como dimensões do Planeamento Estratégico:

- A dimensão económica;
- A dimensão sociocultural;
- A dimensão ambiental.

Quando o Homem intervém visando a melhoria das actividades que desenvolve, fá-lo na procura da felicidade, pois como diz Caillé *et al*. (2005), o fim último da existência humana é a felicidade. Quando pretendemos desenvolver alguma actividade, sector ou organização, as questões do planeamento devem assumir um relevo especial. Tratando-se do turismo, e dada a sua interdisciplinaridade, o planeamento deverá contemplar essa diversidade. Diga-se a propósito que Massam (2002) refere que a missão genérica do planeamento será o contributo para que no futuro o resultado seja melhor que no passado.

Tal como diz Baidal (2004), é importante que o planeamento seja efectuado de modo a atribuir maior agilidade aos processos e ao uso do terreno onde sejam desenhados os mecanismos de coordenação entre os diferentes níveis, para que os diferentes actores ou iniciativas possam seguir uma abordagem integral, multi-dimensional e sustentável. Para este autor, o planeamento do turismo deve contemplar as seguintes dimensões: sectorial, territorial, económica, sociocultural e ambiental.

No mesmo sentido, Burns (2004) diz que pela, complexidade do turismo, é essencial que o planeamento seja inter-sectorial e intra-sectorial, apelando assim à cooperação entre os diferentes agentes.

Mas lidar com o planeamento estratégico é lidar com um conjunto diversificado de variáveis internas e externas, umas controláveis, outras nem tanto, umas tangíveis e outras intangíveis. Por outro lado, como entretanto vão surgindo novas variáveis internas e externas, como sejam as que provocam resistência, isso faz com que a razão do interesse da utilização do planeamento estratégico não se esgote.

Planeamento estratégico é a "arte de prever ocorrências antes delas acontecerem" (Archer, 1975) (in Vanhove, 2005). No nosso entendimento, planear é "ter informação para decidir" e fazê-lo com estratégia, é "decidir correctamente e no momento certo, normalmente em antecipação". O planeamento estratégico deve ser concebido para ser interactivo, devendo ser capaz de se adaptar às mudanças internas e externas (Hall, 2000). Trata-se, portanto, de uma ferramenta mental.

Por outro lado, entendemos que como ferramenta mental que é, compete ao planeamento estratégico, no seu processo de encontrar as respostas para as sucessivas perguntas que vão surgindo, fazer a aproximação entre a oferta e a procura ou vice-versa, pois quando os estudos avaliam os destinos (como oferta), suas características e capacidades de atracção e fixação, têm subjacentes uma determinada procura e aqui é vulgar falar-se em segmentos, o que pressupõe a existência de mercados específicos. Também Burns and Sancho (2003), referem que o desenvolvimento estratégico foi concebido para promover maior diversidade nas infra-estruturas e recursos, assim como melhorias nos produtos, de modo a atrair visitantes com elevado poder de compra e alongar o período sazonal. A oferta consiste no conjunto de bens e serviços que está disponível para a procura, ou seja, é o que se pretende, planeia ou procura vender e não só o que na realidade se vende. A procura pode ser definida como a vontade e capacidade de adquirir bens e serviços e a aquisição propriamente dita.

Numa óptica de competitividade do turismo, pretende-se nos diferentes níveis considerados (país, região, cidade, local ou empresa), criar condições de atracção e de permanência dos turistas, ou seja, fazer, no fundo, aproximar a oferta da procura. Essa competitividade leva obrigatoriamente à realização de investimentos nos diferentes recursos (Hampton, 2005; Bansal and Eiselt, 2004; Baidal, 2004; Fletcher and Cooper, 1996), como já anteriormente vimos.

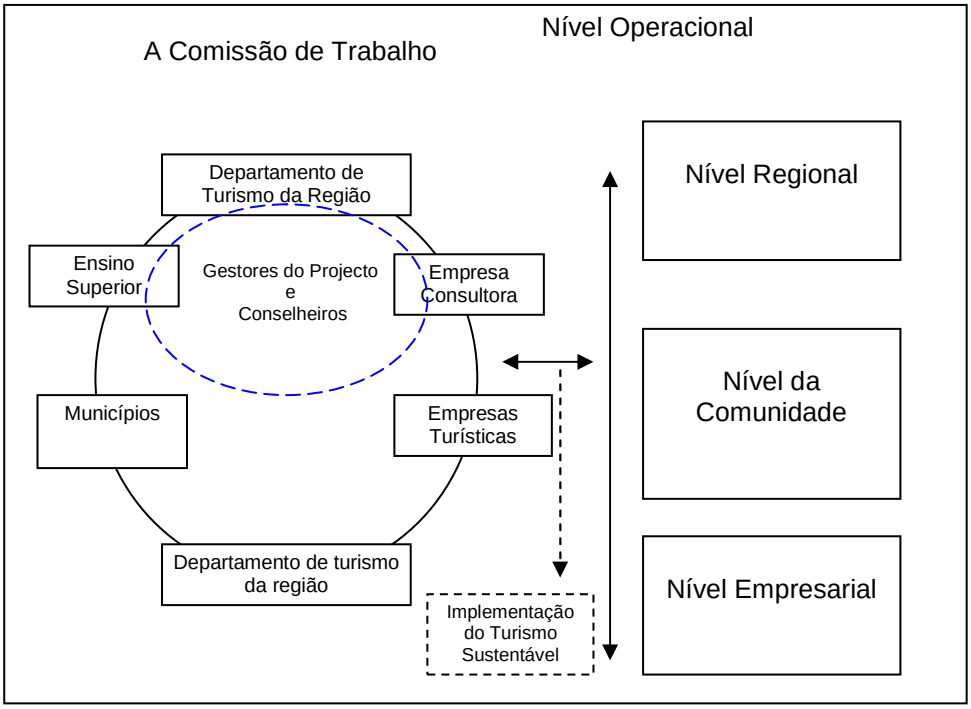
Por outro lado, o rigor e utilidade da informação assume um papel decisivo na definição das políticas e das decisões a tomar, pois quanto mais rica ela for, em melhor posição fica quem a utiliza. Assim, a definição de esquemas metodológicos que facilitem a sua identificação e tratamento é determinante para a sua utilização.

Se se quer efectivamente que o turismo seja a "porta para o desenvolvimento" e um processo para os residentes ganharem, então os planos têm de dar mais atenção às suas necessidades e capacidades (Liu and Wall, 2006). É importante reconhecer que nem só de residentes, "cidadãos sem rosto", são constituídas as comunidades locais, pois as empresas e outras organizações também compõem esse tecido comunitário. Devemos, portanto, falar de um destino (Kernel, 2005). Este autor defende que o planeamento estratégico deve ser integrado, ou seja, deve promover relações verticais e horizontais entre os *stakeholders* (ver figura 4.1).

A grande fragmentação do turismo, com a sua diversidade de factores e variáveis, mais que justifica o planeamento estratégico, no sentido de procurar a coordenação dessa multiplicidade (Hall, 1994) (in Hall, 2000). Ainda segundo o mesmo autor, o planeamento estratégico do turismo é concebido para ser holístico, integrador e compreensível.

Consideramos que o planeamento é estratégico porque, se deve encontrar, na fase de soluções e medidas, aquelas que estejam fora das mais normais e não sejam esperadas, mas que possam vir a ter concretização positiva, pois se forem normais e esperadas a suposta vantagem não será alcançada, dado que, teoricamente, também os outros as encontrarão. Assim, como a sua implementação deverá ser em momentos não esperados, também deverão existir várias alternativas para diferentes cenários. Desta forma, estaremos a agir com estratégia, e esta deve ter como pano de fundo a sustentabilidade (Cooper *et al*., 2003; WTO).

**Figura 4.1** - Esquema conceptual da intervenção dos *Stakeholders*




Fonte: Kernel (2005)

Do ponto de vista dos procedimentos e abrangência, o planeamento estratégico pode ser atendido através de uma tripla abordagem:

- Vertical (*bottom-up*);
- Vertical (*top-down*);
- Horizontal (efeito "*cluster*").

Verifica-se pois, que se aplica perfeitamente o conceito de "*cluster*" turístico, numa óptica de ligação e interdependência das múltiplas actividades económicas do local, região, ou destino, de modo a poder produzir benefícios repartidos pelos interessados e comunidades locais, com efeitos extrapolados às dimensões ecológica e sociocultural. Mas, falar de *cluster* é também atender aos segmentos de mercado que se pretende atingir.

Devido à sua complexidade e influência cruzada, o planeamento estratégico, tem proporcionado alguma falta de consenso, quanto às suas componentes ou fases. Por exemplo, para Donnelly *et al*. (2000), as componentes devem ser:

- Missão;
- Visão;
- Objectivos;
- Estratégias;
- Acções.

Segundo Palácios e Sousa (2004) as fases do planeamento estratégico, numa óptica do Marketing Internacional, são:

1. Análise da Situação (Externa / Interna);
2. Determinação dos Objectivos;
3. Investigação de Mercados Exteriores;
4. Avaliação de Oportunidades (Selecção de Mercados Internacionais);
5. Plano Estratégico Internacional (Estratégias de Crescimento e Carteira de Produtos);
6. Estratégias de Entrada;
7. Marketing Mix Internacional;
8. Avaliação e Controlo.

Já Vasquez, Trespalacios y Rodriguez – Del Bosque (1998)[34] indicam como fases do planeamento estratégico, as seguintes:

1. Missão da Organização;
2. Identificar e Valorar Negócios Actuais e Potenciais;
3. Análise de Oportunidades e Ameaças do Mercado Externo;
4. Análise das Forças e Fraquezas da Organização;
5. Formulação de Objectivos;
6. Alternativas Estratégicas que permitam uma Vantagem Competitiva;
7. Avaliação e Selecção de Estratégias;
8. Estrutura Organizativa adequada para o desenvolvimento da estratégia;
9. Recursos, rotinas organizativas, capacidades, habilidades difíceis de imitar;
10. Implantação e Controlo estratégico.

[34] Retirado de apontamentos do programa de Doutoramento em Marketing e Comércio Internacional, promovido pela UEX (2005/2006), relacionado com a matéria sobre "Estratégias de Marketing para Mercados Industriais".

Já Kajanus and Kurttila (2004) referem que a aplicação de um processo estratégico ao turismo, segue normalmente os seguintes passos: investigação do estado actual do turismo na região; definição da visão; identificação dos objectivos; selecção das estratégias e do sistema de monitorização. Devendo-se considerar as seguintes dimensões: ambiental, social e económico.

Depois, há também perspectivas diferentes de alguns conceitos. Parece que Hall (2000) entende que a missão e visão são a mesma coisa, quando diz que "*An organisation´s mission or vision …*" e depois "*The mission statement describes what the organisation is trying to accomplish in the longer term*.", o que traduz, quanto a nós, a definição de visão e não de missão. Assim, a missão deve traduzir, de forma simples e concisa, o papel ou função da instituição ou organização enquanto tal, integrado no respectivo contexto, seja ela de natureza empresarial ou não, ou seja, a razão da sua existência.

Julgamos que para melhor compreendermos cada componente, podemos traduzi-las nas respostas a uma questão simples que se pode colocar a cada uma:

- Missão: Qual a razão da nossa existência?
- Visão: O que queremos ser, no longo prazo?
- Objectivos: O que devemos ser no curto e médio prazo?
- Estratégias: O que podemos fazer para atingirmos os objectivos?
- Acções: Como podemos implementar as estratégias?

De acordo com Getz (1987), referido por Baidal (2004), existem quatro possíveis abordagens de planeamento do turismo:

- "Boosterism": encara todas as decisões como positivas, ignorando as eventuais consequências negativas ao nível económico, sociocultural e ambiental. Tem predominado desde que começou a florescer o turismo de massas;
- Económica: considera o turismo como um instrumento para alcançar determinados objectivos económicos. Atribui ao turismo um papel importante no crescimento económico das regiões. Normalmente, esta abordagem não avalia os efeitos da distribuição dos rendimentos;

- Físico – espacial: aborda a dimensão territorial para adequar a distribuição das actividades económicas. Contempla uma preocupação com a envolvente. Centra-se na preservação dos recursos naturais que permitem a manutenção da actividade e na gestão dos impactos ambientais;
- Orientado para a Comunidade: preocupa-se exclusivamente com os benefícios que o turismo proporciona aos residentes. Defende o envolvimento e participação no processo de planeamento, ou seja, um processo *bottom–up*. Trata-se das abordagens com o envolvimento dos *stakeholders*.

Verificamos que as mais recentes orientações e sugestões apontam para esta última abordagem. Inicialmente, o planeamento estratégico funcionava num modelo de *top-down*, mas, com o tempo, verificou-se que o processo poderia ser melhorado se passasse para o modelo *bottom-up*[35]. O envolvimento de todos os interessados (*stakeholders*), numa perspectiva de *bottom–up* é cada vez mais defendido pelos diferentes autores (Liu and Wall, 2006; Kernel, 2005; Burns, 2004; Ko and Stewart, 2002; Sautter and Leisen, 1999). É aqui que entra o "planeamento estratégico", o qual deve conduzir a um esquema, claramente definido, para a acção da gestão (Donnelly *et al*., 2000). Kotler (1986) (in Cooper, 2002) define o planeamento estratégico da seguinte forma: "processo de gestão do desenvolvimento e manutenção da acção estratégica, entre os objectivos e capacidade da organização e as suas oportunidades de mudança de marketing". Por seu lado, Haywood (1990) (in Cooper, 2002) refere que as características de um planeamento estratégico devem contemplar "uma perspectiva de longo prazo; o desenvolvimento de um processo holístico e integrado; um processo de formalização da decisão assente no desenvolvimento dos recursos".

Por outro lado, associado ao processo, temos as razões que devem levar à implementação de planeamento estratégico. Hall and McArtur (1998) (in Hall, 2000), indicam as seguintes razões, para justificar a implementação do planeamento estratégico no Turismo:

- Por pressão dos *stakeholders*;

[35] (Pigram, 1990) Este autor alerta para algumas limitações deste método, por falta de conhecimento, existência de apatia, desinformação e até resistência à mudança, relevando assim algumas "virtudes" do método "*top-down*", desde que devidamente assessorado por especialistas, tornando-se, assim, mais objectivo.

- Por percepção de necessidades, como seja o desenvolvimento do turismo sustentável;
- Para responder a situações de crise;
- Por imitação de "boas práticas" ou *benchmarking*;
- Por adaptação, inovação e difusão de ideias.

Como é dito por Rodrigues, Dionísio e Esperança (Strategor – política global da empresa, Publicações Dom Quixote, 2ª edição, 1993) "Fazer estratégia é escolher as procuras que a empresa (destino[36]) pretende satisfazer e as ofertas que segregará para esse fim". Ou, como diz Freeman (1984) (in Hovinen, 2002), "para se ser um estratega eficiente deve-se lidar com os grupos que nos podem afectar, enquanto que para se ser um responsável (e eficiente no longo – prazo) deve-se lidar com os grupos que podemos afectar".

A pertinência da forte inclusão dos *stakeholders*, no processo de planeamento estratégico, onde predomina uma aproximação dos decisores às entidades com interesse directo e indirecto no resultado a obter, leva a que possamos entender essa aproximação como proporcionando um mecanismo de redução de incerteza. Ou seja, havendo consonância de interesses, atenuamos o grau de incerteza atribuindo um carácter semelhante, quer aos factores externos quer aos factores internos. Este raciocínio altera substancialmente o esquema tradicional do planeamento estratégico, resultante do modelo *top-down*, pois as tradicionais variáveis externas (exógenas – no pressuposto de não se controlar, conhecer ou até mesmo influenciar) passam a reduzir-se significativamente. Passamos então a ter como variáveis externas no processo de planeamento: as componentes das empresas, dos residentes (numa óptica de grupos representativos ou indivíduos interventivos, estes como pessoas ligadas à decisão ou fazedores de opinião) (Burns and Sancho, 2003), das instituições públicas, das instituições de ensino e das instituições financeiras (que não aderiram ao processo de planeamento), do ambiente (quando se fala de sustentabilidade está também subjacente a questão ecológica e esta está na ordem do dia) e das crises e desastres.

[36] (NA) O termo "destino" adapta-se perfeitamente à ideia.

Em suma, surgem variáveis externas novas às quais é necessário estar atento, mas procura-se reduzir parte das existentes, incentivando a aproximação dos *stakeholders*. Por outro lado, o processo de planeamento estratégico é assumidamente dinâmico, pois segundo Barbara Gray (1989) (in Kernel, 2005), existem três fases do planeamento colaborativo: definição do problema, definição da direcção e estruturação. A primeira fase consiste no diagnóstico do problema e levantamento de informações; a segunda fase é a procura de consensos e acordos na busca da solução e a terceira fase é a ratificação dos acordos e planos de implementação. E, ainda segundo a mesma autora, este processo também é cíclico, pois à medida que avançam as estratégias definidas, novos problemas vão surgindo levando ao reinício do processo.

Apesar dos estudos consultados não referirem expressamente as questões relacionadas com as variáveis internas tradicionais (recursos)[37], podemos admitir que tal se deve ao facto de esta matéria não suscitar qualquer dúvida, no que respeita ao seu entendimento enquanto elemento inerente às organizações. Resulta da análise efectuada, que o conjunto de variáveis internas ou de cariz interno, sejam: os recursos humanos, os recursos materiais, os recursos financeiros e ainda parte das empresas, parte dos residentes, parte de outras instituições públicas, de ensino e financeiras e parte de todas as outras que entraram no processo de participação.

Verificamos assim, que o planeamento estratégico no turismo, deve considerar as variáveis internas (recursos humanos, materiais - naturais e artificiais - e financeiros) e externas (ambiente político, legal, ecológico, social, económico, cultural, concorrencial, institucional e consumista), tanto no aspecto quantitativo como qualitativo.

É assumida, pelos últimos estudos, a importância da aproximação dos planeadores aos *stakeholders*, de modo a evitar aquilo que Liu and Wall (2006) indicam que é o facto de, no mundo desenvolvido, o turismo ser normalmente implementado através de uma abordagem *top-down*. Acrescentam ainda, estes autores, que frequentemente os

[37] Excepção a Fletcher and Cooper (1996) que referem que a fase de observação (diagnóstico) de um plano estratégico para o turismo, para que se possa verificar o potencial de desenvolvimento de novos mercados e quais os problemas ou matérias que possam carecer de maior cuidado, pode passar por: caracterização da região (economia, topografia, nível de desenvolvimento, tipos de actividade turística) – para eventual subdivisão; identificação dos recursos existentes (onde podem surgir identificados: subutilização de equipamentos; tipos e utilizações dos recursos naturais; escassez de capital; deficientes infra-estruturas; poucos conhecimentos de Marketing; escassez de especialistas).

residentes, os investidores e os fazedores de opinião, estão mal representados no desenvolvimento turístico. Nem que seja para evitar que fiquem por avaliar os efeitos dos respectivos planos (Liu and Wall, 2006), se torna importante a sua participação.

Constatamos, claramente que a existência de planeamento estratégico tem o seu espaço nesta área do turismo, pois num mundo onde o grau de incerteza e de imprevisibilidade em muitas matérias tem vindo a aumentar, é fundamental a utilização de instrumentos de gestão que possam desenhar o todo ou parte dele para melhor contemplar cenários alternativos. As influências são diversas e possuem graus diferenciados. Por exemplo, Ritchie (2004) refere que temos assistido a um aumento de desastres e crises[38], de origem natural e humana, que têm afectado o sector turístico: terrorismo, instabilidade política, recessão económica, biossegurança, doenças e desastres naturais. Também, o turismo é altamente vulnerável a falhas nas infra-estruturas. Parece que o actual estado do mundo, nas suas componentes humanas e naturais, levará ao aumento dos desastres e das crises. Foi o furacão "Hugo", em 1989, que caiu sobre a Carolina do Norte, que despoletou o interesse por este problema associado ao turismo (Ritchie, 2004). O turismo é um sector altamente sensível a factores externos. A moderna gestão do turismo deve contemplar as mudanças e a teoria do caos[39].

Portanto, considerando-se que o grande objectivo do planeamento estratégico do turismo é a criação de lugares sustentáveis, então deve ser um processo criado não só para governos, indústria e satisfação do turista, mas também para envolver os *stakeholders* (Hall, 2000). Mas podemos estar a falar de lugares em diferentes níveis: lugar, destino, região, nacional e internacional (Dwyer and Kim, 2003).

Desenvolver o planeamento estratégico é criar planos de acção. Contudo, um plano deve ser de fácil entendimento e um macro-plano não deve ofuscar um micro-plano (Burns, 2004). Ou seja, em termos de turismo, entendemos que as empresas, os locais, as

[38] (in Ritchie, 2004) Como crise entende-se qualquer acção ou falha de acção que interfira com as funções normais de uma organização, que afecte os seus objectivos, viabilidade ou sobrevivência, ou que prejudique a maioria dos seus empregados, clientes ou constituintes (cidadãos). Desastre é definido como uma súbita e imprevista mudança, no sistema, sobre a qual uma organização possui pouco controlo. Tipos de crise: imediata (sem aviso, sobre a qual só é possível intervir após a sua ocorrência), emergente (possui uma evolução progressiva e detectável), sustentada (duradoura).

[39] (NA) A "Teoria do Caos", entendida como um conjunto de complexas inter-relações entre o homem e a natureza, que não permitem detectar as verdadeiras origens e causas dos acontecimentos, nem a plenitude das suas consequências.

cidades, as regiões e o país devem poder utilizar o mesmo modelo de planeamento estratégico, mas devidamente adaptado. Sendo assim, deverá ser um modelo dinâmico, que se adapte às circunstâncias e ao tempo. Dada a importância económica do turismo, o planeamento com algum detalhe assume um papel central nas políticas, em termos empresariais, locais, regionais e nacionais (Hampton, 2005).

Os efeitos do planeamento estratégico do turismo, devido a um conjunto variado de situações e características do "produto turístico", são variados e carecem de cuidadas abordagens aquando do início do processo de planeamento, como sejam:

- O seu papel no desenvolvimento;
- O seu papel na redistribuição do rendimento;
- O seu papel no mercado de trabalho;
- A sua diversificação de actividades;
- A sua competitividade (pelo preço, pela qualidade, pela natureza dos destinos, etc.);
- A sua sazonalidade;
- A sua estrutura de custos (transporte, equipamentos, mão-de-obra, fiscais, de capital, de bens de consumo, etc.).

Julgamos que não restam dúvidas, quanto à necessidade de implementar processos de planeamento estratégico, no turismo, pois se dúvidas houvesse, os estudos tê-las-iam dissipado, particularmente as que apontam para a necessidade de envolver os *stakeholders* (Lui and Wall, 2006; Kernel, 2005; Burns, 2004; Burns and Sancho, 2003; Ko and Stewart, 2002; Sautter and Leisen, 1999), como forma de comprometê-los com o caminho a seguir e encontrar alternativas aos novos problemas (Stead, 2005).

Segundo Baidal (2004), a generalidade do turismo está concentrado nas zonas costeiras, mas em algumas zonas já se vem assistindo a alguma diversificação da procura, o que corresponde ao surgimento de novos segmentos. Perante esta realidade o planeamento vem adquirindo maior importância no turismo, até porque é necessário começar por estudar o comportamento do turista (Bansal and Eiselt, 2004).

O planeamento estratégico, deve contribuir para atenuar as assimetrias no desenvolvimento. Há de facto situações onde os benefícios para as populações locais

são nulos ou praticamente insignificantes (Burns, 2004). Esta situação é mais visível nos países em vias de desenvolvimento, onde as populações junto das atracções acabam por ser enclaves (Hampton, 2005). O próprio conceito de desenvolvimento sustentado associado ao de turismo sustentável (definição da comissão Bruntland – "satisfação das necessidades actuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades") (Piga, 2003), deve estar suportado pela defesa dos interesses dos *stakeholders*, em geral, e das populações locais, em particular, para defender a competitividade do turismo no longo prazo (Kernal, 2005). Desta forma, sentir-se-ão comprometidos e assumirão os seus resultados, pois a satisfação dos residentes está directamente relacionada com a percepção dos impactos negativos ou positivos (Ko and Steward, 2002).

Por outro lado, ainda se detecta um baixo conhecimento turístico por parte das pessoas, de modo a facilitar a implementação de planos participados. Logo, é importante promover o ensino do turismo (Liu and Wall, 2006), junto das comunidades com forte potencial de atracção, para se desenvolver uma tradição pelo sector (Ko and Steward, 2002). A realidade actual faz surgir uma série de fenómenos, que acabam por determinar fortemente a actividade turística. Os estudos demonstram que o conhecimento dos desejos e motivações dos turistas são determinantes para o trabalho de planeamento.

O planeamento estratégico, nas suas componentes mais operacionais e práticas, acaba por se traduzir no desenvolvimento das interpretações do SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), de modo a elaborar as estratégias alternativas (Kajanus *et al.*, 2004). Sendo o planeamento estratégico uma ferramenta mental para facilitar a abordagem sobre os problemas e dessa forma permitir criar cenários e visualizar os seus efeitos, e estando assente na análise SWOT, é importante verificar se existe alguma outra ferramenta, que permita enriquecer a operacionalização da análise SWOT, isto em termos de turismo.

A análise SWOT é uma ferramenta do Planeamento Estratégico usada com muita frequência para analisar o ambiente interno e externo, através da medição das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Esta é claramente uma ferramenta operacional. O

objectivo final do processo de planeamento estratégico, no qual a análise SWOT[40] é peça fundamental, consiste em desenvolver e adoptar estratégias de acordo com os factores internos e externos (Kajanus, 2000, 2001) (in Kajanus and Kurttilla, 2004). Acrescentaríamos, que o objectivo último consistirá na definição de um conjunto de acções estratégicas, traduzidas em cenários alternativos. Naturalmente que a estratégia escolhida deve estar de acordo com os objectivos definidos.

A análise SWOT permite-nos visualizar o enquadramento geral da organização, seja ela uma empresa, um lugar, uma cidade, uma região, um país ou uma região supra-nacional. Para o seu desenvolvimento pode-se recorrer a dados primários (questionários e/ou entrevistas ou opiniões de especialistas) e/ou secundários (dados já recolhidos por outras organizações), sendo que o ideal seja uma combinação de ambos e preferencialmente possuindo a dupla natureza quantitativa e qualitativa.

**Quadro 4.1** – SWOT (alargado)

| **ANÁLISE SWOT (Alargado)** | | FACTORES EXTERNOS | |
|---|---|---|---|
| | | AMEAÇAS (lista) | OPORTUNIDADES (lista) |
| FACTORES INTERNOS | PONTOS FORTES (lista de pontos fortes encontrados) | DIAGNÓSTICO: Aspectos que se apresentam como ameaças aos pontos fortes. | DIAGNÓSTICO: Aspectos que se apresentam como oportunidades perante os pontos fortes |
| | | SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO: O que se pode fazer para atenuar ou ultrapassar as ameaças perante os pontos fortes (várias alternativas) | SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO: O que se pode fazer para potenciar os pontos fortes perante oportunidades que se avizinham (várias alternativas) |
| | PONTOS FRACOS (lista de pontos fracos encontrados) | DIAGNÓSTICO: Aspectos que se apresentam como ameaças aos pontos fracos | DIAGNÓSTICO: Aspectos que se apresentam como oportunidades para os pontos fracos |
| | | SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO: O que se pode fazer para atenuar ou anular os efeitos das esperadas ameaças aos pontos fracos (várias alternativas) | SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO: O que se pode fazer para potenciar os pontos fracos perante as oportunidades. Eventualmente deixando de ser pontos fracos (várias alternativas) |

Fonte: Elaboração própria

[40] (NA) SWOT (simples) Considera o diagnóstico resultante em ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos. SWOT (alargado) Considera, para além do diagnóstico, também as sugestões de intervenção que resultam da identificação dos objectivos das estratégias a implementar.

A identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos deve ser efectuada através de uma comparação entre as variáveis internas à organização (recursos internos – humanos, materiais e financeiros), com outras que lhes sejam concorrentes, pois só dessa forma é possível verificar em que aspectos a referida organização é mais ou menos forte que os seus concorrentes. Estas devem ser listadas nos respectivos quadrantes. Já as ameaças e as oportunidades devem resultar da leitura de informações referentes ao ambiente externo e, dessa forma, devem permitir despistar os aspectos que se apresentam como ameaças a determinados pontos fortes e fracos e as oportunidades que se apresentam a esses pontos fortes e fracos. Os *stakeholders* assumem um papel importante nesta fase, colaborando no levantamento e facultando os dados necessários.

Consideramos uma análise SWOT (alargada) pois após este levantamento torna-se necessário raciocinar sobre o enquadramento encontrado e procurar soluções e medidas de salvaguarda e de potenciação quer para as ameaças quer para as oportunidades, respectivamente (aqui os *stakeholders* devem ser chamados a colaborar na definição das soluções e medidas. No fundo, devem contibuir para as sugestões de intervenção). Se os *stakeholders* se sentirem envolvidos nas soluções e medidas encontradas, mais facilmente irão contribuir para a sua concretização através da prática.

É nesta fase que se devem encontrar os Factores Críticos de Sucesso (FCS), pois estes não são mais que os factores que, se apresentam como grandes diferenciadores que podem levar ao sucesso a quem os possua[41]. É importante ter este conceito presente, para que não se confundam os FCS com os pontos fortes, uma vez que se trata de coisas distintas (os pontos fortes são intrínsecos às organizações, enquanto que os FCS são fragilidades do contexto concorrencial a que pertencemos, daí que quem as possuir obtenha uma vantagem competitiva[42]). Em nosso entender, em termos de turismo, é ainda nesta fase que se deve confrontar as informações existentes com a capacidade de carga (medida de acordo com os critérios que se estabelecerem como mais apropriados para o efeito onde, havendo mais que um, deve o mesmo ser despistado logo que o

[41] (NA) Num contexto concorrencial, interessará saber a quantidade "crítica" de vantagem, destes factores, ou seja: Bastará ser o único a possuir? Deve-se possuir mais que os outros? Ou, sendo o único a possuir, deve-se reforçar a sua quantidade?

[42] (NA) Também não confundir com o conceito de Vantagem Competitiva, pois segundo a teoria esta pode ser obtida ora via custos, ora via diferenciação, ora via nicho de mercado. Esta prende-se com a gestão da organização enquanto que o FCS diz respeito ao sector.

primeiro seja atingido) e com o ciclo de vida em que se encontra a organização, pois assim estamos a melhorar o uso desta ferramenta, quando aplicada ao turismo.

Como se verifica, a ferramenta SWOT apresenta-se como fundamental para toda a sequência do processo de planeamento a desenvolver. Qualquer erro ou inconsistência nesta fase, poderá levar a erros irremediáveis no futuro. Uma avaliação mal efectuada ou uma informação mal interpretada, poderá proporcionar soluções ou medidas desconectadas, cujos resultados acabarão por vir a ser contrários aos desejados. Contudo, em termos de turismo, as soluções e medidas a adoptar serão obrigatoriamente diferentes, consoante a fase do ciclo de vida em que se encontre um destino (Butler, 1980; Weaver, 2000; Cooper, *et al*., 2003).

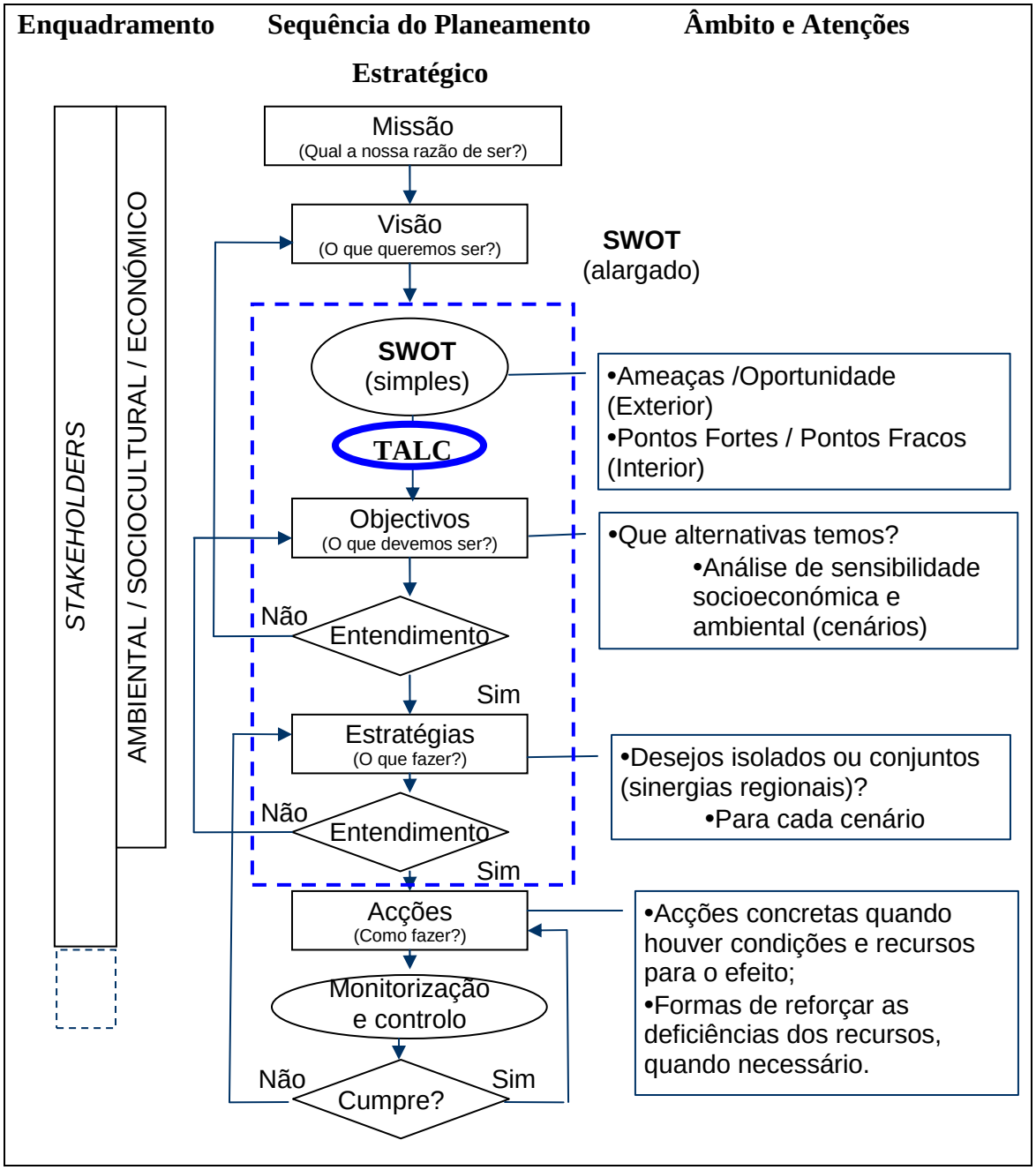
Assim, a determinação da fase do ciclo de vida em que se encontra um destino turístico é determinante para apurar com mais rigor as estratégias a implementar.

Para o presente trabalho, o interesse em perceber o processo de planeamento e, consequentemente, do planeamento estratégico, prende-se com a necessidade de localizar a questão do "Ciclo de Vida de Um Destino Turístico", nesse mesmo processo, para intervir e potenciar a sua importância de forma mais fácil. Pois, já Haywood (1990) e Pigram (1992) (in Cooper, 2002) identificaram, de entre outros aspectos, a necessidade de se utilizar o planeamento estratégico no turismo: "(…) A fase do ciclo de vida de um destino, também influencia o exercício do planeamento nesse destino (…)".

Após as leituras efectuadas e os raciocínios em volta do conceito de planeamento estratégico no Turismo, entendemos como pertinente a definição de um fluxograma que clarifique o processo do referido planeamento estratégico, como orientação para os trabalhos de planeamento turístico, que assumidamente deve ser encarado com seriedade e muito cuidado, tendo em conta que se devem salvaguardar interesses diversos e muitas vezes divergentes. No esquema apresentado de seguida (figura 4.2), é possível visualizar a pertinência do apuramento do posicionamento da fase do ciclo de vida em que se encontra um destino.

Perante este enquadramento, propomos um Fluxograma de aplicação do planeamento estratégico no Turismo. Pretendemos essencialmente, identificar a utilidade do apuramento do ciclo de vida, no processo de planeamento, pois entendemos poder, clarificar desta forma, a importância do modelo do ciclo de vida, como ferramenta complementar para o planeamento estratégico. O Fluxograma do Planeamento Estratégico do Turismo apresentado pretende contribuir para uma melhor sistematização desse posicionamento.

**Figura 4.2** - Fluxograma do Planeamento Estratégico no Turismo




Fonte: Elaboração própria

O fluxograma apresentado pretende clarificar o enquadramento, sequência, âmbito e atenções que é conveniente ter, aquando da abordagem do planeamento estratégico no turismo. Quanto ao enquadramento, facilmente se verifica que devemos ter sempre presente a envolvência dos *stakeholders*, desde a definição da missão, até ao desenvolvimento das acções, sendo que, nesta fase, o envolvimento deverá abranger os *stakeholders* mais especialistas, ou seus representantes (instituições locais e regionais de administração, ensino, investigação e empresariais), para que a monitorização e controlo possa ser mais eficaz. Toda a sequência até à fase da definição das estratégias deverá ter sempre presente, as dimensões ambientais, socioculturais e económicas. As acções, sendo um conjunto de actos, deverão estar dentro das estratégias definidas.

Quanto à sequência de implementação do processo de planeamento estratégico, dever-se-á atender que, para o seu resultado poder ser suficientemente abrangente, primeiramente dever-se-á determinar a missão da organização (destino), qualquer que seja a sua natureza, para sequencialmente estabelecer a visão, os objectivos, as estratégias e as acções, incluindo nesta a respectiva monitorização e controlo. Entendemos que existe um efeito de sequência entre cada uma destas fases, consoante o seu respectivo resultado. Desta forma, após a análise SWOT (simples - diagnóstico), passamos para a definição dos objectivos, ou se quisermos, do que devemos ser no curto prazo, para atingirmos o que queremos ser no longo prazo (visão). É aqui, que no nosso entender, devemos saber em que fase do Ciclo de Vida se encontra o destino considerado. Pois, a definição de objectivos mais ou menos ambiciosos dependerá sempre da fase em que determinado destino se encontre. Os objectivos de consolidação, de crescimento ou de retirada, ficam assim dependentes da fase do ciclo de vida em que se encontra um destino. A determinação dos passos ou fases que devemos atingir para alcançar a nossa visão, devem ser desenvolvidos considerando toda a variedade possível de alternativas de caminhos a seguir, ou seja, devemos aqui encontrar os cenários possíveis, com ou sem maiores obstáculos. Julgamos que, se na fase da definição dos objectivos não for possível chegar a um entendimento entre todos os envolvidos, então é porque a visão está mal definida. Na nossa opinião a verificação da visão depende da definição dos objectivos. Quando houver entendimento sobre os objectivos podemos seguir para a fase seguinte.

As estratégias, não são mais do que a determinação das melhores formas para alcançar os objectivos. Se não for possível conciliar os interesses sobre essas mesmas formas, então é porque pode existir alguma falha na determinação dos próprios objectivos[43]. Se for possível conciliar os interesses, existem condições para identificar as acções. Este trabalho deverá ser efectuado pelos grupos que terão a responsabilidade de implementar as estratégias definidas, pois, caso contrário, haverá um "ruído" demasiado elevado para se ter a clareza suficiente, porquanto não devemos permitir que todos opinem sobre algo que se pretende mais concreto e específico e dependa de grupos específicos. Devem, portanto, ser estes mesmos grupos específicos a trabalhar tais acções. Nesta fase ainda pode existir um efeito de retorno, pois, após a sua concretização será possível monitorizar e controlar o que se pretendia implementar.

Caso se cumpra com o pretendido e o desejado, dentro dos cenários previstos, então há que dar continuidade ao processo de implementação (acções), mas, caso tal não aconteça, devemos retornar às estratégias para verificar onde se encontra a imperfeição. Note-se que, sempre que existe um retorno para alguma das fases anteriores, podemos cair num ciclo de "retorno em cadeia", com todos os custos, atrasos e outros prejuízos daí inerentes, daí que seja fundamental que o processo de planeamento estratégico seja iniciado e implementado com o máximo cuidado. É preferível demorar mais tempo na sua correcta preparação do que ter que voltar ao seu início, vezes sem conta, por precipitação na sua definição. Como se verifica, apenas a missão não está sujeita a alterações como consequência da implementação do processo. A missão poderá, de facto, ser alterada se se entender que a razão de ser da organização (destino) foi alterada. É necessário garantir um encadeamento do processo para evitar que sistematicamente estejamos a questionar fases que supostamente deveriam estar assumidas e concluídas. Sempre que seja necessário voltar atrás, este retorno nunca deve ser para fases muito atrasadas, mas antes para outras mais intermédias. Com isto, não queremos dizer que o planeamento estratégico, bem definido, não careça de eventuais correcções e alterações, até porque as diferentes conjunturas são determinantes para o desenvolvimento do processo.

[43] (NA) Não devemos esquecer que os nossos desejos e ambições devem ser exequíveis e alcançáveis, ou seja, se for de todo impossível atingi-los, por razões do estado actual da situação, é conveniente corrigi-los.

Quanto à operacionalidade, em termos turísticos, do fluxograma apresentado, devemos atender às seguintes questões:

- Análise SWOT – Simples (factores externos):
    - Que tipos de fluxos (movimentos de pessoas) existem?
    - Que "*resorts*" (locais de destino) de concorrência existem?
    - Quais as características da sazonalidade?
    - Que segmentos de mercado predominam (comportamentos)?
    - Que externalidades provoca o sector?
    - Qual o enquadramento político externo?
    - Quais os riscos esperados de acontecimentos de crises e desastres?
    - Que acessibilidades externas existem?
    - Qual a proximidade dos principais mercados?
    - Que nível de formação existe para o sector?
- Análise SWOT – Simples (factores internos):
    - Que atracções possuímos?
        - Culturais?
        - Patrimoniais?
        - Naturais?
        - Infra-estruturas?
        - Estruturas?
        - Serviços?
        - Animação?
    - Qual a nossa capacidade de carga (dentro de critérios definidos)?
    - Qual a imagem que possuímos?
    - Qual o nosso nível de desenvolvimento socioeconómico?
    - Quais as actividades predominantes?
    - Quais os tipos de custos existentes?
    - Que tipo e qualidade de recursos humanos possuímos?
    - Quais os nossos recursos financeiros?
    - Como reagimos aos turistas?
    - Que segmentos de mercado atraímos?
    - Que externalidades provocamos?
    - Que acessibilidades internas possuímos?
    - Que arranjo urbano e/ou rural possuímos?

- Que nível de formação oferecemos e possuímos?

❖ ***EM QUE FASE DO CICLO DE VIDA NOS ENCONTRAMOS?***

- Definição dos Objectivos (deverão ser quantificados):
  - Análise de sensibilidade sociocultural, económica e ambiental;
  - Definição de diferentes cenários, de acordo com as diferentes combinações que resultam do cruzamento das diferentes sensibilidades das variáveis utilizadas;
  - Que impactos poderão resultar em cada um desses cenários?
  - Escolha dos cenários, dentro de um intervalo de tolerância admissível;

❖ Entendimento sobre os cenários a escolher

- Determinação das Estratégias:
  - Quais as áreas onde seja possível potenciar uma região mais alargada (sinergias regionais)?
  - Quais as áreas que se devem potenciar de forma isolada?
  - Cada cenário deverá possuir um conjunto de estratégias próprias;
  - Estimativa das consequências das estratégias encontradas;
  - Cada estratégia deverá ser um conjunto de respostas ao: o que fazer para cada objectivo?

❖ Entendimento sobre as estratégias encontradas

- Definição das acções a desenvolver:
  - Cada estratégia deverá possuir um conjunto de acções para a sua implementação;
  - Acções (actos e não intenções) concretas com a utilização dos recursos existentes;
  - Acções (actos e não intenções) necessárias para encontrar formas de reforçar os recursos deficitários ou insuficientes;
  - Acções (actos e não intenções) para concretizar cada estratégia;

- Cada acção deverá ser uma resposta ao: como fazer para cada estratégia?

  - ❖ Monitorização e controlo (verificação do cumprimento, ou não, das estratégias definidas)

Refira-se a relevância de colocar, sempre que possível, a questão: Porquê? Pois dessa forma para além das ocorrências passamos a conhecer as causas das mesmas, o que enriquecerá o poder de decisão e de opinião. Julgamos ter comprovado a inquestionável importância na utilização do planeamento estratégico no turismo e da determinação da fase do ciclo de vida, nesse processo. Esta determinação será mais útil se for conseguida em termos de posicionamento relativo do destino considerado, pois o processo de palneamento estratégico apresentado pressupõe uma visão holística. Conseguimos sistematizar o processo de Planeamento Estratégico no Turismo, de modo a contribuirmos para a sua utilização de forma mais compreensível. Pensamos também que o fluxograma apresentado pode ser adaptado a qualquer sector de actividade e a qualquer organização pública ou privada.

De referir, ainda, que monitorizar e mensurar são os passos finais de um processo de planeamento (Choi and Sirakaya, 2006) e que o planeamento pode alterar a qualidade de vida das populações (Massam, 2002).

De forma a proteger os ecossistemas e a proporcionar uma distribuição equitativa dos benefícios económicos, o turismo deve ser desenvolvido e gerido através de uma hierarquia de controlos, começando no nível local, para o territorial ou provincial, para o nacional até chegar ao nível internacional (Dwyer and Kim, 2003). O planeamento é essencial para estimular o desenvolvimento e a sustentabilidade (Kim, 2002). Deve possuir uma abordagem holística que inclua a qualidade de vida dos residentes.

Em rigor, um processo de planeamento nunca está concluído, pois tratando-se de um sistema progressivo de interrogações, estas estarão sempre a surgir. Planear é encontrar respostas a uma lista infinita de perguntas.

## 4.2 O ciclo de vida de um destino como ferramenta para o planeamento estratégico

Do trabalho de Levitt (1966) verificamos que o conceito de "ciclo de vida de um produto" é um forte instrumento de gestão competitiva, permitindo definir acções que possam sustentar o crescimento a longo-prazo. Ainda segundo este autor, as estratégias devem, de alguma forma, prever as iniciativas do mercado competidor. Assim, qualquer estratégia inclui uma sequência condicionada. Refere, ainda, que cada fase do ciclo de vida e cada decisão de gestão, deve considerar os requisitos competitivos da fase seguinte.

O modelo do ciclo de vida de um destino turístico, tem servido, particularmente a partir do trabalho de Butler (1980), para determinar o grau de desenvolvimento de um destino e como ferramenta de apoio ao planeamento estratégico. As fases que encerra permitem suportar alguns entendimentos quanto a tendências e/ou evoluções ocorridas. Apesar de algumas críticas, o modelo de Butler, continua a servir de inspiração para aperfeiçoamentos e novas inspirações evolutivas, de um destino turístico[44]. Também as questões relacionadas com a sustentabilidade de um lugar têm adquirido uma importância crescente nas sociedades modernas, levando a que os diferentes destinos contenham preocupações dessa natureza. O próprio modelo do ciclo de vida de um destino tem subjacente essa preocupação.

As diferentes aplicações do modelo TALC (Tourism Area Life Cycle), permitem identificar a tendência evolutiva de "spas" (Kapczyinski and Szromek, 2008), do sector hoteleiro (Sund, 2006), do agro-turismo (Pulina *et al*., 2006), do jogo (Moss *et al*., 2003), de um *resort* (Papatheodorou, 2004; Hovinen, 2002; Johnston, 2001b), permite verificar se um mercado ainda possui margem de progressão ou se já atingiu a fase de estagnação (Moore and Witehall, 2005), analisar as estratégias para sair da fase de declínio (Aguiló *et al*., 2005), associar a idade dos turistas com o ciclo de vida das

[44] (Harrison, 1995) (in Weaver, 2001) Cresce o reconhecimento que o modelo do ciclo de vida de um destino representa uma evolução "ideal".

famílias[45] (Collins and Tisdell, 2002a, 2002b), analisar a evolução de turistas num *resort* (Lundtorp and Wanhill, 2001), verificar que os países menos desenvolvidos estarão próximos da fase introdutória e os países mais desenvolvidos estarão mais próximos da fase de declínio, pois os primeiros são exportadores líquidos de turismo e os segundos são importadores líquidos de turismo ou, se quisermos, associa o ciclo de vida ao saldo do comércio externo (Toh *et al*., 2001), dá também algumas indicações sobre o comportamento do turista (Saveriades, 2000) e permite avaliar as mudanças no bem-estar social à medida que o turismo evolui no tempo (Tooman, 1997b).

Para Johnston (2001a) o modelo de Butler (1980) cumpre com os princípios ontológicos (natureza do ser) e epistemológicos (base do conhecimento), confirmando-se assim, a importância desse modelo como suporte descritivo do desenvolvimento de um destino turístico.

O modelo de Butler (1980) – Tourism Area Life Cycle (TALC), caracteriza-se pela descrição da evolução de um destino turístico, através das seguintes fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e pós-estagnação.

Vejamos como alguns investigadores têm caracterizado estas diferentes fases do ciclo de vida de um destino:

| Autor(s) | Exploração |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | Poucos turistas (Plog`s "*allocentrics*", Cohen`s "*explorers*" e Christaller`s "visitantes procurando aspectos naturais e culturais diferentes"), inexistência de instalações apropriadas, grande contacto com os locais, sem influenciar o meio social, pouco efeito económico. |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | Visitas limitadas e esporádicas por parte de poucos aventureiros (allocentric). Elevado grau de contacto com a população local e uso das suas comodidades, mas com baixo impacto económico e social. |
| **Toh**, R.S. ***et al.*** (2001) | Pequeno nº de visitantes que foge às viagens institucionalizadas. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | Poucos turistas, condições simples, natureza inexplorada e comunidades não incomodadas. |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | Não há atracções direccionadas ao turista. |

[45] (in Collins and Tisdell, 2002a) Wells and Gubar (1966) foram os pioneiros do ciclo de vida das famílias. Contudo, segundo Murphy and Staples (1979) estes estudos remontam aos anos 30 (in Oppermann, 1995).

| Autor(s) | Envolvimento |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | Ligeiro aumento de visitantes com carácter de regularidade, dedicação dos locais à recepção dos visitantes e adaptação de instalações para o efeito, proximidade de contacto com os locais, início de publicidade e criação de espaços comerciais, a época turística começa a determinar a vida dos que com ela estão envolvidos, primeiras pressões sobre os governos locais para melhorar os transportes e outras instalações para os turistas. |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | Aumento de visitas que induz alguns locais a preparar comodidades exclusivamente para os visitantes. Elevado contacto com a população local, os quais ajustam os seus padrões sociais para acomodarem as mudanças das condições económicas. |
| **Toh,** R.S. ***et al.*** (2001) | Aumento do nº de visitantes, melhoria dos acessos e condições de receptividade e início de publicidade. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | A comunidade começa a envolver-se com o turismo, criam-se condições e infra-estruturas, associações turísticas e começa-se a definir o marketing, aumentando assim o desenvolvimento turístico. |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | Os locais começam a preparar atracções e condições de acomodação (nestas duas fases as chegadas são positivas mas lentas). |

| Autor(s) | Desenvolvimento |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | Reflecte uma área turística bem definida, formada pela forte publicidade, diminuição do envolvimento dos locais, desaparecimento de algumas instalações originais, dando lugar a outras de grande dimensão e de origem externa, em particular de alojamento. As atracções naturais e culturais são desenvolvidas especificamente para os mercados às quais se acrescentam instalações artificiais importadas. Nem todas as mudanças na aparência física da área serão bem recebidas pelos locais. Nos períodos altos, o nº de turistas será igual ou superior aos residentes. Surgimento de mão-de-obra importada. Mudança no tipo de turista (Plog`s "*midcentrics*" e Cohen`s "turista institucional"). |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | Atracção de investimento exterior pela clara definição do mercado turístico. Melhoria das acessibilidades. A publicidade torna-se mais intensa e extensa e as estruturas ficam mais elaboradas. Diminuição da participação dos locais. As atracções artificiais superam as originais. Importação de mão-de-obra, de estruturas auxiliares e de serviços, para responder ao rápido aumento da indústria turística. |
| **Toh,** R.S. ***et al.*** (2001) | Crescimento acelerado de chegadas, gestão por agentes exteriores, ficando o destino bem conhecido e popular. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | O destino está bem definido (atracções desenvolvidas, campanhas de promoção, início da queda do efeito novidade, estabilização do crescimento no número de turistas). |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | Mais investimento em serviços, infra-estruturas e publicidade (elevadas taxas de crescimento de ganhos). |

| Autor(s) | Consolidação |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | A taxa de crescimento do nº de visitantes vai diminuindo, mas o nº total ainda vai aumentando, sendo que ultrapassa o total de residentes, a maior parte da economia está associada ao turismo, o marketing e publicidade procuram estender a época turística e a área de mercado, grandes franchisings e correntes dominam a indústria do turismo, mas sem quaisquer melhorias, o grande nº de visitantes pode provocar descontentamento junto dos residentes, as cidades turísticas terão zonas de recreação bem definidas e consoante o tempo decorrido, as antigas instalações poderão ficar degradadas e longe do desejado. |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | A maioria da economia local está dependente do turismo e é dominada por grandes cadeias e franchising. As visitas continuam a aumentar mas a menores taxas. O marketing e a publicidade pretendem alargar a época turística e atrair mais visitantes. As antigas estruturas estão agora mais degradadas e tornam-se indesejáveis. |
| **Toh,** R.S. ***et al.*** (2001) | Abrandamento na taxa de chegadas. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | Ainda aumento no número de turistas mas a uma taxa decrescente, forte dependência económica do turismo. |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | Infra-estruturas antigas (abrandamento da taxa de expansão). |

| Autor(s) | Estagnação |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | Atinge-se o pico máximo de visitantes possível, muitas das capacidades de carga são atingidas ou ultrapassadas, criando problemas ambientais, sociais e económicos. A área terá uma imagem bem estabelecida mas terá perdido o seu fascínio. Haverá uma forte tendência de repetição de visitas e eventos de congressos e outras formas similares. Haverá excesso de camas e será necessário um esforço vigoroso para manter os níveis de visitantes. As atracções naturais e culturais estarão provavelmente ultrapassados por instalações artificiais importadas, a imagem do "*resort*" estará divorciada do seu ambiente geográfico. As propriedades mudarão frequentemente de mãos (Plog`s "*psychocentrics*" e Cohen`s "turismo de massas organizado"). |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | Os níveis de capacidade de muitos factores relevantes estão agora saturados ou foram excedidos, resultando em problemas económicos, sociais e ambientais. Atinge-se o pico máximo possível de visitantes, forçando as estruturas a confiarem na repetição das visitas e nas convenções e viagens de negócio. As atracções artificiais superam as naturais ou culturais e o destino perde o seu fascínio. Excesso de capacidade. |
| **Toh,** R.S. ***et al.*** (2001) | Alcance do ponto máximo de chegadas, relevância de visitantes de repetição. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | Atinge o limite de turistas, perde definitivamente o fascínio. Existem problemas com o ambiente, com a cultura e nas mudanças da estrutura da sua indústria. |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | Pico máximo de chegadas; perda de fascínio das atracções e dificuldade em manter os mercados originais (estabilização dos ganhos). |

| Autor(s) | Pós-estagnação |
|---|---|
| **Butler**, R.W. (1980) | **Fase de declínio**: não há capacidade para competir com novas atracções e o mercado começa a declinar, quer espacialmente, quer numericamente. Já não é apelativo para férias, mas vai sendo usado para fins-de-semana e viagens de um dia, a propriedade muda de mãos e as instalações turísticas são adaptadas para não turistas, à medida que a área deixa de ser de turismo. Sendo este processo cumulativo, poder-se-á assistir novamente à aquisição das instalações por parte de locais, à medida que diminui o valor desses bens.<br>**Fase de rejuvenescimento**: é quase certo que esta fase nunca poderá ser alcançada sem uma mudança completa nas atracções turísticas, há duas formas de o conseguir, uma, através da adição de uma criação artificial única e diferente, outra, é através de um reforço de aproveitamento dos recursos naturais existentes ou pela descoberta de um recurso novo e diferente, revitalizam-se as instalações existentes. Serão necessárias intervenções conjuntas público-privadas.<br>Contudo, pode ser expectável que as atracções de áreas rejuvenescidas possam perder a competitividade, pois só se forem únicas e alcançadas de forma antecipada isso poderá não acontecer, mas deve-se ter sempre presente que os gostos e preferências devem manter-se constantes, ao longo do tempo, para continuar a atracção. |
| **Tooman**, L.A. (1997a) | **Fase de declínio**: os turistas foram para outros destinos. Os persistentes ou são de fim-de-semana ou de um só dia. As estruturas turísticas são substituídas por outras. Consequentemente haverá menores atracções e as resistentes tornam-se menos viáveis. O envolvimento local provavelmente volta a subir, à medida que descem os preços das estruturas. O destino torna-se num local degradante ou fica desprovido de actividade turística.<br>**Fase de rejuvenescimento**: mudança radical do seu recurso base, ora pela criação de uma atracção artificial, ora pela descoberta de um novo recurso natural. No entanto há quem admita que é possível existir vários padrões e nesse sentido o conceito de ciclo de vida oferece, quanto muito, uma ferramenta de diagnóstico após o facto (Choy, 1992). |
| **Toh,** R.S. ***et al.*** (2001) | Diminuição do nº de chegadas, perda do fascínio, caindo em atracções muito pequenas e localizadas apenas para pequenas visitas e fins-de-semana. |
| **Lundtorp**, S. and **Wanhill**, S. (2001) | **Declínio ou rejuvenescimento**: sem explicação. |
| **Moore**, W. and **Witehall**, P. (2005) | **Declínio ou rejuvenescimento**: novas atracções naturais ou construídas. |

O modelo tem subjacente, de acordo com as diferentes interpretações apresentadas, conceitos que já procurámos clarificar nos capítulos anteriores. Os conceitos de turismo e de turista surgem referenciados em todos os trabalhos; "tendência de repetição de visitas" e "ser apelativo para férias", são apenas alguns exemplos de questões relacionadas com o comportamento do turista; "condições de receptividade", "limite de turistas", "problemas com o ambiente e a cultura", "problemas económicos e sociais", "contacto com a população", "degradação", "saturação", "excesso de capacidade", são expressões relacionadas com a capacidade de carga; as "condições", "atracções", "infra-estruturas", "acessos", "serviços", "comodidades", "estruturas" e a "área turística definida" são elementos de um destino, estando portanto este conceito sempre presente; a referência a "problemas ambientais, culturais, económicos e sociais", "perda de fascínio", "degradação", "descontentamento dos residentes", "imagem divorciada do seu ambiente geográfico" e a própria "capacidade de carga", são expressões relacionadas com o turismo sustentável; a "dependência económica das comunidades relativamente ao turismo" e "o receio de entrar numa fase de declínio" e a "caracterização desta fase", têm subjacente uma vontade de garantir a sustentabilidade do turismo sustentável.

Adicionalmente, o modelo do ciclo de vida de um destino aponta para o perigo do surgimento do chamado "turismo de massas", pois Butler (1980) refere a existência do "turismo de massas" na fase da consolidação, mas refere que o "pico máximo de visitantes" é atingido na fase da estagnação. Tooman (1997) e Moore and Witehall (2001) mencionam o atingir do "pico máximo de visitantes", também na fase de estagnação, Lundtorp and Wanhill (2001) e Toh *et al*. (2001), falam em "limite de turistas" e "ponto máximo de chegadas", respectivamente, nessa mesma fase. Butler (1980) sugere que o "turismo de massas" é atingido quando o número de visitantes ultrapassa o número de residentes. Por outro lado, a questão do desenvolvimento turístico do destino também surge com referências de vária natureza, como sejam, "aumento do desenvolvimento turístico" (Lundtorp and Wanhill, 2001), "mais investimento" (Moore and Witehall, 2005), "investimento externo", "ficar desprovido de actividade turística", "baixo impacto económico e social" e "importação de mão-de-obra" (Tooman, 1997) e "pouco efeito económico" e "mão de obra importada" (Butler, 1980). Constatamos, que ao longo dos diferentes trabalhos que abordam a questão do ciclo de vida de um destino, existe um conjunto de expressões reveladoras de

preocupações e de preconceitos que carecem de mais aprofundamento para as desmistificar.

Até onde devemos entender o desenvolvimento turístico? Será o "turismo de massas" nefasto ao desenvolvimento? São apenas duas, de muitas questões que se podem levantar. Associada a isto, surge com frequência a ligação do ciclo de vida com as necessidades de planeamento, pois entende-se que um melhor planeamento carece de uma identificação da fase do seu ciclo de vida, em que se encontra determinado destino. Esta será a questão abordada por nós.

*O Ciclo de Vida de um Destino*

Muitos modelos têm sido desenvolvidos desde os anos 60, para descrever o processo evolutivo do ciclo de vida de um destino turístico: o primeiro a merecer especial atenção foi apresentado por Walter Christaller (1963) (começa-se com locais para artistas se inspirarem, locais de fascínio; à medida que aumenta a sua popularidade começa a atrair a classe trabalhadora, enquanto que os seus originais "descobridores" se vão embora procurando outros destinos; mais tarde as atracções naturais e culturais de origem começam a deteriorar-se); outra abordagem do ciclo de vida de um destino foi dada por Plog (1973), cuja ascensão e queda do destino se deve a factores psicológicos dos viajantes (três tipos de turistas: allocentric, midcentric e psychocentric – associados a níveis de rendimento, do mais alto ao mais baixo. *Allocentric* – aventureiros, descoberta e novas experiências; *midcentric* (a maioria da população) – razoáveis acessibilidades, previsível e confortável; *psychocentric* (poucos viajantes) – estadias curtas, menos gastos e envolvente tipicamente familiar). Quando predominam estes últimos, estaremos perante uma fase de declínio. Contudo, o modelo que mais atenção atraiu foi o de Butler (1980) (in Tooman, 1997b).

O modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos, desenvolvido por Butler (1980) (levando a uma curva em "S", popularizada por Pearl, 1925 – num trabalho sobre dados biológicos) (Toh *et al*., 2001), na linha do ciclo de vida dos produtos (Levitt, 1965;

Vernon, 1966[46]) (in Toh *et al*., 2001), substituindo as vendas pelos turistas, e na sequência de outros trabalhos previamente desenvolvidos relacionados com o turismo e o turista (Christaller, 1963[47]; Cohen, 1972, 1978; Plog, 1973; Noronha, 1976[48]; Stansfield, 1978[49]) (in Butler, 1980), tém cativado as mais diversas investigações, umas confirmando a sua aplicabilidade, recorrendo a "estudos de caso" com ou sem variantes (Sund, 2006; Pulina, 2006; Xiao and Smith, 2006; McElroy, 2006; Moore and Witehall, 2005; Aguiló *et al*., 2005; Papatheodorou, 2004; Moss *et al*., 2003; Hughes, 2002; Collins and Tisdell, 2002a, 2002b; Hovinen, 2002; Johnston, 2001a, 2001b; Lundtorp and Wanhill, 2001; Toh *et al*., 2001; Weaver, 2001; Saveriades, 2000; Buhalis, 2000; Tooman, 1997a, 1997b; Priedaux, 2000; Zhong and Xiang, 2008) e outras contrariando-a, propondo outros modelos (Haywood, 1986; Baum, 1998; Russell and Faulkner, 2004; Agarwal, 2002; Oppermann, 1995[50]; De Albuquerque and McElroy, 1992[51]).

Para além destes trabalhos referidos, uma investigação de Richard M. Lagiewski de 2003 ("The Application of the TALC Model: a literature survey") (in Butler, 2006a), destaca alguns dos trabalhos referidos e outros trabalhos que desenvolveram aplicações do modelo de Butler: Hovinen (1981), Oglethorpe (1984), Brown (1985), Meyer-Arent (1985), Butler (1985), Haywood (1986), Richardson (1986), Wilkinson (1987), Keller (1987), Strapp (1988), Cooper and Jackson (1989), Cooper (1990), Debbage (1990), Martin and Uysal (1990), France (1991), Weaver (1988, 1990, 1992), Cooper (1992), Ioannides (1992), Getz (1992), Johnson and Snepenger (1993), O´Hare and Barrett (1993), Choy (1993), Williams (1993), Wang and Godbey (1994), Cooper (1994), Bianchi (1994), Prosser (1995), Harrison (1995), Braunlich (1996), Russel (1996),

[46] Vernon (1966) notou que vantagens comparativas estáticas, de forma isolada, não explicam todos os padrões e mudanças do comércio internacional, sugerindo que as vantagens comparativas são dinâmicas e mudam ao longo do tempo. Isto sugere algum tipo de ciclo de vida de produto, um conceito que se aplica igualmente bem ao turismo (in Toh *et al*., 2001).

[47] Gilbert (1939) e Christaller (1963) (in Getz, 1992) propuseram uma evolução dos destinos em três fases: descoberta; crescimento; declínio.

[48] (in Butler, 1980) Desenvolvimento em três fases: descoberta, responsabilidade local e iniciativa, institucionalização.

[49] (in Butler, 1980) O ciclo de um "resort" (Atlantic City).

[50] Oppermann (1995) propõe a seguinte evolução básica do ciclo de um destino turístico: início, crescimento, maturidade, estagnação e eventual declínio.

[51] (De Albuquerque and McElroy, 1992) Estes autores propõem três fases evolutivas para o ciclo de vida de um destino: emergência ou descoberta inicial (longas estadias, infra-estruturas e capacidade hoteleira limitadas); rápida expansão (rápidas taxas de crescimento de visitas, início de construções de hotéis e infra-estruturas); maturidade ou saturação de visitas (elevado volume de visitas, alta densidade, marketing de massas e infra-estruturas e hotéis bem desenvolvidos).

Meyer (1996), Agarwal (1997), Prosser (1997), Douglas (1997), Gonçalves and Águas (1997), Russel and Faulkner (1998), Priestley and Mundet (1998), Baum (1998), Oppermann (1998) e Knowles and Curtis (1999).

Como se verifica, tem existido uma grande diversidade e quantidade de autores, que têm dedicado parte do seu trabalho, ao desenvolvimento, interpretação e análise do trabalho de Butler (1980). Contudo, houve também outros estudos e outras aplicações dos ciclo de vida, que acabaram por ser ora inspiradoras, ora variantes, ou até complementares do modelo de Butler (1980). O conceito de ciclo de vida tem sido aplicado a diferentes realidades relacionadas com o turismo, incluindo as "mudanças na morfologia dos destinos" (Price, 1981) (in Wall, 1982) e as percepções ou alterações nas fontes de investimento.

Segundo Jovanovic (1998), Michael Gort deu várias contribuições à ciência económica. Destas, dá-se destaque às apreciações sobre o ciclo de vida de indústrias e firmas (Gort and Klepper (1982). "Time paths in the diffusion of product innovations". *Econom. J.* pp.630-653), onde verificaram os seguintes factos que ocorrem durante o seu ciclo de vida:

- As vendas e produção de um produto crescem a uma taxa que começa a diminuir rapidamente com a idade desse produto, convergindo para zero;
- O preço decresce com a idade do produto;
- Com um novo produto, primeiro assiste-se a um rápido crescimento de empresas, depois uma saída massiva, até estabilizar na ordem dos 40% do número máximo;
- O registo de patentes não cai com a maturidade da indústria (sector), contudo as primeiras são mais importantes;
- A probabilidade de sucesso decresce com a idade da empresa/empresário;
- A probabilidade de sucesso cresce com a idade da indústria (sector).

Também tem servido de inspiração para alguns estudos, o trabalho de Wells and Gubar (1966) sobre o ciclo de vida das famílias onde encontraram 9 fases da sua evolução:

- Fase do jovem indivíduo (bachelor);

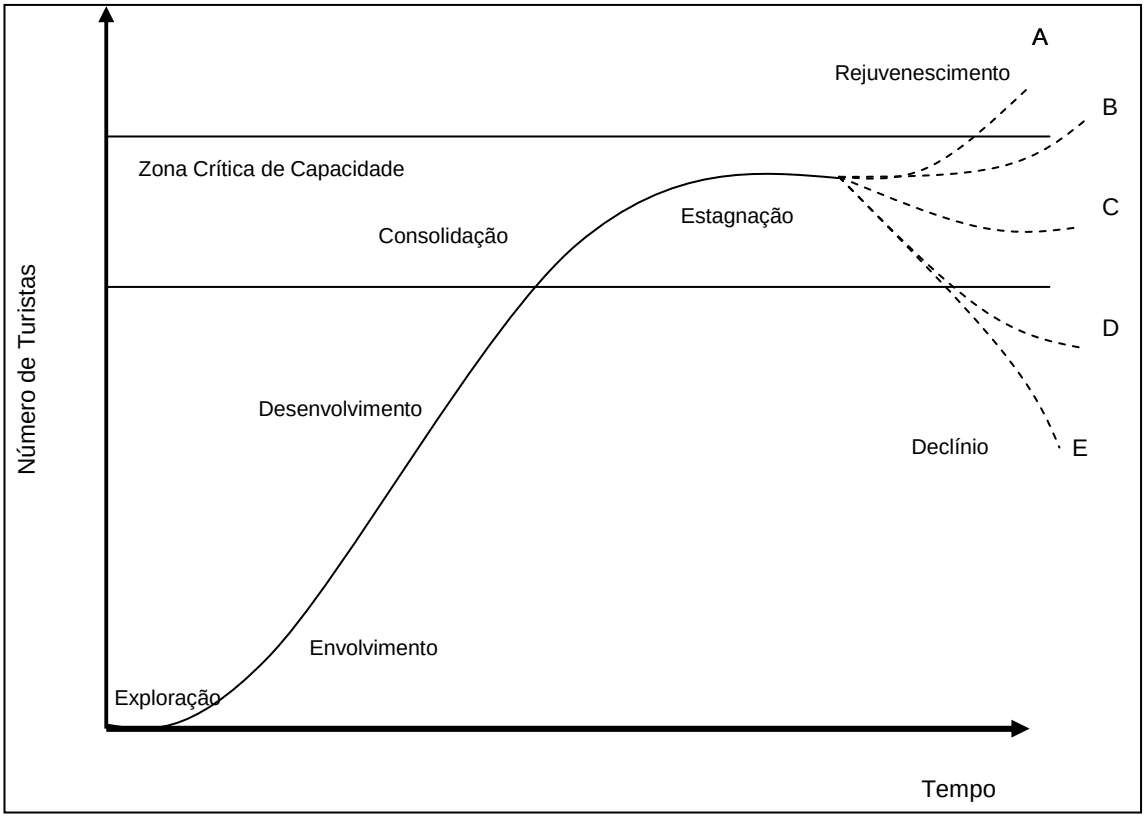
- Fase do jovem casal sem filhos;
- Fase do jovem casal com filhos (ninho I);
    - Menor de 6 anos
    - Com 6 ou + anos
- Fase do casal não jovem, com filhos (ninho II);
- Casais sem filhos dependentes (ninho vazio);
    - Ainda activos
    - Já não activos
- Idosos solitários (sobreviventes solitários).
    - Ainda activos
    - Já não activos

Segundo estes autores, a influência do ciclo de vida no comportamento dos consumidores começou a surgir nos anos 30. Também Lansing and Morgan (1955) investigaram os consumos financeiros ao longo do ciclo de vida das pessoas (in Wells and Gubar, 1966). Os estudos realizados, até à data, demonstravam que a fase do ciclo de vida era mais importante que a idade, quanto ao consumo de muitos bens e serviços (Wells and Gubar, 1966). Contudo, estes autores efectuaram uma análise pelas idades e mostraram dois picos: 25-34 anos e 45-54 anos, sugerindo quanto às viagens de férias, que:

- Casais com filhos jovens são os que mais gastam;
- São os idosos activos quem mais viaja (e não os não activos).

Perante este enquadramento de estudos e pensamentos, Butler, em 1980, surge a propor uma versão (modelo) de desenvolvimento de um destino turístico. Mas, antes de mais, gostariamos de referir que no trabalho original de Butler não está claro o motivo porque na representação gráfica do modelo a curva cruza o eixo dos *yy* num ponto acima da origem, pois tal contraria o início absoluto do processo de desenvolvimento, uma vez que pressupõe que o mesmo "começa já sendo". Na verdade, entendemos que o processo de desenvolvimento, mesmo que medido em termos de número de turistas, como é o caso, tem de passar por um período onde não existam esses mesmos turistas, levando a que a curva seja representada no início do seu processo no próprio ponto de origem do gráfico ou no eixo das abcissas (*xx*).

**Figura 4.3** - Esquema do Ciclo de Vida do Destino Turístico




Fonte: Adaptado de Butler (1980)

Na verdade, resulta do modelo do ciclo de vida de um destino turístico que, chegada a fase da estagnação, após ter passado pela exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação e antes de entrar na fase de pós-estagnação, "atinge-se o pico máximo" de visitantes possível, muitas das capacidades de carga são atingidas ou ultrapassadas, criando problemas ambientais, sociais e económicos. A área terá uma imagem bem estabelecida mas terá perdido o seu fascínio. Haverá uma forte tendência de repetição de visitas e eventos de congressos e outras formas similares. Haverá excesso de camas e será necessário um esforço vigoroso para manter os níveis de visitantes. As atracções naturais e culturais estarão provavelmente ultrapassados por instalações artificiais importadas. A imagem do *resort* estará divorciada do seu ambiente geográfico, as propriedades mudarão frequentemente de mãos" (Butler, 1980). Depois, ou se entra ou não se entra, na fase de pós-estagnação. Ainda, para Butler (1980), "Os destinos transportam consigo as sementes da sua própria destruição, quando se deixam

transformar em locais de forte comercialização e perdem as suas qualidades originais que permitiram atrair turistas".

Ainda de acordo com Butler (1980), a direcção da curva, após o período de estabilização, pode proporcionar várias interpretações:

- Novo desenvolvimento de sucesso (A);
- Pouca modificação e ajustamento dos níveis de capacidade e contínua protecção dos recursos permitem um crescimento a uma taxa mais reduzida (B);
- Um reajustamento para alcançar todos os níveis de capacidade, que permitam uma maior estabilidade de visitantes, após uma fase inicial de quebra (C);
- Contínuo uso abusivo dos recursos, sem restabelecimento das estruturas, perda de competitividade com outras áreas, que resulta no declínio de mercado (D);
- A ocorrência de guerras, doenças e outras catástrofes, provocarão um declínio imediato no nº de visitantes, de onde será muito difícil sair. Se for muito duradouro, mesmo após a recuperação, já não conseguirá tornar-se atractivo (E).

Contudo, alguns estudos defendem que não é uma fatalidade entrar em declínio (Agarwal, 2002; Weaver, 2001; Aguiló *et al*., 2005; Tooman, 1997a; Oppermann, 1995). Baum (1998) vai mais longe ao sugerir que o declínio pode inclusivamente ser uma opção de escolha, por parte do destino, na procura do abandono do turismo como suporte do desenvolvimento. Para Toh *et al*. (2001), o declínio surge nas regiões mais desenvolvidas. Outros referem que a manutenção da curva "S" resulta se se perpetuarem visitas repetidas, sugerindo que o declínio pode resultar da saturação de mercado, numa óptica de "já todos lá terem estado" (Lundtorp and Wanhill, 2001). De qualquer das formas assume-se que se atingiu a assímptota da capacidade de carga (Urtasun and Gutiérrez, 2006; Butler, 1980; Johnston, 2001a). Há também quem sugira que existem vários limites máximos de crescimento (Lundtorp and Wanhill, 2001; Weaver, 2001) ou que não existe uma capacidade de carga finita, pois esta depende dos objectivos de gestão, dos micro-sistemas, da capacidade de rápida recuperação e do tipo de actividade (Stankey and Schreyer, 1985) (in Saveriades, 2000).

Existem pontos de viragem no ciclo de vida, quando algo ocorre ou quando a entidade que percorre o processo, entra numa nova fase, pois cada fase possui características próprias (Johnston, 2001a). Por outro lado, a curva pode ser mais ou menos alongada, dependendo do produto ou localidade (Oppermann, 1995). Já segundo Hovinen (1981) (in Cooper, 1993), cada curva varia em comprimento e dispõe de diferentes formas e padrões e cada fase do ciclo de vida possui a sua própria trajectória (De Albuquerque and McElroy, 1992). Também para Martin and Uysal (1990) (in Kim, 2002) a capacidade de carga de um destino é diferente para cada fase do seu ciclo de vida (também em Dwyer and Kim, 2003). Já Butler (1980, p.10) (in Zhong and Xiang, 2008) referia que nem todas as zonas apresentam as fases de forma tão clara como outras.

Numa perspectiva evolutiva e independentemente de se verificar ou não o modelo do ciclo de vida, um destino turístico aspira sempre ao seu desenvolvimento, atraindo cada vez mais turistas, preferencialmente internacionais[52], numa óptica de proporcionarem mais benefícios, de natureza económica. Mas depois, esses mesmos destinos são confrontados com o chamado "turismo de massas", supostamente, com prejuízos claros para as comunidades locais e que tendencialmente as levará ao declínio se nada for feito em contrário. Sendo certo que um acontecimento de maior fatalidade poderá precipitar esse mesmo declínio (Russell and Faulkner, 2004; Ritchie, 2004[53]; Toh *et al*., 2001) ou que um evento crítico poderá catalisar o desenvolvimento turístico de um destino (Johnston, 2001a).

Ainda assim, fica por perceber, se um eventual declínio do "*resort*" apenas o é em termos de variáveis turísticas, particularmente número de turistas, número de camas, número de unidades hoteleiras, entre outros, ou se o é também em termos de qualidade de vida para a comunidade local, pois como diz Toh *et al*. (2001) a qualidade dos turistas pode ser mais importante que a quantidade e é medida pelos ganhos em dólares

[52] (Prideaux, 2000) Este autor propõe que o desenvolvimento de um destino se faça em 5 fases, suportado na expansão de infra-estruturas (usando como unidade de medida o número de turistas ou o nível de preços): turismo local; turismo regional; turismo nacional; turismo internacional; estagnação /declínio/ rejuvenescimento.

[53] (in Ritchie, 2004) Também é possível definir um ciclo de vida das crises, onde se sugere que as crises e desastres passam por fases progressivas (Fase do Pré-evento: são possíveis acções preventivas; Fase dos Sintomas: quando se verifica que a crise é inevitável; Fase de Emergência: ocorrência do desastre e operações de salvamento; Fase Intermédia: responder às necessidades imediatas; Fase Longa (Crónica): operações de rescaldo e recuperação; Fase da Resolução: restauração das rotinas ou estado melhorado).

e não pelo simples número de visitantes[54] (repare-se que, declínios nas condições de atracção e fixação de turistas, poderão resultar de desfasamentos de mercado que levaram os investidores, numa atitude de antecipação, a acreditar numa taxa de crescimento de turistas superior à verificada e consequentemente terem, mais tarde, que reformular as suas estratégias de investimento, reduzindo ou concentrando os seus interesses) – ora, isto não é propriamente entrar em declínio, mas sim reformular "por baixo" a oferta de camas e consequentemente essa diminuição acaba por iludir a análise de um destino turístico. Até porque, há algumas sugestões que nos reforçam essas dúvidas, como por exemplo a sugestão de Cooper (1993), quando segue uma orientação de Vernon (1966), ao referir que, à medida que um destino (produto) vai ficando mais *standard*, menor será o risco da escolha e maior será o número de turistas a procurá-lo nas fases mais avançadas do ciclo.

Por outro lado, mesmo quando um destino turístico não entre em declínio, não será isso resultado das boas condições de desenvolvimento sustentado, que entretanto as comunidades conseguiram desenvolver? Até porque, como diz Agarwal (2002), é consensual que os pontos de "inflexão" só possam ser identificados *a posteriori*. Ou seja, por muitos turistas que um destino possa atrair, só podemos confirmar que isso provoca danos e consequentemente resulte na diminuição de chegadas desses mesmos turistas, após esse facto. Mas, se o declínio de um "*resort*" também se reflectir nas comunidades locais, então isso significa que há uma degradação das condições de qualidade vida dessas mesmas comunidades. É pois conveniente conseguir medir essas mesmas condições de qualidade de vida, até porque muitas (consoante a natureza e características dos "*resorts*") são partilhadas por turistas, excursionistas e residentes.

Afinal, parece que as comunidades aspiram a um cenário que, supostamente, lhes irá provocar graves problemas. Procuram assim, apoiar-se num modelo de desenvolvimento que se apresenta "contraditório" na sua essência, pois ao pretenderem o desenvolvimento serão confrontados com o declínio, no longo prazo. Será de facto assim? Isto porque existe a premissa de que a teoria do ciclo de vida pressupõe que a qualidade de vida dos residentes melhora numa fase inicial do desenvolvimento

[54] (León *et al*., n.d.) Referem que o uso do número de "turistas" para medir a evolução do ciclo de vida contém a fragilidade de não estar correlacionado com o "bem-estar" económico do destino.

turístico, mas atingirá uma "capacidade de carga" ou "nível de mudança aceitável", depois da qual, níveis adicionais de desenvolvimento causarão mudanças negativas (Kim, 2002).

Verifica-se também que, dos estudos desenvolvidos, ressalta a falta de consensos e de resultados conclusivos, quanto às fases mais importantes para o desenvolvimento local. Até porque, também segundo Prideaux (2000), nada nos garante que todos os destinos passem por cada uma das fases, admitindo-se que alguns destinos não passem da primeira fase. Ora são as fases de exploração e envolvimento, pela maior participação dos locais (Tooman, 1997a), ora são as fases de maturidade, numa óptica de comércio externo (Toh *et al*., 2001), aquelas que apresentam maior crescimento. Do modelo de Butler e segundo Urtasun and Gutiérrez (2006), os impactos nas comunidades locais levam a uma melhoria da qualidade de vida nas fases inicias do desenvolvimento turístico, mas alcançada a capacidade de carga começam a surgir mudanças negativas.

Esta falta de consensos resulta do facto de cada investigador colocar as suas próprias experiências e preocupações nas análises, tal como dizem Echtner and Jamal (1997), "como o turismo é um fenómeno complexo que cruza diversas disciplinas, os investigadores tendem a abordar os estudos do turismo, numa perspectiva da sua formação base". Contudo, está sempre subjacente a este tipo de raciocínios a questão dos impactos do turismo nas comunidades, até porque o turismo tem sido usado como meio para ultrapassar o subdesenvolvimento (Tooman, 1997a) e, consequentemente, é importante que se consiga, de facto, utilizá-lo nesse sentido. Agora que já assumidamente é entendida numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, como diz Johnston (2001a), o desafio é encontrar os padrões futuros que representem de forma profunda os caminhos para o desenvolvimento do destino turístico.

Frequentemente, as citações sobre impactos estão relacionadas com conhecimentos económicos, sociais, culturais, ambientais, políticos e, até, morais e, mais recentemente, de impactos do turismo nos turistas. Tem havido, também, desde os anos 90, um crescimento no uso de termos relacionados com protecção, preservação, conservação, turismo alternativo e turismo sustentado (Xiao and Smith, 2006). Apesar do grande

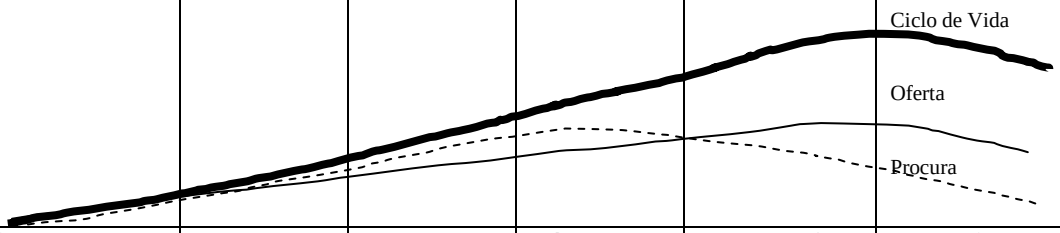
crescimento das últimas décadas, o sector turístico não tem recebido grande atenção dos economistas, porque se tem apresentado como "uma colecção de serviços e actividades que cruzam uma grande variedade de classificações industriais e categorias de despesas de consumo, nem sempre agrupáveis" (Eadington and Redman, 1991) (in Tooman, 1997a). Implicitamente acredita-se que a noção das melhorias das performances da qualidade e da satisfação resultam na expansão do número de turistas, maior activação de suportes turísticos e, mais recentemente, aumentos de lucros e suporte político.

O modelo TALC, na sua versão original, apesar de referir a população residente na parte explicativa do raciocínio subjacente à sua construção, acaba apenas por considerá-la em termos de relação com os turistas. O modelo dá especial ênfase aos turistas, às infra-estruturas, ao grau de contacto entre os turistas e a população local e ao nível de controlo das actividades económicas, por parte dos residentes. As preocupações ambientais físicas e humanas surgem na fase de estagnação. Contudo, têm existido interpretações adicionais sobre o modelo, que lhe tem atribuído uma actualização permanente, pois, como refere Butler (1980) (in Aguiló *et al*., 2002), o modelo TALC deve ser utilizado com mais consistência com os conceitos de capacidade de carga, aspectos ambientais e culturais e menos suportado puramente nos aspectos económicos.

No entanto, todas as formas do ciclo de vida de um destino servem para conceptualizar a compreensão do desenvolvimento de um destino turístico (Cooper, 1990) (in Toh *et al*., 2001). Há quem considere que o verdadeiro valor do ciclo de vida reside na influência que pode proporcionar nas decisões sobre o produto, consoante a diferente fase do ciclo em que o destino se encontre (Cooper, 1993). Pois, apesar de algumas críticas, que o modelo TALC já serviu de guia ao planeamento estratégico na gestão do alojamento (Tse and Elwood, 1990) (in Cooper, 1993). Há também, quem preconize que a evolução de um destino pode ser verificada através dos novos pontos de preço de equilíbrio, entre a oferta e a procura (Prideaux, 2000).

Reconhecendo o forte poder como ferramenta do modelo do ciclo de vida, Buhalis (2000) ensaiou um exercício de análise situacional de um destino, atendendo a que, para cada fase do ciclo de vida do destino, os impactos são diferentes, cujo resultado se apresenta no quadro seguinte:

**Quadro 4.2** - Impactos Resultantes do Ciclo de Vida de um Destino

| Análise dos Impactos | Introdução | Crescimento | Maturidade | Saturação | Declínio |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | |   |
| **Situação** | **Novo destino** | **Mais pessoas interessadas em investir em alojamentos e estruturas** | **Máximo de visitas e aumento de estruturas** | **Excesso de oferta sobre a procura original** | **Diminuição da procura e ofertas especiais para aumentar os visitantes** |
| CARACTERÍSTICAS DOS DESTINOS | | | | | |
| Número de turistas | Poucos | Muitos | Demasiados | Muitos | Muitos |
| Taxa de crescimento | Baixa | Rápido crescimento | Rápido crescimento | Crescimento lento | Declínio |
| Capacidade de alojamento | Muito baixa | Baixa | Alta | Muito alta | Muito alta |
| Níveis de ocupação | Baixo | Muito alto | Muito alto | Alto | Baixo |
| Preços dos serviços | Alto | Muito alto | Alto | Baixo | Muito baixo |
| Despesas por pessoa | Alto | Muito alto | Muito alto | Baixo | Muito baixo |
| Tipos de visitantes | Impulsivos | Inovadores | Inovadores | Seguidores | Massas (baixo poder de compra) |
| Imagem e atracções | Baixo | Muito alto | Alto | Baixo | Muito baixo |
| Os turistas são entendidos | Convidados | Convidados | Clientes | Clientes | Forasteiros |
| RESPOSTAS DO MARKETING | | | | | |
| Segmento de Marketing | Conhecido | Comunicação | Persuadir | Persuadir | Lealdade/novo mercado |
| Objectivo estratégico | Expansão | Penetração | Defensivo | Defensivo | Reintrodução |
| Gastos de Marketing | Crescimento | Alto | Alto | Em queda | Consolidado |
| Produto | Básico | Melhorado | Bom | Deteriorado | Decadente |
| Promoção | Introdução | Publicidade | Pacotes de viagem | Pacotes de viagem | Pacotes de viagem |
| Preço | Alto | Alto | Menor | Baixo | Baixo custo |
| Distribuição | Independente | Independente | Pacotes de viagem | Pacotes de viagem | Pacotes de viagem |
| IMPACTOS ECONÓMICOS | | | | | |
| Emprego | Baixo | Alto | Muito alto | Alto | Baixo |
| Divisas | Baixo | Muito alto | Muito alto | Alto | Baixo |
| Resultados do sector privado | Negativo | Crescimento | Muito alto | Alto | Declínio |
| Rendimento dos residentes | Baixo | Muito alto | Muito alto | Baixo | Muito baixo |
| Investimentos | Baixo | Muito alto | Muito alto | Baixo | Muito baixo |
| Ganhos do estado e taxas | Baixo | Muito alto | Muito alto | Baixo | Muito baixo |
| Estrutura económica | Equilibrado | Orientado ao turismo | Dominado pelo turis. | Dependente do turismo | Desequilibrado e não autosufic. |
| Dependência de intermediários | Negligenciável | Baixo | Alto | Excessivamente alto | Excessivamente alto |
| Importações | Baixo | Muito alto | Muito alto | Muito alto | Alto |
| Inflação | Baixo | Muito alto | Muito alto | Alto | Baixo |
| IMPACTOS SOCIAIS | | | | | |
| Tipo de turistas | *Allocêntricos* | *Allocêntricos* | *Midcentricos* | *Psychocentricos* | *Psychocentricos* |
| Relações entre locais e turistas | Euforia | Apatia | Irritação | Antagonismo | Terminal |
| Demografia do destino | Imigração e idosos | Juventude no turismo | Equilibrado | Equilibrado | Imigração sem emprego e idosos |
| Migração para o destino | Baixo | Alto | Muito alto | Alto | Baixo |
| Crime no destino | Baixo | Alto | Alto | Muito alto | Muito alto |
| Estrutura familiar | Tradicional | Afectado | Moderno | Moderno | Moderno |
| IMPACTOS AMBIENTAIS | | | | | |
| Ambiente e paisagem | Não estragado | Melhorado | Não respeitado | Destruído | Deteriorado |
| Conservação do património | Não estragado | Melhorado | Não respeitado | Decadente | Deteriorado |
| Desequilíbrio ecológico | Não estragado | Melhorado | Não respeitado | Decadente | Deteriorado |
| Poluição associada ao turismo | Negligenciável | Baixo | Alto | Muito alto | Muito alto |
| Poluição da água | Negligenciável | Baixo | Alto | Muito alto | Muito alto |
| Congestionamento e tráfego | Baixo | Baixo | Muito alto | Muito alto | Baixo |
| Erosão | Baixo | Alto | Muito alto | Muito alto | Muito alto |

Fonte: Buhalis (2000)

Ora, esta análise reforça a importância de um instrumento que permita, com menor margem de erro, avaliar as fases em que se encontra um determinado destino. Isto porque, como podemos verificar, as análises qualitativas podem levar a imprecisões e desfasamentos. No caso concreto da proposta de Buhalis (2000), promove-se alguma confusão entre a identificação de cada fase, levando a interpretações diferenciadas - supostamente o pico máximo de visitantes é na fase de estagnação, aqui surge uma fase de maturidade que promove alguma confusão; por outro lado, o uso de conceitos pouco precisos como seja os turistas *allocentrics* numa fase de crescimento, quando já deviam ser identificados como turistas *midcentrics* (Cooper, 1993), ou a consideração dos turistas serem "convidados" na fase de introdução, quando deveriam ser considerados "estranhos" ou "forasteiros", ou ainda, o considerar-se a existência de imigração, logo na fase de introdução. São apenas alguns exemplos de falta de uniformidade no entendimento das diferentes fases do ciclo de vida de um destino.

A maioria das técnicas utilizadas para estudar os limites do turismo resulta em conclusões mal entendidas e prescrições políticas erradas. A abordagem mais comum para estudar o turismo é considerar a totalidade dos impactos do seu crescimento, tais como, o rendimento gerado e a totalidade de empregos criados, onde multiplicadores conhecidos são estimados e avaliados (impactos económicos de 1ª ordem). Outra análise, pode ser recorrendo à abordagem do ciclo de vida de um destino, de modo a identificar diferentes impactos na evolução das fases de desenvolvimento do turismo e que tenham a ver com as políticas e efeitos socioeconómicos de bem-estar das populações locais (impactos económicos de 2ª e 3ª ordem) (Tooman, 1997a).

Nós optámos por abordar a questão recorrendo aos impactos económicos de 2ª e 3ª ordem e dos destinos de 3ª Geração, segundo Claver-Cortés *et al*. (2007), por entendermos que estes são os que melhor retratam a complexa inter-relação entre as partes envolvidas, ou seja, entre os residentes e os turistas e contemplamos uma abordagem em termos de contexto concorrencial.

## 4.3 As fragilidades do modelo do ciclo de vida como ferramenta para o planeamento estratégico

Nos pontos anteriores deste capítulo, verificámos que o Modelo do Ciclo de Vida de Um Destino, proposto por Butler em 1980, tem assumido uma importância crescente ao longo dos anos, como ferramenta de apoio à gestão. Por outro lado, também o planeamento estratégico no turismo clama pela identificação da fase em que se encontra um destino, para potenciar as suas escolhas e os seus efeitos. Verificámos também que o modelo é mais descritivo que normativo (Lundtorp and Wanhill, 2001) ou determinístico (Oppermann, 1995).

Já Cooper (2002) refere que muitos destinos podem intuitivamente saber a sua posição no ciclo de vida, mas isso torna-se mais difícil de quantificar. Alguns trabalhos têm sido desenvolvidos no sentido de permitir essa mesma quantificação, para além dos já referidos de Haywood (1986), de Lundtorp and Wanhill (2001), de McElroy and Albuquerque (1998) e de Karplus and Krakover (2005). Há a acrescentar o de Knowles (1996) (in Cooper, 2002) que identifica oito factores de identificação da fase do ciclo de vida: taxa de crescimento do mercado; crescimento potencial; variedade de linhas de produto; número de competidores; quota de mercado dos competidores; fidelidade dos clientes; barreiras à entrada e tecnologia, o de Toh *et al*. (2001), que aplicaram o que chamaram de modelo do "saldo do balanço de viagem" (Travel Balance Account – TBA), para verificação através do saldo de comércio internacional em que fase se poderia encontrar um destino. Já Smith (1992) (in Kim, 2002) utilizou a quantidade de quartos de hotel, a quantidade de emprego turístico e a quantidade de residentes, Perdue *et al*. (1991) (in Kim, 2002) relacionaram o desenvolvimento do turismo com indicadores de qualidade de vida e Allen *et al*. (1988) (in Kim, 2002) investigaram a relação entre as percepções dos residentes e o nível de desenvolvimento dessa comunidade, baseada no rendimento obtido com o turismo (in Kim, 2002).

Muitos têm sido os trabalhos que, recorrendo ao modelo proposto por Butler, procuram confirmá-lo ou até contrariá-lo em termos descritivos. Contudo, verifica-se que poucos têm sido os trabalhos que têm procurado dar uma natureza normativa ao modelo. Vejamos alguns deles: Haywood (1986) sugere que na fase introdutória a taxa de

crescimento dos turistas seja menor que 5%; na fase de crescimento seria superior a 0,5 do desvio padrão; na fase de maturidade seria entre -0,5 e 0,5 do desvio padrão e na fase de declínio seria inferior a -0,5 do desvio padrão. Já McElroy and De Albuquerque (1998) propõem um "índice de penetração turística", suportado na relação entre a despesa per capita dos visitantes, a densidade média de visitas diárias por 1000 habitantes e o número de quartos por $km^2$, sugerindo que a baixa densidade está associada à pequena escala e estadias longas; que o rápido crescimento está associado à larga escala e média penetração e que a maturidade está associada à alta densidade, alto impacto e estadias curtas. Lundtorp and Wanhill (2001) sugerem que na fase de exploração o número de turistas cresce moderadamente até aos 9% do seu máximo; na fase de envolvimento chega aos 21%; na fase de desenvolvimento passa os 50%; na consolidação fica entre os 80% e os 90%; até que chega à fase de estagnação. Karplus and Krakover (2005) propõem um modelo estocástico para analisar o TALC. Estes autores, através de um modelo quantitativo, utilizam uma variável endógena, representando o investimento em infra-estruturas (quartos de hotel) e variáveis exógenas, representando a segurança (guerras e ciclos de violência) para determinar que os investimentos contribuem para passar de um nível para outro ao longo das fases do ciclo de vida, o mesmo acontecendo com o efeito segurança.

Há ainda outra abordagem, onde é possível considerar indicadores de crescimento, tais como taxas reais de crescimento, rácio de visitas repetidas e de primeiras visitas, tempo de estadia, perfis dos visitantes, despesas per capita e tipos de visitas (Cooper, 1992).

Ajustar a curva às séries históricas de chegadas de turistas, é comprovadamente insuficiente para determinar a posição, ou fase do ciclo de vida, em que se encontra um destino (Priestley and Mundet, 1998) (in Aguiló *et al*., 2002). Ainda estes mesmos autores apontaram que um critério de competitividade e de viabilidade económica, pode ser um bom indicador de medida da fase do ciclo de vida em que se encontra um destino.

As diferentes fases podem não surgir sempre pela mesma ordem, nem se apresentarem com iguais designações e com a mesma duração (Buhalis, 2000; Johnston, 2001a). Também Papatheodorou (2004) refere que a identificação das fases evolutivas dos *resorts,* podem assumir qualquer uma das três fases iniciais. Para além disso verificam-

se características de diferentes fases do ciclo de vida, em simultâneo, em determinados destinos (Tooman, 1997a). Já Agarwal (2002) identificou que o declínio pode ocorrer em qualquer fase do ciclo de vida. Nesta mesma linha surge também Baum (1998). Outros sublinham a importância das limitações das capacidades, na fase de estagnação (Tooman, 1997a).

Outro aspecto que se levanta prende-se com a difícil identificação da fase de pós-estagnação, ou outra qualquer, assim como os seus pontos de viragem, sem verificar os benefícios e conhecer os factores externos e internos que levaram ao seu desenvolvimento (Agarwall, 2002). Também para Butler (1980), nem todas as áreas experimentam as diferentes fases de forma tão clara como outras. Contudo, Butler (1980) não especificou mecanismos de mudança, antes descreveu o estado de cada uma das fases (in Johnston, 2001a).

Do modelo de Butler (1980), a fase de exploração pode ser de difícil percepção e a fase de declínio pode não ser inevitável. As fases de envolvimento, desenvolvimento e consolidação mostram a importância das taxas de crescimento do turismo e o grau de dependência da economia, perante o turismo.

Os modelos evolutivos do turismo, tal como na literatura do desenvolvimento, sugerem que todos os destinos serão objecto de progresso, arrastados por uma correia através de um ciclo evolutivo. Este determinismo está muitas vezes reflectido nos próprios processos de planeamento, onde os gestores de lugares de destinos pouco prováveis se comportam como se de *resorts* de larga escala se tratassem (Weaver, 2001). Para este autor, o modelo de Butler (1980) é apenas um dos possíveis cenários. Também o modelo de Butler (1980) pode ser visto como uma hipótese e não como uma teoria, segundo Wall (1982). Contudo, é cada vez mais consensual que o modelo de Butler (1980) representa um cenário evolutivo descritivo, onde alguns exemplos empíricos o confirmam e outros nem tanto.

Apesar de haver opiniões que defendem a dificuldade em encontrar padrões determinísticos do modelo (Karplus and Krakover, 2004; Zhong and Xiang, 2008; Priedaux, 2000), pois, também Cooper and Jackson (1989) (in Karplus and Krakover, 2004) referiam já a dificuldade em usar o modelo do ciclo de vida para planear futuras

estratégias, devido à natureza não determinística da evolução de um destino. Apesar disso, tem havido tentativas nesse sentido, havendo quem entenda ser possível colmatar dessa lacuna.

Segundo Cooper (1993) os principais problemas do TALC são:

- Dificuldade em identificar os pontos de viragem ou de inflexão;
- Dificuldade em identificar as diferentes fases;
- Existência de diferentes comprimentos em cada fase;
- Nível de agregação a considerar (qual a escala a considerar?).

Mas, se considerarmos que uma grande força do modelo TALC é o facto de ser integrador de factores de desenvolvimento, isso torna-o uma excelente ferramenta descritiva. Contudo, possui uma fragilidade em termos de valores operacionais (Cooper, 1993). Além disso, o modelo TALC contempla os dois lados da equação: a oferta, de um lado, e do outro, a procura (Prideaux, 2000).

Houve algumas tentativas em encontrar um processo determinístico para o modelo, aliás, como já fomos referindo ao longo do trabalho. Para Haywood (1986) o TALC para passar a ser útil como ferramenta de gestão e planeamento deve tornar-se operacional. Por outras palavras, não será possível determinar ou prever com exactidão a posição ou fase de uma área turística? Para este autor, para tornar operacional o TALC é necessário considerar:

- Unidade de análise (O que é o destino? Na falta de uma unidade "correcta" utilize-se a que melhor se adapte à informação pretendida);
- Relevância de mercado (Internacional/nacional; por agência/marcação independente; família/grupo);
- Padrão ou fase do destino no ciclo de vida (Grande variedade de curvas possíveis);
- Identificação da fase do destino no ciclo de vida (Como determinar a fase? Como saber que se deslocou de uma fase para outra? Uma possível abordagem para operacionalizar uma área turística é através da variação no número de turistas durante um ano (obtendo-se uma distribuição normal com média zero):
    - % variação < -0,5 σ (fase de declínio);

  - % variação > 0,5 σ (fase de desenvolvimento);
  - -0,5 σ < % variação < 0,5 σ (fases de consolidação e estagnação).
- Determinação da unidade de medida (O declínio no número de turistas ou das suas despesas não são necessariamente um indicador de entrada na fase de estagnação ou declínio. A quantidade de turistas pode descer numa região e ainda assim esse destino manter a sua quota ou até mesmo melhorá-la);
- Determinação da unidade de tempo relevante.

Já para Cooper (1993) o importante é continuar a desenvolver a investigação sobre o conceito do ciclo de vida, em particular sobre:

- Contexto histórico dos destinos;
- Os dados que permitam determinar os segmentos de mercado;
- A natureza da mudança das variáveis (organização estrutural e funcional, investimento, uso da terra e lucros, sazonalidade e transportes);
- Modelar matematicamente a curva e os factores que influenciam as escolhas dos visitantes.

Este mesmo autor, num trabalho de 1994, refere que a aplicação do TALC permitirá:

- Modelar a evolução de um destino;
- Elaborar um guia de marketing e planeamento;
- Ser utilizada como ferramenta de previsão.

Um dos problemas do modelo TALC é a sua tendência para ser utilizada num único sector ou produto, em vez de uma abordagem multi-sector resultante de modelos de desenvolvimento económico. Neste caso, a evolução de uma área deve ser calibrada por um número de variáveis, tais como: acessos, *inputs* de gestão, tipo de visitantes e impactos dos visitantes (Copper, 2004).

Até agora, a identificação das fases só é possível após a sua ocorrência, sendo que falta um guia ou rácios de variáveis que possam assistir aos gestores, quanto à identificação prévia das fases (Copper, 2004).

Entende-se facilmente que, o modelo TALC combina variáveis do lado da oferta e da procura, podendo, por isso, tornar-se na semente de uma generalizada teoria do turismo (Copper, 2004).

Por tudo isto, verificamos que o modelo de Butler (1980) merece um esforço de quantificação, pois já Hovinen (2004) (in McElroy, 2006) refere que este modelo continua a ser o mais utilizado para descrever o padrão geral de desenvolvimento do turismo. A aplicação do modelo TALC carece de estudos de uniformização de medidas e rigor quantitativo (Getz, 1992) (in McElroy, 2002). Também Johnston (2001a) refere que uma análise isolada a um modelo gráfico não é adequada para estudar processos profundos. Esta necessidade é reforçada por Pulina (2006), pois para este autor existem poucos estudos quantitativos do ciclo de vida. Para mais, o modelo não permite colocar um local numa fase específica do seu desenvolvimento (Oppermann, 1995). Este dado é, quanto a nós, fundamental para reforçar a sua importância enquanto ferramenta de gestão e de apoio ao planeamento estratégico de um destino.

"Sem antes transformarmos o modelo de Butler numa expressão matemática e depois testar a correlação entre os dados observados e o modelo conceptual é difícil compreender a importância dos desvios ao modelo do ciclo de vida" (Karplus and Krakover, 2004). Contudo, segundo estes autores poucos foram os que se aventuraram por este campo.

Traduzir o modelo descritivo do ciclo de vida de um destino turístico proposto por Butler (1980), em normativo ou determinístico, é o desafio a que nos propomos levar a efeito neste trabalho, pois como diz o próprio Butler (1993), em termos de desenvolvimento ao longo das fases, estas não pretendem ser mutuamente exclusivas mas sim descritivas.

Mas, atenção, deve existir um forte comprometimento com os princípios do desenvolvimento sustentável em todas as fases de desenvolvimento de um destino.

# Capítulo 5

# Proposta de um Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT)

## 5.1 Os factores determinantes do índice de desenvolvimento turístico

O desenvolvimento turístico de um destino deve ser visto como agente de melhoria e manutenção do bem-estar de todos os elementos desse destino (Butler, 2008). Considerando que a nossa proposta de "índice de desenvolvimento turístico" se baseia no modelo do ciclo de vida de um destino de Butler (1980), comecemos, para um melhor enquadramento, com uma passagem do seu trabalho: "as reacções aos turistas não se explicam pelo maior ou menor contacto entre locais e turistas, mas antes resulta de uma função mais complexa, que envolve as características quer dos visitados, quer dos visitantes e das especificidades da área envolvida"(*The Canadian Geographer* (24), p. 10). Julgamos que toda a essência da curva do ciclo de vida de um destino turístico está resumida nesta frase, pois, trata-se de uma "função complexa" que envolve três factores, contudo, ainda carece de algum aprofundamento.

No capítulo anterior verificámos que a gestão e o planeamento necessitam de uma ferramenta de apoio que lhes permita suportar determinado tipo de decisões, no que respeita à definição dos objectivos, às escolhas das estratégias e acções a implementar, de acordo com a fase em que determinado destino se encontre. Vimos, também, que o Modelo do Ciclo de Vida de um Destino (TALC) tem servido de suporte e inspiração a muitos estudos que desenvolvem essa preocupação. É também reconhecido que os resultados serão diferentes de acordo com as diferentes fases ou estádios de desenvolvimento, em que se encontra um destino turístico. No capítulo anterior, tentámos ainda demonstrar que uma análise SWOT de um destino ficará valorizada se for enquadrada numa determinada fase de desenvolvimento. Vimos, também, que o desenvolvimento está associado à sustentabilidade e esta à qualidade de vida.

O Programa das Nações Unidas para o de Desenvolvimento (PNUD) utiliza o "Índice de Desenvolvimento Humano" para medir o Nível de Qualidade de Vida dos países (usa indicadores de educação, de saúde e económicos) (Neumayer, 2001; Sagar and Hajam, 1998; Despotis, 2005; Hicks, 1997; Morse, 2003; Sen, 1999; Massam, 2002). Também Kim (2000) refere que as variáveis saúde, segurança e bem-estar material surgem com muita frequência como explicativas da Qualidade de Vida. Segundo Cutter (1985) (in Massam, 2002) a Qualidade de Vida pode ser entendida como: "satisfação individual

com a vida e a envolvente, incluindo necessidades, desejos, aspirações, estilo de vida e outros factores tangíveis e intangíveis que determinam o bem-estar. Quando a qualidade de vida de um individuo está agregada a uma comunidade, o conceito deve contemplar as condições sociais e da envolvente, tais como actividade económica, clima e instituições culturais, visando os valores e objectivos dessa comunidade" (Massam, 2002). Podemos assim entender a Qualidade de Vida como a obtenção de condições económicas, ambientais, sociais, estéticas e cívicas, que promovem uma percepção de prosperidade e que acaba por resultar como conjunto de condições de atracção e de fixação.

Para um determinado nível de análise, a medição da Qualidade de Vida pode ser efectuada através de indicadores "reflectores", ou indicadores "formativos". Os primeiros, reflectem o ponto de vista de uma construção unidimensional (a visão social normalmente recorre apenas a um item – visão globalizante). Os segundos, representam o ponto de vista de uma construção multidimensional (composto por várias medidas) (Kim, 2000). Por outro lado, a Qualidade de Vida pode também ser avaliada através de indicadores "objectivos" ou "subjectivos" (Samli, 1995) (in Kim, 2000). De qualquer das formas é sempre importante captar aspectos da sociedade que estão para além dos puramente económicos (Kim, 2000; Pearce, 1990).

Segundo Ko (2005), nos últimos anos a questão de como medir o desenvolvimento sustentável do turismo tem merecido maior discussão. Até porque algumas investigações demonstram os efeitos negativos do rápido desenvolvimento turístico. Ko (2005) menciona alguns trabalhos nessa linha: ora, é a desflorestação, a erosão e a extinção de vida selvagem (Lean, 1994), ora, é a poluição e a destruição de recifes (Acharya, 1995; Robbins, 1994), ou ainda, a venda de terras e o desmembramento da subsistência e alterações socioculturais (Lanfant, Allcock and Bruner, 1995; Mansperger, 1995; Wheat, 1995). Ainda, segundo Ko (2005), a maioria dos autores refere os problemas económicos, ambientais e socioculturais que acabam por se traduzir em rupturas nas infra-estruturas (Jackson, 1986); na perda das actividades económicas tradicionais (Johnson and Thomas, 1996); na fase em que o crescimento excede a oferta de trabalho local (Kakazu, 1994); na existência de inflação, no congestionamento e ruído (Wall, 1982); no aumento das atracções artificiais para repor as naturais já perdidas (Butler, 1980) e também no aumento do crime, prostituição, erosão das

tradições culturais e surgimento de atracções culturais não autênticas (Pattullo, 1996; De Albuquerque and McElroy, 1995). Temos também as saturações associadas a declínios na satisfação dos visitantes (Lundberg, 1974) e aumento da hostilidade dos locais (Doxey, 1976; Gray, 1974; Knox, 1982). As respostas a estes problemas têm sido em termos de aumento da monitorização, mais planeamento e mais estilos de turismo sustentável (Briguglio, Archer, Jafari and Wall, 1999; De Albuquerque and McElroy, 1995; Conlion and Baum, 1995) (in McElroy and De Albuquerque, 1998).

Também o relatório da PNUD (1990, p. 10) (in Sagar and Najam, 1998) revela que "em princípio, as escolhas podem ser infinitas e mudar ao longo do tempo, mas para todos os níveis de desenvolvimento, as três questões chave são: as pessoas aspirarem a uma vida longa e com saúde, adquirirem conhecimento e terem acesso aos recursos de modo a poderem ter uma vida num *standard* decente". Ora, estes três pilares devem também servir para o desenvolvimento do turismo, pois, caso contrário, o sector turístico não estará a contribuir para a melhoria da Qualidade de Vida das populações. Já Davies and Quinlivan (2006) consideravam que os estudos que se centram na desigualdade do rendimento e desenvolvimento podem estar mal direccionados, pois as regiões podem ter idênticas distribuições de rendimento, mas significativas diferenças nos níveis de bem-estar social em consequência das diferentes mobilidades sociais e económicas. Pois, ao contrário do rendimento, a educação e a longevidade, são vistos, à luz do desenvolvimento humano, como valorizáveis e como meios para outros importantes fins, logo, podem ser defendidos por razões de eficiência e de equidade (Hicks, 1997).

Ora, esta análise leva-nos à necessidade de identificar os factores mais determinantes para o desenvolvimento turístico. Do referido relatório da PNUD, ressalta a ideia de que para qualquer nível de desenvolvimento é necessário que as pessoas tenham acesso aos recursos. Esta ideia continua a ser reforçada pelo facto do desenvolvimento turístico requerer um número de condições básicas relacionadas com a qualidade da hospitalidade e com um conjunto de campos que normalmente está para além do controlo dos planeadores: comunicação com o público, acessibilidades, atracções e "atmosfera" do lugar (Russo and Borg, 2002). Isto requer que os governos locais possuam uma capacidade de organização interna com objectivos empresariais para que, de forma coerente, com o aumento da procura, não sobrevalorizem os interesses e

aspirações dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento turístico (Russo and Borg, 2002).

Segundo o estudo ECOMOST (European Community Models of Sustainable Tourism) (in Hughes, 2002) existem quatro áreas que devem ser equilibradas de forma a garantir um desenvolvimento sustentável: população, turismo, ecologia e políticas. Já a OCDE (OCDE, 2005) apresenta a necessidade de relações equilibradas entre as dimensões: ambiental, económica e social. Isto porque só nas últimas duas décadas se começou a reconhecer que indicadores puramente económicos são insuficientes para capturar a multidimensão do desenvolvimento humano (Hicks and Streeten, "Indicators of development: the search for a basic needs yardstic", *World Development* (7), 1979; Streeten *et al*., 1981) (in Despotis, 2005). Pois, foi a partir de finais da década de 60 que se iniciou o movimento dos indicadores sociais (Kim, 2002).

Há, portanto, necessidade de trabalhos que se centrem em indicadores de desenvolvimento, ao invés da simplicidade da miopia de medida sobre o crescimento económico, como o emprego e o nível de rendimento (Marcouiller *et al*., 2004).

Nesta linha, muitos investigadores argumentam a necessidade do turismo contribuir para o desenvolvimento sustentável, proporcionando debates acerca do Desenvolvimento Sustentado do Turismo (DST). A maior parte, numa perspectiva teórica e não prática (Archer, 1996; Bramwell and Lane, 1993; Green, 1995; Hunter, 1995; McIntyre, Hetherington and Inskeep, 1993) (in Ko, 2005) e apreciando a sustentabilidade de forma subjectiva e não suportada em critérios *standard*, havendo quem diga que "a sustentabilidade no turismo é mais uma aspiração ou visão, do que um objectivo mensurável e alcançável" (Middleton and Hawkins, 1998) (in Ko, 2005).

Para justificar o desenvolvimento, o principal argumento usado nos textos de economia e comércio internacional prende-se com a deslocação dos recursos para as indústrias mais eficientes. Consequentemente o produto mundial cresce, os ganhos do comércio são repartidos por diferentes degraus pelos países, o rendimento per capita mundial cresce e, invariavelmente, o bem-estar doméstico e mundial melhora. Contudo, há quem acredite que o comércio beneficia os países ricos e empobrece mais os países pobres (Davies and Quinlivan, 2006), ou seja, nem sempre o comércio garante o

desenvolvimento equilibrado. Por isto, acredita-se que o turismo possui um significativo efeito positivo no bem-estar global e a aglomeração é uma característica do desenvolvimento turístico (Urtasun and Gutiérrez, 2006). Referem ainda estes autores, que existem três aspectos que fazem com que o turismo tenha impactos significativos no bem-estar das comunidades: o nível de desenvolvimento económico das comunidades; a escala do turismo medida em termos *per capita*; a distribuição desigual da propensão para a aglomeração turística.

Adicionalmente, a literatura sobre os impactos económicos do turismo tem pouca investigação empírica associada à qualidade de vida dos residentes, resultante do desenvolvimento turístico (Urtasun and Gutiérrez, 2006). Contudo, o número de organismos que desenvolvem indicadores de desenvolvimento sustentável é impressionantemente grande, apesar de ser uma preocupação relativamente recente (1980 – Estratégia Mundial para a Conservação) e o seu conceito difícil de definir, abrindo, por isso, um leque alargado de perspectivas possíveis (Miller, 2001).

Note-se que as comparações inter-regionais e inter-cidades são tradicionalmente feitas através de índices de qualidade de vida (Giannias, 1997). Este tipo de preocupações já levou a uma proposta de Índice de Qualidade Turística[55] (Aguiló *et al*., 2005).

Por outro lado, os indicadores de qualidade também podem ser utilizados pelos consumidores para escolherem as suas férias e promoverem um turismo mais sustentado (Miller, 2001). Sobre este assunto Massam (2002) refer que existem dois tipos de indicadores de qualidade:

- Objectivos: dados concretos sobre ambiente construído, ambiente natural, domínio económico e social;
- Subjectivos: sensação de bem-estar ou satisfação.

Por outro lado, não existe um único indicador ou conjunto de indicadores de competitividade que possa ser aplicado a todos os destinos a todo o tempo, pois, na melhor das hipóteses, podemos destacar apenas alguns indicadores (Dwyer and Kim, 2003). Ainda segundo estes autores, mesmo sabendo-se que existe uma miríade de

[55] (in Aguiló *et al*., 2005) O índice de qualidade turística pode ser identificado quer pela categoria dos hotéis, quer pelo número de camas por categoria de hotéis.

indicadores que podem ser utilizados a qualquer momento, devemos atender que, para qualquer destino, diferentes indicadores podem ser relevantes (Dwyer and Kim, 2003).

Segundo Dwyer and Kim (2003), os indicadores de competitividade também podem ser classificados de "objectivos" ou "subjectivos" podendo, consequentemente, considerá-los como medidas "*hard*" ou "*soft*", respectivamente. Um exemplo de indicador "objectivo" é a dimensão das áreas destinadas a parques naturais ou reservas naturais, já para indicadores "subjectivos" consideram-se os que resultam das percepções dos visitantes, como sejam a beleza e a estética. Consequentemente, para estes mesmos autores, não existe um método disponível que seja capaz de ser usado de modo a integrar, num único índice, os factores "*hard*" e "*soft*".

Implicitamente ou explicitamente, é de supor que os indicadores reflictam a magnitude e importância das características, dimensões e componentes da qualidade de vida (Massam, 2002). Contudo, deve existir o cuidado de não criar longas listas desses indicadores, pois, em vez de se tornarem acessíveis, tornar-se-ão de difícil entendimento (OCDE, 2005). Acima de tudo, segundo Furley, Hughes and Thomas (1996) (in Hughes, 2002), os indicadores devem possuir as seguintes condições,:

- Fáceis de identificar e medir;
- Possuir uma importância funcional no ecossistema;
- Possuir um elevado valor imputado (cultural, sócio-político e económico);
- Serem relativamente estáveis;
- Possuir modestos requisitos tecnológicos;
- Serem sensíveis à questão;
- Possuirem mecanismos cujas respostas necessitem de ser compreendidas;
- Serem de rápida resposta;
- Possuirem pequena ambiguidade.

Em termos turísticos, os indicadores sociais e de pressão ambiental mais comuns são o número de visitantes por habitante ou por área. Da literatura resulta, que os mais usados são o Rácio de Penetração Turística (visitantes x tempo médio de estadia / população total x 365) e o Rácio de Densidade Turística (visitantes x tempo médio de estadia / área x 365) (McElroy and De Albuquerque, 1998). Contudo, muitas das medidas de

penetração do turismo (definidas em termos de escala/domínio), têm sido apresentadas de forma unidimensional, com ênfase nos impactos económicos (contributo para o PIB, para a Balança de Pagamentos, para o emprego e para os impostos recebidos) (Bryden, 1973; Mathieson and Wall, 1982) (in McElroy and De Albuquerque, 1998).

Outros indicadores incluem o rácio de receitas dos visitantes no PIB, na exportação de bens, no débito e nas despesas *per capita*. E ainda outros, tais como, tempo médio de estadia, taxas de ocupação dos hotéis, propriedade externa dos grandes hotéis, despesas de promoção. Contudo, todos estes indicadores não têm sido combinados de forma a obter um índice de penetração económica ou de variáveis não económicas (McElroy and De Albuquerque, 1998). O quadro seguinte (Quadro 5.1) mostra, a título de exemplo, algumas variáveis possíveis propostas por Crouch and Ritchie (1999), suas influências e impactos positivos e negativos. Ou seja, muitas das variáveis frequentemente utilizadas, acabam por produzir efeitos positivos e negativos, daí que a escolha destas deva atender a esse facto.

Pela importância que o turismo tem adquirido nos últimos anos, irá, assumidamente, contribuir de forma significativa para a prosperidade das populações e para a Qualidade de Vida de muitos lugares do mundo. Contudo, este pensamento não está isento de receios pois, como diz Buhalis (2000), se existir um "*boom*" nas diferentes formas turísticas no futuro, então poderão surgir graves problemas com implicações dramáticas nas características dos destinos e na sua competitividade, assim como no estilo de vida das populações residentes. Como já referimos anteriormente, também entendemos que o modelo do ciclo de vida pode dar um forte e importante contributo a este tipo de análises. Já Tooman (1997a) sugeria uma modificação na abordagem do ciclo de vida, de modo a incorporar indicadores dos efeitos na população local, dando-se maior relevo aos indicadores de bem-estar social.

Os trabalhos mais recentes têm analisado o ciclo de vida recorrendo à evolução de variáveis ao longo do tempo (Sund, 2006; Pulina, 2006; Moore and Witehall, 2005; Moss *et al*., 2003; Lundtorp and Wanhill, 2001; Johnston, 2001b; Toh *et al*., 2001; Northcote and Macbeth, 2006; Douglas, 1997). Julgamos que ainda continua a faltar uma apreciação mais genérica de integração de variáveis e respectivos indicadores, como forma de contribuir para a identificação da fase do ciclo de vida em que se

encontra um destino. Até porque, podemos supostamente, dada a diversidade de variáveis, se consideradas individualmente, entrar num sistema indeterminado de apreciações.

**Quadro 5.1** - Alguns prováveis impactos do desenvolvimento turístico num destino tipo

| MANIFESTAÇÕES | | |
|---|---|---|
| IMPACTOS | POSITIVAS | NEGATIVAS |
| Económicos | • Aumento do Consumo<br>• Criação de emprego | • Aumento dos preços durante eventos especiais<br>• Especulação |
| Físicos | • Construção de novas estruturas<br>• Melhoria das infra-estruturas | • Danos ambientais<br>• Excesso de pessoas |
| Sociais | • Reforço do voluntariado<br>• Aumento do interesse local em participar em eventos | • Desenvolvimento do espírito de cobiça<br>• Aceleração do urbanismo |
| Psicológicos | • Aumento do orgulho local e espírito comunitário<br>• Aumento do conhecimento pelas percepções não locais | • Tendência no surgimento de atitudes defensivas<br>• Elevada probabilidade de malentendidos nas relações turista / residente |
| Culturais | • Novas ideias do exterior e formas de vida<br>• Reforço das tradições e valores locais | • Comercialização de actividades do foro pessoal ou privado<br>• Modificações na natureza dos eventos / actividades, para acomodar os turistas |
| Políticos | • Relevo do reconhecimento internacional pela região e os seus valores<br>• Propagação dos valores políticos | • Exploração económica da população local para satisfazer ambições das elites políticas<br>• Distorção da verdadeira natureza dos eventos para reflectir os valores do sistema político do presente |

Fonte: Crouch and Ritchie (1999) (in Buhalis, 2000)

A literatura aponta para as seguintes limitações, que correspondem aos impactos:

- Ambiental;
- Social;
- Físico (infra-estrutural);
- Económico;

- Institucional (regulação)

Para a ocorrência de impactos negativos globais nem todas estas capacidades têm de ser alcançadas ou ultrapassadas. Pode acontecer que o surgimento de problemas em apenas um, resulte em problemas para os outros, ou simplesmente ser de tal ordem grave, que só por si provoque o declínio nas visitas (Butler, 1997). Daqui se percebe, que não existe forma de valorizar mais um factor e/ou variável em detrimento de outros, ou seja, todos deverão ter igual importância e peso, aquando da sua aplicação em termos de sustentabilidade e qualidade de vida.

Em suma, a literatura destaca três grandes factores que determinam os destinos turísticos. Com mais ou menos variantes, julgamos poder dizer que os diferentes autores tendem a considerar como factores determinantes para a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo:

- Um *mix* de condições de atracção e fixação;
- A população residente;
- Os turistas.

Julgamos, também, como sugerido em muitos dos trabalhos já desenvolvidos, e pegando inclusivamente na sugestão de Butler (1980), pelo menos assim entendida por nós, que estes factores devem estar inter-relacionados, pois só dessa forma será possível abranger os efeitos cruzados entre os mesmos e, consequentemente, retirar daí as devidas apreciações.

Sublinhamos também o facto de que, numa óptica de sustentabilidade, todas as variáveis deverão possuir uma mesma importância caso queiramos manter o equilíbrio entre as mesmas, pois como verificaram Sagar and Najam (1998) em estudos económicos, empíricos e teóricos, os países com maior equidade na distribuição dos rendimentos apresentam maior crescimento que os países de maior desigualdade nessa distribuição. Por outro lado, Müller (1994) (in Moniz, 2006) e McElroy (2002) referem que o desenvolvimento turístico equilibrado é alcançável se atribuirmos a mesma ponderação a todos os factores, pois, considerando que a literatura e a teoria não

definem diferentes importâncias e pesos para as questões económicas, ambientais e socioculturais, consideram-se todas com o mesmo peso ou importância.

Consideramos, ainda, que qualquer atribuição de pesos diferentes aos factores e variáveis, serão sempre baseados em apreciações e julgamentos subjectivos, não suportados em quaisquer estudos empíricos consolidados. Se a isto adicionarmos a questão da relatividade do conceito, onde não existem valores absolutos de "bom" ou "mau", mas sim valores relativos ou comparativos, onde um é "melhor" ou "pior" que outro, reforçamos a nossa ideia. Assim, não encontramos uma forma para dizer que uma variável ou factor deve aumentar em *x* para que, globalmente, o destino atinja, de forma isolada, um nível bom ou mau, mas antes, esse destino pode ficar melhor ou pior posicionado que outro.

### 5.1.1 As Condições Turísticas

Dada a impossibilidade de definirmos e utilizarmos todas as variáveis que interferem na problemática do desenvolvimento turístico de um destino, somos a considerar a necessidade de apurar, através da revisão da literatura, as variáveis que mais são referenciadas para esse efeito e/ou que não o sendo muitas vezes, são consensualmente reconhecidas para o efeito. Para nós, todas as variáveis consideradas terão a mesma importância, até porque como diz Butler (2000) o declínio numas variáveis pode ser compensado com a melhoria noutras.

As palavras "atributos" e "recursos" são vulgarmente utilizadas para nos referirmos ao factor "Condições Turísticas" existentes num determinado lugar. Naturalmente que para conseguirmos atrair e fixar pessoas, essas "condições" deverão estar presentes. A literatura do turismo é abundante quanto às referências de necessidades de existência de condições e, como veremos, são diversas as variáveis que são identificadas como sendo determinantes para o êxito dos destinos, enquanto destinos turísticos. Mas, um lugar deve ser vendido, em primeiro lugar, aos seus habitantes (Alan *et al*., 2007, pp. 242-243).

Tendo em conta que, como já foi referido anteriormente, entendemos um destino turístico como aquele onde coabitam residentes e turistas, somos levados a tentar perceber que tipos de "Condições Turísticas" devemos considerar. Pois, tanto podemos estar em presença de condições para a "população turística", como de condições para a "população residente", ou ainda de condições que satisfaçam ambas as populações. Contudo, para o efeito também consideraremos a criação de condições físicas. Ou seja, mais investimento em capital fixo significa mais riqueza para o destino. O investimento em capital fixo, resulta da existência de lucro[56], seja privado ou público, entendido este, como ganhos do Estado, obtidos com a diferença entre os impostos e taxas cobradas e as suas despesas correntes. Por outras palavras, os montantes libertos para as despesas de capital.

Em rigor, estaremos sempre a falar de condições, ora que atraem, ora que fixam e, consequentemente, no "destino turístico", teremos sempre um "*mix* de condições". As condições que atraem, serão aquelas que cativam ou motivam uma deslocação ou comportamento (*push ou pull*). As condições que fixam são as que, independentemente da sua capacidade de atracção, promovem uma permanência, num determinado lugar, por um período de tempo considerado (horas, dias, semanas ou meses). Deste modo, entendemos que as "condições de atracção" são as que motivam a visita e o visitante permanecerá mais ou menos tempo num determinado lugar, se nesse lugar existirem "condições de fixação".

A população residente é mais determinada pelas condições de fixação do que de atracção, enquanto que a população turística será mais influenciada pelas condições de atracção. Contudo, ambas as condições determinarão, em conjunto, a capacidade de um destino turístico, conseguir atrair e fixar quer a população residente, quer a população turística. Em suma, compete ao "*mix* de condições" atrair e fixar as diferentes populações.

Por um lado, a utilização de muitas variáveis, sendo mais completa, acabará por dificultar a sua utilização e, muitas vezes até, a sua compreensão (OCDE, 2005; Macaulay Institute, 2006). Por outro lado, a existência de condições exclusivamente de

[56] (NA) O lucro resulta do facto do trabalho produzir mais do que é necessário para a sua subsistência (John Start Mill: 1806-1873).

uso turístico, poderá levar a que nas épocas de menor intensidade turística se encontrem fechadas, não beneficiando nem os poucos turistas, nem a própria população residente. Alguns estudos apontam para o pouco potencial de sucesso de alojamento das épocas turísticas, fora do período de Verão (Koening-Lewis and Bischoff, 2005). Contudo, nestes casos não estaremos em presença de regiões com elevados níveis de desenvolvimento turístico, na óptica pretendida, pois, para manter a qualidade de vida dos turistas e das populações, julgamos que essas mesmas condições não devam ser exclusivas dos turistas (exceptuam-se desta apreciação as unidades de alojamento). Nesse sentido, as variáveis identificadas procuram garantir essa não exclusividade turística.

Das leituras efectuadas, parece consensual aceitar que as variáveis se devam referir às dimensões económica, ambiental e sociocultural. Neste sentido a sugestão de Johnston (2001a), parece sintetizar as mesmas, quando refere que as características de um *resort* (destino) são as seguintes:

- Recursos básicos (ambientais, culturais);
- Serviços (acomodações, diversões, saúde, habitação);
- Governação (serviços públicos, infra-estruturas, documentos estruturais).

Apesar de serem variáveis do lado da oferta, entendemos que têm claramente efeito nas percepções das populações residentes e dos turistas. Deste modo também estaremos a ponderar o lado da procura, nos termos pretendidos, pois, como dizem Bansal and Eiselt (2004) as motivações diferem de pessoa para pessoa e de um contexto para outro. Adiantam ainda que as satisfações pós-experiência estão mais relacionadas com a percepção das motivações do que com a experiência propriamente dita, ou seja, a satisfação não é uma medida absoluta mas antes uma função da diferença entre expectativas e realidade. Ainda para estes autores, outro factor importante é a imagem do destino, a qual assenta na evolução de cinco características de benefício ou valores para o consumidor: funcional, social, emocional, epistemológico e condicional. Desta forma, podemos, pois, assumir que as percepções sobre as características referidas, podem ser avaliadas, do lado da procura, através da maior ou menor existência de turistas.

Sendo as variáveis exclusivamente económicas limitadas, como forma de avaliar um destino, consideramos que a natureza económica de uma região pode ser identificada e caracterizada pelo nível e qualidade de outras variáveis, não exclusivamente económicas. Pois, a área económica também traduz os ganhos que o turismo trás à economia em termos de emprego, desenvolvimento de infra-estruturas e diversificação Northcote and Macbeth (2006). Portanto, o rendimento é tido como um instrumento para obter bens e serviços, na procura de um padrão de vida decente, onde se deve procurar reflectir a "oportunidade da comodidade básica" (Hicks, 1997), considerando que os aspectos ecológicos e perceptivos estão directamente associados aos aspectos económicos (Hillery, 2001). Por outras palavras, podemos ter uma percepção do nível económico de uma região, sem que tenhamos de analisar directamente variáveis dessa natureza. É por isso importante, que se incorpore, indicadores dos efeitos na população local, dando-se maior relevo aos indicadores de bem-estar social (Tooman, 1997a), até porque o aumento de actividade turística depende de dois factores: aumento da procura e ambiente da oferta ajustável à nova procura, em termos de capacidade de reposicionamento do produto (Fletcher and Cooper, 1996). Como diz Butler (2000) se o ambiente, em sentido lato, é o elemento chave ou combinação de elementos, então devemos perceber essas atracções e identificar esses componentes específicos envolvidos e só depois de percebermos quais os elementos específicos do ambiente, que são atractivos para turistas, podemos então perceber como, e o que é que temos de fazer para manter a sua atracção.

Do trabalho de Claver-Cortés (2007) ressalta que a classificação dos hotéis, o treino e especialização do pessoal e o acesso às TIC, são algumas das principais variáveis de competitividade das regiões. Para o turismo, os recursos são muito mais que sítios de recreação, alojamento e entretenimento, pois incluem também os cenários, o clima, o transporte, os locais e muitos factores intangíveis. Consequentemente para medir as suas capacidades deve-se considerar um elevado número de factores e a sua complexa inter-relação (Getz, 1983). É muito difícil separar os efeitos do turismo dos efeitos do processo natural, da população residente e outros factores exógenos (Butler, 2000). Tal como disse Murphy (1983) (in Fennell and Butler, 2003), as atracções turísticas naturais, os residentes locais, a actividade empresarial e investimentos e a satisfação dos visitantes, devem coexistir. Os elementos de atracção de um destino estão interligados

(recursos naturais, tais como a sua beleza natural intrínseca e o património construído, como hotéis, diversão e património histórico). Isto apesar da actividade empresarial e os investimentos serem considerados como "predadores" e os visitantes como "presa" (Bieger and Wittmer, 2006).

O "*mix* de condições" é repetidamente referido, sendo que existe uma grande diversidade dessas mesmas condições. Contudo, não identificamos, na literatura qualquer preocupação com a diferença entre as condições de atracção e de fixação, pois normalmente surgem de forma indiscriminada. A forte inter-dependência entre o ambiente natural, comunidades locais, governação e organização relacionada com o turismo, significa que a organização e estratégia da investigação (e gestão) do turismo, necessita de considerar muitos factores inter-relacionados (Echtner and Jamal, 1997). Por exemplo, Bansal and Eiselt (2004) referem que o surgimento do crescimento do turismo de massas, da estabilidade política no continente e das melhorias dos transportes, permite potenciar as vantagens comparativas: clima, recursos naturais conhecidos, proximidade aos principais países geradores de turismo, baixos preços relativos e exotismo. Também há quem entenda que os recursos existentes devem ser promovidos juntamente com outras formas de atracções turísticas, tais como a gastronomia, elevada qualidade das infra-estruturas e toda a rede regional, sem perder de vista a diversidade, a originalidade e a atractividade da imagem (Russo and Borg, 2002). Já para Fennell and Butler (2003), o turismo baseia a sua existência no desenvolvimento prévio de infra-estruturas e super-estruturas, novas atracções, alojamento e outras instalações e serviços, todas absorvendo o afluxo de visitantes vindos de fora. Também Mo *et al*. (1993) (in Dwyer and Kim, 2003) argumentam que as infra-estruturas turísticas são, a seguir ao ambiente, o factor mais importante para as experiências turísticas internacionais. Evidentemente, que os serviços públicos devem estar presentes aquando do tratamento das infra-estruturas, pois como referem Bueno (1999) e Dwyer and Forsyth (2000) (in Dwyer and Kim, 2003), muitos dos factores subjacentes à competitividade de um destino são "bens públicos" e, consequentemente, os governos têm um importante papel a desempenhar na melhoria e manutenção da competitividade de um destino.

Segundo Russo and Borg (2000), os vários elementos dos produtos turísticos, podem ser caracterizados por serem: primários (principal razão da visita), secundários (ou complementares), terciários (imagem), e ainda, recursos humanos, eventos, transportes, centros de informação e estacionamentos, os quais devem ser geridos de forma sistemática, integrada e dinâmica.

Podemos ainda acrescentar, que o crime e insegurança podem estragar a imagem de um destino, sendo fundamental investir em infra-estruturas, pois a sua falta ou deficiência poderão por em causa a riqueza cultural e patrimonial, pois não basta criar uma imagem de destino, mas, depois, é necessário mantê-la. Também os factores intangíveis, assumem uma importância na atractividade urbana.

Já para Frederick (1993) (in Tooman, 1997a), um investimento público em vias de comunicação, limpeza e reabilitação das cidades e marketing e, do sector privado, um investimento em hotéis, motéis, restaurantes e outras condições de receptividade, promove o aumento das visitas.

Sinclair (1998) considera que, do lado da oferta: o turismo é um produto composto por transporte, alojamento, restauração, entretenimento, recursos naturais, outras instalações e serviços, tais como, lojas e circulação de moeda, logo, dependente quer do sector público, quer do sector privado. O esforço na criação de condições deverá ser repartido entre ambos os sectores. Como dizem Lundtorp and Wanhill (2001), as decisões públicas e privadas são decisivas para o ritmo e forma do processo do ciclo de vida. Também Porter *et al*. (2001) (in Dwyer and Kim, 2003) referiu que não existirá indicador que meça rigorosamente a competitividade, sem que haja eficiência nas instituições governamentais, sofisticação das ofertas locais ou naturais práticas competitivas.

Estas preocupações surgem devido ao potencial declínio, pois, como foi dito por Hovinen (1982) (in Getz, 1992), a magnitude de um potencial declínio, deve-se à inter-relação de três factores:

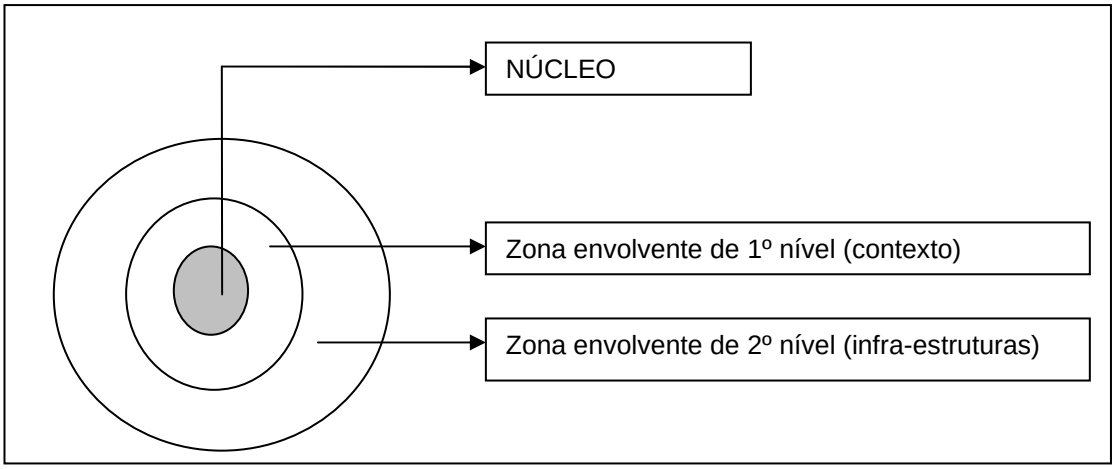
- Localização relativa e acessibilidades;
- Diversidade da base turística;
- Melhorias no efectivo planeamento.

Quando falamos em "condições de atracção e fixação" somos confrontados com aquelas condições consideradas primárias e outras secundárias ou complementares. É vulgar identificarmos esta distinção na literatura (Russo and Borg, 2002; Butler, 1993), contudo, tem ficado por apurar com maior rigor quais são, de facto, as condições primárias e quais são as secundárias e restantes, até porque muitas podem adquirir ambas as naturezas, dependendo do ponto de vista de quem as considera. Segundo Pearce (1991) a "atracção turística é algo de natureza humana ou natural que centre a atenção do visitante e que está sujeita a uma gestão". Desta forma, um destino é um conjunto de atracções e não deve ser visto como uma atracção em si, até porque, acabam por ser as próprias atracções que fornecem símbolos e imagens para apresentarem os destinos ao público (Gunn, 1985; Leiper, 1990) (in Pearce, 1991).

Ainda segundo Pearce (1991), há duas formas de analisar as atracções turísticas:

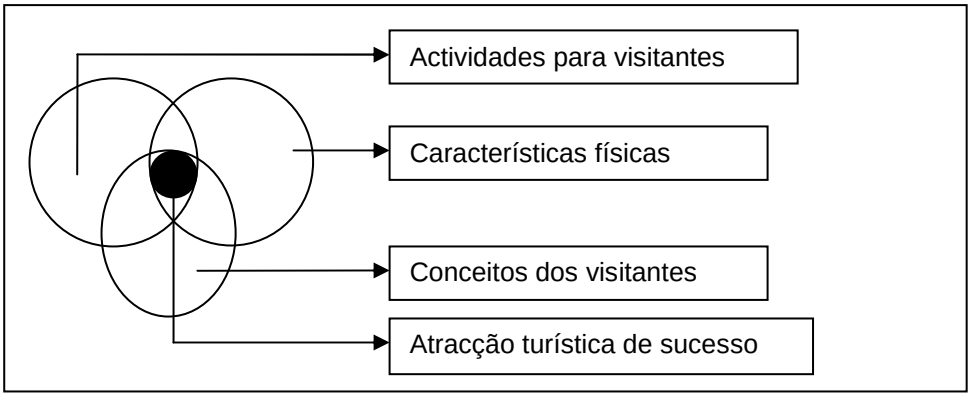
- Método indutivo (do individual para o geral)
  - Nas virtudes e nos defeitos
- Método dedutivo (do geral para o individual)
  - Na definição das condições envolventes. Destas destacam-se:

    - Modelo dos anéis concêntricos de Gunn (1985)




Fonte: Pearce (1991)

- Modelo da psicologia do lugar de Canter (1975)




Fonte: Pearce (1991)

Por outro lado, há quem entenda que um destino fica mais atractivo se se tornar mais rico (Hamilton *et al.*, 2005). E, nestas circunstâncias, o processo evolutivo tem um efeito positivo ou negativo não só nos recursos básicos atractivos, mas também nas pessoas que vivem e trabalham nessa comunidade, nos visitantes e nas actividades turísticas, como oportunidade para continuar a investir (Haywood, 1986), até porque, quando os turistas se sentem apreciados pelas comunidades locais, ficam mais predispostos a regressar e recomendam tais comunidades (Kim, 2002; Yoon and Uysal, 2005). Para Butler and Wall (1985), o aumento do turismo deve-se ao aumento da população, do rendimento, do tempo de descanso, da mobilidade e da urbanização. Em termos históricos, o fascínio e a tradição também merecem atenção. Segundo Butler (1993), também o desejo de descanso, o clima, o ambiente físico e a cultura são atracções de determinados destinos, enquanto destinos turísticos. Para Andriotis (2006), têm de existir os três elementos - visitantes, população residente e políticas - para que haja mudanças morfológicas nos espaços.

Vejamos, então, qual ou quais as variáveis que mais se enquadram como sendo primárias, aquelas que atraem em primeira instância, os turistas, ou, por outra palavras, aquelas que proporcionam, em 1ª mão, um comportamento turístico. Segundo Butler (1993), num contexto turístico, a primeira atracção é a combinação de "sol e praia", mais eventual sexo e compras. Butler e Mao (1997) (in Koening-Lewis and Bischoff, 2005) referem que os factores físicos e climatéricos dos destinos, são as fundações das verdadeiras épocas turísticas. Butler (2000) considera ainda que, geralmente, os factores ambientais de zonas costeiras, solarengas e quentes, são os primeiros factores de

atracção turística. Os estudos de Maddison (2001), Lise e Tol (2002), Hamilton (2003) e de Hamilton *et al*. (2003) (in Amelung and Viner, 2006) mostram a relevância dos factores climáticos (temperatura, horas de sol e pluviosidade) como determinantes da procura turística. Hu e Ritchie (1993) (in Hamilton *et al*., 2005) descobriram, através da revisão da literatura desde 1970, que "a beleza e o clima" são determinantes na atractividade dos destinos. Para Andriotis (2006), os factores que fazem deslocar os turistas são as paisagens agradáveis e as vistas arqueológicas.

Mieczkowski (1985) (in Amelung and Viner, 2006) foi o primeiro a aplicar as descobertas sobre o "conforto humano" às actividades de recreação e turismo. Apresentou o Índice Climático Turístico, composto por cinco sub-índices que contemplam: a hora do dia de conforto térmico, o conforto térmico diário, a precipitação, as horas de sol e a velocidade do vento.

Apesar de, segundo Lohmann and Kaim (1999), existir um défice de estudos empíricos sobre a importância do tempo/clima na escolha dos destinos, estes autores demonstraram a importância desse factor nas escolhas dos destinos (in Hamilton *et al*., 2005). Pois, há interesse em saber quais os efeitos das mudanças climatéricas na atractividade desse lugar relativamente a outros. Ou seja, supostamente, a perda absoluta de condições climatéricas pode, se outros perderem mais, garantir mesmo assim, um reforço de posição relativa desse factor (Hamilton *et al*., 2005). Para De Freitas (2001) (in Hamilton *et al*., 2005), o clima possui aspectos estéticos, físicos e termais, e é composto por: temperatura, vento, humidade e radiação.

Há trabalhos que apontam no sentido de, no futuro, se assistir a um deslocamento dos paralelos climáticos, ficando os países do Norte da Europa com temperaturas mais altas e as do Mediterrâneo com melhores temperaturas no Outono e na Primavera (pois no Verão ficarão muito altas e insuportáveis) (WTO, 2007). No entanto, o clima continuará a ser um importante factor *push & pull* no futuro (Amelung and Viner, 2006).

Havendo cerca de 100 milhões de visitantes à região do Mediterrâneo motivados pelo seu clima e, por outro lado, reconhecendo-se que as férias de praia requerem condições climatéricas diferentes das férias de neve (Amelung and Viner, 2006), assumimos como garantido que o clima é, seguramente, uma atracção primária (WTO, 2007, p.5). Para

mais, quando o clima parece determinar as escolhas turísticas, pois como diz Butler (2000) diferentes ambientes (costa, montanha e natureza) como potenciais destinos turísticos (ou potencial turístico dos destinos) parecem claramente atrair, em períodos diferentes, diferentes populações. Contudo, tratando-se de uma variável exógena, sobre a qual não é possível intervir directamente, no curto prazo (excluindo-se naturalmente as situações onde existam estruturas com climas controlados), entendemos que a competitividade turística dos destinos é primeiramente determinada por essas mesmas condições primárias. Só depois de efectuada a escolha do destino, de entre os que se apresentarem como concorrentes dentro do mesmo critério, se parte para a apreciação das condições secundárias, as quais acabarão, ora por experiência, ora por percepção, por determinar o período de fixação no lugar. Para Andriotis (2006) as fracas infra-estruturas, acessibilidades e comunicações, contribuem para as curtas estadias e o atraso no desenvolvimento. Isto também é considerado por Butler quando refere que a falta de serviços públicos também contribui para concentrar o desenvolvimento em determinados lugares (Butler, 1993).

Entendemos, portanto, que as condições primárias, apesar de lideradas pelo clima como resultado da geomorfologia dos espaços (praia, montanha, neve ou campo) e podendo assumir diferentes naturezas (para as cidades já podemos estar na presença da sua história ou património construído), são as que determinam as escolhas, e só depois recorreremos às condições secundárias ou complementares para nos fixarmos mais, ou menos tempo, nos lugares entretanto escolhidos. Naturalmente, que o comportamento turístico será determinado pelo resultado conjunto destas condições, quer em termos de experiência, quer em termos de percepção.

Apesar da variedade de indicadores possíveis, dos que Dwyer and Kim (2003) propõem, como os mais representativos, destacamos os seguintes:

- Recursos Endógenos:
    - Naturais
        - Parques naturais/Reservas naturais
    - Património/Cultura
        - Património histórico e museus
- Recursos Construídos:
    - Infra-estruturas turísticas

        - Qualidade de alojamento
        - Qualidade e eficiência dos transportes locais
    - Actividades
        - De recreação
        - De compras
        - De entretenimento
        - Eventos e festivais especiais
- Recursos de Suporte
    - Infra-estruturas gerais
        - Instalações e serviços médicos e de saúde
        - Adequadas infra-estruturas
        - Sistemas de telecomunicações
        - Segurança
        - Sistema de transportes
        - Rede eléctrica
    - Qualidade dos serviços
        - Satisfação do visitante com a qualidade do serviço
        - Desenvolvimento de programas de treino e formação
    - Percepção da hospitalidade
- Gestão do Destino
    - Políticas de gestão, planeamento e desenvolvimento
    - Políticas de desenvolvimento dos recursos humanos
    - Políticas ambientais
- Condições de Contexto
    - Micro-ambiente competitivo
    - Localização dos destinos
    - Macro-ambiente global
    - Competitividade-preço
    - Segurança
- Procura
    - Conhecimento do destino
    - Percepção do destino
    - Preferências de destino

- Indicadores de Performance de Mercado
    - Número de visitantes (quota de mercado)
    - Contribuições do turismo para a economia
    - Investimento turístico
    - Políticas governamentais para o turismo

Para estes mesmos autores, é importante verificar, dos diferentes tipos de indicadores, quais os que melhor se aplicam em diferentes contextos da aplicação do modelo.

Portanto, verificamos uma grande diversidade de variáveis explicativas das performances dos destinos turísticos. Iremos, contudo, considerar aquelas que têm merecido, um maior número de referências e consensos e que acabam por incluir, indirectamente, outras (Hicks, 1997). Por exemplo, segundo Formica and Uysal (2006) 66% da variância de atractividade de um destino turístico, são explicadas pelas seguintes quatro grandes dimensões:

- Serviços e instalações turísticas
- Cultura e História
- Alojamento
- Animação

Logo, estas deverão ser consideradas, até porque se encaixam na sugestão de Johnston (2001a). Por outro lado, como já vimos, a fronteira entre as condições de atracção e de fixação são impossíveis de determinar com rigor, uma vez que muitas acabam por assumir essa dupla natureza. Contudo, parece evidente a importância dos factores não-económicos na atracção dos turistas internacionais (Pearce, 1990).

Considerando que o desenvolvimento das economias tende a focar como principal objectivo o crescimento da produção, consequentemente as outras questões ficam secundarizadas (Hicks, 1997), logo, procuraremos indicar variáveis que, sendo genericamente consensuais pelo facto de serem frequentemente referenciadas, permitem também representar efeitos colaterais de outras variáveis, em termos de causas e consequências e que, em termos genéricos, promovam o crescimento e desenvolvimento das comunidades.

Parece-nos evidente que as variáveis escolhidas, devem garantir que quaisquer fragilidades nelas existentes podem determinar a chegada de "turistas" e agravar a qualidade e o bem-estar da "população residente".

Quanto ao número apropriado de variáveis, teremos que ter algumas precauções, pois como dizem Bell and Morse (2003) (in Macaulay Institute, 2006), o número "mágico" de indicadores parece ser de 20. Contudo, sublinham que, para avaliar o desenvolvimento sustentável, se deve optar por um número que, sendo o mais pequeno possível, deverão ser tantos quantos os necessários.

Devemos ainda referir que, sendo nossa pretenção avaliar o nível de desenvolvimento dos destinos em termos comparativos e suportado numa óptica de qualidade das condições de atracção e fixação e não apenas em termos quantitativos, devemos optar por variáveis que contenham uma componente qualitativa evidente. Por outras palavras, para nós, mais importante que possuir uma grande quantidade de determinado tipo de variáveis, é saber se as consideradas são, genericamente, representativas de qualidade. Com isto, pensamos não estar a excluir da nossa análise os destinos que não possuam variáveis em tais condições, mas sim a defender que estas devam existir e que, para quem não as possua, se torne num imperativo de desenvolvimento local.

Assim, e após todas as apreciações e considerações apresentadas, e seguindo os cuidados e orientações a que nos propomos, utilizaremos as variáveis a seguir apresentadas, como sendo as que mais frequentemente são referenciadas ou são consensuais, em termos das condições de atracção e fixação de um destino turístico na linha da proposta de Johnston (2001a). Exploraremos as razões que nos levaram à sua escolha, indicando os conceitos adoptados e os indicadores que, quanto a nós, garantem a sua identificação. Entendemos que os indicadores escolhidos garantem a fiabilidade das variáveis e estas validam a qualidade de vida e o bem-estar.

- Recurso básico ambiental:
    - Para o efeito, utilizaremos a óptica ecológica do ambiente que, de acordo com a literatura do turismo, podemos considerar a *área protegida* (Hughes, 2002). Havendo estudos que apontam para os eventuais danos causados no ambiente pelo turismo, devemos acautelar procedimentos de planeamento e

gestão desses espaços (Butler, 1980, 2000). A existência de áreas protegidas, garante a produção de regulamentação apropriada (Weaver, 2000), o que contribui para a preservação da biodiversidade. Por outro lado, o ambiente também se apresenta como factor de competitividade dos destinos (Simón *et al.*, 2004), isto porque os recursos naturais acabam por servir como alternativa e motor adicional de crescimento, promovendo novas oportunidades económicas para algumas regiões (Marcouiller *et al*., 2004). Por outro lado ainda, a área protegida está associada ao património paisagístico[57] e à sua valorização enquanto produto endógeno (Andriotis, 2006), sendo muitas vezes a principal atracção dos destinos. O indicador desta variável que se nos apresenta como o mais apropriado para o efeito desejado, é a percentagem de área protegida ocupada, do total de área do destino considerado. Isto porque os estudos apontam para que a maior parte dos problemas ecológicos sejam provocados pela excessiva utilização e livre acesso (Davenport and Davenport, 2006), levando-nos para a consideração do seu peso relativo e não do seu valor absoluto, uma vez que este acabaria por não revelar a sua própria importância, num contexto geográfico. Por último, entendemos que, quanto mais área protegida houver, mais consciente é a sua população local, em termos de controlo e preservação, não só da própria terra, como das espécies endémicas e autóctones existentes. Isto revelará uma preocupação na articulação entre o sistema humano e o sistema ecológico. Como se verifica, esta variável possui uma dimensão ambiental evidente, uma dimensão económica através da sua valorização e uma dimensão sociocultural, através da consciencialização da sua importância na manutenção dos hábitos e culturas locais.

- Recurso básico cultural:
    - Neste caso é nossa preocupação identificar uma variável que traduza a riqueza cultural de um destino e que possa servir como atracção de turistas. Num contexto de turismo internacional, objecto da nossa proposta de trabalho, devemos garantir que "essa" cultura seja identificada, divulgada e

[57] (NA) Como prova da importância deste, no VI Fórum Europeu de Turismo, realizado no Algarve – Portugal, nos dias 25 e 26 de Outubro de 2007, na sua feira promocional de turismo, de uma representação de 8 países, 3 apresentavam como atracção principal o seu património paisagístico, outros 3 apresentavam como principal atracção o seu património histórico e 7 apresentavam o seu artesanato, gastronomia e vinhos como grande atracção para os seus destinos.

reconhecida nos mercados externos. Assim, entendemos que devemos recorrer a uma classificação patrimonial, reconhecida internacionalmente. Isto porque o reconhecimento por instâncias internacionais da riqueza patrimonial de um destino garante a existência de razões internacionalmente reconhecidas e identificáveis, permitindo, por essa via, uma valorização desse mesmo património. Desta forma, consideraremos o património histórico classificado pela UNESCO como indicador da riqueza patrimonial existente (Zhong *et al*., 2008). Há estudos que apontam para que quanto mais património histórico existir, melhor oferta turística se possui (Massam, 2002; Russo and Borg, 2002; Andriotis, 2006) e, ainda, que as cidades são visitadas com mais frequência por questões culturais (Ark and Richards, 2006). As cidades contemporâneas, sendo locais de consumo, permitem que as experiências culturais sejam processos holísticos, onde produtores e consumidores se juntam numa "contemplação" para identificar a sua importância simbólica (Russo and Borg, 2002). Se admitirmos que a classificação do património histórico pressupõe preocupação com a preservação e manutenção do mesmo e que, as instâncias internacionais definem regras para a sua conservação classificativa, então, percebemos que nos casos onde existam patrimónios, mas ainda não classificados naqueles termos, é porque não reúnem condições para que sejam internacionalmente reconhecidos e divulgados como de interesse. O indicador a utilizar será a quantidade de monumentos históricos classificados pela UNESCO, que determinado destino possui. Havendo outros tipos de classificação, consideraremos as da UNESCO, por se apresentar internacionalmente reconhecida e valorizada. Também aqui garantimos as dimensões ambiental, económica e sociocultural, através do cumprimento dos requisitos de manutenção e preservação, das sua valorização económica e da identificação da riqueza histórica de um destino, respectivamente.

- Serviços – *Alojamentos*:
    - Esta variável não suscita qualquer tipo de dúvida quanto à sua consideração neste tipo de estudos. A única reserva é saber qual o tipo de alojamento que melhor serve para o objectivo pretendido. Quando falamos de alojamentos, tanto podemos estar a referir a alojamentos hoteleiros em particular, como a

alojamentos turísticos de uma maneira geral. Nos primeiros, referimo-nos a estabelecimentos hoteleiros propriamente ditos, enquanto que no segundo caso, já podemos abranger toda a tipologia existente, como oferta turística (hotéis, *aparthotéis*, motéis, residenciais, hospedarias, aluguer de casas, campismo e até oferta de camas em casas particulares). Como pretendemos avaliar níveis elevados de desenvolvimento (apontando no sentido da melhoria da qualidade de vida), entende-se que, em termos turísticos, devemos optar por considerar tipologias de alojamento turístico elevado considerando como elevado a classificação do *alojamento com 4 ou mais estrelas*. Esta classificação, contribui, claramente, para o bom serviço turístico (Claver-Cortés *et al.*, 2007; Fernández and Bedia, 2004; Aguiló *et al.*, 2005). Ora, isso catapulta emprego de nível mais elevado, construções mais cuidadas e ambiência social mais exigente. Os destinos que possuam maior quantidade deste tipo de alojamento, estarão melhor em termos de aplicação de procedimentos de preservação e manutenção ambiental, paisagístico e até patrimonial e cultural de uma maneira geral. Se por um lado são os requisitos que são elevados, por outro lado, é a própria clientela que se apresenta mais exigente e maioritariamente mais esclarecida. Entendemos que a existência deste tipo de alojamento contribui fortemente para fixar os turistas e prolongar as estadias. O indicador utilizado será o número de camas de hotéis de 4 ou mais estrelas, pois do ponto de vista estatístico, torna-se mais difícil a obtenção de dados sobre outras tipologias classificadas com o nível indicado. Por outro lado, são os hotéis que predominam nesta classificação, sendo, por isso, suficientemente representativos. Mais uma vez, também esta variável garante as dimensões ambiental, económica e sociocultural, através do cumprimento dos requisitos exigidos, da valorização dos espaços e dos mercados e do contributo para a preservação e manutenção das culturas locais, respectivamente.

- Serviços – Diversões:
    - Como "diversões" podemos encontrar uma grande variedade de conceitos, de natureza e dimensão diferentes. Desde as romarias locais de natureza gastronómica, etnográfica, cultural, religiosa, desportiva, etc., até aos mega-eventos internacionais desportivos, musicais e culturais, há uma diversidade

que dificulta a identificação da sua importância turística. Se sobre os mega-eventos, julgamos não haver dúvida quanto a esse objectivo, já em relação às festividades comunitárias a sua identificação fica mais obscura. De qualquer das formas, estamos sempre a falar de *actividades de animação*. Considerando, que o objectivo do nosso trabalho está associado ao turismo internacional e, mesmo admitindo que a importância para o efeito de fixação e prolongamento da estadia, por parte das festividades locais, é superior ao dos mega-eventos, na verdade, são estes que surgem nos programas promocionais dos destinos. Por outro lado, e por questões estatísticas, também esta variável, na sua vertente local, não é devidamente tratada em termos de divulgação. Na verdade, o turista estrangeiro apenas tem conhecimento e contacto com tais realidades, depois de estar no local e não antes de lá chegar (Molley, 2002; Oppermann, 1996; Koenig-Lewis and Bischoff, 2005). Contudo, é inegável a importância dos mega-eventos para o turista estrangeiro, que indirectamente também contribuem para a fixação e prolongamento da sua estadia. Assim, consideraremos como indicador desta variável a quantidade de eventos que surgem promovidos ou em condições de serem promovidos, pelas instâncias nacionais de promoção turística. Quanto a nós, quanto mais eventos dessa natureza existir, mais dinâmico e desenvolvido é o destino considerado. As dimensões ambiental, económica e sociocultural, estão garantidas através das acções de sensibilização ambiental associadas, das receitas obtidas e do contributo para a valorização das culturas locais, respectivamente.

- Serviços – Saúde:
    - Seguindo o princípio do HDI (*Human Development Index*), onde a saúde, através da esperança de vida das populações, surge como um indicador de longevidade, como consequência do funcionamento de um sistema de saúde público, também para o turismo esta variável deve ser considerada. Contudo, para efeitos de turismo, o turista não vai saber qual é a esperança média de vida de um destino, para o incluir na sua lista de opções. Mas, julgamos, já lhe interessar mais saber se tem ou não assistência médica facilitada num determinado destino. Assim, a questão da *assistência médica* assume primordial importância, pois produzirá no turista um efeito de "descanso"

quanto a eventuais problemas de saúde ou acidentes que possam ocorrer. Desta forma, consideramos que a existência de assistência médica alargada (ou equivalente) é uma garantia de cuidados de saúde. Se esta variável se reveste da máxima importância para as populações locais, a sua ausência para o visitante pode tornar-se um factor inibidor. Mais, uma boa rede de assistência médica, revela um destino com padrões elevados em termos de serviços de saúde que, como todos reconhecem, é garante de longevidade das populações (Morse, 2003; Neumayer, 2001; Despotis, 2005; Sagar and Najam, 1998; Hicks, 1997). Para o efeito desejado, entendemos que o melhor indicador é o número de médicos existentes no destino. Entendemos que há quatro motivos principais que nos levam a optar por este indicador: é um número vulgarmente divulgado; é pressuposto, que perante quantidades elevadas garantimos a qualidade; é pressuposto, que perante quantidades elevadas, a probabilidade de disponibilidade é maior; o seu conhecimento potencia sentimentos de maior conforto. Parece evidente o seu contributo para o prolongamento da estadia. Esta variável garante a dimensão sociocultural, através do sentimento de conforto, referido e do consequente serviço de saúde garantido.

- Serviço – Habitação:
    - O conforto habitacional é também uma das componentes mais importantes para o bem-estar das populações. Contudo, não basta ter casa, é necessário que esta possua as condições mínimas necessárias ao conforto humano, contendo água canalizada, saneamento básico e energia eléctrica. Desta forma, julgamos que a existência de um *parque habitacional* em quantidade e qualidade suficientes para a população local, dará um conforto adicional aos turistas, pois estes sabem que a sua presença não será tão incomodativa e, por outro lado, revela uma comunidade com conforto habitacional na direcção da qualidade de vida das populações locais. Segundo Johnston (2001a) é possível observar a fase de desenvolvimento de uma região, pela ocorrência de dois fenómenos:
        - Nível e tipo de construção (local, doméstico e internacional);
        - Nível e tipo de actividades.

O tipo de construção permite verificar o nível de desenvolvimento de um destino, ou seja, quanto mais condições possuir a habitação, mais desenvolvido está esse destino. Por outro lado, os consumidores consideram os factores de qualidade de vida, nomeadamente a habitação, a vizinhança, as características das cidades, as oportunidades de emprego e o custo de vida, quando tomam decisões sobre a localização de residência, ou quando planeiam as actividades de recreação ou turismo (Giannias, 1997). O indicador escolhido para este efeito é a percentagem de habitações existentes no destino, com as condições referidas. Esta variável garante a dimensão sociocultural, de forma directa e as dimensões ambiental e económica, de forma indirecta, através da sua integração no ambiente e da valorização dos espaços envolventes, respectivamente.

- Governação – Serviços Públicos:
  - Em matéria de serviços públicos, as escolhas das variáveis que permitem identificar a existência de qualidade de vida e bem-estar, parecem ser mais difíceis, pela sua diversidade e complexidade. Contudo, há uma preocupação que estamos a ter sempre presente, que é o assegurar que as variáveis garantam aspectos qualitativos. Desta forma, há uma área que acaba por influenciar fortemente toda uma estrutura de governação pública e de responsabilidade dos Estados, que é a segurança do património e das pessoas. A segurança pode ser vista numa óptica militar e numa óptica civil, sendo que, nesta última, podem coexistir sistemas públicos e sistemas privados. Vamo-nos centrar apenas no sistema público de segurança civil, por duas razões principais: por um lado, é o mais representativo e o que existe em maior número; por outro lado, julgamos que, em termos internacionais, prevalece a imagem do sistema público. A literatura do turismo aponta para a importância da segurança, como variável a incluir no sistema de escolhas de destinos, por parte dos turistas (Kelly, 1993). O "sentimento de segurança" garante ao turista um conforto adicional, pois a existência de forças policiais nas ruas ou numa rede bem sinalizada e dispersa para facilitar o acesso, são, sem dúvida, formas de transmissão do referido conforto. Perante isto, a variável escolhida, são as forças de segurança de ordem e origem pública, que têm como missão a defesa e segurança das populações civis e do património pessoal, identificadas como

*policiamento*. O indicador é o número de elementos policiais que compõem essas forças de segurança. Apesar de reconhecermos que o facto de existirem muitos desses elementos não garantir qualidade no sistema, entendemos que, do ponto de vista dos turistas, acaba por determinar o sentimento de segurança. A prevenção do crime e da marginalidade surge como determinante para os turistas, pois, mais importante do que resolver o problema pretenderão não ter o problema. Esta variável integra-se principalmente na dimensão sociocultural e enquadra-se na questão relacionada com as condições de fixação. Ou seja, ninguém vai a um destino, pelo simples facto de ser seguro. Agora, sabendo-se que um destino é seguro, isso permite-nos prolongar essa mesma estadia.

- Governação – Infra-estruturas:
    - Também quanto às infra-estruturas a escolha das variáveis representativas da qualidade de vida e do bem-estar, não se apresenta fácil. A complexidade e interdependência que existe nas sociedades modernas, não facilita essa identificação, mas permite entender que há um conjunto de infra-estruturas, às quais aspiram todos os povos, na procura do seu bem-estar. Por outro lado, temos que nos focalizar nas variáveis que sejam, sem margem para grande dúvida, determinantes para os turistas estrangeiros, enquanto pessoas que se encontram fora do seu local habitual de residência e num país estrangeiro. A literatura do turismo refere as acessibilidades, nomeadamente as redes de transporte (terrestre e aéreo), como importantes para o turismo internacional (Lew and Mckercher, 2006; Ark and Richards, 2006), as redes de água, saneamento e energia[58] (Hughes, 2002), a qualidade dos recursos humanos (Marcouiller *et al*., 2004; Buhalis, 2000; Davies and Quinlivan, 2006) e o acesso à informação e comunicação (Marcouiller *et al*., 2004; Buhalis, 2000), como os mais determinantes para um destino. Assim, e considerando que a componente das condições habitacionais já foi anteriormente considerada, ficamos com as *acessibilidades internas*, a *formação dos recursos humanos* e as condições de *informação e comunicação*, como as variáveis que podem ser utilizadas para o efeito pretendido. Quanto aos indicadores de cada uma destas variáveis,

[58] (NA) Consideramos integradas nos fogos, atribuindo qualidade às habitações.

recorremos ao número de quilómetros de estrada asfaltada existente no destino (independentemente da sua tipologia), a quantidade de pessoas com formação em turismo (independentemente do seu nível) e a quantidade de ligações à internet (independentemente da sua tipologia), respectivamente. Para a primeira variável, interessa-nos a capacidade de oferta que um destino possui, no que respeita à possibilidade de mobilidade interna, dentro desse mesmo destino. Julgamos, que nos termos que pretendemos avaliar o nível de desenvolvimento de um destino, não estamos perante uma previsão do número de turistas chegados, mas sim perante a existência destes. Logo, interessa-nos mais verificar quais as condições que devem existir para os satisfazer, e não tanto como chegam eles ao destino (esta seria uma abordagem onde se deveria considerar as acessibilidades exclusivamente externas, ou as grandes vias de comunicação aérea e rodoviária internacional). Para a segunda variável, interessa-nos saber qual a capacidade de serviços turísticos, na óptica dos serviços humanos necessários à satisfação dos clientes e, para isso, nada como ter formação específica para o efeito. Já para a terceira variável escolhida, entendemos que um destino que possua fortes capacidades de comunicação com o exterior, assegura mais conforto aos turistas, pois estes, encontrando-se fora do seu local habitual de residência, quererão comunicar, de forma fácil e rápida, com o seu local de origem, quando o entendam, até mesmo por questões imprevistas de saúde ou de outra natureza. Todas as variáveis consideradas contêm as dimensões ambiental, económica e sociocultural, pois todas influenciam ou são influenciadas por essas realidades.

- Governação – Documentos Estruturais:
    - Sobre os documentos estruturais, a diversidade e variedade são, também, muito significativas, dificultando as escolhas por aqueles que melhor deverão representar o bem-estar. Quando falamos em áreas protegidas, falamos na existência de ordenamento do território apropriado, quando falamos em habitações, também falamos em ordenamento do território apropriado, etc. Assumidamente, o ordenamento do território surge como uma variável determinante para o bem-estar das populações. Contudo, a diversidade de formas como pode apresentar-se, obriga-nos a encontrar uma variável que, enquadrada nesta e não conflituando com as variáveis já

escolhidas e identificadas, nos permita avaliar o nível de cuidado e preocupação com a ocupação urbana, das comunidades. Assim, entendemos que a existência de *planos de urbanização* (ou equivalente), é um sinal evidente de preocupação das entidades governativas pelo bem-estar das populações, que naturalmente se reverterá também em benefício dos turistas[59] (os estudos são claros, pois o planeamento nas suas diversas vertentes, assume um papel fundamental para a "sustentabilidade do turismo sustentável"). Essas preocupações manifestam-se em várias frentes, podendo estar centradas em preservações de áreas mais litorais (Phillips and Jones, 2006)[60], como por exemplo nos refere Stead (2005) quando sugere que deverá haver, no futuro, um compromisso entre os recursos humanos e os recursos marinhos, como de natureza mais terrestre, como refere Piga (2003), ao sugerir que, para o planeamento territorial, o desenho ambiental e o uso da terra são factores cruciais que criam e sustentam a vantagem competitividade de um destino turístico (*resort*). Este autor sublinha ainda que, desta forma, podemos identificar que as seguintes variáveis possuem um papel central na estratégia pública de um turismo sustentável: planeamento territorial, regulamentação de construção, previsão de infra-estruturas, incentivos e desincentivos fiscais, etiquetas ecológicas, avaliação e gestão da capacidade de carga e informação e educação dos turistas. Claramente que as questões da higiene e segurança dos locais deverão estar contempladas nesses planos. Deve-se, também, atender às mudanças climatéricas e consequente erosão a ela associada. Os factores que influenciam a sustentabilidade dos espaços são de âmbito social, económico, institucional, biofísico e legal. Com a percepção do turista sobre as infra-estruturas e estruturas turísticas, os *resorts* (destinos), podem ser afectados por muitos anos. Por exemplo, as zonas costeiras são um recurso paisagístico, quer para os residentes quer para os visitantes, devendo-se por isso assegurar o controlo da erosão, a protecção física e uma efectiva implementação do planeamento urbano (Phillips and Jones, 2006). Assim,

[59] (Fallon and Schofield, 2006) Referem que o ordenamento pressupõe a existência de sinalética, sendo este um elemento básico para o turismo.

[60] Estes autores referem que as praias são o maior factor do mercado turístico, pois julga-se, que no ano de 2020, ¾ da população mundial viverá, no máximo, a 60 Km da costa. Sendo assim, a procura pelo lazer proporcionado pela costa e pelas estruturas turísticas irá aumentar.

> usando um processo cíclico de reconhecimento de problemas, planeamento, implementação e monitorização apropriados, podemos desenvolver uma correcta gestão da erosão da costa. Segundo Cooper and Jackson (1989) (in Lundtorp and Wanhill, 2001) as quatro questões políticas importantes para os destinos são: regulamentação de planos, investimentos públicos, desenvolvimento de parcerias e incentivos financeiros, as quais podem ser locais ou nacionais. Desta forma, o indicador escolhido para avaliar esta variável é a área geográfica coberta com os planos de urbanização, pois entendemos que, quanto maior for essa área, mais ordenado está o espaço abrangido em termos urbanos. Esta variável, garante as dimensões ambiental, económica e sociocultural, através das regras de ordenamento, da valorização dos espaços e da valorização histórico-cultural, respectivamente. Por outro lado, quanto mais agradáveis forem os arranjos urbanos, maior a probabilidade de prolongamento das estadias.

Como se verifica, optámos por variáveis cujo efeito é tanto mais positivo quanto maior forem os seus valores, e que recolhem consensos quanto à sua importância para a "sustentabilidade do desenvolvimento turístico sustentável" de um destino. Todas as variáveis escolhidas para representarem as "condições turísticas", para além de conterem o aspecto quantitativo, possuem uma componente qualitativa forte, através da natureza de sua classificação. Ou seja, a "área protegida" representa a qualidade do espaço envolvente; o "património histórico classificado" representa a qualidade do património existente; o "alojamento de 4 ou mais estrelas" representa a qualidade do parque hoteleiro; as "actividades de animação" representam a qualidade dos eventos internacionais promovidos; a "assistência médica" representa a qualidade dos serviços de saúde; o "parque habitacional" representa a qualidade das habitações da população residente; o "policiamento" representa a qualidade no sistema de segurança; as "acessibilidades internas" representam a qualidade das vias rodoviárias; a "formação dos recursos humanos" representa a qualidade do serviço turístico; a "informação e comunicação" representa a qualidade dos sistemas de informação e comunicação e os "planos de urbanização" representam a qualidade dos espaços urbanos.

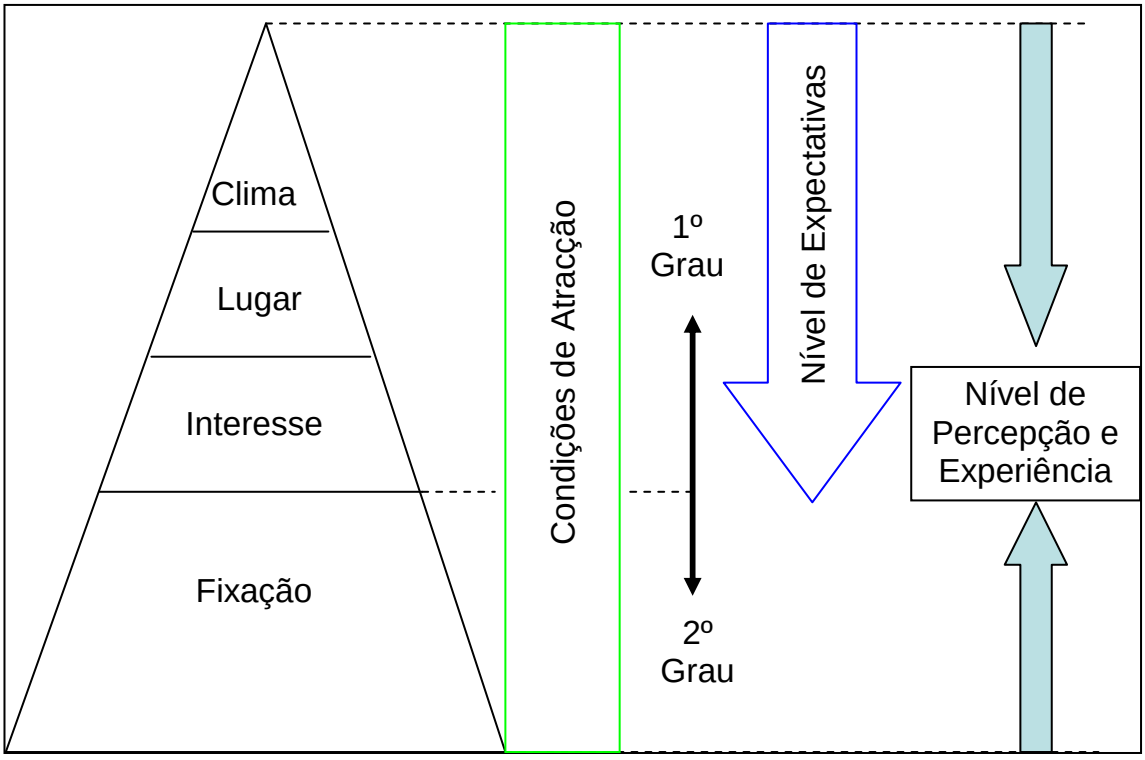
Estamos certos de que um destino onde exista uma consciência ambiental, em termos de preocupações com a *preservação da natureza*; consciência patrimonial com a implementação de mecanismos de preservação do *património histórico*; *alojamentos turísticos* abundantes de 4 e mais estrelas; *actividades de diversão* de âmbito internacional, mas devidamente controladas (sob horários e locais apropriados – pressuposto do ordenamento urbano); serviços de *assistência médica* garantidos; *parque habitacional* ordenado e com índices de construção e acabamento de qualidade elevada (pressuposto do ordenamento urbano e da existência de outros planos e regulamentos); *serviços de segurança* que garantam o bem-estar das populações, quaisquer que sejam; redes de transporte e *acessibilidades* com elevada cobertura; serviços de atendimento com garantia de qualidade elevado dos *recursos humanos* existentes; facilidade de *acesso à informação e comunicação*, com o recurso às novas tecnologias e a existência de *planos de urbanização* ou outros similares, dizíamos então que, neste cenário estamos certos que as populações locais e os turistas ir-se-ão sentir suficientemente confortáveis para se poder caracterizar esse destino como possuindo elevados padrões de desenvolvimento turístico.

Globalmente se, por um lado, quanto mais percepções e experiências positivas um destino proporcionar, mais atrairá e fixará turistas e população residente, sendo que isso sugere um maior nível de desenvolvimento turístico, por outro, entendemos que as condições de atracção funcionarão como motivo de impulso à viagem, enquanto que as condições de fixação acabam por motivar o prolongamento dessa viagem e as estadias. Julgamos ainda que, em termos de turismo internacional (estrangeiros), há seguramente uma hierarquia das condições diferente da do turismo doméstico, quer em termos de atracção, quer em termos de fixação, pois, considerando que a mesma condição pode assumir as duas naturezas, seguramente que não as assumirá em simultâneo. Ou seja, interessando para o nosso trabalho o turista internacional (estrangeiro), entendemos que quando procedemos às escolhas, somos levados em primeiro lugar pelas condições de atracção primárias, ou condições de 1º grau. Já anteriormente tinhamos visto que o clima assume uma forte influência na escolha do destino (aqui estamos na presença do período do ano), depois passamos para a escolha do destino em termos de lugar (cidade, campo/montanha ou litoral, interior), em seguida escolhemos o interesse da visita (património construído ou património natural), não obrigatoriamente por esta ordem. O resto do considerado assumirá a natureza de condição de fixação, em primeira instância

ou como complemento de condição de atracção (condições de atracção secundárias ou de 2º grau). Isto porque não entendemos que sejam os aspectos relacionados com o alojamento hoteleiro, urbanismo, segurança, assistência médica, comunicação, diversão, acessibilidades, habitação e recursos humanos, que determinem as escolhas dos destinos, mas, antes, funcionarão como complemento dessas mesmas escolhas e ao mesmo tempo como motivo de prolongamento das estadias, em termos de turismo internacional (estrangeiros).

Recorrendo ao processo de escolhas "multi-passos", e tal como sugerido por Gray (1970) (in Seddighi and Theocharous, 2002, p. 479), onde "(…) diferentes viagens levam a diferentes utilidades (…)", entendemos que o nível de expectativas do turista depende de cada um e pode ficar em qualquer fase do processo, numa ordem descendente. Ou seja, um turista, querendo apenas fazer praia, nem sequer colocará na sua lista de critérios os aspectos ligados ao património, ficando, por isso, apenas na escolha do lugar. Contudo, um outro turista que, querendo aliar a praia aos aspectos mais de contemplação ou históricos, terá que colocar na sua lista de critérios, os aspectos relacionados com o referido património, seja este natural ou construído. Pode, todavia, essa sequência descer ao longo da hierarquia apresentada. No entanto, entendemos que as condições de 1º Grau podem ser permutativas, dependendo dos destinos considerados e do momento de uso (condições de tempo e espaço). Contudo, será da combinação de ambas as condições que resultarão as referidas percepções e experiências. A figura 5.1 procura explicitar esta abordagem hierárquica, das condições de atracção e fixação.

**Figura 5.1** – Hierarquia das Condições de Atracção e Fixação




Fonte: Elaboração própria

Pela análise efectuada até ao momento, para os turistas de "livre escolha pelo prazer da viagem", verificamos que são as condições de 2º grau que mais determinam a qualidade de vida e bem-estar das populações locais, sendo que, como vimos anteriormente, isso se reflectirá na qualidade de vida e bem-estar dos próprios turistas. Por outro lado, e considerando que o clima seja uma variável exógena, do ponto de vista da gestão e planeamento, deverão ser as variáveis endógenas as mais importantes, logo, assumimos que o clima, sendo importante, não será determinante, numa óptica de qualidade de vida e bem-estar para as populações locais. Daí que a nossa proposta recaia mais nas variáveis de 2º grau, do que nas de primeiro. Das variáveis de 1º grau, apenas consideramos a área protegida (património natural) e o património histórico (património construído), porque estes também acabam por influenciar o próprio bem-estar das populações residentes e turistas. Em síntese, podemos apresentar um quadro com as variáveis propostas, o indicador respectivo, a unidade de medida que iremos utilizar na nossa proposta de índice e o tipo de variável considerada, dentro da nossa análise.

**Quadro 5.2** – Variáveis de Atracção e Fixação, seus indicadores e unidades de medida

| Condições de Atracção e Fixação (variáveis) | Indicadores | Unidades de Medida | Tipo |
|---|---|---|---|
| *Áreas protegidas* | Área ocupada | % | 1º grau |
| *Património histórico classificado* | Quantidade de monumentos históricos classificados pela UNESCO | Nº inteiro | 1º grau |
| *Alojamentos turísticos* | Quantidade de camas de hotéis de 4 e mais estrelas | Nº inteiro | 2º grau |
| *Actividades de diversão* | Quantidade de eventos de promoção internacional | Nº inteiro | 2º grau |
| *Assistência médica* | Quantidade de médicos existentes | Nº inteiro | 2º grau |
| *Parque habitacional* | Habitações existentes com água, saneamento e electricidade | % | 2º grau |
| *Policiamento* | Quantidade de policias de natureza pública e não militar | Nº inteiro | 2º grau |
| *Acessibilidades internas* | Quantidade de quilómetros de estrada asfaltada | Nª inteiro | 2º grau |
| *Formação dos recursos humanos* | Quantidade de recursos humanos com formação em turismo | Nº inteiro | 2º grau |
| *Informação e comunicação* | Quantidade de ligações de internet | Nº inteiro | 2º grau |
| *Planos de urbanização* | Área ocupada | % | 2º grau |

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.2 A População Residente

A população local é um elemento chave do sucesso de um destino turístico, pois a sustentabilidade do turismo depende da forma como a comunidade local se relaciona com os turistas (Kim, 2002). Essencial para apurar o nível de desenvolvimento das regiões, é a quantidade e a qualidade da população residente. O segundo aspecto acaba por estar, em parte, revelado nas variáveis (recursos humanos, assistência médica e informação e comunicação)[61] referidas anteriormente, pois quanto mais formada e

[61] Quanto menor a desigualdade na educação e longevidade, maior o desenvolvimento humano (Hicks, 1997).

informada for a população, mais educada e cívica, em princípio, ela será, apresentando dessa forma índices qualitativos mais elevados[62]. Pois, os colaboradores das organizações que pretendem ser competitivas, devem ser altamente competentes, de confiança e educados (Duffey, 1988) (in Dwyer and Kim, 2003). Quanto ao aspecto quantitativo é conveniente perceber em que termos este é entendido. A procura de qualidade de vida por parte das populações e simultaneamente o esforço para proporcionar essa mesma qualidade de vida aos turistas, como forma de os atrair, leva-nos a entender o factor população como determinante nesta análise.

Sobre este assunto, devemos atender que há, ou pode haver, diferenças entre uma população residente e uma população nativa, que podem levar a atitudes e comportamentos diferenciados. A própria questão da identidade local pode ser equacionada de acordo com as diferentes proporções existentes entre esses dois tipos de população, pois, cremos que, quanto maior e mais dinâmica for a proporção da população nativa, maior a probabilidade de se cultivar a identidade local (Alan *et al.*, 2007, p.283), apesar da migração contribuir para a reconstrução das identidades nacionais, regionais e locais (Williams and Hall, 2000). A população residente é toda aquela que mantém habitualmente a sua residência no local considerado e isso pode ter sido promovido, quer por questões de naturalidade, quer por questões de natureza profissional, podendo-se tratar, neste caso, de pessoas exteriores ao local. Pois, sabe-se que, em épocas altas, os destinos turísticos atraem mão-de-obra periférica menos formada e especializada (Mill and Morrison, 1998; Mathieson and Wall, 1982) (in Koenig-Lewis and Bischoff, 2005) e que o desenvolvimento turístico provoca mudanças demográficas através da motivação de vinda de mais pessoas, que se transformam em novos residentes (Getz, 1993). Por outro lado, a população nativa pode ou não residir no local. Esta diferença pode, em nossa opinião, explicar parte das diferentes reacções que os residentes possuem perante os visitantes.

Demonstra-se que, consoante os tipos de comunidade, assim as reacções ao turismo por parte dos residentes serão mais ou menos favoráveis (Kim, 2002). Allen *et al.* (1988) (in Kim, 2002) verificaram que, quanto mais desenvolvido for o turismo menos receptivas

[62] (NA) Apesar de considerarmos apenas a formação em turismo, na variável recursos humanos, como esta não existirá isoladamente, podemos admitir que, simultaneamente, os níveis de formação nas outras áreas possam existir e até, em alguns casos, serem também elevados.

se tornam as atitudes dos residentes perante os turistas. Portanto, isto sugere que haverá um limite no desenvolvimento turístico, pois a partir de determinado momento, deixando de receber turistas, os destinos deixam de ser turísticos. Reconhece-se o interesse da utilização dos serviços e recursos por parte dos próprios residentes, como aspecto de interesse próprio. Por outro lado, não havendo reinvestimento, a população residente pode não ficar favorável à existência de turistas, pois sentem e vêem que as suas condições físicas não melhoram com o tempo, tirando, eventualmente, na fase inicial (Getz, 1993). Contudo, nem todos os residentes são favoráveis à diminuição ou existência de baixo número de turistas (Aguiló and Rosselló, 2005). Ainda segundo estes autores, existe segmentação dos próprios residentes (*clusters*), havendo inclusivamente residentes que reconhecem a importância dos turistas na preservação do ambiente e património. Aguiló and Rosselló (2005) identificaram os seguintes tipos de residentes:

- Entusiastas;
- Prudentes;
- Ambivalentes;
- Proteccionistas;
- Conformados.

O ambiente também é importante para os locais (Butler, 2000). Tanto o macro-ambiente, como a sua dimensão de serviço, afectam a percepção da qualidade do turista (Dwyer and Kim, 2003) e a percepção da hospitalidade é um dos mais fortes factores do macro-ambiente (Canestrelli and Costa, 1991; Machlis and Burch, 1983) (in Dwyer and Kim, 2003).

A problemática dos efeitos do turismo é, de facto, uma matéria que tem estado na ordem do dia. Há estudos que apontam para o efeito negativo do turismo, no caso das regiões se encontrarem com actividades económicas, que não o turismo, acima de determinados limites (Urtasun and Gutiérrez, 2006). Daqui, parece sugerir-se que é importante haver tradição no sector para que este possa ser catalisador de desenvolvimento. Contudo, se assim for, fica por explicar como começa o processo. Por exemplo, segundo Butler (2000) os problemas ambientais são mais sentidos em comunidades densamente

povoadas (incluímos aqui a própria população residente). A maioria dos impactos e variáveis já estão identificadas. Geralmente, os residentes reconhecem os efeitos económicos positivos do desenvolvimento do turismo, mas estão preocupados com os potenciais impactos sociais e ambientais negativos, tais como o congestionamento de trânsito, o crime, as questões de segurança e a poluição (Kim, 2002), de entre outros. Contudo, Kim (2002) sugere que, quanto maior as distâncias dos lares aos locais turísticos, menor a percepção dos impactos e mais favoráveis ao turismo estarão aqueles que dependem economicamente do sector.

A teoria leva-nos a entender que as regiões densamente povoadas obrigam a esforços de investimentos em infra-estruturas e serviços que lhes garanta níveis de conforto satisfatórios. Contudo, a realidade também nos demonstra que, em regiões com pouca população, as entidades públicas e privadas, na falta do efeito de aglomeração, optam por não proceder a esses investimentos. Ou seja, estamos perante uma contradição, pois se elevada densidade populacional obriga a grandes esforços de investimento, por vezes de difícil concretização por falta de recursos, por outro lado, as regiões desertificadas em termos humanos, não possuem o princípio da aglomeração que motive a esse mesmo investimento. Perante isto, julgamos que, em termos de turismo, o indicador da densidade populacional acabará por ser pouco útil para o estudo pretendido. Nada nos indica que as regiões de maior densidade populacional atraiam mais ou menos turistas que as de menor densidade. Também neste caso, a realidade mostra-nos que os locais de maior atracção turística são, por um lado as grandes cidades, densamente povoadas e, por outro, as regiões costeiras e montanhosas, grande parte com pouca densidade populacional. Logo, julgamos que a densidade de população residente não é factor determinante na atractividade de turistas. Portanto, parece que não está provado que os turistas sejam atraídos para destinos com altas ou baixas densidades demográficas.

Cremos que, mais importante que a densidade populacional, é o nível de qualidade de vida dessas mesmas populações residentes, seja em locais mais ou menos povoados. Kim (2002) no seu estudo sobre as percepções dos residentes referentes aos impactos do turismo (económicos, sociais, culturais e ambientais) e as suas satisfações, confirma que a percepção dos residentes sobre os impactos do turismo afecta a sua qualidade de vida comunitária (confirmada, particularmente, em comunidades desenvolvidas).

Para nós, esse nível de qualidade, de acordo com a literatura existente, será mais a repartição média pela população, das diferentes condições já definidas. Kadt (1979) (in Getz, 1983) refere que os interesses das comunidades locais são provavelmente melhor servidos pelas instalações de pequena escala e dispersas, do que em escalas maiores e mais desenvolvidas (as populações locais reagem pelo contexto da envolvente).

É nossa pretensão, como resultado da análise efectuada à literatura, relacionar as condições de interesse turístico, com a população e os turistas. Logo, mais importante que saber qual a densidade populacional[63], pretendemos saber qual o efeito relativo que a quantidade de população local pode ter nas condições e nos turistas. Deste modo, a quantidade que interessa analisar é a quantidade total de população residente num destino. Pois, entendemos que, dependendo da variável "população", o "bem-estar" (médio) pode crescer, decrescer ou manter-se constante, independentemente das fases de crescimento, estabilidade ou contracção económica. As sociedades mais despertas e sensíveis à manutenção do bem-estar, acabam por implementar políticas de controlo populacional, de modo a aumentarem a probabilidade de melhoria do bem-estar (médio) das suas populações[64].

De acordo com a Teoria da Mudança Social (England and Albrecht´s, 1984) (in Kim, 2002) a Qualidade de Vida das populações residentes, inicialmente declinam, mas depois vão melhorando à medida que esses residentes se vão adaptando às novas situações.

### 5.1.3 Os Turistas

Um terceiro factor encontrado na literatura como determinante para definir o desenvolvimento turístico de um destino são os turistas, até porque, por um lado faria pouco sentido analisar uma questão com eles relacionada e não os considerar, por outro,

[63] (NA) O uso da "densidade populacional" acabaria por potenciar o desvio entre destinos de grande área e baixa população, perante outros de elevada densidade, tendo em conta que o que se pretende é avaliar a relação entre população e as condições que proporcionam a qualidade de vida. O seu uso diminui ainda mais a utilidade de análises entre grandes regiões-destino.

[64] (NA) Não discutiremos aqui a problemática das desproporcionalidades e tempo de vigência destas políticas de contenção populacional.

como diz Leiper (2007) "um completo sistema turístico compreende pelo menos um turista". Deve-se ainda considerar a procura como factor de competitividade do destino. Esta sugestão já tinha sido proposta por Dwyer *et al*. (1999) (Dwyer and Kim, 2003). A literatura permite perceber a importância do factor "turista", numa análise relacionada com o desenvolvimento. Se queremos medir o desenvolvimento turístico é necessário atender que a sua inexistência invalida tal apreciação, pois, como dizem Bansal and Eiselt (2004), lugares com poucos turistas tornam-se pouco atraentes e desejados, levando ao aborrecimento e ao abandono, por parte deles.

A importância dos turistas resulta do facto de possuírem comportamentos próprios, quer influenciados pelos destinos, quer influenciando os destinos, em particular os agentes locais que os compõem e que ou reagem, ou não agem, ou agem de forma desordenada, ou agem de forma pró-activa. Os estudos apontam também para que os próprios turistas reajam aos turistas, pois quando se defende que a partir de determinada altura começa a existir um afastamento dos turistas, relativamente a alguns destinos, esta reacção é também consequência de algum mau-estar dos turistas, pela presença de outros turistas e não apenas de reacção perante os locais. Aliás, já Plog (1973) quando referia o afastamento do turista *allocentric*, referia-se à diferente natureza deste relativamente ao turista *midcentric*.

É hoje assumido que os "turistas" podem ser classificados de acordo com o principal motivo dessa natureza. Assim, tanto podemos estar em presença de "turistas de negócio", "turistas de natureza", "turistas que visitam familiares e amigos" e "turistas estrangeiros de livre escolha pelo prazer de viagem", de entre outras possíveis classificações. No caso da nossa análise, consideraremos os "turistas de livre escolha pelo prazer de viagem", os quais, aquando das suas escolhas, possuem, normalmente, entre 3 a 5 opções para o fazer (Bill Gartner, 2008; Richard Perdue, 2008) [65].

Em síntese, podemos afirmar que a investigação efectuada por nós permite sistematizar os factores, as variáveis e os indicadores determinantes do índice de desenvolvimento de um destino turístico, da seguinte forma:

[65] (NA) Informação obtida pelos professores Bill Gartner e Richard Perdue, em troca de informações via e-mail, em Outubro de 2008.

**Quadro 5.3** – Os Factores, Variáveis e Indicadores do Índice de Desenvolvimento Turístico

| Dimensões | Económica, Ambiental e Sociocultural | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Factores | Condições de Atracção e Fixação | | | | | | | | | | | População | Turistas |
| Características | Recursos Básicos | | Serviços | | | | Governação | | | | | | |
| Áreas | Ambientais | Culturais | Acomodações | Diversões | Saúde | Habitação | Serviços Públicos | Infra-estruturas | | | Documentos Estruturais | População Residente | Turistas |
| Variáveis | Área Protegida | Património Histórico Classificado | Alojamentos Turísticos (camas) de 4 ou mais ☼ | Actividades de Diversão | Assistência Médica | Parque Habitacional | Policiamento | Acessibilidades Internas | Formação dos Recursos Humanos | Informação e Comunicação | Planos de Urbanização | | |
| Indicadores | Área Ocupada | Quantidade de monumentos históricos classificados pela UNESCO | Quantidade de camas de hotéis de 4 ou mais estrelas | Quantidade de eventos de promoção internacional | Quantidade de médicos existentes | Habitações existentes com água, saneamento e electricidade | Quantidade de polícias de natureza pública e não militar | Quantidade de quilómetros de estrada asfaltada | Quantidade de recursos humanos com formação em turismo | Quantidade de ligações de internet | Área ocupada | Quantidade de população residente | Quantidade de turistas estrangeiros |

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Johnston, 2001a)

## 5.2 O Índice de Desenvolvimento Turístico Proposto

Retomemos a passagem do trabalho de Butler (1980) quando refere que "as reacções aos turistas não se explicam pelo maior ou menor contacto entre locais e turistas, mas, antes, resulta de uma função mais complexa, que envolve as características quer dos visitados quer dos visitantes e das especificidades da área envolvida"(*The Canadian Geographer* (24), p.10). Centremo-nos então na expressão "(…) resulta de uma função mais complexa (…)". Ora, nós julgamos que já nessa altura Butler, tinha a noção que o modelo do ciclo de vida (Tourism Area Life Cycle - TALC) proposto por si, necessitava de um "*upgrading*" em termos matemáticos, que permitisse aprofundar mais o seu uso. Por outro lado, o modelo TALC apela ao reinvestimento, como forma de evitar o declínio do bem-estar em qualidade e em quantidade (Butler, 2008).

As diferentes abordagens e estudos que entretanto resultaram, com ou sem o recurso ao TALC, fizeram sobressair os factores "Condições Turísticas", "População Residente" e "Turistas", e que podemos traduzir, de acordo com a expressão de Butler, em termos de "especificidades da área envolvida", "características dos visitados" e "características dos visitantes", respectivamente. Desta forma, o índice que propomos desenvolver segue a preocupação de Butler (1980) e tenta sistematizar a evolução da curva do ciclo de vida de um destino, recorrendo a esses mesmos factores. Apesar de, tal como o modelo do ciclo de vida do produto, também o modelo do ciclo de vida de um destino turístico ter tido a comprovação do seu formato, utilizando variáveis como o número de chegadas de turistas, a taxa de crescimento, os acessos, a política governamental, os destinos concorrentes e a mudança da natureza dos gostos de consumo e cada um destes poder acelerar ou atrasar a progressão ao longo das várias fases (Butler, 1980; Hovinen, 1981) (in Toh *et al*., 2001), ainda há uma forte necessidade de investigar a aplicação de um modelo de competitividade a diferentes fases de desenvolvimento de um destino, a qual tem sido, até à data, absolutamente negligenciada pelos investigadores, sendo por isso necessárias mais investigações sobre as diferentes dimensões da competitividade (Dwyer and Kim, 2003). Por outro lado, deve-se considerar a perspectiva multidimensional do modelo TALC, sendo este um processo complexo, social, económico e ambiental (Haywood; in Butler, 2006a, p.63), até porque cada fase exibe um determinado número de características de oferta e procura, que compõem o mercado turístico do destino, em determinado momento de tempo (Prideaux, 2000).

A criação de um indicador, qualquer que ele seja, servirá sempre para comparar valores e posições relativas, ora no tempo, ora entre si[66]. Neste sentido, só podemos comparar o que é comparável, isto é, na área dos destinos turísticos, só fará sentido comparar, ou se quisermos, confrontar destinos (maiores ou menores) que possuam, de uma forma geral, características semelhantes e que disputam os mesmos clientes. Por outro lado, medir uma evolução é introduzir o factor tempo nessa análise. Pois, segundo McElroy and De Albuquerque (1998) tem havido dificuldade e incompreensão dos destinos turísticos por falta de medição dos seus impactos económicos, sociais e ambientais, no tempo. Seja como for, qualquer modelo deve disponibilizar informação de modo a que os governos possam encontrar políticas alternativas para melhorar a competitividade do destino, na procura da melhoria da qualidade de vida dos seus residentes e esse modelo deve, preferencialmente, ser capaz de comparar a performance competitiva de diferentes destinos (Dwyer and Kim, 2003).

A proposta do presente estudo aponta para a criação de um índice de desenvolvimento turístico (IDT), cuja aplicabilidade assume maior interesse nos destinos[67], que por alguma razão (que não exclusivamente física) sejam concorrentes (de natureza geomorfológica, de mercado que capta, climática, histórica ou patrimonial, ou outra). Ou seja, entende-se que a obtenção do IDT resulte de um esquema inter-relacional, ou concorrencial entre diferentes destinos. Segundo Buhalis (2000), os tipos de destinos podem ser classificados como: urbano, costeiro, montanha, rural, exclusivo (único ou exótico). Julgamos que, para esse efeito, deve haver um padrão que se considere como característico dessas regiões e que lhes permita serem consideradas concorrentes. Ou, como dizem Urtasun and Gutiérrez (2006), os recursos locais podem incluir especificidades naturais do ambiente (praias, montanhas, paisagens rurais pitorescas, florestas virgens ou clima agradável), da construção do homem (valores históricos e culturais e peças artísticas e arquitectónicas), de aspectos mais práticos (preços baixos ou elevado nível de instalações turísticas) ou ainda uma combinação das anteriores. Por exemplo, já anteriormente vimos que as características climáticas podem padronizar os destinos. A este propósito, Martín (2005) refere que o tempo deve ser entendido como o

[66] A importância da posição relativa entre diferentes entidades já era entendida por Adam Smith (1776, p.91 da tradução da Riqueza das Nações, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1987) ao referir: "(…) as necessidades de um camponês excede a de muitos reis africanos (…)".

[67] (NA) Relembremos que, no nosso caso, se trata de destinos para "turistas de livre escolha pelo prazer de viagem".

estado da atmosfera num determinado lugar e momento, e clima é a condição que prevalece na atmosfera durante um longo período de tempo. Por outro lado, para que o planeamento seja mais eficaz deve considerar-se o clima e o tempo não em termos gerais mas, antes, de forma mais específica e para as diferentes facetas do turismo, como sejam, a atractividade do destino, a sazonalidade das actividades, os riscos climáticos, etc. (Martín, 2005). A ideia de padrão característico é também entendida por Formica and Uysal (2006) quando referem que as regiões turísticas concorrentes não possuem diferenças significativas em termos de recursos disponíveis e actual percepção desses recursos.

A assunção da necessidade de uma inter-relação regional para apurar o nível de desenvolvimento de uma dessas regiões consideradas já era apontada como necessária por Butler (1980), ao referir que "a utilidade para o planeamento e gestão dos recursos turísticos são discutidos à luz de um declínio contínuo, da qualidade ambiental e da atractividade de muitas áreas turísticas"[68]. Ou seja, assume que a evolução de uns destinos deve ser analisada à luz de outros. Também Haywood (1991) (in Lundtorp and Wanhill, 2001) reforça esta ideia ao dizer que "a concorrência de outros destinos é um factor crítico para a curva". Esta realidade é tanto mais constatada por Papatheodorou (2004) referindo-se que a existência de assimetrias entre *resorts* é o resultado natural de uma auto-regulação de uma região. Por outras palavras, sugere que as diferenças entre regiões são normais e resultam de diferentes ritmos evolutivos entre eles. Este mesmo autor sublinha o facto de, no longo prazo, as periferias acabarem por passar a centros, surgindo depois novas periferias, sendo que este processo pode continuar por largos períodos de tempo.

Outra razão que leva a considerar o interesse de se proceder em termos de análise de posicionamento de grupo de destinos, resulta de uma deficiência do Índice de Desenvolvimento Humano (HDI), proposto pelas Nações Unidas[69]. Tal como é sublinhado por Despotis (2005), o HDI ao limitar cada indicador[70] cria, por um lado,

[68] (NA) O sublinhado é nosso.
[69] (in Davies and Quinlivan, 2006) Amartya Sen em 2004 referiu que o HDI é a medida mais aceite para comparar o bem-estar internacional.
[70] (in Despotis, 2005) Os limites são:

- Esperança de vida: máx. de 85 anos e mín. de 25 anos;
- Literacia de adultos e escolaridade: máx. de 100% e mín. de 0%;
- PIB per capita: máx. de 40.000 USD e mín. de 100 USD.

zonas de exclusão, por outro, ao considerar a heterogeneidade dos países em simultâneo, obriga à utilização de um mecanismo de "achatamento", em particular da componente rendimento[71], para que os desfasamentos não sejam muito acentuados. Ora, para o nosso estudo, não faz sentido deixar destinos de fora, desde que sejam destinos turísticos e, por outro lado, não faz sentido que se proceda à comparação de todos os destinos em simultâneo, pelas razões já apontadas e, particularmente, devido às grandes diferenças de enquadramento geomorfológico, climáticas e patrimoniais, existentes entre os destinos. Isto reforça a necessidade de se proceder à aplicação do índice a grupos de destinos, resultando daqui o respectivo posicionamento relativo. Mais, um destino pode apresentar um elevado índice de desenvolvimento turístico se comparado com outros, mas mudando de concorrentes, pode perder essa posição relativa. Portanto, o uso do IDT deverá ser sempre relativizado e devidamente enquadrado.

Por outro lado, numa perspectiva comportamental, a natureza das interacções entre a procura e a oferta sugere que as pessoas que viajam ou participam em actividades de turismo são empurradas (*push*) ou puxadas (*pull*) pelas motivações dos viajantes ou pelos atributos dos destinos (Formica and Uysal, 2006). A revisão da literatura mostrou que a atractividade dos destinos é função de recursos básicos, da procura (os que são atraídos) (Formica and Uysal, 2006) e da população residente. Considerando que existe um elevado número de factores de preço e de não preço que influenciam a competitividade de um destino, torna-se necessário desenvolver indicadores que reflectem essa influência (Dwyer and Kim, 2003), transparecendo o nível das condições existentes.

Para Nyberg (1995) (in Formica and Uysal, 2006), devem ser consideradas nas abordagens da oferta e da procura do sistema turístico os visitantes, os destinos e as relações entre ambos, sendo que isso inclui uma definição de atractividade. Contudo, os conhecimentos actuais sobre a atractividade do turismo sugerem que nas diferentes escolas os investigadores e praticantes, não se preocupam com a investigação do conceito teórico de atractividade, mas antes com a possibilidade de se encontrar um método universal para a medir. Desta forma, sugerimos que a melhor forma de medir a

[71] (in Despotis, 2005) Para o rendimento aplica-se uma transformação logarítmica dos valores mais altos.

atractividade de um destino será medindo o número de turistas que chegam a esses destinos, até porque a atractividade a eles se refere, em termos de turismo.

Poucos estudos têm sido efectuados sobre a análise simultânea de mudanças nos turistas e nas áreas de destino visitadas. Torna-se aparente que analisar as mudanças no turismo pelos seus elementos (turistas, infra-estruturas e lugares) se deve fazer, não só em conjunto, mas também num contexto do seu ambiente global, ou seja, não se trata de uma simples soma das partes, mas antes de algo superior. Só desta forma pode a evolução do turismo e as suas consequências serem melhor entendidas. O turismo deve ser colocado num contexto mais abrangente (Butler and Wall, 1985). Pois, para analisar a importância do turismo é necessário ir para além dos números de chegadas e despesas dos turistas (Oppermann, 1992).

Modelar um sistema, é uma tentativa de reduzir a sua complexidade e torná-lo entendível e compreensível (Getz, 1983). Ao longo dos tempos foram surgindo índices associados ao turismo, no sentido de melhorar a sua medição e a sua avaliação:

- Índice de Defert (Defert, 1954);
- Intensidade Turística (Eriksen, 1968);
- Índice de Irritação Turística ("irridex") (Doxey, 1976)[72] (in Wall, 1982);
- Índice de Concentração (Vielhaber, 1986);
- Índice de Capital de Cidade (Mergard, 1986) (in Oppermann, 1992).

Contudo, segundo Oppermann (1992), a maioria destes indicadores compara regiões ou cidades relativamente à importância do turismo para a economia, confrontando o turismo com a população residente. O turismo é medido, ora pela oferta (acomodações), ora pela procura (chegadas de turistas ou pernoita) (Oppermann, 1992). Segundo o mesmo autor, há ainda um outro conjunto de índices que compara a posição de um destino turístico com outros:

- O Rácio do Melhor Destino (Leiper, 1989);
- Índice de Viagem (Pearce and Elliott, 1983).

[72] Doxey (1976) (in Wall, 1982) procurou classificar as comunidades com base nas atitudes perante os turistas, desenvolvendo um "Índice de Irritação Turística", onde os residentes se poderiam classificar através da seguinte evolução: Euforia; Apatia; Irritação; Antagonismo; Destruição da relação.

Ainda há os que procuram os dois efeitos anteriores:

- Índice de Dispersão do Viajante (Oppermann, 1992) – este pode ser usado como forma de classificar a tipologia dos turistas, através de uma escala que vai de "inactivo" até "muito activo" (em termos comportamentais). Por outro lado, pode também ser usado como ferramenta de segmentação de mercado:
    - Foi possível identificar quatro tipos de turistas de acordo com as seguintes variáveis: tempo de estadia, pernoita, tipo de alojamento, transporte utilizado e forma de organização da viagem:
        - Inactivo;
        - Pouco Activo;
        - Activo;
        - Muito Activo.

É entendido que a medida mais comum para medir o impacto sociocultural é o rácio de visitantes sobre a população. Contudo, segundo McElroy (2002), o indicador mais rigoroso é o Rácio de Penetração Turística (RPT):

$$RPT = \frac{\text{visitantes} \times \text{tempo médio de estadia}}{\text{população residente} \times 365}$$

O Índice de Penetração Turística (IPT) utiliza uma medida semelhante (McElroy and De Albuquerque, 1998):

- Visitantes (incluindo os excursionistas e passageiros de cruzeiros), numa escala para 1.000 habitantes. Este pode ser considerado como uma medida aproximada de "irritação" dos locais ou de pressão sociocultural;
- Número de quartos de hotel por $Km^2$. Como medida aproximada de fragilidade ecológica (considerando a pressão urbanística dos lugares).

Verificamos que o IPT segue o mesmo princípio de cálculo que o Índice de Desenvolvimento Humano (HDI), o qual é aplicado a *j* destinos para efeitos de comparação entre eles (valendo como escala, os valores dos destinos com valores mais altos):

$$IPT_T = \sum IPT_i$$

e,

$$IPT_i = \left( \frac{X_i - X_m}{X_M - X_m} \right)$$

Perante estes considerandos, é necessário verificar como conjugar os factores numa fórmula matemática que permita a sua utilização e análise. Sobre este assunto Angrist *et al*. (1976), referido em Carley (1981) (in Miller, 2001), observou que "se nós temos nas nossas vidas, *inputs* físicos e psicológicos, então é axiomática a medição de ambos para determinar a qualidade de vida". O índice proposto envolve aspectos físicos, através das condições, população e turistas, mas também aspectos psicológicos, através das percepções e comportamentos das populações e dos turistas. Consequentemente, sairá da combinação destes uma aproximação quantitativa de qualidade de vida para os turistas.

Tal como Jafari (1982) (in Pyo *et al*., 1991), também nós dividimos a oferta turística em três elementos:

- Orientada para o turista;
- Orientada para o residente;
- Condições turísticas.

Estes elementos terão, obrigatoriamente, que se cruzar com a procura e as suas especificidades (Prideaux, 2000). Conjuntamente, produzem a experiência turística e podem ser experimentados simultaneamente e no mesmo contexto (Pyo *et al*., 1991) e proporcionam as percepções. Por outro lado, os elementos que compõem a oferta turística não são mutuamente exclusivos, mas sim complementares (Formica and Uysal, 2006), pois, parece lógico, existir uma relação causal entre a qualidade da performance da oferta turística, nível de satisfação do consumidor e o sucesso da organização (Baker and Crompton, 2000). Contudo, o último elemento referido pode ser comum, único ou de prolongamento de estadias (Seddighi and Theochaurous, 2002, p.479).

Tal como McElroy and De Albuquerque (1998) que optaram por desenvolver um índice de penetração turística com três sub-índices conectados que medissem a penetração

económica, sociocultural e ambiental, nós optámos por desenvolver um índice de desenvolvimento turístico com variáveis relativas às dimensões económica, sociocultural e ambiental, e também de simples construção e assente em três sub-índices, conectados e que medissem:

a) A *distribuição média pela população residente das condições turísticas existentes no destino (nível médio de bem-estar da população do destino);*
b) A *distribuição média pela população residente, do total das condições turísticas existentes no total dos destinos considerados (nível médio de bem-estar dos destinos globalmente considerados);*
c) *O peso dos turistas de um destino, no total dos turistas dos destinos considerados (quota de mercado de turistas).*

Já Adam Smith (1987, p.69) se referia à importância da distribuição das condições pela população, como forma de verificar o nível de riqueza de uma região, quando dizia que: "Consoante a produção, ou aquilo que é adquirido, se apresente em maior ou menor proporção relativamente ao número daqueles que a vão consumir, a nação estará melhor ou pior fornecida de todos aqueles bens necessários à vida e ao conforto (…)".

Pelo que ficou dito, consideramos que o indicador a utilizar é função da população residente, dos turistas e das condições turísticas do destino:

$$IDT = f(P, T, D)$$

Onde (P) é a população residente, (T) os turistas e (D) o destino que é identificado pelas "condições turísticas" e consequentemente, pelo conjunto de variáveis, descritas anteriormente. Da literatura existente, e tratando-se de uma relação de atracção entre os factores considerados, sugerimos o uso de um modelo gravitacional (Archer, 1987), onde um factor é directamente proporcional a outro e inversamente proporcional a um terceiro. Já Reilly (1931) (in Brooks *et al*., 2008) referia que a atractividade espacial, pode ser estudada com modelos gravitacionais. Numa óptica de sustentabilidade, já verificámos que é importante atribuir pesos iguais às variáveis consideradas (mas em graus diferentes), isto é, todas as variáveis deverão influenciar o índice proposto de

igual forma, sendo que cada uma delas possui escalas de dados diferentes entre si. Por essa razão, introduzimos a relação $1/n$ na expressão, junto à componente das variáveis das condições turísticas. Desta forma, garantimos igual importância para cada uma das 11 variáveis das "condições turísticas".

Para desenvolvermos o nosso raciocínio, considerando a existência de um contexto concorrencial e consequente posicionamento relativo dos destinos, deve-se medir o peso (*a*) *da distribuição média das condições turísticas, pela população residente no destino*, sobre (*b*) *a distribuição média do total das condições turísticas, pela população residente no total dos destinos considerados*. Este quociente dar-nos-á a importância de um destino no total dos destinos considerados, no que às condições diz respeito (tipo quota de mercado *percapita* das condições turísticas, ou nível médio de bem-estar). Tratando-se de um índice de turismo, devemos ponderar esse resultado pelo (*c*) *peso dos turistas de um destino, no total dos turistas dos destinos considerados (quota de mercado dos turistas).* Podemos assim sistematizar a nossa proposta de Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT) de um destino, da seguinte forma:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} \left( \frac{\frac{D_{ijt}}{P_{jt}}}{\frac{D_{iTt}}{P_{Tt}}} \right) \times \left( \frac{T_{jt}}{T_{Tt}} \right) \qquad (1)$$

Onde:

$D_{ijt}$ = Variáveis (i) do destino j, no momento t;

$P_{jt}$ = População do destino j, no momento t;

$T_{jt}$ = Turistas do destino j, no momento t;

n = Quantidade de variáveis das condições turísticas do destino (11 variáveis);

t = Momento de tempo considerado (1 ano ou períodos maiores)[73];

$D_{iTt} = \sum_{j=1}^{w} D_{ijt}$ , é o total do valor da variável *i* de todos os destinos *j*, no momento t;

$P_{Tt} = \sum_{j=i}^{w} P_{jt}$ , é o total de população dos destinos considerados, no momento t;

$T_{Tt} = \sum_{j=1}^{w} T_{jt}$ , é o total de turistas dos destinos considerados, no momento t;

w = Quantidade de destinos considerados em cada análise.

Sendo que:

A alínea *a*) referida na página 256 está identificada por $\frac{D_{ijt}}{P_{jt}}$

A alínea *b*) referida na página 256 está identificada por $\frac{D_{iTt}}{P_{Tt}}$

A alínea *c*) referida na página 256 está identificada por $\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}$

Cada uma das alíneas referidas permitem efectuar as seguintes análises:

a) Valor médio das condições turísticas (i) na população residente no destino: que nos mostra como se distribui pela população residente, em média, cada variável existente nesse destino e considerada para o efeito, em determinado momento. Supostamente, quanto maior forem os valores dessas variáveis, maior o nível de qualidade de vida e bem-estar dos residentes do destino considerado;

[73] Estudos de longo prazo utilizam dados de décadas. Contudo, a maioria utiliza dados anuais (Karplus and Krakover, 2004). Ainda segundo estes autores, continua a existir uma grande deficiência dos dados anuais, originando a omissão das importantes flutuações intra-anos, gerados por factores de sazonalidade. Todavia, para nós não nos interessa esse tipo de evolução pois as avaliações qualitativas apelam ao uso de dados de décadas (Karplus and Krakover, 2004). E, quando falamos de desenvolvimento, temos, obrigatoriamente, subjacente os aspectos qualitativos.

b) Valor médio do total das condições turísticas (i) na população total dos destinos considerados: que nos mostra como se distribui pela população residente no total dos destinos considerados, em média, o total de cada variável existentes nesse destino e considerado para o efeito, em determinado momento. Supostamente, quanto maior forem os valores dessas variáveis, maior o nível de qualidade de vida e bem-estar, relativos dos residentes nos destinos considerados;

c) A importância do mercado turístico (j) no total dos destinos considerados: que nos mostra a importância de cada destino em termos de capacidade de atracção de turistas, no conjunto dos destinos considerados, em determinado momento. Supostamente, quanto maior for este valor, maior o grau de atracção de um destino relativamente a outros.

É possível desenvolver a expressão (1) de modo a evidenciar a importância das condições do destino no total dos destinos considerados (tipo quota das condições de um destino no total dos destinos considerados), que por sua vez será ponderado pela relação entre a população total e a população do destino (tipo factor de multiplicação da população de um destino para cobrir o total da população de todos os destinos), cuja soma do seu produto será, por sua vez, ponderado pela quota de mercado do destino considerado, ficando:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} \left( \frac{D_{ijt}}{D_{iTt}} \times \frac{P_{Tt}}{P_{jt}} \right) \times \left( \frac{T_{jt}}{T_{Tt}} \right) \qquad (2)$$

Como se verifica, as relações obtidas indicam que o índice possui uma relação directamente proporcional à quota de mercado de turistas e à quota do destino no total das condições dos destinos considerados e inversamente proporcional à população do destino, garantindo assim a característica de um modelo gravitacional. Repare-se que, ao relativizarmos um destino através da utilização da relação entre a sua população e a população total dos destinos considerados, estamos a diluir os efeitos enviesantes da dimensão aquando das comparações, pois globalmente haverá uma proporcionalidade entre todos os destinos, no que às pessoas diz respeito. Como se constata, o elemento

qualitativo determinante deste índice é $D_{ijt}$, pois são as variáveis que permitem valorizar o destino, num determinado momento, ou seja, operacionalizar a qualidade de vida dos destinos, quer para a população residente, quer para os turistas.

Como a medição é efectuada num determinado momento (t), neste, os valores das variáveis do destino, da população e dos turistas são fixos. Deste modo, podemos desenvolver a expressão (2) de forma analítica.

Tomemos como exemplo, e a título de simplificação demonstrativa, uma situação onde se considerem "w" destinos e "n" variáveis do destino, nos seus valores absolutos e no momento zero (t = 0):

**Quadro 5.4** - Matriz de cálculo do IDT (w destinos e n variáveis do destino)

| Variáveis (Condições Turísticas) | | | População Residente | Turistas |
|---|---|---|---|---|
| $D_{11}$ | $D_{\gamma 1}$ | $D_{n1}$ | $P_1$ | $T_1$ |
| $D_{1k}$ | $D_{\gamma k}$ | $D_{nk}$ | $P_k$ | $T_k$ |
| $D_{1w}$ | $D_{\gamma w}$ | $D_{nw}$ | $P_w$ | $T_w$ |
| $\sum D_{1j_0}$ | $\sum D_{\gamma j_0}$ | $\sum D_{nj_0}$ | $\sum P_{j_0}$ | $\sum T_{j_0}$ |

Fonte: Elaboração própria

Se desenvolvermos, a título de exemplo, o destino 1, a expressão resultará no seguinte apuramento do IDT, no momento 0.

$$IDT_{1_0} = \frac{1}{n}\left( \frac{D_{11} \big/ P_1}{\sum D_{1j} \big/ \sum P_j} + \frac{D_{\gamma 1} \big/ P_1}{\sum D_{\gamma j} \big/ \sum P_j} + \frac{D_{n1} \big/ P_1}{\sum D_{nj} \big/ \sum P_j} \right)_0 \times \left( \frac{T_1}{\sum T_j} \right)_0 \qquad (3)$$

$$IDT_{1_0} = \frac{1}{n}\left(\frac{D_{11}\times\sum P_j}{\sum D_{1j}\times P_1}+\frac{D_{\gamma 1}\times\sum P_j}{\sum D_{\gamma j}\times P_1}+\frac{D_{n1}\times\sum P_j}{\sum D_{nj}\times P_1}\right)_0\times\left(\frac{T_1}{\sum T_j}\right)_0 \qquad (4)$$

$$IDT_{1_0} = \frac{1}{n}\left(\frac{D_{11}}{\sum D_{1j}}+\frac{D_{\gamma 1}}{\sum D_{\gamma j}}+\frac{D_{n1}}{\sum D_{nj}}\right)_0\times\left(\frac{\sum P_j}{P_1}\right)_0\times\left(\frac{T_1}{\sum T_j}\right)_0 \qquad (5)$$

Do apresentado, resulta a seguinte expressão:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n}\frac{1}{n}\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)\times\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)\times\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right) \qquad (6)$$

No seguimento do defendido anteriormente, julgamos que podemos enriquecer este indicador com o recurso a componentes qualitativas das variáveis consideradas, de onde podemos então traduzir $D_{ijt} = \frac{\alpha_{ijt}}{\beta_{ijt}}$, em componentes mais quantitativas e outras mais qualitativas, ficando:

$D_{ijt} = \left(\frac{\alpha_{ijt}}{\omega_{ijt}}\times\frac{\omega_{ijt}}{\beta_{ijt}}\right)$, onde uma ou mais componentes puramente quantitativas $\left(\alpha_{ijt}/\omega_{ijt}\right)$ podem ser ponderadas por uma ou mais componentes qualitativas $\left(\omega_{ijt}/\beta_{ijt}\right)$, de modo a verificar se a quantidade existente é ou não de qualidade. Ficando o $IDT_{jt}$ desta forma:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n}\frac{1}{n}\left(\frac{\left(\frac{\alpha_{ijt}}{\omega_{ijt}}\times\frac{\omega_{ijt}}{\beta_{ijt}}\right)}{\left(\frac{\alpha_{iTt}}{\omega_{iTt}}\times\frac{\omega_{iTt}}{\beta_{iTt}}\right)}\right)\times\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)\times\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right) \qquad (7)$$

Contudo, o nosso estudo não abordará esta vertente (7), pois como em nada alterará os resultados obtidos com (6), permitindo apenas enriquecer alguma informação que se julgue mais pertinente, em termos da distribuição de determinadas variáveis entre uma componente mais quantitativa e outra mais qualitativa, permitindo enriquecer a análise, de acordo com os dados disponíveis.

Se para Sagar and Najam (1998) a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (HDI)[74] deveria ser utilizado através da multiplicação das variáveis e não da simples soma, pois desta forma cada indicador pode ser substituível devendo ser essencial, para a nossa proposta, devemos utilizar a soma das variáveis das condições turísticas e a multiplicação dos factores, pois estamos a falar de elementos essenciais (factores: condições turísticas, população residente e turistas) e substituíveis (variáveis das condições turísticas). Para mais, faz todo o sentido que na ausência de algum dos factores[75] o índice fique reduzido a zero, em termos analíticos, mas essa hipótese não é assumida por nós, como veremos mais à frente. Contudo, a falta de alguma das variáveis do destino, do factor "condições turísticas", não porá em causa a análise comparativa, pois a ausência ou escassez de uma variável pode ser compensada com a abundância de outra e, dessa forma, o destino pode continuar a ser competitivo.

Julgamos que o índice proposto tanto pode ser eficaz em destinos de menor dimensão, como em destinos de grandes dimensões, desde que haja disponibilidade de dados. Pois, existem escalas de micro destinos com pesos diferentes e comparáveis entre si (Papatheodorou, 2004). Desta forma, vamos ao encontro da ideia que só através da determinação da posição do ciclo de vida se pode controlar o futuro de um destino turístico (Kim, 2002). Isto, apesar de Cooper and Jackson (1989) (in Getz, 1992) terem notado que não é possível encontrar uma medida isolada que contemple todos os

[74] (in Sagar and Najam, 1998)

$$\text{Índice da variável} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

$$\text{HDI} = \frac{1}{3}(\text{Índice de rendimento} + \text{Índice de longevidade} + \text{Índice de educação})$$

[75] (Pearce, 1990) Pode haver destinos que tenham falta de recursos que influenciam os mercados internacionais.

aspectos da evolução de um destino, ou que estabeleça com firmeza a fase em que este se encontra, no modelo do ciclo de vida, pois, a utilidade do ciclo de vida tem assentado na capacidade descritiva e análise do desenvolvimento turístico. Getz (1992) refere que há uma efectiva dificuldade em identificar cada fase do ciclo de vida de um destino. Talvez por isso Cooper and Jackson (1989) tenham concluído que as fases do ciclo de vida apenas podem ser detectadas de forma retrospectiva.

Verificamos que o uso de dados com valores absolutos não se torna apropriado para a nossa proposta, pois isso levará a que possamos ter problemas de análise e interpretação dos resultados, como veremos no ponto 5.4 deste capítulo.

Apesar de tudo isto, o índice proposto deve ser consistente com a Teoria do Modelo do Ciclo de Vida de um Destino (TALC), para que possa ser utilizado como suporte ao mesmo. Essa consistência, deve estar suportada na própria evolução esperada para as variáveis escolhidas, pois só assim, podemos garantir que o IDT obtenha valores conducentes às explicações descritivas dadas ao modelo TALC.

## 5.3 As Evoluções Esperadas das Variáveis do Índice Proposto (hipóteses gerais)

O Índice de Desenvolvimento Turístico (IDT) envolve três factores que, apesar da teoria os apontar como os mais representativos das dinâmicas de um destino, devem ainda passar por uma explicação comportamental da relação causa-efeito, para o estudo proposto. Os diferentes autores que os têm defendido nunca os apresentaram de forma integrada mas, antes, comprovam as suas importâncias em contextos ora isolados, ora aplicados ao turismo de forma descritiva e nunca como fazendo parte de uma relação matemática que permita sistematizar o modelo TALC (Tourism Area Life Cycle). Os factores identificados são transformados em variáveis[76] para que possam, então, ser utilizados nos termos propostos. Assim, tanto podemos falar das variáveis das "condições turísticas" (condições de atracção e fixação) como também considerar como variáveis a "população residente" e os "turistas".

### 5.3.1 As Condições de Atracção e de Fixação

Verificámos então que as condições turísticas, devem ser entendidas como o conjunto de variáveis atractivas aos turistas que também possam promover o prolongamento da estadia e, simultaneamente, capazes de transmitir qualidade de vida aos residentes, devendo ser encaradas com a mesma importância, pois apenas seguindo este entendimento será possível garantir a sustentabilidade do turismo sustentável. Contudo, isso não invalida que, por questões de opção, haja algumas que mereçam mais atenção que outras, em determinadas circunstâncias de tempo e espaço. As variáveis do destino escolhidas garantem uma condição essencial para a correcta análise do índice proposto, que é o facto de, quanto mais elevados forem os seus valores melhor será o seu efeito, ou seja, o aumento desses valores traduzem, sempre, melhorias na qualidade de vida das populações e turistas. Esta característica é importante, contudo, não evita que em termos relativos, mesmo perante aumentos dos valores das variáveis, possa haver perda de posição competitiva de um destino, perante aumentos ocorridos nas diferentes variáveis, dos outros destinos, no mesmo período de tempo. As variáveis escolhidas, isoladamente terão muito pouca influência no comportamento dos turistas.

[76] (NA) Como já se viu no quadro 5.3, na página 247.

*Área Protegida*

Segundo a International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN - 1994), que promove o desenvolvimento de sistemas de protecção de áreas de nações e regiões, numa óptica de sustentabilidade e preservação da biodiversidade, uma "área protegida" é: "uma área de terra e/ou mar especialmente protegida, mantendo a sua diversidade biológica e natural, associadas aos recursos culturais, gerida através de instrumentos legais ou outros" (in Sheppard, 2006). Trata-se, portanto, de um lugar geograficamente delimitado. As áreas protegidas fornecem bens e serviços ambientais que suportam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano e apresentam-se como fundamentais para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável (Sheppard, 2006).

As primeiras preocupações oficiais e formais com as áreas protegidas surgiram em 1948, com a origem da IUCN, que tem desde então procurado estabelecer regras e boas práticas de protecção de áreas (Sheppard, 2006).

Desde 1960, quando foi criada a Comissão Internacional dos Parques Nacionais (hoje designada de Comissão Mundial das Áreas Protegidas), que se estabeleceu o incremento da cooperação internacional em matéria de parques nacionais ou reservas equivalentes, entre todos os países do mundo (Sheppard, 2006). Globalmente, tem-se assistido a um aumento significativo da área protegida, passando de 1.000 áreas protegidas, em 1962, cobrindo cerca de 3% da superfície da terra, para 102.102 áreas protegidas, em 2003, cobrindo cerca de 11,5% da superfície da terra, com 18,8 milhões de $km^2$ (Sheppard, 2006). Contudo, assiste-se, ainda, a grandes deficiências na delimitação das áreas protegidas, em particular no que respeita aos ecossistemas marinhos[77], incluindo o alto mar, ecossistemas lagunares das áreas temperadas, desertos e semi-desertos (Sheppard, 2006).

Considerando que as áreas protegidas assumem um importante papel no desafio de manter um mundo sustentável, pois providenciam protecção à diversidade biológica e contribuem para determinar algumas mudanças económicas e sociais das comunidades

[77] (in Sheppard, 2006) Estima-se que as áreas protegidas marinhas apenas cobrem 0,8% da superfície do planeta Terra.

(Borrie *et al*., 1998) e mesmo admitindo que muitas das áreas protegidas não possuam as mesmas preocupações, acreditamos, até pela força dos movimentos internacionais, que tenderão a homogeneizar-se nessa matéria, para mais, quando todos fazendo parte de organizações internacionais, se sintam comprometidos a cumprir com as regras e orientações definidas em comum.

Quando uma comunidade começa a ter preocupações com a preservação do seu ecossistema é porque está globalmente sensível ao problema do ambiente e isso é revelador de desenvolvimento dessas mesmas comunidades, pois, como diz Grossman (2003) (in Davies and Quinlivan, 2006), logo que o rendimento *per capita* ultrapasse um limite, os países em desenvolvimento utilizam os rendimentos adicionais para melhorarem o seu ambiente. Entretanto, as áreas protegidas começaram a contemplar um novo paradigma, que levou a uma alteração do seu conceito, passando de "conservação e prazer pela visita", para "reestruturação e reabilitação também para proveito económico e social" (Sheppard, 2006). Isto porque as áreas protegidas passaram também a ser, apesar de tudo, boas fontes de receita e emprego para as comunidades, contribuindo assim para o crescimento das economias locais. Por outro lado, atraem turistas que, por consequência, podem promover e incentivar a criação, manutenção e melhoria das áreas protegidas (Sheppard, 2006). A própria população residente, em particular a citadina[78] aprecia as experiências de espaços abertos e áreas naturais. Por consequência, há quem comece a defender a criação de áreas protegidas urbanas, no sentido da criação e preservação de zonas de "relaxamento" e "descanso" (Sheppard, 2006).

Uma das formas de contribuir para essa mesma preservação é através da definição e delimitação de áreas protegidas, formais ou informais, porque assim as espécies nelas contidas e as suas características geomorfológicas ficarão mais salvaguardadas. O entendimento que damos ao formal ou informal consiste na existência de legislação ou regulamentação expressa nesse sentido, ou apenas os simples processos de preservação e manutenção por iniciativa própria e sem a obrigatoriedade legal ou regulamentar para

[78] (in Sheppard, 2006) Calcula-se que cerca de 50% da população mundial viva em cidades e que essa percentagem passe para 60% em 2030 e que cresça ainda mais a partir de então.

o fazer, mas tão só pelo prazer ou necessidade operacional do seu cumprimento[79]. A imposição de regras (legislação e regulamentos) contribui para preservar alguns ambientes (exemplo da caça e da pesca), permitindo definir épocas de repouso e reposição de stocks das espécies (Butler, 2000).

Tendencialmente as pessoas gostam mais de estar integradas em ambientes preservados e bem tratados que em ambientes degradados. Isto aplica-se quer aos residentes, em geral, quer aos turistas, em particular. Muito do turismo internacional (estrangeiros), procura destinos pela sua beleza paisagística (Pearce, 1990). Segundo Borrie *et al.* (1998), em termos de turismo, a preservação da biodiversidade de espécies indígenas e endémicas é colocada em termos de capacidade de carga da seguinte forma: Quantos são demais? Mas, deveria ser antes colocada da seguinte forma: Quais as condições aceitáveis e apropriadas para os visitantes e como as podemos alcançar?

A existência de "áreas protegidas" pressupõe a sua gestão e consequente preocupação na sua utilização. Cada vez mais, há comunidades a clamarem o interesse na gestão das suas áreas protegidas (Borrie *et al.*, 1998). Como os seus dois objectivos, da preservação e uso, estão normalmente em confronto sobre qual deve ser prioritário (Borrie *et al.*, 1998), mais premente se torna a criação de normas apropriadas, particularmente em relação ao uso e às práticas de preservação.

Um dos princípios de gestão das áreas protegidas é a definição de objectivos, os quais derivam ora de legislação, ora de orientações político-administrativas, ou ainda de especificidades da área (Borrie *et al.*, 1998). Pois, supostamente, existindo áreas protegidas haverá o cuidado de usar ferramentas técnico-científicas que permitam avaliar e medir o grau de *stress* de algumas espécies endémicas (Gurnewald and Schubert, 2007)[80], existentes nessas áreas protegidas, como forma de as controlar e recolher informação para a gestão. Contudo, nem sempre a definição das suas fronteiras garante a protecção dos seus valores e riquezas (Borrie *et al.*, 1998) até porque os

[79] (NA) Considerando-se, a título de exemplo, a intervenção em áreas que, não estando abrangidas quer por legislação, quer por regulamentação própria, possuem, contudo, o hábito e a prática pela manutenção e preservação da sua biodiversidade.

[80] Segundo Gurnewald and Schubert (2007) as duas componentes da densidade ecológicas são: riqueza de espécies; abundância relativa dessas espécies.

visitantes que causam impactos negativos no ambiente natural, muitas vezes são os mais entusiastas defensores da conservação dos ambientes que visitam (Butler, 2000).

Por outro lado, não nos parece razoável que se estabeleça áreas protegidas sem afectá-las com as respectivas equipas de gestão, pois os políticos têm mais em que pensar, do que gerir esses espaços. Ou seja, entendemos que a existência de áreas protegidas é consequência de políticas responsáveis e reconhecem a importância social, económica, cultural e ambiental de tal opção. É neste sentido que consideramos as áreas protegidas como elemento caracterizador e indicador dessas preocupações, para mais, quando as receitas proporcionadas pela sua atracção permitem rendas adicionais às comunidades locais e incentivam a sua continuada protecção. O planeamento e gestão dos recursos naturais em geral e a gestão das áreas protegidas em particular, ocorrem em contextos altamente politizados (Borrie *et al*., 1998).

Ora, como o conceito de bem-estar está associado ao de desenvolvimento (Pigou, 1920) (in Pandey *et al*., 2006), julgamos que quanto maior a área protegida existente, em termos relativos[81], maior o grau de desenvolvimento desse espaço ou destino. Esta variável é tanto mais pertinente quanto existam países e regiões que ainda as consideram como barreiras ao desenvolvimento. Por outro lado, esta variável está associada ao património paisagístico e a importância desta é bem revelada aquando da realização de feiras promocionais de regiões turísticas, pois, de uma maneira geral, todas procuram mostrar a sua riqueza, diversidade e exotismo paisagístico, como pólo de atracção.

Contudo, não devemos esquecer que, raramente o turismo é o único uso da área e não será, seguramente, o único uso humano de uma área e, consequentemente, o turismo não pode ser considerado como causa única dos males ambientais (Butler, 2000). Por isso, imputar ao turismo a responsabilidade dos impactos ecológicos negativos é ignorar que os turistas são pessoas vulgares, que num determinado momento exercem um comportamento turístico e que, pelo contrário, cabe ao turismo, diga-se turistas, muitas

[81] (NA) A relatividade da sua aplicação refere-se à percentagem da área total do destino que está protegido. Pois, como quanto maior a área, maior a atracção (estudo de Smith, K.A., Tese de Mestrado, Agosto 2007, Universidade de Geórgia, USA), optou-se por utilizar no presente trabalho, as áreas protegidas em percentagem da área total do destino considerado.

acções de sensibilização e práticas de preservação e manutenção dos espaços. Mais importante do que imputar e encontrar responsáveis pelos impactos negativos nos espaços, é encontrar soluções de práticas e comportamentos que promovam a preservação dos ambientes, em sã harmonia com a presença humana.

Entendemos que a degradação destes espaços resultam, em primeira instância, do seu uso abusivo, por parte das populações, residentes ou visitantes, mas essa mesma degradação levará ao afastamento dos visitantes, no tempo. Por outro lado, a valorização e preservação desses espaços, serão consequência do nível de desenvolvimento da população que com ela conviva, levando ao aumento de visitantes, no tempo. Assume um papel importante na atracção de turistas estrangeiros.

*Património Histórico Classificado*

A existência de património histórico traduz uma riqueza cultural, sentido de pertença[82] e um elevado potencial de atracção de turistas, particularmente nas cidades. Ora, quanto mais preservado e sinalizado se encontrar esse património, melhor se sentirá a população local e mais agradados ficarão os turistas. Julgamos que uma das formas possíveis de avaliar essa preocupação será através da classificação desse património (para nós e de acordo com o explicitado anteriormente, a classificação da UNESCO, parece-nos a mais apropriada). Assim, quanto mais património histórico estiver classificado[83], supostamente, melhor preservado estará e mais valorizada ficará a cultura dessa população, revelando um nível de desenvolvimento relativamente superior a quem não o faça. Por outro lado, permitirá ainda, através de mecanismos de promoção e divulgação, atrair mais turistas para esses destinos. Também é vulgar encontrarmos a promoção do património histórico dos destinos, como meio de atrair novos turistas. Trata-se, portanto, de um interesse para o visitante. Contudo, pode também acontecer que as entidades públicas ou privadas responsáveis por esse património, sejam tentadas

[82] (NA) No preâmbulo do relatório final da Convenção de Paris de 1972, da UNESCO sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, está referido que "(…) a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo."

[83] (NA) A UNESCO emite de dois em dois anos uma lista do "património mundial" que considera ter "um valor universal excepcional" (nº 2, artº 11º, da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, reunida em Paris, de 23 de Novembro de 1972).

a destruir, a desinvestir ou a diminuir o ritmo de preservação e manutenção desses espaços, quer pela escassez de recursos financeiros e humanos, quer por simples opção de natureza mais política. Isto significa que esta variável, se estiver bem preservada e for bem promovida, catalisa a chegada de novos turistas e promove as visitas repetidas, mas, se se apresentar degradada ou se for desconhecida, acaba por inibir esses mesmos turistas. Assume um papel importante na atracção de turistas estrangeiros.

*Alojamentos Turísticos*

Se há variável determinante para a fixação dos turistas, incluindo estrangeiros, num destino, essa variável é a capacidade de alojamento desse lugar. Para o efeito, e tratando-se de apurar níveis de desenvolvimento associados a comportamentos sustentáveis, julgamos possível garantir essa preocupação, considerando a existência de unidades turísticas de nível médio/alto, ou seja, com classificação igual ou superior a 4 estrelas. Pois, as instalações de alojamento turístico de 4 e mais estrelas são as mais dinâmicas e inovadoras. Estas, em regra, estão certificadas pelas normas ISO, ou outras de outros regimes, garantindo a qualidade de serviço e as preocupações ambientais (Claver-Cortés *et al*., 2007). Um estudo de Israeli (2002) (in Fernández and Bedia, 2004) demonstrou que o sistema de classificação dos hotéis é um bom indicador de preço e de qualidade. Por outro lado, os hotéis de 4 e 5 estrelas transmitem elevadas expectativas e percepções (Fernández and Bedia, 2004), pois, considera-se que os clientes dos hotéis de categoria mais elevada são mais exigentes (Fernández and Bedia, 2004) e, uma clientela mais exigente é, supostamente, também mais sensível às questões de sustentabilidade (Butler, 2008).

Para esse nível de unidades turísticas, a qualidade das construções de suporte e infra-estruturais são elevadas e supostamente têm associadas preocupações de preservação da área envolvente. A consideração de 4 estrelas como limite mínimo desta variável resulta do facto dos estudos indicarem que, globalmente, os hotéis de 3 estrelas são os que apresentam menor qualidade, em termos de expectativas e percepções (Fernández and Badia, 2004). A definição de "qualidade" está associado ao de "satisfação do cliente" em termos de expectativas e necessidades (Parasuraman, Zeithaml and Berry, 1985) (in Fernández and Bedia, 2004) e, consequentemente, não será possível reconhecer

qualidade apenas pelo luxo, mas sim em termos do que o cliente procura. Considerando-se o comportamento do turista, defendemos que o mesmo deve estar dissociado do estatuto socioeconómico, pelo menos até determinado nível. Os estratos sociais mais esclarecidos, supostamente os de maior rendimento (por lhes estar facilitado o acesso à informação) estarão maioritariamente mais sensíveis à problemática dos comportamentos sustentáveis e, julgamos, que o recurso às instalações de nível igual ou superior a 4 estrelas, nos possa abranger, com grande aproximação, ao potencial de fixação de turistas desse nível, contribuindo assim para aumentar o nível de desenvolvimento turístico do destino. O alojamento em campismo, ou de natureza semelhante e de instalações turísticas, de nível igual ou inferior a 3 estrelas, não é considerado, por entendermos que abrange maioritariamente um mercado de turistas de menor capacidade económica e, consequentemente, menos esclarecidos e ou informados. Portanto, mais importante que a quantidade de oferta interessa a qualidade dessa mesma oferta. Associada a esta questão, parece haver uma contradição óbvia na maioria das estratégias de desenvolvimento turístico, pois frequentemente "pretende-se captar e fixar os turistas de "elite", por se considerar serem os de maior capacidade financeira, mas não é levado em conta, a existência de instalações hoteleiras apropriadas", quando tal se torna mais difícil nas fases iniciais do ciclo de vida.

Por outro lado, as segundas habitações (temporárias ou permanentes) podem levar a que as relações entre os locais e os migrantes não sejam sustentáveis no longo prazo (Flynn and Marsden, 1995) (in Williams and Hall, 2000). Da mesma forma que, supostamente, o "turismo de massas" pode levar ao declínio turístico de um destino, questiona-se se o "turismo residencial" (segundas habitações: temporárias ou permanentes) não afectará substancialmente a demografia e o estilo de vida das populações locais (Williams and Hall, 2000). Como o sistema das segundas habitações está, em regra, dissociado do serviço correspondente, não o consideraremos para a nossa análise. Por outro lado, o recurso ao número de camas das unidades hoteleiras, de 4 ou mais estrelas, e não o número das instalações propriamente ditas, dá-nos uma melhor leitura para o efeito pretendido, relativamente à posição competitiva dos destinos, pois refere-se mais à sua efectiva capacidade física de retenção e não tanto à quantidade de espaços de alojamento, pois uma grande unidade pode possuir mais camas que algumas pequenas unidades juntas. Por outro lado ainda, julgamos que, sempre que os investidores se apercebam de alguma variação ou alteração menos positiva no mercado de destino,

terão tendência a retrair os investimentos, diminuindo a sua qualidade, ou até mesmo a abandonar esse destino contribuindo, por esta via, para reforçar a diminuição do nível de desenvolvimento turístico desse mesmo destino. Assim, quantas mais camas destas existirem, maior a capacidade de fixação e prolongamento das estadias possui o destino, proporcionando o aumento das chegadas de mais turistas, sendo que o contrário também é verdadeiro.

*Actividades de Diversão*

Vários estudos confirmam a importância da existência de eventos, de vária natureza, desde desportivos até culturais e gastronómicos, passando por espectáculos artísticos. No fundo, actividades de diversão, como fundamentais para atrair e até fixar turistas. O turismo pode contribuir para preservar e até revitalizar as tradições culturais (Getz, 1993). Vários destinos implementam festivais e eventos para prolongar as suas épocas turísticas ou para criarem outras épocas ao longo do ano (Getz, 1991; Baum, 1998) (in Koenig-Lewis and Bischoff, 2005), no fundo o que se pretende é atrair pessoas que façam gastos nesses destinos. Se isto é assumido para os chamados turistas de cidade[84], não o é menos, para o turismo rural, pois também aqui se apreciam e valorizam diversões específicas (por exemplo: etnográficas e gastronómicas) como forma de enriquecer o conhecimento sobre as culturas indígenas. Logo, julgamos que a existência desses eventos, não só valoriza o próprio destino, até como forma de, muitas vezes, contribuírem para a preservação dessas culturas, como possuem um papel importante na atracção e fixação de turistas. Estes, se nada mais tiverem para se "divertir", para além da contemplação, ficarão, tendencialmente, menos tempo e irão reter menos experiências, levando-os à não repetição dessas viagens e, consequentemente, ao rápido esgotamento do seu mercado. As dinâmicas inerentes à criação e ao desenvolvimento

[84] Segundo Oppermann (1996) o processo de elaboração dos planos de decisão, relativamente ao "turismo de convenções", depende dos seguintes factores: Serviço; Custos; Imagem; Localização; Infra-estruturas (alojamento, transporte, sistema de comunicações, etc.). As convenções, congressos e encontros são dos mais importantes sectores (sub-sectores) do "turismo de negócios". O fenómeno tem crescido não só nas grandes cidades e capitais, mas também nas cidades de periferia, de 2º e 3º nível e até em *resorts*. Também, se reconhece que, mesmo quando os centros de congressos dão prejuízo, isso é compensado pelas despesas efectuadas nos alojamentos, transportes e alimentação (Fenich, 1992) (in Oppermann, 1996). Ainda segundo o estudo de Oppermann (1996) sobre convenções e congressos, são as seguintes as variáveis que se apresentam como as mais importantes para a escolha desse destino: Qualidade do serviço hoteleiro; Segurança; Infra-estruturas; Limpeza e atractividade do destino.

desses eventos sejam elas mais artificiais[85] ou mais genuínas, contribuirão para o enriquecimento da cultura dos turistas e dos próprios residentes. É suposto que uma comunidade que apresente muitos e variados eventos seja mais desenvolvida que as que não os possuam, ou pelo menos, não os promovam. Pois, se os festivais regionais (locais), por um lado, têm para os residentes um grande efeito de relaxamento e socialização (Backman, Backman, Uysal and Sunshine, 1995) (in Molloy, 2002), por outro lado, permitem o entretenimento e diversão, o orgulho comunitário e o aumento de turistas (Mayfield and Crompton, 1995) (in Molloy, 2002).

Por outro lado, quando as comunidades locais estão pouco sensíveis ao fenómeno turístico, ou quando esses destinos possuem ou começam a possuir deficiências de vária ordem, os próprios investidores públicos ou privados sentem-se pouco motivados a promover tais eventos, a não ser que tal esteja integrado em planos de recuperação de espaços, fortemente financiados com dinheiros públicos, pois os apoios de fundos de governos e administrações locais e regionais são baseados na suposição de que estes tenhaam impactos positivos (Molloy, 2002). Contudo, podemos também assistir à diminuição e, até, à retirada de investimentos. Por isso, a quantidade de eventos existentes num destino ou comunidade, é um bom indicador desta variável. Para o efeito proposto, consideramos os de natureza desportiva, cultural, etnográfica, gastronómica, religiosa e artística, ou seja, todos aqueles que surjam nos programas promocionais dos destinos e sejam promovido, reconhecidamente, por entidades competentes para o efeito. Entendemos que os mega-eventos possuem uma elevada capacidade de atracção e que os eventos menores ou mais localizados acabam por contribuir mais para o prolongamento das estadias. Consequentemente, quantos mais eventos existirem, maior o número de chegadas de turistas e da sua permanência.

*Assistência Médica*

A saúde tem, desde há muito, um valor fundamental para as espécies vivas e, em particular, o ser humano evoca quase sempre a existência de saúde como uma das variáveis para alcançar a felicidade e o bem-estar. As Nações Unidas também a consideram fundamental para medir o nível de desenvolvimento das nações e dos

[85] (NA) Consideramos que a criação dos parques temáticos se integra nesta vertente.

povos. É, pois, com facilidade que entendemos a importância da saúde num processo de desenvolvimento turístico. Como suporte ao nosso raciocínio, temos o bem-estar das comunidades locais e dos turistas, logo, a existência de serviços de assistência médica, funcionará como garantia à preservação da saúde dessas pessoas. Desta forma, a quantidade de médicos disponíveis numa comunidade, que podemos extrapolar em termos de horas de serviço de atendimento permanente, são, quanto a nós, um bom indicador dessa garantia. Pois, se no dia-a-dia o cidadão local se sente mais seguro sabendo que a qualquer hora se pode deslocar a um posto de atendimento médico, público ou privado, o turista também se sente mais confortável sabendo que pode usufruir de um serviço dessa natureza, pois quando o acidente ocorre, se o atendimento for inexistente ou ineficaz, a experiência vivida por este será de tal forma traumatizante que não quererá repetir a experiência proporcionada por esse destino. É suposto que, quanto mais e melhor assistência médica possuir, mais desenvolvida se encontra uma comunidade. Também aqui, maioritariamente por decisão política, estes serviços podem diminuir ou até acabar. Esta variável, possui claramente um efeito secundário nos turistas e primário nos residentes locais. Os turistas não escolhem o destino, colocando na função de escolhas esta variável como prioritária. Contudo, entendemos que, nas situações críticas, caso haja deficiência nestes serviços, isso poderá determinar a "imagem" do destino e influenciar negativamente novas chegadas.

*Parque Habitacional*

A qualidade do parque habitacional evidencia bem o grau de desenvolvimento das comunidades, pois quanto mais degradado for esse parque maiores privações passam os seus habitantes. A par da saúde, uma habitação condigna é um desejo de qualquer ser humano, independentemente dos seus padrões de vida. Para o turista, é interessante e importante poder ter uma contemplação agradável assim como também uma sensação de bem-estar e segurança, o que poderá ser alcançado com o contributo de parques habitacionais dignos. Mais, para um turista preocupado com a sustentabilidade e consciente com a condição humana, é seguramente desagradável estar em locais com comodidade, sabendo que ao seu lado as populações locais vivem em situações precárias. Para os locais, cria-se uma sensação de insatisfação e de revolta, quando estes vivem em condições muito limitadas, sabendo que ao lado estão estrangeiros e

forasteiros que usufruem de todas as comodidades. Esta combinação de sentimentos pode funcionar como um "*cocktail*" explosivo, proporcionando comportamentos de desagrado, levando à marginalidade e à criminalidade junto dos turistas, fazendo com que estes não repitam a experiência. Daí que defendamos a existência de um parque habitacional digno para os locais, como forma de garantir um nível de sã convivência entre locais e turistas, no sentido do desenvolvimento do destino enquanto destino turístico.

Como parque habitacional digno, consideramos que as habitações possuam saneamento, água potável e energia eléctrica. Quantas mais habitações com estas características existiremmelhor tratadas estarão, supostamente, as suas áreas envolventes e, consequentemente, haverá processos de tratamento dos resíduos urbanos mais eficazes, salvaguardando-se as questões da salubridade. Este facto é tanto mais determinante quanto mais sabemos que o turismo promove a entrada de imigrantes nesses destinos, para prestarem serviços mais indiferenciados, menos qualificados e mais baratos. Estes procuram, tendencialmente, habitações mais modestas e degradadas, por questões económicas. Contudo, se não houver destas, terão que se fixar nas melhores, caso queiram permanecer nesses locais. Por esta via, garantimos um nível elevado do destino, mas, para os que não conseguem permanecer, ou vão para zonas fronteiriças ao destino[86] ou, então, acabam por não se fixar, deixando assim lugar aos mais qualificados e melhor remunerados. Por este efeito conjunto, o nível de desenvolvimento do destino tenderá a melhorar. A dimensão desse efeito dependerá da dimensão do próprio destino considerado.

Apesar de tudo, também podemos estar em presença de locais onde a aposta no urbanismo não seja primordial, levando a que, nesses destinos, e por efeitos colaterais dessa opção, se instalem bolsas de população de locais e de imigrantes que cultivem fenómenos marginais de retracção e inibição de turistas. Naturalmente que, quanto mais tráfego e consumo de drogas, pedintes, vandalismo, roubo e outros tipos de criminalidade e marginalidade houver, maior será o efeito de retracção e inibição dos turistas. Ou seja, quantas mais pessoas existirem nessas condições maior o desagrado dos turistas. Contudo, julgamos que, mesmo em condições perfeitas, ou perto disso, o

[86] (NA) O raio de acção de afastamento desta zona deverá ser suficientemente grande para garantir estabilidade do destino turístico considerado.

parque habitacional pode possuir, o aumento da população residente pode degradar esse destino, em termos relativos ou comparativamente com outros, pois os recursos espaciais e financeiros disponíveis poderão tornar-se insuficientes para satisfazer muitas pessoas. Também esta variável não entrará na função de escolhas de um destino. Contudo, o seu efeito acabará por ser igual à da variável anterior.

*Policiamento*

Em matéria de segurança, são as questões de policiamento que assumem o papel de protagonista. Claramente associado à variável anterior do parque habitacional e do urbanismo em sentido mais lato, a segurança é, sem dúvida, cada vez mais uma preocupação das populações, sejam elas residentes ou visitantes. A civilização humana atravessa mais uma fase conturbada da sua existência, esta com contornos de grande incerteza, pois assistimos a fenómenos de conflito, de natureza que está para além do racional (se é que alguma vez o são).

O terrorismo, por um lado, cujas causas são resultantes meramente de mal-entendidos e intolerâncias humanas e os desastres, calamidades e acidentes graves, de causa natural e tecnológica, associados às questões de marginalidade dos grandes e médios centros urbanos, como consequência da existência de bolsas de pessoas mal formadas ou com problemas existenciais, ou da incapacidade da sociedade as conseguir absorver, são, sem dúvida, motivos suficientes para colocar de prevenção as populações que procuram uma vida de bem-estar. Ora, os destinos turísticos são um local privilegiado para potenciar algumas das situações referidas. Os estudos sobre turismo não podem negligenciar os impactos do factor segurança (Karplus and Krakover, 2004). Pois, o número de visitantes a um destino pode reduzir-se significativamente após a ocorrência de desastres naturais, actos terroristas e distúrbios civis, pois ameaçam a segurança dos viajantes (Kelly, 1993). Naturalmente que os turistas procuram, cada vez mais, destinos que lhes dêem garantias de segurança, dentro dos limites que cada um estabelece. Seja com o conhecimento de planos, supostamente, eficazes de evacuação, em situação de catástrofe, calamidade ou acidentes graves, seja em situação de prevenção e combate a comportamentos marginais e de criminalidade.

Há a ideia que a percepção do aumento do crime ameaça a contínua sustentabilidade do turismo e que, por outro lado e de um modo geral, as comunidades locais ficam mais vulneráveis ao crime, com o aumento dos turistas (Kelly, 1993). Alguns estudos citados por Pearce (1988) (in Kelly, 1993) sugerem que a segurança pessoal é um factor importante na decisão de escolha do destino de viagem. De acordo com Turner and Ash (1975) (in Kelly, 1993), o bem-estar dos turistas e a segurança dos seus bens são ameaçados pelo terrorismo, doenças, acidentes, roubos, incumprimentos das leis (em matéria de drogas, álcool e fotografias em locais reservados). De uma maneira geral, a percepção do risco provoca hesitação. Assim, a escolha do destino é influenciado pelas imagens do risco e segurança dos destinos (Wong and Yeh, 2009). Para Kelly (1993) no que respeita à relação entre as actividades criminais e o turismo, existem quatro tipos de ofensas:

- Atribuídas aos turistas;
- Procura de serviços ilegais gerados pelos turistas;
- Contra os turistas;
- Os que são consequência do crescimento e desenvolvimento, dependentes do turismo.

Está também identificado que os crimes que mais contribuem para o medo são os chamados “crimes predadores” (os que envolvem a clara intenção de ferir a integridade pessoal e material das pessoas). Estes incluem as “ofensas sociais” e “ofensas orientadas para a vítima” (Barlow, 1987) (in Kelly, 1993). Mesmo considerando que os elementos relacionados com a instabilidade política, a probabilidade de terrorismo, o crime, os sistema de transporte de emergência e socorro, a corrupção, a qualidade sanitária, as doenças, a qualidade dos serviços médicos e a disponibilidade de medicamentos, são essenciais para a segurança de um destino (Crotts, 1996) (in Dwyer and Kim, 2003), pensa-se que todas as potenciais ofensas possam ser desencorajadas e os rácios de apreensão podem ser melhorados com o aumento da presença policial nos destinos turísticos (Kelly, 1993). Os estudos sugerem que o risco do crime varia, em parte, porque a efectiva segurança das pessoas e bens, variam de lugar para lugar (Barlow, 1987) (in Kelly, 1993).

Em matéria de segurança, estaremos sempre em presença de duas ópticas: militar e civil. Uma com missão de defesa das fronteiras e soberania nacional, relativamente a forças externas, outra com uma missão de protecção de pessoas e bens, dentro das próprias fronteiras. Como entendemos que um destino beligerante não é atractivo para o turista estrangeiro, logo, preocupamo-nos mais com aqueles destinos que, podendo atrair mais turistas, necessitam de lhes dar garantias de segurança interna. Por isso, centramo-nos nas forças de segurança interna de pessoas e bens, ou seja, nas forças civis e de natureza pública, pois é uma obrigação de um Estado de Direito.

Perante isto, sugerimos que o número de polícias ou forças de segurança, civil e pública, de uma maneira geral seja um bom indicador dessa preocupação de segurança. Sabendo nós que estes elementos não representam todos os agentes associados à realidade da segurança, temos que são no imaginário de cada um de nós um garante dessa mesma segurança. Facilmente se percebe que, se a opção for pela redução no número destes efectivos, estar-se-á a contribuir para o aumento do sentimento de insegurança quer dos locais, quer dos turistas. Esta variável, entra claramente na função de escolhas do destino sendo, por isso, determinante para a permanência dos turistas.

*Acessibilidades Internas*

Segundo as estatísticas da WTO (2005) do total de viagens turísticas internacionais em 2004, 43,2% foram por via aérea e 49,1% por via terrestre, sendo que, destas, 90,2% foram por estrada. Vê-se assim a relevância destas opções de transporte como meios de acesso aos diferentes destinos considerados, pois, conjuntamente, cobrem cerca de 92,3% dos meios mais utilizados para viajar em turismo. Parece que, conduzir ou ser conduzido de carro, é uma actividade de lazer para a maioria das pessoas. A sociedade actual é dominada pela "cultura do automóvel" (Speakman, 2005). Estes números referem-se apenas a uma das componentes do transporte turístico, a dos acessos aos destinos, ou seja, os fluxos "de fora para dentro". Contudo, há que considerar a existência da outra componente do transporte turístico, a da mobilidade dentro do próprio destino, ou seja, os fluxos "de dentro para dentro". A revisão da literatura do turismo indica que a relação entre turismo e transporte não tem seguido um processo de desenvolvimento equilibrado, particularmente ao nível dos destinos (Lumsdon, 2000). É

errado pensar que as melhorias nas acessibilidades resultem necessariamente num aumento do turismo, pois, muitos destinos não possuem acesso directo (zonas intermédias das grandes vias), mas outras sim (Butler and Wall, 1985).

Por um lado, a melhoria dos sistemas intermodais de transporte contribui fortemente para a competitividade do destino (Dwyer and Kim, 2003), pois, a viagem pode fazer parte da atracção ou até ser a própria atracção, tal como o próprio destino (Lumsdon and Page, 2004) (in Speakman, 2005) e até potenciar as belezas naturais (Dickinson *et al.*, 2009). Por outro lado, muitos estudos apontam para a existência de elevadas multi-paragens, em mais de uma localização, aquando de viagens, ou seja, a existência de multi-destinos na mesma viagem (Brooks *et al*., 2008).

Outros meios de transporte em crsescimento são os transportes marítimos de cruzeiro, que são autênticos *resorts* flutuantes (Wood, 2000), assumindo-se como um bom local para repetir a visita (Peterson, 2003) (in Toh *et al*., 2005). Muitas das companhias que promovem as viagens de cruzeiro, procuram as paragens exóticos, pouco populosas, com baixa actividade económica, por vezes inseguras e com "*guetos*" de recepção nos portos de escala, para potenciarem o seu pacote de oferta de grande variedade e diversidade de bens e serviços a bordo, com curtas estadias, convidando, desta forma, a que os seus passageiros permaneçam a maior parte do tempo, dentro do navio. Esta tendência, vem reforçar a ideia que as viagens de cruzeiro pouco ou nada trazem aos respectivos destinos, pelo menos à grande maioria deles. Por exemplo, do ponto de vista turístico é cada vez menos importante que um destino receba elevado número de cruzeiros marítimos, se os seus passageiros, depois, não saem dos navios ou se apenas o fazem numa zona restrita, próxima dos portos. Estamos certos que nestes casos é porque esses destinos não oferecem garantias de bem-estar, quer para as populações locais, quer particularmente para os próprios turistas.

Muitas ilhas dependem do transporte aéreo como único acesso, sendo que isso leva ao surgimento de actividades de negócio verticais (pacotes de viagens) e, por consequência, também desenvolve e encoraja a concentração e os enclaves (Pearce, 1987) (in Butler, 1993). Por outro lado, a emergência das atracções dos parques temáticos com estadias de curta duração e das segundas habitações além fronteiras, foram importantes para criar regulares linhas aéreas, que suportam agora as carreiras de

baixo custo (Bieger and Wittmer, 2006). Mais recentemente, as viagens aéreas *low cost* estão a levar as férias curtas ("*short-break*") para destinos mais distantes (Speakman, 2005). Verificamos, pois, que as viagens de baixo custo (*low cost*) tiveram que se socorrer do lazer e turismo para encherem os seus lugares disponíveis nas carreiras (Bieger and Wittmer, 2006). Em termos de fluxos "de fora para dentro", o acesso aos mercados de massas motiva ao desenvolvimento de linhas aéreas mais frequentes, sem que, sem isso, não se atinja o ponto crítico do desenvolvimento (Butler, 1993).

Assim, interessa-nos mais as condições do próprio destino, porque entendemos que o nível de desenvolvimento de um destino, onde o bem-estar das populações locais esteja presente, depende mais da mobilidade interna dos destinos do que do fluxo "de fora para dentro". Para nós, mais importante que saber como chegam os turistas estrangeiros (pois já cá estão) é saber como se poderão movimentar dentro do destino. Pois, como refere Stephen Page (in Alan *et al*., 2007, p.174), no interface entre transporte e turismo, devemos considerar quatro funções espaciais: ligar o mercado de origem com o destino; fornecer mobilidade e acesso dentro do destino; fornecer mobilidade e acesso no âmbito de uma atracção turística; facilitar as deslocações ao longo de uma rota de recreio, que é, ela própria, a experiência turística, para além de os residentes poderem sofrer sentimentos de privação se não usufruírem das mesmas condições de transporte. Possuir bons acessos do exterior não garante o desenvolvimento, a não ser que estes tenham continuidade interna, da facilitação da mobilidade interna. Só com diferentes tipos de transporte podem os diferentes subsectores de turismo beneficiar com a presença de turistas (Oppermann, 1992). As viaturas ligeiras ainda se assumem como o principal meio de transporte dos turistas e se a viatura ligeira é essencial para as viagens turísticas, o autocarro surge como a sua principal alternativa (Lumsdon, 2000). Por este facto, entendemos como mais útil, a consideração das vias de transporte rodoviárias que proporcionem a mobilidade interna do destino. Por exemplo, nos destinos rurais o domínio do automóvel é ainda mais evidente (Speakman, 2005). Pois, incrementar o uso de meios alternativos de transporte, é assumir que os turistas estão dispostos e interessados em alterar os seus hábitos de viagem (Lumsdon, 2000).

De todas as opções, a escolha recai na rede rodoviária, pois os circuitos pedonais, as ciclovias, as ferrovias ou outros meios de transporte, para além de serem, em termos gerais, de difícil obtenção de dados, são, geralmente, muito menos expressivos e

limitativos, ora para deslocações de grandes distâncias, ora para circuitos rápidos, curtos e flexíveis. Mesmo considerando que os distúrbios provocados pelo automóvel podem ser o impacto visual, o barulho, a poluição do ar, os acidentes e o congestionamento, e considerando que os meios de transporte alternativos possam ir adquirindo peso no contexto do transporte turístico, continuamos a necessitar de estradas e caminhos para que o mesmo possa ser potenciado (Speakman, 2005; Dickinson *et al*., 2009). Por outro lado, ainda, sendo o congestionamento de trânsito um dos problemas apontados pelo turismo, é razoável considerar-se que, quanto mais e melhores estradas houver, menor será o risco de tal acontecer.

Sendo que a tendência é para o aumento do uso do transporte rodoviário, mesmo conscientes do aumento da poluição daí resultante (há, portanto, que encontrar medidas correctivas e atenuantes desses efeitos), esta realidade leva-nos a considerar que os destinos devem procurar cobrir e satisfazer essa tendência. Pior que fazer estradas para receber os visitantes é deixá-los insatisfeitos em filas indetermináveis de trânsito, sem poderem chegar aos seus destinos. Mais, mais tarde estas mesmas estradas poderão passar a ser utilizadas por outro meio de transporte, menos poluente, permitindo da mesma forma, o acesso aos destinos pretendidos. É importante que a rede de transporte proporcione a recreação e a experiência (Lumsdon, 2000).

Há ainda outra razão que nos leva a optar pela rede interna do transporte terrestre rodoviário, que se prende com o facto de também entendermos que os turistas estrangeiros, após chegarem ao destino, eventualmente por via aérea ou marítima, acabarem por ter necessidade e vontade de se deslocarem no interior desse destino e que, quanto melhores vias rodoviárias este possuir, mais convida à mobilidade, potenciando assim todo um vasto destino turístico. Pois, é importante aproximar as comunidades do turismo (Lumsdon, 2000).

Portanto, tratando-se, para o efeito, de vias rodoviárias devemos garantir que esses mesmos acessos possuem as condições de segurança e facilidade e proporcionem a rapidez e comodidade necessárias. Assumimos, naturalmente, que dentro de cada *resort* possam existir vias rodoviárias mais precárias ou até para outro tipo de viaturas. Contudo, isso poderá fazer parte do fascínio do destino, logo, este não deve ser penalizado por esse facto. Mas, o acesso ao destino propriamente dito e o circular pelos

seus maiores centros e atracções, já deverá ser efectuado por vias rodoviárias rápidas e supostamente mais seguras, tipo auto-estrada ou outras vias asfaltadas. Assim, tomamos como variável, nestes casos, a quantidade de quilómetros de vias rodoviárias asfaltadas, ou semelhante, existentes nesse destino. Mais uma vez, por opção política ou por razões de outra natureza, poderão não existir redes aéreas ou terrestres em quantidade e qualidade suficientes para tornar o destino mais atractivo e acessível. Ou poderão, ainda, as vias rodoviárias existentes degradar-se ou as linhas aéreas serem canceladas. Num caso ou noutro, esses destinos sofrerão as devidas consequências, em termos turísticos. Para o efeito, não consideramos os custos inerentes ao uso desses meios de transporte, pois isso levar-nos-ia para outro tipo de análise. A nós interessa-nos se há, ou não, vias rodoviárias que facilitem a mobilidade interna, em quantidade e qualidade suficientes para garantir a sua dupla função de proporcionar bem-estar aos locais e aos turistas. Entendemos que, quanto mais e melhores vias rodoviárias existirem, maiores serão os tempos de estadia dos turistas.

*Formação dos Recursos Humanos*

Os recursos humanos são, de facto, o elemento "chave" do turismo, pois, trata-se maioritariamente de actividades de prestação de serviços. O serviço prestado a um turista acaba muitas vezes por ser o elemento que mais facilmente fica retido na memória desse turista. O pormenor do mau serviço é, manifestamente, prejudicial ao destino, pois um turista, no contexto proposto por nós, possui a expectativa de um bom ou elevado serviço. Quando este excede o expectável, então, atinge o ponto máximo da sua função. É sabido que o turismo promove o surgimento de mão-de-obra indiferenciada, desqualificada e barata, pois muitas das suas actividades são tidas como menores. Para mais, os empregadores nem sempre estão dispostos a remunerar de forma mais elevada essa mão-de-obra. Ora, este fenómeno pode levar a consequências desastrosas para o turismo, caso tenha tendência a tomar proporções crescentes.

Se considerarmos que em muitos locais o turismo assume características sazonais, a mão-de-obra entretanto e temporariamente desempregada, tenderá a continuar nesses locais na procura de actividades de expediente e, muitas vezes, tem de recorrer à marginalidade para sobreviver. Assim, quanto mais e melhor formada for a mão-de-

obra, mais facilmente encontrarão soluções nas fases de menor intensidade turística. É também essencial ao bom acolhimento de turistas que a mão-de-obra utilizada seja qualificada e especializada em actividades relacionadas com o turismo, mesmo em actividades consideradas menores, pois, até nestas, é necessário saber exercê-las. Por outro lado, por esta via, os empregadores tenderão a remunerar melhor essas pessoas e, por arrastamento, as comunidades locais apresentarão níveis mais elevados de desenvolvimento.

Se a opção passar por não qualificar e consequentemente não valorizar a mão-de-obra podemos estar a degradar as condições de vida desses destinos turísticos. Assim, consideramos a formação na área do turismo, evidenciando uma formação reconhecida ou acreditada, de qualquer nível, em matérias relacionadas com o turismo, desde a restauração, passando pela hotelaria, como guias e até à média e alta direcção. Entendemos que quanto melhor formados forem os recursos humanos, mais desenvolvido está o destino e mais cativante se torna para os turistas.

*Informação e Comunicação*

A informação possui cada vez maior importância nos modelos de desenvolvimento, pois entende-se que quanto mais informado estiver um povo mais desenvolvido estará. Segundo Milne and Ateljevic (2001), o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em geral, e da internet, em particular, levam ao seguinte:

- Gestão do conhecimento;
- Mudanças no comportamento do consumidor;
- Desenvolvimento de novos produtos;
- Reforço comercial de pequenas e médias empresas;
- Impactos no mercado do trabalho;
- Desintermediação;
- Viagens virtuais.

Dos aspectos positivos do fenómeno da globalização o acesso à informação revela-se como fundamental. Desta forma, as tecnologias de informação e comunicação suportam

toda esta dinâmica, pois se os fluxos informativos são muito mais acelerados e intensos, também os fluxos financeiros estão cada vez mais assentes nestas tecnologias. Uma comunidade que possua grande acesso e facilidade de utilização destes meios é seguramente uma comunidade com um bom nível de desenvolvimento. A obtenção de vantagens nas novas tecnologias e na internet também permite ganhos competitivos dos destinos turísticos (Buhalis, 2000). Isto também se repercute nos turistas, pois estes ficarão perto de tudo, comunicáveis, contactáveis e naturalmente bem informados, pois é quase certo que existirão *cybercafés*, espaços de internet e outras ofertas tecnológicas e nas unidades hoteleiras existirão facilidades de acesso a essas ferramentas informáticas. Ora, até este aspecto lhes dará maior sensação de segurança pois, em caso de necessidade, estão a um simples "*click*" de alguém conhecido. Apesar de haver quem entenda que o uso das tecnologias da informação e comunicação leva ao isolamento individual e à perda da vida comunitária (Haywood, 1998; Castells, 2000) (in Milne and Ateljevic, 2001), consideramos que isso deverá ser enquadrado num outro contexto.

Como forma de medirmos essa facilidade de comunicação e informação, optamos por utilizar a quantidade de linhas de internet existentes num destino ou comunidade, até porque os dados mais recentes sobre este assunto são claros, pois os países com performances tecnológicas mais elevadas, são os que se apresentam como os mais desenvolvidos e o sistema "*internet*" tem assumido um papel de líder e de diferenciação nesta matéria. Esta variável irá contribuir para o prolongamento das estadias sendo que, em alguns casos, possa servir como elemento atractivo na escolha dos destinos.

*Planos de Urbanização*

Segundo Butler (2000) podemos minimizar os efeitos negativos das visitas através de:

- Regulamentação;
- Zonamento;
- Ordenamento e *layout*;
- Modificações comportamentais.

Por seu lado, Andriotis (2006) refere que uma construção ordenada assume-se como forma de valorizar as zonas habitacionais e de ocupação turística. Ora, a regulamentação

e o ordenamento funcionam como um instrumento de política de sustentabilidade do turismo (Farsari *et al*., 2007). Por outro lado, o uso de planos territoriais é uma das ferramentas para aumentar a competitividade de um destino (Andriotis, 2006). Os planos de urbanização ou outros equivalentes, são a componente política e de complementaridade ao que eventualmente não seja coberto pelas variáveis "áreas protegidas", "diversão" e "acessibilidades internas" e está relacionado com a variável "habitação", em termos de condições de vida condignas. Em relação ao primeiro aspecto, revela a preocupação que o poder político possui com o bem-estar das populações, pois quanto mais ordenados estiverem os espaços, mais pensados estão e, consequentemente, em princípio, melhor satisfazem as populações. Naturalmente que também os turistas se sentirão melhor em espaços tratados do que em espaços abandonados ou degradados, sejam eles mais citadinos ou mais rurais e naturais. Dessa forma, as experiências pela contemplação serão positivas.

O traçado urbano cuidado, quer em termos de preservação, quer em termos do pitoresco, assume uma importância significativa no bem-estar das populações locais e visitantes, revelando uma preocupação dos poderes políticos na promoção desse mesmo bem-estar.

É também entendida como complementaridade à variável "habitação" porque, nos aspectos que a referida variável não cubra, em termos de envolvente, será supostamente coberta por esta variável, através, por exemplo, dos espaços verdes, praças e largos. Enquanto variável complementar das variáveis "diversões" e "acessibilidades internas", prende-se com o facto destas, geralmente, dependerem da existência de planos de urbanização, quanto às suas localizações e traçados. Está também relacionada com as "áreas protegidas" tendo em conta que, na maioria das vezes, estas resultam da existência de planos de ordenamento do território e podem ser até considerados como planos complementares dos próprios planos de urbanização. Contudo, entendemos não haver sobreposição de dados porque pretendemos com a presente variável abranger os planos de urbanismo e similares, que podem abranger simples planos de trilhos em zonas naturais, pois podem assumir uma natureza de micro escala. Julgamos que no caso de ausência ou escassez destes planos, traduzidos em termos de percentagem de área que cobrem no total da área existente no destino, as comunidades ou destinos estarão sujeitos à falta de ordenamento na construção e ao livre arbítrio das decisões e invasões de espaços, com as necessárias consequências, maioritariamente negativas, que

daí advirão. Por outro lado, é também possível que, por razões políticas, determinado destino deixe de se preocupar com estas questões sofrendo também com isso em termos turísticos. Entendemos que, quanto mais ordenado estiver o zonamento urbano, mais propicia o prolongar da estadia dos turistas e também, em alguns casos, acaba por ser a principal atracção do destino.

*A População Residente*

Estando nós a lidar com o desenvolvimento, naturalmente que a nossa preocupação reside nas populações. O turismo, podendo contribuir para esse desenvolvimento deve contemplá-lo de modo a que o mesmo possa também colher benefícios pela sua existência. As populações são a essência das sociedades e quanto mais desenvolvidas estiverem menos conflitos existirão. Portanto, as populações locais quererão e defenderão sempre dinâmicas que lhes proporcionem a melhoria das condições de vida. No imaginário das populações existirá sempre um "desenho" de uma sociedade que lhes proporcione bem-estar e qualidade de vida. Os fluxos demográficos são consequência das diferentes forças de atracção que se vão criando ao longo dos tempos, em diferentes espaços. Já vimos que o turismo atrai mão-de-obra oriunda de regiões e estratos sociais mais desfavorecidos, pois muitas das suas actividades, sendo consideradas menores, não obrigam, na sua maioria, a qualificação e especialização e são mal remuneradas.

Entendemos que, para que um destino seja considerado turisticamente desenvolvido, deverá ser capaz de contrariar essa tendência. Senão, vejamos, havendo atracção de populações trabalhadoras mais marginalizadas, estas tenderão a procurar fixar-se junto do seu local de trabalho, até por força das suas limitações financeiras. Essa fixação vai aumentando com o incremento da própria actividade turística e, consequentemente, o destino vai ficando com cada vez mais pessoas mal remuneradas, com insegurança no trabalho e de ocupação sazonal. Esta situação, acabará por proporcionar maior insegurança e piores experiências de contemplação e sensação aos turistas e consequente diminuição nas chegadas destes, redução dos investimentos e degradação das condições de vida dos residentes e dos próprios turistas. Por esta via, haverá perda de posição relativa desse destino enquanto destino turístico. Por outro lado, mesmo que as políticas de emprego e habitação promovam a mão-de-obra qualificada, especializada

e bem remunerada, com custos de habitações mais elevados e que, por esta via, afaste o estigma das pessoas marginalizadas, poderá levar ao incremento do fenómeno da "segunda habitação", onde os turistas de hoje se transformam nos residentes de amanhã. Ora, esta tendência levará também ao aumento da população residente ao longo do tempo, sendo esta, tendencialmente, uma população idosa. Por este efeito, o destino deixa de ser atractivo, enquanto destino turístico, passando a ser um local agradável para residência, perdendo assim a sua vertente turística. Neste caso, o destino manterá elevados padrões de desenvolvimento mas já não numa vertente turística.

Como se verifica, em qualquer dos casos, seja pela perda dos níveis de desenvolvimento anteriores, seja pela manutenção desses níveis, o destino pode perder a sua atractividade turística. Contudo, sempre que a população residente de um destino diminua, haverá tendência ao aumento do nível relativo de desenvolvimento desse local. Vejamos, se o destino apresentar limitações nas suas condições de vida e de atracção, quanto menos residentes usufruírem dessas mesmas condições, em média, maior o proveito para cada uma delas. Ou seja, poucas condições para muita gente, resulta num proveito *per capita* reduzido, mas essas mesmas condições para pouca gente proporcionará uma maior proveito individual. Ora, isso levará ao aumento da sua atractividade turística. O mesmo raciocínio é aplicado em presença de boas condições de vida para poucos residentes, onde o proveito unitário sendo alto, atrairá turistas e acabará por atrair mais população, levando à diminuição do proveito unitário e consequentemente levará à posterior perda da sua atractividade turística.

Constatamos assim, que a quantidade de população residente num destino é o aspecto crítico, e de efeito contrário, nesta abordagem, senão vejamos:

- Considerando um nível fixo e constante no tempo das condições turísticas (*ceteris paribus*), podemos ter as seguintes evoluções de acordo com a existência de mais ou menos população residente:

    - Com muita população residente:
        - A distribuição média das condições turísticas pela população residente serão reduzidas, levando à diminuição de turistas e, consequentemente, devido à diminuição das solicitações de emprego, teremos saída de população. Com esta diminuição,

voltaremos a ter um aumento da distribuição média das condições turísticas pela população residente, voltando-se, desta forma, a recuperar a atracção e consequente aumento de turistas e da população, pelas novas solicitações de emprego. Chegados aqui, inicia-se um novo ciclo.

- Com pouca população residente:
  - A distribuição média das condições turísticas pela população residente serão altas, levando ao aumento de turistas e, consequentemente, devido ao aumento das solicitações de emprego, teremos entrada de população. Com este aumento, voltaremos a ter uma diminuição da distribuição média das condições turísticas pela população residente, perdendo-se a sua atracção e turistas, levando à diminuição da população residente, porque começa a haver falta de emprego. Chegados aqui, inicia-se um novo ciclo.

Esta abordagem em nada contraria o modelo TALC, pois este não apregoa o declínio irreversível de um destino, apenas que haverá fases de menor fulgor turístico num destino e de facto, verificamos que isso se verifica com a abordagem apresentada, por efeito directo da variável população residente. Defendemos que, tal como o modelo TALC revela, só em situações extremas de catástrofe, calamidade ou acidente grave, pode então o declínio ser irreversível, ou pelo menos obrigar a longos períodos de recuperação. Claro que o grau e ritmo das reacções e oscilações dependerão sempre da relação inicial $D_{ij}$ / $P_j$ (condições turísticas / população residente) e das diferentes oscilações de $D_{ij}$ relativamente a $P_j$.

*Os Turistas Estrangeiros*

A existência de turistas são o elemento que determina a natureza turística de um destino, pois, em locais onde não haja turistas não fará sentido atribuir-lhes essa natureza. Nesses, poderão vir a existir turistas e então sim, obterão essa característica. Entendemos que, desde que exista procura turística por um destino, esse destino

apresenta condições de atracção turística. Afinal, o melhor indicador de atracção não será a própria existência de turistas? Claro que, sempre que estes comecem a diminuir, então é porque o destino começa a perder a sua atractividade. É verdade que os turistas poderão ir ao encontro de destinos baseados em premissas erradas e, consequentemente, poderão não repetir a experiência, contudo, enquanto forem existindo novos turistas, esse destino continua a possuir atracção[87]. Os turistas criam no seu imaginário, cenários de sociedade local (percepções), que lhes motiva conhecer, viver e usufruir, enfim, obter experiências.

Também é verdade que os destinos procuram cada vez mais turistas, pois são as economias de aglomeração que lhes dão motivação para investir. Por outro lado, muitos desses mesmos destinos apregoam o interesse de serem um destino selectivo, ou seja, um destino de elevada "qualidade" para poucos usufruírem e, supostamente, de atitude responsável. Ou seja, querem o melhor dos dois mundos. Se, por um lado, pretendem captar os poucos turistas de elevado rendimento que, supostamente, gastam mais e por valores mais altos, acabam também por pretender captar muitos turistas para poderem usufruir dos fenómenos de aglomeração e das economias de escala, que justifiquem os elevados investimentos necessários em infra-estruturas e outras.

Entendemos que o benefício de possuir muitos ou poucos turistas dependerá sempre do grau de intensidade da população residente e da distribuição das condições existentes, por essa mesma população. Poucos turistas em locais com poucos residentes e elevadas condições, seguramente que proporcionarão elevados benefícios. Poucos turistas em locais com poucos residentes e com precárias condições, provocarão poucos benefícios. Muitos turistas em locais com poucos residentes e elevadas condições, irão proporcionar elevados benefícios às populações e, seguramente, também aos turistas, senão estes não seriam muitos. Muitos turistas em locais com poucos residentes e precárias condições, também proporcionarão benefícios. Muitos turistas em locais com muitos residentes e elevadas condições, supostamente resultarão em benefícios. Muitos turistas em locais com muitos residentes mas precárias condições, em princípio também originarão benefícios, mas de menor valor. Poucos turistas em locais com muitos residentes e precárias condições serão, supostamente, pouco benéficos. Poucos turistas

[87] (NA) Nestes casos o mercado acabará por se esgotar no longo prazo.

em locais com muitos residentes e elevadas condições também serão, supostamente, pouco benéficos.

Julgamos e defendemos que a existência de muitos turistas responsáveis contribuirá sempre para o desenvolvimento turístico de um destino, pois, caso contrário, seriam os próprios turistas a deixar de visitar esse lugar. Considera-se, pois, que um destino possui níveis aceitáveis de desenvolvimento turístico se conseguir manter ou aumentar a sua capacidade de atracção. Em suma, julgamos que um destino vai ganhando ou perdendo posição, à medida que for captando, relativamente a outros destinos, mais ou menos turistas. Como vamos analisar o nível de desenvolvimento turístico de um destino, num contexto de concorrência internacional, consideraremos, para o efeito, a quantidade de chegadas de turistas estrangeiros, numa óptica de "*free choice for pleasure travel*". Estes, não tendo um motivo "à partida" para a visita, irão basear as suas escolhas numa função de variáveis e dentro de determinados critérios predefinidos. Os estudos apontam para que, o turismo internacional seja, tendencialmente, mais contributivo para o rendimento das comunidades locais (Pearce, 1990).

### 5.3.2 Método de medição das variáveis do índice

Como vimos anteriormente, as variáveis propostas possuem diferentes unidades de medida, de modo a melhor revelarem a sua importância para o efeito considerado[88]. Por este motivo, teremos que atender à forma como utilizamos os dados para não cairmos em situações que nos levem a interpretações erradas. Dada a natureza das variáveis escolhidas, julgamos garantir o princípio subjacente ao nosso modelo de análise de qualidade de vida e bem-estar das populações locais e dos turistas.

Assim, para que consigamos cumprir com algumas sugestões teóricas sobre o assunto, considerando-se em primeiro lugar, que cada destino turístico poder possuir mais do que um ciclo de vida, em segundo, que cada destino turístico não deve, em contexto concorrencial, ser apresentado isoladamente e, em terceiro, a fase do ciclo de vida de

[88] (NA) Ver o Quadro 5.2 da página 241.

cada destino turístico depende do ciclo de vida dos outros destinos turísticos concorrentes.

Perante isto, os valores das variáveis a utilizar, devem garantir estes pressupostos, ou seja:

a) Os valores das variáveis de um destino turístico, traduzem uma determinada posição no ciclo de vida, num determinado contexto concorrencial, mas poderão traduzir outra posição no ciclo de vida, num outro contexto concorrencial;
b) Os valores das variáveis de um destino turístico, deverão estar ponderadas pelos valores das variáveis dos outros destinos turísticos concorrentes;
c) Os valores das variáveis de um destino turístico contribuem para a definição da fase do ciclo de vida desse destino.

Por outro lado, e como estamos num contexto de concorrência, não temos possibilidade de definir valores mínimos e máximos absolutos para cada uma das variáveis, logo, estas deverão sempre assumir valores relativos ou comparativos. Por outras palavras, as expressões de “bom” e “mau”, devem ser substituídas por “melhor” e “pior”, em termos de análise de desenvolvimento. Assim, em vez de trabalharmos com valores absolutos, devemos utilizar valores relativos, estes em termos do espectro dos valores dos destinos concorrentes. Vejamos então como podemos utilizar os valores das variáveis, considerando a forma como se apresentam os dados para as diferentes variáveis (ver quadro 5.5) e a forma como irão ser utilizados no cálculo do índice proposto (ver expressão (6) na página 260).

**Quadro 5.5** – Variáveis e Indicadores, Unidade de Medida, Uso e Valores (nos termos utilizados na expressão (6) da p. 260)

| **Variáveis (Indicadores)** | **Unidade de Medida (valor absoluto)** | **Uso (valor relativo)** | **Valores** |
|---|---|---|---|
| Áreas protegidas (Área ocupada) ($D_{1jt}$) | Percentagem | $D_{1\,jt} \,/\, D_{1Tt}$ | Decimal |
| Património histórico classificado (Património histórico classificado pela UNESCO) ($D_{2jt}$) | Número inteiro | $D_{2\,jt} \,/\, D_{2Tt}$ | Decimal |
| Alojamentos turísticos (Camas de hotéis com 4 e mais estrelas) ($D_{3jt}$) | Número inteiro | $D_{3\,jt} \,/\, D_{3Tt}$ | Decimal |
| Actividades de diversão (Eventos de promoção internacional) ($D_{4jt}$) | Número inteiro | $D_{4\,jt} \,/\, D_{4Tt}$ | Decimal |
| Assistência médica (Médicos existentes) ($D_{5jt}$) | Número inteiro | $D_{5\,jt} \,/\, D_{5Tt}$ | Decimal |
| Parque habitacional (Habitações com água, saneamento e electricidade) ($D_{6jt}$) | Percentagem | $D_{6\,jt} \,/\, D_{6Tt}$ | Decimal |
| Policiamento (Polícias de natureza pública e não militar) ($D_{7jt}$) | Número inteiro | $D_{7\,jt} \,/\, D_{7Tt}$ | Decimal |
| Acessibilidades internas (Quilómetros de estrada asfaltada) ($D_{8jt}$) | Número inteiro | $D_{8\,jt} \,/\, D_{8Tt}$ | Decimal |
| Formação dos recursos humanos (Recursos humanos com formação em turismo) ($D_{9jt}$) | Número inteiro | $D_{9\,jt} \,/\, D_{9Tt}$ | Decimal |
| Informação e comunicação (Ligações de internet) ($D_{10jt}$) | Número inteiro | $D_{10\,jt} \,/\, D_{10Tt}$ | Decimal |
| Planos de urbanização (Área ocupada) ($D_{11jt}$) | Percentagem | $D_{11\,jt} \,/\, D_{11Tt}$ | Decimal |
| População residente (População residente) ($P_{jt}$) | Número inteiro | $P_{Tt} \,/\, P_{jt}$ | Inteiro |
| Turistas estrangeiros (Turistas estrangeiros) ($T_{jt}$) | Número inteiro | $T_{jt} \,/\, T_{Tt}$ | Decimal |

Fonte: Elaboração própria

Perante este cenário em termos de dados a utilizar no índice proposto, onde verificamos que os dados a utilizar no modelo são dados relativos e não dados absolutos, sugerimos que se proceda da forma a seguir descrita (em 2 passos), de modo a obtermos os referidos dados relativos:

1º Preenchimento do quadro dos dados com os seus valores absolutos:

**Quadro 5.6** - Matriz de Dados Absolutos para o cálculo do IDT (w destinos e n variáveis do destino) – Para o momento t

| Variáveis (Condições Turísticas) | | | População Residente | Turistas |
|---|---|---|---|---|
| $D_{11t}$ | $D_{\gamma 1t}$ | $D_{n1t}$ | $P_{1t}$ | $T_{1t}$ |
| $D_{1kt}$ | $D_{\gamma kt}$ | $D_{nkt}$ | $P_{kt}$ | $T_{kt}$ |
| $D_{1wt}$ | $D_{\gamma wt}$ | $D_{nwt}$ | $P_{wt}$ | $T_{wt}$ |
| $\sum D_{1jt}$ | $\sum D_{\gamma jt}$ | $\sum D_{njt}$ | $\sum P_{jt}$ | $\sum T_{jt}$ |

Fonte: Elaboração própria

Consideremos os $D_{ij}$, $P_{jt}$ e $T_{jt}$, como os valores absolutos das respectivas variáveis. Se apurarmos a posição relativa de cada destino considerado, no total das condições consideradas, do efeito multiplicar da população residente, em cada destino e da quota de mercado de turistas, de cada destino, de acordo com a expressão base do índice proposto:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n}\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right) \times \left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right) \times \left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right) \qquad (6)$$

Ou:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n}\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right) \times \left(\frac{P_{jt}}{P_{Tt}}\right)^{-1} \times \left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right) \qquad (8)$$

ficamos com:

2º Apuramento dos dados relativos, dentro do princípio proposto (desenvolvimento do índice de acordo com o apresentado em (6), na página 260).

**Quadro 5.7** - Matriz de Dados Relativos para o Cálculo do IDT (w destinos e n variáveis do destino) – Para o momento t

| Variáveis (Condições Turísticas) | | | População Residente | Turistas |
|---|---|---|---|---|
| $D_{11t} / \sum D_{1jt}$ | $D_{y1t} / \sum D_{yjt}$ | $D_{n1t} / \sum D_{njt}$ | $\sum P_{jt} / P_{1t}$ | $T_{1t} / \sum T_{jt}$ |
| $D_{1kt} / \sum D_{1jt}$ | $D_{ykt} / \sum D_{yjt}$ | $D_{nkt} / \sum D_{njt}$ | $\sum P_{jt} / P_{kt}$ | $T_{kt} / \sum T_{jt}$ |
| $D_{1w}t / \sum D_{1jt}$ | $D_{ywt} / \sum D_{yjt}$ | $D_{nwt} / \sum D_{njt}$ | $\sum P_{jt} / P_{wt}$ | $T_{wt} / \sum T_{jt}$ |
| $\sum D_{1jt} / \sum D_{1jt}$ | $\sum D_{yjt} / \sum D_{yjt}$ | $\sum D_{njt} / \sum D_{njt}$ | $\sum P_{jt} / \sum P_{jt}$ | $\sum T_{jt} / \sum T_{jt}$ |

Fonte: Elaboração própria

Outro aspecto que teremos de considerar na nossa proposta, prende-se com os tipos de leitura que podemos extrair do nosso modelo. Assim, tanto podemos analisar os dados num determinado momento e compará-los com um momento anterior, como podemos analisar esses mesmos dados, comparando-os com os dados dos outros destinos. No primeiro caso, estaremos em presença da posição de um destino relativamente a ele próprio, em termos de nível de desenvolvimento (análise fechada) e no segundo caso, já estaremos a analisar a evolução de um destino relativamente à evolução de outros (análise aberta). Ou seja, ou analisamos:

$$IDT_{kt} - IDT_{kt-1}$$

ou então analisamos:

$$IDT_{kt} \Leftrightarrow IDT_{wt}$$

ou ainda, em termos da respectiva variação:

$$\frac{IDT_{jt} - IDT_{jt-1}}{IDT_{jt-1}}$$

Perante esta apresentação, interessa agora apreciar as diferentes relações de forças que se podem estabelecer entre as variáveis consideradas e o índice proposto. Podemos, pois, dizer que as hipóteses do modelo proposto, não são mais do que uma análise de sensibilidade desse modelo.

## 5.4 Hipóteses específicas do modelo proposto

Interessa, pois, agora, analisar as diferentes variações que o índice proposto pode assumir, de acordo com as diferentes oscilações dos factores considerados. Por outras palavras, é necessário proceder à análise de sensibilidade do modelo proposto, de forma a melhor percebermos quais as causas eventuais das diferentes variações do índice. Só após esta análise podemos verificar de que forma as "condições turísticas", a "população residente" e os "turistas", influenciam os valores do índice proposto, dos respectivos destinos, relativamente a outros. Considerando-se, portanto, o índice apresentado pela expressão (9), vejamos quais os movimentos possíveis que o índice pode assumir.

$$IDT^*_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt} \times T^*_{jt} \qquad (9)$$

Onde:

- $D^*_{ijt} = \dfrac{D_{ijt}}{D_{iTt}}$ , com $0 \le \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} D^*_{ijt} \le 1$

Pois, admitimos que $\left( \dfrac{D_{ijt}}{D_{iTt}} \right)$ está compreendido entre 0 e 1 e que consideradas 11 (onze) variáveis de "condições turísticas", teríamos um somatório a estar limitado pelo valor 11. Contudo, para garantirmos um peso igual para cada uma dessas variáveis teremos que dividir esse valor pelo número de variáveis (no nosso caso de 11), levando então a que o respectivo somatório fique compreendido entre 0 e 1. Ainda assim, pode assumir os limites deste intervalo, pois admitimos que um destino considerado, de entre outros, possa, ora não possuir dados relevantes de todas as variáveis para o estudo, ora ser o único destino a possuí-los.

- $P^*_{jt} = \dfrac{P_{Tt}}{P_{jt}}$ , com $P^*_{jt} > 1$

Pois, ao admitirmos o modelo em termos comparativos, não podemos admitir que um destino, ora não tenha população residente, ora seja o único a possuí-la.

- $T^*_{jt} = \frac{T_{jt}}{T_{Tt}}$ , com $0 < T^*_{jt} < 1$

Pois, ao admitirmos o modelo em termos comparativos, também aqui, não admitimos que se considerem destinos onde não existam turistas (pois não seriam destinos turísticos), ou que haja algum destino que seja o único, dentro dos considerados, a possuir turistas.

Consequentemente, teremos:

$$IDT^*_{jt} \geq 0$$

Consideremos, então, os seguintes pressupostos para se verificarem aumentos ou diminuições nos factores "condições turísticas", "população residente" e "turistas":

Ora, os aumentos de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, verificam-se na presença de três situações possíveis, a saber:

- $\Delta D_{ijt} > \Delta D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino melhoram mais do que no total dos outros destinos considerados;
- $\nabla D_{ijt} < \nabla D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino decrescem menos do que no total dos outros destinos considerados;
- $\Delta D_{ijt} \wedge \nabla D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino melhoram e, na totalidade dos restantes destinos considerados, agravam-se.

Por outro lado, o aumento de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ de um destino não garante o aumento de $\sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} D^*_{ijt}$ desse destino, porque pode ocorrer que, em simultâneo, nos outros destinos considerados, se verifiquem também aumentos de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, em alguma das outras

variáveis, levando a que, globalmente, haja uma perda de posição relativa do primeiro destino. Isto acontecerá devido às diferentes escalas de valor das variáveis consideradas. Outro aspecto a ter em conta, é o facto de aumentos em igual percentagem em variáveis diferentes, para destinos diferentes, poder levar a acréscimos em percentagem diferente nos respectivos rácios de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, também devido às diferentes escalas de valor das variáveis consideradas. Contudo, aumentos em igual percentagem na mesma variável, para diferentes destinos, implicam aumentos de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ em igual percentagem nessa mesma variável.

Os aumentos de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ verificam-se na presença de três situações possíveis, a saber:

- $\Delta P_{jt} < \Delta P_{Tt}$: o crescimento da população residente de um destino é menor do que o crescimento dessa população na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla P_{jt} > \nabla P_{Tt}$: o decréscimo da população residente de um destino é maior do que o decréscimo dessa população na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla P_{jt} \wedge \Delta P_{Tt}$: a população residente de um destino decresce enquanto, que na totalidade dos outros destinos considerados cresce.

Os aumentos de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$ também se verificam na presença de três situações possíveis:

- $\Delta T_{jt} > \Delta T_{Tt}$: o aumento de turistas num destino é superior ao aumento de turistas na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla T_{jt} < \nabla T_{Tt}$: a diminuição de turistas num destino é menor do que a diminuição de turistas na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\Delta T_{jt} \wedge \nabla T_{Tt}$: verifica-se um aumento de turistas num destino enquanto que na totalidade dos outros destinos considerados se assiste a uma diminuição na chegada de turistas.

Já as diminuições de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ verificam-se nas seguintes situações:

- $\Delta D_{ijt} < \Delta D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino melhoram menos do que na totalidade dos restantes destinos considerados;
- $\nabla D_{ijt} > \nabla D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino agravam-se mais do que na totalidade dos restantes destinos considerados;
- $\nabla D_{ijt} \wedge \Delta D_{iTt}$ : as condições turísticas de um destino agravam-se enquanto que na totalidade dos outros destinos considerados melhoram.

Por outro lado, a diminuição de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ de um destino não obriga à diminuição de $\sum_{i=1}^{n}\frac{1}{n}D^{*}_{ijt}$ desse destino, porque pode ocorrer que, em simultâneo, nos outros destinos considerados se verifiquem também diminuições de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ em alguma das outras variáveis, levando a que, globalmente, haja um ganho de posição relativa do primeiro destino. Isto acontecerá devido às diferentes escalas de valor das variáveis consideradas. Outro aspecto a ter em conta é o facto de diminuições em igual percentagem em variáveis diferentes, para destinos diferentes, poder levar a decréscimos em percentagem diferente nos respectivos rácios de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, também devido às diferentes escalas de valor das variáveis consideradas. Contudo, diminuições em igual percentagem na mesma variável, para diferentes destinos, implicam diminuições de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ em igual percentagem nessa mesma variável.

As diminuições de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ verificam-se quando:

- $\Delta P_{jt} > \Delta P_{Tt}$ : o crescimento da população residente de um destino é superior ao crescimento dessa população na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla P_{jt} < \nabla P_{Tt}$ : a diminuição da população residente de um destino é inferior à diminuição dessa população na totalidade dos outros destinos considerados;

- $\Delta P_{jt} \wedge \nabla P_{Tt}$ : o crescimento na população residente de um destino é coincidente com a diminuição dessa população na totalidade dos outros destinos considerados.

Por fim, as diminuições de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$ verificam-se quando:

- $\Delta T_{jt} < \Delta T_{Tt}$ : o aumento de turistas num destino é inferior ao aumento de turistas na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla T_{jt} > \nabla T_{Tt}$ : a diminuição de turistas num destino é superior à diminuição de turistas na totalidade dos outros destinos considerados;
- $\nabla T_{jt} \wedge \Delta T_{Tt}$ : a diminuição de turistas num destino coincide com o aumento de turistas na totalidade dos outros destinos considerados.

Assim sendo, passemos então à análise das variações possíveis do $IDT^{*}_{jt}$. Dado o pressuposto da comparabilidade da nossa análise, é expectável que os valores do $IDT^{*}_{jt}$ de um determinado destino, apresentem resultados diferentes consoante se trate de uma apreciação isolada ou "fechada", onde um determinado destino é comparado com ele próprio ao longo do tempo, ou se trate de uma apreciação comparada ou "aberta", onde um determinado destino é comparado com outros num determinado momento de tempo e contexto. Por outro lado, qualquer uma das situações atrás referidas, terá análises diferentes consoante se trate de considerar uma combinação entre os valores fixos ou não fixos das variáveis dos diferentes destinos.

Comecemos por analisar os efeitos no $IDT^{*}_{jt}$ que resultam de um contexto onde os valores das variáveis dos restantes destinos considerados ficam fixos no tempo.

### 5.4.1 Aumentos do valor do IDT*jt de um determinado destino, considerando fixas as variáveis dos restantes destinos

Os aumentos do $IDT^{*}_{jt}$, podem resultar de nove combinações de variação entre os três factores considerados:

a) Aumento simultâneo do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, do valor de $P^*_{jt}$ e do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \Delta P^*_{jt} \wedge \Delta T^*_{jt}$ (i)

b) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, ou do valor de $P^*_{jt}$ ou ainda do valor de $T^*_{jt}$, sem que os outros se alterem

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \vee \Delta P^*_{jt} \vee \Delta T^*_{jt}$ (ii)

c) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ e aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (iii)

d) Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $P^*_{jt}$ e aumento do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] \wedge \Delta T^*_{jt}$ (iv)

e) Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e aumento do valor de $P^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] \wedge \Delta P^*_{jt}$ (v)

f) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, superior à diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} > \nabla\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (vi)

g) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, inferior ao aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} < \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (vii)

h) Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $P^*_{jt,}$ superior à diminuição do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] > \nabla T^*_{jt}$ (viii)

i) Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $T^*_{jt,}$ superior à diminuição do valor de $P^*_{jt}$

- $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] > \nabla P^*_{jt}$ (ix)

Perante isto, estamos em condições de proceder à análise de sensibilidade do modelo proposto, em situação de aumento do valor do $IDT^*_{ij}$.

#### 5.4.1.1 Aumento simultâneo do valor do somatório de D*ijt, do valor de P*jt e do valor de T*jt

O aumento de $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifiquem, em simultâneo, aumentos do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ - que significa que as "condições turísticas" de um destino são, em média, superiores às "condições turísticas" dos outros destinos considerados - e, aumentos de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ - que significa que a população residente de um destino é comparativamente menor do que nos outros destinos considerados, proporcionando que, haja em média, num destino, menos cidadãos a usufruir das condições que nos outros destinos - e, ainda, aumentos de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$ - que significa que um destino possui maior atracção de turistas que os outros destinos considerados, ou seja, que este destino, possui melhores condições para atrair turistas do que os restantes. Por outras palavras, temos melhores condições turísticas, para menos população residente e mais turistas.

#### 5.4.1.2 Aumento do valor do somatório de D*ijt, ou do valor de P*jt ou ainda do valor de T*jt, sem que os outros se alterem

O aumento do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que qualquer um dos factores considerados, aumente de valor. Isto significa que, pelo aumento do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ teremos

melhores condições médias de bem-estar; pelo aumento de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ teremos uma diminuição da população residente que proporcionará uma melhoria na distribuição médias das referidas condições de bem-estar; e pelo aumento de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$ teremos uma melhoria na atracção de turistas do destino. Qualquer um destes efeitos provocará, isoladamente, um aumento no valor do $IDT^{*}_{jt}$.

#### 5.4.1.3 Aumento do valor do somatório de D*ijt e aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

O aumento do $IDT^{*}_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ e um aumento resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, associamos os efeitos de melhoria das condições turísticas com o efeito positivo da relação entre população residente e turistas. Ou seja, melhores condições, para:

- Menos população residente e mais turistas (onde o efeito conjunto é positivo);
- Menos população residente e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas é superado pelo efeito positivo de menos população);
- Mais população residente e mais turistas (onde o efeito negativo de mais população é superado pelo efeito positivo de mais turistas);
- Menos população residente e não alteração de turistas (onde o efeito positivo resulta da diminuição da população);
- Não alteração da população residente e mais turistas (onde o efeito positivo resulta do aumento dos turistas).

#### 5.4.1.4 Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de P*jt e aumento do valor de T*jt

O aumento de $IDT^{*}_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento entre a multiplicação do somatório de $D^{*}_{ijt}$ com o do valor de $P^{*}_{jt}$ e um aumento do valor de

$T^*_{jt}$. Neste caso, associamos os efeitos positivos de haver mais turistas com o efeito positivo resultante da relação entre as condições turísticas e a população residente. Ou seja, mais turistas para:

- Melhores condições turísticas e menos população residente (onde o efeito conjunto é positivo);
- Melhores condições turísticas e mais população residente (onde o efeito positivo de mais condições supera o efeito negativo de mais população);
- Piores condições turísticas e menos população residente (onde o efeito negativo de agravamento das condições é superado pelo efeito positivo de menor população);
- Não alteração das condições turísticas e menos população residente (onde o efeito positivo resulta da diminuição da população);
- Melhores condições turísticas e não alteração da população residente (onde o efeito positivo resulta da melhoria das condições turísticas).

#### 5.4.1.5 Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de T*jt e aumento do valor de P*jt

O aumento de $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento entre a multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e um aumento do valor de $P^*_{jt}$. Neste caso, associamos os efeitos positivos de haver menos população residente com o efeito positivo resultante da relação entre as condições turísticas e os turistas. Ou seja, menos população residente para:

- Melhores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito conjunto é positivo);
- Melhores condições turísitcas e menos turistas (onde o efeito positivo de mais condições supera o efeito negativo de menos turistas);
- Piores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito negativo de agravamento das condições é superado pelo efeito positivo de mais turistas);
- Não alteração das condições turísticas e mais turistas (onde o efeito positivo resulta do aumento dos turistas);
- Melhores condições turísticas e não alteração dos turistas (onde o efeito positivo resulta da melhoria das condições turísticas).

#### 5.4.1.6 Aumento do valor do somatório de D*ijt, superior à diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

O aumento do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, superior à diminuição resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, apesar de assistirmos ao efeito conjunto de diminuição entre a população residente e os turistas, o aumento das condições turísticas acaba por superar esse resultado proporcionando, mesmo assim, uma melhoria no bem-estar das populações residentes e turistas existentes. Ou seja, melhores condições, para:

- Mais população residente e menos turistas (onde o efeito conjunto é negativo);
- Mais população residente e mais turistas (onde o efeito positivo de mais turistas é superado pelo efeito negativo de mais população);
- Menos população residente e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas ultrapassa o efeito positivo de menos população);
- Não alteração da população residente e menos turistas (onde o efeito negativo resulta da diminuição dos turistas);
- Mais população residente e não alteração dos turistas (onde o efeito negativo resulta do aumento da população).

#### 5.4.1.7 Diminuição do valor do somatório de D*ijt, inferior ao aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

O aumento do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, menor do que o aumento resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, apesar de termos um agravamento nas condições turísticas, o efeito conjunto positivo da relação entre a população residente e os turistas, acaba por ultrapassar o efeito negativo das condições. Ou seja, piores condições turísticas, para:

- Menos população e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas é superado pelo efeito positivo de menos população residente), cuja relação garante, mesmo assim, uma melhoria no bem-estar;
- Menos população residente e mais turistas (onde o efeito conjunto é positivo), garantindo-se uma melhoria no bem-estar;
- Mais população residente e mais turistas (onde o efeito positivo de mais turistas supera o efeito negativo de mais população). Esta situação revela-se como anómala, pois seria de esperar uma quebra nos níveis de bem-estar, pela relação entre menos condições turísticas e mais população residente, levando ao agravamento *per capita* das condições e consequente perda de atractividade. Contudo, havendo uma elevada procura por parte dos turistas, isso significará que o destino possui "algo" que faz manter a sua atracção em escalas muito elevadas, levando a que se aceite que, do ponto de vista turístico, o destino em causa continua interessante;
- Não alteração da população residente e mais turistas (onde o efeito positivo resulta do aumento dos turistas);
- Menos população residente e não alteração dos turistas (onde o efeito positivo resulta da diminuição da população).

#### 5.4.1.8 Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com do valor de P*jt,, superior à diminuição do valor de T*jt

O aumento do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento do valor da multiplicação do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ com $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$, superior à diminuição do valor de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, a relação resultante entre as condições turísticas e a população residente supera o efeito negativo da perda de turistas. Por outras palavras, menos turistas para:

- Melhores condições turísticas e menos população residente (onde o efeito conjunto é positivo) proporcionando e garantindo bem-estar a população e turistas existentes;

- Melhores condições turísticas e mais população (onde o efeito positivo da melhoria das condições supera o efeito negativo de mais população), garantindo também níveis de bem-estar aceitáveis;
- Piores condições turísticas e menos população (onde o efeito negativo do agravamento das condições é superado pelo efeito positivo de menos população), garantindo, ainda assim, níveis de bem-estar aceitáveis;
- Não alteração das condições turísticas e menos população residente (onde o efeito positivo resulta da diminuição da população);
- Melhores condições turísticas e não alteração da população residente (onde o efeito positivo resulta da melhoria das condições turísticas).

#### 5.4.1.9 Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de T*jt, superior à diminuição do valor de P*jt

O aumento do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento do valor da multiplicação do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$, superior à diminuição do valor de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$. Neste caso, a relação entre as condições turísticas e os turistas superam o efeito negativo do aumento da população residente. Ou seja, mais população residente, para:

- Melhores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito conjunto é positivo), garantindo níveis de bem-estar aceitáveis;
- Melhores condições turísticas e menos turistas (onde o efeito positivo da melhoria das condições supera o efeito negativo da perda de turistas), proporcionando, ainda assim, uma melhoria no bem-estar da população residente e nos turistas existentes;
- Piores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito negativo do agravamento das condições turísticas é superado pelo efeito positivo de mais turistas). Também esta situação se revela anormal, pois seria de esperar que uma quebra nas condições, associada ao aumento da população e ao aumento de turistas, fosse prejudicial aos níveis de desenvolvimento de um destino. Contudo, temos que aceitar que, se mesmo nestas circunstâncias há aumento de

procura por parte de turistas, então também temos que aceitar que existe "algo" que faz prevalecer a capacidade de atracção de um destino, levando a que tenhamos que aceitar a existência de interesse turístico para esse destino;

- Não alteração das condições turísticas e mais turistas (onde o efeito positivo resulta do aumento dos turistas);
- Melhores condições turísticas e não alteração dos turistas (onde o efeito positivo resulta da melhoria das condições turísticas).

Vejamos agora como se deverão comportar os factores do modelo para que o $IDT^*_{jt}$ diminua, numa análise onde os valores das variáveis das restantes regiões consideradas ficam fixas no tempo.

### 5.4.2 Diminuições do valor de IDT*jt de um determinado destino considerando fixas as variáveis dos restantes destinos

As diminuições do $IDT^*_{jt}$ podem resultar como consequência de nove combinações de variação entre os três factores considerados:

a) Diminuição simultânea do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, do valor de $P^*_{jt}$ e do valor de $T^*_{jt}$

   - $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \nabla P^*_{jt} \wedge \nabla T^*_{jt}$ (x)

b) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, ou do valor de $P^*_{jt}$ ou ainda do valor de $T^*_{jt}$, sem que os outros se alterem

   - $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \vee \nabla P^*_{jt} \vee \nabla T^*_{jt}$ (xi)

c) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ e diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \nabla\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (xii)

d) Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $P^*_{jt}$ e diminuição do valor de $T^*_{jt}$

   - $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] \wedge \nabla T^*_{jt}$ (xiii)

e) Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e diminuição do valor de $P^*_{jt}$

- $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] \wedge \nabla P^*_{jt}$ (xiv)

f) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ superior ao aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} > \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (xv)

g) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ inferior à diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} < \nabla\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (xvi)

h) Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $P^*_{jt,}$ superior ao aumento do valor de $T^*_{jt}$

- $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] > \Delta T^*_{jt}$ (xvii)

i) Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $T^*_{jt,}$ superior ao aumento do valor de $P^*_{jt}$

- $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] > \Delta P^*_{jt}$ (xviii)

Perante isto, estamos em condições de proceder à análise de sensibilidade do modelo proposto, em situação de diminuição do valor do $IDT^*_{ij}$.

#### 5.4.2.1 Diminuição simultânea do valor do somatório de D*ijt, do valor de P*jt e do valor de T*jt

A diminuição de $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifiquem, em simultâneo, diminuições do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$, o que significa que as "condições turísticas" de um destino são, em média, inferiores às "condições turísticas" dos outros destinos

considerados e, diminuições de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$, que significa que a população residente de um destino é comparativamente maior do que nos outros destinos considerados, proporcionando que, em média, haja, num destino, mais cidadãos a usufruir das condições que nos outros destinos e, ainda, diminuições de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$, que significa que um destino possui menor atracção para os turistas que os outros destinos considerados, ou seja, que esse destino, possui piores condições para atrair turistas do que os restantes. Por outras palavras, temos piores condições turísticas, para mais população residente e menos turistas (situação que consideramos de muito grave).

#### 5.4.2.2 Diminuição do valor do somatório de D*ijt, ou do valor de P*jt ou ainda do valor de T*jt, sem que os outros se alterem

A diminuição do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que qualquer um dos factores considerados diminui de valor. Isto significa que pela diminuição do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ teremos piores condições médias de bem-estar; pela diminuição de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ teremos um aumento da população residente que proporcionará um agravamento na distribuição média das referidas condições de bem-estar; e pela diminuição de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$ teremos uma perda na atracção de turistas por parte do destino. Qualquer um destes efeitos, isoladamente, provocará uma diminuição no valor do $IDT^*_{jt}$.

#### 5.4.2.3 Diminuição do valor do somatório de D*ijt e diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

A diminuição do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ e uma diminuição resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, associamos os efeitos do agravamento das condições turísticas, com o efeito negativo da relação entre população residente e turistas. Ou seja, piores condições, para:

- Mais população residente e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas é reforçado com o efeito negativo de mais população), determinando uma situação que consideraríamos de muito delicada;
- Mais população residente e mais turistas (onde o efeito positivo de mais turistas é superado pelo efeito negativo de mais população), não garantindo aumentos nos níveis de bem-estar;
- Menos população residente e menos turistas (onde o efeito positivo de menos população é superado pelo efeito negativo de menos turistas);
- Não alteração da população residente e menos turistas (onde o efeito negativo resulta da diminuição dos turistas);
- Mais população residente e não alteração dos turistas (onde o efeito negativo resulta do aumento da população).

#### 5.4.2.4 Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de P*jt e diminuição do valor de T*jt

A diminuição de $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição entre a multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $P^*_{jt}$ e uma diminuição do valor de $T^*_{jt}$. Neste caso, associamos os efeitos negativos de haver menos turistas com o efeito negativo resultante da relação entre as condições turísticas e a população residente. Ou seja, menos turistas para:

- Piores condições turísticas e mais população residente (onde o efeito conjunto é negativo);
- Piores condições turísticas e menos população residente (onde o efeito negativo de menos condições supera o efeito positivo de menos população);
- Melhores condições turísticas e mais população (onde o efeito positivo da melhoria das condições é superado pelo efeito negativo de mais população);
- Não alteração das condições turísticas e mais população residente (onde o efeito negativo resulta do aumento da população);
- Piores condições turísticas e não alteração da população residente (onde o efeito negativo resulta do agravamento das condições turísticas).

#### 5.4.2.5 Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de D*ijt com o do valor de T*jt e diminuição do valor de P*jt

A diminuição de $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição entre a multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e uma diminuição do valor de $P^*_{jt}$. Neste caso, associamos os efeitos negativos de haver mais população residente com o efeito negativo resultante da relação entre as condições turísticas e os turistas. Ou seja, mais população residente para:

- Piores condições turísticas e menos turistas (onde o efeito conjunto é negativo);
- Piores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito negativo de menos condições supera o efeito positivo de mais turistas);
- Melhores condições turísticas e menos turistas (onde o efeito positivo da melhoria das condições é superado pelo efeito negativo de menos turistas);
- Não alteração das condições turísticas e menos turistas (onde o efeito negativo resulta da diminuição dos turistas);
- Piores condições turísticas e não alteração dos turistas (onde o efeito negativo resulta do agravamento das condições turísticas).

#### 5.4.2.6 Diminuição do valor do somatório de D*ij, superior ao aumento do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

A diminuição do $IDT^{*}_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ superior ao aumento resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, apesar de assistirmos ao efeito conjunto de aumento, entre a população residente e os turistas, a diminuição das condições turísticas acabam por superar esse resultado, proporcionando, assim, um agravamento no bem-estar das populações residentes e turistas existentes. Ou seja, piores condições, para:

- Menos população residente e mais turistas (onde o efeito conjunto é positivo), mas não garante aumentos nos níveis de bem-estar;
- Menos população residente e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas é superado pelo efeito positivo de menos população), ainda assim, não garante aumentos nos níveis de bem-estar;
- Mais população residente e mais turistas (onde o efeito positivo de mais turistas ultrapassa o efeito negativo de mais população), não permitindo, ainda assim, que se consiga aumentar os níveis de bem-estar;
- Não alteração da população residente e mais turistas (onde o efeito positivo resulta do aumento dos turistas), mas, ainda assim, não permite melhorar os níveis de bem-estar;
- Menos população residente e não alteração dos turistas (onde o efeito positivo resulta da diminuição da população), mas, ainda assim, não permite melhorar os níveis de bem-estar.

#### 5.4.2.7 Aumento do valor do somatório de D*ijt, inferior à diminuição do valor da multiplicação de P*jt com T*jt

A diminuição do $IDT^{*}_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique um aumento do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ menor do que a diminuição resultante da multiplicação de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$.

Neste caso, apesar de termos uma melhoria nas condições turísticas, o efeito conjunto negativo da relação entre a população residente e os turistas, acabam por ultrapassar o efeito positivo das condições. Ou seja, melhores condições turísticas, para:

- Mais população e mais turistas (onde o efeito positivo de mais turistas é superado pelo efeito negativo de mais população residente), cuja relação não garante, mesmo assim, uma melhoria no bem-estar;
- Mais população residente e menos turistas (onde o efeito conjunto é negativo), não garantindo uma melhoria no bem-estar;
- Menos população residente e menos turistas (onde o efeito negativo de menos turistas supera o efeito positivo de menos população). Esta situação revela-se como anómala, pois seria de esperar uma melhoria nos níveis de bem-estar, pela relação entre melhores condições turísticas e menos população residente, levando à melhoria *per capita* das condições. Contudo, a partir de determinado nível de diminuição de turistas, é de admitir que o destino possui "algo" que faz perder a sua atracção em escalas muito elevadas, levando a que se aceite como se tornando desinteressante, do ponto de vista do turismo;
- Não alteração da população residente e menos turistas (onde o efeito negativo resulta da diminuição dos turistas);
- Mais população residente e não alteração dos turistas (onde o efeito negativo resulta do aumento da população).

#### 5.4.2.8 Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de P*jt superior ao aumento do valor de T*jt

A diminuição do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição do valor da multiplicação do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ com $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$ superior ao aumento do valor de $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$. Neste caso, a relação resultante entre as condições turísticas e a população residente supera o efeito positivo de mais chegadas de turistas. Por outras palavras, mais turistas, para:

- Piores condições turísticas e mais população residente (onde o efeito conjunto é negativo), não garantindo bem-estar à população e turistas existentes;
- Piores condições turísticas e menos população (onde o efeito negativo do agravamento das condições supera o efeito positivo de menos população), não garantindo, também, aumentos nos níveis de bem-estar;
- Melhores condições turísticas e mais população (onde o efeito positivo da melhoria das condições é superado pelo efeito negativo de mais população), não garantindo, ainda assim, níveis de bem-estar aceitáveis;
- Não alteração das condições turísticas e mais população residente (onde o efeito negativo resulta do aumento da população);
- Piores condições turísticas e não alteração da população (onde o efeito negativo resulta do agravamento das condições turísticas).

#### 5.4.2.9 Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de D*ijt com o valor de T*jt superior ao aumento do valor de P*jt

A diminuição do $IDT^*_{jt}$ pode ocorrer sempre que se verifique uma diminuição do valor da multiplicação do somatório de $\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right)$ com $\left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right)$, superior ao aumento do valor de $\left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right)$. Neste caso, a relação entre as condições turísticas e os turistas superam o efeito positivo da diminuição da população residente. Ou seja, menos população residente, para:

- Piores condições turísticas e menos turistas (onde o efeito conjunto é negativo), não permitindo aumentos nos níveis de bem-estar;
- Piores condições turísticas e mais turistas (onde o efeito negativo do agravamento das condições supera o efeito positivo de mais turistas), não proporcionando, por isso, uma melhoria no bem-estar na população residente e nos turistas existentes;
- Melhores condições turísticas e menos turistas (onde o efeito positivo da melhoria das condições turísticas não supera o efeito negativo de menos turistas). Também esta situação se revela anormal, pois seria de esperar que uma

melhoria nas condições associada à diminuição da população, fosse benéfica para os níveis de desenvolvimento de um destino. Contudo, temos que aceitar que, se mesmo nestas circunstâncias há fortes diminuições na procura por parte dos turistas, então também temos que aceitar que existe "algo" que faz perder a capacidade de atracção de um destino, levando a que tenhamos que aceitar a perda do interesse turístico para esse destino;

- Não alteração das condições turísticas e menos turistas (onde o efeito negativo resulta da diminuição dos turistas);
- Piores condições turísticas e não alteração dos turistas (onde o efeito negativo resulta do agravamento das condições turísticas).

Assumidos os pressupostos iniciais, verificamos que existem 78 variantes possíveis quanto às causas dos movimentos de aumento ou diminuição do valor do $IDT^*_{jt}$, considerando constantes as variáveis da concorrência, que resultam das diferentes proporções observadas nas relações entre os factores, "condições turísticas", "população residente" e "turistas". Sendo que 39 correspondem a combinações de aumento do $IDT^*_{jt}$ e outras 39 são combinações que levam a diminuições do $IDT^*_{jt}$.

**Quadro 5.8** – Síntese das variações dos factores nos efeitos no IDT

| IDT (diminuição) | $D^*_{ijt}$ | $P^*_{jt}$ | $T^*_{jt}$ | IDT (aumento) |
|---|---|---|---|---|
| 0 | + | + | + | 4 |
| 2 | + | + | - | 4 |
| 3 | + | - | - | 3 |
| 2 | + | - | + | 4 |
| 4 | - | - | - | 0 |
| 4 | - | - | + | 2 |
| 3 | - | + | + | 3 |
| 4 | - | + | - | 2 |
| 0 | + | 0 | 0 | 1 |
| 0 | + | 0 | + | 2 |
| 1 | + | 0 | - | 2 |
| 0 | + | + | 0 | 2 |
| 1 | + | - | 0 | 2 |
| 0 | 0 | + | + | 2 |
| 0 | 0 | 0 | + | 1 |
| 1 | 0 | - | + | 1 |
| 1 | 0 | + | - | 1 |
| 0 | 0 | + | 0 | 1 |
| 1 | 0 | - | 0 | 0 |
| 2 | 0 | - | - | 0 |
| 1 | 0 | 0 | - | 0 |
| 1 | - | 0 | 0 | 0 |
| 2 | - | 0 | + | 1 |
| 2 | - | + | 0 | 1 |
| 2 | - | - | 0 | 0 |
| 2 | - | 0 | - | 0 |

Fonte: Elaboração própria

Das 26 combinações possíveis entre as variações positivas ou negativas de $D^*_{ijt}$, $P^*_{jt}$ e $T^*_{jt}$, 14 não se repetem nos seus efeitos positivos ou negativos do $IDT^*_{jt}$, consoante as diferentes proporções nas respectivas variações, sendo que 7 apenas reflectem efeitos no aumento do $IDT^*_{jt}$ e outras 7 na sua diminuição:

- Aumento simultâneo de $D^*_{ijt}$, de $P^*_{jt}$ e de $T^*_{jt}$, que garante sempre o aumento do $IDT^*_{jt}$, pois, havendo melhores condições turísticas, menos população residente e mais turistas, teremos sempre índices de desenvolvimento turístico, associados ao bem-estar, positivos;
- Aumento exclusivo de $D^*_{ijt}$. A melhoria das condições turísticas, sem que os outros factores se alterem, trará aumento do bem-estar;

- Aumento de $D^*_{ijt}$ e de $T^*_{jt}$ sem alteração em $P^*_{jt}$. A melhoria das condições turísticas e das chegadas de turistas, sem que a população residente se altere, provocará uma melhoria no bem-estar local;
- Aumento de $D^*_{ijt}$ e de $P^*_{jt}$, sem que se altere $T^*_{jt}$. A melhoria das condições turísticas associadas à diminuição da população local irá melhorar os níveis de bem-estar dessa população e dos níveis constantes das chegadas de turistas;
- Não alteração de $D^*_{ijt}$ com aumento de $P^*_{jt}$ e de $T^*_{jt}$. Mesmo considerando a manutenção das condições turísticas, mas se associarmos a isso a diminuição da população residente e o aumento de turistas, os níveis de bem-estar da população melhorarão, e as dos turistas também, pois, caso contrário, estes começariam a diminuir (porventura devido à própria diminuição da pressão demográfica residente);
- Aumento exclusivo de $T^*_{jt}$. O aumento da chegada de turistas, sem que os outros factores se alterem, traduz-se na melhoria do bem-estar desses e, por consequência, das próprias populações residentes;
- Aumento exclusivo de $P^*_{jt}$. A diminuição da população residente, sem que os outros factores se alterem, garantirá a melhoria média do usufruto das condições turísticas, levando à melhoria do bem-estar;
- Diminuição simultânea de $D^*_{ijt}$, de $P^*_{jt}$ e de $T^*_{jt}$, que garante sempre a diminuição do $IDT^*_{jt}$, pois, havendo piores condições turísticas, mais população residente e menos turistas, teremos sempre índices de desenvolvimento turístico negativos, associados ao bem-estar;
- Diminuição exclusiva de $P^*_{jt}$. O aumento da população residente, sem que os outros factores se alterem, levará à perda, em média, do usufruto das condições turísticas, levando à diminuição nos níveis de bem-estar;
- Não alteração de $D^*_{ijt}$, diminuição de $P^*_{jt}$ e de $T^*_{jt}$. A manutenção das condições turísticas associadas ao aumento da população residente e da diminuição de turistas, trará um agravamento no bem-estar local;
- Diminuição exclusiva de $T^*_{jt}$. A diminuição da chegada de turistas, sem que os outros factores se alterem, traduz-se no agravamento dos níveis de bem-estar desses e, por consequência, das próprias populações residentes;
- Diminuição exclusiva de $D^*_{ijt}$. O agravamento das condições turísticas, sem que os outros factores se alterem, trará diminuições nos níveis de bem-estar;

- Diminuição de $D^*_{ijt}$ e de $P^*_{jt}$, sem alteração de $T^*_{jt}$. O agravamento das condições turísticas associados ao aumento da população residente, sem que haja mais chegadas de turistas, irá diminuir o bem-estar local;
- Diminuição de $D^*_{ijt}$ e de $T^*_{jt}$, sem alteração em $P^*_{jt}$. O agravamento das condições turísticas e a diminuição das chegadas de turistas, mesmo considerando que a população residente não se altera, irá agravar o bem-estar local, o qual se revela pela própria diminuição dos turistas.

### 5.4.3 Aumentos e diminuições do valor do IDT*jt, de um determinado destino considerando não fixas as variáveis dos restantes destinos

As mesmas variações apresentadas anteriormente podem e devem ser analisadas num contexto onde os outros destinos apresentem simultaneamente variações nas suas variáveis. Nestes casos, não será possível garantir à partida, que as hipóteses apresentadas anteriormente proporcionem aumentos ou diminuições no $IDT^*_{jt}$ de um determinado destino, pois, tal dependerá do grau de variação nas variáveis dos outros destinos e da própria posição de partida, do destino considerado. Desta forma, admitimos que para as mesmas 26 combinações possíveis, possamos obter valores do $IDT^*_{jt}$, de aumento ou diminuição, mais ou menos repetidas, sem que, à partida, possamos garantir qual dessas posições é adquirida.

### 5.4.4 Manutenção do valor do IDT*jt

Temos, ainda, as situações onde o valor do $IDT^*_{jt}$ não se altera. Estes resultados são atingidos quando, apesar de haver alterações nos valores, quer das condições turísticas, quer da população residente, quer ainda dos turistas, do destino considerado, estas acabam por ser absorvidas com alterações desses mesmos factores, dos outros destinos concorrentes, fazendo com que a posição relativa do destino considerado não seja alterada. Portanto, o reposicionamento competitivo de um destino acaba por estar condicionado ao posicionamento dos outros destinos concorrentes. Em ambiente de mercado, "não basta querer e fazer, é necessário consegui-lo de forma diferente da

concorrência". Em rigor, neste caso, podemos ter as mesmas 78 variantes que acabam por não resultar em qualquer alteração relativa do destino considerado.

# Capítulo 6

# Análise de correspondência entre o IDT e o Ciclo de Vida de um destino

Apresentadas as diferentes combinações possíveis com os factores sugeridos para o índice de desenvolvimento turístico proposto, entendemos que este deve verificar a sua consistência, de duas formas:

Com o modelo TALC, enquanto teoria explicativa de desenvolvimento dos destinos turísticos (hipóteses gerais);
Com as suas próprias variações internas (hipóteses específicas).

Comecemos por verificar se o comportamento do índice proposto, de acordo com os pressupostos apresentados e dentro das variações esperadas para as variáveis, em contexto concorrencial, suporta as explicações descritivas da própria proposta de Butler (1980), com as seis fases evolutivas. Caso se confirme que o índice proposto configura as explicações evolutivas do desenvolvimento de um destino, dentro dos pressupostos do modelo TALC, é necessário verificar se é consistente com as evoluções esperadas para os seus próprios factores. Se ambas as situações se confirmarem, estaremos em condições de aceitar o índice como indicador de medida do nível de desenvolvimento turístico de um destino, dentro dos pressupostos apresentados e em contexto de concorrência internacional. Desta forma, estaremos em condições de apresentar o índice, como contributo para uma melhor utilização do modelo proposto por Butler, em termos de apoio à definição de estratégias e à decisão, sobre o posicionamento competitivo de um destino turístico e em termos da sua posição no ciclo de vida.

## 6.1 A verificação da evolução do ciclo de vida de um destino

De acordo com as diferentes variações possíveis, o índice proposto evoluirá na sequência dos diferentes valores que os factores possam assumir, ao longo do tempo. Vimos anteriormente, no ponto 5.5, que, para diferentes variações dos factores, são expectáveis diferentes comportamentos para o índice, quer em termos de aumento, quer em termos de diminuição, ou, até mesmo, em termos de manutenção da posição relativa do destino, estejamos em contexto de variáveis fixas ou de variáveis não fixas dos restantes destinos concorrentes.

É necessário identificar quais as evoluções esperadas das "condições turísticas" ($D_{ij}$), da "população residente" ($P_{jt}$) e dos "turistas" ($T_{jt}$), aquando da evolução do Ciclo de Vida de um destino, proposto por Butler (1980), para assim, verificarmos se o índice proposto representa essa esperada evolução da curva. Vários são os estudos que apontam para diferentes configurações da curva do ciclo de vida de um destino. Nuns casos apresentam uma configuração em "S", à qual chamaremos de "curva típica" e, noutros casos, configurações diferentes da anterior, às quais chamaremos de "curva atípica". Neste ponto, gostaríamos de sublinhar que é nosso entendimento que a proposta original de Butler (1980) não nega nem refuta a existência de outras curvas, para além da "curva típica". Antes, é referido que se trata de uma hipótese evolutiva, sendo que se tornou como "ideal" e desejada. Por outro lado, vários foram os autores que sugeriram a possibilidade de existência de destinos que não passam pelas seis fases, mas, antes, acabam por apresentar evoluções que se reportam a duas, três ou até quatro fases. Há um aspecto que devemos atender com o devido cuidado, aquando da apreciação do ciclo de vida: naturalmente que um destino não "vive" só durante um período que foi sujeito a análise ou pelo qual determinado modelo sugere uma determinada evolução, isto é, "*há mais destino para além do período em análise*". Serve isto para dizer que o indicador utilizado deve acautelar essa realidade.

Assim, interessa-nos verificar se a nossa proposta se apresenta como apropriada para explicar as diferentes evoluções, pelas quais um destino pode passar. Uma vez que consideramos um contexto concorrencial com cinco destinos, podemos ter diferentes situações (cenários) com variantes, que carecem de uma análise cuidada, de forma a verificar a consistência geral do nosso modelo para com o modelo TALC:

- **Cenário 1:** Considerando as variáveis dos restantes destinos, fixas no tempo (não alteradas – "atípico")
    - **C1.1:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo "típico";
    - **C1.2:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo a taxas crescentes constantes ("atípico");
    - **C1.3:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo heterogéneo, com taxas evolutivas positivas e negativas dos seus factores ("atípico").

- **Cenário 2:** Considerando as variáveis dos restantes destinos, não fixas no tempo (evolução "típica")
    - **C2.1:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo "típico";
    - **C2.2:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo a taxas crescentes constantes ("atípico");
    - **C2.3:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo heterogéneo, com taxas evolutivas positivas e negativas dos seus factores ("atípico").

- **Cenário 3:** Considerando as variáveis dos restantes destinos, não fixas no tempo (evolução a taxas crescentes constantes – "atípica")
    - **C3.1:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo "típico";
    - **C3.2:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo a taxas crescentes constantes ("atípico");
    - **C3.3:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo heterogéneo, com taxas evolutivas positivas e negativas dos seus factores ("atípico").

- **Cenário 4:** Considerando as variáveis dos restantes destinos, não fixas no tempo (evolução heterogénea a taxas positivas – "atípica")

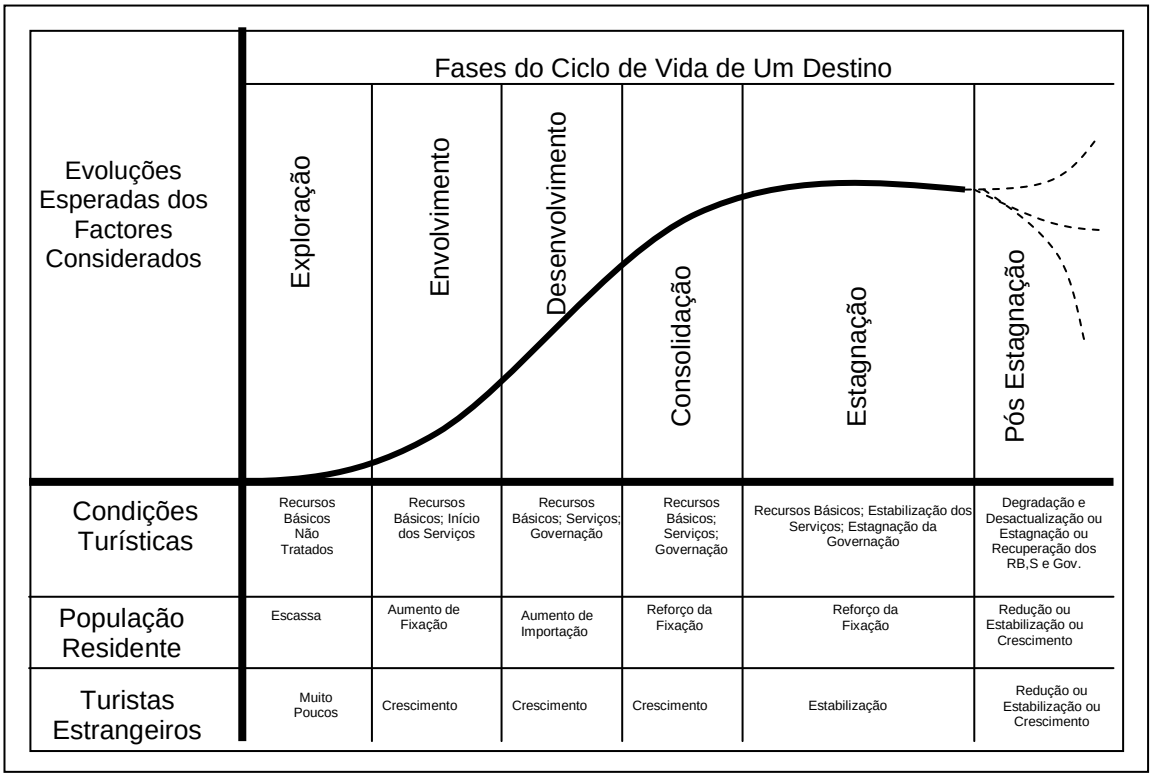
  - **C4.1:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo "típico";
  - **C4.2:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo a taxas crescentes constantes ("atípico");
  - **C4.3:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo heterogéneo, com taxas evolutivas positivas e negativas dos seus factores ("atípico").

- **Cenário 5:** Considerando as variáveis dos restantes destinos, não fixas no tempo (evolução heterogénea a taxas positivas e negativas – "atípica")
  - **C5.1:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo "típico";
  - **C5.2:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo a taxas crescentes constantes ("atípico");
  - **C5.3:** Podemos ter um determinado destino com um comportamento evolutivo heterogéneo, com taxas evolutivas positivas e negativas dos seus factores ("atípico").

Só depois de verificada a consistência geral podemos então passar para a verificação dos casos específicos, de variação das variáveis (mencionadas no ponto 5.5), para avaliar da sua consistência específica, ou seja, da consistência do próprio modelo proposto. Se ambas forem verificadas, podemos então passar para a determinação das fases do ciclo de vida recorrendo ao índice proposto.

Para melhor percebermos como pode um destino evoluir utilizando os factores propostos, vejamos, em primeiro lugar, através de um esquema síntese, do que se considera ser uma evolução "típica" e a forma como, supostamente, evoluirão os factores escolhidos.

**Figura 6.1** – Evolução dos Factores de acordo com o Ciclo de Vida de um Destino (evolução "típica")




Fonte: Elaboração própria (adaptado de Butler, 1980)

Na fase de exploração, as "condições turísticas" que mais atraem os turistas são os recursos básicos, onde o património natural e histórico-cultural, são os que mais influenciam as visitas, mesmo estando com falta de tratamento, manutenção e sem serem recuperados. Porventura, o património natural não está ainda delimitado por área protegida, nem o património histórico-cultural está classificado e avaliado e, portanto, sujeito aos requisitos para esse efeito. Contudo, quer uns quer outros apresentam fascínio e capacidade atractiva.

Quanto aos serviços, e considerando que as populações locais vivem o seu dia-a-dia a ritmos próprios, sem exigências nem pressões, podemos considerar que o parque habitacional se caracteriza pela modéstia e sem grandes condições de saneamento e água canalizada e, até mesmo, com algumas deficiências no abastecimento energético. As actividades de diversão são as que mobilizam a população local, em termos de festas populares de cariz mais ou menos religioso e até de natureza pagã. A assistência médica é muito deficiente, quer em termos de condições físicas, quer em termos de

disponibilidade de recursos humanos especializados e de tempo de assistência. Os alojamentos hoteleiros serão inexistentes, pois o número de visitantes e forasteiros serão escassos ou praticamente inexistentes. A maioria dos forasteiros virá pelas visitas a familiares e amigos, alojando-se nas casas destes, ou noutras comunidades próximas.

No que respeita à governação, nesta fase, o poder público é pouco interventivo. O policiamento será ocasional e escasso, pois o quotidiano não obriga a mais. As acessibilidades resumir-se-ão a caminhos de difícil acesso, estradas sinuosas e não preservadas e sem ligações a vias de rápido e fácil acesso ao exterior, ou seja, haverá fortes deficiências quer nas acessibilidades internas, quer nas vias de ligação com o exterior, tanto por via terrestre, como por via aérea ou marítima. Os recursos humanos existentes estão mal preparados e naturalmente nem sequer haverá mão-de-obra especializada ou preparada para o sector turístico, pois as redes escolares com formação turística não chegam a estes lugares. Os sistemas de informação e comunicação apresentarão fortes deficiências e limitações, pois tanto a imprensa escrita, como até as redes de comunicação, via rádio e televisão, ou de outra natureza, não garantem uma regular comunicação com a área, ora por falta de antenas de distribuição de sinal, ora porque as redes por cabo pura e simplesmente não existem. Muito menos existirão, em abundância, ligações de internet. Os planos de urbanização serão praticamente inexistentes, pois um cenário de elevada fragilidade não carece, seguramente na opinião do poder político, de intervenção de natureza de ordenamento urbano, pois, seguramente, na sua opinião, qualquer iniciativa de construção de habitação será sempre bem-vinda, em comunidades pequenas e com pouco poder de atracção e fixação, ou em comunidades maiores, mas com fraco poder de atracção. Logo, no entedner desse mesmo poder político, estas escassas iniciativas não devem “esbarrar” em limitações geográficas e arquitectónicas.

A “população residente” é escassa, vivendo a um ritmo calmo. Os “turistas estrangeiros” existentes, serão aqueles que acabam por “tropeçar” nesses destinos, pois estes ainda não implementaram qualquer tipo de promoção e publicidade.

Nesta fase, como se verifica, as condições de atracção são muito reduzidas e rudimentares e praticamente não existem condições de fixação, quer para a população

local, quer também para os próprios visitantes. Por outras palavras, podemos dizer que a qualidade de vida dessas populações contém fortes fragilidades.

Com o passar dos tempos, podendo estes ser mais ou menos longos, consoante a capacidade intrínseca dos recursos básicos em atraírem, a ritmos mais ou menos acelerados, mais visitantes, sejam estes novos ou repetidos, é expectável que cada uma das variáveis referidas possa evoluir no sentido da sua melhoria. Admitindo que estamos na presença de uma comunidade onde existe essa capacidade intrínseca, teremos então a seguinte evolução, após a fase de exploração:

- Na fase de envolvimento, com a chegada gradual de mais visitantes, começamos a assistir a dinâmicas evolutivas e interactivas nas diferentes "condições turísticas". A própria população local, começa a cuidar do seu património, história e cultura. Começam a surgir as primeiras soluções de alojamento para os visitantes, quer em termos de habitações das próprias populações locais, quer em termos de habitações recuperadas pelos próprios locais e, gradualmente, por um ou outro visitante, quer ainda em espaços ao "ar livre", preparados para o efeito. Os aspectos relacionados com a governação serão ainda muito incipientes, pois ainda não se notam os fenómenos de aglomeração que acabam por motivar essas intervenções. Contudo, a "população residente" começa a encontrar condições para se fixar de forma mais permanente, pois começam a surgir algumas oportunidades de negócio, iniciando-se a fase de crescimento desta. Os "turistas estrangeiros", ao encontrarem mais e melhores condições, começam não só a chegar em maior número, como também a repetir as suas experiências, iniciando-se também uma fase de crescimento deste factor.

Naturalmente que estas dinâmicas começam a ser cada vez mais acentuadas, com o evoluir dos tempos. E é nessa dinâmica que consiste todo o modelo TALC.

- Na fase de desenvolvimento, das "condições turísticas" os recursos básicos continuam a ser alvo de atenção, os serviços consolidam o seu processo de melhoria e diversificação e inicia-se o processo de envolvimento dos agentes relacionados com a governação dos espaços e actividades públicas. Devido ao surgimento de novas oportunidades de negócio, a "população residente" começa a assistir ao

crescimento da imigração e migrações de outras comunidades, cada vez mais com tendências de fixação de residência, contribuindo, dessa forma, para agravar a qualidade de vida média dos residentes. Quanto aos "turistas estrangeiros" continuamos a assistir ao crescimento das suas chegadas. Supostamente, qualquer dos factores terá, nesta fase, taxas de crescimento acentuadas.

- Na fase de consolidação continuamos a ter nas "condições turísticas", o reforço da preocupação com os recursos básicos, os serviços são cada vez melhores, mais intensos e diversos e consolidam-se as questões relacionadas com a governação. A "população residente", de várias origens, atinge quantidades elevadas e reforça a sua tendência de fixação. Os "turistas estrangeiros" mantêm a sua tendência crescente.

- Na fase de estagnação, entramos na fase onde, tendencialmente, as "condições turísticas" começam a ficar estagnadas, ou seja, não assistimos aos ritmos de melhoria das mesmas, o que era hábito nas fases anteriores. Os recursos básicos começam a não ser devidamente mantidos e preservados, ou o seu ritmo de preservação é inferior ao seu ritmo de uso, os serviços começam a ficar obsoletos e a governação deixa de dar atenção aos seus aspectos primordiais, em termos turísticos. A "população residente" e as chegadas de "turistas estrangeiros" começam a estabilizar.

- Na fase de pós-estagnação podemos ter três cenários diferentes, que poderão ocorrer em qualquer período inicial desta fase. Ora, podemos entrar numa fase de decréscimo acentuado, diríamos mesmo, sem recuperação, onde qualquer calamidade, catástrofe ou acidente grave poderá ser a causa, ora, podemos entrar numa fase de estabilização mais prolongada onde se verifique um ligeiro e muito ténue decréscimo na evolução dos factores, ou então, podemos entrar numa nova fase de crescimento, pelo facto de algum, ou mais factores, começarem a indiciar comportamentos de recuperação. Estes três cenários poderão ocorrer em qualquer período de decréscimo dos factores, sendo que, numa fase muito avançada desse mesmo decréscimo, não é de crer que surjam quaisquer possibilidades de inverter essa tendência. Assim, podemos ter nas "condições turísticas" períodos de degradação dos recursos básicos e dos serviços e desactualização da governação, períodos de estabilização dos recursos básicos, dos serviços e da governação, ou

ainda, períodos de reestruturação dos recursos básicos, dos serviços e modernização da governação. A "população residente" tanto poderá reduzir-se, estabilizar ou até mesmo voltar a crescer, em consequência das diferentes tendências que possam resultar nesta fase. Os "turistas estrangeiros", perante a degradação das comunidades e até pelo facto de alguns deles não pretenderem ambientes de "massas", quer em termos de população residente, quer também em termos dos próprios turistas, começam a procurar outros destinos, levando à diminuição do número de chegadas. Contudo, também poderão recuperar os hábitos antigos ou até mesmo serem motivados por novas ofertas turísticas, dentro do mesmo destino, de acordo com a evolução dos restantes factores.

Após esta explicação teórica da evolução "típica" do modelo TALC, com recurso aos factores propostos, somos a analisar o comportamento do IDT, para um determinado destino, de modo a verificarmos se este apresenta comportamentos de acordo com o modelo, ou se possui tendências diferenciadas, considerando que o seu principal mercado concorrencial, em determinado momento, é composto por cinco destinos, contando com ele próprio e que a posição competitiva de cada destino é influenciada pelos restantes. Para melhor analisarmos o percurso desse destino, consideramos que o mesmo entra, pela primeira vez, num novo mercado onde os principais concorrentes são outros quatro destinos, já possuindo estes, valores para as diferentes variáveis propostas. Por outras palavras, o destino considerado entra para um mercado, onde os principais concorrentes, já possuem diferentes graus evolutivos nas suas variáveis. Em termos práticos, podemos estar em presença de um destino que comece a surgir como alternativo a outros, ou que, por opção estratégica, pretenda competir com concorrentes já consolidados num mercado (neste caso assumindo políticas agressivas de investimento, de forma a recuperar o seu desnível comparativo). Ou seja, um ciclo de vida de um destino não tem de ser coincidente com o de outros, mas antes, um destino pode, possuir diferentes ciclos de vida, consoante o enquadramento concorrencial em que se encontre. Por outras palavras, o destino considerado, pode estar numa fase mais avançada de um ciclo, se estiver a competir com outros destinos, também eles ainda, estruturalmente, muito frágeis mas, ao comparar-se com destinos mais evoluídos, acaba por se encontrar no início de um novo ciclo. Ou seja, um destino terá tantos ciclos de vida quantos os diferentes enquadramentos concorrenciais em que se encontre. Num contexto concorrencial como o que propomos, a comparação dos níveis de

desenvolvimento, levará a que não seja de aceitar que um destino esteja mais desenvolvido que outro se, num determinado momento, a sua curva de ciclo de vida estiver num nível mais baixo que a dos outros destinos. Nestas circunstâncias, interessa também verificar se a entrada de um novo concorrente interfere na performance comercial dos destinos no seu todo. Podemos, pois, dizer que o grau de desenvolvimento de um destino turístico pode ser visto de duas formas:

- De forma isolada ou "fechada", comparando com o seu próprio passado;
- De forma comparada ou "aberta", comparando o seu posicionamento, relativamente a outros, num determinado momento.

Contudo, pode haver a tentação de considerar a nossa proposta como inapropriada para avaliar e apreciar a evolução dos destinos turísticos, já inseridos nos mercados, pois os níveis exigidos às variáveis do modelo não existiam no passado, porque consideramos o desenvolvimento turístico numa óptica associada à Qualidade de Vida e ao Bem-estar (dentro de padrões actuais). Contudo, é necessário considerar o seguinte:

- Também nesses destinos, tal como nos que ainda surgirão, seguramente não serão os padrões "medievais" das variáveis, que nos irão indicar o seu grau de evolução;
- Em qualquer destino, quando apreciamos a sua capacidade de atracção, devemos ter como enquadramento, especificidades socioeconómicas de padrões das sociedades economicamente mais desenvolvidas, até porque os chamados "turistas estrangeiros", aqueles que viajam para outros países, serão maioritariamente oriundos dessas sociedades, e sempre assim foi. Consequentemente, a maioria deles, procurará alojamentos de qualidade elevada, destinos com níveis de informação e comunicação elevados, locais com boas acessibilidades para mobilidade interna, habitações condignas, segurança, locais cujas populações revelem preocupações de preservação ambiental e com um aceitável ordenamento urbano (cremos que sempre assim foi, só que com padrões diferentes, ou seja, adaptado a cada época);
- O facto de alguns destinos não possuírem os níveis das variáveis, propostos no modelo, apenas indica que, caso queiram ser atractivos e competitivos, deverão equacionar avançar nesse sentido;

- Em termos teóricos, a apreciação da consistência do modelo proposto com o modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos, é efectuado considerando que determinado destino turístico, ao longo de determinado período de tempo, relativamente longo, acaba por ir obtendo e procura reunir os níveis dessas sociedades economicamente desenvolvidas, de forma a poder atrair cada vez mais "turistas estrangeiros" e proporcionar-lhes, níveis de repetição de visita;
- No futuro, os destinos turísticos terão as mesmas preocupações, só que, mais uma vez, de acordo com padrões diferentes dos de hoje. Contudo, estes padrões estarão sempre dentro do enquadramento da Qualidade de Vida e Bem-estar.

Desta forma, entendemos que o facto de considerarmos as variáveis nos termos propostos, não invalida nem retira pertinência, nem consistência, ao modelo proposto. Pois, este mesmo modelo poderia ser aplicado num tempo diferente, com níveis de variáveis diferentes. Se um modelo não tiver essa capacidade, perderá a sua pertinência, pois ficará desactualizado e não será aplicado, em enquadramentos socioeconómicos alterados. Por outro lado, também podemos dizer que a aplicação do modelo proposto, a destinos turísticos já inseridos no mercado, se ajusta com os níveis exigidos nas variáveis, pois assumimos que haverá, como referência, uma evolução no sentido de se atingir esses mesmos níveis. Até porque, quando nesses casos tendencialmente se analisa ora o número de chegadas de turistas, ora a quantidade de camas disponíveis, quer uma quer outra, não surgem por acaso e de forma isolada, pois haverá seguramente outras razões e motivos para esses comportamentos de viagem e investimentos, a que vulgarmente podemos chamar de "melhores condições". Mais, no respeitante à oferta de camas, é hoje reconhecido e assumido tanto pelas entidades públicas como pelos investidores privados que o "ideal" é possuir um maior número possível destas com níveis de 4 e mais estrelas. Logo, se tal não acontece no início do processo, acabarão por surgir ao longo dos tempos ou, pelo menos, manter-se-á como um dos objectivos.

Posto isto, relembremos o índice de desenvolvimento turístico proposto (IDT), de forma a melhor observarmos o seu comportamento em consequência das diferentes variações de cada um dos seus factores:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n}\left(\frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}\right) \times \left(\frac{P_{Tt}}{P_{jt}}\right) \times \left(\frac{T_{jt}}{T_{Tt}}\right) \qquad (6)$$

Analisemos a consistência genérica desta nossa proposta de índice, para cada cenário anteriormente referido, isto porque entendemos que a nossa proposta só será convenientemente consistente com o modelo TALC se servir para explicar as diferentes variantes que possam surgir num ciclo de vida que consiga, também, traduzir uma representação gráfica de acordo com a teoria do modelo e suas variantes, ou seja, que também configure ciclos com menos de seis fases. Só desta forma estarão reunidas as condições para assumirmos esta proposta como possível para representar o modelo TALC.

Para o cenário C1.1 (ver p. 323) e partindo de uma situação absolutamente aleatória, mas ainda na fase de exploração, apenas com o cuidado dos dados de cada variável não serem completamente absurdos, mas antes procurando retratar valores que, em todas as variáveis se apresentem em concordância com a fase inicial referida, vejamos, então, em termos genéricos, como evolui o IDT, do destino "C", considerando como situação de partida, o apresentado no quadro 6.1 da página 334[89] e considerando a evolução de cada uma das variáveis do modelo, em cada uma das fases evolutivas.

Na fase de exploração, admite-se que a variável "área protegida" apresente valores muito reduzidos e a variável "património histórico classificado" seja ainda inexistente. Regra geral, estas preocupações surgem com o intuito de atrair mais turistas e até quando estes apresentam frequências elevadas de visitas aos lugares, que motivem a sua qualificação e classificação. O "parque habitacional" estará ainda pouco cuidado, mas as "actividades de diversão" já apresentarão valores elevados, pois estarão associados com a cultura local e, portanto, pelo menos nesta fase, serão independentes da existência de mais ou menos visitantes. Normalmente, até acabam por atrair as visitas de familiares e amigos nessas ocasiões. A "assistência médica" é ainda muito rudimentar, caracterizada por visitas pouco frequentes de médicos e, consequentemente, com poucos médicos a dar assistência. O "alojamento turístico" será ainda muito rudimentar e elementar, reduzindo-se a ofertas não organizadas de quartos e disponibilidade de outros

[89] (NA) Este será sempre o nosso contexto de partida para analisar os diferentes cenários. Sempre que tal não acontecer, justificaremos convenientemente a mudança.

espaços para pernoitar, dos quais destacamos o "campismo". Naturalmente, que não é expectável que existam ofertas de nível elevado de alojamentos, numa fase onde não há qualquer indício do efeito de economias de aglomeração. Por outro lado, o "policiamento" e as "acessibilidades internas" apresentarão valores muito baixos, já os "recursos humanos" com formação em turismo estarão ainda num nível nulo, pois, não havendo qualquer tradição turística não é expectável que haja sensibilidade para os poucos agentes empregarem mão-de-obra especializada. Bem pelo contrário, serão as actividades em sede familiar que responderão às poucas solicitações que forem surgindo. A "informação e comunicação" também estará ainda em níveis muito baixos e, seguramente, sem recurso às novas tecnologias existentes. No que respeita aos "planos de urbanização" o panorama será semelhante em termos de fragilidade e pouca sensibilidade e preocupação por parte das administrações. Poderá haver pequenas "bolsas" urbanas que tenham tido esse cuidado, mas seguramente não é essa a regra. A "população residente" estará sujeita a crescimentos naturais, em termos de renovação populacional sem que surjam novos residentes de forma acentuada, pois as condições de fixação serão muito escassas. Finalmente, os "turistas estrangeiros" serão ainda muito poucos sem conseguirem promover estímulos suficientes aos residentes para que estes se tornem mais dinâmicos.

Naturalmente que, em termos da teoria do ciclo de vida dos destinos, admitimos que haja uma evolução crescente nas diferentes variáveis a partir desta fase de exploração, sendo que, para o efeito prático, iremos simular crescimentos que nos pareçam aceitáveis à luz dessa teoria. Assim, para as "condições turísticas", utilizaremos a evolução em termos dos pesos médios, no total dos destinos considerados. Onde, numa primeira fase, um "jovem destino turístico" terá fraco peso no total mas, gradualmente, vai adquirindo maior importância, em termos globais. Essa tendência acentua-se à medida que vai evoluindo no tempo. Até que chegará a uma fase onde esse peso começa a estabilizar no contexto geral. Após essa estabilização, poderá, então, como já vimos, entrar em evoluções decrescentes, estabilizar ou até voltar a crescer. Para a "população residente" assumiremos que teremos taxas de crescimento associadas às dinâmicas esperadas nas diferentes fases. Sendo que, nas fases de maior fulgor económico, assumiremos que as taxas também serão maiores, voltando, posteriormente, a estabilizar e até a decrescer gradualmente, nas fases de estagnação, podendo, depois, assumir uma das três evoluções previstas na fase de pós-estagnação. Também para os "turistas

estrangeiros" assumiremos valores de taxas de crescimento médio anual em ritmos que nos pareçam mais apropriados, considerando o pressuposto do modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos. Sendo que, no início do processo, estaremos mais em presença de visitantes e não tanto de turistas, nos termos internacionalmente considerados.

**Quadro 6.1** – Situação de Partida para o cálculo do IDT – Valores Absolutos *(aleatórios)*

| N | R | Condições Turísticas | | | | | | | | | | | População Residente | Turistas Estrangeiros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | % | Nº I. | Nº I. | Nº I. | Nº I. | % | Nº I. | Nº I. | Nº I. | Nº I. | % | | |
| | | AP | PHC | AT | AD | AM | PH | P | A | RH | IC | PU | | |
| 1 | A | 10,00% | 1 | 0 | 120 | 30 | 30,00% | 200 | 50 | 300 | 3.000 | 20,00% | 100.000 | 500.000 |
| 2 | B | 13,00% | 0 | 0 | 100 | 40 | 28,00% | 100 | 75 | 240 | 5.100 | 12,00% | 60.000 | 70.000 |
| 3 | C | 3,00% | 0 | 0 | 83 | 10 | 5,50% | 30 | 20 | 0 | 1.000 | 5,00% | 20.000 | 10.000 |
| 4 | D | 5,00% | 1 | 0 | 80 | 5 | 80,00% | 17 | 30 | 70 | 2000 | 80,00% | 5.500 | 50.000 |
| 5 | E | 17,50% | 0 | 0 | 87 | 8 | 90,00% | 42 | 15 | 330 | 1.500 | 5,00% | 5.000 | 120.000 |
| | T | 48,50% | 2 | 0 | 470 | 93 | 233,50% | 389 | 190 | 940 | 12.600 | 122,00% | 190.500 | 750.000 |

Fonte: Elaboração própria

**Legenda:**

AP – Área Protegida (% de área ocupada)

PHC – Património Histórico Classificado (nº de património classificado pela UNESCO)

AT – Alojamento Turístico (nº de camas de 4 e mais estrelas)

AD – Actividades de Diversão (nº de eventos de promoção internacional)

AM – Assistência Médica (nº de médicos)

PH – Parque Habitacional (% de habitações com condições de saneamento, água e electricidade)

P – Policiamento (nº de polícias de serviço público e de natureza civil)

A – Acessibilidades Internas (nº de Km de estradas asfaltadas)

RH – Recursos Humanos (nº de RH formados em turismo)

IC – Informação e Comunicação (nº de ligações de internet)

PU – Planos de Urbanização (% de área ocupada, dentro das zonas urbanizáveis)

Propositadamente consideramos o destino "C" como um destino muito frágil, relativamente aos restantes, de modo a melhor apreciarmos as suas diferentes evoluções, de acordo com as diferentes combinações que pretendemos analisar.

Vejamos, como consideramos o nível de desenvolvimento de cada variável, em cada destino de acordo com os respectivos valores apresentados, como situação de partida. A variável "área protegida" apresenta-se, em todos os destinos, como sendo ainda objecto de pouca preocupação, destacando-se pela negativa o destino "C". Entendemos que isto caracteriza um destino ainda pouco sensível às questões ecológicas e da preservação das espécies. O "património histórico classificado", sendo uma variável onde não basta "querer", mas é necessário também "ter", diríamos que apenas se torna possível constatar da sua existência ou não. Ou seja, enquanto elemento supostamente escasso, deve ser potenciado sempre que possível. O "alojamento turístico" apresenta-se como inexistente em todos os destinos. Ora, aqui temos claramente uma situação onde, enquanto assim perdurar, estaremos em presença de um "factor crítico de sucesso", pois quando tal deixar de ser exclusivo, ou quase, perderá essa natureza. Diríamos que nesta variável, ainda nenhum destino começou a motivar tal investimento, encontrando-se portanto, em níveis de desenvolvimento rudimentares, isto apesar do destino "A" apresentar níveis elevados de chegadas de "turistas estrangeiros". Quanto às "actividades de diversão", diríamos que todos os destinos se encontram no mesmo patamar, pois como a maior parte resulta da história popular, os números apresentados revelam a existência de dinâmicas sociais, consequência directa das respectivas comunidades. Por outro lado, essas festividades e eventos, são quase exclusivamente de origem secular, ou geracional, fazendo com que as novas iniciativas resultem da constatação de eventos originais ou repetidos, de natureza internacional, como forma de aumentar a atracção aos diferentes locais. Aferir níveis de desenvolvimento por esta variável, revela-se mais apropriado considerando as novas iniciativas que surjam neste último sentido referido. A "assistência médica", nos termos definidos, permite-nos qualificar o destino "A" como o mais fragilizado, nessa matéria. Contudo, nenhum dos destinos apresenta valores dentro de padrões considerados desenvolvidos, nos dias de hoje. Esta variável torna-se ainda mais determinante quando consideramos a existência de turistas, em cada um dos destinos. Portanto, entendemos que, quanto maior o rácio "médicos/potenciais utentes", melhor estará o destino servido, em termos de assistência médica. A variável "parque habitacional" onde consideramos habitações com as devidas condições de vida e habitabilidade, diríamos que os melhores destinos são o "D" e o "E", revelando níveis muito aceitáveis. Por outro lado, o destino "C" apresenta-se como o mais frágil. Quanto ao "policiamento" o destino mais seguro é o "D", pois, também nesta variável, a questão do número de turistas assume uma grande importância. As

"acessibilidades", são aquilo a que chamamos de "vias de comunicação interna". Optámos por considerar o número de quilómetros de estradas esfaltados e transitáveis, existentes dentro do destino, como o mais apropriado para o efeito desejado. Neste sentido, podemos aferir directamente o nível de desenvolvimento pela quantidade de quilómetros existentes, pois significará facilidade de acesso aos diferentes locais e localidades existentes dentro de um destino. Assim, proporcionalmente, o destino "D" é o que se apresenta em melhores condições, pois disponibiliza à sua população residente o maior número de quilómetros por habitante. Os "recursos humanos", sendo, por natureza, uma variável qualificativa, acabam por estar directamente associadas, às próprias solicitações dos turistas. Desta forma, o destino melhor posicionado é o "B", revelando isso uma dinâmica empresarial de recepção de turistas, mais elevado que a dos seus concorrentes, neste contexto concorrencial. Quanto à "informação e comunicação", o destino melhor posicionado é o "D", pois, é o que apresenta maior quantidade de ligações de internet, para o somatório de população residente com os turistas, revelando, por isso, uma maior sensibilidade para a importância dessa variável num contexto concorrencial. Os "planos de urbanização", sendo a forma mais apropriada, entendida por nós, para regular o crescimento urbano das comunidades, apresenta-se como estando muito fragilizada, nos destinos "C" e "E", apresentando-se o destino "D" como o mais desenvolvido nesta matéria.

Perante este enquadramento de "condições turísticas", surgem a "população residente" e os "turistas estrangeiros", para completar o cenário. Por princípio, já vimos e explicámos que, quanto menos população residente e quanto mais turistas estrangeiros, melhor e vice-versa. Nesta óptica, o destino "E" é o que mais beneficia, pois a relação entre estas variáveis é-lhe mais vantajosa relativamente aos restantes destinos.

Em síntese, o destino melhor posicionado deverá ser o destino "E", seguido do "D" e o pior, deve ser o "C".

Para a primeira experiência, onde um determinado destino sofre uma evolução "típica" e os restantes destinos permanecem sem qualquer evolução nas suas variáveis ao longo do tempo (cenário não realista), consideraremos uma evolução no destino "C" do quadro 6.1 anterior, do qual resultam os valores apresentados no quadro 6.2. Este quadro, representa uma evolução hipotética "típica" para cada um dos factores do

destino "*C*", onde se procura evidenciar as seis fases do ciclo de vida de um destino. Utilizamos 18 momentos distintos com as respectivas taxas, em cada uma delas e respectivos efeitos no IDT (consideramos que o início é a partir do momento em que se começa a assistir ao crescimento acentuado de "turistas estrangeiros", nesse destino, onde a cada nível de valores podem corresponder períodos de alguns anos - com isto queremos sublinhar que não tem de haver um padrão de tempo definido para cada fase, mas que podemos considerar, como unidade de tempo, períodos de anos diferenciados). O nosso entendimento é que, para o teste pretendido, a componente do tempo só é determinante em termos comparativos, devendo-se evidenciar as taxas evolutivas dos factores considerados. Assim, podíamos considerar qualquer período de tempo, sem que se perca a pertinência da análise. Vimos anteriormente que estas análises tanto podem ser efectuadas de forma "fechada", como de forma "aberta" e consequentemente os resultados, do posicionamento em termos de IDT de um destino, serão diferentes, de acordo com os diferentes contextos. Ou seja, numa análise "fechada" um destino melhora ou agrava a sua situação no tempo, contudo numa análise "aberta", apesar de poder melhorar internamente, pode não ser suficiente para alterar a sua posição relativa, pois isso dependerá das alterações ocorridas nos outros destinos.

**Quadro 6.2** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"típica" (cenário C1.1)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,34% | 0% | 12% | 0,009 | 5 |
| 6,86% | 0% | 12% | 0,011 | 5 |
| 7,67% | 0% | 12% | 0,014 | 5 |
| 9,44% | 3% | 12,6% | 0,018 | 5 |
| 11,87% | 3,6% | 13,5% | 0,025 | 5 |
| 14,89% | 6,3% | 15% | 0,034 | 5 |
| 26,85% | 8,4% | 42% | 0,081 | 4 |
| 30,38% | 9,3% | 60% | 0,133 | 4 |
| 38,60% | 9,9% | 105% | 0,301 | 2 |
| 40,80% | 6% | 108% | 0,560 | 2 |
| 42,99% | 5,4% | 110% | 0,960 | 1 |
| 44,81% | 4,8% | 90% | 1,379 | 1 |
| 46,58% | 1,8% | 40% | 1,637 | 1 |
| 47,96% | 1,8% | 20% | 1,779 | 1 |
| 49,09% | 1,8% | 6% | 1,831 | 1 |
| 50,18% | 1,6% | 6% | 1,884 | 1 |
| 50,16% | -2,4% | -10% | 1,854 | 1 |
| 51,04% | 4,8% | 18% | 1,918 | 1 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Os valores do quadro anterior são obtidos através de um método aleatório coerente, já explicado, nas taxas de crescimento das diferentes variáveis, do destino "C", ao longo de 18 períodos de tempo, sem que nos outros destinos se introduza qualquer alteração nos valores das respectivas variáveis, conforme o apresentado no quadro 6.1. Admitimos diferentes ritmos de crescimento nas diferentes variáveis, pois assumimos que não é possível manter sempre as mesmas prioridades de investimento, ao longo do tempo. Daí que, por vezes, surjam valores superiores a 100% e, noutros casos, essas mesmas variáveis apresentem valores muito mais reduzidos. Noutros casos ainda, temos investimentos em determinadas variáveis de forma interpolada.

Pretendemos, desta forma, reforçar a ideia de que as "condições turísticas", no seu todo, dependem da evolução de cada uma das variáveis que a compõem, e que estas podem apresentar ritmos diferenciados de investimento, sem que o todo deixe de se apresentar no sentido pretendido.

**Quadro 6.3** – Dados das Taxas de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos

| | DESTINO C | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Variação nas Variáveis | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| AP | 10,0% | 20,0% | 20,0% | 60,0% | 70,0% | 60,0% | 30,0% | 30,0% | 20,0% | 20,0% | 10,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PHC | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AT | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 150,0% | 50,0% | 20,0% | 20,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | -5,0% | 3,0% |
| AD | 0,0% | 0,0% | 10,0% | 10,0% | 5,0% | 0,0% | 5,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% |
| AM | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,0% | 10,0% | 10,0% | 15,0% | 20,0% | 50,0% | 10,0% | 20,0% | 10,0% | 10,0% | 5,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| PH | 20,0% | 20,0% | 25,0% | 25,0% | 25,0% | 35,0% | 25,0% | 20,0% | 40,0% | 40,0% | 30,0% | 10,0% | 10,0% | 3,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| P | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 15,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 0,0% | 20,0% |
| A | 0,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 10,0% | 10,0% | 0,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 0,0% | 10,0% |
| RH | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 300,0% | 500,0% | 200,0% | 200,0% | 75,0% | 10,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 15,0% | 15,0% | 15,0% | -1,0% | 5,0% |
| IC | 10,0% | 15,0% | 20,0% | 35,0% | 50,0% | 50,0% | 30,0% | 50,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 20,0% | 0,0% | 10,0% |
| PU | 20,0% | 20,0% | 25,0% | 50,0% | 70,0% | 60,0% | 50,0% | 20,0% | 40,0% | 7,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| POP | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 3,0% | 3,6% | 6,3% | 8,4% | 9,3% | 9,9% | 6,0% | 5,4% | 4,8% | 1,8% | 1,8% | 1,8% | 1,6% | -2,4% | 4,8% |
| TUR | 12,0% | 12,0% | 12,0% | 12,6% | 13,5% | 15,0% | 42,0% | 60,0% | 105,0% | 108,0% | 110,0% | 90,0% | 40,0% | 20,0% | 6,0% | 6,0% | -10,0% | 18,0% |

Fonte: Elaboração própria

Considerámos que os "Recursos Humanos" são incrementados pela primeira vez no período 4, que as condições de "Alojamentos de 4 e mais estrelas", surgem pela primeira vez no período 7 e que o "Património Histórico Classificado" surge também pela primeira vez no período 9[90]. Verificámos que, quando uma determinada variável não existe em mais nenhum dos outros destinos, o facto de um a obter, pode dar-lhe uma enorme vantagem competitiva. Contudo o seu aumento já nada reforça essa posição competitiva. Isto entende-se pelo facto de, em termos de mercado, reforçar uma variável que seja exclusiva, em nada alterar a posição relativa, pois, com mais ou menos quantidade, é sempre o único, logo, a vantagem reside no facto de a possuir e não de a reforçar sendo o único a possuí-lo. Julgamos que esta informação se revela de grande interesse para os decisores.

Da aplicação do algoritmo do IDT resultaram os valores apresentados nos quadros da secção 1 do anexo 1 (vol. II) e dos quais extraímos os dados apresentados nos quadros seguintes.

[90] (NA) Nestes períodos, em concreto, não surge qualquer alteração no quadro, pois do ponto de vista de cálculo, não se torna possível introduzir uma variação a partir do zero.

**Quadro 6.4** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Total |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,065 | -0,8% | 0,009 | 12,6% | 0,472 | -0,5% | 0,946 | -0,5% | 1,828 |
| 2 | 0,333 | -0,6% | 0,065 | -0,9% | 0,011 | 21,0% | 0,468 | -0,8% | 0,939 | -0,8% | 1,815 |
| 3 | 0,330 | -0,9% | 0,064 | -1,3% | 0,014 | 24,9% | 0,462 | -1,2% | 0,928 | -1,2% | 1,797 |
| 4 | 0,324 | -1,7% | 0,062 | -2,4% | 0,018 | 34,6% | 0,453 | -2,0% | 0,908 | -2,1% | 1,766 |
| 5 | 0,317 | -2,2% | 0,060 | -3,3% | 0,025 | 37,9% | 0,438 | -3,2% | 0,880 | -3,1% | 1,721 |
| 6 | 0,309 | -2,5% | 0,058 | -3,9% | 0,034 | 36,2% | 0,421 | -3,9% | 0,845 | -3,9% | 1,668 |
| 7 | 0,299 | -3,1% | 0,056 | -4,1% | 0,081 | 135,8% | 0,402 | -4,5% | 0,809 | -4,3% | 1,647 |
| 8 | 0,284 | -5,1% | 0,052 | -6,8% | 0,133 | 63,8% | 0,383 | -4,8% | 0,750 | -7,3% | 1,602 |
| 9 | 0,232 | -18,4% | 0,047 | -10,1% | 0,301 | 126,0% | 0,297 | -22,4% | 0,670 | -10,7% | 1,546 |
| 10 | 0,202 | -13,0% | 0,040 | -13,7% | 0,560 | 86,1% | 0,258 | -13,2% | 0,574 | -14,3% | 1,663 |
| 11 | 0,159 | -21,1% | 0,031 | -21,9% | 0,960 | 71,6% | 0,205 | -20,4% | 0,447 | -22,0% | 1,803 |
| 12 | 0,117 | -26,4% | 0,023 | -27,0% | 1,379 | 43,6% | 0,153 | -25,4% | 0,327 | -26,9% | 1,999 |
| 13 | 0,094 | -19,6% | 0,018 | -20,2% | 1,637 | 18,7% | 0,125 | -18,5% | 0,262 | -20,0% | 2,136 |
| 14 | 0,082 | -13,0% | 0,016 | -13,4% | 1,779 | 8,7% | 0,110 | -11,6% | 0,228 | -13,0% | 2,215 |
| 15 | 0,077 | -5,9% | 0,015 | -6,1% | 1,831 | 2,9% | 0,106 | -4,3% | 0,215 | -5,5% | 2,243 |
| 16 | 0,073 | -6,1% | 0,014 | -6,2% | 1,884 | 2,9% | 0,101 | -4,4% | 0,203 | -5,6% | 2,275 |
| 17 | 0,077 | 6,8% | 0,015 | 6,8% | 1,854 | -1,6% | 0,108 | 6,7% | 0,217 | 6,8% | 2,271 |
| 18 | 0,068 | -11,8% | 0,013 | -11,8% | 1,918 | 3,5% | 0,096 | -10,4% | 0,193 | -10,9% | 2,289 |
| | -79,76% | | -80,30% | | 23.876,6% | | -79,74% | | -79,71% | | |

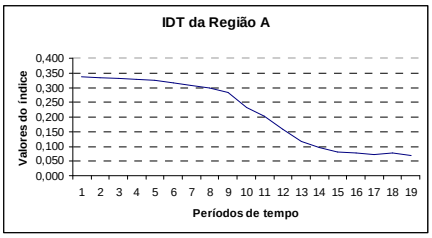
Fonte: Elaboração própria

Considerando a evolução nos termos apresentados, verificamos que o destino "C", partindo da situação mais frágil do grupo, acaba por vir a liderá-lo, em termos de destino turístico. Claro que este cenário é facilmente aceitável porque todos os outros destinos não evoluem ao longo do período de tempo considerado, o que não é de se admitir. Verificamos também que, globalmente, o IDT de todos os destinos começa por diminuir e depois sobe. Isto percebe-se pelo facto dos ganhos do destino "C" serem, no início, insuficientes para cobrir as perdas pelo imobilismo dos outros destinos, contudo a partir de determinado ponto (no nosso caso o período 10) a sua dimensão e importância já lhe permite acumular níveis de Qualidade de Vida que contribuem para que, globalmente, todos os destinos, considerados em conjunto, comecem a melhorar, mas, claramente, de forma assimétrica. Podemos, pois, dizer que, em termos de análise "fechada", o destino "C" evolui positivamente ao longo do tempo e que, em termos de análise "aberta", esse mesmo destino "C" vai conquistando espaço aos outros destinos, como seria, aliás, de esperar. Verificamos ainda que, o ganho relativo do destino "C" é obtido à custa das perdas dos outros destinos, mas estes não perdem em igual proporção devido às diferentes posições de partida de cada um. O destino "C" sofre os seus maiores impulsos nos períodos 7 e 9, precisamente naqueles onde se efectuaram grandes investimentos quer nos "alojamentos de 4 e mais estrelas", quer no "património histórico classificado" e que coincidiram com crescimentos acentuados nas chegadas de turistas estrangeiros, como se pode verificar pela coluna das taxas de variação, do

quadro anterior. Este destino passou a ser o único a possuir a primeira variável referida, com claras vantagens por isso, mas cujo acréscimo já nada acrescentou à sua posição relativa, precisamente por ser o único destino a possuir essa variável. Desde já, isto sugere que uma variável "crítica" é vantajosa enquanto tal, não acrescentando mais vantagem competitiva com o reforço do seu investimento, enquanto outros destinos não a possuírem. Na segunda variável, passou a ser o destino que mais peso adquiriu relativamente aos outros, que também já a possuíam. Isto sugere que uma variável se pode tornar "crítica", desde que seja dominante. Os destinos não perdem todos de igual modo, o que pode ser explicado pelas diferentes estruturas existentes nesses destinos. O destino que mais perde neste caso é o "B". Porventura, outras apreciações se poderão retirar do quadro anterior pois, como podemos verificar, os níveis do IDT do destino "E", no momento zero, só são alcançáveis pelo destino "C" no período 11, o que revela bem o atraso relativo deste destino em relação ao "E".

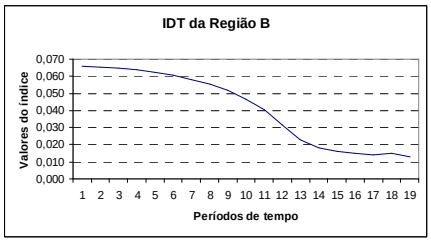
Perante estas apreciações vejamos agora o comportamento gráfico dos destinos considerados nesta análise, onde apenas variámos os valores das variáveis do destino "C", de modo a verificarmos se há ou não correspondência com a curva "típica" em "S", do modelo TALC. Comecemos por observar as curvas resultantes da evolução dos respectivos IDT´s dos outros 4 destinos considerados e aqui identificados por destinos "A", "B", "D" e "E".

**Gráfico 6.1** – Evolução do IDT do Destino A



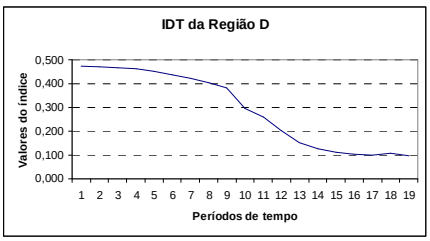

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.2** – Evolução do IDT do Destino B



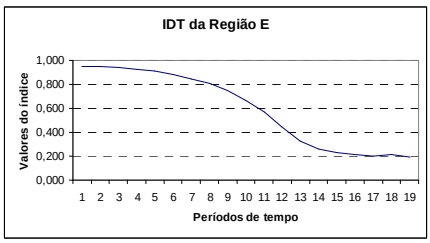

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.3** – Evolução do IDT do Destino D




Fonte: Elaboração própria

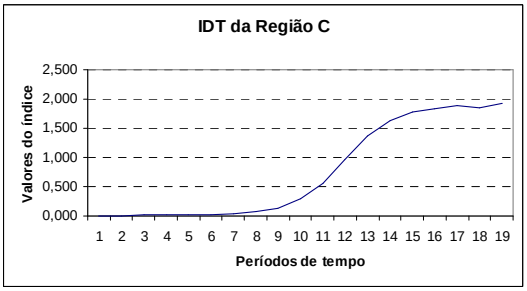
**Gráfico 6.4** – Evolução do IDT do Destino E




Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar, todos os destinos apresentam uma curva que se caracteriza com a fase de declínio previsto no modelo TALC, apresentando os respectivos IDT valores decrescentes. Este resultado não é de estranhar pois, considerando que todos esses destinos ficaram "parados no tempo", outra coisa não seria de esperar que não fosse o seu declínio relativo, devido ao agravamento das suas condições turísticas. Contudo, verificamos que a partir de determinado nível, esse declínio começa a ser menos acentuado, o que também se explica se considerarmos que há um nível de qualidade de vida mínimo, sem o qual as populações e os turistas estrangeiros não viveriam, ou seja, quando se entra, eventualmente, em declínio, este não é um processo infinitamente decrescente, haverá uma assímptota mínima, que será determinada pelas condições de vida humana mínimas.

**Gráfico 6.5** – Evolução do IDT do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Quanto ao destino "C", verificamos que se apresenta com a evolução "S", "típica", sugerida pelo modelo TALC, diríamos que, também cumprindo com o esperado, considerando que a evolução das suas variáveis seguiu essa mesma tendência. Sobressai desta curva uma configuração associada a uma evolução do IDT com valores que crescem significativamente, fazendo com que o destino "C" atinja a liderança no

contexto concorrencial. Portanto, quando estamos em presença de uma evolução "típica" de um destino e os restantes permanecem inalteradas no tempo, o resultado sugere que a nossa proposta seja consistente com o modelo TALC.

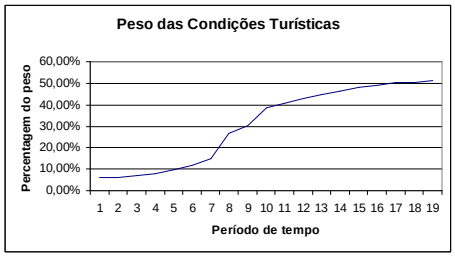
O quadro seguinte mostra os dados relativos à evolução ocorrida quer no peso das "condições turísticas", quer na "população residente", quer ainda nos "turistas estrangeiros", do destino "C", de modo a que possamos analisar os seus comportamentos à luz do modelo TALC e visualizá-los através dos respectivos gráficos.

**Quadro 6.5** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C

| Destino C | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| P. | P.CT. | Tx. | T. | Tx. | P. | Tx. |
| 0 | 6,11% | | 10.000 | | 20.000 | |
| 1 | 6,34% | 3,8% | 11.200 | 12,0% | 20.000 | 0,0% |
| 2 | 6,86% | 8,2% | 12.544 | 12,0% | 20.000 | 0,0% |
| 3 | 7,67% | 11,8% | 14.049 | 12,0% | 20.000 | 0,0% |
| 4 | 9,44% | 23,1% | 15.819 | 12,6% | 20.600 | 3,0% |
| 5 | 11,87% | 25,7% | 17.955 | 13,5% | 21.342 | 3,6% |
| 6 | 14,89% | 25,5% | 20.648 | 15,0% | 22.686 | 6,3% |
| 7 | 26,85% | 80,3% | 29.321 | 42,0% | 24.592 | 8,4% |
| 8 | 30,38% | 13,2% | 46.913 | 60,0% | 26.879 | 9,3% |
| 9 | 38,60% | 27,1% | 96.172 | 105,0% | 29.540 | 9,9% |
| 10 | 40,80% | 5,7% | 200.038 | 108,0% | 31.312 | 6,0% |
| 11 | 42,99% | 5,4% | 420.079 | 110,0% | 33.003 | 5,4% |
| 12 | 44,81% | 4,2% | 798.150 | 90,0% | 34.587 | 4,8% |
| 13 | 46,58% | 3,9% | 1.117.410 | 40,0% | 35.210 | 1,8% |
| 14 | 47,96% | 3,0% | 1.340.892 | 20,0% | 35.844 | 1,8% |
| 15 | 49,07% | 2,3% | 1.421.346 | 6,0% | 36.489 | 1,8% |
| 16 | 50,18% | 2,3% | 1.506.626 | 6,0% | 37.073 | 1,6% |
| 17 | 50,16% | 0,0% | 1.355.964 | -10,0% | 36.183 | -2,4% |
| 18 | 51,04% | 1,8% | 1.600.037 | 18,0% | 37.920 | 4,8% |

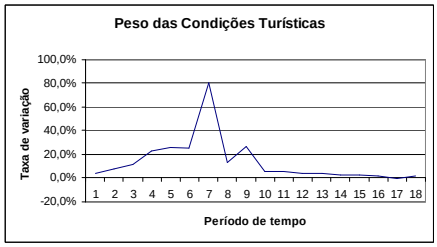
Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.6** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.7** – Taxas de Variação das Condições Turísticas do Destino C

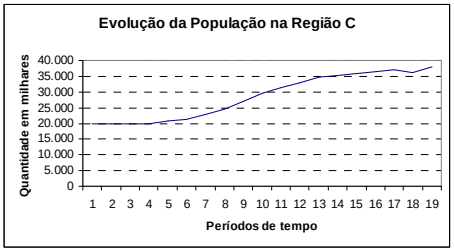



Fonte: Elaboração própria

Verificamos que o peso das condições turísticas evolui no sentido "típico" do ciclo de vida de um destino, contribuindo, dessa forma, para o formato geral em "S" dessa curva. Ou seja, caso se optasse por este factor para avaliar o comportamento do destino turístico, teríamos uma curva em "S", "típica" do ciclo de vida, apenas com a nota de

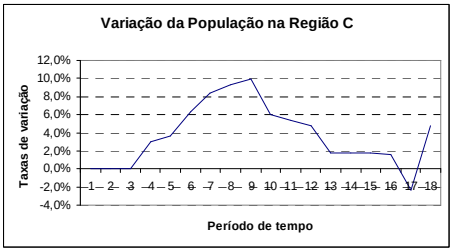
não se manifestar de forma clara a entrada na fase de declínio, pois as quebras simuladas não foram suficientes para a fazer tender, isoladamente, para baixo. Por outro lado, verificamos que, quando o destino "C" atinge, supostamente, a fase de estagnação, possui uma "quota de condições turísticas" em cerca de 50% do total dos destinos considerados. O gráfico da variação das taxas, mostra o que já tínhamos referido anteriormente, destacando os períodos 7 e 9 como aqueles onde se verificaram os maiores acréscimos momentâneos ocorridos no destino "C", os quais se deveram ao investimento quer nos alojamentos de elevada qualidade, quer na valorização do património histórico.

**Gráfico 6.8** – Evolução da População do Destino C




Fonte: Elaboração própria

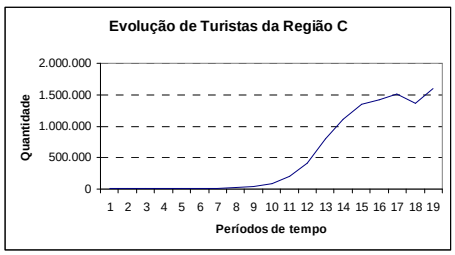
**Gráfico 6.9** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C




Fonte: Elaboração própria

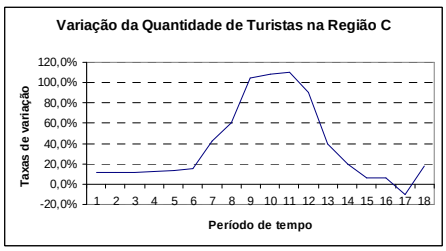
Como podemos verificar pelos gráficos anteriores, procurámos aplicar uma evolução progressiva na "população residente" do destino "C", fazendo com que a mesma apresentasse cerca do dobro da sua população original, passado o período de tempo necessário para o efeito. Ou seja, considerámos ter havido uma tendência natural para a evolução da "população residente". A população residente do destino "C" foi seguindo uma evolução, supostamente, regular de acordo com a evolução das condições de qualidade de vida que foram surgindo nesse local, onde apresenta taxas de crescimento crescentes até determinada fase de desenvolvimento, começando posteriormente a crescer a taxas menores até que, também no período 17, revela uma taxa negativa, indicando o abandono de pessoas residentes do local, na linha do modelo TALC.

**Gráfico 6.10** – Evolução dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.11** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Podemos, pois, constatar que, caso se optasse por considerar apenas a variável "turistas", como acontece em muitos estudos, teríamos confirmado a referida curva "S" do ciclo de vida do destino "C". Assim, confirmamos que seguimos a suposta evolução "típica" dos "turistas", em termos de análise do ciclo de vida, o que significa que, neste cenário, a nossa proposta de IDT não contraria a configuração do uso tradicional dessa evolução.

O gráfico da taxa de variação dos turistas, mostra-nos como variaram as taxas evolutivas dos turistas, verificando-se que os períodos onde se registaram maiores crescimentos foram entre os períodos 8 e 11, cobrindo, de acordo com a sugestão teórica, o que seria a parte final da fase de desenvolvimento e a parte inicial da fase de consolidação, correspondendo ao que seria de esperar num cenário de evolução "típica". Contudo, o facto de essas taxas começarem a decrescer a partir do período 11, naturalmente, não significa que em termos absolutos os turistas deixem de crescer, mas sim que, continuando, o fazem a taxas menores. Assumimos também, por questões de simulação, que o período 17 encontra-se no que se poderia chamar de declínio das chegadas de turistas, apresentando, para isso, taxas de crescimento negativas, precisamente para "forçar" a tendência decrescente da curva do ciclo de vida.

Se em relação ao modelo TALC os diferentes estudos apontam e confirmam a existência de uma assímptota máxima, de natureza descritiva, num determinado contexto, a nossa proposta também confirma essa questão e revela, adicionalmente, a existência de uma assímptota mínima, a qual é revelada quando os destinos entram na fase de declínio. Esta situação resulta, em nosso entender, da influência, quer dos turistas, quer da população residente. Para a sua verificação optámos por fazer evoluir, a

taxas constantes crescentes e decrescentes, cada uma dessas variáveis, de um destino específico (C), de modo a medir o grau evolutivo do índice, perante tais variações. Partiremos de um cenário onde todos os destinos estão ao mesmo nível, ao que chamaremos de "Equilíbrio Absoluto"[91]. De acordo com os valores obtidos e apresentados nos quadros seguintes, analisámos os diferentes comportamentos.

**Quadro 6.6** – Evolução a Taxas Crescentes Constantes das Variáveis "População Residente" e "Turistas" e sua influência no IDT de um Destino (partindo do "Equilíbrio Absoluto")

| IDT - Total | Pop | IDT | Var. IDT | Tur | IDT | Var. IDT | IDT - Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | 0,20000 | | | 0,20000 | | 1 |
| 1,005 | 20% | 0,17300 | -0,02700 | 20% | 0,23100 | 0,03100 | 1 |
| 1,018 | 40% | 0,15400 | -0,01900 | 40% | 0,25900 | 0,02800 | 1 |
| 1,036 | 60% | 0,14000 | -0,01400 | 60% | 0,28600 | 0,02700 | 1 |
| 1,057 | 80% | 0,12900 | -0,01100 | 80% | 0,31000 | 0,02400 | 1 |
| 1,080 | 100% | 0,12000 | -0,00900 | 100% | 0,33300 | 0,02300 | 1 |
| 1,213 | 200% | 0,09300 | -0,02700 | 200% | 0,42900 | 0,09600 | 1 |
| 1,360 | 300% | 0,08000 | -0,01300 | 300% | 0,50000 | 0,07100 | 1 |
| 1,512 | 400% | 0,07200 | -0,00800 | 400% | 0,55600 | 0,05600 | 1 |
| 1,667 | 500% | 0,06700 | -0,00500 | 500% | 0,60000 | 0,04400 | 1 |
| 1,823 | 600% | 0,06300 | -0,00400 | 600% | 0,63600 | 0,03600 | 1 |
| 1,980 | 700% | 0,06000 | -0,00300 | 700% | 0,66700 | 0,03100 | 1 |
| 2,138 | 800% | 0,05800 | -0,00200 | 800% | 0,69200 | 0,02500 | 1 |
| 2,296 | 900% | 0,05600 | -0,00200 | 900% | 0,71400 | 0,02200 | 1 |
| 2,455 | 1000% | 0,05500 | -0,00100 | 1000% | 0,73300 | 0,01900 | 1 |
| 2,613 | 1100% | 0,05300 | -0,00200 | 1100% | 0,75000 | 0,01700 | 1 |
| 2,772 | 1200% | 0,05200 | -0,00100 | 1200% | 0,76500 | 0,01500 | 1 |
| 2,931 | 1300% | 0,05100 | -0,00100 | 1300% | 0,77800 | 0,01300 | 1 |
| 3,091 | 1400% | 0,05100 | 0,00000 | 1400% | 0,78900 | 0,01100 | 1 |
| 3,250 | 1500% | 0,05000 | -0,00100 | 1500% | 0,80000 | 0,01100 | 1 |
| 3,409 | 1600% | 0,04900 | -0,00100 | 1600% | 0,81000 | 0,01000 | 1 |
| 3,569 | 1700% | 0,04900 | 0,00000 | 1700% | 0,81800 | 0,00800 | 1 |
| 3,728 | 1800% | 0,04800 | -0,00100 | 1800% | 0,82600 | 0,00800 | 1 |

Fonte: Elaboração própria

[91] (NA) Verificamos que, no caso onde todos os destinos possuam iguais valores para todas as variáveis, o somatório dos respectivos IDT, resulta no valor 1 (um), ao qual chamaremos de "Equilíbrio Absoluto" do nível competitivo dos destinos.

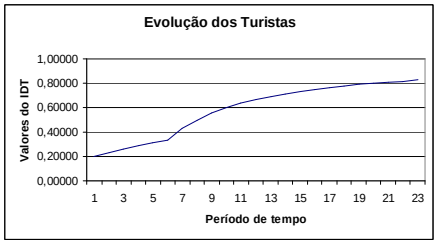
**Quadro 6.7** – Evolução a Taxas Decrescentes Constantes das Variáveis "População Residente" e "Turistas" e sua influência no IDT de um Destino (partindo do "Equilíbrio Absoluto")

| IDT - T | Pop | IDT | Var. IDT | Tur | IDT | Var. IDT | IDT - T |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | 0,20000 | | | 0,20000 | | 1 |
| 1,000 | -5% | 0,20800 | 0,00800 | -5% | 0,19200 | -0,00800 | 1 |
| 1,002 | -10% | 0,21600 | 0,00800 | -10% | 0,18400 | -0,00800 | 1 |
| 1,004 | -15% | 0,22800 | 0,01200 | -15% | 0,17500 | -0,00900 | 1 |
| 1,008 | -20% | 0,24000 | 0,01200 | -20% | 0,16700 | -0,00800 | 1 |
| 1,013 | -25% | 0,25300 | 0,01300 | -25% | 0,15800 | -0,00900 | 1 |
| 1,021 | -30% | 0,26900 | 0,01600 | -30% | 0,14900 | -0,00900 | 1 |
| 1,030 | -35% | 0,28600 | 0,01700 | -35% | 0,14000 | -0,00900 | 1 |
| 1,043 | -40% | 0,30700 | 0,02100 | -40% | 0,13000 | -0,01000 | 1 |
| 1,059 | -45% | 0,33100 | 0,02400 | -45% | 0,12100 | -0,00900 | 1 |
| 1,080 | -50% | 0,36000 | 0,02900 | -50% | 0,11100 | -0,01000 | 1 |
| 1,108 | -55% | 0,39600 | 0,03600 | -55% | 0,10100 | -0,01000 | 1 |
| 1,144 | -60% | 0,44000 | 0,04400 | -60% | 0,09100 | -0,01000 | 1 |
| 1,193 | -65% | 0,49700 | 0,05700 | -65% | 0,08000 | -0,01100 | 1 |
| 1,261 | -70% | 0,57300 | 0,07600 | -70% | 0,07000 | -0,01000 | 1 |
| 1,360 | -75% | 0,68000 | 0,10700 | -75% | 0,05900 | -0,01100 | 1 |
| 1,512 | -80% | 0,84000 | 0,16000 | -80% | 0,04800 | -0,01100 | 1 |
| 1,771 | -85% | 1,10700 | 0,26700 | -85% | 0,03600 | -0,01200 | 1 |
| 2,296 | -90% | 1,64000 | 0,53300 | -90% | 0,02400 | -0,01200 | 1 |
| 3,888 | -95% | 3,24000 | 1,60000 | -95% | 0,01200 | -0,01200 | 1 |
| 6,018 | -97% | 5,37300 | 2,13300 | -97% | 0,00700 | -0,00500 | 1 |
| 8,683 | -98% | 8,04000 | 2,66700 | -98% | 0,00500 | -0,00200 | 1 |
| 16,040 | -99% | 16,68200 | 8,64200 | -99% | 0,00200 | -0,00300 | 1 |

Fonte: Elaboração própria

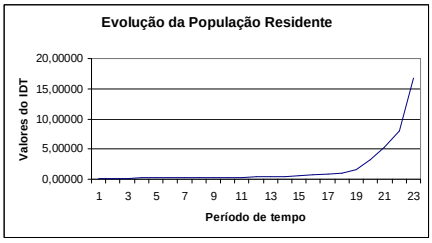
Para a assímptota máxima, verificamos que a mesma resulta mais da influência do comportamento dos "turistas" do que da "população residente". Isto porque, à medida que os turistas crescem a taxas constantes, o efeito no IDT é de crescimento a taxas decrescentes, por outro lado, com o decréscimo da população residente, o efeito no IDT é de crescimento acentuado a taxas crescentes (exponencial), limitado apenas pela existência de 1 (um) residente, pois a partir do momento que não haja população residente, deixa de fazer sentido a nossa análise.

**Gráfico 6.12** – Efeito no IDT resultante do crescimento dos Turistas, a taxas constantes




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.13** – Efeito no IDT resultante do decrescimento da População Residente, a taxas constantes

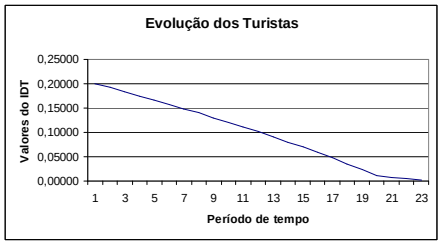



Fonte: Elaboração própria

Já para a assímptota mínima, verificamos que resulta mais da influência do comportamento da "população residente" do que dos "turistas". Isto porque, à medida

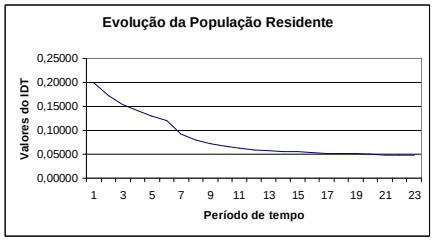
que a população residente aumenta a taxas constantes, o IDT decresce a taxas decrescentes, por outro lado, o decréscimo no número de turistas, provoca um decréscimo no IDT a taxas constantes, limitado apenas pela existência de 1 (um) turista, pois, sem este, a nossa proposta deixa de fazer sentido.

**Gráfico 6.14** - Efeito no IDT resultante do decrescimento dos Turistas, a taxas constantes




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.15** – Efeito no IDT resultante do crescimento da População Residente, a taxas constantes




Fonte: Elaboração própria

Como as descidas nas chegadas de "turistas" resultarão, em regra, do próprio comportamento destes, tal não pode ser previsivelmente revelado por qualquer expressão ou fórmula matemática, mas apenas especulada por influência de variados factores endógenos e exógenos. O mesmo se pode dizer, relativamente à diminuição na "população residencial", pois esta, supostamente, não se decreta de forma administrativa. Assim, torna-se evidente haver um "limite" para o crescimento da "população residente" e para o aumento dos "turistas". Por outras palavras, a nossa proposta comprova a existência de assímptotas no modelo do ciclo de vida, em concordância com o próprio modelo TALC, em particular relativamente à assímptota máxima.

Os quadros anteriores, 6.6 e 6.7, revelam um dado que carece de apreciação, a qual será efectuada mais à frente neste trabalho, que é o facto de, por influência da população residente, o IDT total sofrer uma evolução crescente ou decrescente, em reacção inversa a essa variável, mas no caso dos turistas, já se apresentar constante e igual a 1 (valor de partida para esta simulação).

Em suma, a nossa proposta do IDT apresenta-se consistente com o modelo TALC, no seu formato "típico", quer em termos da sua interpretação e explicação, quer em termos gráficos, num cenário onde, num contexto concorrencial, consideramos que apenas um

destino evolui e os restantes permanecem inalteráveis, ao longo do tempo. Esta verificação é obtida quando aplicada ao destino que evolui. Apesar de nos parecer um cenário "não real", quando analisado em termos competitivos, tem sido aquele que tem suportado os diferentes usos e críticas a que o modelo TALC tem sido alvo. Em rigor, nestes casos a apreciação é dirigida para um destino, sem que se considerem influências no seu nível posicional, por parte de outros destinos. Por outro lado, se quisermos utilizar a nossa proposta, da forma que tradicionalmente se analisa o modelo TALC, os resultados permitem o seu uso.

Ainda neste contexto de "imobilismo" por parte dos restantes destinos, necessitamos de analisar mais dois cenários e verificar qual o comportamento e que interpretações se podem fazer, ao destino considerado.

Passemos agora à análise do cenário C1.2, que chamaremos de "atípico", onde confrontaremos o estado constante das variáveis dos outros destinos para verificar, perante uma evolução a taxas crescentes constantes das variáveis no destino em causa, como evolui o seu IDT e de que forma este representa a evolução de um ciclo de vida. Partindo da mesma situação de partida já referida anteriormente e apresentada na página 334, aplicaremos taxas moderadas de crescimento, às diferentes variáveis do destino "C", de acordo com o apresentado no quadro seguinte.

**Quadro 6.8** – Dados das Taxas Constantes de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos

| | DESTINO C | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Variação nas Variáveis | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| AP | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 0,0% | 5,0% |
| PHC | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AT | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AD | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AM | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | -2,0% | 2,0% |
| PH | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | -10,0% | 10,0% |
| P | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | 2,0% | -2,0% | 2,0% |
| A | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 0,0% | 5,0% |
| RH | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| IC | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 5,0% |
| PU | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | 10,0% | -10,0% | 10,0% |
| POP | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | -1,0% | 1,0% |
| TUR | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 5,0% |

Fonte: Elaboração própria

Para garantirmos a progressão constante do destino "C", em análise, não admitimos qualquer alteração nas variáveis "recursos humanos", "alojamentos turísticos" e "património histórico classificado" em nenhum momento do tempo. Também não nos interessa avaliar a posição competitiva desse destino, mas apenas o seu comportamento gráfico. Com estas variações, verificamos que o peso das condições turísticas desse destino, se mantém em níveis reduzidos.

**Quadro 6.9** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C1.2)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,30% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,50% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,71% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,93% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 7,16% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,40% | 1% | 5% | 0,112 | 5 |
| 7,66% | 1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 7,93% | 1% | 5% | 0,014 | 5 |
| 8,22% | 1% | 5% | 0,015 | 5 |
| 8,52% | 1% | 5% | 0,016 | 5 |
| 8,83% | 1% | 5% | 0,017 | 5 |
| 9,16% | 1% | 5% | 0,019 | 5 |
| 9,51% | 1% | 5% | 0,020 | 5 |
| 9,88% | 1% | 5% | 0,022 | 5 |
| 10,27% | 1% | 5% | 0,023 | 5 |
| 10,67% | 1% | 5% | 0,025 | 5 |
| 10,36% | -1% | -5% | 0,024 | 5 |
| 10,77% | 1% | 5% | 0,025 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

A não consideração de alterações nas variáveis indicadas anteriormente visa garantir que o destino "C" não sofre qualquer efeito que o leve a não ter uma progressão moderada no tempo. O facto de admitirmos que esse destino não investe nessas variáveis, não é determinante para a nossa análise, pois, nesta fase, apenas nos interessa avaliar e verificar o comportamento do índice proposto, como representativo das variantes possíveis do ciclo de vida, a qual resulta de uma análise comparativa. Contudo, mantemos o período 17 como aquele onde se manifestam comportamentos nulos ou negativos em todas as variáveis do modelo, de modo a continuarmos a considerar a existência de uma pretensa fase de declínio.

Da aplicação do algoritmo do IDT resultaram os valores apresentados nos quadros da secção 2 do anexo 1 (vol. II), e que permitiram extrair os dados apresentados a seguir. O quadro seguinte mostra-nos os respectivos valores do IDT dos destinos, que nos permitirá efectuar as respectivas análises gráficas das suas evoluções.

**Quadro 6.10** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,336 | -0,1% | 0,066 | -0,6% | 0,008 | 4,0% | 0,473 | -0,1% | 0,949 | -0,2% | 1,832 |
| 2 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -0,2% | 0,009 | 7,3% | 0,472 | -0,2% | 0,947 | -0,2% | 1,829 |
| 3 | 0,334 | -0,2% | 0,065 | -0,3% | 0,010 | 7,3% | 0,471 | -0,2% | 0,946 | -0,2% | 1,826 |
| 4 | 0,334 | -0,2% | 0,065 | -0,3% | 0,010 | 7,4% | 0,470 | -0,3% | 0,944 | -0,2% | 1,823 |
| 5 | 0,333 | -0,2% | 0,065 | -0,3% | 0,011 | 7,5% | 0,469 | -0,3% | 0,942 | -0,2% | 1,819 |
| 6 | 0,333 | -0,2% | 0,065 | -0,3% | 0,012 | 7,5% | 0,467 | -0,3% | 0,939 | -0,2% | 1,816 |
| 7 | 0,332 | -0,2% | 0,065 | -0,3% | 0,013 | 7,6% | 0,466 | -0,3% | 0,937 | -0,3% | 1,812 |
| 8 | 0,331 | -0,2% | 0,064 | -0,3% | 0,014 | 7,7% | 0,464 | -0,4% | 0,934 | -0,3% | 1,807 |
| 9 | 0,330 | -0,3% | 0,064 | -0,4% | 0,015 | 7,7% | 0,462 | -0,4% | 0,931 | -0,3% | 1,802 |
| 10 | 0,329 | -0,3% | 0,064 | -0,4% | 0,016 | 7,8% | 0,460 | -0,5% | 0,928 | -0,3% | 1,797 |
| 11 | 0,328 | -0,3% | 0,064 | -0,4% | 0,017 | 7,8% | 0,457 | -0,5% | 0,925 | -0,3% | 1,792 |
| 12 | 0,327 | -0,3% | 0,063 | -0,4% | 0,019 | 7,9% | 0,455 | -0,5% | 0,922 | -0,4% | 1,786 |
| 13 | 0,326 | -0,3% | 0,063 | -0,4% | 0,020 | 7,9% | 0,452 | -0,6% | 0,918 | -0,4% | 1,780 |
| 14 | 0,325 | -0,3% | 0,063 | -0,5% | 0,022 | 8,0% | 0,450 | -0,6% | 0,914 | -0,4% | 1,773 |
| 15 | 0,324 | -0,4% | 0,062 | -0,5% | 0,023 | 8,0% | 0,447 | -0,7% | 0,910 | -0,5% | 1,767 |
| 16 | 0,323 | -0,4% | 0,062 | -0,5% | 0,025 | 8,0% | 0,443 | -0,7% | 0,905 | -0,5% | 1,759 |
| 17 | 0,324 | 0,3% | 0,062 | 0,3% | 0,024 | -6,8% | 0,447 | 0,7% | 0,909 | 0,4% | 1,765 |
| 18 | 0,322 | -0,4% | 0,062 | -0,5% | 0,025 | 8,0% | 0,443 | -0,7% | 0,904 | -0,5% | 1,757 |
| | -4,0% | | -6,1% | | 218,3% | | -6,5% | | -4,9% | | |

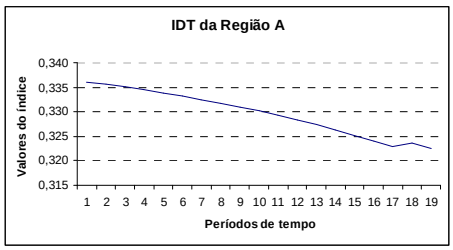
Fonte: Elaboração própria

Em termos relativos, o destino "C", não altera a sua última posição (análise "aberta"), apesar de melhorar significativamente as suas próprias condições, valorizando o seu IDT em 218,3% (análise "fechada"). Isto confirma uma questão levantada anteriormente, na qual uma melhoria das condições, só por si, não garante a melhoria de posição, relativamente a outros destinos. Neste caso, tal é devido ao fraco posicionamento de partida do destino em causa e ao facto das suas taxas evolutivas não serem a níveis que permitam recuperar esse atraso, conforme se verifica na coluna das taxas de variação dos IDT. Verificamos que, nesta situação, o destino que menos perde não é o melhor posicionado no início do processo. Isto sugere que o destino "A" apresenta uma estrutura mais equilibrada, que lhe permite suportar melhor toda a sua fase de declínio relativo, ao contrário do destino "E", que apresenta a melhor posição de partida. Este resultado também contraria o encontrado no cenário anterior, onde o destino melhor posicionado, à partida, era aquele que menos penalizado saía do processo. Isto vem reforçar a nossa ideia de que uma posição de partida reforçada, não

garante evoluções futuras seguras, pois tal depende de toda a envolvente concorrencial do contexto considerado. No actual cenário em análise, em termos globais, os destinos considerados no seu todo agravam o seu nível de Qualidade de Vida e Bem-estar, pois o índice total passa de 1,835 para 1,757, sempre de uma forma progressiva. Isto pode-se explicar considerando que os ganhos do destino "C" não são suficientes para cobrir as perdas relativas dos outros destinos. Por outras palavras, as perdas médias de cerca de 5,4% nos outros destinos são, em termos absolutos, mais significativas que os 218,3% de ganho do destino "C". O destino que mais perde é o "D" com uma desvalorização do seu índice em -6,5%. Contudo, mantém a segunda posição competitiva, neste contexto concorrencial.

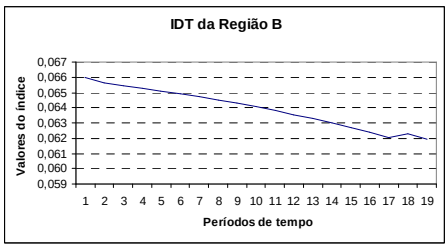
Vejamos, então, através de gráficos, o comportamento dos destinos e das variáveis "população residente" e "turistas estrangeiros" do destino "C". Comecemos por observar a evolução dos respectivos IDT, dos destinos "A", "B", "D" e "E".

**Gráfico 6.16** – Evolução do IDT do Destino A



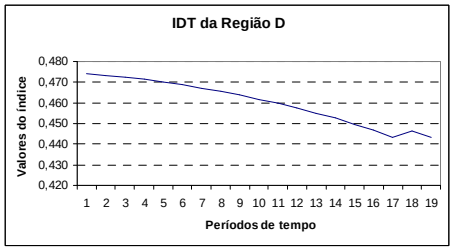

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.17** – Evolução do IDT do Destino B



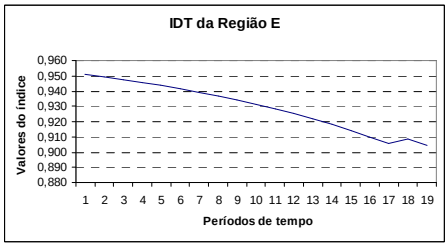

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.18** – Evolução do IDT do Destino D




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.19** – Evolução do IDT do Destino E

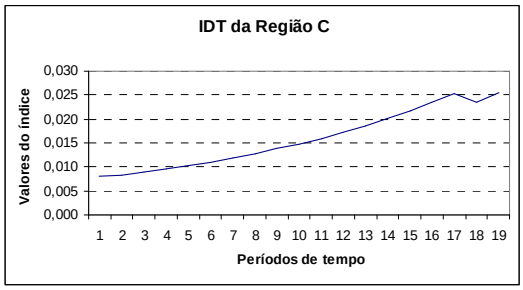



Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar, todos os destinos apresentam um comportamento descendente contínuo no tempo (declínio). Mais uma vez, verificamos que este comportamento é em

sentido contrário ao do destino em análise (ver gráfico 6.20), o único sujeito a alterações. Isto compreende-se uma vez que, não havendo qualquer investimento nos outros destinos, estes apresentam-se em declínio relativo, prolongado no tempo. A maior ou menor inclinação dependerá do nível de taxas de crescimento do destino "C". Por outro lado, não havendo uma acentuada melhoria no destino "C", o nível de perda relativa dos outros destinos acaba por não ser muito significativo.

**Gráfico 6.20** – Evolução do IDT do Destino C




Fonte: Elaboração própria

O destino "C" apresenta, naturalmente, uma evolução crescente moderada. Em rigor, quando tal acontece, estaremos em presença de um ciclo de vida "atípico", ou, se quisermos, constituído apenas por algumas das seis fases do ciclo de vida, proposto por Butler (1980). Isto sugere que um destino que apresente uma evolução moderada no tempo acaba por ou nunca sair da mesma fase, ou mudar de fase de forma muito suave, até que chega, ou não, à fase de declínio (atender ao facto de considerarmos que "*há mais destino para além do período em análise*"). Não podemos dizer que não estejamos em presença de um ciclo de vida, só que, neste caso, o ciclo de vida é composto unicamente por uma ou duas fases. A fase em concreto dependerá do grau de crescimento a que está sujeito o destino considerado e do seu posicionamento relativo. Com crescimentos menos acentuados, será algo próximo da fase de exploração, envolvimento, consolidação e estagnação e com crescimentos mais acentuados, será a fase do desenvolvimento, havendo "zonas fronteira" que é conveniente apurar, assim como, a identificação de cada uma dessas fases, que dependerá da posição relativa, de partida do destino considerado. No caso particular em análise, o seu valor do IDT de 0,025 no final do período analisado, saindo de 0,008 no início do processo, sugere que o destino "C" não tenha passado da Fase de Exploração.

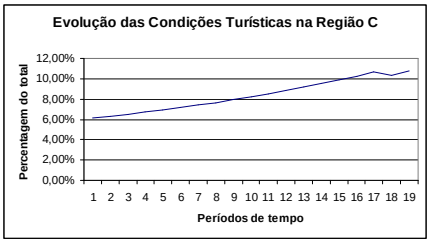
O quadro seguinte mostra os dados evolutivos das variáveis "condições turísticas", "população residente" e "turistas estrangeiros", do destino "C", assim como as respectivas taxas de variação, ao longo do tempo, onde o peso das condições turísticas (P.CT.) tem visivelmente menos importância que no cenário C1.1 anterior, considerando, como já foi dito, o interesse em apenas analisar a configuração da respectiva curva e não o posicionamento relativo do destino perante os outros.

**Quadro 6.11** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C

| Destino C | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| P. | P.CT. | Tx. | T. | Tx. | P. | Tx. |
| 0 | 6,11% | | 10.000 | | 20.000 | |
| 1 | 6,30% | 3,1% | 10.500 | 5,0% | 20.200 | 1,0% |
| 2 | 6,50% | 3,2% | 11.025 | 5,0% | 20.402 | 1,0% |
| 3 | 6,71% | 3,2% | 11.576 | 5,0% | 20.606 | 1,0% |
| 4 | 6,93% | 3,3% | 12.155 | 5,0% | 20.812 | 1,0% |
| 5 | 7,16% | 3,3% | 12.763 | 5,0% | 21.020 | 1,0% |
| 6 | 7,40% | 3,4% | 13.401 | 5,0% | 21.230 | 1,0% |
| 7 | 7,66% | 3,5% | 14.071 | 5,0% | 21.443 | 1,0% |
| 8 | 7,93% | 3,5% | 14.775 | 5,0% | 21.657 | 1,0% |
| 9 | 8,22% | 3,6% | 15.513 | 5,0% | 21.874 | 1,0% |
| 10 | 8,52% | 3,7% | 16.289 | 5,0% | 22.092 | 1,0% |
| 11 | 8,83% | 3,7% | 17.103 | 5,0% | 22.313 | 1,0% |
| 12 | 9,16% | 3,8% | 17.959 | 5,0% | 22.537 | 1,0% |
| 13 | 9,51% | 3,8% | 18.856 | 5,0% | 22.762 | 1,0% |
| 14 | 9,88% | 3,9% | 19.799 | 5,0% | 22.989 | 1,0% |
| 15 | 10,27% | 3,9% | 20.789 | 5,0% | 23.219 | 1,0% |
| 16 | 10,67% | 3,9% | 21.829 | 5,0% | 23.452 | 1,0% |
| 17 | 10,36% | -2,9% | 20.737 | -5,0% | 23.217 | -1,0% |
| 18 | 10,77% | 3,9% | 21.774 | 5,0% | 23.449 | 1,0% |

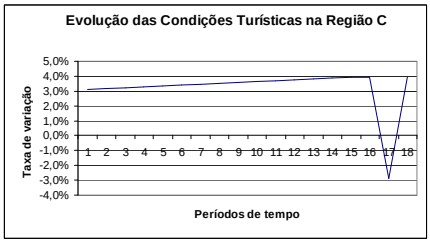
Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.21** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C



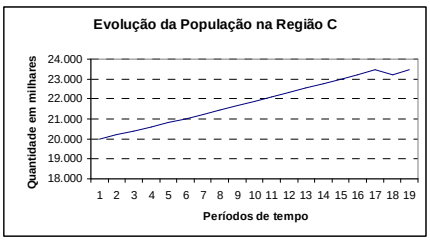

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.22** - Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C



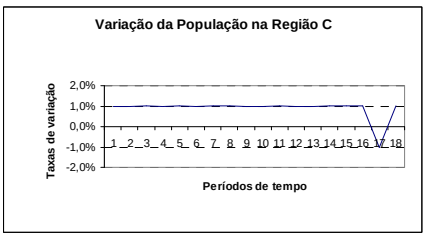

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.23** – Evolução da População Residente do Destino C



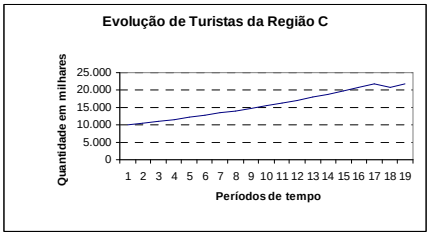

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.24** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C



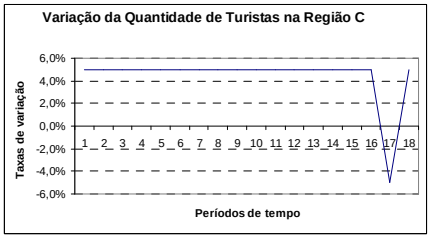

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.25** – Evolução dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.26** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Da apreciação efectuada ao gráfico 6.21, verifica-se que o modelo proposto revela uma evolução crescente, mas moderada nas "condições turísticas", o que seria de esperar, tendo em conta que as suas variáveis cresceram a taxas moderadas constantes, excepto no período 17 que mantém a hipótese de quebra nos valores dessas variáveis, para acentuar a inflexão da curva. O efeito crescente na evolução das taxas das condições turísticas, apesar da existência de taxas constantes, resulta do facto dessas mesmas taxas não incidirem sobre todas as suas variáveis. A "população residente" e os "turistas estrangeiros" apresentam as respectivas taxas constantes. Assim, globalmente no destino "C", o efeito das próprias taxas apresenta uma ligeira tendência crescente, pois, havendo valores não alterados, em algumas variáveis, fará com que alterações nas outras provoquem efeitos de taxas crescentes. Também este cenário não se afigura como real, dado que, querendo proceder a uma análise comparada, devemos admitir que o contexto concorrencial não seja "imóvel".

Assim, constatamos que a nossa proposta de índice também representa, de forma consistente, neste outro cenário de contexto concorrencial, uma curva "atípica" em termos de ciclo de vida.

Passemos agora à análise do cenário C1.3, "atípico", onde também confrontaremos o estado constante das variáveis dos outros destinos para verificar, perante uma evolução a taxas heterogéneas, das variáveis no destino em causa, como evolui o seu IDT e de que forma este representa a evolução de um ciclo de vida. Neste caso, podemos apreciar a evolução considerando duas variantes: uma onde as taxas heterogéneas são positivas e outra, onde essas taxas, tanto podem ser positivas como negativas. Também nestes casos, iniciamos na mesma situação de partida já referida anteriormente e apresentada na página 334. Comecemos por aplicar taxas heterogéneas, positivas, às diferentes variáveis do destino "C", de acordo com o apresentado no quadro seguinte. Como vamos estar em presença de uma evolução heterogénea, não nos parece despropositado considerar que as variáveis "recursos humanos", "alojamentos turísticos" e "património histórico classificado", possam sofrer alterações respectivamente nos períodos 4, 7 e 9, tal como o apresentado no cenário C1.1.

**Quadro 6.12** – Dados das Taxas Heterogéneas de Crescimento das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos

| | DESTINO C | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Variação nas Variáveis | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| AP | 5,0% | 10,0% | 2,0% | 15,0% | 1,0% | 5,0% | 10,0% | 1,0% | 1,0% | 2,0% | 5,0% | 15,0% | 5,0% | 7,0% | 3,0% | 5,0% | 0,0% | 7,0% |
| PHC | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AT | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 50,0% | 10,0% | 5,0% | 0,0% | 0,0% | 20,0% | -5,0% | 0,0% | 0,0% | -10,0% | 0,0% |
| AD | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AM | 0,0% | 1,0% | 2,0% | 3,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 3,0% | 1,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | -2,0% | 3,0% |
| PH | 5,0% | 10,0% | 1,0% | 2,0% | 15,0% | 10,0% | 5,0% | 1,0% | 1,0% | 10,0% | 20,0% | 30,0% | 0,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | -10,0% | 10,0% |
| P | 1,0% | 2,0% | 3,0% | 0,0% | 0,0% | 3,0% | 4,0% | 1,0% | 2,0% | 0,0% | 5,0% | 0,0% | 1,0% | 2,0% | 0,0% | 2,0% | -2,0% | 3,0% |
| A | 5,0% | 5,0% | 3,0% | 1,0% | 6,0% | 10,0% | 15,0% | 1,0% | 4,0% | 2,0% | 3,0% | 5,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 5,0% | 0,0% | 7,0% |
| RH | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 50,0% | 20,0% | 10,0% | 100,0% | 80,0% | 150,0% | 20,0% | 40,0% | 10,0% | 0,0% | 0,0% | -10,0% | 5,0% |
| IC | 5,0% | 10,0% | 2,0% | 5,0% | 1,0% | 8,0% | 15,0% | 2,0% | 5,0% | 1,0% | 10,0% | 9,0% | 3,0% | 15,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 10,0% |
| PU | 5,0% | 10,0% | 5,0% | 2,0% | 10,0% | 15,0% | 15,0% | 5,0% | 3,0% | 1,0% | 10,0% | 20,0% | 20,0% | 15,0% | 3,0% | 10,0% | -10,0% | 12,0% |
| POP | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 1,0% | 8,0% | 1,0% | 5,0% | 2,0% | 1,5% | 1,0% | 0,1% | 1,0% | 1,2% | 0,9% | 1,0% | 0,1% | -1,0% | 1,0% |
| TUR | 1,0% | 1,0% | 3,0% | 5,0% | 10,0% | 15,0% | 7,0% | 5,0% | 9,0% | 20,0% | 5,0% | 10,0% | 30,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 10,0% |

Fonte: Elaboração própria

Assim, perante variações aleatórias de maiores e menores taxas de crescimento, de acordo com o apresentado no quadro anterior, podemos elaborar o quadro seguinte, onde se verifica o peso das "condições turísticas" do destino "C", no total dos destinos considerados e as taxas evolutivas da "população residente" e dos "turistas".

Da aplicação do algoritmo do IDT resultaram os valores apresentados nos quadros da secção 3a do anexo 1 (vol. II), e que permitiram extrair os dados apresentados a seguir.

Verificamos no quadro anterior que, apesar das variáveis que constituem as "condições turísticas" terem sido sujeitas a oscilações, o peso destas (quadro seguinte), apresenta uma evolução crescente, o que de alguma forma se compreende pelo facto de globalmente o efeito, no tempo, ser crescente, pois taxas de crescimento menores ou maiores, são sempre tomadas como referência ao período anterior.

**Quadro 6.13** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C1.3a)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,25% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,50% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,62% | 1% | 3% | 0,009 | 5 |
| 6,81% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,97% | 8% | 10% | 0,010 | 5 |
| 7,30% | 1% | 15% | 0,012 | 5 |
| 16,90% | 5% | 7% | 0,026 | 5 |
| 17,01% | 2% | 5% | 0,029 | 5 |
| 20,23% | 1,5% | 9% | 0,037 | 5 |
| 20,39% | 1% | 20% | 0,044 | 5 |
| 20,96% | 0,1% | 5% | 0,047 | 5 |
| 21,57% | 1% | 10% | 0,053 | 5 |
| 21,98% | 1,2% | 30% | 0,069 | 4 |
| 22,48% | 0,9% | 10% | 0,076 | 4 |
| 22,65% | 1% | 5% | 0,080 | 4 |
| 23,00% | 0,1% | 5% | 0,085 | 4 |
| 22,66% | -1% | -5% | 0,080 | 4 |
| 23,22% | 1% | 10% | 0,089 | 4 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Procurámos garantir uma oscilação de taxas de crescimento nas variáveis "população residente" e "turistas estrangeiros", pois, se por um lado nos parece ser um cenário possível, por outro lado, tentamos verificar como evolui no tempo o IDT, daí resultante. Verificamos também que a posição relativa do destino "C" melhora, passando para penúltimo lugar no contexto concorrencial, sendo que essa melhoria se dá já numa fase adiantada do seu ciclo.

Do quadro seguinte podemos observar que neste cenário, mais uma vez, o destino que menos perde é o "E" (-7,1%) o que possui a melhor posição de partida. Também aqui somos levados a sugerir que, consoante a estrutura de factores turísticos, a perda de posição relativa dependerá sempre da forma como evolui essa mesma estrutura na concorrência.

Já o IDT da totalidade dos destinos vai sofrendo oscilações, o que sugere que a totalidade dos destinos vai melhorando a sua qualidade de vida e bem-estar durante parte deste processo oscilante. Contudo, verificamos que durante todo o período de melhoria de posição do destino "C", o IDT total vai perdendo valor, o que, mais uma vez, sugere que os ganhos do destino "C" são insuficientes para cobrir as perdas relativas dos outros destinos.

**Quadro 6.14** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,336 | -0,1% | 0,066 | -0,6% | 0,008 | 0,2% | 0,474 | -0,1% | 0,949 | -0,2% | 1,832 |
| 2 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -0,4% | 0,008 | 5,0% | 0,472 | -0,3% | 0,946 | -0,3% | 1,827 |
| 3 | 0,334 | -0,1% | 0,065 | -0,1% | 0,009 | 4,1% | 0,472 | -0,1% | 0,946 | -0,1% | 1,826 |
| 4 | 0,334 | -0,1% | 0,065 | -0,3% | 0,009 | 6,9% | 0,471 | -0,1% | 0,943 | -0,3% | 1,823 |
| 5 | 0,336 | 0,6% | 0,065 | 0,5% | 0,010 | 5,0% | 0,473 | 0,4% | 0,948 | 0,5% | 1,833 |
| 6 | 0,334 | -0,4% | 0,065 | -0,6% | 0,012 | 19,0% | 0,471 | -0,6% | 0,944 | -0,5% | 1,826 |
| 7 | 0,334 | -0,1% | 0,065 | -0,4% | 0,028 | 137,1% | 0,470 | -0,2% | 0,943 | -0,1% | 1,840 |
| 8 | 0,334 | 0,0% | 0,065 | 0,0% | 0,029 | 3,8% | 0,470 | 0,0% | 0,944 | 0,1% | 1,841 |
| 9 | 0,314 | -6,0% | 0,065 | -0,3% | 0,037 | 27,7% | 0,434 | -7,7% | 0,942 | -0,2% | 1,791 |
| 10 | 0,312 | -0,5% | 0,064 | -0,5% | 0,044 | 19,4% | 0,432 | -0,5% | 0,936 | -0,6% | 1,788 |
| 11 | 0,310 | -0,8% | 0,064 | -0,8% | 0,047 | 7,7% | 0,428 | -0,8% | 0,926 | -1,1% | 1,775 |
| 12 | 0,308 | -0,7% | 0,063 | -0,9% | 0,053 | 11,9% | 0,423 | -1,2% | 0,916 | -1,1% | 1,763 |
| 13 | 0,304 | -1,2% | 0,062 | -1,2% | 0,069 | 29,9% | 0,417 | -1,5% | 0,904 | -1,3% | 1,756 |
| 14 | 0,302 | -0,8% | 0,062 | -0,9% | 0,076 | 11,2% | 0,412 | -1,1% | 0,895 | -0,9% | 1,748 |
| 15 | 0,301 | -0,2% | 0,062 | -0,3% | 0,080 | 4,6% | 0,411 | -0,4% | 0,892 | -0,3% | 1,746 |
| 16 | 0,299 | -0,6% | 0,061 | -0,7% | 0,085 | 6,3% | 0,407 | -0,8% | 0,887 | -0,6% | 1,740 |
| 17 | 0,301 | 0,4% | 0,062 | 0,5% | 0,080 | -5,4% | 0,410 | 0,8% | 0,892 | 0,5% | 1,745 |
| 18 | 0,298 | -0,9% | 0,061 | -1,1% | 0,089 | 11,2% | 0,406 | -1,2% | 0,883 | -1,0% | 1,737 |
| | -11,3% | | -7,8% | | 1.017,5% | | -14,4% | | -7,1% | | |

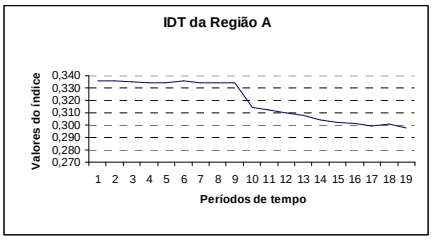
Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, em análise "aberta" a recuperação do destino C é pouco significativa (posição 4), apesar de se assistir a uma melhoria muito importante em termos de análise "fechada" (1.017,5%). Por outro lado, as taxas de variação revelam os momentos onde se verificaram os maiores impulsos nesse processo de desenvolvimento, foram eles os momentos 7, 9 e 13, precisamente aqueles onde o destino mais investiu em "alojamentos turísticos" de qualidade elevada (7 e 13) e quando obteve uma unidade de

"património histórico classificado" (9). Neste cenário, o destino que mais perde é o destino "D" com uma desvalorização de -14,4% no valor do seu índice.

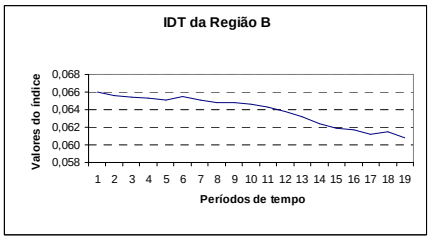
Graficamente podemos observar que cada um dos destinos "A", "B", "D" e "E" apresentam as seguintes evoluções dos seus IDT:

**Gráfico 6.27** – Evolução do IDT do Destino A



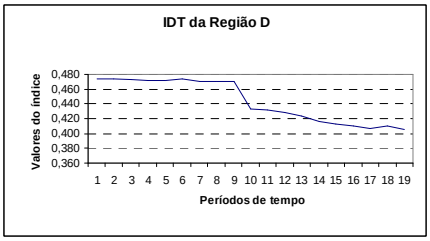

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.28** – Evolução do IDT do Destino B



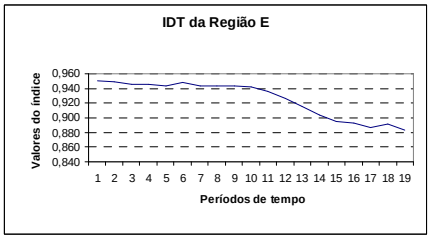

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.29** – Evolução do IDT do Destino D




Fonte: Elaboração própria

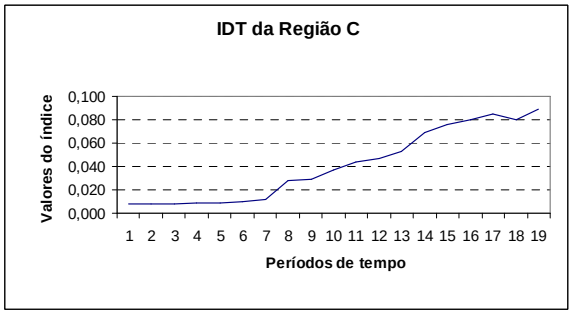
**Gráfico 6.30** – Evolução do IDT do Destino E




Fonte: Elaboração própria

Verificamos que todos os destinos considerados, cujas variáveis ficaram constantes no tempo, voltam a apresentar uma evolução decrescente (declínio), pois, mais uma vez, tal se deve à degradação relativa dos seus factores, ao longo do tempo, tomando como referência o destino "C", na qual houve melhoria desses mesmos factores.

**Gráfico 6.31** – Evolução do IDT do Destino C




Fonte: Elaboração própria

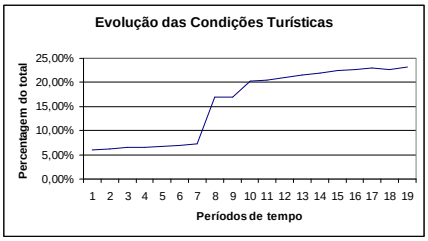
O destino "C" revela, neste cenário, uma evolução crescente mas também moderada, sem que, para já, seja possível identificar por que fase ou fases passou. Contudo, há que notar que, apesar das evoluções episódicas acentuadas do valor do seu IDT, este acaba por não chegar a atingir valores significativos, quedando-se pelo valor de 0,089. Isto sugere que o destino "C" não tenha saído da Fase de Exploração.

**Quadro 6.15** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C

| Destino C | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| P. | P.CT. | Tx. | T. | Tx. | P. | Tx. |
| 0 | 6,11% | | 10.000 | | 20.000 | |
| 1 | 6,25% | 2,2% | 10.100 | 1,0% | 20.000 | 0,0% |
| 2 | 6,50% | 4,0% | 10.201 | 1,0% | 20.000 | 0,0% |
| 3 | 6,62% | 2,0% | 10.507 | 3,0% | 20.200 | 1,0% |
| 4 | 6,81% | 2,8% | 11.032 | 5,0% | 20.402 | 1,0% |
| 5 | 6,97% | 2,4% | 12.136 | 10,0% | 22.034 | 8,0% |
| 6 | 7,30% | 4,7% | 13.956 | 15,0% | 22.255 | 1,0% |
| 7 | 16,90% | 131,6% | 14.933 | 7,0% | 23.367 | 5,0% |
| 8 | 17,01% | 0,7% | 15.680 | 5,0% | 23.835 | 2,0% |
| 9 | 20,23% | 18,9% | 17.091 | 9,0% | 24.192 | 1,5% |
| 10 | 20,39% | 0,8% | 20.509 | 20,0% | 24.434 | 1,0% |
| 11 | 20,96% | 2,8% | 21.534 | 5,0% | 24.458 | 0,1% |
| 12 | 21,57% | 2,9% | 23.688 | 10,0% | 24.703 | 1,0% |
| 13 | 21,98% | 1,9% | 30.794 | 30,0% | 24.999 | 1,2% |
| 14 | 22,48% | 2,3% | 33.873 | 10,0% | 25.224 | 0,9% |
| 15 | 22,65% | 0,7% | 35.567 | 5,0% | 25.477 | 1,0% |
| 16 | 23,00% | 1,6% | 37.345 | 5,0% | 25.502 | 0,1% |
| 17 | 22,66% | -1,5% | 35.478 | -5,0% | 25.247 | -1,0% |
| 18 | 23,22% | 2,5% | 39.026 | 10,0% | 25.500 | 1,0% |

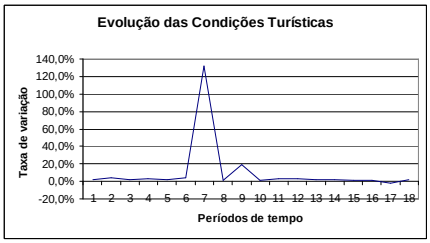
Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.32** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.33 -** Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C

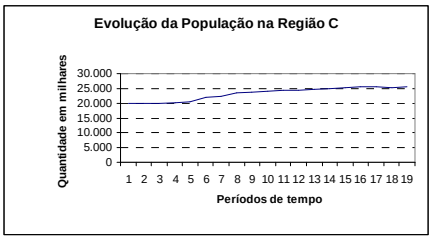



Fonte: Elaboração própria

A oscilação positiva acentuada nas "condições turísticas" no período 7 é devida ao facto de, neste período, se ter assistido ao surgimento de uma variável diferenciadora única, que foram os "alojamentos turísticos" de nível elevado. Tal, foi suficiente para reforçar a posição relativa do destino "C". A obtenção de um "património histórico classificado", no período 9, contribui também para o reforço de posição relativa desse destino. Estes efeitos já tinham sido notados no cenário C1.1. Note-se, que isto

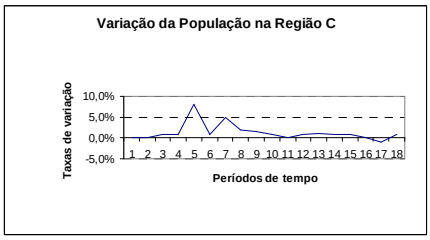
aconteceria fosse qual fosse a variável sujeita a esse reforço, desde que se tratasse de uma variável "crítica".

**Gráfico 6.34** – Evolução da População Residente do Destino C




Fonte: Elaboração própria

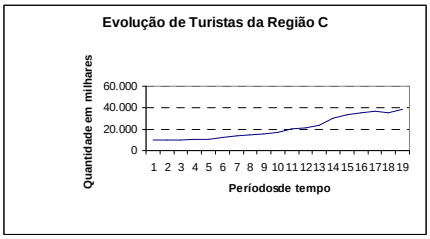
**Gráfico 6.35** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C




Fonte: Elaboração própria

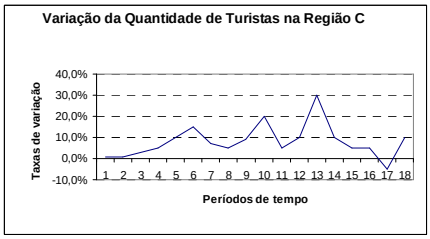
A "população residente", apesar de apresentar frequentes oscilações na sua taxa de crescimento, acaba por mostrar uma evolução crescente no tempo, devido ao facto de considerarmos essas variações em relação ao período anterior, fazendo com que haja sempre um crescimento.

**Gráfico 6.36** – Evolução dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.37** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Por seu lado, os "turistas estrangeiros" também apresentando uma taxa de crescimento muito oscilante, acabam por revelar, pelos mesmos motivos referidos para a "população", uma evolução crescente, também de natureza suave.

Vejamos agora o comportamento dos diferentes destinos perante uma situação onde a heterogeneidade das variáveis do destino "C" oscila entre valores positivos e negativos (cenário C1.3b). A variação negativa resultará da degradação, desemprego ou abandono das variáveis. Para o efeito, utilizaremos os mesmos pressupostos do caso anterior, relativamente às particularidades dos períodos 4, 7 e 9.

**Quadro 6.16** – Dados das Taxas Heterogéneas (positivas e negativas) das Variáveis do Destino C – Considerando fixos os valores dessas variáveis nos outros destinos

| | DESTINO C | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Variação nas Variáveis | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| AP | 5,0% | 10,0% | -1,0% | 10,0% | 3,0% | 5,0% | 10,0% | -2,0% | 1,0% | 2,0% | 5,0% | 8,0% | -2,0% | 7,0% | 3,0% | 5,0% | -2,0% | 7,0% |
| PHC | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | -100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AT | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 30,0% | 10,0% | 15,0% | 0,0% | -10,0% | 30,0% | -5,0% | 0,0% | 0,0% | -10,0% | 0,0% |
| AD | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | -3,0% | 2,0% | 0,0% | -2,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| AM | 0,0% | 1,0% | 2,0% | 3,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 3,0% | 1,0% | 1,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 0,0% | 0,0% | 2,0% | -2,0% | 3,0% |
| PH | 5,0% | 10,0% | 1,0% | 2,0% | 15,0% | 10,0% | 5,0% | 1,0% | 1,0% | 10,0% | 20,0% | 30,0% | 0,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | -10,0% | 10,0% |
| P | 1,0% | 2,0% | 3,0% | 0,0% | 0,0% | -1,0% | 4,0% | 1,0% | 2,0% | -2,0% | 5,0% | 5,0% | 1,0% | -1,0% | 0,0% | 2,0% | -2,0% | 3,0% |
| A | 5,0% | 5,0% | 3,0% | 1,0% | -2,0% | 10,0% | 15,0% | -1,0% | 10,0% | 12,0% | -3,0% | 5,0% | 0,0% | 5,0% | -1,0% | 5,0% | 0,0% | 7,0% |
| RH | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 50,0% | -10,0% | 30,0% | 50,0% | 70,0% | 150,0% | -20,0% | 40,0% | 15,0% | 0,0% | 0,0% | -10,0% | 5,0% |
| IC | 5,0% | 10,0% | 2,0% | 5,0% | 1,0% | -2,0% | 10,0% | 12,0% | 5,0% | -2,0% | 10,0% | 9,0% | 15,0% | -3,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 10,0% |
| PU | 5,0% | 10,0% | 5,0% | 2,0% | 10,0% | 15,0% | 15,0% | 5,0% | 3,0% | 1,0% | 10,0% | 20,0% | 20,0% | 15,0% | 3,0% | 10,0% | -10,0% | 12,0% |
| POP | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 1,0% | 8,0% | 1,0% | -0,5% | 2,0% | 1,5% | 1,0% | 0,1% | -1,0% | 1,2% | 0,9% | 1,0% | 0,1% | -1,0% | 1,0% |
| TUR | 1,0% | 1,0% | 3,0% | 5,0% | 10,0% | 15,0% | -3,0% | 5,0% | 5,0% | 30,0% | 20,0% | -10,0% | 30,0% | 10,0% | 5,0% | 5,0% | -5,0% | 10,0% |

Fonte: Elaboração própria

Da aplicação do algoritmo do IDT, resultaram os valores apresentados nos quadros da secção 3b do anexo 1 (vol. II) e que permitiram extrair os dados a seguir apresentados.

**Quadro 6.17** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C1.3b)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,25% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,50% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,61% | 1% | 3% | 0,009 | 5 |
| 6,76% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,86% | 8% | 10% | 0,010 | 5 |
| 7,07% | 1% | 15% | 0,011 | 5 |
| 16,61% | -0,5% | -3% | 0,026 | 5 |
| 16,76% | 2% | 5% | 0,027 | 5 |
| 20,01% | 1,5% | 5% | 0,033 | 5 |
| 20,18% | 1% | 30% | 0,043 | 5 |
| 20,53% | 0,1% | 20% | 0,052 | 5 |
| 21,06% | -1% | -10% | 0,049 | 5 |
| 18,40% | 1,2% | 30% | 0,055 | 5 |
| 18,70% | 0,9% | 10% | 0,060 | 5 |
| 18,84% | 1% | 5% | 0,063 | 4 |
| 19,18% | 0,1% | 5% | 0,067 | 4 |
| 18,85% | -1% | -5% | 0,063 | 4 |
| 19,38% | 1% | 10% | 0,071 | 4 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Quando se verificam oscilações positivas e negativas, nas diferentes variáveis do modelo proposto num destino, mantendo-se constantes essas mesmas variáveis nos outros destinos considerados, o comportamento do destino analisado pode apresentar as seguintes características: perda de peso das suas "condições turísticas", que pode resultar de alguma degradação relativa das suas variáveis (por exemplo: perda da classificação do seu património histórico, devido ao seu abandono em termos de manutenção; degradação das suas acessibilidades, resultado, quer do abandono quer do seu não reforço; aumento do desemprego em termos de recursos humanos especializados; retirada dos roteiros de algumas actividades de diversão, pela sua perda de qualidade e capacidade de atracção; políticas de segurança que leve à retirada de efectivos; degradação das redes de comunicação e do parque habitacional, levando ao abandono do seu serviço, por partes dos utentes); ganho de peso das suas "condições turísticas", que resultam de melhorias relativas das suas variáveis (por exemplo: ganhos de classificação do património histórico, melhoria das acessibilidades, criação de emprego especializado, reforço das actividades de diversão, reforço dos contingentes policiais, melhoria das comunicações, melhoria do parque habitacional e dos sistemas de saúde pública). Todas estas situações, podem levar, ao abandono de "turistas" e respectiva diminuição nas suas chegadas, ou à chegada de mais "turistas". Mesmo que se considere que algumas situações também poderão levar à saída de "população residente", contudo, poderá não ser suficiente para melhorar, no imediato, a posição relativa do destino considerado. No entanto, caso se verifique alguma recuperação no número de chegadas de turistas, isso poderá traduzir-se numa melhoria da posição relativa do destino.

**Quadro 6.18** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

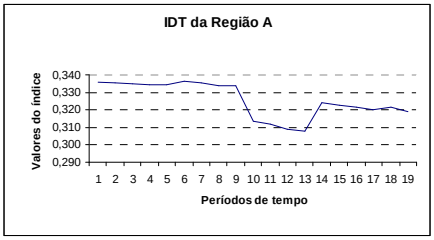
| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,336 | -0,1% | 0,066 | -0,6% | 0,008 | 0,2% | 0,474 | -0,1% | 0,949 | -0,2% | 1,832 |
| 2 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -0,4% | 0,008 | 5,0% | 0,472 | -0,3% | 0,946 | -0,3% | 1,827 |
| 3 | 0,335 | -0,1% | 0,065 | -0,1% | 0,009 | 3,8% | 0,472 | -0,1% | 0,946 | 0,0% | 1,827 |
| 4 | 0,334 | -0,1% | 0,065 | -0,2% | 0,009 | 6,5% | 0,472 | -0,1% | 0,944 | -0,2% | 1,824 |
| 5 | 0,336 | 0,6% | 0,066 | 0,7% | 0,010 | 4,1% | 0,474 | 0,5% | 0,949 | 0,5% | 1,835 |
| 6 | 0,335 | -0,3% | 0,065 | -0,4% | 0,011 | 17,2% | 0,471 | -0,5% | 0,946 | -0,4% | 1,829 |
| 7 | 0,334 | -0,5% | 0,065 | -0,7% | 0,026 | 129,0% | 0,469 | -0,6% | 0,942 | -0,4% | 1,835 |
| 8 | 0,334 | 0,0% | 0,065 | -0,1% | 0,027 | 4,0% | 0,469 | 0,0% | 0,942 | 0,0% | 1,836 |
| 9 | 0,314 | -6,0% | 0,065 | -0,3% | 0,033 | 23,6% | 0,433 | -7,7% | 0,941 | -0,1% | 1,786 |
| 10 | 0,312 | -0,6% | 0,064 | -0,8% | 0,043 | 29,2% | 0,430 | -0,6% | 0,935 | -0,7% | 1,784 |
| 11 | 0,309 | -0,9% | 0,064 | -1,0% | 0,052 | 21,7% | 0,425 | -1,0% | 0,924 | -1,2% | 1,774 |
| 12 | 0,308 | -0,2% | 0,063 | -0,3% | 0,049 | -6,8% | 0,422 | -0,7% | 0,920 | -0,4% | 1,763 |
| 13 | 0,324 | 5,2% | 0,063 | -1,2% | 0,055 | 11,5% | 0,451 | 6,8% | 0,911 | -0,9% | 1,804 |
| 14 | 0,322 | -0,5% | 0,062 | -0,5% | 0,060 | 10,5% | 0,447 | -0,9% | 0,905 | -0,6% | 1,797 |
| 15 | 0,322 | -0,2% | 0,062 | -0,2% | 0,063 | 4,6% | 0,446 | -0,3% | 0,903 | -0,3% | 1,796 |
| 16 | 0,320 | -0,5% | 0,062 | -0,6% | 0,067 | 6,6% | 0,442 | -0,8% | 0,898 | -0,5% | 1,790 |
| 17 | 0,321 | 0,4% | 0,062 | 0,4% | 0,063 | -5,6% | 0,446 | 0,7% | 0,903 | 0,5% | 1,795 |
| 18 | 0,319 | -0,8% | 0,061 | -1,0% | 0,071 | 11,6% | 0,441 | -1,1% | 0,895 | -0,9% | 1,787 |
| | -5,1% | | -7,0% | | 785,0% | | -7,0% | | -5,9% | | |

Fonte: Elaboração própria

O destino que menos perde é o "A", com uma desvalorização do seu IDT em -5,1%, revelando, também neste caso, uma estrutura mais equilibrada, perante este tipo de alterações. Dos destinos que mais perdem ("B" e "D"), o destino "B" é aquele que perde a sua posição relativa para o "C". Globalmente, os destinos apresentam uma evolução oscilante, com subidas e descidas do IDT total. Ou seja, quando tivermos uma macro-região, onde um dos destinos apresente comportamentos oscilantes, isso poderá traduzir-se em fases de melhoria ou agravamento da sua qualidade de vida e bem-estar. Mais uma vez, em análise "aberta" o destino "C" pouco melhorou (posição 4), apesar de numa análise "fechada" apresentar uma melhoria significativa (785,0%).

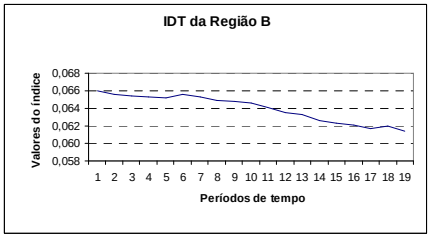
Graficamente, podemos observar que cada uma das regiões "A", "B", "D" e "E" apresentam as seguintes evoluções dos seus IDT:

**Gráfico 6.38** – Evolução do IDT do Destino A



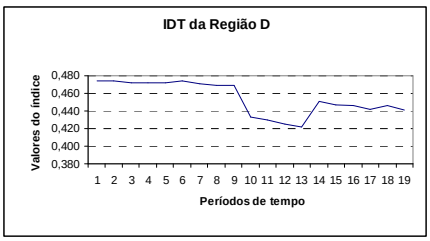

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.39** – Evolução do IDT do Destino B



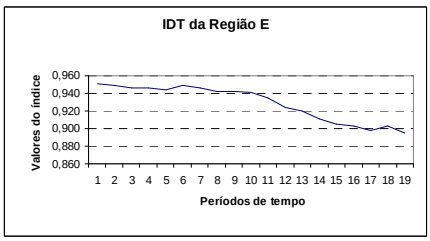

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.40** – Evolução do IDT do Destino D




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.41** – Evolução do IDT do Destino E

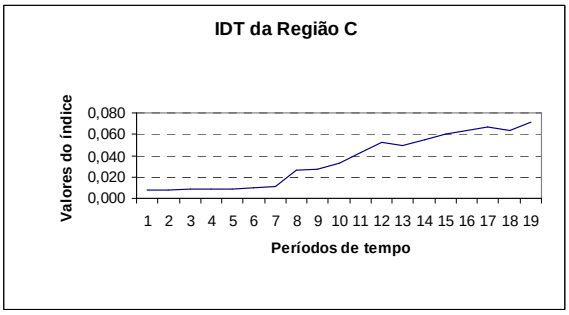



Fonte: Elaboração própria

Os destinos "A" e "D" revelam, no período 12, uma melhoria das suas posições relativas, devido à perda de posição do próprio destino "C" (atender ao facto de, no gráfico, ser considerado o período 0 do quadro 6.18 como o seu momento 1, daí haver um desfasamento entre o período das ocorrências dos quadros e a sua identificação nos respectivos gráficos. Nos gráficos surge com um desfasamento de um período a mais). Contudo, os destinos "B" e "E" não apresentam esse comportamento, supostamente devido, mais uma vez, às respectivas estruturas económicas, socioculturais e ambientais. Mas, mesmo assim, todos os destinos apresentam uma diminuição da sua posição, ao longo do tempo (declínio).

Verificamos que, apesar de estarmos perante oscilações positivas e negativas das variáveis, o destino "C" apresenta um comportamento crescente do seu IDT, contudo, em níveis muito baixos. Sugerindo, mais uma vez, não ter saído da Fase de Exploração.

**Gráfico 6.42** – Evolução do IDT do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Apesar de voltar a apresentar uma configuração gráfica predominantemente ascendente, não nos dá garantias de ter saído da sua fase inicial, num processo de ciclo de vida e no conjunto dos períodos analisados. Esta configuração percebe-se pelo facto de, mesmo

admitindo as referidas oscilações, os períodos subsequentes apresentarem, tendencialmente, acréscimos relativamente aos períodos anteriores (não será isto que, efectivamente, acontece nas sociedades modernas – mesmo nas fases de crises e recessões). O IDT do destino "C" chega apenas ao valor de 0,071. Destacamos o facto de, apesar do destino "C", supostamente, não ter saído da Fase de Exploração, acaba por, ainda assim, ganhar posição relativamente ao destino "B", cujo IDT apresenta o valor de 0,061.

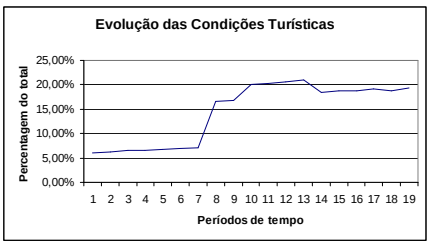
**Quadro 6.19** – Dados evolutivos das "condições turísticas" da "população residente" e dos "turistas" do Destino C

| Destino C | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| P. | P.CT. | Tx. | T. | Tx. | P. | Tx. |
| 0 | 6,11% | | 10.000 | | 20.000 | |
| 1 | 6,25% | 2,2% | 10.100 | 1,0% | 20.000 | 0,0% |
| 2 | 6,50% | 4,0% | 10.201 | 1,0% | 20.000 | 0,0% |
| 3 | 6,61% | 1,7% | 10.507 | 3,0% | 20.200 | 1,0% |
| 4 | 6,76% | 2,4% | 11.032 | 5,0% | 20.402 | 1,0% |
| 5 | 6,86% | 1,4% | 12.136 | 10,0% | 22.034 | 8,0% |
| 6 | 7,07% | 3,1% | 13.956 | 15,0% | 22.255 | 1,0% |
| 7 | 16,61% | 134,9% | 13.537 | -3,0% | 22.143 | -0,5% |
| 8 | 16,76% | 0,9% | 14.214 | 5,0% | 22.586 | 2,0% |
| 9 | 20,01% | 19,4% | 14.925 | 5,0% | 22.925 | 1,5% |
| 10 | 20,18% | 0,8% | 19.402 | 30,0% | 23.154 | 1,0% |
| 11 | 20,59% | 2,1% | 23.283 | 20,0% | 23.177 | 0,1% |
| 12 | 21,06% | 2,3% | 20.954 | -10,0% | 22.946 | -1,0% |
| 13 | 18,40% | -12,6% | 27.241 | 30,0% | 23.221 | 1,2% |
| 14 | 18,70% | 1,6% | 29.965 | 10,0% | 23.430 | 0,9% |
| 15 | 18,84% | 0,7% | 31.463 | 5,0% | 23.664 | 1,0% |
| 16 | 19,18% | 1,8% | 33.036 | 5,0% | 23.688 | 0,1% |
| 17 | 18,85% | -1,7% | 31.385 | -5,0% | 23.451 | -1,0% |
| 18 | 19,38% | 2,8% | 34.523 | 10,0% | 23.685 | 1,0% |

Fonte: Elaboração própria

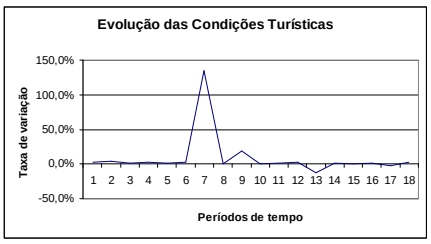
Os gráficos seguintes mostram que, apesar de existirem oscilações positivas e negativas nos diferentes factores, cada um deles provoca efeitos directos positivos ou negativos, ou seja, melhorias nas "condições turísticas" e nas chegadas de "turistas estrangeiros", produzirão efeitos positivos, por outro lado, aumentos na "população residente" provocará efeitos negativos e vice-versa. Verificamos também que, no tempo, a tendência será de crescimento desses mesmos factores (excluímos desta apreciação as situações de catástrofes, calamidades e acidentes graves).

**Gráfico 6.43** – Evolução do Peso das Condições Turísticas do Destino C



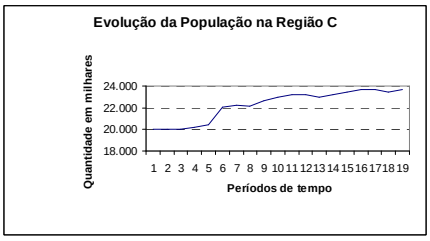

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.44** - Taxa de Variação do Peso das Condições Turísticas do Destino C



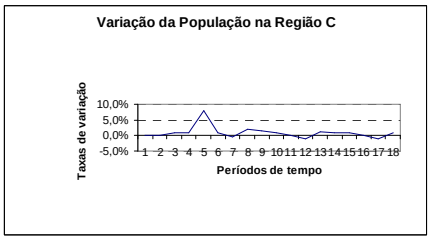

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.45** – Evolução da População Residente do Destino C



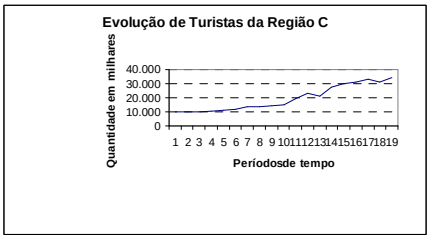

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.46** – Taxa de Variação da População Residente do Destino C



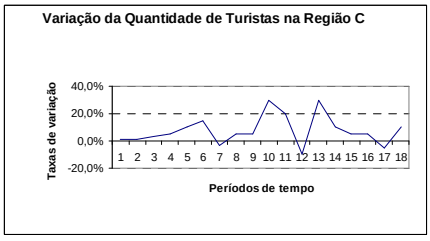

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.47** – Evolução dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.48** – Taxa de Variação dos Turistas do Destino C




Fonte: Elaboração própria

Em suma, perante o cenário de variação heterogénea das variáveis do destino "C" e imobilismo dos restantes destinos, a nossa proposta revela-se consistente com uma evolução na linha do ciclo de vida de um destino turístico.

Este primeiro lote de cenários acaba por estar suportado em pressupostos de análise que não reúnem as melhores condições de aproximação à realidade. Pois, admitir que num contexto concorrencial, os destinos com as quais concorre um determinado destino, se encontram, durante um largo período de tempo, num "estado de imobilismo" (*ceteris paribus*) e com isso avaliar a evolução do referido destino, não é propriamente considerar condições reais. Isto, traduz-se numa avaliação dos destinos suportados num

método de simplificação, que poderá resultar em interpretações erradas. Contudo, repetimos, julgamos ser este o cenário a que frequentemente se recorre para proceder a análises desta natureza. Mesmo perante estes condicionalismos, podemos resumir os valores obtidos da seguinte forma:

- Quando o destino considerado apresenta uma evolução "típica":
    - Podemos assistir a ganhos significativos do destino considerado e consequente perda acentuada de posição relativa de todos os outros destinos. Havendo algum destino que investe nas variáveis "críticas" (diferenciadoras) este ganhará seguramente em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, mas suportado no destino mais forte e em claro prejuízo dos restantes destinos, que acentuarão o seu atraso em termos de desenvolvimento turístico;
- Quando o destino considerado apresenta taxas constantes pouco acentuadas, de investimento nas variáveis, excluindo as variáveis "críticas":
    - Podemos assistir a um ganho do destino considerado. Contudo, pouco expressivo e, consequentemente, sem que consiga obter alguma melhoria em termos competitivos. O não investimento nas variáveis "críticas" contribui para o agravamento da situação em termos globais, pois os destinos ficam com pior qualidade de vida e bem-estar, no tempo e em relação ao cenário anterior;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas, mas oscilantes, de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos. Em termos globais, há um agravamento da qualidade vida e bem-estar porque os ganhos, do destino em causa, são manifestamente insuficientes para cobrir as perdas dos outros destinos;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas e negativas (neste caso resultante de degradação, desemprego ou abandono) de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos. Globalmente, os destinos perdem

qualidade de vida e bem-estar, resultante do "imobilismo" da maioria dos destinos, sendo que, a melhoria no destino considerado se torna insuficiente para ultrapassar esse "imobilismo".

Passemos agora à apreciação do cenário C2.1, onde iremos confrontar comportamentos "típicos" para todos os destinos considerados, para verificar como evolui cada um. Diríamos que este cenário já se aproxima mais das condições reais existentes nas sociedades de hoje. É importante verificar como podem evoluir, no tempo, os diferentes destinos, sendo que o respectivo posicionamento dependerá sempre de duas premissas:

- Posicionamento de partida;
- Ritmos evolutivos de cada um dos destinos.

Utilizando a mesma situação de partida definida na página 334[92] e, por questões de facilitação de análise, consideraremos a evolução para o destino "C", apresentada no cenário C1.1. Deste modo, iremos introduzir evoluções "típicas" nos outros destinos para, então, verificar como evolui, comparativamente, cada um deles. Para um maior enriquecimento da análise, admitimos para os diferentes destinos, diferentes ritmos evolutivos resultantes das diferentes opções de investimento, em cada um deles e que os destinos apresentam, na situação de partida (na linha dos cenários anteriores), níveis de desenvolvimento diferenciados para cada uma das suas variáveis.

A partir dos valores utilizados para as diferentes variáveis, apresentados na secção 4 do anexo 1 (vol. II), foi possível preencher o quadro seguinte, relativamente ao destino "C", aquele que tem sido objecto da nossa análise.

[92] (NA) Esta será sempre a situação de partida para todos os cenários em análise, que se apresentam neste segundo conjunto de cenários.

**Quadro 6.20** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – "típica" (cenário C2.1)

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,31% | 0% | 12% | 0,009 | 5 |
| 6,74% | 0% | 12% | 0,010 | 5 |
| 7,41% | 0% | 12% | 0,012 | 5 |
| 8,80% | 3% | 12,6% | 0,015 | 5 |
| 10,61% | 3,6% | 13,5% | 0,019 | 5 |
| 12,71% | 6,3% | 15% | 0,023 | 5 |
| 15,52% | 8,4% | 42% | 0,035 | 5 |
| 18,50% | 9,3% | 60% | 0,057 | 4 |
| 23,93% | 9,9% | 105% | 0,126 | 4 |
| 23,73% | 6% | 108% | 0,218 | 2 |
| 24,79% | 5,4% | 110% | 0,380 | 2 |
| 24,96% | 4,8% | 90% | 0,553 | 2 |
| 25,41% | 1,8% | 40% | 0,665 | 2 |
| 25,92% | 1,8% | 20% | 0,719 | 2 |
| 26,46% | 1,8% | 6% | 0,724 | 2 |
| 27,16% | 1,6% | 6% | 0,734 | 2 |
| 27,49% | -2,4% | -10% | 0,715 | 2 |
| 27,83% | 4,8% | 18% | 0,740 | 2 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Antes de mais, constatamos que o destino "C", perante a mesma evolução da apresentada no cenário C1.1, onde o peso das "condições turísticas", representava 51,04% do total, agora que considerámos uma variação "típica" também nos restantes destinos, fez com que esse valor caísse para 27,83%, consequentemente, agora não alcança a liderança do grupo, ficando pela segunda posição (análise "aberta").

Pelo quadro seguinte verificamos que os comportamentos dos IDT dos destinos proporcionam análises interessantes. Comecemos pelo próprio destino "C", onde verificamos que o IDT continua a revelar uma curva em "S", de acordo com a proposta "típica" do modelo TALC. Contudo, os outros destinos, apesar de apresentarem uma evolução "típica" nos respectivos factores, em termos de valores absolutos, acabam por perder essa "tipicidade", quando passamos para a análise relativa. Por outro lado, desta vez, tanto em análise "aberta" como em análise "fechada" (3.152,8%) o destino "C" revela uma melhoria significativa.

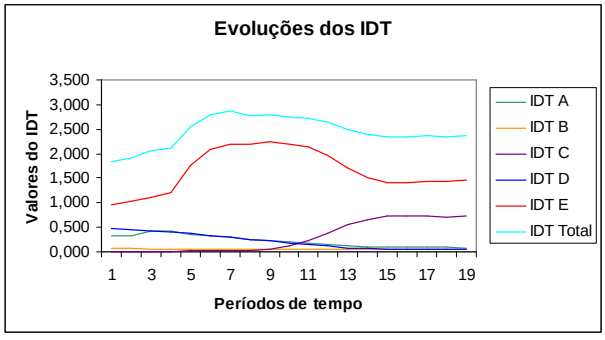
**Quadro 6.21** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,328 | -2,4% | 0,064 | -3,2% | 0,009 | 10,3% | 0,465 | -2,0% | 1,040 | 9,3% | 1,905 |
| 2 | 0,434 | 32,4% | 0,062 | -3,1% | 0,010 | 15,8% | 0,440 | -5,4% | 1,108 | 6,6% | 2,054 |
| 3 | 0,421 | -3,0% | 0,060 | -3,8% | 0,012 | 18,4% | 0,413 | -6,1% | 1,212 | 9,4% | 2,118 |
| 4 | 0,348 | -17,3% | 0,057 | -4,0% | 0,015 | 23,6% | 0,377 | -8,6% | 1,753 | 44,6% | 2,550 |
| 5 | 0,316 | -9,3% | 0,054 | -6,1% | 0,019 | 24,4% | 0,337 | -10,5% | 2,078 | 18,5% | 2,803 |
| 6 | 0,307 | -2,9% | 0,052 | -3,9% | 0,023 | 24,8% | 0,304 | -9,9% | 2,186 | 5,2% | 2,872 |
| 7 | 0,262 | -14,7% | 0,059 | 13,9% | 0,035 | 49,2% | 0,242 | -20,5% | 2,181 | -0,2% | 2,778 |
| 8 | 0,235 | -10,1% | 0,054 | -7,6% | 0,057 | 63,2% | 0,216 | -10,7% | 2,244 | 2,9% | 2,807 |
| 9 | 0,210 | -10,6% | 0,048 | -12,6% | 0,126 | 123,2% | 0,171 | -20,7% | 2,179 | -2,9% | 2,734 |
| 10 | 0,183 | -13,1% | 0,048 | 1,3% | 0,218 | 72,9% | 0,144 | -15,8% | 2,134 | -2,0% | 2,727 |
| 11 | 0,153 | -16,1% | 0,043 | -10,8% | 0,380 | 74,2% | 0,114 | -20,7% | 1,955 | -8,4% | 2,646 |
| 12 | 0,123 | -19,6% | 0,041 | -4,0% | 0,553 | 45,6% | 0,084 | -26,1% | 1,701 | -13,0% | 2,503 |
| 13 | 0,110 | -10,7% | 0,041 | -1,6% | 0,665 | 20,1% | 0,069 | -18,6% | 1,520 | -10,6% | 2,405 |
| 14 | 0,100 | -9,0% | 0,042 | 2,6% | 0,719 | 8,2% | 0,059 | -13,8% | 1,412 | -7,1% | 2,333 |
| 15 | 0,095 | -5,1% | 0,044 | 6,9% | 0,724 | 0,7% | 0,055 | -7,5% | 1,416 | 0,3% | 2,335 |
| 16 | 0,090 | -5,2% | 0,046 | 2,5% | 0,734 | 1,3% | 0,051 | -7,9% | 1,440 | 1,7% | 2,360 |
| 17 | 0,094 | 5,0% | 0,046 | 0,0% | 0,715 | -2,5% | 0,053 | 5,7% | 1,440 | 0,0% | 2,349 |
| 18 | 0,086 | -8,6% | 0,045 | -1,4% | 0,740 | 3,5% | 0,049 | -8,5% | 1,451 | 0,7% | 2,371 |
| | -74,3% | | -31,9% | | 3.152,8% | | -89,7% | | 52,5% | | |

Fonte: Elaboração própria

A configuração acentuada da curva do IDT do destino "C" (gráfico 6.49), deve-se ao elevado grau evolutivo que introduzimos nas respectivas variáveis, mas tal foi efectuado de forma a garantirmos essa mesma configuração. Isto é, os investimentos efectuados neste destino foram a níveis e em graus que lhe permitiu ganhar posição relativamente aos restantes destinos. Podíamos ter uma curva "S" menos pronunciada, caso optássemos por utilizar valores mais suaves nas respectivas variáveis. Contudo, como o que pretendíamos era destacar essa mesma configuração, daí essa opção.

**Gráfico 6.49** – Evolução dos IDT dos Destinos

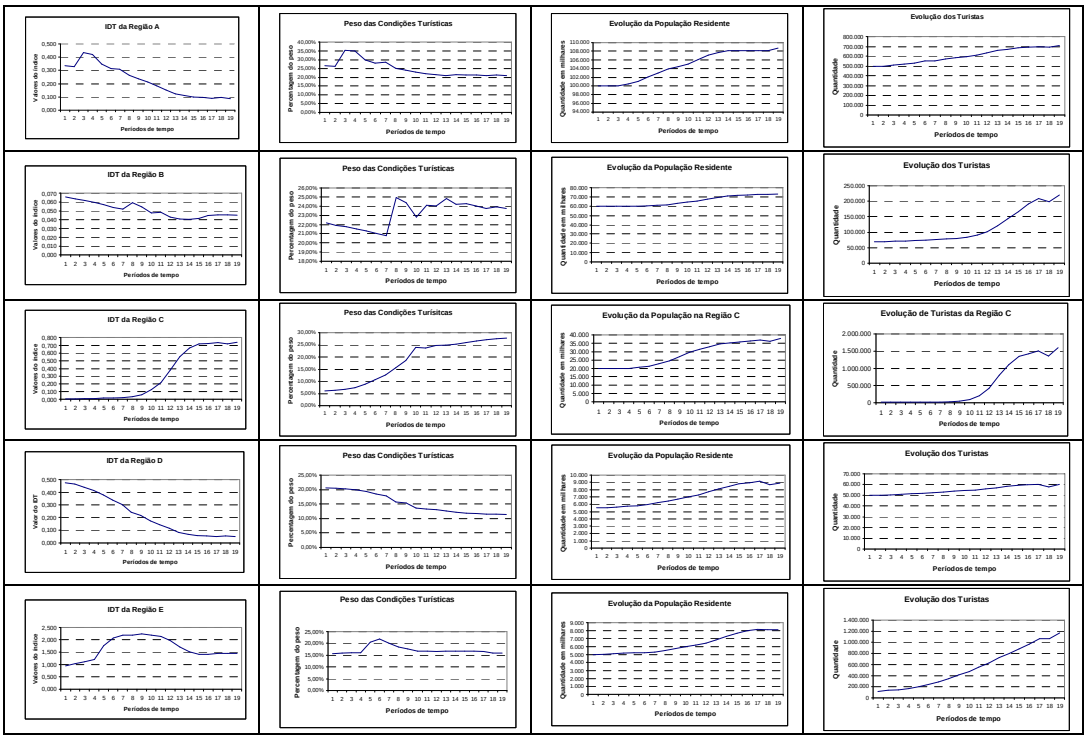



Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos restantes destinos, verificamos que estamos em presença de diversos comportamentos relativos. Os destinos "A" e "D" apresentam uma evolução muito

próximas uma da outra, com uma tendência progressivamente decrescente, apesar de ambos os destinos terem investido, nas suas variáveis, ao longo do tempo, acabam, por não melhorar a sua posição relativa, bem pelo contrário. O destino "D" é o que mais perde com uma desvalorização do seu índice em -89,7%. O destino "B" revela pouca variação do seu IDT, apesar de também ter investido. O destino "E", partindo de uma situação mais favorável, acaba por, supostamente, passar por todas as fases do modelo TALC, em termos relativos, pois começa por ter um ligeiro crescimento, depois, este passa a ser mais acentuado. A seguir, estabiliza e declina e, finalmente, volta a estabilizar, com uma ligeira tendência crescente. Os destinos, globalmente considerados, apresentam uma curva do IDT, semelhante ao destino mais forte, o destino "E", sendo que, no final do período em análise, o valor do IDT global é superior ao do início desse período, revelando uma melhoria global na qualidade de vida e do bem-estar, nesse macro-espaço. Constatamos também, que a configuração da curva do IDT é, neste caso, fortemente influenciada pelas "condições turísticas", pois a configuração da curva destas é, na maioria dos casos, a que mais se aproxima da curva do próprio IDT, como se pode ver no gráfico 6.50.

**Gráfico 6.50** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Também neste cenário o modelo proposto revela-se consistente com a proposta do modelo TALC, pois abrange simultaneamente uma variedade de comportamentos, de ciclo de vida, considerados em termos relativos. Em particular para o destino "C", verificamos que o gráfico configura uma evolução "típica" do ciclo de vida. Contudo, entendemos que necessitamos de mais informação para podermos retirar maior rigor dessa mesma evolução. O seu IDT de 0,740 encontra-se em níveis mais baixos que o do cenário C1.1 (1,918) que também apresentava uma configuração semelhante. Já o destino "E" começa com um IDT de 0,951 e termina com 1,451, sendo que, se fica com a ideia que tenha passado pelas fases mais adiantadas do ciclo.

Passemos agora para o cenário C2.2, onde pretendemos analisar o comportamento evolutivo do IDT do destino "C", com crescimentos constantes moderados nas suas variáveis ("atípico"), perante uma evolução "típica" dos outros destinos. Dos quadros apresentados na secção 5 do anexo 1 (vol. II), retiramos os dados para esta análise. Para uma mais fácil apreciação, vamos manter as premissas e os valores das variáveis do destino "C", apresentados no cenário C1.2 (crescimentos constantes moderados das variáveis) e para os outros destinos, os apresentados no cenário anterior, C2.1 (crescimentos "típicos" das variáveis).

**Quadro 6.22** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C2.2)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,27% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,39% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,49% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,49% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,45% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,38% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,25% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,10% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 5,93% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 5,80% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 5,72% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 5,70% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 5,72% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 5,78% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 5,88% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 6,01% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |
| 5,86% | -1% | -5% | 0,006 | 5 |
| 5,97% | 1% | 5% | 0,006 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Como se verifica, o peso das "condições turísticas" do destino "C" decresce, ficando-se por uns modestos 5,97% do total, na fase final do processo. A sua própria evolução, em análise "fechada", foi negativa (-29,3%). Daí se compreender que acabe por acentuar mais a última posição do grupo (análise "aberta"), com o qual está a concorrer, ou seja, apesar de ter investido, esse investimento não foi suficiente para alterar a sua posição competitiva, em termos de qualidade de vida e bem-estar. O não investimento nas variáveis "críticas" (escassas, únicas ou dominantes) contribui fortemente para esse agravamento de posição.

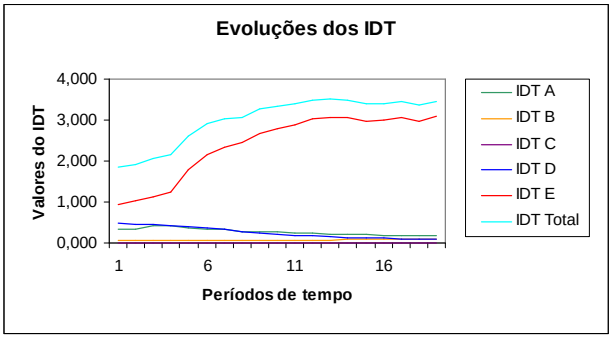
**Quadro 6.23** – Valores dos IDT dos 5 Destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,328 | -2,3% | 0,064 | -3,0% | 0,008 | 1,9% | 0,466 | -1,6% | 1,043 | 9,7% | 1,910 |
| 2 | 0,437 | 33,0% | 0,062 | -2,4% | 0,008 | 2,7% | 0,444 | -4,8% | 1,118 | 7,2% | 2,069 |
| 3 | 0,426 | -2,4% | 0,061 | -2,8% | 0,009 | 1,8% | 0,420 | -5,3% | 1,234 | 10,4% | 2,150 |
| 4 | 0,357 | -16,3% | 0,059 | -2,1% | 0,008 | -1,2% | 0,390 | -7,3% | 1,803 | 46,0% | 2,617 |
| 5 | 0,329 | -7,8% | 0,057 | -3,7% | 0,008 | -2,7% | 0,357 | -8,5% | 2,166 | 20,2% | 2,917 |
| 6 | 0,324 | -1,5% | 0,057 | -1,3% | 0,008 | -1,3% | 0,329 | -7,7% | 2,326 | 7,4% | 3,044 |
| 7 | 0,287 | -11,4% | 0,065 | 15,0% | 0,008 | -5,2% | 0,270 | -17,8% | 2,440 | 4,9% | 3,070 |
| 8 | 0,268 | -6,6% | 0,062 | -4,2% | 0,007 | -4,8% | 0,248 | -8,4% | 2,679 | 9,8% | 3,265 |
| 9 | 0,267 | -0,4% | 0,060 | -4,1% | 0,007 | -4,1% | 0,220 | -11,2% | 2,783 | 3,9% | 3,337 |
| 10 | 0,244 | -8,8% | 0,065 | 8,7% | 0,007 | -4,1% | 0,196 | -10,8% | 2,887 | 3,7% | 3,398 |
| 11 | 0,232 | -4,9% | 0,066 | 1,1% | 0,006 | -4,0% | 0,175 | -11,0% | 3,019 | 4,6% | 3,497 |
| 12 | 0,216 | -6,7% | 0,074 | 12,0% | 0,006 | -4,3% | 0,149 | -14,7% | 3,070 | 1,7% | 3,514 |
| 13 | 0,215 | -0,8% | 0,080 | 9,1% | 0,006 | -1,2% | 0,134 | -10,2% | 3,052 | -0,6% | 3,487 |
| 14 | 0,206 | -4,0% | 0,087 | 8,5% | 0,006 | -1,0% | 0,121 | -9,4% | 2,981 | -2,4% | 3,401 |
| 15 | 0,196 | -4,8% | 0,093 | 7,3% | 0,006 | -0,2% | 0,112 | -7,6% | 2,989 | 0,3% | 3,397 |
| 16 | 0,187 | -4,7% | 0,096 | 3,2% | 0,006 | 0,2% | 0,103 | -7,6% | 3,048 | 2,0% | 3,441 |
| 17 | 0,191 | 2,0% | 0,093 | -3,1% | 0,006 | -5,8% | 0,106 | 2,3% | 2,960 | -2,9% | 3,355 |
| 18 | 0,181 | -4,9% | 0,096 | 2,5% | 0,006 | -0,5% | 0,101 | -4,9% | 3,086 | 4,3% | 3,469 |
| | -46,0% | | 45,1% | | -29,3% | | -78,8% | | 224,4% | | |

Fonte: Elaboração própria

Agora, estamos em presença de uma situação onde, apesar de garantidos os respectivos investimentos crescentes no tempo, nas respectivas variáveis dos destinos, verificamos que apenas o destino "E" consolida o seu caminho evolutivo de desenvolvimento relativo. Os destinos "A", "C" e "D" perdem posição relativa, perante o destino "E". O destino "B" obtém um ligeiro ganho de posição relativa. O destino "C", naturalmente, pelo facto de apresentar taxas crescentes constantes, mas tratando-se de taxas com níveis não muito elevados, acaba por perder posição, perante a restante concorrência, agravando assim, o seu posicionamento relativo. O destino que mais perde é o "D", perdendo -78,8% do valor do seu IDT. Globalmente, os destinos melhoram a sua qualidade de vida, mas tal é devido ao elevado desenvolvimento do destino "E". Acentuam-se as assimetrias de desenvolvimento entre os diferentes destinos concorrentes.

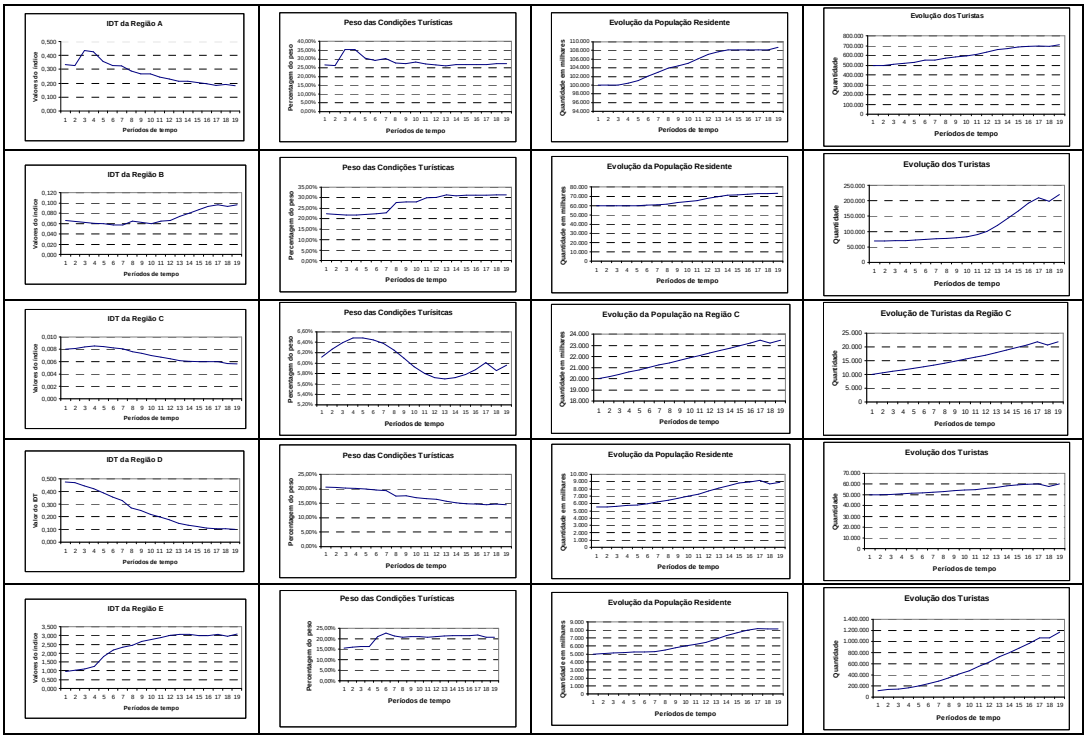
**Gráfico 6.51** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez constatamos que as curvas do IDT, se aproximam das curvas das "condições turísticas" dos respectivos destinos, naturalmente com influência positiva da própria evolução dos "turistas estrangeiros" e do efeito contrário da "população residente".

**Gráfico 6.52** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Se no cenário C1.2 o destino "C" apresentava um IDT com uma evolução crescente, a taxas moderadas, de acordo com o ritmo de variação dos seus factores, agora, nessas mesmas condições, o IDT do destino "C" acaba por decrescer, pois o seu investimento acaba por ser insuficiente perante os outros destinos. Ou seja, um destino deve saber como actua a sua concorrência, para que as suas políticas de investimento turístico estejam em conformidade com esse contexto de estratégias, pois as mesmas políticas resultarão melhor ou pior, consoante a actuação da concorrência e, consequentemente, a sua competitividade pode sair reforçada ou ficar comprometida. Por outras palavras, as "boas práticas" devem ser aplicadas em contextos semelhantes.

Neste cenário é o destino "E" que apresenta uma curva mais próxima da curva "típica", com o respectivo IDT final elevado (3.086). O destino "B", apesar de revelar uma curva com um ligeiro crescimento, mantém o seu IDT a níveis muito reduzidos (0,096). Repare-se que, neste caso, tal como no anterior, onde já assistimos à variação da variável "turistas estrangeiros" em todos os destinos, esta perde a sua pertinência na análise do ciclo de vida de um destino, pois o comportamento do IDT de cada destino e, que nos serve de referência, não coincide com o comportamento dos turistas.

Continuamos a assistir à consistência da nossa proposta de IDT, ao modelo do ciclo de vida (TALC), porque, em rigor, confirmamos uma evolução de ciclo de vida em todas os destinos considerados, sendo que, naturalmente, nem todos assumindo as mesmas fases nos mesmos momentos.

Passemos agora para a análise do cenário C2.3, onde confrontaremos uma evolução "típica" dos restantes destinos com uma evolução heterogénea do destino "C" (oscilante positiva e positiva/negativa). Para este cenário, recorreremos, primeiro, aos dados do cenário C2.1 (evolução "típica" dos restantes destinos) cruzados com os dados do cenário C1.3a (heterogeneidade com taxas positivas do destino "C") e, depois, cruzaremos os dados do cenário C2.1, com o cenário C1.3b (heterogeneidade com taxas positivas e negativas do destino "C"). Deste modo, conseguimos analisar os respectivos comportamentos dos destinos num cenário próximo do real e num contexto de concorrência.

Dos quadros apresentados na secção 6a do anexo 1 (vol. II), retirámos os dados para esta análise.

Neste cenário, o destino "C", apesar de ter efectuado investimentos nas suas variáveis "críticas" ao longo do tempo, não melhora significativamente a sua posição relativa, pois acaba por continuar a quedar-se na última posição do seu grupo concorrencial. Verificamos também que, mais uma vez, o peso das "condições turísticas" fica por valores pouco significativos, rondando os 9% no final do período analisado.

Numa análise "fechada" o destino "C" obtém um ganho de 78,9%. Contudo, transpondo isso para uma análise "aberta", verificamos que esse valor é manifestamente insuficiente para o fazer sair da última posição relativa.

**Quadro 6.24** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C2.3a)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,38% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,41% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,37% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,28% | 8% | 10% | 0,007 | 5 |
| 6,29% | 1% | 15% | 0,008 | 5 |
| 7,52% | 5% | 7% | 0,009 | 5 |
| 7,60% | 2% | 5% | 0,009 | 5 |
| 10,36% | 1,5% | 9% | 0,012 | 5 |
| 9,31% | 1% | 20% | 0,012 | 5 |
| 9,37% | 0,1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 9,14% | 1% | 10% | 0,012 | 5 |
| 9,09% | 1,2% | 30% | 0,014 | 5 |
| 9,09% | 0,9% | 10% | 0,015 | 5 |
| 9,06% | 1% | 5% | 0,014 | 5 |
| 9,15% | 0,1% | 5% | 0,014 | 5 |
| 9,03% | -1% | -5% | 0,014 | 5 |
| 9,15% | 1% | 10% | 0,014 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

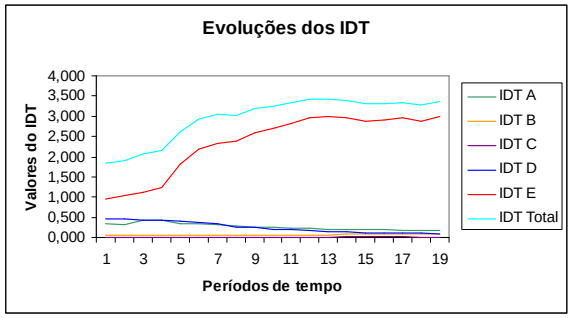
**Quadro 6.25** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,328 | -2,3% | 0,064 | -3,0% | 0,008 | -1,9% | 0,466 | -1,6% | 1,043 | 9,7% | 1,910 |
| 2 | 0,436 | 32,8% | 0,062 | -2,5% | 0,008 | 0,5% | 0,444 | -4,9% | 1,116 | 7,1% | 2,067 |
| 3 | 0,426 | -2,3% | 0,061 | -2,6% | 0,008 | -1,4% | 0,421 | -5,1% | 1,234 | 10,5% | 2,149 |
| 4 | 0,357 | -16,2% | 0,060 | -2,0% | 0,008 | -1,7% | 0,391 | -7,2% | 1,801 | 45,9% | 2,615 |
| 5 | 0,332 | -7,1% | 0,058 | -2,9% | 0,007 | -4,9% | 0,360 | -7,9% | 2,180 | 21,0% | 2,936 |
| 6 | 0,326 | -1,7% | 0,057 | -1,5% | 0,008 | 9,2% | 0,331 | -7,9% | 2,337 | 7,2% | 3,059 |
| 7 | 0,285 | -12,6% | 0,065 | 14,4% | 0,009 | 14,1% | 0,273 | -17,7% | 2,391 | 2,3% | 3,023 |
| 8 | 0,266 | -6,6% | 0,062 | -4,1% | 0,009 | -2,3% | 0,250 | -8,2% | 2,602 | 8,8% | 3,190 |
| 9 | 0,251 | -5,5% | 0,058 | -6,8% | 0,012 | 38,9% | 0,213 | -15,0% | 2,707 | 4,0% | 3,242 |
| 10 | 0,234 | -7,0% | 0,063 | 8,1% | 0,012 | 0,5% | 0,192 | -9,6% | 2,831 | 4,6% | 3,332 |
| 11 | 0,222 | -5,1% | 0,063 | 1,0% | 0,012 | -1,4% | 0,171 | -11,2% | 2,952 | 4,3% | 3,420 |
| 12 | 0,209 | -5,9% | 0,071 | 11,6% | 0,012 | -1,7% | 0,146 | -14,3% | 2,995 | 1,5% | 3,433 |
| 13 | 0,205 | -1,6% | 0,078 | 9,6% | 0,014 | 20,6% | 0,132 | -10,0% | 2,954 | -1,4% | 3,383 |
| 14 | 0,197 | -4,0% | 0,084 | 8,4% | 0,015 | 2,7% | 0,119 | -9,6% | 2,888 | -2,2% | 3,303 |
| 15 | 0,188 | -4,6% | 0,091 | 7,4% | 0,014 | -2,3% | 0,110 | -7,4% | 2,901 | 0,5% | 3,305 |
| 16 | 0,179 | -4,7% | 0,093 | 3,1% | 0,014 | -0,2% | 0,102 | -7,6% | 2,958 | 1,9% | 3,346 |
| 17 | 0,183 | 1,9% | 0,090 | -3,1% | 0,014 | -4,6% | 0,104 | 2,3% | 2,877 | -2,7% | 3,268 |
| 18 | 0,174 | -4,9% | 0,093 | 2,4% | 0,014 | 3,6% | 0,099 | -5,0% | 2,998 | 4,2% | 3,377 |
| | -48,3% | | 40,2% | | 78,9% | | -79,1% | | 215,3% | | |

Fonte: Elaboração própria

O destino que mais perde é o "D", desvalorizando o seu IDT em -79,1%. O destino "E" reforça a sua posição de líder e distancia-se mais dos restantes. Note-se que o IDT global apresenta um crescimento até, aproximadamente, meio do período em análise e, depois, decresce, mantendo-se, contudo, a níveis bem mais altos do que no início do processo. As taxas de variação do IDT, do destino "C", revelam bem a heterogeneidade que se pretendia destacar, neste cenário. Verificamos que o período onde há a obtenção de uma valorização no "património histórico classificado", período 9, é aquele que revela um crescimento mais acentuado no IDT do destino "C". Mais uma vez, confirmamos que a obtenção de posição, em variáveis únicas ou escassas, acaba por reforçar a posição competitiva do próprio destino.

**Gráfico 6.53** – Evolução dos IDT dos Destinos



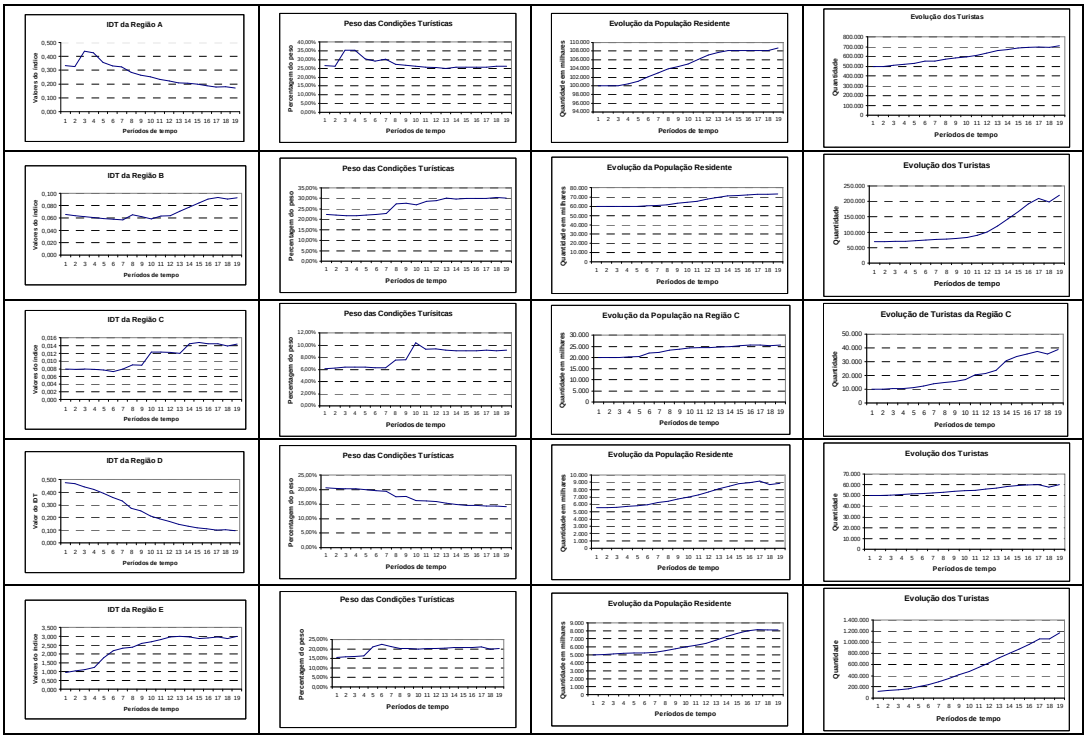

Fonte: Elaboração própria

Em termos gerais, este cenário não é muito diferente do anterior. Assumidamente o destino que mais contribui para o todo é o destino mais forte. O destino "C" apresenta uma variação positiva, ao contrário do cenário anterior. Isto sugere que é mais vantajosa uma política de investimento oscilante, com momentos de forte investimento interpolados por outros, fracos ou nulos, mas onde haja a preocupação pelas variáveis "críticas", ao invés de um política onde prevaleça um investimento constante, moderado e sem atingir as tais variáveis "críticas".

Continuamos a assistir à semelhança entre a configuração da curva do IDT e do peso das "condições turísticas" dos respectivos destinos. Tudo aponta para que os destinos "B" e "C" não tenham saído da Fase de Exploração, pois os seus IDT passam de 0,066 para 0,093 e de 0,008 para 0,014, respectivamente, o que é manifestamente pouco. Apesar da configuração das suas curvas apresentar uma evolução aproximada a uma

sinusóide, está em níveis muito reduzidos, o que sugere que a configuração da curva do ciclo de vida, não seja suficiente para determinar a evolução desse mesmo ciclo de vida. Ou seja, não basta "parecer", mas sim, é necessário "ser". Isto, para dizer que o grau de desenvolvimento de um destino e a fase em que ele se poderá encontrar, depende menos do aspecto da evolução do indicador e mais do valor relativo desse mesmo indicador. Já o destino "E", volta a apresentar uma curva semelhante à evolução "típica" e com valores de IDT relativamente elevados.

**Gráfico 6.54** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Verificamos que este cenário difere do anterior, com maior incidência no destino "C", pois os restantes apresentam comportamentos muito semelhantes. Também neste cenário, a nossa proposta, se revela consistente com o modelo TALC.

Vejamos agora o cenário C2.3, onde confrontaremos uma evolução "típica" dos restantes destinos com uma evolução heterogénea do destino "C" (heterogeneidade com taxas positivas e negativas). Aqui, confrontaremos os dados do cenário C2.1, para os outros destinos, com os dados do cenário C1.3b para o destino "C".

Dos quadros da secção 6b do anexo 1 (vol. II) retiramos os dados para esta análise.

**Quadro 6.26** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C2.3b)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,38% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,39% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,33% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,18% | 8% | 10% | 0,007 | 5 |
| 6,10% | 1% | 15% | 0,008 | 5 |
| 7,29% | -0,5% | -3% | 0,008 | 5 |
| 7,24% | 2% | 5% | 0,008 | 5 |
| 10,06% | 1,5% | 5% | 0,011 | 5 |
| 9,14% | 1% | 30% | 0,012 | 5 |
| 9,12% | 0,1% | 20% | 0,013 | 5 |
| 8,76% | -1% | -10% | 0,011 | 5 |
| 6,73% | 1,2% | 30% | 0,010 | 5 |
| 6,68% | 0,9% | 10% | 0,010 | 5 |
| 6,64% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,73% | 0,1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,61% | -1% | -5% | 0,010 | 5 |
| 6,73% | 1% | 10% | 0,010 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Quando assistimos a oscilações positivas e negativas nas taxas de variação das diferentes variáveis, podemos obter uma evolução menos pronunciada do que perante oscilações altas e baixas, mas só positivas. O destino "C", no final do período em análise, pouco valoriza o peso das suas "condições turísticas" e, consequentemente, o seu índice (IDT), também pouco se valoriza (análise "fechada"). Isto faz com que não saia da última posição do seu grupo de concorrentes directos (análise "aberta").

O destino que mais perde, neste caso, é o "D", com uma desvalorização de -78,8% no seu índice. Mais uma vez, verificamos que, numa análise "fechada", o destino "C" se valoriza em 24,6%, mas este valor é insuficiente para, numa análise "aberta", este destino ganhar posição competitiva. Este ganho, contudo, parece não lhe permitir sair da Fase de Exploração, o que é sugerido pelo próprio gráfico, combinado com o respectivo valor do IDT.

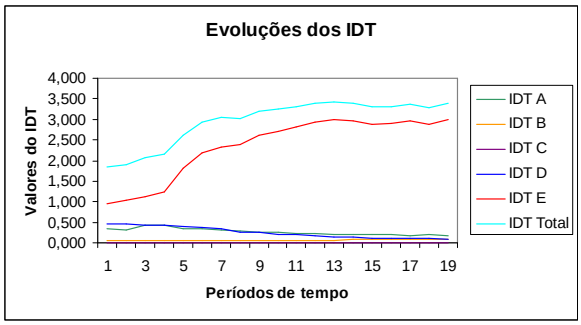
**Quadro 6.27** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,328 | -2,3% | 0,064 | -3,0% | 0,008 | -1,9% | 0,466 | -1,6% | 1,043 | 9,7% | 1,910 |
| 2 | 0,436 | 32,8% | 0,062 | -2,5% | 0,008 | 0,5% | 0,444 | -4,9% | 1,116 | 7,1% | 2,067 |
| 3 | 0,426 | -2,3% | 0,061 | -2,6% | 0,008 | -1,6% | 0,421 | -5,1% | 1,235 | 10,6% | 2,150 |
| 4 | 0,357 | -16,2% | 0,060 | -2,0% | 0,008 | -2,1% | 0,391 | -7,2% | 1,802 | 46,0% | 2,617 |
| 5 | 0,332 | -7,1% | 0,058 | -2,8% | 0,007 | -5,8% | 0,360 | -7,8% | 2,181 | 21,0% | 2,938 |
| 6 | 0,326 | -1,6% | 0,057 | -1,3% | 0,008 | 7,6% | 0,332 | -7,9% | 2,340 | 7,3% | 3,063 |
| 7 | 0,284 | -13,0% | 0,065 | 13,9% | 0,008 | 8,5% | 0,272 | -18,0% | 2,384 | 1,9% | 3,014 |
| 8 | 0,266 | -6,5% | 0,062 | -4,1% | 0,008 | -4,0% | 0,250 | -8,2% | 2,605 | 9,3% | 3,191 |
| 9 | 0,251 | -5,6% | 0,058 | -6,8% | 0,011 | 36,4% | 0,212 | -15,0% | 2,711 | 4,1% | 3,243 |
| 10 | 0,233 | -7,2% | 0,063 | 7,8% | 0,012 | 10,0% | 0,192 | -9,7% | 2,824 | 4,2% | 3,323 |
| 11 | 0,221 | -5,2% | 0,063 | 0,9% | 0,013 | 11,6% | 0,170 | -11,3% | 2,942 | 4,2% | 3,409 |
| 12 | 0,208 | -5,7% | 0,071 | 11,8% | 0,011 | -19,1% | 0,146 | -14,2% | 2,998 | 1,9% | 3,433 |
| 13 | 0,212 | 1,7% | 0,080 | 12,8% | 0,010 | -6,8% | 0,134 | -8,3% | 2,957 | -1,4% | 3,392 |
| 14 | 0,203 | -3,9% | 0,086 | 8,5% | 0,010 | 1,9% | 0,121 | -9,5% | 2,891 | -2,2% | 3,312 |
| 15 | 0,194 | -4,6% | 0,093 | 7,5% | 0,010 | -2,6% | 0,112 | -7,4% | 2,904 | 0,4% | 3,313 |
| 16 | 0,185 | -4,7% | 0,096 | 3,1% | 0,010 | 0,2% | 0,104 | -7,6% | 2,960 | 1,9% | 3,354 |
| 17 | 0,188 | 1,9% | 0,093 | -3,1% | 0,010 | -5,1% | 0,106 | 2,3% | 2,879 | -2,7% | 3,275 |
| 18 | 0,179 | -4,9% | 0,095 | 2,4% | 0,010 | 4,1% | 0,101 | -5,0% | 3,000 | 4,2% | 3,384 |
| | -46,8% | | 43,9% | | 24,6% | | -78,8% | | 215,5% | | |

Fonte: Elaboração própria

Este cenário, à semelhança dos outros, também revela a particularidade de, sempre que há um investimento em variáveis escassas ou até então inexistentes, proporcionar ganhos acrescidos aos respectivos destinos. Isso é verificado no período 2 para o destino "A", no período 7 para o destino "B", no período 9 para o destino "C" e no período 4 para o destino "E". Por outro lado, verificamos que esse tipo de investimentos, caso ocorra simultaneamente em mais do que um destino, poderá não provocar um efeito tão significativo quanto o desejado, em algum deles. É o caso do investimento no período 7 no destino "C" em "alojamentos turísticos", cujo efeito acaba por ser parcialmente absorvido pelo mesmo tipo de investimento, no mesmo período, do destino "B". Isto sugere que uma variável "crítica" pode deixar de o ser.

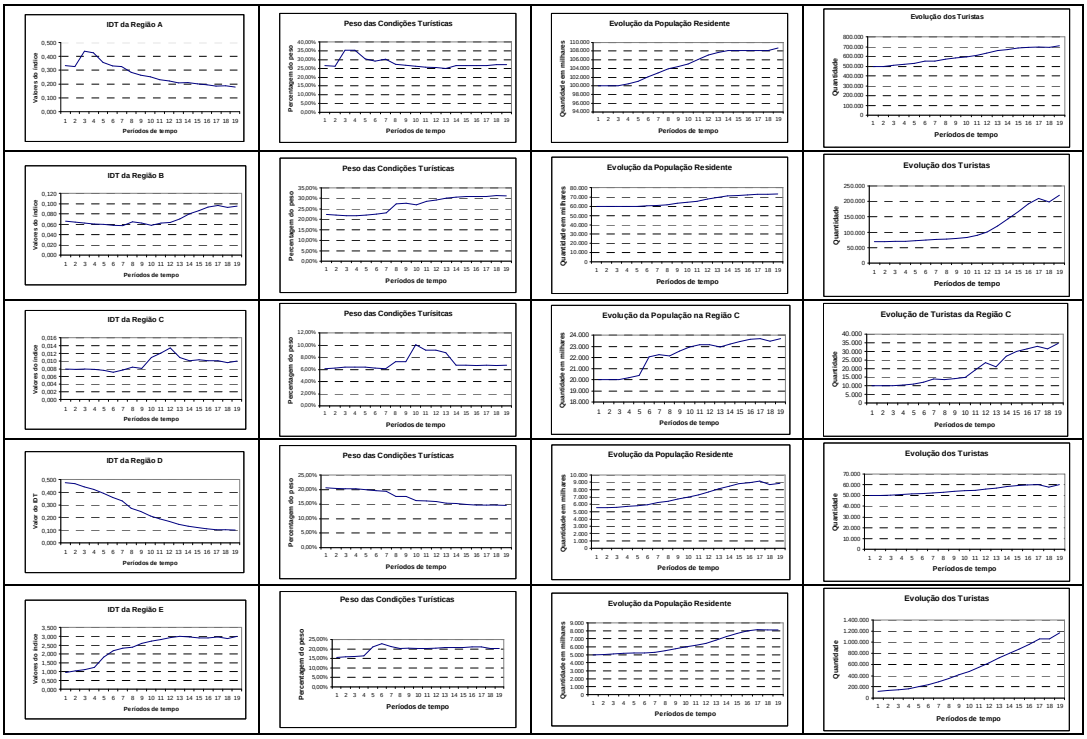
**Gráfico 6.55** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

Também neste caso, verificamos que o ganho da globalidade dos destinos se deve, em primeira instância, ao próprio ganho do destino mais forte, o "E". Este destino acaba por acentuar a sua diferença relativamente aos restantes, transformando a globalidade dos destinos num espaço de desenvolvimento assimétrico, onde um destino obtém ganhos muito significativos, outros dois obtêm ganhos pouco expressivos, mas os restantes dois ficam com perdas muito importantes, agravando de forma muito significativa a qualidade de vida e bem-estar relativa, das suas populações.

**Gráfico 6.56** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Este cenário (com variações positivas e negativas), acaba por apresentar resultados muito semelhantes aos dois anteriores, para todos os destinos, excepto para o destino "C", que revela um ganho de 24,6%, que é menor do que os 78,9% do cenário anterior (heterogeneidade positiva), mas bem maior do que os -29,3% registados no cenário C2.2 (positiva moderada). Isto sugere que um destino tem mais a ganhar se for investindo, mesmo que gradualmente e de forma pouco expressiva nuns momentos, mas alternados com outros mais expressivos, do que se o fizer, de forma constante e moderada ou de forma interpolada entre investimento e desinvestimento. Contudo,

obtém maiores ganhos relativos, caso opte por proceder a investimentos interpolados positivos e negativos do que se o fizer de forma constante, mas pouco expressiva. Ou seja, sendo os recursos financeiros para investimento (público e privado) escassos, é mais interessante optar por interpolar períodos de fortes investimentos com períodos de maior poupança, do que em ir investindo gradualmente, a níveis reduzidos, de forma permanente e moderada. De qualquer das formas, o modelo sugere que se deve proceder a investimentos em variáveis que sejam diferenciadoras da restante concorrência.

Em resumo, podemos dizer que neste conjunto de cenários 2, onde as suas premissas são mais aproximadas à realidade porque estamos perante uma evolução "típica" dos destinos concorrentes:

- Quando o destino considerado também apresenta uma evolução "típica":
    - Podemos assistir a ganhos significativos do destino considerado e consequente perda acentuada de posição relativa dos destinos mais fragilizadas. Havendo algum destino que nada investe nas variáveis "críticas", as escassas, inexistentes ou dominantes, este perderá, seguramente, em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu distanciamento pela negativa, acentuando-se, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;

- Quando o destino considerado apresenta taxas constantes pouco acentuadas, de investimento nas variáveis, excluindo as variáveis "críticas":
    - Podemos assistir a uma perda expressiva do destino considerado, em claro benefício para o destino melhor posicionado mas, ainda assim, podendo haver mais destinos com ganhos de posição. Havendo algum destino que nada investe nas variáveis "críticas", as diferenciadoras, perderá, seguramente, em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, do que no cenário anterior, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu distanciamento pela negativa, acentuando-se, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;

- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas, mas oscilantes, de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Mantendo-se as considerações anteriores para o efeito na globalidade;

- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas e negativas (neste caso resultante de degradação, desemprego ou abandono), de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho pouco acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Mantendo-se as mesmas considerações para o efeito na globalidade.

Vejamos agora o cenário 3, nas suas diferentes variantes, de modo a podermos analisar os diferentes comportamentos dos destinos e avaliar a consistência da nossa proposta, perante o modelo TALC. Tomaremos como padrão, uma evolução a taxas crescentes constantes, nas variáveis dos restantes destinos e comparamo-las com o destino considerado. Assim, começamos por considerar, no cenário C3.1, que o destino "C" apresenta uma evolução "típica". Para o efeito, recuperamos os dados do cenário C1.1, para o destino "C" e introduziremos novos valores para os restantes destinos.

Dos quadros da secção 7 do anexo 1 (vol. II) retiramos os dados para esta análise.

Para melhor destacarmos os efeitos de diferentes taxas crescentes constantes, admitimos que o destino melhor posicionado (destino "E") evolui nas "condições turísticas", a uma taxa muito reduzida (cerca de 1%), o destino "D", a segunda mais frágil, apresenta taxas médias na ordem dos 10%, o destino "A" apresenta uma taxa média de cerca de 2% e o destino "B" de 8%. Por outro lado, procurámos garantir que, no início dos investimentos, alguns dos destinos apresentassem taxas superiores às referidas, de modo a proporcionar efeitos imediatos na alteração dos valores dos dados das variáveis.

**Quadro 6.28** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"típica" (cenário C3.1)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,32% | 0% | 12% | 0,009 | 5 |
| 6,79% | 0% | 12% | 0,010 | 5 |
| 7,52% | 0% | 12% | 0,013 | 5 |
| 9,14% | 3% | 12,6% | 0,016 | 5 |
| 11,28% | 3,6% | 13,5% | 0,022 | 5 |
| 13,84% | 6,3% | 15% | 0,029 | 5 |
| 25,21% | 8,4% | 42% | 0,067 | 5 |
| 27,95% | 9,3% | 60% | 0,105 | 4 |
| 35,30% | 9,9% | 105% | 0,234 | 3 |
| 36,78% | 6% | 108% | 0,430 | 3 |
| 38,17% | 5,4% | 110% | 0,745 | 1 |
| 39,08% | 4,8% | 90% | 1,091 | 1 |
| 39,87% | 1,8% | 40% | 1,298 | 1 |
| 40,44% | 1,8% | 20% | 1,401 | 1 |
| 40,77% | 1,8% | 6% | 1,414 | 1 |
| 41,20% | 1,6% | 6% | 1,433 | 1 |
| 41,18% | -2,4% | -10% | 1,392 | 1 |
| 41,34% | 4,8% | 18% | 1,434 | 1 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Optámos por manter as mesmas taxas constantes de crescimento, para todos os outros destinos, na variável "população residente", de modo a evitar efeitos por esta via. Considerámos, ainda, que as variáveis "património histórico classificado", "alojamentos turísticos" (as nossas variáveis "críticas") e "actividades de diversão", não sofreram qualquer alteração durante o período de tempo analisado, de modo a evitar "efeitos de raridade" ou de "unicidade", que, como já vimos, catalisam os efeitos, no nível de desenvolvimento turístico dos destinos. Neste cenário, o destino "C" consegue alcançar a melhor posição do seu grupo concorrencial, pois todos os outros destinos revelam um agravamento no seu nível de desenvolvimento turístico.

As evoluções dos outros destinos, a taxas crescentes constantes, mas, em alguns casos, a níveis muito baixos, acaba por resultar numa perda de posição em todos eles, em favor do destino "C". O mais penalizado foi o destino "E", com uma desvalorização do seu IDT em cerca de -83,1%. O único destino que mantém a sua posição competitiva, apesar do elevado esforço de investimento efectuado, foi o "D", garantindo a segunda posição do grupo. Este, desta vez, não é penalizado por não ter investido nas variáveis

escassas ou inexistentes, pois, tal aconteceu com todos os outros destinos, excepto o "C", que acaba por ser o único destino que beneficia com esse tipo de investimento.

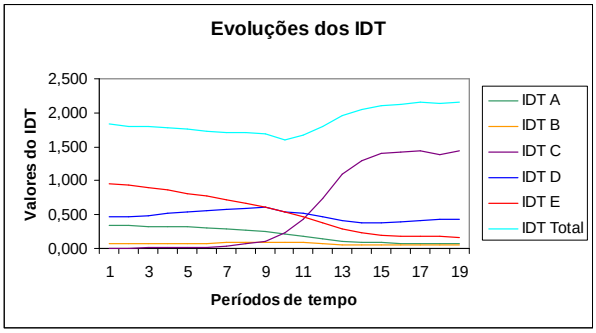
**Quadro 6.29** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,334 | -0,4% | 0,069 | 5,2% | 0,009 | 10,7% | 0,460 | -3,0% | 0,930 | -2,2% | 1,803 |
| 2 | 0,330 | -1,2% | 0,072 | 4,1% | 0,010 | 17,8% | 0,487 | 6,0% | 0,898 | -3,5% | 1,798 |
| 3 | 0,324 | -1,8% | 0,075 | 4,0% | 0,013 | 21,2% | 0,515 | 5,8% | 0,859 | -4,3% | 1,787 |
| 4 | 0,316 | -2,6% | 0,077 | 2,9% | 0,016 | 30,2% | 0,539 | 4,7% | 0,818 | -4,8% | 1,767 |
| 5 | 0,305 | -3,5% | 0,080 | 3,1% | 0,022 | 32,5% | 0,558 | 3,5% | 0,770 | -5,9% | 1,734 |
| 6 | 0,290 | -4,8% | 0,083 | 4,3% | 0,029 | 31,8% | 0,584 | 4,6% | 0,725 | -5,8% | 1,711 |
| 7 | 0,276 | -4,8% | 0,086 | 3,5% | 0,067 | 133,1% | 0,600 | 2,8% | 0,674 | -7,0% | 1,704 |
| 8 | 0,259 | -6,4% | 0,087 | 0,9% | 0,105 | 57,3% | 0,619 | 3,2% | 0,613 | -9,1% | 1,683 |
| 9 | 0,211 | -18,7% | 0,085 | -1,8% | 0,234 | 121,9% | 0,533 | -14,0% | 0,542 | -11,6% | 1,604 |
| 10 | 0,185 | -12,3% | 0,082 | -4,3% | 0,430 | 83,9% | 0,515 | -3,3% | 0,464 | -14,4% | 1,675 |
| 11 | 0,150 | -18,5% | 0,073 | -11,2% | 0,745 | 73,0% | 0,467 | -9,4% | 0,370 | -20,2% | 1,804 |
| 12 | 0,116 | -23,1% | 0,061 | -16,0% | 1,091 | 46,5% | 0,406 | -12,9% | 0,281 | -24,1% | 1,955 |
| 13 | 0,095 | -17,6% | 0,055 | -9,1% | 1,298 | 18,9% | 0,380 | -6,6% | 0,229 | -18,5% | 2,057 |
| 14 | 0,084 | -11,6% | 0,054 | -2,3% | 1,401 | 7,9% | 0,375 | -1,2% | 0,198 | -13,3% | 2,113 |
| 15 | 0,080 | -5,6% | 0,057 | 4,6% | 1,414 | 1,0% | 0,396 | 5,6% | 0,184 | -7,3% | 2,131 |
| 16 | 0,075 | -5,6% | 0,059 | 4,6% | 1,433 | 1,3% | 0,412 | 3,9% | 0,171 | -6,9% | 2,151 |
| 17 | 0,079 | 5,4% | 0,062 | 5,4% | 1,392 | -2,9% | 0,434 | 5,4% | 0,181 | 5,4% | 2,148 |
| 18 | 0,071 | -10,2% | 0,062 | -0,1% | 1,434 | 3,1% | 0,429 | -1,1% | 0,160 | -11,2% | 2,157 |
| | -78,8% | | -5,5% | | 17826,2% | | -9,5% | | -83,1% | | |

Fonte: Elaboração própria

Das taxas de variação do IDT, retiramos que, quando um destino se encontra em níveis de desenvolvimento muito baixos, os investimentos estratégicos, nas variáveis "críticas" (escassas ou dominantes e, neste caso, não únicas) não produzem efeitos imediatos. Serão necessários mais investimentos dessa natureza para, então sim, proporcionar um melhor posicionamento competitivo, perante a restante concorrência. Isto é verificado através da evolução do próprio destino "C", onde o investimento no período 7, não foi suficiente, para recuperar lugares, mas que a continuação desse investimento nos períodos subsequentes já permite esse posicionamento.

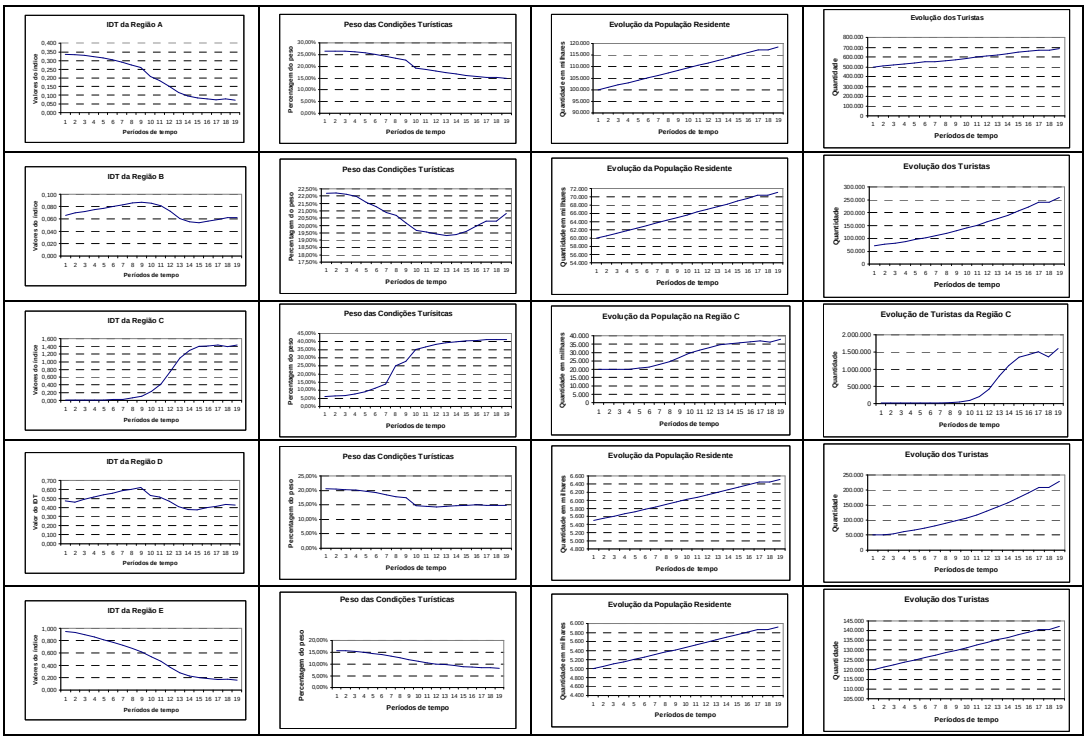
**Gráfico 6.57** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

Desta vez, é o destino "C" que contribui para elevar a qualidade de vida e bem-estar da globalidade dos destinos. Já tínhamos visto, anteriormente, que o IDT global é influenciado pelo destino mais forte, sendo que, quando o destino "E" começa a declinar, empurrando para baixo o nível global dos destinos, surge o destino "C", a entrar numa fase de forte crescimento, segurando e até invertendo essa tendência decrescente do IDT global.

**Gráfico 6.58** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

O destino "C" revela uma curva sinusoidal com o valor de IDT a atingir 1,434 mas, apesar dos destinos "B" e "D" também revelarem, durante uma parte do processo, essa mesma configuração os seus valores do IDT chegam, no caso de "B" a 0,087 e no caso de "D" a 0,619, nos seus períodos mais altos, fica em aberto a identificação rigorosa das fases de cada um destes destinos. Quanto aos destinos "A" e "E", estes estão permanentemente na Fase de Declínio.

A nossa proposta, também neste cenário, afigura-se em concordância com o modelo TALC.

Agora vamos observar como se comportam os diferentes destinos no cenário C3.2, onde confrontamos as taxas de crescimento constantes dos outros destinos, com igual pressuposto para o destino "C". Para o efeito, recorremos dos dados para os outros destinos, obtidos no cenário anterior e aplicaremos, para o destino "C" os dados do cenário C1.2. Também aqui, não consideramos quaisquer investimentos nas variáveis "críticas" por parte de todos os destinos.

Dos quadros apresentados na secção 8 do anexo 1 (vol. II) retiramos os dados para esta análise.

**Quadro 6.30** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C3.2)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,28% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,43% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,57% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,72% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,82% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,90% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,96% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 7,01% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 7,06% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,12% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,18% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,20% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,18% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 7,23% | 1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 7,28% | 1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 7,37% | 1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 7,15% | -1% | -5% | 0,011 | 5 |
| 7,23% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Perante evoluções constantes de todos os destinos, verificamos que o destino "C" não consegue ganhar posição competitiva perante os restantes. Em análise "fechada" há uma clara melhoria (41,2%), que resulta de um ligeiro ganho do peso das suas "condições turísticas", contudo, manifestamente insuficiente para, em análise "aberta", conseguir qualquer ganho competitivo.

**Quadro 6.31** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,070 | 5,3% | 0,008 | 2,3% | 0,461 | -2,7% | 0,933 | -1,9% | 1,807 |
| 2 | 0,333 | -0,8% | 0,073 | 4,8% | 0,009 | 4,5% | 0,492 | 6,6% | 0,906 | -2,9% | 1,812 |
| 3 | 0,329 | -1,0% | 0,077 | 5,1% | 0,009 | 4,1% | 0,525 | 6,8% | 0,876 | -3,4% | 1,815 |
| 4 | 0,325 | -1,2% | 0,080 | 5,1% | 0,009 | 4,0% | 0,558 | 6,4% | 0,849 | -3,1% | 1,822 |
| 5 | 0,320 | -1,7% | 0,085 | 6,0% | 0,010 | 3,4% | 0,594 | 6,3% | 0,820 | -3,4% | 1,828 |
| 6 | 0,310 | -2,9% | 0,092 | 7,8% | 0,010 | 4,0% | 0,641 | 8,0% | 0,796 | -2,8% | 1,850 |
| 7 | 0,302 | -2,7% | 0,098 | 6,9% | 0,010 | 2,5% | 0,683 | 6,5% | 0,763 | -4,1% | 1,857 |
| 8 | 0,293 | -2,9% | 0,105 | 6,5% | 0,010 | 2,2% | 0,732 | 7,1% | 0,730 | -4,4% | 1,870 |
| 9 | 0,284 | -3,0% | 0,111 | 6,4% | 0,011 | 2,2% | 0,783 | 7,0% | 0,697 | -4,5% | 1,886 |
| 10 | 0,275 | -3,2% | 0,118 | 6,3% | 0,011 | 2,1% | 0,837 | 6,9% | 0,664 | -4,7% | 1,906 |
| 11 | 0,266 | -3,3% | 0,126 | 6,1% | 0,011 | 2,1% | 0,894 | 6,8% | 0,633 | -4,8% | 1,930 |
| 12 | 0,256 | -3,7% | 0,133 | 5,6% | 0,011 | 1,4% | 0,965 | 7,9% | 0,600 | -5,1% | 1,965 |
| 13 | 0,246 | -4,1% | 0,141 | 6,1% | 0,011 | 0,8% | 1,037 | 7,5% | 0,568 | -5,3% | 2,003 |
| 14 | 0,236 | -3,8% | 0,150 | 6,4% | 0,012 | 1,6% | 1,105 | 6,5% | 0,532 | -6,3% | 2,035 |
| 15 | 0,227 | -4,0% | 0,159 | 6,2% | 0,012 | 1,5% | 1,176 | 6,5% | 0,497 | -6,6% | 2,071 |
| 16 | 0,218 | -3,8% | 0,170 | 6,6% | 0,012 | 1,9% | 1,233 | 4,8% | 0,467 | -6,1% | 2,100 |
| 17 | 0,218 | 0,2% | 0,170 | 0,2% | 0,011 | -6,9% | 1,237 | 0,4% | 0,468 | 0,2% | 2,105 |
| 18 | 0,210 | -4,0% | 0,181 | 6,4% | 0,011 | 1,7% | 1,296 | 4,7% | 0,439 | -6,2% | 2,137 |
| | -37,6% | | 174,1% | | 41,2% | | 173,3% | | -53,8% | | |

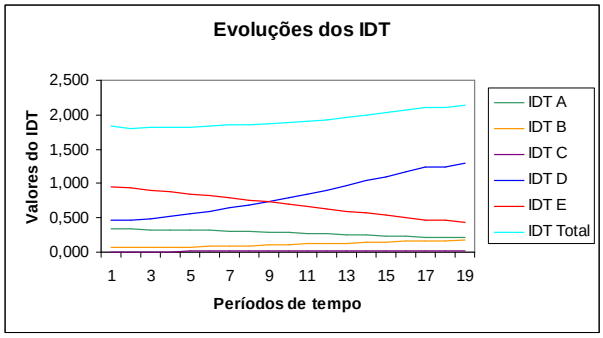
Fonte: Elaboração própria

O destino que mais beneficia com este comportamento é o "D", pois passa a apresentar o melhor índice de desenvolvimento turístico, entre o seu grupo de concorrentes. O destino que mais perde é o "E" (-53,8%), apesar de garantir a segunda posição em termos competitivos, ainda a larga distância das restantes. Para isso contribuiu o facto de, enquanto o destino "D" efectuou investimentos nas suas "condições turísticas", com taxas na ordem dos 10%, o destino "E" não passou de uns escassos 1%, para o mesmo efeito. Registe-se ainda que o ganho do destino "B" o fez aproximar do "A". Daqui é clara a ideia de que, quanto maior a taxa de investimento em "condições turísticas", maior será a possibilidade de ganhar posição competitiva, perante uma concorrência que, com tal, tenha menor preocupação.

Como se pode verificar, através dos gráficos, todos os destinos apresentam uma evolução pouco expressiva, quer em crescimento, nuns casos, quer em decréscimo noutros. Por outro lado, globalmente, o ganho não é muito significativo, o que se explica pelo facto do destino que mais contribui para esse crescimento (destino "D"), a partir de determinado momento, não se apresentar em níveis muito elevados.

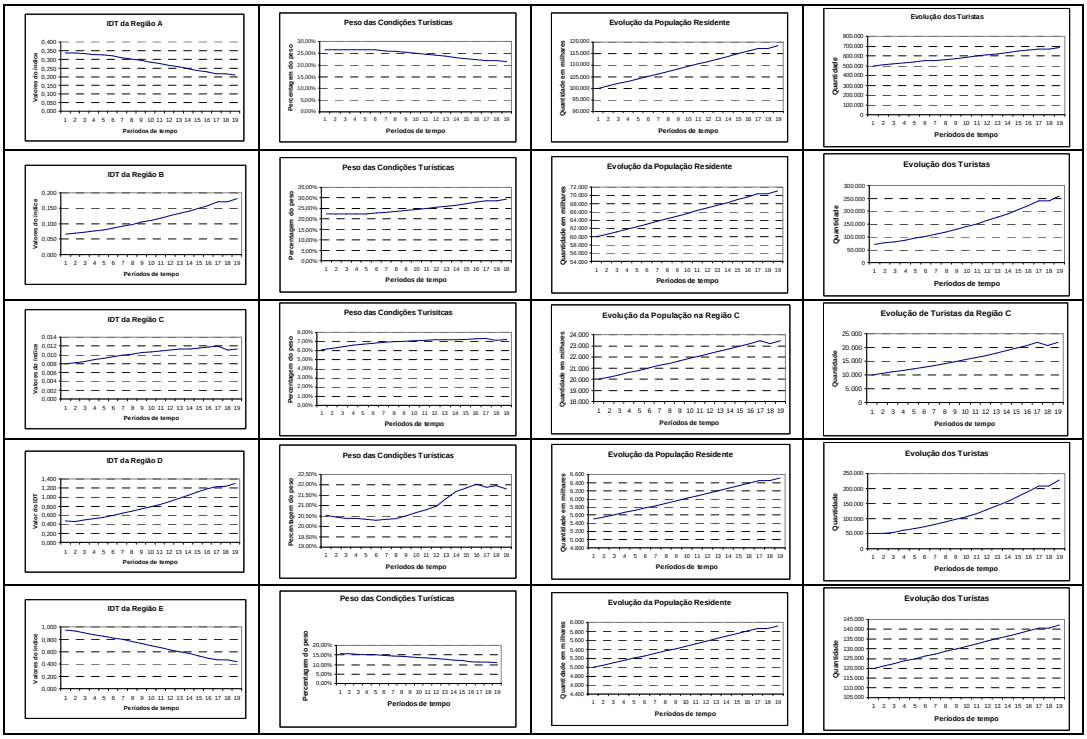
Estes resultados vêm reforçar a correspondência entre o nosso modelo e o modelo TALC, pois, o cenário sugere que os destinos atravessam uma única fase ou passam de fase de forma pouco acentuada, seja ela no sentido ascendente ou descendente.

**Gráfico 6.59** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.60** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Mais uma vez, volta-se a verificar a influência do comportamento das "condições turísticas" na evolução do próprio IDT dos respectivos destinos. O modelo sugere que o destino "C", como se verifica quer pelo gráfico, quer pelo valor do seu IDT (0,011), não passa da Fase de Exploração. Se por um lado, os destinos "A" e "E" parecem estar numa permanente Fase de Declínio. Contudo, já nada podemos, desde já, aferir sobre os destinos "B" e "D".

Agora vamos analisar o cenário C3.3a, aquele onde confrontaremos a evolução a taxas crescentes constantes, dos restantes destinos, com a evolução heterogénea a taxas

positivas do destino "C". Para este caso, recorremos aos dados de C3.1 para os restantes destinos e introduzimos os dados de C1.3a para o destino "C". No caso do destino "C" admitimos o investimento nas variáveis "críticas", nos momentos 4, 7 e 9. Os dados para esta análise são retirados dos quadros apresentados na secção 9a do anexo 1 (vol. II).

Mesmo perante uma evolução heterogénea, caracterizada por momentos de investimentos fortes interpolados com outros mais fracos, quando confrontados com outros destinos que optam por investimentos constantes no tempo, um destino pode não conseguir ganhar posição competitiva. Ou seja, o destino "C", mesmo melhorando a sua posição em análise "fechada" (passa de 0,008 para 0,050 no valor do seu IDT), este é insuficiente para, numa análise "aberta", obter ganhos posicionais no seu contexto concorrencial.

**Quadro 6.32** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C3.3a)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,23% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,43% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,49% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,60% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,64% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 6,79% | 1% | 15% | 0,010 | 5 |
| 16,18% | 5% | 7% | 0,023 | 5 |
| 16,08% | 2% | 5% | 0,023 | 5 |
| 19,07% | 1,5% | 9% | 0,029 | 5 |
| 19,00% | 1% | 20% | 0,033 | 5 |
| 19,25% | 0,1% | 5% | 0,034 | 5 |
| 19,47% | 1% | 10% | 0,037 | 5 |
| 19,47% | 1,2% | 30% | 0,046 | 5 |
| 19,58% | 0,9% | 10% | 0,049 | 5 |
| 19,46% | 1% | 5% | 0,049 | 5 |
| 19,49% | 0,1% | 5% | 0,050 | 5 |
| 19,26% | -1% | -5% | 0,047 | 5 |
| 19,42% | 1% | 10% | 0,050 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Apesar do IDT do destino "C" se valorizar em 523% e do peso das suas "condições turísticas" passarem de 6,23% para 19,42%, no final do período em análise, este destino

continua a ficar muito distante dos restantes. É o destino "B" o que mais ganha neste cenário, valorizando o seu IDT em 172,3%.

**Quadro 6.33** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,070 | 5,4% | 0,008 | -1,5% | 0,461 | -2,7% | 0,933 | -1,9% | 1,807 |
| 2 | 0,332 | -0,9% | 0,073 | 4,6% | 0,008 | 2,3% | 0,491 | 6,5% | 0,905 | -3,0% | 1,809 |
| 3 | 0,329 | -1,0% | 0,077 | 5,2% | 0,008 | 0,9% | 0,525 | 6,9% | 0,875 | -3,2% | 1,815 |
| 4 | 0,325 | -1,1% | 0,080 | 5,1% | 0,008 | 3,5% | 0,560 | 6,5% | 0,848 | -3,1% | 1,822 |
| 5 | 0,322 | -1,0% | 0,086 | 6,8% | 0,008 | 1,0% | 0,599 | 7,1% | 0,825 | -2,7% | 1,841 |
| 6 | 0,312 | -3,1% | 0,092 | 7,5% | 0,010 | 15,1% | 0,646 | 7,8% | 0,800 | -3,0% | 1,860 |
| 7 | 0,304 | -2,5% | 0,099 | 6,9% | 0,023 | 138,1% | 0,689 | 6,7% | 0,769 | -3,9% | 1,884 |
| 8 | 0,296 | -2,7% | 0,106 | 6,9% | 0,023 | 0,0% | 0,740 | 7,4% | 0,737 | -4,1% | 1,903 |
| 9 | 0,270 | -8,9% | 0,112 | 6,5% | 0,029 | 24,2% | 0,736 | -0,7% | 0,705 | -4,4% | 1,851 |
| 10 | 0,261 | -3,4% | 0,119 | 6,2% | 0,033 | 15,1% | 0,787 | 7,0% | 0,671 | -4,8% | 1,871 |
| 11 | 0,251 | -3,7% | 0,126 | 5,8% | 0,034 | 3,3% | 0,839 | 6,7% | 0,636 | -5,2% | 1,886 |
| 12 | 0,240 | -4,1% | 0,133 | 5,3% | 0,037 | 7,1% | 0,902 | 7,5% | 0,601 | -5,5% | 1,913 |
| 13 | 0,229 | -4,7% | 0,140 | 5,5% | 0,046 | 24,2% | 0,966 | 7,0% | 0,566 | -5,8% | 1,947 |
| 14 | 0,220 | -4,1% | 0,149 | 6,2% | 0,049 | 6,3% | 1,027 | 6,3% | 0,529 | -6,5% | 1,973 |
| 15 | 0,211 | -3,9% | 0,159 | 6,5% | 0,049 | 0,2% | 1,097 | 6,8% | 0,495 | -6,5% | 2,010 |
| 16 | 0,202 | -4,0% | 0,169 | 6,5% | 0,050 | 1,7% | 1,148 | 4,7% | 0,465 | -6,0% | 2,034 |
| 17 | 0,203 | 0,2% | 0,169 | 0,3% | 0,047 | -5,1% | 1,153 | 0,4% | 0,467 | 0,3% | 2,039 |
| 18 | 0,194 | -4,3% | 0,180 | 6,1% | 0,050 | 6,1% | 1,204 | 4,4% | 0,437 | -6,4% | 2,064 |
| | -42,2% | | 172,3% | | 523,0% | | 153,9% | | -54,1% | | |

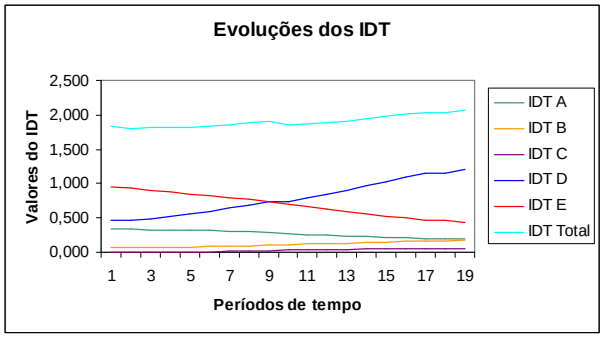
Fonte: Elaboração própria

Globalmente, os destinos apesar de passarem por um período de menor fulgor (momento 9), acabam por obter uma ligeira melhoria, relativamente ao início dos períodos em análise (passando de um índice de 1,835 para 2,064). O destino que mais perde é "E", tendo uma desvalorização do seu IDT em -54,1%. Repare-se que, mesmo com investimentos nas variáveis "críticas", o destino "C" não consegue grandes ganhos relativos, porque os outros destinos, não fazendo investimentos dessa natureza, partem de posições iniciais muito distantes do "C". Ou seja, quando na impossibilidade de efectuar investimentos diferenciadores, mas tendo-se uma estrutura sociocultural, económica e ambiental, comparativamente consistente, é necessário garantir fortes taxas de investimento de forma continuada, no tempo, para ganhar, ou manter posição competitiva, assim como, garantir elevadas taxas nas chegadas dos "turistas". Este é o caso do destino "D". Já sobre o destino "B", fica-se com a ideia que beneficia mais das próprias perdas de posição de "A" e "E", e não tanto do próprio processo de desenvolvimento.

À excepção do destino "C", todos os outros apresentam uma evolução progressiva constante, de acordo com os próprios dados. O destino "C", por seu lado, apresenta uma

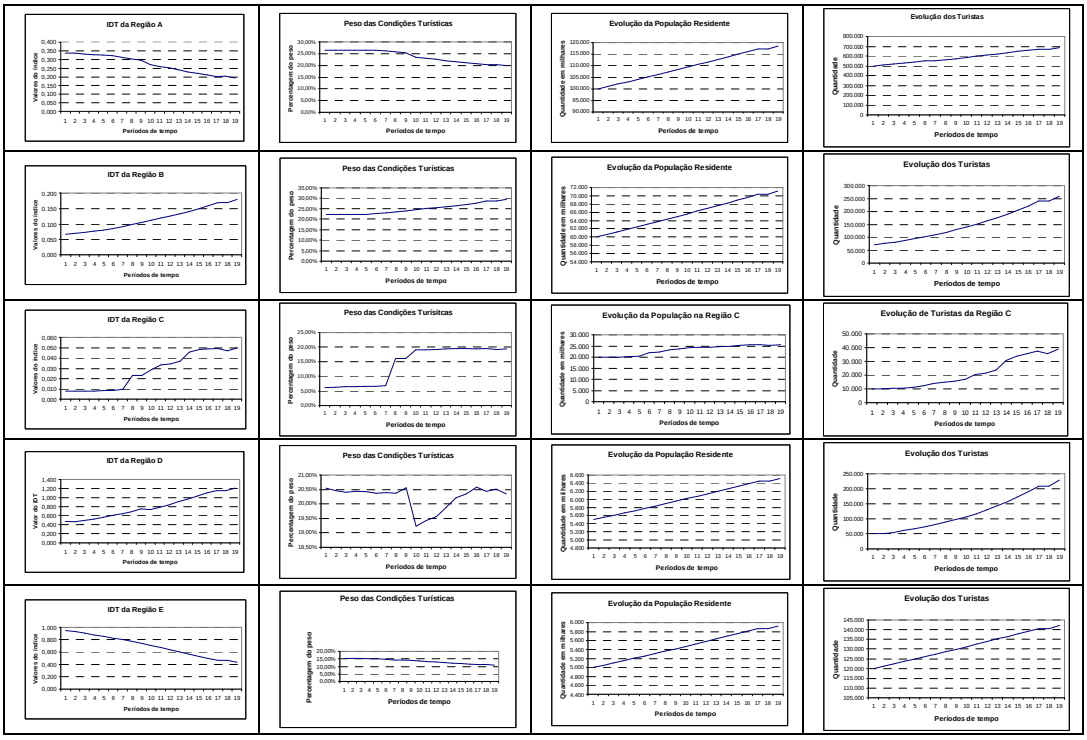
evolução do IDT crescente, apesar da oscilação dos seus dados. Também neste caso verificamos ainda a consistência da nossa proposta com o esperado pelo modelo TALC. Dos gráficos seguintes, verificamos as diferentes leituras nos crescimentos dos destinos "B" e "D", devido às diferentes escalas utilizadas, e a influência deste último, na evolução do IDT total.

**Gráfico 6.61** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.62** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

O investimento numa variável escassa ("património histórico classificado"), por parte do destino "C", no período 9, fez com que essa variável perdesse uma parte significativa da sua importância para o destino "D". Isto reflectiu-se na própria evolução do peso das "condições turísticas" deste destino. Contudo, tal acabou por não se sentir na própria evolução do IDT, devido à grande importância que os "turistas" foram tendo. Por aqui é sugerido que, se o peso das "condições turísticas" é determinante para a evolução do IDT dos destinos, também os "turistas" assumem especial importância, em particular quando atingem valores altos. Nestes casos, os "turistas" contribuem fortemente para a configuração da evolução do IDT. No caso do destino "D", diríamos que a evolução do seu IDT, se deve, fundamentalmente, à própria evolução dos "turistas". O destino "C" apresenta uma evolução que sugere praticamente não passar pela fase de exploração, pois o seu IDT vai de 0,008 até 0,050, apesar do gráfico apresentar uma evolução acentuada, tal é devido à escala utilizada. De resto, essa evolução retrata a sequência de dados para este cenário. Os destinos "A" e "E" estão claramente em declínio; já quanto aos destinos "B" e "D", não podemos ainda aferir, das suas fases evolutivas. Contudo, podemos dizer, que continuamos a assistir à consistência entre a nossa proposta e o modelo TALC.

Passemos agora para o cenário C3.3b, onde confrontaremos a evolução a taxas crescentes constantes, dos restantes destinos, com uma evolução heterogénea, com taxas a variar entre o positivo e o negativo. Relembramos que, entendemos como variação negativa, a ocorrência de degradação, abandono e desemprego nas diferentes variáveis. Para este caso, vamos utilizar os dados do cenário C3.1, para os restantes destinos e os dados de C1.3b, para o destino "C".

Também aqui não admitimos que os restantes destinos invistam nas variáveis "críticas", mas voltamos a admitir que tal ocorra no destino "C". Os dados para esta análise são retirados dos quadros apresentados na secção 9b do anexo 1 (vol. II).

O peso das "condições turísticas" passou de 6,23% para 15,93%, no final do período em análise, contudo, foi insuficiente para ganhar qualquer posição no contexto competitivo. O período 7 revela-se como de grande impulso, para o desenvolvimento do destino, devido ao investimento numa variável "crítica", neste caso, enquanto único destino a possuí-la. Veja-se, mais uma vez, a importância deste tipo de investimentos.

**Quadro 6.34** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C3.3b)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,23% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,43% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,48% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,55% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,53% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 6,58% | 1% | 15% | 0,009 | 5 |
| 15,91% | -0,5% | -3% | 0,022 | 5 |
| 15,86% | 2% | 5% | 0,022 | 5 |
| 18,90% | 1,5% | 5% | 0,026 | 5 |
| 18,85% | 1% | 30% | 0,033 | 5 |
| 18,97% | 0,1% | 20% | 0,038 | 5 |
| 19,12% | -1% | -10% | 0,034 | 5 |
| 16,07% | 1,2% | 30% | 0,036 | 5 |
| 16,08% | 0,9% | 10% | 0,038 | 5 |
| 15,95% | 1% | 5% | 0,038 | 5 |
| 15,99% | 0,1% | 5% | 0,038 | 5 |
| 15,77% | -1% | -5% | 0,036 | 5 |
| 15,93% | 1% | 10% | 0,039 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 6.35** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

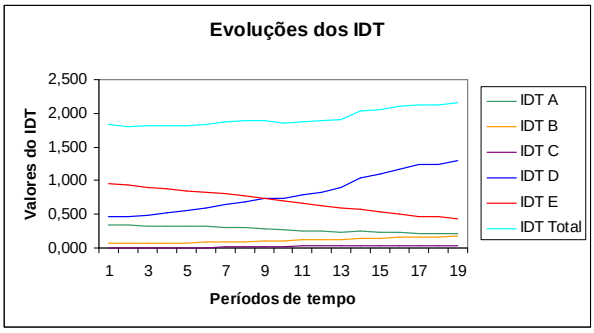
| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,070 | 5,4% | 0,008 | -1,5% | 0,461 | -2,7% | 0,933 | -1,9% | 1,807 |
| 2 | 0,332 | -0,9% | 0,073 | 4,6% | 0,008 | 2,3% | 0,491 | 6,5% | 0,905 | -3,0% | 1,809 |
| 3 | 0,329 | -1,0% | 0,077 | 5,3% | 0,008 | 0,7% | 0,526 | 7,0% | 0,876 | -3,2% | 1,815 |
| 4 | 0,325 | -1,1% | 0,081 | 5,1% | 0,008 | 3,0% | 0,560 | 6,6% | 0,849 | -3,0% | 1,824 |
| 5 | 0,322 | -0,9% | 0,086 | 6,9% | 0,008 | 0,0% | 0,600 | 7,1% | 0,826 | -2,7% | 1,843 |
| 6 | 0,313 | -3,0% | 0,093 | 7,7% | 0,009 | 13,4% | 0,647 | 7,8% | 0,802 | -2,9% | 1,864 |
| 7 | 0,304 | -2,9% | 0,099 | 6,5% | 0,022 | 130,2% | 0,688 | 6,3% | 0,767 | -4,3% | 1,880 |
| 8 | 0,295 | -2,7% | 0,105 | 6,8% | 0,022 | 0,2% | 0,738 | 7,4% | 0,736 | -4,1% | 1,897 |
| 9 | 0,269 | -8,9% | 0,112 | 6,5% | 0,026 | 20,3% | 0,734 | -0,6% | 0,704 | -4,4% | 1,845 |
| 10 | 0,260 | -3,5% | 0,119 | 6,0% | 0,033 | 24,6% | 0,784 | 6,8% | 0,669 | -4,9% | 1,865 |
| 11 | 0,250 | -3,9% | 0,126 | 5,7% | 0,038 | 17,0% | 0,835 | 6,5% | 0,633 | -5,3% | 1,882 |
| 12 | 0,240 | -3,9% | 0,133 | 5,6% | 0,034 | -10,8% | 0,900 | 7,8% | 0,601 | -5,2% | 1,908 |
| 13 | 0,245 | 2,0% | 0,140 | 5,6% | 0,036 | 4,5% | 1,036 | 15,1% | 0,567 | -5,6% | 2,024 |
| 14 | 0,235 | -3,9% | 0,149 | 6,4% | 0,038 | 5,7% | 1,102 | 6,4% | 0,531 | -6,4% | 2,055 |
| 15 | 0,226 | -3,8% | 0,159 | 6,5% | 0,038 | 0,0% | 1,176 | 6,8% | 0,496 | -6,5% | 2,096 |
| 16 | 0,217 | -3,9% | 0,169 | 6,5% | 0,038 | 1,8% | 1,232 | 4,7% | 0,466 | -6,0% | 2,124 |
| 17 | 0,218 | 0,2% | 0,170 | 0,3% | 0,036 | -5,3% | 1,237 | 0,4% | 0,468 | 0,3% | 2,129 |
| 18 | 0,209 | -4,2% | 0,180 | 6,1% | 0,039 | 6,3% | 1,292 | 4,5% | 0,438 | -6,3% | 2,158 |
| | -37,9% | | 172,8% | | 384,3% | | 172,6% | | -53,9% | | |

Fonte: Elaboração própria

Globalmente, os destinos acabam por obter uma ligeira melhoria, relativamente ao início dos períodos em análise (passando de um índice de 1,835 para 2,158). O destino que mais perde é o "E", passando o seu IDT de 0,951 para 0,438. Também neste caso o

destino "C", apesar de efectuar investimentos nas variáveis "críticas", não consegue grandes ganhos relativos, porque os outros destinos, não fazendo investimentos dessa natureza, partem de posições iniciais muito distantes e mais vantajosas de "C".

**Gráfico 6.63** – Evolução dos IDT dos Destinos

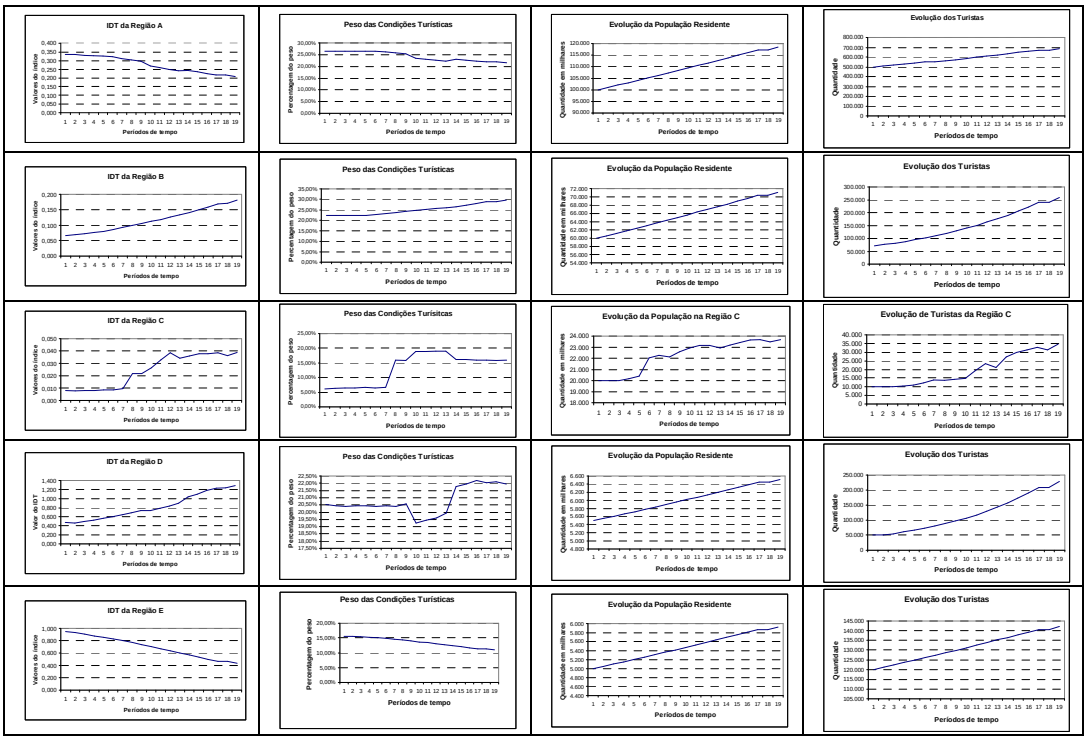



Fonte: Elaboração própria

Neste cenário, o destino que mais consegue melhorar a sua qualidade de vida, comparativamente com os outros é o "D", cabendo-lhe contribuir para a melhoria do desenvolvimento da globalidade dos destinos. Verificamos que, quando os restantes destinos se mantêm constantes no tempo, e algum sofre oscilações positivas e negativas nas suas variáveis, este último, apesar de beneficiar em termos de análise "fechada", acaba por não obter grande vantagem em termos de análise "aberta".

As razões que explicam a evolução do destino "D", no cenário anterior, aplicam-se também a este cenário, pois a menor correspondência entre o comportamento do peso das "condições turísticas" e o IDT, deve-se grandemente ao próprio comportamento dessa variável do destino "C". Ou seja, os "turistas" claramente assumem uma posição de relevo no comportamento do IDT, desde que adquiram valores significativos. Em rigor, o destino "D" é o que apresenta melhor comportamento na chegada de turistas. Também neste caso, o destino "D", que nada investe nas variáveis "críticas", acaba por mais beneficiar, seguramente por influência dos "turistas", porque mais do que quadruplicam o seu valor. Também aqui, o modelo sugere que o destino "C" possui uma evolução "típica". Contudo, o valor do seu IDT apresenta-se muito reduzido (0,039). Assim, somos a sugerir que este destino não passe da sua Fase de Exploração. Mais uma vez, são os destinos "A" e "E" que apresentam estar em permanente declínio relativo. Os destinos "B" e "D" revelam um crescimento, sendo que ainda não nos é possível sugerir qual ou quais as fases que passaram.

**Gráfico 6.64** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Em resumo, podemos dizer que neste conjunto de cenários 3, onde as suas premissas são menos aproximadas à realidade, porque estamos perante uma evolução a taxas crescentes constantes dos destinos concorrentes:

- Quando o destino considerado apresenta uma evolução "típica":
    - Podemos assistir a ganhos significativos do destino considerado e consequente perda acentuada de posição relativa de alguns dos outros destinos. Havendo algum destino que invista nas variáveis "críticas", sem que os outros o façam, esse ganhará, seguramente, em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, mas, haverá destinos que se distanciarão pela negativa, acentuando-se, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;
- Quando o destino considerado apresenta taxas constantes, pouco acentuadas de investimento nas variáveis excluindo as variáveis "críticas":
    - Podemos assistir a um ganho pouco expressivo do destino considerado e consequentemente sem qualquer ganho de posição competitiva. Contudo, pode haver destinos com ganhos de posição. Não havendo investimento nas variáveis "críticas" - as diferenciadoras -, beneficiará em termos

competitivos, quem investir a taxas mais elevadas, nas restantes variáveis. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu atraso em termos de desenvolvimento;

- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas, mas oscilantes, de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho acentuado do destino considerado. Contudo, ainda assim, insuficiente para ganhar posição competitiva. Também aqui beneficiará quem investir a taxas mais elevadas. Globalmente, os destinos também ficam em melhor posição. No entanto, essa posição global, continua a depender da capacidade de ganho do destino que melhor se colocar;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas e negativas (neste caso resultante de degradação, desemprego ou abandono), de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Contudo, esta situação revela-se mais interessante para o destino considerado, relativamente ao cenário de taxas de crescimento constantes, das variáveis. O ganho global é semelhante ao do primeiro cenário deste lote, sugerindo que seja praticamente indiferente, em termos macro-regionais, que um destino se destaque, de forma "típica", ou que apenas obtenha algum ganho, de forma oscilante, entre taxas positivas e negativas.

Passemos agora para o lote do cenário 4, onde iremos confrontar uma evolução heterogénea, mas a taxas positivas dos outros destinos, com as evoluções, "típica", a taxas crescentes constantes, a taxas heterogéneas positivas e a taxas heterogéneas positivas e negativas, de um determinado destino.

Comecemos por apreciar o cenário C4.1, onde confrontaremos uma evolução heterogénea, mas a taxas positivas ou nulas, nas variáveis dos outros destinos, com uma evolução "típica" de um determinado destino. Para este caso recorreremos aos dados do cenário C1.1, para o destino a considerar e apresentaremos dados originais para os

outros destinos, dentro de um enquadramento, que nos pareça razoável para o efeito pretendido. Admitimos o investimento nas variáveis "críticas" nos restantes destinos, nos mesmos períodos em que considerámos uma evolução "típica", para esses mesmos destinos, nos cenários anteriores.

Os dados para esta análise são retirados dos quadros da secção 10 do anexo 1 (vol. II).

**Quadro 6.36** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"típica" (cenário C4.1)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,21% | 0% | 12% | 0,009 | 5 |
| 6,57% | 0% | 12% | 0,010 | 5 |
| 7,10% | 0% | 12% | 0,012 | 5 |
| 8,36% | 3% | 12,6% | 0,016 | 5 |
| 10,00% | 3,6% | 13,5% | 0,020 | 5 |
| 11,99% | 6,3% | 15% | 0,025 | 5 |
| 14,49% | 8,4% | 42% | 0,037 | 5 |
| 17,89% | 9,3% | 60% | 0,062 | 4 |
| 22,76% | 9,9% | 105% | 0,130 | 4 |
| 24,00% | 6% | 108% | 0,241 | 3 |
| 25,12% | 5,4% | 110% | 0,411 | 2 |
| 26,15% | 4,8% | 90% | 0,623 | 2 |
| 27,05% | 1,8% | 40% | 0,760 | 2 |
| 27,80% | 1,8% | 20% | 0,836 | 2 |
| 28,44% | 1,8% | 6% | 0,847 | 2 |
| 29,33% | 1,6% | 6% | 0,877 | 2 |
| 29,21% | -2,4% | -10% | 0,845 | 2 |
| 29,54% | 4,8% | 18% | 0,847 | 2 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

O destino "C", nesta situação, alcança a segunda posição, no seu contexto concorrencial. Isso é devido ao facto de conseguir conquistar um peso significativo nas suas "condições turísticas", num processo evolutivo consistente "típico", por outro lado, os outros destinos, passam por um processo oscilante, entre períodos de maior fulgor e outros de menor. Repare-se que, neste caso, o destino "C" começa a ganhar posição relativa no período 8, quando o seu peso das "condições turísticas" representa apenas 14,49%, do total dos destinos, quando em cenários anteriores tais conquistas de posição apenas surgem quando esse valor se apresenta bem mais alto. Por outro lado, o destino "E" segura a sua primeira posição com um peso das suas "condições turísticas", de

apenas 14,27%. Isto, reforça a ideia de que o nível de desenvolvimento turístico de um destino depende da forma como se cruzam a estrutura socioeconómica e os "turistas", e como estas se comparam com os restantes destinos. Ou seja, num contexto turístico, a existência ou não de "turistas", assume um papel muito importante nesta análise. Quantos mais estes forem comparativamente à concorrência, então, é porque o destino em causa possui uma atracção superior, seja esta explicada pelas condições existentes e quantificáveis, ou por outras razões não mensuráveis.

**Quadro 6.37** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,4% | 0,065 | -2,2% | 0,009 | 9,5% | 0,460 | -3,0% | 0,997 | 4,9% | 1,865 |
| 2 | 0,445 | 33,0% | 0,063 | -1,8% | 0,010 | 17,5% | 0,445 | -3,3% | 1,037 | 4,0% | 2,000 |
| 3 | 0,444 | -0,1% | 0,062 | -2,7% | 0,012 | 19,8% | 0,437 | -1,7% | 1,064 | 2,7% | 2,020 |
| 4 | 0,384 | -13,6% | 0,059 | -3,7% | 0,016 | 26,9% | 0,426 | -2,5% | 1,411 | 32,5% | 2,296 |
| 5 | 0,378 | -1,7% | 0,057 | -4,3% | 0,020 | 25,8% | 0,423 | -0,8% | 1,461 | 3,6% | 2,338 |
| 6 | 0,343 | -9,3% | 0,052 | -8,8% | 0,025 | 24,7% | 0,427 | 0,9% | 1,743 | 19,3% | 2,589 |
| 7 | 0,284 | -17,2% | 0,058 | 11,7% | 0,037 | 50,1% | 0,412 | -3,3% | 1,848 | 6,0% | 2,639 |
| 8 | 0,248 | -12,6% | 0,052 | -9,9% | 0,062 | 67,8% | 0,412 | 0,0% | 1,945 | 5,3% | 2,720 |
| 9 | 0,216 | -12,9% | 0,043 | -18,1% | 0,130 | 110,0% | 0,361 | -12,4% | 1,921 | -1,2% | 2,671 |
| 10 | 0,192 | -11,1% | 0,038 | -10,7% | 0,241 | 85,8% | 0,340 | -5,8% | 1,630 | -15,2% | 2,441 |
| 11 | 0,153 | -20,0% | 0,032 | -15,5% | 0,411 | 70,6% | 0,264 | -22,5% | 1,487 | -8,8% | 2,348 |
| 12 | 0,122 | -20,5% | 0,025 | -21,4% | 0,623 | 51,4% | 0,207 | -21,7% | 1,242 | -16,5% | 2,218 |
| 13 | 0,103 | -15,6% | 0,021 | -16,4% | 0,760 | 22,1% | 0,196 | -5,1% | 1,072 | -13,7% | 2,152 |
| 14 | 0,092 | -10,2% | 0,019 | -9,6% | 0,836 | 10,0% | 0,182 | -7,2% | 0,997 | -7,0% | 2,126 |
| 15 | 0,086 | -7,1% | 0,019 | -3,3% | 0,847 | 1,4% | 0,177 | -2,5% | 1,027 | 3,0% | 2,156 |
| 16 | 0,081 | -5,6% | 0,018 | -4,3% | 0,877 | 3,5% | 0,168 | -5,1% | 1,025 | -0,2% | 2,169 |
| 17 | 0,085 | 5,1% | 0,019 | 5,0% | 0,845 | -3,7% | 0,176 | 4,9% | 1,078 | 5,2% | 2,203 |
| 18 | 0,076 | -10,8% | 0,016 | -12,3% | 0,847 | 0,3% | 0,169 | -4,0% | 1,113 | 3,2% | 2,222 |
| | -77,4% | | -75,3% | | 10493,4% | | -64,3% | | 17,0% | | |

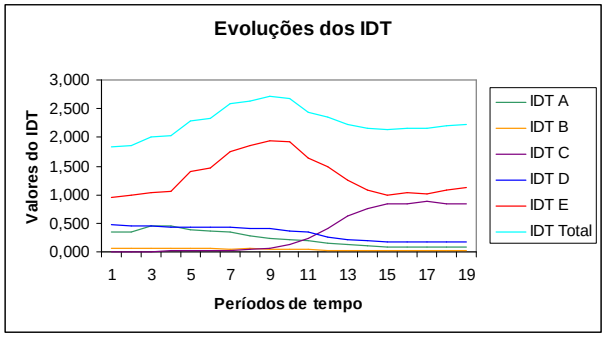
Fonte: Elaboração própria

Globalmente, os destinos acabam por obter uma ligeira melhoria (passando de um índice de 1,835 para 2,222). O destino que mais perde é o "A", com uma desvalorização relativa do seu IDT de -77,4%. O destino "C", é o que mais se valoriza, apesar dos outros destinos também terem efectuado investimentos nas variáveis "críticas" (excepto o destino "D"). Contudo, ao contrário dos restantes destinos, que investiram nas variáveis "críticas" de forma episódica, o destino "C" fê-lo de forma continuada. Verificamos que é esta diferença de estratégia que acaba por determinar as diferentes evoluções.

Constatamos também que o destino "E", passa por uma fase de elevado crescimento, relativamente aos restantes destinos, mas que depois, com a evolução do destino "C", o destino "E" acaba por atenuar essa diferença. Também aqui, acentuam-se as assimetrias

de desenvolvimento entre os diferentes destinos considerados. Repare-se que, apesar dos "turistas" evoluírem favoravelmente para todos os destinos, alguns acabam por perder posição relativa. Isto reforça a questão da importância dos factores de acordo com o seu peso relativo global e a sua posição de partida.

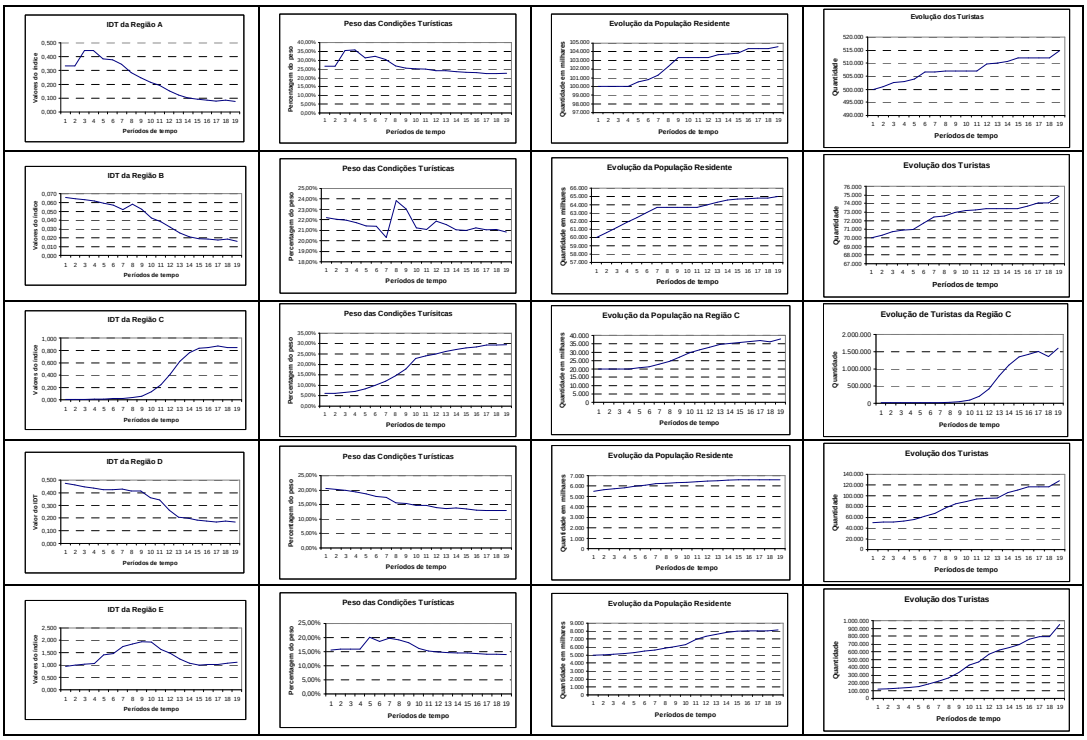
**Gráfico 6.65** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

O gráfico seguinte revela-nos como evoluíram os IDT e também os respectivos factores dos diferentes destinos, ficando claro que podemos ter ciclos de vida, aparentemente "típicos", de uns destinos, em simultâneo com ciclos de vida "atípicos" de outros destinos.

**Gráfico 6.66** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Os destinos “B” e “D” apresentam um declínio permanente (exceptuamos um período no destino “B” que revela uma “ténue” tentativa de rejuvenescimento). Os destinos “A” e “E” já manifestam um comportamento que, aparentemente, sugere uma evolução que passa de uma fase crescente para outra decrescente. Se em relação à fase decrescente seguramente estaremos a falar de declínio, já quanto à fase crescente, não nos é possível, ainda, identificar por que fases do ciclo de vida passaram. O destino “C” apresenta uma curva sinusoidal, o que sugere passar pelas fases de exploração (atendendo ao baixo nível inicial do seu IDT) e envolvimento. Contudo devemos atender também ao valor do seu IDT, quando começa a estabilizar para podermos sugerir em que fase isso acontece. Repare-se que estabiliza com o seu IDT ainda com valores inferiores ao do destino “E”. Isto sugere que um destino, mesmo entrando em declínio, pode ficar com níveis de desenvolvimento acima da sua concorrência mais directa, o que é possível se esse destino partir de níveis acentuadamente elevados relativamente à sua concorrência mais directa.

Passemos agora para o cenário C4.2, onde confrontaremos uma evolução heterogénea, com taxas positivas ou nulas, nas variáveis dos outros destinos, com uma evolução a taxas crescentes constantes de um determinado destino. Para este caso recorreremos aos dados do cenário C1.2 para o destino a considerar e ao cenário anterior para os dados dos restantes destinos. Admitimos o investimento nas variáveis “críticas” nos restantes destinos, mas não para o destino “C”. Os dados para esta análise são retirados dos quadros da secção 11 do anexo 1 (vol. II).

O destino “C” apresenta uma evolução oscilante, com ligeira tendência decrescente, onde o peso das suas “condições turísticas” passa de 6,16% para 6,13%. Isto traduz-se no agravamento da sua posição relativa, afastando-se ainda mais do destino mais desenvolvido turisticamente, o destino “E”. Note-se que, neste cenário, todos os destinos perdem para o “E”, mas o que mais perde é o “A”, com uma desvalorização relativa do seu IDT de -45,1% (ver o quadro 6.39). O agravamento da posição do “C” é reforçada pelo facto deste não investir nas variáveis “críticas”, nem tão pouco apresentar períodos de forte investimento, nas outras variáveis. De resto, já tínhamos visto que, quando há investimento moderado no tempo, com taxas relativamente baixas, os resultados não são promissores.

**Quadro 6.38** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C4.2)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,16% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,23% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,22% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,17% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,13% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,04% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 5,92% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,88% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,07% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,86% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,91% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 5,95% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 5,97% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |
| 6,02% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,10% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,25% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,07% | -1% | -5% | 0,007 | 5 |
| 6,13% | 1% | 5% | 0,007 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Globalmente, os destinos ganham qualidade de vida e bem-estar. Contudo, também aqui tal é devido, exclusivamente, ao desenvolvimento do destino "E". Este cenário acentua, de forma significativa, as assimetrias de desenvolvimento, entre os destinos considerados. Perante as oscilações consideradas nas diferentes taxas de crescimento dos factores, somos a sugerir que o desenvolvimento verificado no destino "E", se deve fundamentalmente ao crescimento dos "turistas", pois, além de partir de valores, relativamente, elevados, ainda apresenta taxas evolutivas mais elevadas do que a restante concorrência (ver quadros do anexo respectivo). Parece-nos claro, que não é aconselhada uma estratégia de crescimento moderado, quando a posição inicial é fraca, sem investimentos diferenciadores, quando o destino líder, opta por fortes taxas de crescimento, de algumas variáveis e obtém taxas de crescimento dos "turistas", muito acima da restante concorrência. A moderação, neste contexto, levará ao agravamento da sua posição relativa.

Mesmo considerando que o destino "C" é o que menos perde, o facto da sua posição inicial de partida, ser a pior, entre todos os concorrentes, acaba por o colocar numa

posição extremamente delicada. Diríamos mais, perante esta evolução era preferível o destino "C", redireccionar o seu mercado e colocar-se perante outros destinos em contexto concorrencial.

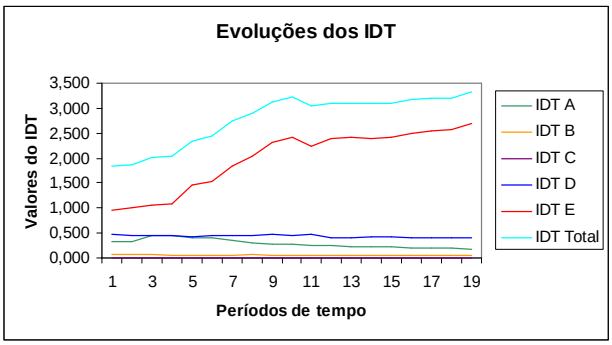
**Quadro 6.39** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | 1,1% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,448 | 33,5% | 0,064 | -1,1% | 0,008 | 4,3% | 0,449 | -2,8% | 1,046 | 4,6% | 2,015 |
| 3 | 0,450 | 0,5% | 0,063 | -1,8% | 0,009 | 3,0% | 0,445 | -0,9% | 1,084 | 3,6% | 2,050 |
| 4 | 0,393 | -12,5% | 0,062 | -2,0% | 0,009 | 1,7% | 0,440 | -1,1% | 1,450 | 33,8% | 2,354 |
| 5 | 0,391 | -0,5% | 0,060 | -2,0% | 0,009 | -1,1% | 0,446 | 1,3% | 1,527 | 5,3% | 2,433 |
| 6 | 0,360 | -7,9% | 0,057 | -6,1% | 0,009 | -1,9% | 0,460 | 3,3% | 1,850 | 21,2% | 2,736 |
| 7 | 0,308 | -14,5% | 0,064 | 12,7% | 0,008 | -3,3% | 0,460 | -0,2% | 2,050 | 10,8% | 2,889 |
| 8 | 0,281 | -8,8% | 0,060 | -6,1% | 0,008 | -3,7% | 0,474 | 3,1% | 2,312 | 12,8% | 3,135 |
| 9 | 0,268 | -4,5% | 0,054 | -10,3% | 0,008 | -5,7% | 0,463 | -2,2% | 2,426 | 4,9% | 3,219 |
| 10 | 0,260 | -3,0% | 0,052 | -2,7% | 0,008 | -0,1% | 0,473 | 2,2% | 2,247 | -7,4% | 3,041 |
| 11 | 0,239 | -8,0% | 0,051 | -3,2% | 0,007 | -3,0% | 0,415 | -12,4% | 2,386 | 6,2% | 3,099 |
| 12 | 0,232 | -3,2% | 0,048 | -4,3% | 0,007 | 0,7% | 0,392 | -5,6% | 2,421 | 1,4% | 3,100 |
| 13 | 0,225 | -3,0% | 0,047 | -3,8% | 0,007 | 1,5% | 0,424 | 8,2% | 2,395 | -1,1% | 3,097 |
| 14 | 0,219 | -2,5% | 0,046 | -1,9% | 0,008 | 2,1% | 0,423 | -0,1% | 2,412 | 0,7% | 3,108 |
| 15 | 0,207 | -5,7% | 0,045 | -2,3% | 0,008 | 0,3% | 0,413 | -2,5% | 2,503 | 3,8% | 3,175 |
| 16 | 0,201 | -2,8% | 0,044 | -1,7% | 0,008 | 4,1% | 0,399 | -3,4% | 2,555 | 2,1% | 3,206 |
| 17 | 0,201 | 0,1% | 0,044 | 0,2% | 0,007 | -6,8% | 0,400 | 0,2% | 2,558 | 0,1% | 3,210 |
| 18 | 0,185 | -8,2% | 0,040 | -10,0% | 0,007 | -5,6% | 0,391 | -2,1% | 2,703 | 5,7% | 3,325 |
| | -45,1% | | -39,9% | | -12,6% | | -17,5% | | 184,2% | | |

Fonte: Elaboração própria

O destino "E" é claramente o único que beneficia deste contexto concorrencial. Ora, isto acentua o desnível de desenvolvimento entre os destinos.

**Gráfico 6.67** – Evolução dos IDT dos Destinos

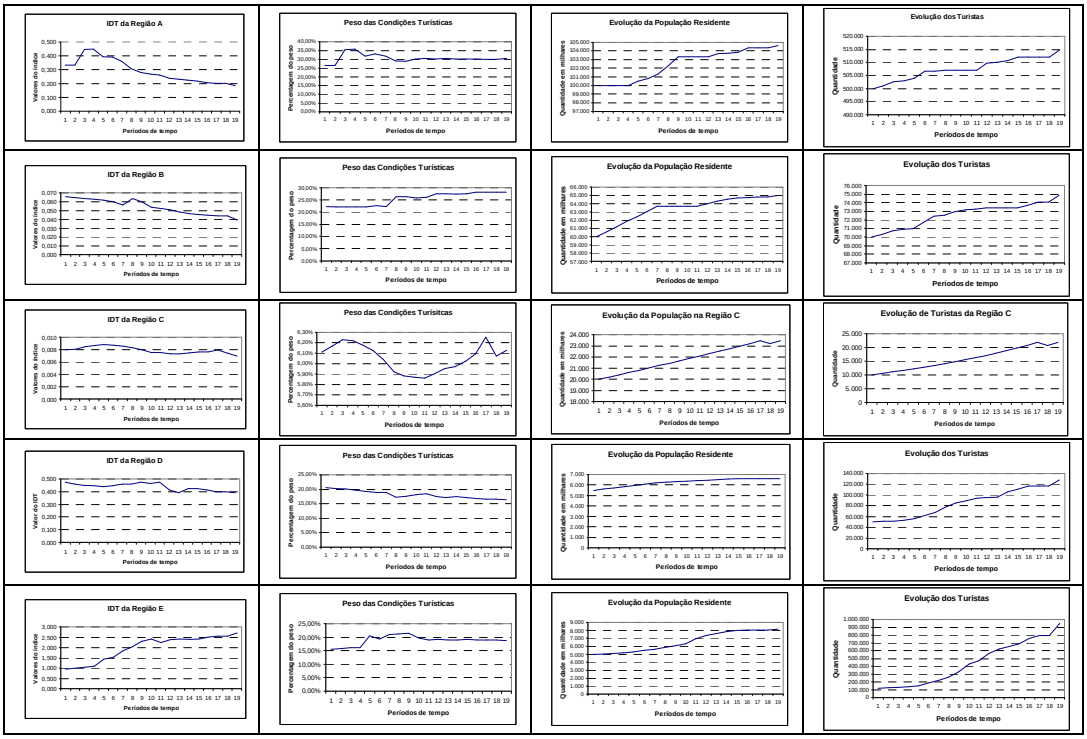



Fonte: Elaboração própria

Verificamos que é o destino "E" que passa por uma evolução sinusoidal, empurrando a evolução do total, no sentido ascendente. Repare-se que, apesar de os "turistas" evoluírem favoravelmente para todos os destinos, alguns acabam por perder posição

relativa. Também aqui se torna evidente a questão da importância dos factores, de acordo com o seu peso relativo global e a sua posição de partida.

**Gráfico 6.68** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

O modelo sugere, claramente, que o destino “C” não sai da Fase de Exploração, pois apresenta uma curva quase constante, para mais em valores do seu IDT muito reduzidos, passando de 0,008 para 0,007. O destino “A” revela um comportamento de crescimento seguido de declínio. O destino “B” apresenta também um declínio, mas devido aos seus baixos valores do IDT, sugere-se que não tenha passado da Fase de Exploração. O destino “D”, apesar de apresentar um declínio, este é muito ligeiro. O destino “E” apresenta um comportamento em crescimento, revelando chegar a uma fase de estabilização. Contudo, dado o seu nível inicial, devemos apurar, com maior rigor, as fases pelas quais passou até lá chegar.

Vejamos como evoluem os destinos num contexto concorrencial, cenário 4.3a, onde todos os destinos considerados apresentem uma heterogeneidade evolutiva a taxas crescentes. Para isso vamos utilizar os dados do cenário C1.3a, para o destino “C” e os

dados do cenário anterior, para os restantes destinos. Retirámos os dados para esta análise dos quadros apresentados na secção, 12a do anexo 1 (vol. II).

Agora, voltamos a considerar a possibilidade de todos os destinos investirem nas variáveis "críticas", nos mesmos períodos contemplados em cenários anteriores. O destino "A", investirá nos "alojamentos turísticos" no período 2; o destino "B", investirá no "património histórico classificado" e nos "alojamentos turísticos" no período 7; o destino "C" investirá nos "alojamentos turísticos" no período 7 e no "património histórico classificado" no período 9; e o destino "E" investirá nos "alojamentos turísticos" no período 4.

**Quadro 6.40** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C4.3a)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,11% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,14% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,07% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,96% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 5,95% | 1% | 15% | 0,008 | 5 |
| 6,98% | 5% | 7% | 0,010 | 5 |
| 7,23% | 2% | 5% | 0,010 | 5 |
| 9,25% | 1,5% | 9% | 0,012 | 5 |
| 9,12% | 1% | 20% | 0,013 | 5 |
| 8,91% | 0,1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 9,11% | 1% | 10% | 0,014 | 5 |
| 9,35% | 1,2% | 30% | 0,017 | 5 |
| 9,40% | 0,9% | 10% | 0,019 | 5 |
| 9,34% | 1% | 5% | 0,018 | 5 |
| 9,47% | 0,1% | 5% | 0,019 | 5 |
| 9,15% | -1% | -5% | 0,018 | 5 |
| 9,28% | 1% | 10% | 0,017 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

O destino "C" reforça a sua posição em termos do peso das suas "condições turísticas", sendo contudo, manifestamente insuficiente para alterar a sua última posição, em termos competitivos, neste contexto concorrencial. O facto de investir nas variáveis "críticas", não lhe garante grandes melhorias, porque também os outros destinos investem nessas mesmas variáveis.

O destino que mais perde é o "A", desvalorizando o seu IDT em -46,9%. Apenas dois destinos melhoram a sua posição relativa, o "C" e o "E", sendo que o "E" mantém a liderança deste grupo concorrencial. Globalmente, os destinos ficam em melhor posição. Contudo, mais uma vez, isso deve-se ao posicionamento do destino "E" que, também, mais uma vez, resulta do reforço da sua quota de mercado em termos de "turistas".

Sublinhamos aqui, um aspecto que se tem verificado, também em alguns dos cenários anteriores, que é o da importância dos "factores críticos de sucesso", neste processo de desenvolvimento. Constatamos, e confirmamos, que os "factores críticos de sucesso" são as variáveis, das quais depende o reposicionamento dos respectivos destinos. Ou seja, uma variável só é "crítica" se dela depender algum ganho adicional, em termos concorrenciais. Por outras palavras, quando investirmos em variáveis "únicas", "escassas" ou "dominantes", obteremos ganhos posicionais, vulgarmente chamadas de "vantagens competitivas", mas quando estas se começam a tornar "banais" ou a massificar-se, deixam de assumir esta importância, ficando sem qualquer influência significativa, no processo de desenvolvimento, perdendo a sua natureza de "factor crítico de sucesso".

**Quadro 6.41** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

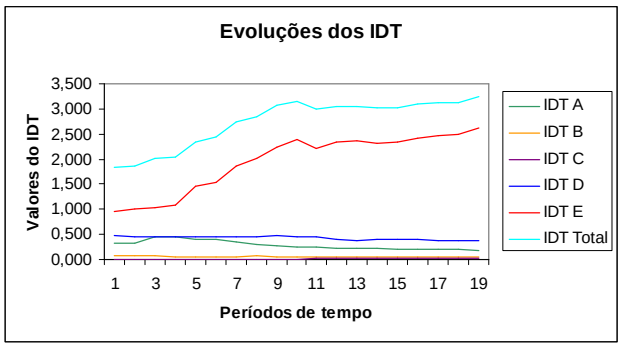
| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | -2,6% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,447 | 33,4% | 0,064 | -1,2% | 0,008 | 2,0% | 0,449 | -2,8% | 1,045 | 4,5% | 2,012 |
| 3 | 0,450 | 0,5% | 0,063 | -1,6% | 0,008 | -0,1% | 0,445 | -0,7% | 1,084 | 3,7% | 2,049 |
| 4 | 0,393 | -12,5% | 0,062 | -1,9% | 0,008 | 1,2% | 0,441 | -1,0% | 1,449 | 33,7% | 2,353 |
| 5 | 0,394 | 0,2% | 0,061 | -1,2% | 0,008 | -3,4% | 0,450 | 2,0% | 1,537 | 6,1% | 2,450 |
| 6 | 0,362 | -8,1% | 0,057 | -6,4% | 0,008 | 8,7% | 0,463 | 3,0% | 1,859 | 20,9% | 2,750 |
| 7 | 0,307 | -15,1% | 0,064 | 12,3% | 0,010 | 13,8% | 0,464 | 0,1% | 2,011 | 8,2% | 2,856 |
| 8 | 0,280 | -9,0% | 0,060 | -6,0% | 0,010 | -0,5% | 0,479 | 3,4% | 2,248 | 11,8% | 3,077 |
| 9 | 0,259 | -7,3% | 0,053 | -12,7% | 0,012 | 25,0% | 0,450 | -6,1% | 2,386 | 6,1% | 3,160 |
| 10 | 0,252 | -2,9% | 0,051 | -3,1% | 0,013 | 12,5% | 0,460 | 2,2% | 2,210 | -7,4% | 2,986 |
| 11 | 0,233 | -7,3% | 0,049 | -3,8% | 0,013 | -5,2% | 0,408 | -11,2% | 2,338 | 5,8% | 3,041 |
| 12 | 0,226 | -3,3% | 0,047 | -4,5% | 0,014 | 7,0% | 0,384 | -6,0% | 2,365 | 1,1% | 3,034 |
| 13 | 0,217 | -3,8% | 0,045 | -4,3% | 0,017 | 27,7% | 0,414 | 7,8% | 2,318 | -2,0% | 3,011 |
| 14 | 0,211 | -2,6% | 0,044 | -2,0% | 0,019 | 6,7% | 0,412 | -0,3% | 2,334 | 0,7% | 3,020 |
| 15 | 0,200 | -5,7% | 0,043 | -2,0% | 0,018 | -1,6% | 0,403 | -2,4% | 2,425 | 3,9% | 3,088 |
| 16 | 0,194 | -2,9% | 0,042 | -1,8% | 0,019 | 3,6% | 0,388 | -3,5% | 2,474 | 2,0% | 3,117 |
| 17 | 0,194 | 0,4% | 0,042 | 0,3% | 0,018 | -7,2% | 0,390 | 0,3% | 2,485 | 0,5% | 3,129 |
| 18 | 0,178 | -8,3% | 0,038 | -10,1% | 0,017 | -0,6% | 0,381 | -2,3% | 2,622 | 5,5% | 3,236 |
| | -46,9% | | -42,4% | | 118,2% | | -19,7% | | 175,7% | | |

Fonte: Elaboração própria

Verificamos que o ganho adicional, do destino "C", no período 13, se deve ao facto de haver um forte investimento nesse mesmo período, em algumas das suas variáveis. Por outro lado, a valorização relativa de 118,2% no IDT do destino "C", é manifestamente insuficiente para a fazer sair de uma posição de grande fragilidade, em termos de desenvolvimento turístico. O seu IDT de 0,017 revela-se a níveis muito reduzidos, sugerindo que o destino não tenha saído da Fase de Exploração.

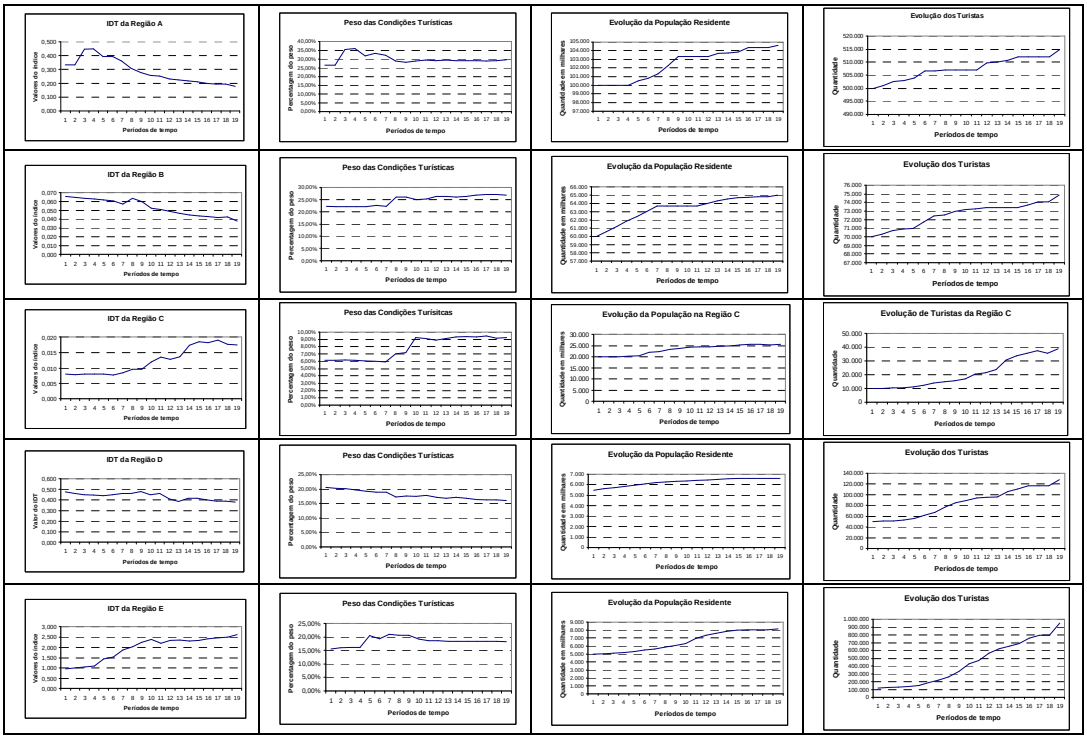
Neste caso, verificamos que o destino "E" passa por uma evolução, que visualmente se aproxima da sinusoidal, empurrando a evolução do total, no sentido ascendente, pois pouco peso tem o destino "C", neste processo. Também aqui acentuam-se as assimetrias de desenvolvimento entre os diferentes destinos considerados. Repare-se que, apesar dos "turistas" evoluírem favoravelmente para todos os destinos, alguns acabam por perder posição relativa.

**Gráfico 6.69** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.70** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

O crescimento dos destinos "E" e "C", não revelam uma diferença significativa existente entre ambos. O destino "E" apresenta valores de IDT evoluindo de 0,951 até 2,622, portanto claramente em níveis relativamente elevados, mas, os valores do IDT do destino "C", variam entre 0,008 e 0,017, o que manifestamente se apresenta num patamar evolutivo bem menos expressivo. Isto, destaca a importância que se deve atribuir aos valores do IDT, para avaliarmos com maior rigor o posicionamento de cada destino. O destino "B" entra em declínio sem ter passado da sua Fase de Exploração. Ora, isto é um cenário claramente muito preocupante e sugere, quando tal ocorra, a aplicação de uma urgente estratégia de retirada deste mercado.

Também em relação aos declínios, devemos verificar qual o respectivo grau, pois não é o mesmo estar numa fase pouco expressiva ou muito expressiva do mesmo, nem partir de posições altas ou baixas.

Voltamos a ter dois destinos em processo de desenvolvimento positivo e, mais uma vez, com influência da evolução do peso das "condições turísticas", naturalmente, sempre associado à própria evolução dos "turistas". Repare-se que, a evolução do IDT do

destino "B", é contrária à das suas "condições turísticas", pois, também aqui, verificamos que o facto de um destino evoluir, de forma positiva, em termos de algum dos seus factores, não assegura que o seu posicionamento seja garantido ou reforçado. Pois, tudo depende da forma como evoluem os outros destinos com os quais concorre. Esta análise reforça a questão que, em termos de competitividade, tudo se torna relativo.

Passemos agora para a apreciação do cenário 4.3b, onde se confrontam a evolução dos destinos, com taxas de crescimento oscilantes, perante um destino com taxas evolutivas interpoladas entre positivas e negativas. Para este caso, recorremos aos dados do cenário C1.3b para o destino "C" e do cenário anterior para os restantes destinos. Os dados para esta apreciação são retirados da secção 12b, apresentados no anexo 1 (vol. II).

O ganho do destino "C" é insignificante, passando de 0,008 para 0,012, sendo que isso acaba por, no tempo, agravar a sua situação relativa. Verificamos que quando um destino atravessa um longo período onde o seu crescimento se reparte entre taxas positivas e negativas e, outros destinos passam, simultaneamente, por um período de crescimento com taxas positivas, de forma heterogénea, a primeira, acaba por atrasar-se, em termos de desenvolvimento do destino líder. O seu crescimento é praticamente insignificante, mas o destino líder, reforça a sua posição. O destino que mais perde é o destino "A", com uma desvalorização do seu IDT em -46,1%.

Os períodos onde se registam maiores crescimentos das taxas do peso das "condições turísticas" do destino "C", correspondem aos períodos de investimentos nas variáveis "críticas", em particular os períodos 7 e 9. O ganho do período 10 resulta do reforço de posição numa dessas variáveis.

**Quadro 6.42** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C4.3b)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,11% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,13% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,03% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 5,87% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 5,77% | 1% | 15% | 0,008 | 5 |
| 6,77% | -0,5% | -3% | 0,009 | 5 |
| 6,89% | 2% | 5% | 0,009 | 5 |
| 8,97% | 1,5% | 5% | 0,011 | 5 |
| 8,94% | 1% | 30% | 0,013 | 5 |
| 8,61% | 0,1% | 20% | 0,014 | 5 |
| 8,66% | -1% | -10% | 0,012 | 5 |
| 7,12% | 1,2% | 30% | 0,013 | 5 |
| 7,08% | 0,9% | 10% | 0,013 | 5 |
| 7,01% | 1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 7,13% | 0,1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 6,84% | -1% | -5% | 0,012 | 5 |
| 6,96% | 1% | 10% | 0,012 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

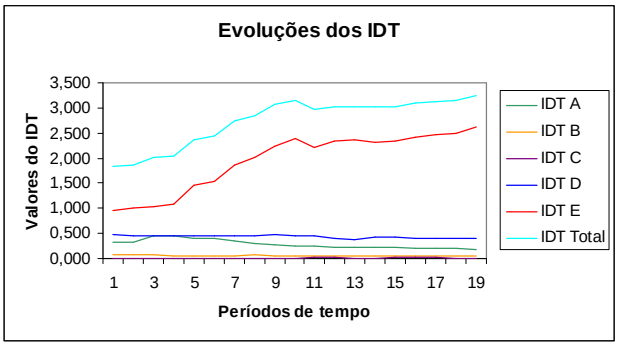
O destino "C" aparenta, mais uma vez, não sair da sua Fase de Exploração, enquanto que o destino "E" evolui até entrar na Fase de Estagnação, quando a taxa de crescimento do seu IDT começa a revelar estabilidade. Contudo, os seus valores iniciais sugerem que parta de fases mais avançadas do processo. Este cenário C4.3b, mostra-nos que podemos assistir a quebras no valor do IDT de um destino, sem que este entre imediatamente em Fase de Declínio (ver o momento 13 do destino "E"). Ora, isto parece-nos perfeitamente aceitável, pois, tal como para identificarmos uma fase de crescimento temos que assistir a uma continuidade, também o mesmo se deve verificar aquando dos decréscimos.

**Quadro 6.43** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | -2,6% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,447 | 33,4% | 0,064 | -1,2% | 0,008 | 2,0% | 0,449 | -2,8% | 1,045 | 4,5% | 2,012 |
| 3 | 0,450 | 0,6% | 0,063 | -1,6% | 0,008 | -0,3% | 0,445 | -0,7% | 1,084 | 3,8% | 2,050 |
| 4 | 0,393 | -12,5% | 0,062 | -1,9% | 0,008 | 0,8% | 0,441 | -1,0% | 1,450 | 33,8% | 2,354 |
| 5 | 0,395 | 0,3% | 0,061 | -1,1% | 0,008 | -4,2% | 0,450 | 2,1% | 1,538 | 6,1% | 2,452 |
| 6 | 0,363 | -8,0% | 0,057 | -6,2% | 0,008 | 7,0% | 0,464 | 3,1% | 1,861 | 21,0% | 2,754 |
| 7 | 0,307 | -15,5% | 0,064 | 11,8% | 0,009 | 8,3% | 0,462 | -0,3% | 2,005 | 7,7% | 2,847 |
| 8 | 0,279 | -8,9% | 0,060 | -6,0% | 0,009 | -2,1% | 0,478 | 3,3% | 2,251 | 12,3% | 3,077 |
| 9 | 0,259 | -7,2% | 0,052 | -12,7% | 0,011 | 22,5% | 0,449 | -6,1% | 2,387 | 6,0% | 3,158 |
| 10 | 0,251 | -3,2% | 0,051 | -3,2% | 0,013 | 23,0% | 0,458 | 2,0% | 2,205 | -7,6% | 2,978 |
| 11 | 0,232 | -7,4% | 0,049 | -3,9% | 0,014 | 6,6% | 0,406 | -11,3% | 2,330 | 5,7% | 3,031 |
| 12 | 0,225 | -3,1% | 0,047 | -4,3% | 0,012 | -12,2% | 0,382 | -5,8% | 2,367 | 1,6% | 3,034 |
| 13 | 0,220 | -2,3% | 0,046 | -1,0% | 0,013 | 2,4% | 0,423 | 10,7% | 2,321 | -2,0% | 3,023 |
| 14 | 0,215 | -2,5% | 0,045 | -1,9% | 0,013 | 5,6% | 0,423 | -0,2% | 2,338 | 0,8% | 3,034 |
| 15 | 0,203 | -5,6% | 0,044 | -2,1% | 0,013 | -2,0% | 0,413 | -2,3% | 2,430 | 3,9% | 3,102 |
| 16 | 0,197 | -2,9% | 0,044 | -1,8% | 0,013 | 4,0% | 0,398 | -3,5% | 2,478 | 2,0% | 3,130 |
| 17 | 0,197 | 0,3% | 0,044 | 0,2% | 0,012 | -7,9% | 0,399 | 0,3% | 2,488 | 0,4% | 3,141 |
| 18 | 0,181 | -8,3% | 0,039 | -10,1% | 0,012 | -0,3% | 0,391 | -2,2% | 2,625 | 5,5% | 3,249 |
| | -46,1% | | -40,6% | | 54,9% | | -17,6% | | 176,1% | | |

Fonte: Elaboração própria

**Gráfico 6.71** – Evolução dos IDT dos Destinos



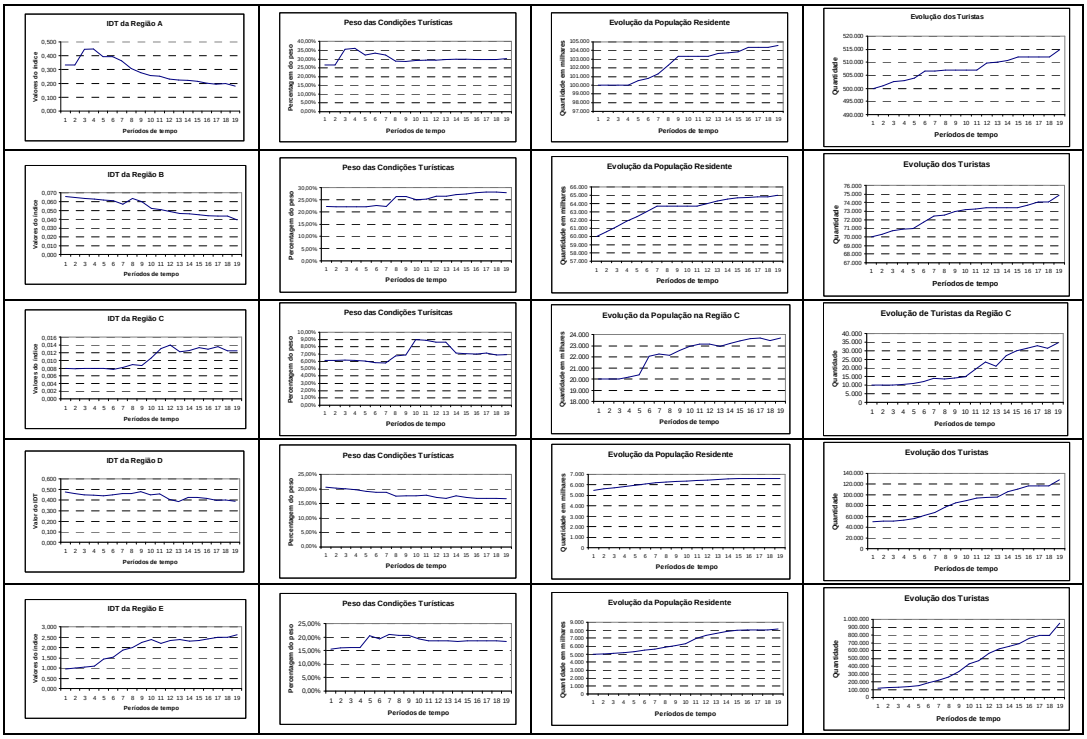

Fonte: Elaboração própria

Este cenário também se apresenta muito dependente do destino melhor posicionado, desde o início do processo. Também aqui, e mais uma vez, as assimetrias de desenvolvimento ficam mais acentuadas. Esta situação sugere que quando um destino apresenta taxas evolutivas oscilantes, entre o positivo e o negativo, e os restantes destinos apresentam taxas de crescimento positivas, o destino considerado, acaba por crescer menos do que se apresentar taxas de crescimento, oscilantes, mas positivas, contudo, o todo acaba por ficar melhor.

Repare-se que, graficamente, o destino "C" apresenta uma curva crescente. Todavia, também aqui, é necessário atender à respectiva escala evolutiva do seu IDT que, tal como já vimos, se mantém em valores muito reduzidos. Logo, sugerindo que não tenha saído da Fase de Exploração. Por outro lado, o destino "E", que também revela uma

evolução crescente, apresenta-se em níveis mais elevados do seu IDT, sugerindo que o aspecto de "tipicidade" possa ocorrer, independentemente do grau de desenvolvimento do destino, bastando para tal, estarmos em presença de escalas de valor diferentes. Mais ainda, um destino pode, durante um determinado processo evolutivo, chegar à Fase de Estagnação muito antes de outros podendo, também como já vimos, levar a decisões estratégicas de retirada, desse mercado.

**Gráfico 6.72** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Neste cenário, os Destinos "C" e "E" continuam a ser os únicos que apresentam evoluções positivas, mesmo considerando que todos os outros apresentam taxas de crescimento positivas. Mais uma vez reforçamos a ideia de que não basta crescer, mas sim que é necessário crescer relativamente mais do que a concorrência.

Deste lote de cenários 4 onde também as suas premissas são mais aproximadas à realidade, pois perante destinos com crescimentos heterogéneos, positivos, podemos dizer que:

- Quando o destino considerado também apresenta uma evolução "típica":

  - Podemos assistir a ganhos significativos do destino considerado e consequente perda acentuada de posição relativa dos destinos mais fragilizados. Havendo algum destino que nada investe nas variáveis "críticas" (as escassas, inexistentes, ou dominantes), perderá, seguramente, em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu distanciamento pela negativa, acentuando-se, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;

- Quando o destino considerado apresenta taxas constantes moderadas de investimento nas variáveis e, não havendo investimento nas suas variáveis "críticas":
  - Podemos assistir a uma perda no destino considerado, em claro benefício para o destino melhor posicionado. Havendo algum destino que nada investe nas variáveis "críticas", as diferenciadoras, perderá, seguramente, em termos competitivos. Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar, do que no cenário anterior, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu distanciamento pela negativa, agravando, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas, mas oscilantes, de investimento nas variáveis:
  - Podemos assistir a um ganho acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Mantendo-se as considerações anteriores para o efeito na globalidade;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas e negativas (neste caso resultante de degradação, desemprego ou abandono) de investimento nas variáveis:
  - Podemos assistir a um ganho pouco acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Mantendo-se as mesmas considerações para o efeito na globalidade.

Entramos no último lote de cenários, que nos propusemos a analisar, de modo a aferir as diferentes evoluções resultantes de diferentes combinações, dos valores das variáveis e, consequentemente, dos factores. Assim, o cenário 5 contempla as situações onde se confrontarão taxas evolutivas heterogéneas, variando entre as oscilações positivas e negativas, das variáveis dos restantes destinos, com variações "típicas", crescentes constantes e heterogéneas, das variáveis de um determinado destino. Comecemos por analisar as relações que se estabelecem no cenário C5.1, onde os restantes destinos apresentam taxas de variação positivas e negativas, das suas variáveis, com um destino que apresenta uma evolução "típica". Para o efeito, recorreremos aos dados do cenário C1.1, para o destino "C" e, para os restantes destinos, a uns dados originalmente construídos para este efeito, apresentados na secção 13 do anexo 1 (vol. II), de onde retirámos os dados para esta análise. Manteremos a situação de investimento nas variáveis "críticas", por parte dos restantes destinos.

**Quadro 6.44** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"típica" (cenário C5.1)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,21% | 0% | 12% | 0,009 | 5 |
| 6,57% | 0% | 12% | 0,010 | 5 |
| 7,12% | 0% | 12% | 0,012 | 5 |
| 8,47% | 3% | 12,6% | 0,016 | 5 |
| 10,32% | 3,6% | 13,5% | 0,020 | 5 |
| 12,39% | 6,3% | 15% | 0,025 | 5 |
| 14,94% | 8,4% | 42% | 0,037 | 5 |
| 18,60% | 9,3% | 60% | 0,063 | 4 |
| 23,76% | 9,9% | 105% | 0,134 | 4 |
| 25,10% | 6% | 108% | 0,249 | 3 |
| 26,32% | 5,4% | 110% | 0,428 | 2 |
| 27,52% | 4,8% | 90% | 0,649 | 2 |
| 28,86% | 1,8% | 40% | 0,799 | 2 |
| 29,61% | 1,8% | 20% | 0,878 | 2 |
| 30,23% | 1,8% | 6% | 0,888 | 2 |
| 31,11% | 1,6% | 6% | 0,917 | 2 |
| 31,00% | -2,4% | -10% | 0,885 | 2 |
| 31,32% | 4,8% | 18% | 0,887 | 2 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

O destino "C" consegue obter um peso das "condições turísticas" de 31,32%, na fase final do período em análise e, com isso, assegurar a segunda posição do seu grupo de

concorrentes, em termos de competitividade. Já em alguns dos cenários anteriores, onde este mesmo destino surgia com uma evolução "típica", acabava por alcançar a primeira posição, em termos competitivos, num determinado contexto concorrencial. Portanto, mais uma vez verificamos que uma evolução "típica" não garante o primeiro lugar em termos competitivos. Uma posição competitiva é alcançada ou sai reforçada, quando o ritmo dessa mesma evolução é forte. Neste cenário em particular, o destino "C" obtém um ganho relativo muito significativo, pois é o único destino que ganha posição competitiva, neste contexto concorrencial. Verificamos que o facto de todos os destinos investirem nas variáveis "críticas", excepto o destino "D" (por opção), não garante ganhos de posição, pois a evolução de "C", acaba por absorver os eventuais efeitos positivos dos outros.

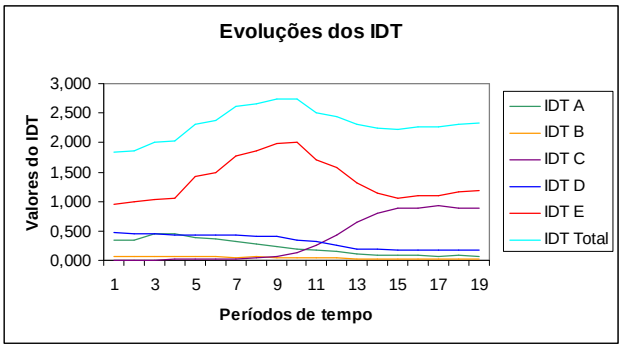
**Quadro 6.45** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,4% | 0,065 | -2,2% | 0,009 | 9,5% | 0,460 | -3,0% | 0,997 | 4,9% | 1,865 |
| 2 | 0,445 | 33,0% | 0,063 | -1,8% | 0,010 | 17,5% | 0,445 | -3,3% | 1,037 | 4,0% | 2,000 |
| 3 | 0,444 | -0,2% | 0,061 | -3,4% | 0,012 | 20,3% | 0,438 | -1,6% | 1,068 | 3,0% | 2,024 |
| 4 | 0,378 | -14,9% | 0,059 | -3,4% | 0,016 | 28,5% | 0,429 | -1,9% | 1,435 | 34,3% | 2,317 |
| 5 | 0,371 | -2,0% | 0,056 | -5,8% | 0,020 | 27,6% | 0,426 | -0,7% | 1,498 | 4,4% | 2,371 |
| 6 | 0,331 | -10,6% | 0,052 | -7,2% | 0,025 | 24,1% | 0,429 | 0,6% | 1,778 | 18,7% | 2,615 |
| 7 | 0,272 | -18,0% | 0,059 | 14,9% | 0,037 | 48,0% | 0,411 | -4,1% | 1,865 | 4,9% | 2,645 |
| 8 | 0,235 | -13,6% | 0,053 | -10,3% | 0,063 | 70,1% | 0,406 | -1,2% | 1,993 | 6,8% | 2,751 |
| 9 | 0,203 | -13,7% | 0,042 | -20,5% | 0,134 | 111,1% | 0,356 | -12,5% | 2,005 | 0,6% | 2,740 |
| 10 | 0,182 | -10,3% | 0,039 | -8,9% | 0,249 | 85,8% | 0,324 | -8,9% | 1,703 | -15,1% | 2,496 |
| 11 | 0,142 | -21,8% | 0,033 | -15,2% | 0,428 | 71,8% | 0,254 | -21,5% | 1,575 | -7,5% | 2,431 |
| 12 | 0,112 | -21,4% | 0,026 | -21,4% | 0,649 | 51,8% | 0,198 | -22,1% | 1,323 | -16,0% | 2,308 |
| 13 | 0,097 | -13,4% | 0,020 | -21,8% | 0,799 | 23,0% | 0,192 | -2,8% | 1,141 | -13,8% | 2,249 |
| 14 | 0,086 | -11,2% | 0,018 | -9,0% | 0,878 | 9,9% | 0,179 | -7,1% | 1,062 | -6,9% | 2,223 |
| 15 | 0,080 | -7,1% | 0,018 | -3,2% | 0,888 | 1,2% | 0,174 | -2,6% | 1,096 | 3,2% | 2,255 |
| 16 | 0,075 | -5,6% | 0,017 | -4,5% | 0,917 | 3,3% | 0,165 | -5,2% | 1,095 | -0,1% | 2,270 |
| 17 | 0,078 | 4,2% | 0,018 | 4,5% | 0,885 | -3,5% | 0,173 | 5,1% | 1,155 | 5,5% | 2,310 |
| 18 | 0,070 | -10,8% | 0,016 | -12,3% | 0,887 | 0,2% | 0,166 | -4,2% | 1,195 | 3,4% | 2,334 |
| | -79,2% | | -76,5% | | 10991,3% | | -65,0% | | 25,6% | | |

Fonte: Elaboração própria

Globalmente, os destinos melhoram a sua qualidade de vida e bem-estar, passando o IDT do valor de 1,835 para 2,334. O grande acréscimo que ocorre no período 9, no destino "C", deve-se, em grande parte, a duas situações: por um lado, ao continuado investimento numa variável "crítica" ("alojamentos turísticos") e, por outro lado, ao investimento exclusivo numa outra variável ("património histórico classificado"). Mais uma vez, verificamos a importância do investimento nos "factores críticos de sucesso" como forma de ganhar vantagem competitiva.

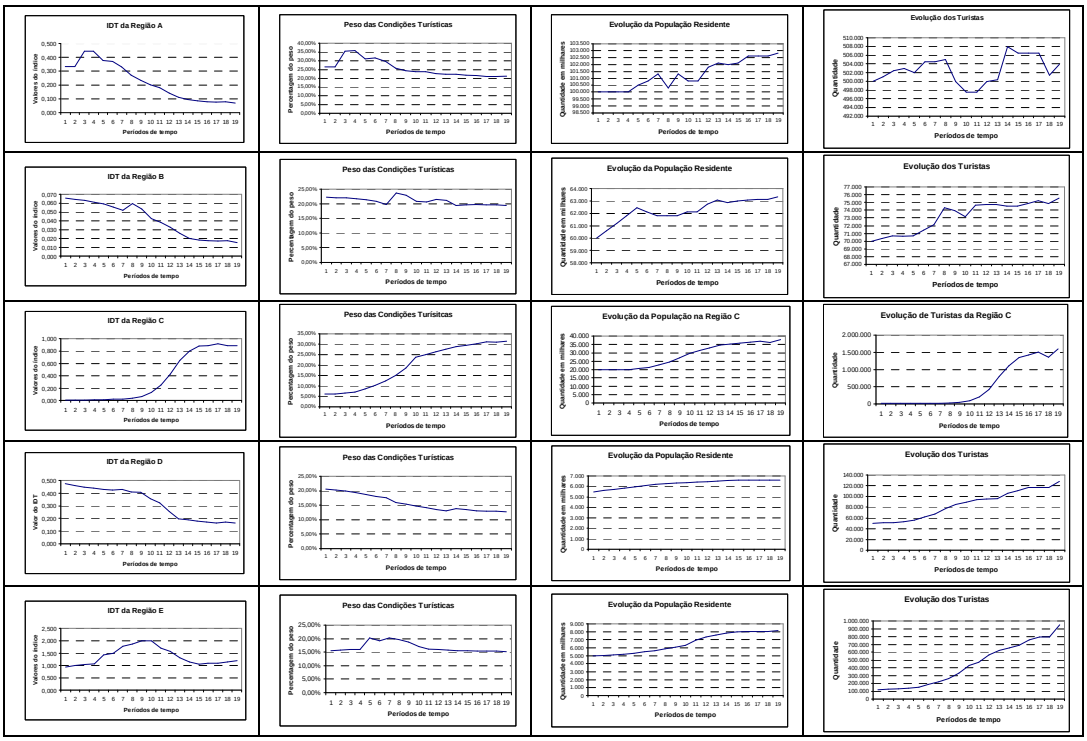
**Gráfico 6.73** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

Pensamos, que fica confirmado, o efeito em "empurrar" as descidas e subidas globais do macro-espaço, por parte do destino melhor posicionado. Pois, mais uma vez, isso acontece e é perfeitamente compreensível que assim seja. Desta vez, volta a ser o destino "E" que contribui para conter o nível de qualidade de vida e bem-estar globais. Em rigor, na parte final do processo, também o destino "C" dá o seu contributo neste efeito.

**Gráfico 6.74** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

O destino "C" apresenta uma curva "típica" começando com valores baixos do seu IDT e terminando com esses valores em níveis relativamente elevados. Os destinos "A", "B" e "D" revelam um declínio no tempo, sendo que "A", passa antes por uma fase de crescimento. Já o destino "E" apresenta ter passando por uma fase de crescimento, entrando depois em declínio e controla, posteriormente, essa queda. O destino "B" apresenta num determinado período uma fase de crescimento, que acaba por não se tornar consistente. Este caso leva-nos para uma outra questão relacionada com a análise gráfica da curva. O facto desta poder apresentar períodos de rápido crescimento deve ser analisado em termos temporais, pois, caso contrário, podemos cair em erros de *dislax*. Podemos ficar com a ideia de estarmos numa determinada fase evolutiva quando, na realidade, ainda estamos noutra, porque o ritmo de crescimento, nesse mesmo período temporal pode não ser assim tão significativo. Mais uma vez, o destino "E" entra em declínio ainda durante a fase inicial do destino "C", contribuindo dessa forma, para o reforço de posicionamento deste último. Ou seja, como também já tínhamos sugerido anteriormente, a queda de um destino pode precipitar o reforço de posição de outro. Verificamos, claramente, diferentes entradas em fase de declínio da concorrência do destino "C" o que, de alguma forma, acaba por "deixar" caminho aberto para a sua evolução positiva.

Neste caso, o IDT traduz uma evolução "típica" do destino "C", nos termos do próprio modelo TALC. Isto sugere, também, mais uma vez, que a nossa proposta é consistente com o modelo TALC. Parece-nos também evidente que a evolução do IDT depende fortemente, tal como o esperado, da posição relativa do destino e não tanto da sua posição absoluta. Isto também é visível aqui, pois enquanto o IDT do destino "B" decresce, o peso das suas "condições turísticas" sofre um ligeiro decréscimo e os outros factores apresentam um acréscimo. Portanto, fica consolidada a ideia de que, mais importante que os valores absolutos, é a posição destes em termos relativos. Caso cresçamos relativamente menos que a nossa concorrência, nada temos a ganhar.

Passemos agora para o cenário C5.2 onde confrontaremos uma evolução heterogénea com taxas positivas e negativas dos restantes destinos, com uma evolução a taxas crescentes constantes de um determinado destino. Para o efeito, recorreremos aos dados do cenário C1.2 para o destino "C", e aos dados do cenário anterior para os restantes destinos. Neste caso, não admitiremos investimento nas variáveis "críticas" no destino

"C", à semelhança de simulações anteriores, do género, contudo, nos outros destinos tal acontecerá. Os dados foram retirados dos quadros apresentados na secção 14 do anexo 1 (vol. II).

**Quadro 6.46** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C5.2)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,16% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,23% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,24% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,25% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,27% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,18% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,09% | 1% | 5% | 0,009 | 5 |
| 6,11% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,13% | 1% | 5% | 0,010 | 5 |
| 6,10% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 6,15% | 1% | 5% | 0,011 | 5 |
| 6,26% | 1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 6,27% | 1% | 5% | 0,012 | 5 |
| 6,33% | 1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 6,40% | 1% | 5% | 0,013 | 5 |
| 6,56% | 1% | 5% | 0,014 | 5 |
| 6,37% | -1% | -5% | 0,013 | 5 |
| 6,42% | 1% | 5% | 0,013 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

O ganho do destino "C" é praticamente insignificante, pois passa de 0,008 para 0,013. Este ganho não permite obter qualquer melhoria em termos de posição competitiva.

**Quadro 6.47** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

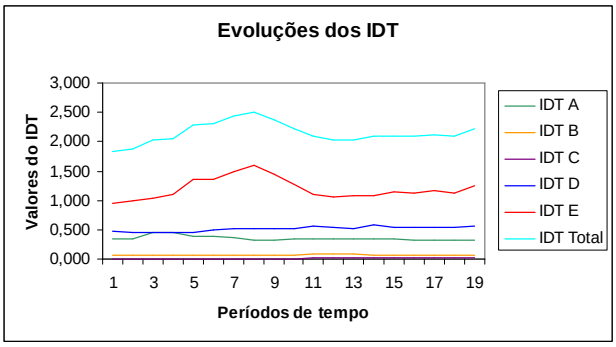
| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,3% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | 1,1% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,447 | 33,5% | 0,064 | -1,2% | 0,008 | 4,2% | 0,453 | -1,9% | 1,045 | 4,5% | 2,018 |
| 3 | 0,449 | 0,4% | 0,062 | -2,5% | 0,009 | 3,4% | 0,450 | -0,8% | 1,091 | 4,3% | 2,060 |
| 4 | 0,394 | -12,2% | 0,063 | 0,5% | 0,009 | 4,8% | 0,462 | 2,8% | 1,356 | 24,3% | 2,284 |
| 5 | 0,398 | 0,9% | 0,061 | -1,9% | 0,009 | 1,5% | 0,493 | 6,7% | 1,357 | 0,1% | 2,319 |
| 6 | 0,374 | -6,0% | 0,061 | -1,2% | 0,009 | 1,1% | 0,515 | 4,4% | 1,485 | 9,4% | 2,444 |
| 7 | 0,323 | -13,6% | 0,072 | 18,1% | 0,009 | -2,3% | 0,520 | 0,9% | 1,589 | 7,0% | 2,512 |
| 8 | 0,326 | 0,8% | 0,075 | 4,5% | 0,010 | 8,1% | 0,518 | -0,5% | 1,443 | -9,2% | 2,371 |
| 9 | 0,347 | 6,5% | 0,073 | -2,3% | 0,010 | 6,0% | 0,526 | 1,7% | 1,272 | -11,8% | 2,229 |
| 10 | 0,353 | 1,9% | 0,076 | 3,5% | 0,011 | 3,4% | 0,551 | 4,7% | 1,098 | -13,7% | 2,089 |
| 11 | 0,344 | -2,7% | 0,080 | 5,3% | 0,011 | 5,4% | 0,532 | -3,5% | 1,068 | -2,7% | 2,035 |
| 12 | 0,342 | -0,6% | 0,079 | -1,2% | 0,012 | 5,3% | 0,512 | -3,7% | 1,088 | 1,9% | 2,033 |
| 13 | 0,345 | 0,8% | 0,072 | -8,3% | 0,012 | 1,3% | 0,577 | 12,7% | 1,077 | -1,0% | 2,084 |
| 14 | 0,337 | -2,1% | 0,073 | 0,5% | 0,013 | 3,8% | 0,530 | -8,2% | 1,149 | 6,7% | 2,102 |
| 15 | 0,334 | -1,1% | 0,075 | 2,7% | 0,013 | 5,2% | 0,541 | 2,0% | 1,127 | -1,9% | 2,090 |
| 16 | 0,329 | -1,4% | 0,074 | -0,3% | 0,014 | 5,4% | 0,529 | -2,1% | 1,167 | 3,5% | 2,114 |
| 17 | 0,332 | 1,0% | 0,075 | 1,4% | 0,013 | -5,1% | 0,545 | 3,0% | 1,129 | -3,3% | 2,095 |
| 18 | 0,322 | -3,1% | 0,071 | -5,0% | 0,013 | -0,6% | 0,562 | 3,1% | 1,260 | 11,6% | 2,229 |
| | -4,2% | | 8,3% | | 65,4% | | 18,6% | | 32,4% | | |

Fonte: Elaboração própria

Neste caso, só há um destino a perder posição relativamente aos restantes, que é o destino "A", com uma desvalorização do seu IDT em -4,2%. A valorização do IDT do destino "C" em 65,4% é, como já referimos, manifestamente insuficiente para o fazer sair da última posição competitiva, neste contexto concorrencial. Verificamos que, apesar de todos os destinos ganharem (excepto o "A"), o facto de cada um o fazer a ritmos diferentes leva a que, no final do processo, haja agravamento das assimetrias de desenvolvimento regional, em termos turísticos.

Já tínhamos referido anteriormente que, para um destino obter ganhos de posição competitiva, não basta melhorar relativamente ao seu passado, mas sim, melhorar mais do que a restante concorrência. A nossa proposta de indicador de desenvolvimento sublinha esta situação.

**Gráfico 6.75** – Evolução dos IDT dos Destinos



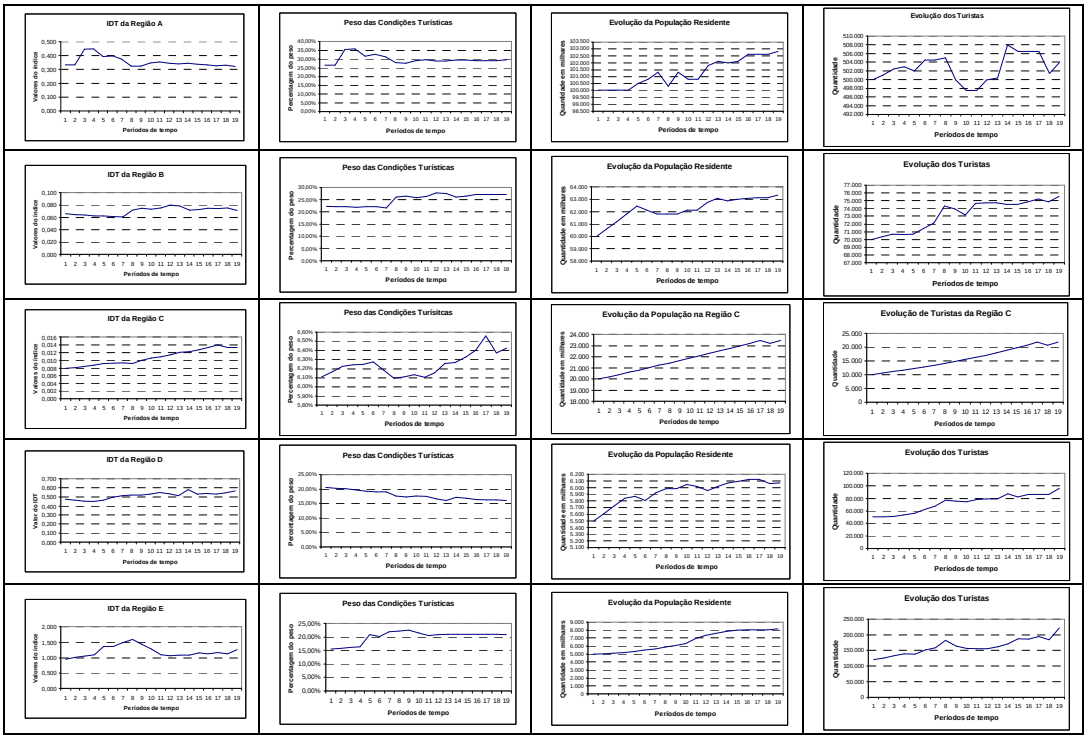

Fonte: Elaboração própria

Globalmente, o IDT total passa de 1,835 para 2,229, melhorando em cerca de 21,5%. Desta vez, essa melhoria resulta do esforço de quase todos os destinos, sendo que, pela importância do próprio destino "E", é este que mais determina essa evolução. A pequena perda de posição relativa do destino "A" poderia ser corrigida e resultar num aumento para todos os destinos dos respectivos IDT através de uma simples diminuição da população, ou do reforço do aumento numa ou outra variável. Isto serve para dizer que podemos, também, estar em presença de cenários onde todos os destinos adquiram ganhos posicionais, relativos. Por outras palavras, a quantidade de "população residente" pode, e deve, fazer parte das opções das políticas de desenvolvimento dos destinos. Promover o aumento ou a redução da "população residente", com políticas de incentivo à fixação generalizada ou com políticas selectivas, para essa mesma fixação, poderá, pois, fazer parte do leque de alternativas das políticas de desenvolvimento regional.

O destino "A" apresenta um acréscimo importante no seu nível de desenvolvimento, no período 2, resultante das já mencionadas especificidades das variáveis "críticas", a qual acaba por perder essa natureza, nos períodos subsequentes, e daí o retrocesso relativo do seu IDT.

Mais uma vez, o resultado aqui obtido sugere que o destino "C" não tenha saído da Fase de Exploração, apesar de revelar um ligeiro crescimento do seu IDT, bem visível em termos gráficos.

**Gráfico 6.76** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Se em relação aos destinos “B” e “C” parece não haver grandes dúvidas quanto à fase em que se encontram, quer no início, quer no final dos períodos analisados, pelos reduzidos valores dos seus IDT (Fase de Exploração), já em relação aos destinos “A”, “D” e “E”, como apresentam valores de IDT significativamente maiores, ficamos sem saber, em rigor, em que fase se poderão encontrar no início do processo e, assim, avaliarmos a sua evolução. Pois, sendo certo que estagnam, não é evidente em que fase, isso acontece.

Vejamos agora para o cenário C5.3a, onde continuamos a confrontar uma evolução heterogénea com taxas positivas e negativas dos restantes destinos, mas agora, com uma evolução heterogénea, a taxas positivas de um determinado destino. Para o efeito, recorreremos aos dados do cenário C1.3a para o destino “C” e aos dados do cenário anterior para os restantes destinos. Neste caso, já voltamos a admitir investimento nas variáveis “críticas” no destino “C”, tal como nos outros destinos.

Os dados foram retirados dos quadros apresentados na secção, 15a do anexo 1 (vol. II).

**Quadro 6.48** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C5.3a)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,11% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,16% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,15% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,12% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 6,10% | 1% | 15% | 0,009 | 5 |
| 7,16% | 5% | 7% | 0,011 | 5 |
| 7,54% | 2% | 5% | 0,012 | 5 |
| 9,70% | 1,5% | 9% | 0,017 | 5 |
| 9,53% | 1% | 20% | 0,019 | 5 |
| 9,39% | 0,1% | 5% | 0,020 | 5 |
| 9,64% | 1% | 10% | 0,022 | 5 |
| 10,40% | 1,2% | 30% | 0,030 | 5 |
| 10,41% | 0,9% | 10% | 0,032 | 5 |
| 10,35% | 1% | 5% | 0,033 | 5 |
| 10,47% | 0,1% | 5% | 0,035 | 5 |
| 10,14% | -1% | -5% | 0,033 | 5 |
| 10,27% | 1% | 10% | 0,035 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

Como se verifica, a valorização do IDT do destino "C" é, mais uma vez, manifestamente insuficiente para sair da última posição competitiva, neste contexto concorrencial. Contudo, voltamos a constatar que é preferível uma estratégia de investimentos interpolados, entre taxas maiores e taxas menores, do que uma estratégia de investimento continuado a taxas moderadas, pois, enquanto o cenário anterior dava um valor do IDT para o destino "C" de 0,013, este já apresenta 0,035.

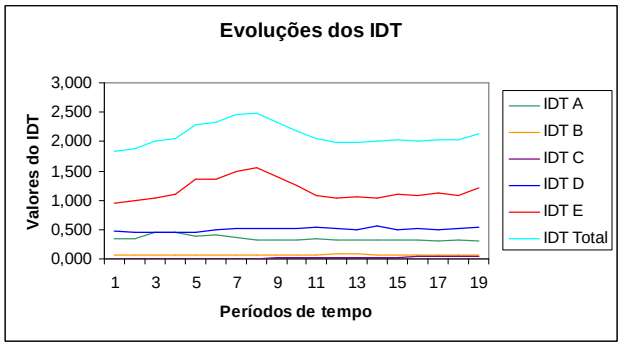
**Quadro 6.49** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | -2,6% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,447 | 33,3% | 0,064 | -1,3% | 0,008 | 2,0% | 0,453 | -1,9% | 1,044 | 4,4% | 2,015 |
| 3 | 0,449 | 0,4% | 0,062 | -2,4% | 0,008 | 0,3% | 0,450 | -0,6% | 1,091 | 4,5% | 2,060 |
| 4 | 0,394 | -12,2% | 0,063 | 0,5% | 0,008 | 4,3% | 0,463 | 3,0% | 1,355 | 24,2% | 2,283 |
| 5 | 0,401 | 1,6% | 0,062 | -1,2% | 0,008 | -0,8% | 0,498 | 7,4% | 1,366 | 0,8% | 2,335 |
| 6 | 0,376 | -6,2% | 0,061 | -1,5% | 0,009 | 11,9% | 0,519 | 4,2% | 1,492 | 9,2% | 2,456 |
| 7 | 0,322 | -14,3% | 0,072 | 17,8% | 0,011 | 14,6% | 0,525 | 1,2% | 1,560 | 4,6% | 2,489 |
| 8 | 0,323 | 0,4% | 0,075 | 4,5% | 0,012 | 12,5% | 0,524 | -0,2% | 1,405 | -10,0% | 2,339 |
| 9 | 0,334 | 3,4% | 0,071 | -5,1% | 0,017 | 40,4% | 0,510 | -2,5% | 1,245 | -11,4% | 2,178 |
| 10 | 0,341 | 2,0% | 0,073 | 3,0% | 0,019 | 16,1% | 0,534 | 4,5% | 1,075 | -13,7% | 2,042 |
| 11 | 0,334 | -2,1% | 0,077 | 4,5% | 0,020 | 3,8% | 0,522 | -2,1% | 1,040 | -3,2% | 1,993 |
| 12 | 0,331 | -1,0% | 0,076 | -1,3% | 0,022 | 11,2% | 0,500 | -4,2% | 1,056 | 1,5% | 1,985 |
| 13 | 0,327 | -1,2% | 0,069 | -8,8% | 0,030 | 33,9% | 0,551 | 10,1% | 1,031 | -2,3% | 2,008 |
| 14 | 0,320 | -2,2% | 0,069 | 0,2% | 0,032 | 7,7% | 0,504 | -8,5% | 1,101 | 6,8% | 2,026 |
| 15 | 0,316 | -1,0% | 0,071 | 2,9% | 0,033 | 3,3% | 0,514 | 2,0% | 1,080 | -1,9% | 2,015 |
| 16 | 0,312 | -1,5% | 0,071 | -0,5% | 0,035 | 4,8% | 0,502 | -2,3% | 1,117 | 3,4% | 2,036 |
| 17 | 0,315 | 1,3% | 0,072 | 1,5% | 0,033 | -5,4% | 0,518 | 3,1% | 1,084 | -2,9% | 2,022 |
| 18 | 0,305 | -3,3% | 0,068 | -5,3% | 0,035 | 4,5% | 0,532 | 2,7% | 1,206 | 11,3% | 2,146 |
| | -9,2% | | 3,1% | | 332,2% | | 12,2% | | 26,8% | | |

Fonte: Elaboração própria

O ganho do destino "C" neste cenário (332,2%) é bem maior do que no cenário anterior (65,4%). O facto do IDT total ser inferior ao do cenário anterior deve-se, em grande parte, à menor valorização do destino mais importante, o destino "E". Isto sugere que há que confrontar os objectivos de desenvolvimento globais, com os objectivos de desenvolvimento de cada destino. Vimos que quando o destino mais forte se valoriza, tendencialmente o nível global aumenta, contudo isso acaba por incrementar ainda mais as assimetrias de desenvolvimento dessa macro-região. Portanto, é de interesse que os diferentes destinos, promovam o seu desenvolvimento, em concordância com os restantes, pois caso contrário, os eventuais ganhos de um destino poderão contribuir fortemente para um agravamento do nível da qualidade de vida e bem-estar, do seu macro-espaço.

**Gráfico 6.77** – Evolução dos IDT dos Destinos

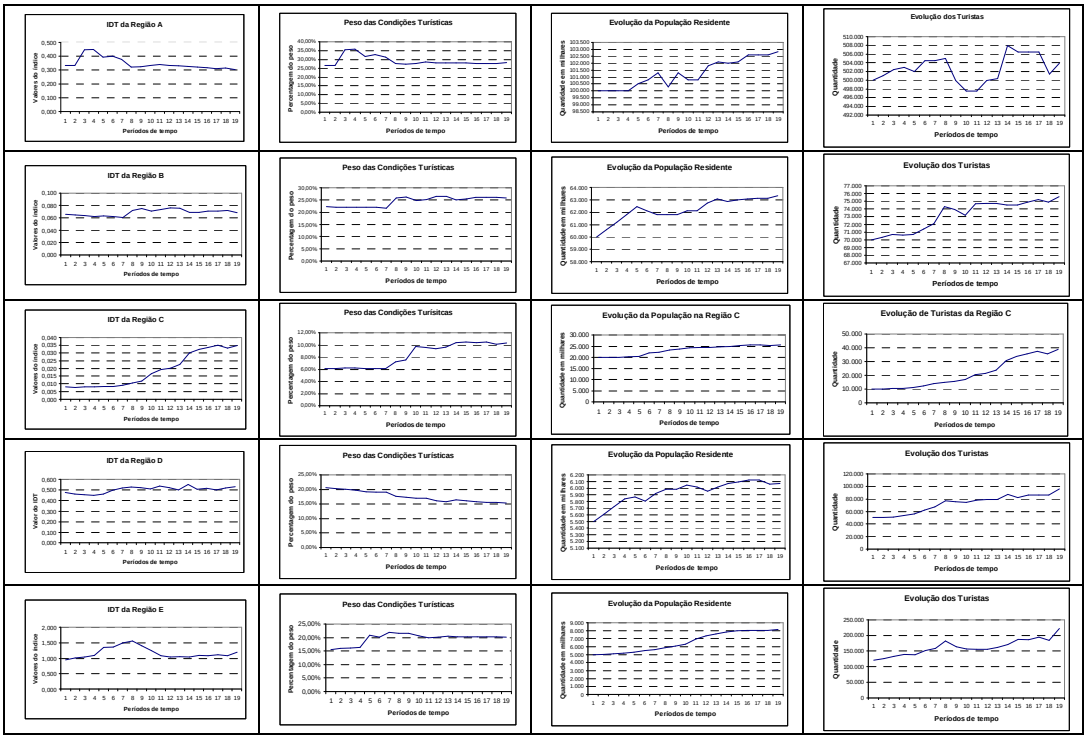



Fonte: Elaboração própria

Parece evidente que os macro-espaços turísticos, entendidos nos termos deste trabalho, estão fortemente dependentes dos destinos *líder*. Em rigor, tal acontece numa escala ainda maior, pois é reconhecida a importância dos grandes blocos de comércio internacional e, dentro destes, de algumas das suas regiões, na determinação das tendências da economia mundial.

As diferentes configurações das curvas apresentadas no gráfico seguinte revelam bem o cuidado que se deve ter aquando das diferentes apreciações entre os destinos. Verificamos, como esperado, que os factores contribuem para o posicionamento competitivo relativo de cada destino e o facto de um factor crescer muito, não garante que esse posicionamento seja alterado, pois tal é devido ao comportamento dos outros destinos.

**Gráfico 6.78** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Repetimos o que dissemos no cenário anterior, relativamente à identificação das fases iniciais dos diferentes destinos. Se para "B" e "C", volta a parecer claro que o baixo valor dos seus IDT, determina que estes não saiam da Fase de Exploração, já para os restantes destinos ficamos, novamente com a dúvida. Quanto aos restantes, nada mais

podemos por enquanto adiantar. Repare-se que o gráfico do destino "C" aparenta, também aqui, uma evolução "típica", podendo, por isso, induzir-nos em erro, pelos mesmos motivos de *dislax*, já referidos.

A nossa proposta de índice volta a revelar-se apropriada para analisar o nível de desenvolvimento turístico relativo dos destinos.

Entremos no último cenário a que nos propusemos analisar, em termos de competitividade entre os destinos. Para o cenário C5.3b, onde continuamos a confrontar uma evolução heterogénea com taxas positivas e negativas dos restantes destinos, mas agora com uma evolução heterogénea, a taxas positivas e negativas de um determinado destino. Para o efeito, recorreremos aos dados do cenário C1.3b para o destino "C" e aos dados do cenário anterior para os restantes destinos. Neste caso, também admitimos investimento nas variáveis "críticas" para todos os destinos. Para este último cenário retirámos os dados dos quadros apresentados na secção 15b do anexo 1 (vol. II).

**Quadro 6.50** – Evolução Hipotética dos Factores (Destino C) – *"atípica" (cenário C5.3b)*

| Peso das C.T. | Taxas Cresc. P.R. | Taxas Cresc. T.[a)] | IDT | Posição |
|---|---|---|---|---|
| 6,11% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,22% | 0% | 1% | 0,008 | 5 |
| 6,15% | 1% | 3% | 0,008 | 5 |
| 6,10% | 1% | 5% | 0,008 | 5 |
| 6,02% | 8% | 10% | 0,008 | 5 |
| 5,92% | 1% | 15% | 0,009 | 5 |
| 6,94% | -0,5% | -3% | 0,010 | 5 |
| 7,18% | 2% | 5% | 0,011 | 5 |
| 9,39% | 1,5% | 5% | 0,015 | 5 |
| 9,33% | 1% | 30% | 0,019 | 5 |
| 9,07% | 0,1% | 20% | 0,022 | 5 |
| 9,14% | -1% | -10% | 0,020 | 5 |
| 7,67% | 1,2% | 30% | 0,021 | 5 |
| 7,59% | 0,9% | 10% | 0,022 | 5 |
| 7,51% | 1% | 5% | 0,023 | 5 |
| 7,63% | 0,1% | 5% | 0,024 | 5 |
| 7,33% | -1% | -5% | 0,023 | 5 |
| 7,45% | 1% | 10% | 0,024 | 5 |

a) O valor de partida de 10.000 unidades de turistas, apresentado no quadro 6.1 da página 334, surge para melhor se evidenciar a evolução desta variável, sendo que, no início do processo, estaríamos na presença do turista nº 1.

Fonte: Elaboração própria

O ganho do destino "C" é novamente insuficiente para o fazer sair da última posição em que se encontra. O peso das "condições turísticas" de 7,45%, no período final, revela-se, como seria de esperar, pouco expressivo, para obter qualquer ganho importante, em termos competitivos e no contexto concorrencial analisado.

Um processo de avanços e recuos traduz-se numa evolução pouco consistente, considerando que os outros destinos seguem também, este padrão evolutivo, mas partindo de posições mais vantajosas.

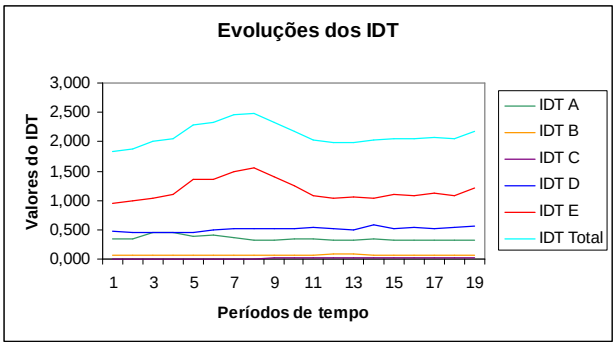
**Quadro 6.51** – Valores dos IDT dos 5 destinos considerados individualmente e na sua totalidade

| IDT | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Per. | A | Tx | B | Tx | C | Tx | D | Tx | E | Tx | Tot |
| 0 | 0,336 | | 0,066 | | 0,008 | | 0,474 | | 0,951 | | 1,835 |
| 1 | 0,335 | -0,2% | 0,065 | -2,0% | 0,008 | -2,6% | 0,462 | -2,6% | 1,000 | 5,2% | 1,870 |
| 2 | 0,447 | 33,3% | 0,064 | -1,3% | 0,008 | 2,0% | 0,453 | -1,9% | 1,044 | 4,4% | 2,015 |
| 3 | 0,449 | 0,4% | 0,062 | -2,4% | 0,008 | 0,0% | 0,450 | -0,6% | 1,091 | 4,5% | 2,060 |
| 4 | 0,394 | -12,1% | 0,063 | 0,5% | 0,008 | 3,9% | 0,463 | 3,0% | 1,356 | 24,3% | 2,285 |
| 5 | 0,401 | 1,7% | 0,062 | -1,1% | 0,008 | -1,6% | 0,498 | 7,5% | 1,368 | 0,8% | 2,337 |
| 6 | 0,376 | -6,1% | 0,061 | -1,3% | 0,009 | 10,3% | 0,519 | 4,2% | 1,494 | 9,2% | 2,460 |
| 7 | 0,321 | -14,6% | 0,072 | 17,3% | 0,010 | 9,0% | 0,523 | 0,8% | 1,556 | 4,2% | 2,482 |
| 8 | 0,323 | 0,6% | 0,075 | 4,5% | 0,011 | 10,6% | 0,522 | -0,2% | 1,407 | -9,6% | 2,338 |
| 9 | 0,335 | 3,5% | 0,071 | -5,1% | 0,015 | 37,5% | 0,509 | -2,5% | 1,247 | -11,3% | 2,177 |
| 10 | 0,340 | 1,8% | 0,073 | 2,7% | 0,019 | 27,1% | 0,531 | 4,4% | 1,073 | -14,0% | 2,037 |
| 11 | 0,333 | -2,3% | 0,076 | 4,2% | 0,022 | 16,8% | 0,519 | -2,4% | 1,036 | -3,4% | 1,986 |
| 12 | 0,331 | -0,5% | 0,076 | -0,8% | 0,020 | -8,7% | 0,499 | -3,8% | 1,059 | 2,2% | 1,985 |
| 13 | 0,336 | 1,5% | 0,071 | -6,0% | 0,021 | 4,2% | 0,575 | 15,2% | 1,034 | -2,3% | 2,037 |
| 14 | 0,329 | -2,1% | 0,071 | 0,3% | 0,022 | 6,6% | 0,527 | -8,4% | 1,105 | 6,9% | 2,055 |
| 15 | 0,326 | -1,0% | 0,073 | 2,8% | 0,023 | 2,8% | 0,538 | 2,2% | 1,085 | -1,8% | 2,045 |
| 16 | 0,321 | -1,5% | 0,073 | -0,4% | 0,024 | 5,3% | 0,526 | -2,2% | 1,122 | 3,4% | 2,067 |
| 17 | 0,325 | 1,2% | 0,074 | 1,5% | 0,023 | -6,2% | 0,542 | 3,0% | 1,089 | -3,0% | 2,052 |
| 18 | 0,314 | -3,3% | 0,070 | -5,3% | 0,024 | 4,9% | 0,558 | 2,8% | 1,212 | 11,3% | 2,177 |
| | -6,6% | | 6,2% | | 197,3% | | 17,7% | | 27,4% | | |

Fonte: Elaboração própria

O destino que mais perde volta a ser o "A", com uma ligeira quebra de -6,6% no seu índice. O destino "C", mesmo valorizando o seu IDT em 197,3%, fica ainda muito atrasado, relativamente aos restantes destinos. Globalmente, o valor de 2,177 no IDT total, apesar de superior ao do cenário anterior, apresenta-se, ainda assim, muito pouco expressivo, em relação ao início do processo. Também neste caso, os investimentos nas variáveis "críticas" acabam por ter poucas consequências positivas duradouras, uma vez que essa natureza de algumas das variáveis não se perpetua no tempo. Ou seja, assumidamente, um "factor crítico de sucesso" num determinado momento, pode deixar de o ser num período subsequente. Ter a clara noção disto, assume especial importância em termos competitivos.

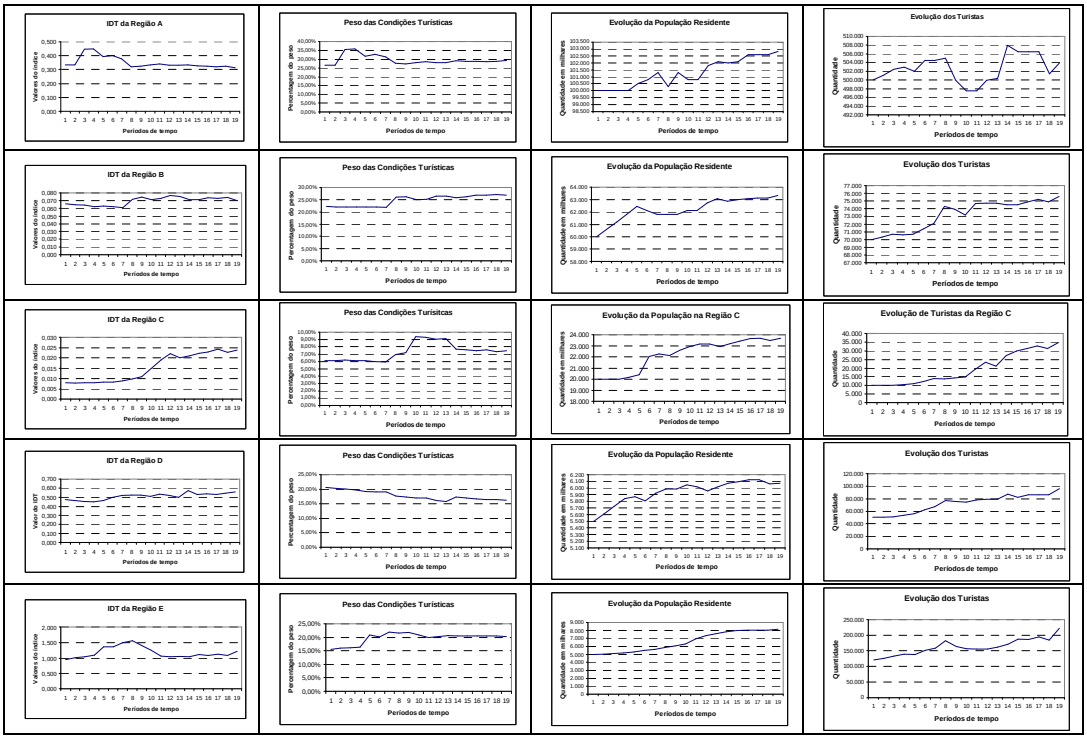
**Gráfico 6.79** – Evolução dos IDT dos Destinos




Fonte: Elaboração própria

Repare-se que quando olhamos para as evoluções dos IDT, de cada destino, de forma isolada, apercebemo-nos mais facilmente das suas tendências. Contudo, quando esse mesmo indicador é colocado numa única escala comparativa, verificamos que há uma maior dificuldade em visualizar essas mesmas tendências.

**Gráfico 6.80** – Curvas dos Factores dos diferentes Destinos




Fonte: Elaboração própria

Os destinos “B” e “C”, mais uma vez, não saem da Fase de Exploração, apesar do destino “C” apresentar novamente uma curva “típica”, sem que isso revele uma

evolução "típica". Ou seja, a curva só por si, não é suficiente para identificar as fases evolutivas de um destino. Quanto às restantes considerações já efectuadas para os cenários anteriores, também se aplicam neste caso. Ora são as questões relacionadas com o cuidado a ter na identificação das fases evolutivas, ora são as questões relacionadas com a dificuldade em associar uma fase evolutiva a um valor de IDT intermédio, sendo fácil assumir que quando um IDT se apresenta reduzido, podemos estar em presença da fase de exploração. Ainda as questões associadas a ritmos menores ou até estáveis, na evolução do IDT e sua correspondência com as fases de consolidação e estagnação, ou a associação entre evolução negativa do IDT e a fase de declínio. Todas estas questões acabam por estar reveladas também neste cenário, sendo que a nossa proposta de índice releva todas estas situações, levando a que tenhamos que encontrar uma forma de podermos utilizar o IDT como ferramenta identificativa da fase evolutiva, dentro do ciclo de vida de um destino turístico. Esta ideia sai tanto mais reforçada, quando para valores baixos de IDT, parece sugerir estar-se na Fase de Exploração e para valores altos, parece sugerir estar-se nas Fases de Consolidação e Estagnação.

Deste último lote de cenários 5, onde também entendemos que as suas premissas são mais aproximadas à realidade, pois perante destinos com crescimentos heterogéneos, positivos e negativos, podemos dizer que:

- Quando o destino considerado apresenta uma evolução "típica":
    - Podemos assistir a ganhos significativos do destino considerado e consequente perda acentuada de posição relativa dos outros destinos. Confirmamos, que existe interesse em investir nas variáveis "críticas", mas apenas nos momentos oportunos, pois, caso contrário, perder-se-á a oportunidade de obter vantagens competitivas. Globalmente, os destinos podem ficar com pior qualidade de vida e bem-estar, agravada pelo acentuar das assimetrias de desenvolvimento;
- Quando o destino considerado apresenta taxas constantes, moderadas, de investimento nas variáveis e, não havendo investimento nas suas variáveis "críticas":
    - Podemos assistir a um ganho pouco expressivo no destino considerado. Havendo algum destino que nada invista nas variáveis "críticas", as diferenciadoras perderá, seguramente, em termos competitivos.

Globalmente, os destinos ficam com melhor qualidade de vida e bem-estar do que no cenário anterior, mas, ainda assim, haverá destinos que acentuarão o seu distanciamento pela negativa, acentuando-se, portanto, o seu atraso em termos de desenvolvimento;

- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas, mas oscilantes, de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho acentuado do destino considerado, sem que haja grande alteração nos restantes destinos, relativamente ao cenário anterior. Mantendo-se as considerações anteriores para o efeito na globalidade;
- Quando o destino considerado apresenta taxas positivas e negativas (neste caso resultante de degradação, desemprego ou abandono) de investimento nas variáveis:
    - Podemos assistir a um ganho do destino considerado, sem que hajam grandes variações nos restantes destinos. Mantendo-se as mesmas considerações para o efeito na globalidade.

Em regra, todos os destinos apresentam "alguma" configuração evolutiva em termos de desenvolvimento turístico. Umas vezes, com as suas fases bem perceptíveis, outras, onde apenas se manifestam poucas fases e nem sempre, seguindo o padrão da evolução "típica". Entendemos, mais uma vez, que a nossa proposta se apresenta consistente com o modelo TALC, pois traduz sempre, alguma forma evolutiva, em termos de desenvolvimento turístico de um destino, considerando uma permanente confrontação concorrencial entre destinos. Sublinhamos ainda, que esta proposta destaca a importância de uma intervenção em termos de "*cluster*" regional, como a melhor estratégia para melhorar a qualidade de vida e bem-estar das respectivas populações.

Entendemos que estes 20 cenários traduzem as diferentes alternativas possíveis, em termos competitivos, entre as variações de um destino e as variações do bloco restante de destinos, sabendo que para cada um deles existe uma infinidade de variações, resultantes das diferentes formas como se poderia combinar cada uma das taxas de crescimento de cada uma das variáveis. Apesar de termos procurado aplicar taxas evolutivas, dentro de níveis compreensíveis, julgamos que, ainda assim, ficaram de fora situações onde se verificassem crescimentos ou decrescimentos para todos os destinos,

sendo certo que tal é conseguido, de acordo com as diferentes proporcionalidades de taxas a utilizar. Aliás, no caso particular de aumentos generalizados, já tínhamos referido, no cenário C5.2, que um decréscimo inicial na variável "população residente", permitiria esse resultado. Portanto, as diferentes evoluções e tendências evolutivas de cada destino, em termos competitivos, dependerão sempre de duas premissas:

- Posição de partida de cada destino;
- Proporções evolutivas de cada factor, relativamente aos restantes concorrentes.

Em termos gerais, verificamos e comprovamos que a nossa proposta de IDT também se apresenta ajustada às diferentes interpretações de desenvolvimento a atribuir aos destinos turísticos. Permite, ainda, destacar alguns aspectos relacionados com decisões estratégicas, como sejam a importância dos "factores críticos de sucesso" na obtenção de vantagens competitivas e com o facto de melhorias absolutas não significarem, naturalmente, melhorias em termos relativos e que devem ser estas últimas a assumir papel fundamental nas comparações inter-regionais. Por outro lado, faz sobressair a importância de se considerar qualquer um dos três factores, "condições turísticas", "população residente" e "turistas estrangeiros", como objectos de política para a competitividade internacional e consequente desenvolvimento turístico dos destinos.

De acordo com o nosso modelo, há um ponto onde todo o sistema turístico se encontra equilibrado, ou seja, onde todos os destinos possuem iguais dimensões, económica, sociocultural e ambiental. Esse ponto, ao qual chamámos de "Equilíbrio Absoluto" no sistema concorrencial analisado, é obtido quando $\sum_{i=1}^{w} IDT^{*}_{jt} = 1$, ou seja, quando a totalidade dos destinos se encontra em pleno equilíbrio nos seus níveis competitivos associados ao desenvolvimento turístico. Por outras palavras, utilizando a nossa proposta, sempre que o somatório dos IDT de todos os destinos for diferente de 1 (um), é porque há algum destino que se apresenta mais ou menos desenvolvida que os restantes. Para esta apreciação, verificámos que o efeito dos "turistas" é nulo, pois como consideramos a sua quota de mercado no modelo constatamos que, quando algum destino adquire mais quota é porque outro o perde, ou seja, em termos globais estamos sempre em presença de uma totalidade única. Isto só é válido, porque estamos a analisar o sistema em termos competitivos, pois se estivéssemos a fazê-lo em termos absolutos,

tal não era admissível. Contudo, também as "condições turísticas" apresentam uma influência semelhante enquanto que, a "população residente" têm uma influência inversa nesse posicionamento relativo.

Em resumo, o IDT permite tecer considerações sobre os "factores críticos de sucesso", permite avaliar os diferentes níveis de desenvolvimento entre os destinos, permite interpretar a evolução de um destino ao longo do seu ciclo de vida e traduz graficamente esse mesmo ciclo, mas o gráfico, só por si, não permite identificar por que fases passam os destinos turísticos ao longo do seu ciclo de vida.

Verificada a consistência do IDT relativamente ao modelo TALC, devemos analisar se o IDT reúne intrinsecamente condições para ser utilizado como um indicador, pois deve revelar resultados subjacentes às variações dos seus factores e consubstanciados nas explicações teóricas de suporte.

## 6.2 A verificação das hipóteses do modelo proposto

Verifiquemos agora a consistência específica da nossa proposta, através da análise das variações esperadas no IDT de um destino confrontada com posições predefinidas, para os outros destinos. Nos pontos 5.5.1 e 5.5.2 apresentámos as possíveis combinações de variação dos factores e os respectivos efeitos esperados de aumento e diminuição do IDT de um destino, quando nos restantes destinos as variáveis ficam constantes. Agora, é necessário testar tais hipóteses para completarmos a análise de consistência da nossa proposta de índice.

Relembremos, mais uma vez, a nossa proposta de índice, de modo a visualizarmos o respectivo posicionamento de cada um dos seus factores:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} \left( \frac{D_{ijt}}{D_{iTt}} \right) \times \left( \frac{P_{jt}}{P_{Tt}} \right)^{-1} \times \left( \frac{T_{jt}}{T_{Tt}} \right) \qquad (8)$$

Ou,

$$IDT^{*}_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} D^{*}_{ijt} \times P^{*}_{jt} \times T^{*}_{jt} \qquad (9)$$

Onde:

- $D^{*}_{ijt} = \frac{D_{ijt}}{D_{iTt}}$ , com $0 \leq \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} D^{*}_{ijt} \leq 1$
- $P^{*}_{jt} = \frac{P_{Tt}}{P_{jt}}$ , com $P^{*}_{jt} > 1$
- $T^{*}_{jt} = \frac{T_{jt}}{T_{Tt}}$ , com $0 < T^{*}_{jt} < 1$

Consequentemente, teremos:

$$IDT^{*}_{jt} \geq 0$$

Para esta análise recorreremos aos dados que resultam de uma situação onde todos os destinos partem em igualdade de circunstâncias, ou seja, para facilitar a visualização dos respectivos efeitos, admitimos que todos os destinos possuem iguais valores para todas as variáveis. Por outras palavras, em termos competitivos, nenhum destino possui vantagem relativamente aos restantes. Assim, consideraremos como situação de partida o cenário, não realista, apresentado no quadro do anexo 2 (vol. II).

Iremos apenas introduzir alterações no cenário de partida, no destino "A", em períodos específicos, sem que façamos a análise de toda a evolução dos 18 períodos, tal como efectuado nos testes anteriores. Isto porque, para o efeito, basta-nos apreciar a variação ocorrida no IDT, de um destino, entre dois momentos consecutivos.

Da situação de partida, resulta que, todos os destinos possuem igual valor para os seus IDT. Assim, os respectivos IDT possuem o valor 0,200.

Vejamos as diferentes hipóteses, onde se espera haver um efeito de aumento do valor do IDT, de um destino:

j) Aumento simultâneo do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, do valor de $P^*_{jt}$ e do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \Delta P^*_{jt} \wedge \Delta T^*_{jt}$ (i)

Como admitimos que todas as variáveis possuem igual importância, torna-se indiferente a escolha da variável para submeter aos aumentos. Assim, no que respeita ao factor "condições turísticas", consideraremos sempre aumentos na variável "alojamentos turísticos". Para esta primeira análise, admitimos um aumento de 10% nas variáveis "alojamentos turísticos" e "turistas" e uma redução em igual percentagem na "população residente", do destino "A".

**Quadro 6.52** – Posicionamento do IDT dos Destinos

| Nº | Destino | IDT(1) | IDT (0) |
|---|---|---|---|
| 1 | A | 0,237 | 0,200 |
| 2 | B | 0,192 | 0,200 |
| 3 | C | 0,192 | 0,200 |
| 4 | D | 0,192 | 0,200 |
| 5 | E | 0,192 | 0,200 |
| | Total | 1,004 | 1,000 |

Fonte: Elaboração própria

Confirmamos, que o IDT do destino "A" aumenta, tal como o esperado, passando de 0,200 para 0,237. Como estamos num contexto concorrencial, esse aumento está suportado, na própria diminuição do IDT dos restantes destinos, aliás, este será sempre um dos efeitos.

k) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, ou do valor de $P^*_{jt}$ ou ainda do valor de $T^*_{jt}$, sem que os outros se alterem

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \vee \Delta P^*_{jt} \vee \Delta T^*_{jt}$ (ii)

Agora, aplicaremos a mesma variação percentual, mas isoladamente. Um aumento de 10% na variável "alojamentos turísticos", resulta no aumento do IDT para 0,201, um aumento de 10% nos "turistas", resulta no aumento do IDT para 0,216 e uma redução de 10% na "população residente" leva o IDT para 0,218. Em qualquer dos casos, o IDT aumenta, sendo que verificamos que o maior efeito é provocado pela redução da "população residente". Confirmamos a hipótese.

l) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ e aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (iii)

Agora, vamos fixar o aumento em 10% na variável "alojamentos turísticos" e simultaneamente adicionar o efeito conjunto da multiplicação entre os factores da população residente e dos turistas. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-5%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,218.

Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-10%) e menos "turistas" (-5%) passa para 0,210. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (5%) e mais "turistas" (10%), passa para 0,209. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-5%) e não alteração dos "turistas", passa para 0,210. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração da "população residente" e mais "turistas" (5%), passa para 0,209. Confirmamos a hipótese.

m) Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $P^*_{jt}$ e aumento do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] \wedge \Delta T^*_{jt}$ (iv)

Agora, vamos fixar o aumento em 5% na variável "turistas" e, simultaneamente, adicionar o efeito conjunto da multiplicação entre os factores das condições turísticas e da população residente. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e menos "população residente" (-5%) passa para 0,218. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e de mais "população residente" (0,5%), passa para 0,209. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-5%) e menos "população residente" (-5%) passa para 0,216. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-5%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,217. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração da "população residente" e mais "alojamentos turísticos" (5%), passa para 0,209. Confirmamos a hipótese.

n) Aumento do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e aumento do valor de $P^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] \wedge \Delta P^*_{jt}$ (v)

Agora, vamos fixar a diminuição em -5% na variável "população residente" e, simultaneamente, adicionar o efeito conjunto da multiplicação entre os factores das

condições turísticas e dos turistas. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,218. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e de menos "turistas" (-0,5%), passa para 0,209. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-5%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,216. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (5%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,217. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração dos "turistas" e mais "alojamentos turísticos" (5%), passa para 0,209. Confirmamos a hipótese.

o) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, superior à diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\Delta\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} > \nabla\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (vi)

Agora, vamos fixar o aumento em 15% na variável "alojamentos turísticos" e garantir que seja superior ao efeito conjunto da multiplicação entre os factores da população residente e dos turistas. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (0,5%) e menos "turistas" (-0,5%), passa para 0,201. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (0,5%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,209. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-0,5%) e mais "turistas" (-1%), passa para 0,201. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-0,5%) e não alteração da "população residente", passa para 0,201. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração dos "turistas" e mais "população residente" (1%), passa para 0,201. Confirmamos a hipótese.

p) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, inferior ao aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} < \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (vii)

Agora, vamos fixar uma diminuição em -5% na variável "alojamentos turísticos" e garantir que seja inferior ao efeito conjunto da multiplicação entre os factores da população residente e dos turistas. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-2%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,201. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-2%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,211. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (0,5%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,206. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (5%) e não alteração da "população residente", passa para 0,207. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração dos "turistas" e menos "população residente" (-2%), passa para 0,203. Confirmamos a hipótese.

q) Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $P^*_{jt,}$ superior à diminuição do valor de $T^*_{jt}$

   - $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] > \nabla T^*_{jt}$ (viii)

Agora, vamos fixar uma diminuição em -1% na variável "turistas" e garantir que seja inferior ao efeito conjunto da multiplicação entre os factores das condições turísticas e da população residente. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e de menos "população residente" (-1%), passa para 0,201. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (0,5%) e mais "alojamentos turísticos" (25%), passa para 0,201. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-2%) e menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,201. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-2%) e não alteração das "condições turísticas", passa para 0,202. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração da "população residente" e mais "alojamentos turísticos" (20%), passa para 0,201. Confirmamos a hipótese.

r) Aumento do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $T^*_{jt,}$ superior à diminuição do valor de $P^*_{jt}$

- $\Delta\left[\sum_{i=1}^{n} D^{*}_{ijt} \times T^{*}_{jt}\right] > \nabla P^{*}_{jt}$ (ix)

Agora, vamos fixar um aumento em 0,5% na variável "população residente" e garantir que seja inferior ao efeito conjunto da multiplicação entre os factores das condições turísticas e dos turistas. Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (10%) e de mais "turistas" (5%), passa para 0,209. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (25%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,201. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-5%) e mais "turistas" (5%), passa para 0,206. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (2%) e não alteração das "condições turísticas", passa para 0,202. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração dos "turistas" e mais "alojamentos turísticos" (10%), passa para 0,201. Confirmamos a hipótese.

Desta forma, confirmamos todas as hipóteses levantadas quanto ao aumento do IDT, perante as combinações possíveis para o efeito, entre os três factores do nosso modelo. Passemos agora para as hipóteses, onde é expectável a diminuição do IDT.

Este outro lote de hipóteses, também se reporta a um destino, que naturalmente está condicionado, por força dos nossos pressupostos do modelo, ao comportamento dos outros destinos. A situação de partida é a mesma que considerámos anteriormente, ou seja, cada destino possui um valor do seu IDT igual a 0,200. Também neste caso as diminuições do $IDT^{*}_{jt}$, podem resultar como consequência de nove combinações de variação entre os três factores considerados:

j) Diminuição simultânea do valor do somatório de $D^{*}_{ijt}$, do valor de $P^{*}_{jt}$ e do valor de $T^{*}_{jt}$

- $\nabla\sum_{i=1}^{n} D^{*}_{ijt} \wedge \nabla P^{*}_{jt} \wedge \nabla T^{*}_{jt}$ (x)

Vamos aplicar uma variação percentual de -5%, a ocorrer em simultâneo nos três factores. Continuamos a considerar, para testar a variação no factor "condições turísticas", apenas uma variação na variável "alojamentos turísticos". Por outro lado,

para garantirmos a diminuição no factor "população residente", teremos que proceder da mesma forma que anteriormente, ou seja, há que aumentar a variável "população residente", dado estar relacionada inversamente com o resto das "populações residentes" dos outros destinos. Ou seja, sempre que falarmos num aumento ou diminuição do factor "população residente" estaremos a falar do inverso na variável "população residente". Assim, perante uma diminuição de -5% nas variáveis "alojamentos turísticos" e "turistas" e um aumento em igual percentagem na variável "população residente", verificamos que o IDT do destino "A", diminui de 0,200 para 0,184. Confirmamos a hipótese.

k) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$, ou do valor de $P^*_{jt}$ ou ainda do valor de $T^*_{jt}$, sem que os outros se alterem

   - $\nabla \sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \vee \nabla P^*_{jt} \vee \nabla T^*_{jt}$ (xi)

Agora vamos aplicar igual variação àquela aplicada na hipótese anterior, mas de forma isolada e não simultânea, ou seja, testaremos o IDT para cada variação considerada isoladamente. Assim, quando há uma diminuição de -5% nos "alojamentos turísticos", o IDT do destino "A", passa para 0,199. Se for na "população residente" que se verifique um aumento de 5%, então o valor do IDT passa para 0,192. Finalmente, se a diminuição de -5% se verificar nos "turistas", teremos um IDT com 0,192. Confirmamos a hipótese.

l) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ e diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

   - $\nabla \sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \wedge \nabla \left[ P^*_{jt} \times T^*_{jt} \right]$ (xii)

Neste caso, teremos uma diminuição na variável "alojamentos turísticos" e o produto das variações entre a "população residente" e os "turistas", deve resultar também numa diminuição. Fixemos uma variação de -5% para os "alojamentos turísticos". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e de menos "turistas" (-2%), passa para 0,195. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (2%) e mais "turistas" (1%), passa para 0,198. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população

residente" (-0,5%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,198. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-1%) e não alteração das "população residente", passa para 0,198. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de não alteração dos "turistas" e mais "população residente" (1%), passa para 0,198. Confirmamos a hipótese.

m) Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $P^*_{jt}$ e diminuição do valor de $T^*_{jt}$

   - $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] \wedge \nabla T^*_{jt}$ (xiii)

Agora, teremos uma diminuição na variável "turistas" e o produto das variações entre as "condições turísticas" e a "população residente" deve resultar também numa diminuição. Fixemos uma variação de -1% para os "turistas". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e de menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,196. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-0,5%) e menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,198. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e mais "alojamentos turísticos" (5%), passa para 0,198. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,197. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-5%) e de não alteração da "população residente", passa para 0,198. Confirmamos a hipótese.

n) Diminuição do valor resultante da multiplicação entre o somatório de $D^*_{ijt}$ com o do valor de $T^*_{jt}$ e diminuição do valor de $P^*_{jt}$

   - $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times T^*_{jt}\right] \wedge \nabla P^*_{jt}$ (xiv)

Agora, teremos um aumento na variável "população residente" e o produto das variações entre as "condições turísticas" e a "população residente" deve resultar numa diminuição. Fixemos uma variação de 1% para a "população residente". Primeiro,

verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-1%) e de menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,196. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-20%) e mais "turistas" (1%), passa para 0,197. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (5%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,198. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-1%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,197. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-5%) e de não alteração dos "turistas", passa para 0,198. Confirmamos a hipótese.

o) Diminuição do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ superior ao aumento do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\nabla \sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} > \Delta\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (xv)

Agora, teremos uma diminuição na variável "alojamentos turísticos" que se deve apresentar superior ao aumento do produto das variações entre a "população residente" e os "turistas". Fixemos uma variação de -20% para os "alojamentos". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (1%) e de menos "população residente" (-0,5%), passa para 0,199. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-2%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,199. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e mais "turistas" (2%), passa para 0,199. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (1%) e não alteração da "população residente", passa para 0,199. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-1%) e de não alteração dos "turistas", passa para 0,199. Confirmamos a hipótese.

p) Aumento do valor do somatório de $D^*_{ijt}$ inferior à diminuição do valor da multiplicação de $P^*_{jt}$ com $T^*_{jt}$

- $\Delta \sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} < \nabla\left[P^*_{jt} \times T^*_{jt}\right]$ (xvi)

Agora, teremos um aumento na variável "alojamentos turísticos" que se deve apresentar inferior à diminuição do produto das variações entre a "população residente" e os "turistas". Fixemos uma variação de 5% para os "alojamentos". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "turistas" (1%) e de mais "população residente" (2%), passa para 0,199. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (2%) e menos "turistas" (-1%), passa para 0,196. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "população residente" (-1%) e menos "turistas" (-2%), passa para 0,199. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-1%) e não alteração da "população residente", passa para 0,199. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e de não alteração dos "turistas", passa para 0,199. Confirmamos a hipótese.

q) Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $P^*_{jt,}$ superior ao aumento do valor de $T^*_{jt}$

   - $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^*_{ijt} \times P^*_{jt}\right] > \Delta T^*_{jt}$ (xvii)

Agora, teremos um aumento na variável "turistas" que deve ser inferior ao produto das variações entre as "condições turísticas" e a "população residente", o qual deve resultar numa diminuição. Fixemos uma variação de 1% para os "turistas". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (1%) e de menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,199. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-25%) e menos "população residente" (-1%), passa para 0,199. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (5%) e mais "população residente" (2%), passa para 0,199. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "população residente" (2%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,198. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-15%) e de não alteração da "população residente", passa para 0,199. Confirmamos a hipótese.

r) Diminuição do valor resultante da multiplicação do somatório de $D^*_{ijt}$ com o valor de $T^*_{jt,}$ superior ao aumento do valor de $P^*_{jt}$

- $\nabla\left[\sum_{i=1}^{n} D^{*}_{ijt} \times T^{*}_{jt}\right] > \Delta P^{*}_{jt}$ (xviii)

Agora, teremos uma diminuição na variável "população residente" que deve ser inferior ao produto das variações entre as "condições turísticas" e os "turistas", o qual deve resultar numa diminuição. Fixemos uma variação de -1% para a "população residente". Primeiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-5%) e de menos "alojamentos turísticos" (-5%), passa para 0,193. Segundo, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-25%) e mais "turistas" (1%), passa para 0,199. Em terceiro, verificamos que o IDT, perante uma relação de mais "alojamentos turísticos" (5%) e menos "turistas" (-2%), passa para 0,199. Em quarto, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "turistas" (-2%) e não alteração dos "alojamentos turísticos", passa para 0,198. Em quinto e último, verificamos que o IDT, perante uma relação de menos "alojamentos turísticos" (-15%) e de não alteração dos "turistas", passa para 0,199. Confirmamos a hipótese.

Após todos estes testes, confirmamos que a nossa proposta de IDT se apresenta consistente com o modelo TALC, em termos genéricos, pois traduz uma evolução dos destinos, no tempo, comparativamente uns com os outros, e permite ainda interpretações adicionais sobre aspectos relacionados com as estratégias de investimento a seguir e com os níveis de desenvolvimento apresentados. A confirmação das hipóteses, agora apresentados neste ponto 6.2, dá ao modelo a consistência própria, que necessita para poder ser utilizado, pois comporta-se como seria esperado e desejado, de forma a poder traduzir as evoluções que possam ocorrer nos factores dos próprios destinos.

Para nós, fica claro que os níveis de desenvolvimento devem sempre ser analisados em termos comparativos. O tradicional recurso a variáveis isoladas e a sua apreciação no tempo, de um determinado destino, como forma de analisar níveis de desenvolvimento, não traduz, em pleno, as inter-relações que se estabelecem entre os destinos. Um destino, só possui um determinado nível dessa variável, porque há outros que contribuem para esse mesmo valor. Consequentemente, o nível de desenvolvimento de um destino, traduzido em termos de ciclo de vida, está dependente do contexto concorrencial em que se encontra.

Para podermos garantir o IDT como uma ferramenta de gestão estratégica, em termos de contribuir para a identificação da fase de desenvolvimento em que se encontra determinado destino, num determinado contexto concorrencial, necessitamos de encontrar uma forma que permita associar os valores do IDT às diferentes fases do ciclo de vida.

## 6.3 Os valores do IDT para cada fase do Ciclo de Vida de um destino

Depois de verificada a consistência da nossa proposta com o modelo TALC (ponto 6.1) e a própria consistência do IDT, onde as consequências das variações dos factores são as esperadas (ponto 6.2), estão reunidas condições para encontrarmos uma forma de utilizarmos os valores do IDT como identificação das diferentes Fases do Ciclo de Vida de um Destino Turístico. Das diferentes análises efectuadas no ponto 6.1 e em contexto concorrencial, sobressaem três questões: "para valores baixos de IDT, parece sugerir estar-se na Fase de Exploração e para valores altos, parece sugerir estar-se nas Fases de Consolidação e Estagnação", "para valores intermédios de IDT subsiste a dúvida de posicionamento para as Fases de Envolvimento e Desenvolvimento" e "quais os limites de IDT que determinam sair de uma fase e entrar noutra". Por outro lado, parece ter ficado claro que podemos, em termos gerais, associar à fase de exploração um crescimento muito moderado, à fase de envolvimento um crescimento moderado, à fase de desenvolvimento um crescimento forte, à fase de consolidação um crescimento moderado ou muito moderado, à fase de estagnação um crescimento muito moderado ou nulo e à fase de declínio um decrescimento. Contudo, do estudo, sobressai que podemos ter uma sequência de fases sem que estas estejam claramente identificadas com ritmos de crescimento diferenciados (podendo isso acontecer mais nas zonas fronteiriças às diferentes fases do ciclo de vida). Por outro lado, sugere-se ainda que, o IDT indica o nível de desenvolvimento de um destino turístico, mas, para apurar com mais rigor a fase do ciclo de vida, teremos que analisar a sua evolução, isto porque, podemos ter tendências crescentes ou decrescentes, independentemente dos valores apresentados.

Os diferentes trabalhos realizados sobre o ciclo de vida, não têm tido esta preocupação de identificação das diferentes fases (excepção feita aos já referidos na introdução deste trabalho). Entendemos que o artigo original de Butler (1980), que tem dado origem a um conjunto significativo de abordagens, não foi, ainda, inteiramente entendido pelos diferentes autores, particularmente sobre dois aspectos referidos no texto e que, quanto a nós, determinam toda a compreensão do modelo proposto. Na página 10 do artigo de Butler (1980), o autor refere que "*(…) resident reaction to tourists (…). It is a more complex function, related to the characteristics of both visitors and visited, and the specific arrangements of the area involved*.", sublinhando a importância de se *considerar os três factores* que utilizamos na nossa proposta, e ainda um outro aspecto

que nos parece relevante para a compreensão do modelo: *a configuração "típica" da curva* (Butler, 1980, p.7). Acreditamos que não foi por "mero acaso" que o Professor Butler apresentou a configuração, semelhante à do ciclo de vida de um simples produto, aliás os trabalhos subsequentes, têm sempre apresentado essa mesma configuração, tirando um ou outro caso, onde tal não acontece (Buhalis, 2000). Nestes casos, julgamos que não foi entendido que a configuração da curva não é despiciente, pois ela acaba por determinar as próprias fases de desenvolvimento do destino turístico. O facto de estar na fase de exploração pode ter a mesma configuração do estar na fase de envolvimento. Se a maioria dos autores também considera essa configuração "típica", então é porque ela é aceite para retratar a descrição evolutiva de um destino turístico.

Perante isto, e para completarmos o nosso raciocínio, falta-nos utilizar a configuração da curva "típica" proposta por Butler (1980), como matriz. Isto é, julgamos ser consensual que haverá fases de desenvolvimento, ao longo da curva do ciclo de vida, que apresentarão inclinações iguais e outras diferentes umas das outras, sendo que, para cada fase, estaremos em pontos diferentes da curva evolutiva. Para podermos tecer considerações sobre estes aspectos, vamos analisar os resultados obtidos com a nossa análise, apresentada no ponto 6.1.

Da nossa proposta podemos extrair os dados do quadro seguinte, que sintetizam os 20 cenários estudados.

**Quadro 6.53** – Síntese dos 20 Cenários *(anteriores)*

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C1.1<br>Destino C – "Típica"<br>Outras - Fixas | Decrescente | 0,336 | 0,068 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,013 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 1,918 | Fases de Crescimento |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,096 | Declínio |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,193 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C1.2<br>Destino C – Cr. Moderado<br>Outras - Fixas | Decrescente | 0,336 | 0,322 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,062 | Declínio |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,025 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,443 | Declínio |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,904 | Declínio |

**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários *(cont.)*

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C1.3a<br>Destino C – Oscilação (+)<br>Outras - Fixas | Decrescente | 0,336 | 0,298 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,061 | Declínio |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,089 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,406 | Declínio |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,883 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C1.3b<br>Destino C – Oscil. (+) e (-)<br>Outras - Fixas | Decrescente | 0,336 | 0,319 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,061 | Declínio |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,071 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,441 | Declínio |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,895 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C2.1<br>Destino C – "Típica"<br>Outras – "Típica" | Sinusoidal | 0,336 | 0,086 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,045 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,740 | Fases de Crescimento |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,049 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,451 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C2.2<br>Destino C – Cr. Moderado<br>Outras – "Típica" | Sinusoidal | 0,336 | 0,181 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,096 | Exploração |
| C | | Decrescente | 0,008 | 0,006 | Declínio |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,101 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 3,086 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C2.3a<br>Destino C – Oscilação (+)<br>Outras – "Típica" | Sinusoidal | 0,336 | 0,174 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,093 | Exploração |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,014 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,099 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 2,998 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C2.3b<br>Destino C – Oscil. (+) e (-)<br>Outras – "Típica" | Sinusoidal | 0,336 | 0,179 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,095 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,010 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,101 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 3,000 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C3.1<br>Destino C – "Típica"<br>Outras – Cr. Moderado | Decrescente | 0,336 | 0,071 | Declínio |
| B | | Sinusoidal | 0,066 | 0,062 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 1,434 | Fases de Crescimento |
| D | | Sinusoidal | 0,474 | 0,429 | Fases de Crescimento |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,160 | Declínio |

**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários *(cont.)*

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C3.2<br>Destino C – Cr. Moderado<br>Outras – Cr. Moderado | Decrescente | 0,336 | 0,210 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,181 | Exploração |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,011 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 1,237 | Fases de Crescimento |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,439 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C3.3a<br>Destino C – Oscilação (+)<br>Outras – Cr. Moderado | Decrescente | 0,336 | 0,194 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,180 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,050 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 1,204 | Fases de Crescimento |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,437 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C3.3b<br>Destino C – Oscil. (+) e (-)<br>Outras – Cr. Moderado | Decrescente | 0,336 | 0,209 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,180 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,039 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 1,292 | Fases de Crescimento |
| E | | Decrescente | 0,951 | 0,438 | Declínio |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C4.1<br>Destino C – "Típica"<br>Outras – Oscilante (+) | Sinusoidal | 0,336 | 0,076 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,016 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,847 | Fases de Crescimento |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,169 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,113 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C4.2<br>Destino C – Cr. Moderado<br>Outras – Oscilante (+) | Sinusoidal | 0,336 | 0,185 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,040 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,007 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,391 | Declínio |
| E | | Crescente | 0,951 | 2,703 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C4.3a<br>Destino C – Oscilação (+)<br>Outras – Oscilante (+) | Sinusoidal | 0,336 | 0,178 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,038 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,017 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,381 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 2,622 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C4.3b<br>Destino C – Oscil. (+) e (-)<br>Outras – Oscilante (+) | Sinusoidal | 0,336 | 0,181 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,039 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,012 | Exploração |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,391 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 2,625 | Fases de Crescimento |

**Quadro 6.53** - Síntese dos 20 Cenários (cont.)

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C5.1<br>Destino C – "Típica"<br>Outras – Oscilante (+) e (-) | Sinusoidal | 0,336 | 0,070 | Declínio |
| B | | Decrescente | 0,066 | 0,016 | Declínio |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,887 | Fases de Crescimento |
| D | | Decrescente | 0,474 | 0,166 | Declínio |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,195 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C5.2<br>Destino C – Cr. Moderado<br>Outras – Oscilante (+) e (-) | Sinusoidal | 0,336 | 0,322 | Declínio |
| B | | Crescente | 0,066 | 0,071 | Exploração |
| C | | Crescente | 0,008 | 0,013 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 0,562 | Fases de Crescimento |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,260 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C5.3a<br>Destino C – Oscilação (+)<br>Outras – Oscilante (+) e (-) | Sinusoidal | 0,336 | 0,305 | Declínio |
| B | | Sinusoidal | 0,066 | 0,068 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,035 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 0,532 | Fases de Crescimento |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,206 | Fases de Crescimento |

| Destino | Cenários | Curva | IDT Inicial | IDT Final | Fase do Ciclo de Vida que Sugere (predominante) |
|---|---|---|---|---|---|
| A | C5.3b<br>Destino C – Oscil. (+) e (-)<br>Outras – Oscilante (+) e (-) | Sinusoidal | 0,336 | 0,314 | Declínio |
| B | | Sinusoidal | 0,066 | 0,070 | Exploração |
| C | | Sinusoidal | 0,008 | 0,024 | Exploração |
| D | | Crescente | 0,474 | 0,558 | Fases de Crescimento |
| E | | Sinusoidal | 0,951 | 1,212 | Fases de Crescimento |

Fonte: Elaboração própria

Do quadro anterior podemos extrair as seguintes informações:

a) Nem todas as configurações sinusoidais traduzem uma evolução ao longo de todo o ciclo de vida (seis fases);
b) Nem todos os ciclos de vida passam por todas as seis fases do modelo TALC;
c) Os destinos que apresentam uma curva sinusoidal mais pronunciada são os que partem de valores baixos do seu IDT, os quais acabam por atingir valores relativamente elevados (acabando por ficar em primeiro ou segundo lugar em termos competitivos);
d) Os destinos que partem de situações mais favoráveis, encontram-se com níveis de desenvolvimento turístico mais elevados e, consequentemente, estarão, em termos concorrenciais, em fases mais avançadas do seu ciclo de vida;
e) Os destinos que apesar de crescerem ficam com os valores do seu IDT sempre muito reduzidos, acabam por não sair da Fase de Exploração;
f) Os decréscimos do IDT determinam a Fase de Declínio (declive negativo);

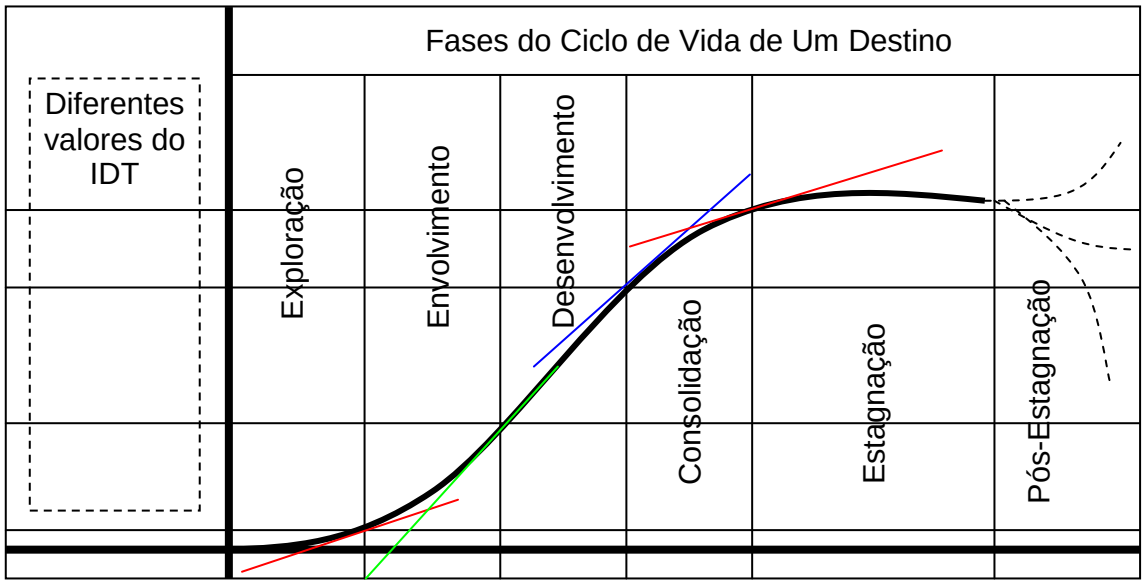
g) Os resultados apresentados sugerem que os valores baixos do IDT representam a Fase de Exploração, os valores intermédios crescentes representarão as Fases de Envolvimento e Desenvolvimento, e os valores altos representarão as Fases de Consolidação e Estagnação;
h) O que distingue as Fases de Exploração e Envolvimento, das Fases de Consolidação e Estagnação, são os valores do IDT e não os declives da curva, nessas fases, pois pode haver declives iguais para fases diferentes. Os primeiros apresentam valores baixos e os segundos valores altos, dos respectivos IDT;
i) O modelo sugere que são os destinos com melhor performance que determinam o posicionamento dos restantes (se, por um lado, em contexto concorrencial a referência é o destino líder, por outro lado, um destino ao estar integrado num determinado contexto concorrencial é porque reúne condições semelhantes aos restantes destinos, de modo a captar o mesmo mercado).

Parece-nos evidente que, para analisarmos o ciclo de vida completo, de modo a retirarmos ilações sobre a identificação das diferentes fases de desenvolvimento de um destino, teremos que recorrer às situações que sugerem essa mesma evolução. Tanto pode ser, utilizando os destinos que sem qualquer dúvida percorrem o ciclo de vida completo, apresentando-se como líder do contexto concorrencial, como pode ser utilizando os destinos que, apesar de apresentarem não terem passado pelo ciclo de vida completo, também se colocam como líderes do contexto concorrencial. As situações onde tal acontece são: destino “C” nos cenários C1.1, C3.1; destino “D” nos cenários C3.2, C3.3a e C3.3b; destino “E” nos cenários C2.1, C2.2, C2.3a, C2.3b, C4.1, C4.2, C4.3a, C4.3b, C5.1, C5.2, C5.3a e C5.3b.

Nas restantes situações os valores do IDT não percorrem todo o espectro, desde os valores baixos até valores mais altos. Uns, não saem dos valores intermédios, outros acabam por não sair dos valores baixos, outros ainda, não deixam qualquer dúvida quanto à sua Fase de Declínio.

Procuraremos utilizar a curva “típica” de Butler, que é consensualmente aceite, como matriz comparativa com as diferentes configurações indicadas. Assim, teremos como Matriz a seguinte curva:

**Figura 6.2** – As Inclinações da Recta Tangente à curva nas Fases do Ciclo de Vida de Um Destino




Fonte: Elaboração própria

Podemos verificar que cada ponto de mudança, na passagem de uma fase para outra, possui rectas tangentes com inclinações diferentes (excepto quando estamos perante as fases iniciais comparativamente com a finais). Colocaremos esta matriz por cima das curvas consideradas, de modo a conseguirmos extrair das diferentes configurações os respectivos valores dos IDT.

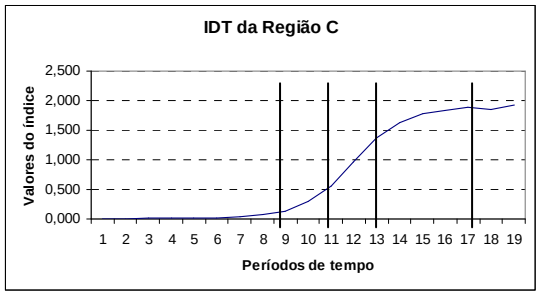
A nossa proposta sugere que, tal como existem várias curvas de ciclo de vida para o mesmo destino turístico, consoante os diferentes contextos concorrenciais, também existem vários valores do IDT, para cada fase desse ciclo de vida, de acordo com os referidos contextos concorrenciais. Entendemos que, nestes contextos concorrenciais, é o destino melhor posicionado que determina a evolução dos restantes. Ou seja, a posição de determinado destino, ou a sua fase de desenvolvimento, depende da evolução do destino mais competitivo. Isto percebe-se melhor se aceitarmos que cada destino poderá ter ritmos evolutivos diferentes dos restantes, dentro do mesmo contexto concorrencial e, também, ritmos evolutivos diferentes em contextos concorrenciais distintos.

Para comprovarmos que, para diferentes valores do IDT, temos diferentes fases do ciclo de vida, e que, à medida que o seu valor for aumentando, mais vamos avançando ao longo do ciclo de vida e, assim que o seu valor decresça entramos na fase de declínio,

temos que confrontar a configuração do ciclo de vida com os resultados entretanto apurados para os diferentes cenários.

Comecemos por analisar a curva do destino "C" no cenário C1.1:

**Gráfico 6.81** – IDT do Destino C do cenário C1.1



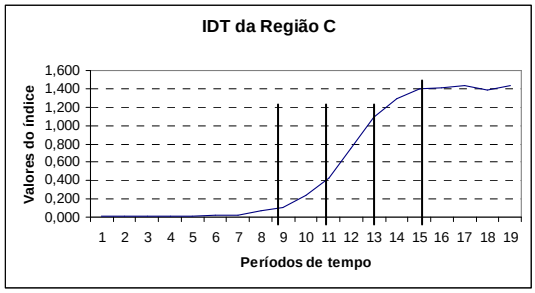

Fonte: Elaboração própria

A curva sugere que a Fase de Exploração decorre até ao momento 9, onde o IDT = 0,133, depois entra-se na Fase de Envolvimento até ao momento 11, onde o IDT = 0,560, a seguir vem a Fase de Desenvolvimento até ao momento 13, onde o IDT = 1,379, depois vem a Fase de Consolidação até ao momento 17, onde o IDT = 1,884 e, finalmente, entra-se na Fase de Estagnação[93]. Perante isto, podemos sugerir que o destino "A", apresentando um IDT = 0,336 no início do processo, estaria na Fase de Envolvimento, quando se deu o declínio. O destino "B" estaria na Fase de Exploração (IDT = 0,066), o destino "D" na Fase de Envolvimento (IDT = 0,474) e o destino "E" na Fase de Desenvolvimento (IDT = 0,951), no início dos respectivos processos[94].

Analisemos a curva do destino "C" no cenário C3.1:

[93] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.2, apresentado na página 338, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[94] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.4, apresentado na página 340, com desfasamento de uma unidade de tempo.

**Gráfico 6.82** – IDT do Destino C do cenário C3.1

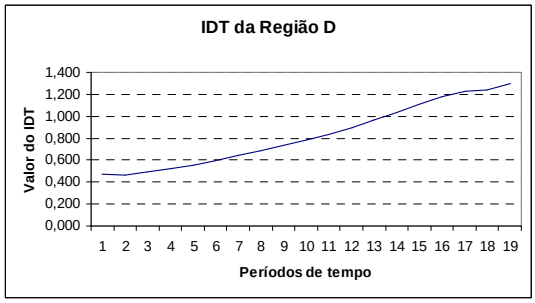



Fonte: Elaboração própria

A curva sugere que a Fase de Exploração decorre até ao momento 9, onde o IDT = 0,105, depois entra-se na Fase de Envolvimento até ao momento 11, onde o IDT = 0,430, a seguir vem a Fase de Desenvolvimento até ao momento 13, onde o IDT = 1,091, depois vem a Fase de Consolidação até ao momento 15, onde o IDT = 1,401 e, finalmente, entra-se na Fase de Estagnação[95]. Neste caso, o destino "A" começa na Fase de Envolvimento e entra em declínio, de seguida. O destino "B" não sai da Fase de Exploração ($IDT_{inicial}$ = 0,066 e $IDT_{final}$ = 0,062). O destino "D" começa na Fase de Desenvolvimento (IDT = 0,474), ainda consegue reforçar a sua posição nessa fase, mas depois entra em declínio. O destino "E" está na Fase de Desenvolvimento quando entra em declínio[96].

Passemos agora para as curvas predominantes do destino "D" no cenário C3.2:

**Gráfico 6.83** – IDT do Destino D do cenário C3.2



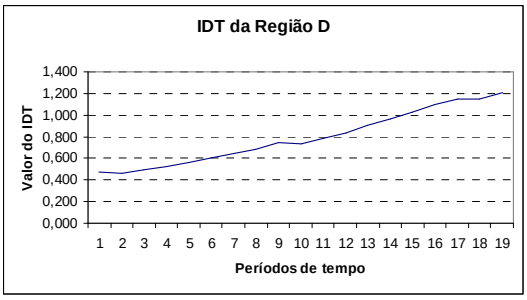

Fonte: Elaboração própria

[95] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.28, apresentado na página 386, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[96] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.29, apresentado na página 387, com desfasamento de uma unidade de tempo.

Esta curva sugere que o destino "D" ou não tenha saída da mesma fase, ou tenha mudado de fase de forma muito gradual, uma vez que apresenta uma configuração sem qualquer ponto de inflexão acentuado, e considerando os valores do IDT (entre 0,474 e 1,296), somos a sugerir que esteve sempre na Fase de Desenvolvimento, ou tenha passado da Fase de Envolvimento para a Fase de Desenvolvimento, ao longo do período analisado. Neste mesmo cenário, somos a considerar que os destinos "B" e "C" não tenham saído da Fase de Exploração, com os seus IDT a variarem entre 0,066 e 0,181 e entre 0,008 e 0,011, respectivamente, e que o destino "A" não tenha saído da Fase de Envolvimento ($0{,}210 < IDT < 0{,}336$)[97].

Analisemos a curva do destino "D" no cenário C3.3a:

**Gráfico 6.84** – IDT do Destino D do cenário C3.3a




Fonte: Elaboração própria

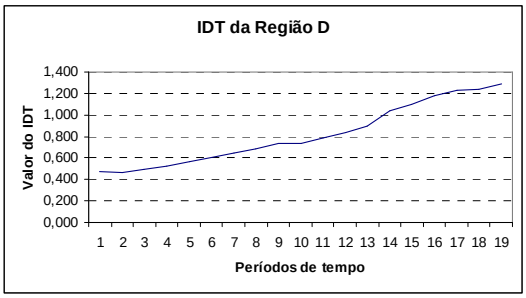
Também esta curva sugere que o destino "D" não tenha saído da mesma fase, ou tenha mudado de fase de forma pouco expressiva e, à semelhança da situação anterior, dados os valores do IDT (entre 0,474 e 1,204), sugere-se, portanto, que tenha estado sempre na Fase de Desenvolvimento, ou tenha passado da Fase de Envolvimento para a Fase de Desenvolvimento. Também neste caso, para apurarmos as outras fases, devemos observar a configuração das curvas dos outros destinos e os respectivos valores dos seus IDT. Neste cenário, somos a considerar que os destinos "B" e "C" também não tenham saído da Fase de Exploração, com os seus IDT a variarem entre 0,066 e 0,180 e entre 0,008 e 0,050, respectivamente, e que os destinos "A" e "E", tenham entrado logo na

[97] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.31, apresentado na página 390, com desfasamento de uma unidade de tempo.

Fase de Declínio, "A" ainda num nível de envolvimento e "E" já se encontrando num nível mais avançado[98].

Analisemos a curva do destino "D" no cenário C3.3b:

**Gráfico 6.85** – IDT do Destino D do cenário C3.3b




Fonte: Elaboração própria

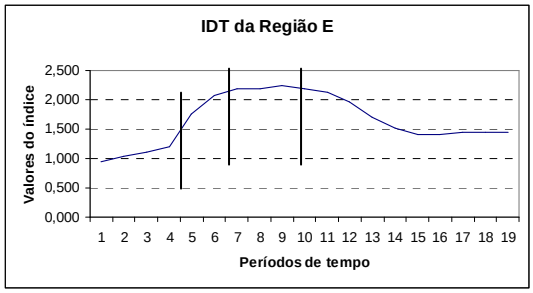
Mais uma vez, esta curva sugere que o destino "D" se submete às mesmas considerações do cenário anterior, dados os valores do IDT (entre 0,474 e 1,292). Também neste caso, para apurarmos as outras fases, devemos observar a configuração das curvas dos outros destinos e os respectivos valores dos seus IDT. Neste cenário, também somos a considerar que os destinos "B" e "C" não tenham saído da Fase de Exploração, com os seus IDT a voltarem a variar entre 0,066 e 0,180 e entre 0,008 e 0,039, respectivamente, e que o destino "A" não tenha saído da Fase de Envolvimento ($0{,}209 < IDT < 0{,}336$)[99].

Passemos agora para as curvas predominantes do destino "E" no cenário C2.1:

[98] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.33, apresentado na página 393, com desfasamento de uma unidade de tempo.

[99] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.35, apresentado na página 396, com desfasamento de uma unidade de tempo.

**Gráfico 6.86** – IDT do Destino E do cenário C2.1

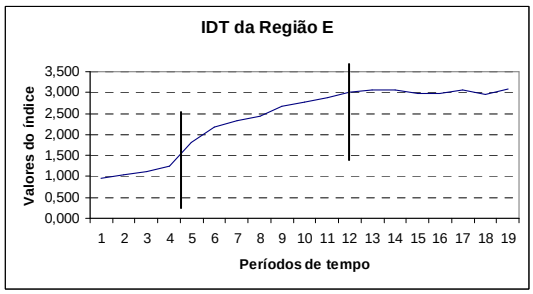



Fonte: Elaboração própria

Esta curva sugere que o destino "E" tenha passado pelas Fases de Desenvolvimento, até ao momento 4 (IDT = 1,212), Consolidação, até ao momento 6 (IDT = 2,186) e Estagnação, até ao momento 10 (até IDT = 2,179), antes de entrar na Fase de Declínio. Para as fases iniciais do processo devemos analisar os outros destinos, mantendo este patamar identificado no destino "E" e os valores sugeridos pelas análises anteriores. Assim, para a Fase de Exploração e olhando para os gráficos dos destinos "A" e "D", somos a considerar o momento 11 (do gráfico) como o mais apropriado para limitar essa fase ($IDT_A$ = 0,183). Para a Fase de Envolvimento, o destino "C" revela-se apropriado para a sua limitação, no momento 12 (do gráfico), apresentando um IDT = 0,380[100].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C2.2:

**Gráfico 6.87** – IDT do Destino E do cenário C2.2




Fonte: Elaboração própria

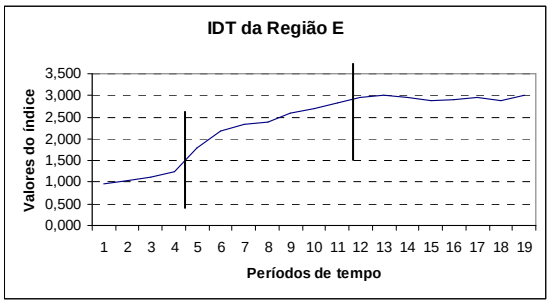
Esta curva revela que a Fase de Estagnação do destino "E" começa no momento 12 (IDT = 3,019), a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,234) e a Fase de Desenvolvimento vai até ao momento 4. Para as outras fases teremos também

[100] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.21, apresentado na página 371, com desfasamento de uma unidade de tempo.

que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E", não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. Assim, para apurarmos a Fase de Exploração, será o destino "A" que melhor nos serve, pois tende a decrescer até níveis correspondentes a essa fase (IDT = 0,181), já os destinos "B" e "C" parecem não sair dessa fase e o destino "D", decresce até entrar nessa fase. A Fase de Envolvimento acaba por não ser claramente revelada, pois assistimos a quebras de investimento nos destinos "A" e "D" nos momentos 3 e 4 respectivamente, ainda quando os níveis de desenvolvimento estão com o IDT a rondar os 0,420[101].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C2.3a:

**Gráfico 6.88** – IDT do Destino E do cenário C2.3a




Fonte: Elaboração própria

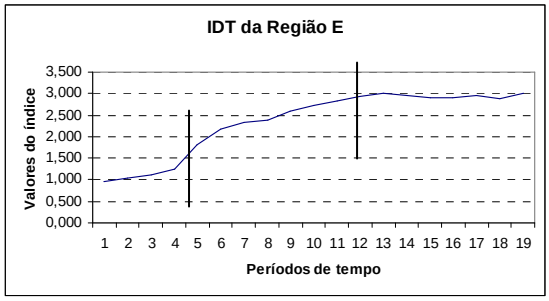
Por seu lado, esta curva revela que a Fase de Estagnação do destino "E" começa no momento 12 (IDT = 2,952), a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,234) e a Fase de Desenvolvimento vai até ao momento 4. Para as outras fases, também teremos que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E", não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. Assim, para apurarmos a Fase de Exploração, será o destino "A" que melhor nos serve, pois os destinos "B" e "C" parecem não sair dessa fase, apresentando níveis muito baixos do seu IDT. O destino "A" tende a decrescer até níveis correspondentes à fase de exploração (IDT = 0,174) e o destino "D" tende a decair, também até entrar nessa fase. Voltamos a não identificar com clareza a Fase de Envolvimento, pois os destinos "A" e

[101] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.23, apresentado na página 375, com desfasamento de uma unidade de tempo.

"D" começam com os seus IDT a apresentar 0,336 e 0,474, respectivamente, decrescendo a partir daí[102].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C2.3b:

**Gráfico 6.89** – IDT do Destino E do cenário C2.3b



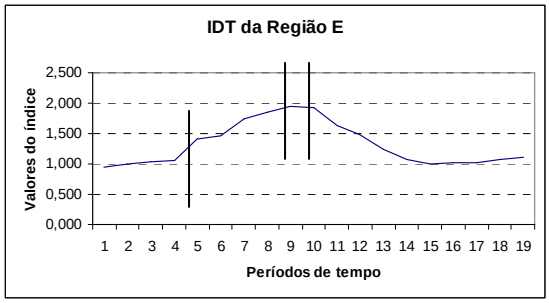

Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E" começa no momento 12 (IDT = 2,942), a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,235) e a Fase de Desenvolvimento vai até ao momento 4. Para as outras fases, também teremos que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E", não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. Assim, para apurarmos a Fase de Exploração, volta a ser o destino "A" que melhor nos serve, pois os destinos "B" e "C" parecem não sair dessa fase, voltando a apresentar níveis muito baixos do seu IDT. O destino "A" tende a decrescer até níveis correspondentes à fase de exploração (IDT = 0,179) e o destino "D", tende a decrescer até entrar nessa fase. Mais uma vez, voltamos a não identificar com clareza a Fase de Envolvimento, pois os destinos "A" e "D" começam com os seus IDT a apresentar 0,336 e 0,474, respectivamente, decrescendo a partir daí[103].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C4.1:

[102] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.25, apresentado na página 378, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[103] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.27, apresentado na página 382, com desfasamento de uma unidade de tempo.

**Gráfico 6.90** – IDT do Destino E do cenário C4.1

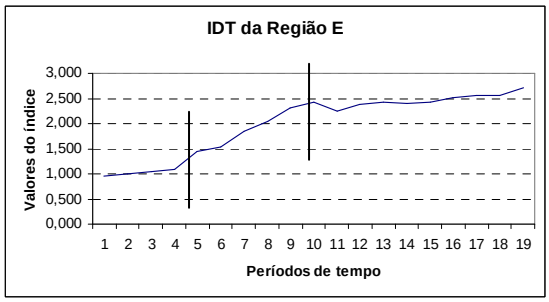



Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E" decorre entre os momentos 9 e 10 (começa com um IDT = 1,945 e termina com um IDT = 1,921), a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,064) e a Fase de Desenvolvimento vai até ao momento 4. Para as outras fases, também teremos que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E", também não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. Assim, para apurarmos a Fase de Exploração, o destino "C" parece ser o que melhor nos serve, sugerindo que essa fase possa decorrer até ao momento 10 com um IDT de 0,130. O destino "C" também nos permite verificar que a Fase de Envolvimento poderá decorrer até ao momento 12 com um IDT de 0,411[104].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C4.2:

**Gráfico 6.91** – IDT do Destino E do cenário C4.2



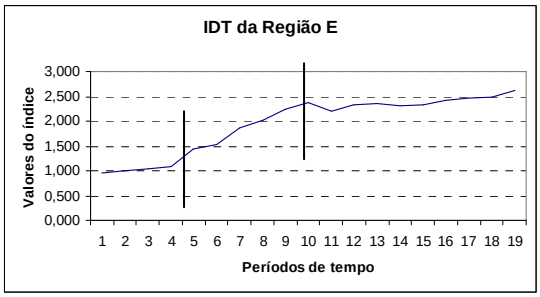

Fonte: Elaboração própria

[104] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.37, apresentado na página 401, com desfasamento de uma unidade de tempo.

Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E" decorre a partir do momento 10 (IDT = 2,426) e a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,084). Para as outras fases, mais uma vez, teremos que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E", também não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. O destino "B" revela entrar em Declínio sem ter saído da Fase de Exploração. O destino "C", revela não ter saído da Fase de Exploração, com o seu IDT a oscilar entre 0,008 e 0,007. Para as outras fases, os gráficos são inconclusivos, ficando-se com a ideia que o destino "A" decresce desde a fase de desenvolvimento até à fase de exploração[105].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C4.3a:

**Gráfico 6.92** – IDT do Destino E do cenário C4.3a



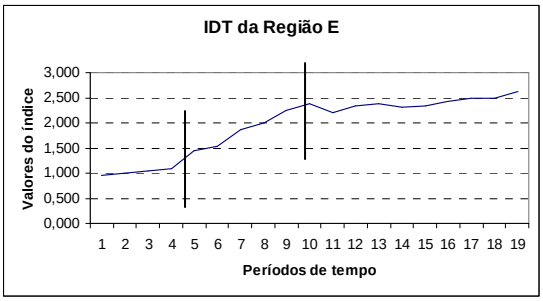

Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E" decorre a partir do momento 10 (IDT = 2,386) e a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,084). Para as outras fases, mais uma vez, teremos que analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E" também não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. O destino "B" volta a revelar ter entrado em Declínio sem ter saído da Fase de Exploração. O destino "C" apresenta-se como não tendo saído da Fase de Exploração, com o seu IDT a passar de 0,008 para 0,017. Para as outras fases, os gráficos voltam a ser inconclusivos, ficando-se, novamente, com a ideia que o destino "A" decresce desde a fase de desenvolvimento até à fase de exploração[106].

[105] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.39, apresentado na página 405, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[106] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.41, apresentado na página 408, com desfasamento de uma unidade de tempo.

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C4.3b:

**Gráfico 6.93** – IDT do Destino E do cenário C4.3b

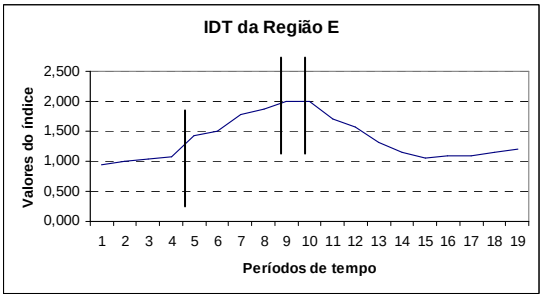



Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E", decorre a partir do momento 10 (IDT = 2,387) e a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,084). Para as outras fases, as considerações são iguais às do gráfico anterior[107].

Passemos agora para a análise da curva do destino "E" no cenário C5.1:

**Gráfico 6.94** – IDT do Destino E do cenário C5.1




Fonte: Elaboração própria

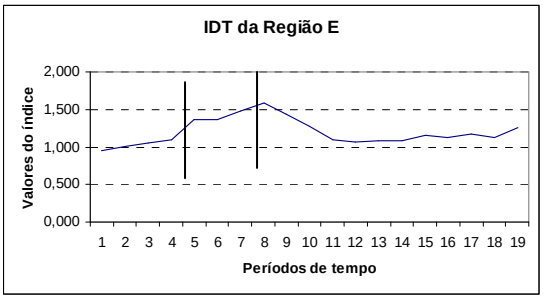
Esta curva revela que a Fase de Estagnação no destino "E", decorre entre os momentos 9 e 10 (começa com um IDT = 1,993 e termina com um IDT = 2,005), a Fase de Consolidação decorre a partir do momento 4 (IDT = 1,068) e a Fase de Desenvolvimento vai até ao momento 4. Para as outras fases, teremos que, mais uma vez, analisar os outros destinos, pois a escala de desenvolvimento do destino "E" também não permite aferir os níveis mais baixos do desenvolvimento. Assim, para

[107] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.43, apresentado na página 413, com desfasamento de uma unidade de tempo.

apurarmos a Fase de Exploração, o destino "C" parece ser o que melhor nos serve, sugerindo que essa fase possa decorrer até ao momento 10 com um IDT de 0,134. O destino "C" também nos permite verificar que a Fase de Envolvimento poderá decorrer até ao momento 12 com um IDT de 0,428[108].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C5.2:

**Gráfico 6.95** – IDT do Destino E do cenário C5.2



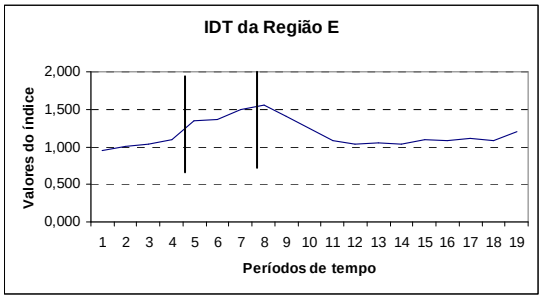

Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela que o destino "E" entra em declínio logo a seguir à fase final de Consolidação, no momento 8 (IDT = 1,589). A Fase de Desenvolvimento decorre até ao momento 4 (IDT = 1,091). Quanto às outras fases, os destinos "B" e "C" parecem não sair da Fase de Exploração, com os IDT a variar desde 0,066 a 0,071 e 0,008 a 0,013, respectivamente. Para a Fase de Envolvimento, os resultados são inconclusivos[109].

Analisemos a curva do destino "E" no cenário C5.3a:

[108] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.45, apresentado na página 417, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[109] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.47, apresentado na página 421, com desfasamento de uma unidade de tempo.

**Gráfico 6.96** – IDT do Destino E do cenário C5.3a

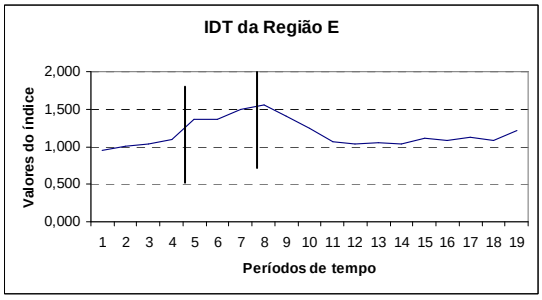



Fonte: Elaboração própria

Esta curva também revela que o destino "E" entra em declínio logo a seguir à fase final de Consolidação, no momento 8 (IDT = 1,560), vindo a estabilizar mais tarde. A Fase de Desenvolvimento decorre até ao momento 4 (IDT = 1,091). Quanto às outras fases, os destinos "B" e "C" parecem não sair da Fase de Exploração. Para a Fase de Envolvimento, os resultados voltam a ser inconclusivos[110].

Finalmente, analisemos a curva do destino "E" no cenário C5.3b:

**Gráfico 6.97** – IDT do Destino E do cenário C5.3b




Fonte: Elaboração própria

Esta curva revela, mais uma vez, que o destino "E" entra em declínio logo a seguir à fase final de Consolidação, no momento 8 (IDT = 1,556), vindo a estabilizar mais tarde. A Fase de Desenvolvimento decorre até ao momento 4 (IDT = 1,091). Mais uma vez, quanto às outras fases, os destinos "B" e "C" parecem não sair da Fase de Exploração. Para a Fase de Envolvimento, os resultados continuam a ser inconclusivos[111].

[110] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.49, apresentado na página 425, com desfasamento de uma unidade de tempo.
[111] (NA) Ver os valores do IDT no quadro 6.51, apresentado na página 428, com desfasamento de uma unidade de tempo.

Analisadas as curvas, verificamos que podemos encontrar uma correspondência entre os diferentes valores do IDT e as diferentes fases evolutivas do ciclo de vida. Por outro lado, podemos considerar que a inclinação, da recta tangente à curva no ponto de mudança de cada uma das fases, pode caracterizar essa mesma fase. É consensual que: cada fase traduz uma descrição resultante da articulação entre os factores; cada fase configura ritmos evolutivos diferentes; e cada ritmo evolutivo deve possuir a sua inclinação. Ora, através de uma recta tangente à curva nos pontos de mudança de cada fase, podemos verificar essa inclinação, assumindo que o valor do IDT se apresenta para uma unidade de tempo considerada, qualquer que ela seja. Consideramos como unidade de tempo o ano civil, mas a dimensão dessa unidade não tem de ser a unidade, pois, entendemos que, o que interessa, é a avaliação da evolução independentemente da dimensão de tempo considerado.

Desta forma, vamos verificar se é possível encontrar intervalos de graus de inclinação, para cada fase da curva do Ciclo de Vida (ver anexo 3 com a fórmula de cálculo da inversa da tangente). Temos pois interesse em verificar se podemos identificar cada fase do ciclo de vida com os respectivos valores do IDT e se, consequentemente, podemos também aferir alguma característica visual que permita tirar alguma conclusão pela simples análise gráfica.

**Quadro 6.54** – Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida na Fase de Exploração

| Fase do Ciclo de Vida | Cenários | Até IDT | Grau de Inclinação da Fase |
|---|---|---|---|
| Exploração | C1.1 | 0,133 | $0^o < \alpha < 11^o$ |
| | C1.2 | 0,025 | |
| | C1.3a | 0,089 | |
| | C1.3b | 0,071 | |
| | C2.1 | 0,183 | |
| | C2.2 | 0,181 | |
| | C2.3a | 0,174 | |
| | C2.3b | 0,179 | |
| | C3.1 | 0,105 | |
| | C3.2 | 0,181 | |
| | C3.3a | 0,180 | |
| | C3.3b | 0,180 | |
| | C4.1 | 0,064 | |
| | C4.2 | 0,066 | |
| | C4.3a | 0,066 | |
| | C4.3b | 0,066 | |
| | C5.1 | 0,063 | |
| | C5.2 | 0,080 | |
| | C5.3a | 0,075 | |
| | C5.3b | 0,076 | |

Fonte: Elaboração própria

Do estudo efectuado evidencia-se que, na Fase de Exploração, o IDT poderá ir até ao valor de 0,183 ao qual corresponderá uma inclinação que pode ir até 11 graus[112], por unidade de tempo considerada. Por outras palavras, o ritmo de crescimento de um destino turístico nesta fase será marcadamente muito moderado. Desta forma, sugerimos que um IDT, até cerca de 0,194[113], deverá representar a Fase de Exploração.

**Quadro 6.55** - Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida na Fase de Envolvimento

| Fase do Ciclo de Vida | Cenários | Até IDT | Grau de Inclinação da Fase |
|---|---|---|---|
| Envolvimento | C1.1 | 0,560 | $11^o \leq \alpha < 30^o$ |
| | C1.2 | - | |
| | C1.3a | - | |
| | C1.3b | - | |
| | C2.1 | 0,380 | |
| | C2.2 | - | |
| | C2.3a | - | |
| | C2.3b | - | |
| | C3.1 | 0,430 | |
| | C3.2 | 0,336 | |
| | C3.3a | 0,336 | |
| | C3.3b | 0,336 | |
| | C4.1 | 0,340 | |
| | C4.2 | - | |
| | C4.3a | - | |
| | C4.3b | - | |
| | C5.1 | 0,324 | |
| | C5.2 | - | |
| | C5.3a | - | |
| | C5.3b | - | |

Fonte: Elaboração própria

[112] (NA) De acordo com o anexo 3, o cálculo é o seguinte:
$tg\alpha = 0,183$
$tg^{-1}(0,183) = 10,37^o$, que arredondando para o inteiro mais próximo fica $\alpha = 11^o$
[113] (NA) $tg\ 11^o = 0,194$

Apesar da Fase de Envolvimento ser a mais inconclusiva, o estudo sugere que o IDT possa estar entre 0,194 e 0,577[114], a que corresponderá uma inclinação que estará entre os 11º e os 30º.

As duas últimas componentes do quadro seguinte, que inclui a fase de desenvolvimento e a fase de consolidação, serão tratadas em conjunto, apesar do quadro apresentar uma na sequência da outra, em termos de valores do IDT. Na realidade, o que caracteriza a fase de consolidação, é mais o facto do seu crescimento se dar a ritmos mais lentos do que na fase de desenvolvimento, mas, contudo, mais acelerados do que na fase de estagnação, sendo certo que, naturalmente, estará num patamar evolutivo alto, o que é claramente revelado pelo quadro. Ou seja, o estudo revela que um IDT igual ou superior a 0,577 representa a Fase de Desenvolvimento, o qual passa à Fase de Consolidação, quando as suas taxas de crescimento começarem a apresentar ritmos inferiores à unidade de tempo considerada. Para se poder apurar este aspecto, teremos sempre que possuir dados de mais do que um momento de tempo. Contudo, o nosso trabalho sugere que, em contexto de concorrência com 5 concorrentes, para valores de IDT entre 0,577 (inclusive)) e 1,401 (exclusive), estaremos na Fase de Desenvolvimento e para valores entre 1,401 (inclusive) e 3,019 (inclusive), estaremos na Fase de Consolidação. Em termos de inclinação, sugerimos que qualquer ângulo igual ou acima de 30º, estará dentro da fase de desenvolvimento, sendo que entrará na fase de consolidação quando esse ângulo se reduzir para níveis abaixo dos 45º, pois significa que o seu crescimento é relativamente menor do que a unidade de tempo considerada, mas limitado até aos 11º graus.

[114] (NA) De acordo com o anexo 3, o cálculo é o seguinte:
$tg\alpha = 0{,}560$
$tg^{-1}(0{,}560) = 29{,}25º$, que arredondando para o inteiro mais próximo fica $\alpha = 30º$
$tg\ 30º = 0{,}577$

**Quadro 6.56** - Inclinação da Recta Tangente no ponto de mudança do Ciclo de Vida nas Fases de Desenvolvimento e Consolidação

| Fase do Ciclo de Vida | Cenários | Até IDT | Grau de Inclinação da Fase |
|---|---|---|---|
| Desenvolvimento | C1.1 | 1,379 | $30^o \leq \alpha < 90^o$ |
| | C1.2 | - | |
| | C1.3a | - | |
| | C1.3b | - | |
| | C2.1 | 1,212 | |
| | C2.2 | 1,234 | |
| | C2.3a | 1,234 | |
| | C2.3b | 1,235 | |
| | C3.1 | 1,091 | |
| | C3.2 | 1,296 | |
| | C3.3a | 1,204 | |
| | C3.3b | 1,292 | |
| | C4.1 | 1,064 | |
| | C4.2 | 1,064 | |
| | C4.3a | 1,084 | |
| | C4.3b | 1,084 | |
| | C5.1 | 1,068 | |
| | C5.2 | 1,091 | |
| | C5.3a | 1,091 | |
| | C5.3b | 1,091 | |
| Consolidação | C1.1 | 1,884 | $11^o < \alpha < 45^o$ |
| | C1.2 | - | |
| | C1.3a | - | |
| | C1.3b | - | |
| | C2.1 | 2,186 | |
| | C2.2 | 3,019 | |
| | C2.3a | 2,952 | |
| | C2.3b | 2,942 | |
| | C3.1 | 1,401 | |
| | C3.2 | - | |
| | C3.3a | - | |
| | C3.3b | - | |
| | C4.1 | 1,945 | |
| | C4.2 | 2,247 | |
| | C4.3a | 2,386 | |
| | C4.3b | 2,387 | |
| | C5.1 | 1,993 | |
| | C5.2 | 1,589 | |
| | C5.3a | 1,560 | |
| | C5.3b | 1,556 | |

Fonte: Elaboração própria

Nesta sequência, entendemos pelos resultados do estudo que a Fase de Estagnação estará com valores elevados do IDT, naturalmente superiores aos valores do IDT da fase de consolidação, mas com taxas de crescimento muito reduzidas ou mesmo nulas, cuja curva apresente uma inclinação entre os 0º e os 11º.

É necessário sublinhar que a fase de declínio se caracteriza pelo decréscimo do valor do IDT de forma sequenciada e os diferentes graus de inclinação apenas identificam os diferentes ritmos desse mesmo declínio. Caso ocorra algum rejuvenescimento, este assumirá também diferentes valores, dentro do espectro das diferentes fases de crescimento, logo, mais ou menos aceleradas.

## 6.4 Quadro síntese dos valores do IDT para cada uma das fases do Ciclo de Vida de um destino

Concluiremos este capítulo 6 com a apresentação do quadro resumo dos resultados obtidos, onde destacamos os valores do IDT encontrados para cada fase do ciclo de vida, num contexto concorrencial a cinco regiões, assim como os ângulos que cada uma dessas fases deve apresentar.

**Quadro 6.57** – Síntese dos Resultados do Estudo

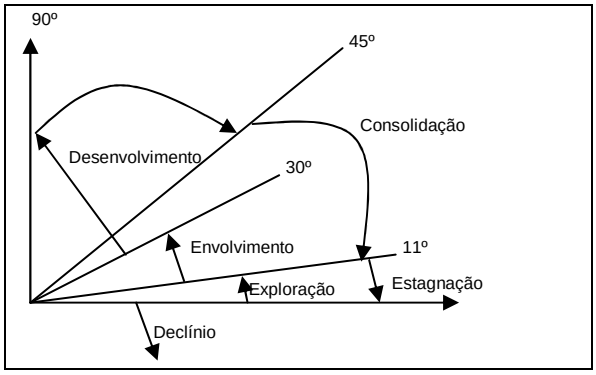
| Fases do Ciclo de Vida | Valores do IDT | Inclinação da Recta Tangente |
|---|---|---|
| Fase de Exploração | $0 < IDT_{ex} < 0{,}194$ | $0^{\circ} < \alpha < 11^{\circ}$ |
| Fase de Envolvimento | $0{,}194 \leq IDT_{e} < 0{,}577$ | $11^{\circ} \leq \alpha < 30^{\circ}$ |
| Fase de Desenvolvimento | $0{,}577 \leq IDT_{d} < 1{,}401$ | $30^{\circ} \leq \alpha < 90^{\circ}$ |
| Fase de Consolidação | $1{,}401 \leq IDT_{c} \leq 3{,}019$ | $11^{\circ} < \alpha < 45^{\circ}$ |
| Fase de Estagnação | $IDT_{es} > 3{,}019$ | $0^{\circ} \leq \alpha \leq 11^{\circ}$ |
| Fase de Declínio | $IDT_{de\,(t)} > IDT_{de\,(t+1)}$ | $-90^{\circ} < \alpha < 0^{\circ}$ |

Fonte: Elaboração própria

Desta forma podemos concluir que, num contexto competitivo com 5 destinos concorrentes, a identificação da fase do ciclo de vida em que se encontra determinado destino turístico é possível mas, torna-se conveniente saber o ângulo da recta tangente à curva no ponto considerado e associar o valor do IDT, pois podemos estar perante os mesmos ângulos para fases diferentes.

Apresentemos um esquema simples para melhor compreender como evoluem as diferentes fases do Ciclo de Vida, em termos dos seus ângulos, de acordo com o nosso estudo:

**Figura 6.3** – Ângulos das Rectas Tangentes aos pontos correspondentes às Fases do Ciclo de Vida




Fonte: Elaboração própria

Como vimos anteriormente, cada contexto concorrencial levará a valores de IDT diferentes, sendo que nos termos dos cenários estudados, os resultados apontam para estes valores. Por outro lado, a questão da inclinação das diferentes fases na curva "típica", é assunto consensual, no meio académico, pois frequentemente os diferentes estudos apresentam essa mesma configuração para representarem determinada evolução de determinada variável e, por outro lado, ainda, o próprio texto original de Butler (1980) apresenta na sua página 7 a curva "S", onde as fases apresentam, nos seus limites, aproximadamente os seguintes ângulos:

- Fase de Exploração 8º
- Fase de Envolvimento 29º
- Fase de Desenvolvimento 75º
- Fase de Consolidação 25º
- Fase de Estagnação 0º

Estamos em crer que, caso o Professor Butler quisesse outra tipologia que caracterizasse o ciclo de vida "típico" de um destino turístico, o teria feito. Repare-se que os resultados do nosso estudo são consistentes com os valores que resultam da proposta efectuada pelo Professor Butler.

Como nota final sublinhamos que "*há mais ciclos de vida para além do ciclo de vida*".

# Conclusões e Novas Linhas de Investigação

O presente trabalho pretendia encontrar um indicador complexo (índice) de desenvolvimento turístico (IDT), que permitisse identificar em que fase do ciclo de vida se encontra determinado destino turístico tomando como base o modelo Tourism Area Life Cycle (TALC), proposto por Butler (1980). Este indicador deveria contemplar as mesmas preocupações que o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no que respeita à importância das suas variáveis: educação, saúde e rendimento. Para o efeito, foi desenvolvido um trabalho em duas partes. Uma primeira, onde, recorrendo à revisão da literatura, se apuraram os conceitos e definições dos termos mais associados à questão do ciclo de vida, as fragilidades do modelo TALC, assim como as variáveis que devem constituir o referido índice, no pressuposto dos princípios da qualidade de vida e do bem-estar e tomando como sujeito os "turistas estrangeiros", que procedem à escolha do seu destino pela "livre escolha pelo prazer da viagem". A segunda parte, apresenta a sistematização teórica do IDT, a sua validação através dos resultados obtidos com um teste simulado utilizando valores aleatórios, dentro dos pressupostos e tomando como referência de partida valores aceitáveis como reais, e a correspondência dos respectivos valores do IDT a um ângulo da recta tangente aos pontos de mudança de fase do ciclo de vida.

O capítulo 1 aborda a questão do conceito do turismo e da sua importância económica. Sobre o conceito, verificamos que este ainda carece de abordagens mais profundas de modo a se poder apurar, reunindo maior consenso, qual a definição mais apropriada que permita uma permanente adequação ao próprio desenvolvimento das sociedades. Isto porque, desde o século XVIII, quando o termo começou a surgir escrito, se associa o mesmo à existência e realização de viagem, na verdadeira acepção da palavra, ou seja, numa óptica geográfica. Durante o século XX, surgiram algumas abordagens que associavam o termo a comportamentos económicos e sociológicos. É aceite por muitos investigadores que a proposta de definição de "turismo" dos autores suíços Walter Hunzinker e Kurt Krapf (1942) é a que melhor se adequa à sua realidade. Outros autores reforçam a defesa que só faz sentido falar em turismo, na presença de "turistas". Mais recentemente, há quem entenda que o conceito depende da existência de tempo de não trabalho, discutindo-se à sua volta os conceitos de lazer e de recreação. Contudo, as últimas tendências apontam para que o conceito assuma uma natureza subjectiva, ou seja, compete a cada um de nós identificar se estamos ou não em "turismo", levando-nos para a questão do "autenticidade existencial". Podemos, pois, dizer que a definição

do conceito de "turismo" tem evoluído através de três ópticas: definições técnicas (dando ênfase aos efeitos do comportamento do turista); definições conceptuais (dando ênfase ao comportamento dos turistas); e definições técnico-conceptuais (dando ênfase aos efeitos dos comportamentos dos turistas como consequência dos seus próprios comportamentos). A esta tendência chamaremos de 3ª via. De modo a melhor podermos enquadrar o nosso estudo, optámos por considerar turismo "*como fenómeno de inter-relações, entre turistas e residentes onde as condições de atracção e fixação estão suportadas na qualidade de vida dos destinos e na percepção e experiência dessa mesma qualidade de vida*".

Quanto à importância económica do turismo, os valores estatísticos internacionais disponíveis mostram claramente que se trata de um conjunto de actividades, com um peso significativo nos resultados económicos dos países e regiões. Essa importância tem sido crescente, mesmo quando se atravessam fases de menor fulgor económico, porque a tradução do resultado económico de quem viaja tem-se revelado quase sempre com tendências crescentes, ainda que, mais recentemente, a taxas decrescentes. Contudo, ainda permanecem dúvidas sobre os verdadeiros impactos do turismo, pois os multiplicadores, o modelo *input-ouput* e outros tipos de indicadores, acabam por não evidenciar grande parte dessa realidade, pois, para além das actividades de serviços associados, existem sectores industriais de produção de bens que dependem quase exclusivamente da existência de "comportamentos turísticos". Por outro lado, a elasticidade-rendimento superior a um, leva à consideração de ser um "produto de luxo", quando cada vez mais, se aceita que se trata de um "produto essencial" ao bem-estar dos povos. É importante ter consciência que a "miopia" da importância económica do turismo pode levar a decisões menos apropriadas. Por outro lado, existem princípios sobre os quais a natureza económica deve assentar e que não são verificados no turismo, como sejam as condições associadas às exportações, onde se deve exportar bens abundantes ou com maiores produtividades. Por outro lado ainda, enquanto que a teoria económica tradicional refere que, em concorrência, as regiões mais fracas ficam ameaçadas, pois o capital dirigir-se-á para os grandes centros, o turismo contraria essa tendência, pois também os destinos mais frágeis acabam por atrair novos mercados e investimentos, ou não houvesse o continuado surgimento dos chamados "destinos emergentes". Perante tão complexa realidade e influência, sugerimos a utilização de indicadores complexos (índices), que utilizem variáveis não exclusivamente económicas

e outras que permitam retirar leituras sobre o grau de desenvolvimento económico, como a melhor forma de medir os impactos do turismo, pois qualquer indicador exclusivamente económico (1ª ordem) pecará sempre por ser insuficiente, para o efeito desejado.

O capítulo 2 pretende contribuir para a compreensão do conceito "destino turístico sustentável" enquanto produto. Também aqui recorremos à revisão da literatura, onde começámos por verificar que um produto tanto pode ser uma criação física, como mental, como ainda uma combinação de ambos. O destino pode ser entendido numa óptica geográfica ou numa óptica sociológica. Contudo, para ser um destino turístico, devemos estar em presença de turistas, os quais deverão possuir uma imagem sobre esse destino. Esta imagem é criada pelas percepções sobre as "condições turísticas" físicas, sobre o ambiente social e pelas experiências. Ou seja, as escolhas dependem da relação entre as preferências e as imagens. Assim, um destino turístico pode ser entendido como "*espaço geograficamente definido com condições de atracção e fixação físicas e traduzíveis em imagens resultantes de percepções e experiências, capazes de promover bem-estar no elemento humano efectivo ou potencial, residentes e visitantes*". Por outro lado, um destino turístico será tanto mais desenvolvido quanto mais e melhores condições poder oferecer, como defendem alguns autores, devem ser destinos de 3ª geração. Mas, caso não possa sê-lo isoladamente deverá procurar relações de *cluster* regional para o efeito. De facto, um destino turístico é um produto, pois pode ser "comercializado". Contudo, no essencial, deverá possuir uma identidade que seja diferenciadora, preferencialmente "única".

A questão da sustentabilidade e da sua compreensão associada ao turismo, começa a surgir a partir de 1979 com a criação, por parte da Organização Mundial do Turismo (WTO), do Comité do Ambiente para a Conservação. Mas, em 1987, através do relatório de Brundtland, o termo "sustentável" começou a entrar no léxico das sociedades desenvolvidas. Este termo contempla a dimensão ambiental, económica e social. O "turismo sustentável" deve ser assumido como um "turismo responsável", sendo que a sua sustentabilidade deve promover essa responsabilidade por tempo indeterminado. Assim, parece fazer mais sentido falar-se em "sustentabilidade do turismo sustentável". Para o efeito, é fundamental envolver as comunidades locais, de modo a que sintam a sua importância, mesmo como fonte de receita económica e bem-

estar. As novas gerações estão a assumir-se como maioritariamente responsáveis, mas para consolidar essa tendência, deverá reforçar-se as políticas de sinalética e informação apropriadas. A sustentabilidade está, obrigatoriamente, relacionada com a capacidade de carga, cujo limite não é identificável, até porque há vários e dependentes uns dos outros. Por conseguinte, enquanto forem chegando turistas, é porque há capacidade para os receber, remetendo-se a questão para o "limite de aceitação de carga" (LAC), sendo que a gestão poderá manipular esse limite.

Os destinos turísticos acabam por se assumir como centros de competição, onde o seu contexto concorrencial não é indiferente, mas, antes, baseia-se em critérios definidos para o efeito. A componente geográfica assume uma importância na capacidade de atracção dos mercados, pois, quando se encontram próximos dos mercados de origem, adquirem uma vantagem competitiva relativamente a outros destinos mais distantes. Por outro lado, o sucesso é influenciado pela competitividade, onde os factores competitivos tanto são de natureza exclusivamente turística como de natureza mais genérica. Assim, falar em concorrência, enquanto existência de entidades que disputam o mesmo mercado, não é o mesmo que falar em competitividade, que caracteriza a capacidade de permanência por tempo indeterminado e com rentabilidade num mercado. Neste sentido, é importante conhecer a fase do ciclo de vida em contexto concorrencial, de modo a verificar a capacidade competitiva do destino.

Para que um destino turístico possa reforçar a sua capacidade competitiva deve diversificar e reforçar a sua oferta turística, sem perder de vista o bem-estar da população residente. É seguro que, quanto maior for o bem-estar médio, medido em termos de condições oferecidas, maior será o nível de desenvolvimento de uma comunidade. Contudo, o ritmo de desenvolvimento será marcado pela forma como são geridas as "unicidades". Da revisão da literatura fica evidente que as áreas turisticamente desenvolvidas não devem virar as costas ao "turismo de massas", pois, se por um lado, é esta a condição para reforçar os investimentos, por outro lado, até pode potenciar a sustentabilidade, incrementando o processo de gestão.

O capítulo 3 aborda as questões relacionadas com o comportamento turístico enquanto elemento essencial para identificar a existência do "ser turístico". O termo "turista" surge escrito, pela primeira vez, em 1830, num texto francês, sendo que, já em 1800,

havia referências à expressão "*tour*". No início do século XX, começou a ser entendido como "viajante de luxo". Em 1936, o Comité de Especialistas em Estatística (Sociedade das Nações), introduz a questão do tempo de ausência do domicílio habitual, referindo que se assume a natureza de turista quando essa ausência for superior a 24 horas. Em 1963, na Conferência sobre Turismo e Viagens Internacionais, organizado pela ONU (Roma), surge a diferença entre turista e excursionista, tendo ainda como medida as 24 horas do dia, mas mencionando a ausência do país de origem. A WTO, ainda hoje, assenta a sua proposta de definição na ausência do domicílio por períodos superiores a 24 horas, mas inferiores a 12 meses, sem que haja exercício de actividade remunerada. O termo "turista" tem estado ancorado no conceito de viajante que se desloca fisicamente, contudo, começa a surgir um *novo paradigma*, baseado no facto do termo "viagem" não implicar, obrigatoriamente, uma deslocação física.

Mais recentemente, têm surgido propostas de definição relacionadas com a natureza do tempo e o comportamento a ele associado, ou seja, focando-se na subjectividade da classificação que cada um emprega ao seu próprio tempo e o modo comportamental a ele associado. O estudo efectuado permite-nos propor como definição de comportamento do consumidor, para o efeito desejado, "*o resultado da interpretação de um estímulo. Essa interpretação é efectuada recorrendo à dimensão cognitiva (conhecimentos, experiências, percepções, crenças, valores) e afectiva (emoções, sentimentos). Contudo, quer o contexto socioeconómico das vivências do indivíduo, quer o tempo que este dedica a interpretar, como o tempo que procura disponibilizar para concretizar o seu comportamento, determinam o resultado desse mesmo comportamento. Este comportamento pode assumir quatro categorias: indiferença (não acção), acção, reacção e pró-acção*".

Da revisão da literatura foi possível identificar que o comportamento turístico resulta de 3 factores: do tempo (disponível); da dimensão cognitiva e afectiva da atitude; e do enquadramento socioeconómico. Por outro lado, entendemos que o "comportamento turístico" não deve ser exclusivo dos turistas, pois num mundo cada vez mais globalizante, este comportamento deve também fazer parte do comum dos cidadãos, no seu papel de "residentes" das diferentes comunidades. Só assim será possível partilhar as responsabilidades entre turistas e população residente.

O capítulo 4 procura identificar a importância do modelo do ciclo de vida, num contexto de planeamento estratégico do turismo, pois, cada vez são mais os que opinam e decidem sobre o desenvolvimento do turismo, sem que haja o devido cuidado para apurar os termos dessas abordagens. Depois, é o próprio conceito de ciclo de vida, aplicado aos destinos turísticos, que nos parece pouco compreendido. Pois, o modelo proposto pelo Professor Butler (1980) - TALC -, que tem servido como referência e suporte descritivo para o entendimento do desenvolvimento das áreas turísticas também tem sido alvo de críticas, mas, julgamos, que por faltar uma melhor compreensão do mesmo, até porque carece de uma interpretação normativa ou determinística, para melhorar o seu uso.

Entendemos que a Felicidade é o fim último da existência humana. Partindo deste princípio, defendemos que o planeamento estratégico pode contribuir para desenvolver a competitividade dos destinos e, consequentemente, melhorar os níveis de desenvolvimento das comunidades, ou seja, melhorar os níveis de qualidade de vida e bem-estar que naturalmente influenciam a felicidade das populações. Assim, o planeamento estratégico deve ser tratado com o devido cuidado para evitar que se cometam erros, com consequências imprevisíveis. No turismo tem sido o modelo de Porter (1990) que tem servido como inspirador para o efeito. O grande objectivo do planeamento é reduzir o grau de incerteza dos sistemas. Para nós, planear é "ter informação para decidir", e fazê-lo com estratégia é "decidir correctamente e no momento certo, em antecipação (pró-acção)". Contudo, admite-se que possam existir cenários alternativos, pois, só assim será possível equacionar as melhores opções. Como planear é encontrar respostas a uma lista infinita de perguntas, o processo torna-se infinito. Este processo tanto pode ser "*bottom- up*" como "*top-down*".

O desenvolvimento turístico deve promover mais diversidade nas infra-estruturas e recursos e melhorar os produtos de modo a atrair visitantes com maior poder de compra a alongar o período sazonal. Cabe ao planeamento estratégico, num contexto cada vez mais competitivo, um papel central nesse processo. A construção do processo de planeamento deve contemplar a definição da missão, da visão, dos objectivos, das estratégias e das acções, concluindo-se com a fase permanente de monitorização e controlo, envolvendo, em contínuo, os *stakeholders*. Neste processo, a análise SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats), numa óptica alargada, surge como

instrumento de diagnóstico, cobrindo as fases da definição dos objectivos e das estratégias. Deve-se, também, atender à identificação dos "Factores Críticos de Sucesso" (FCS) e às respectivas quantidades críticas. Quais as variáveis (do sector ou mercado) que são determinantes para a diferenciação e obtenção de vantagem competitiva e quais as respectivas quantidades necessárias para produzir efeitos vantajosos. Bastará possuí-las? É necessário possuir mais do que a concorrência? Ou, há vantagem em reforçar a quantidade, no caso de sermos os únicos a possuí-las? Um ponto forte que é intrínseco à organização (destino), resulta de uma maior quantidade e/ou qualidade de determinada variável, relativamente à concorrência e pode cobrir um FCS, caso se traduza num contexto concorrencial, na variável determinante desse mercado, atribuindo-lhe uma vantagem competitiva.

A determinação da fase do ciclo de vida, serve para reforçar a importância da análise SWOT, em termos de turismo, pois facilitará a definição das estratégias a seguir. Já segundo Levitt (1966), cada fase do ciclo de vida e cada decisão de gestão, deve considerar os requisitos competitivos da fase seguinte. O conceito do ciclo de vida tem servido para explicar evoluções de produtos turísticos, contudo, um destino turístico apresentando-se como uma amálgama de produtos, necessita de uma abordagem diferente, para evitar erros de interpretação. Se, por um lado, há vários limites para o crescimento, por outro lado, cada fase do ciclo de vida possui características próprias. São estas mesmas características, vistas num óptica concorrencial, que acabam por determinar o comprimento e o declive de cada fase.

Parece evidente que a utilização da variável "turistas", usada isoladamente para avaliar a evolução do ciclo de vida de um destino turístico, não contempla a vertente da qualidade de vida e do bem-estar e que os planos de investimento mal direccionados podem levar a interpretações evolutivas erradas. Por outro lado, a aspiração dos povos ao desenvolvimento turístico parece conter uma contradição inata, pois, o conceito pressupõe a possibilidade de um declínio. Contudo, nada nos garante que todos os destinos passem por todas as fases do ciclo de vida. Logo, podemos sempre procurar encontrar formas que façam prolongar algumas das fases, ou, até, evitar entrar na fase de declínio. Uma coisa parece evidente, quanto melhor for a *performance* de um destino turístico maior será o aumento de turistas, também estrangeiros. Desta forma, os

destinos devem ser de 3ª geração e os principais impactos de 2ª e 3ª ordem (socioeconómicos e de bem-estar).

De entre as várias fragilidades que têm sido apontadas ao modelo TALC, uma é frequentemente referida: "a de ser um modelo descritivo e não normativo ou determinístico". Isto acontece porque, se o turismo é, por natureza, interdisciplinar, por outro lado, a grande variedade de variáveis que envolve, promove a dificuldade de sistematização dessas diferentes influências, de modo a clarificar o processo evolutivo do desenvolvimento, em termos normativos. Ou seja, se por um lado, as explicações descritivas são possíveis e, em princípio, não levantam muitas dificuldades interpretativas, já a definição de modelos matemáticos que façam corresponder essas mesmas explicações a relações quantitativas, apresenta-se mais complexa. As tentativas anteriores têm, sistematicamente, recorrido à variável "turistas", ora exclusivamente, ora conjuntamente com outras, mas sempre como elemento determinante do processo. Esta mesma dificuldade leva a que se torne muito difícil identificar, os pontos de viragem entre fases, as próprias fases e os respectivos comprimentos, fragilizando o modelo enquanto ferramenta de apoio ao planeamento e à gestão.

Com todo este enquadramento sobre o modelo TALC, através da revisão da literatura, concluímos a 1ª parte do trabalho. Passámos, depois, para a determinação dos factores, que também foram revelados por essa revisão e avançámos com uma proposta de índice para o efeito pretendido. Assim, o capítulo 5 procura explicar as razões da escolha dos factores identificados e a sua tradução em termos de relação matemática, que permita ter uma correspondência com o modelo TALC. Há uma ideia base que sustenta todo o nosso raciocínio, que é o facto do desenvolvimento turístico de um destino funcionar como agente de melhoria e manutenção do bem-estar de todos os elementos desse destino. Para qualquer nível de desenvolvimento há três questões a que todos aspiram: a saúde, a educação e o acesso aos recursos. Por outro lado, é reconhecido que, para medir a qualidade de vida, podemos ter indicadores reflectores (unidimensionais) ou formativos (multidimensionais) e que a sua avaliação pode ser objectiva ou subjectiva, isto, porque estamos a lidar com "o nível de satisfação que determina o bem-estar". Para o efeito, não há forma de garantir que um factor seja mais importante do que outro, mas é possível admitir uma igual importância em graus diferentes.

Para o turismo poder ter impactos significativos no bem-estar das comunidades é necessário salvaguardar 3 aspectos: o nível de desenvolvimento económico, a escala do turismo em termos *per capita* e a propensão para a aglomeração turística. Devemos garantir que um destino turístico deve ser "vendido", em primeiro lugar, aos próprios residentes. Desta forma, verificámos que os factores que determinam um destino turístico são um *mix* de "condições turísticas", a "população residente" e os "turistas". Estes mesmos factores já tinham sido identificados no modelo original de Butler (1980), mas ainda não tinham sido tratados em conjunto, em termos matemáticos. Verificámos, ainda, que a proposta de Johnston (2001a) se enquadrava no pretendido, em termos de variáveis de oferta, pois o uso do agrupamento dessas, em termos de recursos básicos, serviços e governação, apresenta-se como apropriado, para o efeito. O primeiro grupo reúne as variáveis ambientais e culturais, o segundo, as acomodações, as diversões, a saúde e a habitação e, finalmente, o terceiro grupo, reúne as variáveis, serviços públicos, infra-estruturas e documentos estruturais. Por outro lado, um outro estudo sugere que 66% da variância de atractividade de um destino turístico é explicada por serviços e instalações turísticas, cultura e história, alojamento e animação.

Posteriormente, identificámos as variáveis que melhor poderiam representar os factores definidos e, por conseguinte, apurámos os respectivos indicadores dessas variáveis. Encontrámos 11 variáveis para as "condições turísticas" e respectivos indicadores para o efeito desejado, às quais adicionámos a variável "população residente" e "turistas estrangeiros". O nosso modelo funciona com, no total, 13 variáveis. De forma a permitir avaliar a qualidade de vida das populações, sugerimos que as variáveis das "condições turísticas" produzam efeitos directos no próprio indicador, ou seja, que os seus aumentos ou diminuições tenham como efeito aumentos ou diminuições do indicador, respectivamente. Desta forma, as variáveis escolhidas para o modelo, foram: área protegida, património histórico classificado, alojamentos turísticos de 4 ou mais estrelas, actividades de diversão, assistência médica, parque habitacional, policiamento, acessibilidades internas, formação no turismo, acesso à internet, planos de urbanização, população residente e turistas estrangeiros.

Considerando-se que em termos de destinos turísticos a componente da competitividade determina o sucesso do destino, é importante que o índice proposto possa contemplar essa realidade. Por outro lado, como pretendíamos avaliar o ciclo de vida de um destino

turístico, num contexto de concorrência internacional, foi necessário considerar como mais apropriada a escolha dos "turistas estrangeiros", pois, assumidamente, caso se tratasse de "turistas nacionais" as variáveis a escolher teriam de ser outras. Já em 1991, Haywood referia que a concorrência se assume como crítica para a curva do ciclo de vida. Nesta óptica, reportámo-nos a um contexto concorrencial com cinco destinos distintos.

Perante tão complexa realidade, entendemos que a melhor forma de medir a evolução de um ciclo de vida de um destino turístico é através de um indicador complexo, ou seja, um índice. Este deverá garantir alguns princípios associados à realidade do turismo e, até, à própria realidade do desenvolvimento económico, dentro dos pressupostos do contexto de concorrência internacional e da procura da qualidade de vida e do bem-estar. Se, por um lado, já Adam Smith (1776) referia que a distribuição média das condições de vida pelas populações se revela como um indicador de bem-estar, por outro lado, Archer (1987) sugere que, para avaliar a atracção, se deve recorrer a um modelo gravitacional. O mesmo autor refere ainda que a quota de mercado de turistas revela a capacidade de atracção de um destino. Assim, o índice encontrado que melhor evidenciava as relações mencionadas, foi:

$$IDT_{jt} = \sum_{i=1}^{n} \frac{1}{n} \left( \frac{\frac{D_{ijt}}{P_{jt}}}{\frac{D_{iTt}}{P_{Tt}}} \right) \times \left( \frac{T_{jt}}{T_{Tt}} \right)$$

Repartimos as hipóteses do modelo em dois grupos: um primeiro grupo, de hipóteses gerais, as que revelam ou não se o IDT proposto evolui dentro do pressuposto do próprio modelo TALC; um segundo grupo, de hipóteses específicas, que não são mais do que a análise de sensibilidade do próprio modelo, ou seja, até que ponto as variações nos factores do modelo levava a aumentos, diminuição e manutenção do próprio índice. Só após estas apreciações estaríamos em condições de avaliar e interpretar os respectivos valores das diferentes fases do ciclo de vida de um destino turístico.

Para que pudéssemos considerar a nossa proposta, em termos da sua aplicabilidade a uma realidade turística, tivemos que criar os seguintes pressupostos do próprio modelo:

- Admitimos uma análise em contexto concorrencial;
- Admitimos que um destino pode não possuir ou, então, ser o único a possuir qualquer variável das "condições turísticas";
- Não admitimos a não existência de "população residente";
- Não admitimos a não existência de "turistas estrangeiros".

Os últimos três pressupostos garantem que o somatório dos IDT seja sempre igual ou superior a 1. Por outro lado, garantimos, ainda, que o posicionamento competitivo de um destino depende do posicionamento dos seus concorrentes, pois as apreciações desta natureza fazem mais sentido se forem consideradas nestes termos. Por outras palavras, um destino não existe isoladamente, logo, devemos considerar sempre o contexto concorrencial em que se insere para podermos aferir do seu nível de desenvolvimento.

No capítulo 6, testámos as hipóteses do modelo, num contexto concorrencial com 5 destinos que, apesar de ser um assunto em discussão, se afigura como uma dimensão apropriada, na opinião dos investigadores. Partindo de valores simulados, mas cumprindo com um possível realismo, verificámos que o modelo IDT apresenta, para os 20 cenários testados, resultados consistentes com o modelo TALC, onde podem surgir evoluções "típicas" em "S", evoluções de "fase única ou de mudança de fase pouco acentuada", evoluções onde "não se manifestam todas as fases" e ainda, de evoluções de "declínio" imediato, sem que se esteja na fase de estagnação. Vimos também que, para as 78 variantes de análise de sensibilidade, considerando apenas as variações num único destino, o IDT revela resultados dentro do esperado para as diferentes evoluções de cada factor. Ou seja, de acordo com as diferentes proporções de variação de cada factor, assim teremos aumentos, diminuições ou não alterações dos respectivos valores do IDT.

Na sequência dos testes efectuados, pudemos verificar que os resultados obtidos permitem-nos reforçar algumas proposições já conhecidas, mas também sugerem novas abordagens a ter sobre o assunto do ciclo de vida dos destinos:

- Um destino turístico influencia a posição competitiva dos outros após a sua entrada no mesmo mercado, ou seja, o ambiente concorrencial permanente obriga a redobradas atenções por parte de quem já está nos mercados;

- A posição no ciclo de vida revela o nível de desenvolvimento de cada destino concorrente, ou seja, antes da tomada de decisões estratégicas, os destinos devem saber em que fase do seu ciclo de vida se encontram. Mas, a simples análise à curva, de forma isolada, pode induzir em erro e provocar um efeito de *dislax*;
- Um "Factor Crítico de Sucesso" pode ser único, escasso ou dominante. Contudo, sendo único não adiante reforçar a sua posição, pois a vantagem competitiva reside no simples facto de o possuirmos. Quanto aos outros casos, é precisamente o reforço que permitirá consolidar a vantagem competitiva. Mas, quando começa a tornar-se banal ou a massificar-se, perde essa natureza;
- A conhecida assímptota máxima é determinada pela evolução dos turistas, mas identificámos a existência de uma assímptota mínima, na presença da fase de declínio, que é determinada pela evolução da população residente. No limite, devemos ter, pelo menos, uma pessoa residente, pois caso contrário, estaremos em presença de um espaço desprovido de pessoas e, consequentemente, o turismo nada trará de benéfico às populações residentes (princípio do absurdo);
- O IDT revela a existência de um "Equilíbrio Absoluto" do nível competitivo dos destinos. Tal acontece quando o somatório dos IDT de todos os destinos considerados num determinado contexto concorrencial for igual a 1 (um). Ou seja, quando há um IDT diferente de 1 (um) isso significa que há desequilíbrio entre os níveis de desenvolvimento dos destinos considerados;
- A melhoria do IDT de um destino, visto isoladamente, não garante a melhoria da posição relativa desse destino, ou seja, o ciclo de vida deve ser visto em termos concorrenciais ou relativos;
- O recurso ao IDT como indicador de medida evolutiva do desenvolvimento de um destino turístico, pode, em determinados contextos competitivos, revelar-se contrário ao simples recurso à variável "turistas", dando-nos uma noção mais completa desse desenvolvimento;
- Uma forte posição de partida não garante uma evolução segura, pois tal depende da evolução concorrencial considerada, ou seja, um destino não pode ficar na "sombra" do seu sucesso;
- Compete ao destino mais forte, em termos competitivos, influenciar a evolução dos destinos considerados no contexto concorrencial, podendo provocar ou acentuar as assimetrias de desenvolvimento, ou seja, uma macro-região deve procurar um

desenvolvimento harmonioso, onde um destino mais forte acabe por arrastar os outros, no mesmo sentido;

- A totalidade dos destinos, vista em conjunto, pode perder qualidade de vida, pois, os ganhos de um destino podem não ser suficientes para cobrir as perdas dos outros, ou seja, a promoção de qualidade de vida deve ser vista em termos de conjunto para promover o equilíbrio inter-regional;
- As decisões de investimento resultarão, melhor ou pior, consoante a actuação da concorrência, ou seja, as "boas práticas" devem ser aplicadas em contextos semelhantes;
- Não é aconselhada uma estratégia de investimento moderada e sem investimentos diferenciadores, quando a posição inicial é fraca;
- Quando um destino apresenta níveis muito mais baixos que a concorrência e não tiver capacidade para fortes investimentos, deverá equacionar a possibilidade de redireccionar o seu mercado;
- Um destino tem mais a ganhar se for investindo, mesmo que gradualmente e de forma pouco expressiva nuns momentos, alternados com outros momentos mais expressivos, do que se o fizer de forma constante e moderada ou ainda de forma interpolada entre investimento e desinvestimento. Isto, desde que os outros destinos possuam taxas de crescimento moderado e uma estrutura económica, sociocultural e ambiental, mais desequilibrada. Mas, uma política de investimento oscilante, com momentos de forte investimento, interpolados com outros de fracos ou nulos, com preocupação nas variáveis "críticas" do destino, é mais vantajosa que outras políticas de investimento constante e moderado e sem que haja a preocupação com as ditas variáveis "críticas";
- É sugerido que haja investimentos em contra-ciclo;
- Uma variável "crítica" de um destino pode deixar de o ser na sequência da evolução do contexto concorrencial e, por outro lado, só mantém essa qualidade, de sentido positivo se houver continuidade no seu investimento, ou investimentos complementares que a valorizem. Ou seja, quando um projecto de investimento se apresenta como "crítico" não basta investir nesse projecto, mas sim, é necessário possuir um plano de investimentos complementares;
- A configuração de uma curva não é suficiente para concluir sobre a sua evolução, ou seja, é necessário saber o contexto evolutivo da concorrência. Por outras palavras, o

ciclo de vida de um destino turístico não é independente dos restantes ciclos de vida dos outros destinos turísticos;

- Num contexto concorrencial a quota de mercado assume especial relevo no posicionamento de cada destino, ou seja, ter mais turistas só é vantajoso se isso representar ter mais do que a concorrência;
- Quando um destino entra em declínio logo a partir da fase de exploração, deve equacionar a sua retirada desse mercado;
- A entrada na fase de declínio, deve ser relativizada, pois é diferente entrar nessa fase partindo das fases iniciais do ciclo de vida, ou partindo de fases mais adiantadas desse ciclo;
- Um destino que chegue à fase de estagnação antes dos restantes, pode tomar a decisão estratégica de sair desse mercado, em antecipação;
- A "população residente" deve fazer parte das políticas de desenvolvimento local, quer em termos da sua qualidade como também em termos da sua quantidade.

Após estas considerações, sugerimos que qualquer evolução de um destino depende sempre de duas condições:

- Posição de partida de cada destino, no seu contexto concorrencial;
- Proporção evolutiva de cada factor relativamente aos restantes concorrentes.

O IDT proposto revela a importância dos "Factores Críticos de Sucesso", dos valores relativos das variáveis, dos factores "condições turísticas", "população residente" e "turistas estrangeiros" como objectos de política para a competitividade internacional dos destinos turísticos e destaca as diferentes fases do ciclo de vida de um destino turístico. Verificamos que as "condições turísticas" e os "turistas estrangeiros" influenciam de forma directa o IDT e que a "população residente" o faz de forma inversa. Sugerimos, também, que o desenvolvimento deve ser sempre visto em termos comparativos, pois dependerá do contexto concorrencial em que se encontre. Por outro lado, o IDT também contempla, em termos teóricos, as diferentes situações possíveis no desenvolvimento de um destino turístico, ou seja, *resorts* criados de raiz (começando na fase de desenvolvimento), destinos com níveis constantes ou moderados de evolução (não passando da fase de exploração/envolvimento ou consolidação/estagnação), destinos que apresentem uma evolução de acordo com um ciclo completo (passando

pelas seis fases de forma mais ou menos pronunciada), ou ainda, destinos que, pelo seu forte investimento inicial, entrem de imediato na fase de consolidação atingindo rapidamente a fase da estagnação.

Os resultados numéricos do IDT sugerem que, quando estes se apresentam baixos, estaremos na fase de exploração, e quando esses valores são altos, estaremos nas fases de consolidação e estagnação. Quando esses valores se apresentarem com números intermédios, estaremos nas fases de envolvimento e desenvolvimento. Associada a esta questão, temos os diferentes ritmos de crescimento do IDT e suas tendências. Assim, genericamente, a Fase de Exploração apresenta um crescimento muito moderado, a Fase de Envolvimento apresenta um crescimento moderado, a Fase de Desenvolvimento apresenta um crescimento forte, a Fase de Consolidação apresenta um crescimento moderado ou muito moderado, a Fase de Estagnação apresenta um crescimento muito moderado ou nulo e, finalmente, a Fase de Declínio apresenta um decrescimento, ao longo do tempo considerado.

Os resultados numéricos do estudo permite-nos, ainda, aferir que:

a) Nem todas as configurações sinusoidais traduzem uma evolução ao longo de todo o ciclo de vida (seis fases);
b) Um destino pode apresentar mais do que um ciclo de vida, de acordo com os diferentes contextos concorrenciais em que se encontre;
c) Nem todos os ciclos de vida passam por todas as seis fases, do modelo TALC;
d) Os destinos que apresentam uma curva sinusoidal mais pronunciada são os que partem de valores baixos do seu IDT, os quais acabam por atingir valores relativamente elevados, acabando por ficar em primeiro ou segundo lugar em termos competitivos;
e) Os destinos que partem de situações mais favoráveis, encontram-se com níveis de desenvolvimento turístico mais elevados e estarão, consequentemente, em termos concorrenciais, em fases mais avançadas do seu ciclo de vida;
f) Os destinos que apesar de crescerem ficam com os valores do seu IDT sempre muito reduzidos, acabam por não sair da Fase de Exploração;
g) O que distingue as Fases de Exploração e Envolvimento, das Fases de Consolidação e Estagnação, são os valores do IDT e não as inclinações das rectas tangentes à curva nos pontos dessas fases, pois, pode haver inclinações

iguais para fases diferentes. Os primeiros apresentam valores baixos e os segundos valores altos dos respectivos IDT;

h) O modelo sugere que são os destinos com melhor performance que determinam o posicionamento dos restantes (se por um lado, em contexto concorrencial a referência é o destino *líder*, por outro lado, um destino ao estar integrado num determinado contexto concorrencial é porque reúne condições semelhantes aos restantes destinos, de modo a concorrer pelo mesmo mercado).

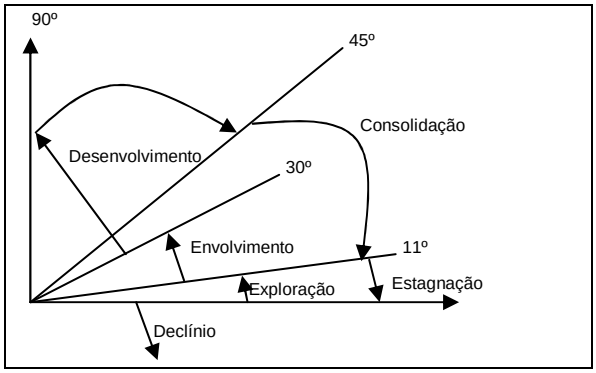
Por outro lado, os resultados das diferentes configurações das curvas permitem-nos dizer que podemos encontrar uma correspondência entre os diferentes valores do IDT e as diferentes fases evolutivas do ciclo de vida. Pois, podemos considerar que a inclinação da recta tangente à curva que passa pelo ponto de mudança para cada uma das fases pode contribuir para caracterizar essa mesma fase. É consensual que: cada fase traduz uma descrição resultante da articulação entre os factores; cada fase configura ritmos evolutivos diferentes; cada ritmo evolutivo deve possuir a sua inclinação gráfica. É possível associar os valores do IDT a inclinações das rectas tangentes à curva nos pontos correspondentes às diferentes fases do ciclo de vida de um destino (medida em termos de graus), recorrendo ao cálculo da inversa da tangente do declive das referidas rectas, como forma de identificar o posicionamento da respectiva fase. Para efectuar esse cálculo, assumimos que o valor do IDT se apresenta para uma unidade de tempo considerada qualquer que ela seja. Consideramos como unidade de tempo o ano civil, mas a sua dimensão não tem de ser a unidade, pois, entendemos que o que interessa é a avaliação da evolução, independentemente da dimensão de tempo considerado.

Do nosso estudo, resulta possível identificar as fases do ciclo de vida em que se encontra um destino turístico, num contexto concorrencial internacional e considerando os factores “condições turísticas”, “população residente” e “turistas estrangeiros”. Desta forma, verificamos que, recorrendo ao IDT, podemos encontrar valores, para as respectivas fases e, consequentemente, os respectivos ângulos associados:

| Fases do Ciclo de Vida | Valores do IDT | Inclinação da Recta Tangente |
|---|---|---|
| Fase de Exploração | $0 < IDT_{ex} < 0{,}194$ | $0^{\circ} < \alpha < 11^{\circ}$ |
| Fase de Envolvimento | $0{,}194 \leq IDT_{e} < 0{,}577$ | $11^{\circ} \leq \alpha < 30^{\circ}$ |
| Fase de Desenvolvimento | $0{,}577 \leq IDT_{d} < 1{,}401$ | $30^{\circ} \leq \alpha < 90^{\circ}$ |
| Fase de Consolidação | $1{,}401 \leq IDT_{c} \leq 3{,}019$ | $11^{\circ} < \alpha < 45^{\circ}$ |
| Fase de Estagnação | $IDT_{es} > 3{,}019$ | $0^{\circ} \leq \alpha \leq 11^{\circ}$ |
| Fase de Declínio | $IDT_{de\,(t)} > IDT_{de\,(t+1)}$ | $-90^{\circ} < \alpha < 0^{\circ}$ |

Fonte: Elaboração própria

Graficamente as inclinações apresentam-se da seguinte forma:




Fonte: Elaboração própria

Todos os estudos científicos devem fechar algumas portas, mas devem, acima de tudo, abrir outras, de modo a que as matérias nele tratadas, quer através de uma abordagem mais directa, quer ainda através dos assuntos que acabam por fugir ao seu objecto, mas que com ele estão relacionados, possam ser objecto de aprofundamento científico, de modo a poderem criar e transferir esses conhecimentos para o mundo do trabalho e da prática.

No nosso caso, fica a ideia de que é possível atribuir uma natureza normativa ao modelo TALC, dentro de um conjunto de pressupostos. Podemos ainda sugerir algumas áreas que podem ser aprofundadas com mais investigação. A primeira questão que se coloca é verificar os resultados do IDT utilizando dados reais no lugar dos dados simulados. Depois, são as próprias variáveis escolhidas que podem ser equacionadas. Assim, sugerimos a possibilidade de aplicar o mesmo modelo IDT, utilizando outras variáveis, desde que salvaguardada a condição do seu efeito directo, pois isso evita erros interpretativos quanto à sua aplicabilidade. Podemos também estudar se há diferentes

graus de importância atribuídos às variáveis das "condições turísticas", consoante estejamos em presença de turistas nacionais ou de turistas estrangeiros. Há também a questão da dimensão do contexto concorrencial, ou seja, até que ponto, num contexto diferente de cinco destinos, serão os resultados diferentes. Outra sugestão para aprofundamento de estudo, prende-se com a aplicação do modelo IDT a outras realidades, que não o turismo, com as devidas adaptações, quer ao mundo empresarial, quer inclusivamente a áreas distintas do turismo. Podemos também aprofundar os efeitos correctivos de natureza cambial ou fiscal, quando um destino perde posição relativa e, por conseguinte, os outros destinos ganham posição, ou seja, até que ponto esses instrumentos económicos permitem atenuar essas assimetrias de desenvolvimento. Também fica em aberto o estudo sobre a forma como os "turistas" utilizam as "condições turísticas", na sua função de escolha do destino, se o fazem em termos de filas de espera ou se o fazem em termos de sistema.

Com este estudo, julgamos estar a dar o nosso contributo para melhor percebermos a realidade do ciclo de vida dos destinos turísticos, dando-lhe um formato de contexto concorrencial, permitindo identificar a fase do ciclo de vida em que se encontra um destino turístico e, assim, permitir as escolhas das estratégias de desenvolvimento mais apropriadas ao seu contexto.

# Bibliografia

AGARWAL, S. (2002). "Restructuring seaside tourism: the resort lifecycle". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 1, pp. 25-55.

AGUILÓ, E., ALEGRE, J. AND SARD, M. (2005). "The persistence of the sun and sand tourism model". *Tourism Management*, vol. 26, pp. 219-231.

AGUILÓ, E AND ROSSELLÓ, J. (2005). "Host Community Perceptions: a cluster analysis". *Annals of Tourism Research*, vol. 32, nº 4, pp. 925-941.

AGUILÓ, E. ALEGRE, J. AND SARD, M. (2002). "The Analysis of Tourist Demand as a criteria in destination positioning: the persistence of the Sun and Beach tourist model in the Balearic Islands". Working Paper.

ALAN, A.L., HALL. C. M. AND WILLIAMS, A. M. (2007). *Compêndio de Turismo*. Col. Ciência e Técnica. Ed. Instituto Piaget. Lisboa.

AMELUNG, B. AND VINER, D. (2006). "Mediterranean tourism: exploring the future with the Tourism Climatic Index". *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 14, nº 4, pp. 349-366.

ANDRIOTIS, K. (2006). "Hosts, Guests and Politics: coastal resorts morphological change". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 4, pp. 1079-1098.

ANDSAGER, J.L. AND DRZEWIECKA, J.A. (2002). "Desirability of differences in destinations". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 2, pp. 401-421.

ARAMBERRI, J. (2001). "The host should get lost: paradigms in the tourism theory". *Annals of Tourism Research*, vol. 28, nº 3, pp. 738-761.

ARCHER, B. (1987). "Demand Forecasting and Estimation". *Travel, Tourism, and Hospitality Research: A Handbook for Managers and Researchers*, Chapter 7, New York: John Wiley and Sons Inc., In J.R. Brent Ritchie and Charles R Goeldner (eds.), pp. 77-85.

ARCHER, B. (1982). "The value of multipliers and their policy implications". *Tourism Management*, vol. 4, pp.236-241.

ARK, L.A. VAN DER AND RICHARDS, G. (2006). "Attractiveness of cultural activities in European cities: a latent class approach". *Tourism Management*, vol. 27, pp.1408-1413.

BAIDAL, J.A.I. (2004). "Regional tourism planning in Spain: evolution and perspectives". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 2, pp. 313-333.

BAKER, D.A. AND CROMPTON, J.L. (2000). "Quality, Satisfaction and Behavioural Intentions". *Annals of Tourism Research*, vol.27, nº3, pp. 785-804.

BALOGLU, S. AND MCCLEARY, K.W. (1999). "A model of destination image formation". *Annals of Tourism Research*, vol. 26, nº 4, pp. 868-897.

BANSAL, H. AND EISELT, H.A. (2004). "Exploratory research of tourism motivations and planning". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 387-396.

BAPTISTA, MÁRIO (2003). *Turismo: gestão estratégica*. Editora Verbo. Lisboa.

BARGEMAN, B. AND VAN DER POEL, H. (2006). "The role of routines in the vacation decision – making process of Dutch vacationers". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 707-720.

BAUM, T. (1998). "Taking the exit rout: extending the tourism area life cycle model". *Current Issues in Tourism*, vol. 1, nº2, pp.167-175.

BEERLI, A., MENESES, G. D. AND GIL, S. M. (2007). "Self-congruity and destination choice". *Annals of Tourism Research*, vol. 34, nº 3, pp. 571-587.

BENI, M. CARLOS (1997). *Análise Estrutural do Turismo*. Editora Senac, 6ª Edição actualizada. São Paulo.

BIEGER, T. AND WITTMER, A. (2006). "Ait Transport and Tourism: perspectives and challenges for destinations, airlines and governments". *Journal of Air Transport Management*, vol. 12, pp. 292-305.

BLAKE, A., DURBARRY, R., EUGÉNIO-MARTIN, J.L., GOOROOCHURN, N., HAY, B., LENNON, J., SINCLAIR, M.T., SUGIYARTO, G. AND YEOMAN, I. (2006). "Integrating forecasting and CGE models: the case of tourism in Scotland". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 292-305.

BONAGLIA, F. E GOLDSTEIN, A. (2006). *Globalização e Desenvolvimento. Editorial Presença*. 1ª Edição. Lisboa.

BORRIE, W. T., MCCOOL, S. F. AND STANKER, G. H. (1998). "Protected Area Planning Principles and Strategies". *Ecoturism: a guide for planners and managers*. In Linberg, K., Wood, M. E. and Engeldrum, D. (Eds.), vol. 2, pp. 133-154.

BROOKS, C. M., KAUFMANN, P. J. AND LICHTENSTEIN, D. R. (2008). "Trip chaining behavior in multi-destination shopping trips: a field experiment and laboratory replication". *Journal of Retailing*, 84 (1), pp. 29-38.

BUHALIS, D. (1999). "Limits of Tourism Development in Peripheral Destinations: problems and challenges". *Tourism Management*, vol. 20, pp. 183-185. Opinion Piece.

BUHALIS, D. (2000). "Marketing the competitive destination of the future". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 97-116.

BURNS, P.M. (2004). "Tourism planning: a third way?". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 1, pp. 24-43.

BURNS, P.M. AND SANCHO, M.M. (2003). "Local perceptions of tourism planning: the case of Cuéllar, Spain". *Tourism Management*, vol. 24, pp. 331-339.

BUTLER, R.W. (1980). "The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources". *Canadian Geographer* (24), pp. 5-12.

BUTLER, R. AND G. WALL (1985). "Introduction: Themes in Research in the Evolution of Tourism". *Annals of Tourism Research*, vol. 12, pp.287-296.

BUTLER, R. W. (1993). "Tourism Development in Small Islands: past influences and future directions". *The development process in small island states*. D.G. Lockhart, D.Drakakis-Smith and J. Schembri, eds., pp.71-91. London: Routledge.

BUTLER, R. (1997). "The concept of carrying capacity for tourism destination: dead or merely buried". In C. Cooper and S. Wanhill (eds.). *Tourism Development, Environmental and Community Issues*, pp.11-21. Chichester: Wiley.

BUTLER, R.W. (1999). "Sustainable Tourism: a state-of-the-art review". *Tourism Geographies* 1 (1), pp.7-25.

BUTLER, R.W. (2000). "Tourism and the environment: a geographical perspective". *Tourism Geographies* 2 (3), pp.337-358.

BUTLER, R.W. (2004). "Geographical Research on Tourism, Recreation and Leisure: origins, eras and directions". *Tourism Geographies*, vol. 6, nº 2, pp.143-162.

BUTLER, R.W. (2006a). *The Tourism Area Life Cycle,* vol. *1: applications and modifications*. Aspects of Tourism. Edited by Richard W. Butler. Channel View Publications. Great Britain.

BUTLER, R.W. (2006b). *The Tourism Area Life Cycle,* vol. *2: conceptual and theoretical issues*. Aspects of Tourism. Edited by Richard W. Butler. Channel View Publications. Great Britain.

BUTLER, R.W. (2008). "The Relevance of the Tourism Area Life Cycle (TALC) to Sustainable Destinations". *II Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste*. Peniche, 26-27 de Novembro. Portugal.

CAILLÉ, A., LAZZERI, C. AND SENELLART, M. (2005). *História Crítica da Filosofia Moral e Política*. Editora Verbo. Lisboa.

CARMICHAEL, B.A. (2000). "A matrix model for residents attitudes and behaviors in a rapidly changing tourist area". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 601-611.

CARY, S.H. (2004). "The Tourism Moment". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 1, pp. 61-77.

CHOI, H.C. AND SIRAKAYA, E. (2006). "Sustainability indicators for managing community tourism". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 1274-1289.

CLAVER-CORTÉS, E., MOLINA-AZORÍN, J.F. AND PEREIRA-MOLINES, J. (2007). "Competitiveness in Mass Tourism". *Annals of Research Tourism*, vol. 34, nº 3, pp. 724-745.

CLEMENTS, M.A. AND GEORGIOU, A. (1998). "The impact of political instability on a fragile tourism product. Case Study". *Tourism Management*, vol. 19, pp. 283-288.

CLEWER, A., PACK, A. AND SINCLAIR, M.T. (1990). "Forecasting models for tourism demand in city dominated and coastal areas". *Papers of Regional Science Association* (69), pp. 31-42.

COLLINS, D. AND TISDELL, C. (2002a). "Age-related lifecycles: purpose variations". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 3, pp. 801-818.

COLLINS, D. AND TISDELL, C. (2002b). "Gender and Differences in Travel Life Cycles". *Journal of Travel Research* (41), pp. 133-143.

COOPER, C. (1994). "The Destination Life Cycle: An Update". *In Tourism: The State of the Art.* A. Seaton, C. Jenkins, R. Wood, P. Dieke, M Bennett and R. Smith, (eds.), pp. 340-346.

COOPER, C. (2002). "Sustainability and tourism visions". *VII Congresso Internacional da CLAD sobre a reforma do estado e da administração pública*. Outubro, Lisboa.

COOPER, C., FLETCHER, J., WANHILL, S., GILBERT, D., SHEPHERD, R.. (2003). *Turismo: princípios e prática*. Editora Bookman, 2ª Edição. São Paulo.

COOPER, C.P. (1993). "The Life Cycle Concept and Tourism". *Choice and Demand in Tourism*. P. Johnson and B. Thomas, Eds., pp. 145-160. London: Mansell.

CRACOLICI, M.F., NIJKAMP, P. AND RIETVIELD, P. (2002). "Assessment of Tourist Competitiveness by analysing destination efficiency". Tinbegen Institute. Discussion Paper.

CROUCH, G. (2006). "Destination Competitiveness: insights info attribute importance". *International Conference of Trades, Impacts and Policies on Tourism Development*. Hellenic Open University in Heraklion. Crete, Jun 15-18.

CROUCH, G. AND RITCHIE, J.R.B. (1999). "Tourism, Competitiveness and Societal Prosperity". *Journal of Business Research* (44), pp. 137-152.

DAVENPORT, J. AND DAVENPORT, J.L. (2006). "The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: a review". *Estuarine, Coastal and Shelf Science* (67), pp. 280-292.

DAVIES, A. AND QUINLIVAN, G. (2006). "A panel data analysis of the impact of trade on human development". *The Journal of Socio-Economics* (35), pp. 868-876.

DE ALBUQUERQUE, K., McELROY, J. (1992). "Caribbean Small-Island Tourism Styles and Sustainable Strategies". *Environmental Management*, vol. 16), nº 5, pp. 619-632.

DESPOTIS, D.K. (2005). "Measuring human development via data envelopment analysis: the case of Asia and the Pacific". *Omega - The International Journal of Management Science* (33), pp. 385-390.

DICKINSON, J. E., ROBBINS, D. AND FLETCHER, J. (2009). "Representation of transport: a rural destination analysis". *Annals of Tourism Research*, vol. 36, nº 1, pp. 103-123.

DIVISEKERA, S. (2003). "A model of demand for international tourism". *Annals of Tourism Research*, vol. 30, nº 1, pp. 31-49.

DONNELLY, GIBSON, IVANCEVICH (2000). *Administração: princípios de gestão empresarial*. McGrawHill. 10ª Edição. Lisboa.

DOUGLAS, N. (1997). "Applying the life cycle model to Melanesia". *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 1, pp.1-22.

DWYER, L. AND KIM, C. (2003). "Destination competitiveness: determinants and indicators". *Current Issues in Tourism*, vol. 6, nº 6, pp. 369-414.

DWYER, L., FORSYTH, P. AND RAO, P. (2000). "The price competitiveness of travel and tourism: a comparison of 19 destinations". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 9-22.

EADINGTON, W.R. AND REDMAN, M. (1991). "Economics and Tourism". *Annals or Tourism Research*, vol. 18, nº 1, pp. 41-56.

ECHTNER, C.M. AND JAMAL, T.B. (1997). "The Disciplinary Dilemma of Tourism Studies". *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 4, pp. 868-883.

ENRIGHT, M. AND NEWTON, J. (2004). "Tourism destination competitiveness: a quantitative approach". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 777-788.

FALLON, P. AND SCHOFIELD, P. (2006). "The dynamics of destination attribute importance". *Journal of Business Research* (59), pp. 709-713.

FARSARI, Y., BUTLER, R. AND PRASTACOS, P. (2007). "Sustainable tourism policy for Mediterranean destinations: issues and interrelationships". *International Journal of Tourism Policy*, vol. 1, nº 1, pp. 58-78.

FENNELL, D.A. AND BUTLER, R.W. (2003). "A Human Ecological Approach to Tourism Interactions". *International Journal of Tourism Research* (5), pp. 197-210.

FERNANDÉZ, M.C.L. AND BEDIA, A.M.S. (2004). "Is the hotel classification system a good indicator of hotel quality? An application in Spain". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 771-775.

FLETCHER, J. AND COOPER, C. (1996). "Tourism strategy planning: Szolnok county, Hungary". *Annals of Tourism Research*, vol. 23, nº 1, pp. 181-200.

FORMICA, S. AND UYSAL, M. (2006). "Destination Attractiveness Based on Supply and Demand Evaluations: an analytical framework". *Journal of Travel Research* (44), pp. 418-430.

FRAMKE, W. (2002). "The "destination": a problematic concept". *Paper presented at 10º Nordiska Forskarsymposiet I Turism,* 18-20 October 2001, Vasa.

FRECHTLING, D.C. (1987). "Assessing the Impacts of Travel and Tourism – Measuring Economic Benefits". *Travel, Tourism and Hospitality Research: A Handbook for Managers and Researche*rs, Chapter 28, J.R. Brent Ritchie and Charles R. Goeldner (eds.), New York, John Wiley and Sons, Inc., pp. 333-351.

FROST, W. (2006). Braveheart-ed Ned Kelly: "Historic films, heritage tourism and destination image". *Tourism Management,* vol. 27, pp. 247-254.

GASPARD, M. (1999). *Reinventar o crescimento: os caminhos do emprego na Europa*. Terramar. 1ª Edição portuguesa. Lisboa.

GETZ, D. (1983). "Capacity to Absorb Tourism: Concept and Limitations for Strategic Planning. *Annals of Tourism Research*, vol.10, pp. 39-63.

GETZ, D. (1992). "Tourism Planning and Destination Life Cycle". *Annals of Tourism Research*, vol. 19, pp. 752-770.

GETZ, D. (1993). "Impacts of tourism on Resident´s Leisure: concepts and a longitudinal case study of Spey Valley, Scotland". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 4, nº 2, pp. 33-44.

GIANNIAS, D.A. (1997). "Quality of Life Structural Analysis". *Journal of Environmental Management* (49), pp. 157-166.

GOMEZELJ, D.O. AND MIHALIC, T. (2007). "Destination Competitiveness: applying different models, the case of Slovenia". *Tourism Management*, vol. 29, pp. 294-307.

GROSS, M.J. AND BROWN, G. (2006). "Tourism experiences in lifestyle destination setting: the roles of involvement and place attachment". *Journal of Business Research* (59), pp. 696-700.

GU, M. AND WONG, P.P. (2006). "Residents Perception of Tourism Impacts: a case study of home stay operators in Dachangshan Dao, North-East China". *Tourism Geographies*, vol. 8, nº 3, pp. 253-273.

GUELLEC, D. E RALLE, P. (2001). *As novas teorias do crescimento*. Editora Civilização. 1ª Edição portuguesa. Porto.

GURNEWALD, R. AND SCHUBERT, H. (2007). "The Definition of new plant diversity index "$H'_{dune}$" for assessing human damage on coastal dunes:

derived from the Shannon index of entropy H´". *Ecological Indicators* (7), pp. 1-21.

HALL, C. MICHAEL (2000). *Tourism Planning: policies, processes and relationships*. Prentice Hall. Harlow.

HAMILTON, M.J. MADDISON,D.J. AND TOL, R.S.J. (2005). "Climate Change and International Tourism: a simulation study". *Global Environmental Change* (15), pp. 253-266.

HAMPTON, M.P. (2005). "Heritage, local communities and economic development". *Annals of Tourism Research*, vol. 32, nº 3, pp. 735-759.

HAN, Z., DURBARRY, R. AND SINCLAIR M.T. (2006). "Modelling US tourism demand for European destinations". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 1-10.

HARDY, A. L. AND BEETON, R. J. S. (2001). "Sustainable tourism or maintainable tourism: managing resources for more than average outcomes". *Journal of Sustainable tourism*, vol. 9, nº 3, pp. 168-192.

HAYWOOD, K. (1986). "Can the Tourist-Area Lifecycle be made operational". *Tourism Management*, vol. 7, pp. 154-167.

HERNÁNDEZ-LÓPEZ, M. AND CÁCERES-HERNÁNDEZ, J.J. (2007). "Forecasting tourists` characteristics by a genetic algorithm with a transition matrix". *Tourism Management*, vol. 28, pp. 290-297.

HERNÁNDEZ, J. M. AND LEÓN, C. J. (2006). "The interactions between natural and physical capitals in the lifecycle model". *Ecological Economics* (article in press).

HICKS, D.A. (1997). "The Inequality-Adjusted Human Development Index: A Constructive Proposal". *World Development*, vol. 25, nº 8, pp. 1283-1298.

HILLERY, M., NANCARROW, B., GRIFFIN, G. AND SYME, G. (2001). "Tourist perception of environmental impact". *Annals of Tourism Research*, vol. 28, nº 4, pp. 853-867.

HOSANY, S., EKINCI, Y. AND UYSAL, M. (2006). "Destination image and destination personality: an application of branding theories to tourism places". *Journal of Business Research* (59), pp. 638-642.

HOVINEN, G.R. (2002). "Revisiting the destination lifecycle model". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 1, pp. 209-230.

HUDSON, S. RITCHIE, B. AND TIMUR, S. (2004). "Measuring destination Competitiveness: an empirical study of Canadian ski resorts". *Tourism and Hospitality Planning and Development*, vol. 1, nº 1, pp. 79-94.

HUGHES, G. (2002). "Environmental Indicators". *Annals of Tourism Research*, vol. 29, nº 2, pp. 457-477.

HUNTER, C. (2002). "Sustainable Tourism and the Touristic Ecological Footprint". *Environment, Development and Sustainability* (4), pp. 7-20.

HYDE, K. F. AND LAESSER, C. (2009). "A structural theory of the vacation". *Tourism Management*, vol. 30, pp. 240-248.

JACKSON, R. T. (1990). "VFR Tourism: is it underestimated?. *The Journal of Tourism Studies* (1), pp. 10-17.

JANG, S. AND FENG, R. (2007). "Temporal destination revisit intention: the effects of novelty seeking and satisfaction". *Tourism Management*, vol. 28, pp. 580-590.

JOHNSTON, C.S. (2001a). "Shoring the foundations of the destination life cycle model, part 1: ontological and epistemological considerations". *Tourism Geographies* 3 (1), pp. 2-28.

JOHNSTON, C.S. (2001b). "Shoring the foundations of the destination life cycle model, part 2: a case study of Kona, Hawai´i Island". *Tourism Geographies* 3 (2), pp. 135-164.

JOVANOVIC, B. (1998). "Michael Gort`s contribution to economics". *Review of Economic Dynamics* (1), pp. 327-337.

KAJANUS, M., KANGAS, J. AND KURTTILA, M. (2004). "The use of value focused thinking and the A´WOT hybrid method in tourism management". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 499-506.

KAPCZYINSKI, A. AND SZROMEK, A. R. (2008). "Hypotheses concerning the development of Polish Spas in the year 1949-2006". *Tourism Management*, vol. 29, pp. 1035-1037.

KARPLUS, Y. AND KRAKOVER, S. (2004). "Stochastic Multivariable Approach to Modelling Tourism Area Life Cycles". *Tourism and Hospitality Research*, vol. 5, nº 3, pp. 235-253.

KAY, P. (2003). "Consumer motivation in a tourism context: continuing the work of maslow, Rokeach, Vroom, Deci, Heley and Others". *Conceptual papers/Marketing theory*. Victoria University.

KELLY, I. (1993). "Tourist Destination Crime Rates: an examination of Cairns and the Gold Coast, Australia". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 4, nº 2, pp. 2-11.

KERNEL, P. (2005). "Creating and implementing a model for sustainable development in tourism enterprises". *Journal of Cleaner Production* (13), pp. 151-164.

KIM, K. (2002). "The effects of tourism impacts upon Quality of Life of residents in community". *Dissertation to Doctor of Philosophy in Hospitality and Tourism Management*. Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg. Virginia.

KO, D.W. AND STEWART, W.P. (2002). "A structural equation model of residents' attitudes for tourism development". *Tourism Management*, vol. 23, pp. 521-530.

KO, T.G. (2005). "Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach". *Tourism Management*, vol. 26, pp. 431-445.

KOENIG-LEWIS, N. AND BISCHOFF, E.E. (2005). " Seasonality Research: the state of the art". *International Journal of Tourism Research* (7), pp. 201-219.

KOZAK, M. AND RIMMINGTON, M. (1999). "Measuring tourist destination competitiveness: conceptual considerations and empirical findings". *Hospitality Management* (18), pp. 273-283.

LAFUENTE, F. M. E. (1991). "Crítica de la Economía Turística: enfoque de oferta *versus* enfoque de demanda". *Tesis Doctoral*. Universidad Complutense de Madrid: Facultad de Ciencias Económicas Y Empresariales. Departamento de Economía Aplicada III. Madrid.

LAM, T. AND HSU, C.H.C. (2006). "Predicting behavioural intention of choosing a travel destination". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 589-599.

LANDES, DAVID S. (2002). *A riqueza e a pobreza das nações: porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*. Gradiva. 6ª Edição. Lisboa.

LEE, C-C AND CHANG, C-P (2008). "Tourism development and economic growth: a closer look at panels". *Tourism Management*, vol. 29, pp. 180-192.

LEE, G., MORRISON, A.M. AND O´LEARY, J.T. (2006). "The economic value portfolio matrix: a target market selection tool for destination Marketing organizations". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 576-588.

LEIPER, N. (2008). "Why the tourism industry is misleading as a generic expression: the case for the plural variation, tourism industries". *Tourism Management*, vol. 29, pp. 237-251.

LEÓN, C. J., HERNÁNDEZ, M. J. AND GONZÁLEZ, M (n.d). "Endogenous lifecycle and optimal growth in tourism". Working Paper.

LEVITT, T. (1966). "Putting the product life cycle to work". *Harvard Business Review*, Nov./Dez. (1965), pp. 19-23.

LEW, A. AND MCKERCHER, B. (2006). "Modeling tourist movements: a local destination analysis". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 2, pp. 403-423.

LEW, A., HALL, C. M. AND WILLIAMS, A.M. (2004). *Compêndio de Turismo*. Instituto Piaget. Lisboa.

LIU, A. AND WALL, G. (2006). "Planning tourism employment: a developing country perspective". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 159-170.

LUMSDON, L. (2000). "Transport and Tourism: cycle tourism – a model for sustainable development?". *Journal of Sustainable Tourism*, vol. 8, nº 5, pp. 361-377.

LUNDTORP, S. AND WANHILL, S. (2001). "The Resort Lifecycle Theory: generating processes and estimation". *Annals of Tourism Research*, vol. 28, nº 4, pp. 947-964.

MACAULAY INSTITUTE (2006). *Indicators and Sustainable Tourism: literature review*. April. Aberdeen.

MARCH, R. AND WOODSIDE, A.G. (2005). "Testing theory of planned versus realized tourism behaviour". *Annals of Tourism Research*, vol. 32, nº 4, pp. 905-924.

MARCOUILLER, D.W., KIM, K.K. AND DELLER, S. (2004). "Natural amenities, tourism and income distribution". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 4, pp. 1031-1050.

MARTIN, C.A. AND WITT, S.F. (1987). "Tourism demand forecasting models: choice of appropriate variable to represent tourists' cost of living". *Tourism Management*, vol. 8, pp. 233-46.

MARTIN, C.A. AND WITT, S.F. (1989). "Accuracy of econometrics forecasts of tourism". *Annals of Tourism Research*, vol. 16, nº 3, pp. 407-428.

MARTÍN, M.B.G. (2005). "Weather, climate and tourism: a geographical perspective". *Annals of Tourism Research*,, vol. 32, nº 3, pp. 571-591.

MASON, R. (2000). "The Social Significance of Consumption: James Duesenberry´s Contribution to Consumer Theory". *Journal of Economic Issues*, vol. 34, nº 3, pp. 553-572.

MASSAM, B. (2002). "Quality of life: public planning and private living". *Progress in Planning* (58), pp. 141-227.

MATZLER, K. AND RENZL, B. (2007). "Assessing asymmetric effects in the formation of employee satisafction". *Tourism Management*, vol. 28, pp. 1093-1103.

MCELROY, J.L. (2006). "Small island tourist economies across the life cycle". *Asia Pacific Viewpoint*, vol. 47, nº 1, pp.61-77.

MCELROY, J.L. (2002). "Tourism Development in Small Islands Across the World". *Islands VII Conference, Institute of Islands Studies*. University of Prince Edward Islands. Charlottetown.

MCELROY, J.L. AND DE ALBUQUERQUE, K. (1998). "Tourism penetration index in small Caribbean Islands". *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 1, pp. 145-168.

MCKERCHER, B. (1996). "Differences between tourism and recreation in parks". *Annals of Tourism Research*, vol. 23, nº 3, pp. 563-575.

MELIÁN-GONZÁLEZ, A. AND GARCÍA-FALCÓN, J.M. (2003). "Competitive potential of tourism in destinations". *Annals of Tourism Research*, vol. 30, nº 3, pp. 720-740.

MILLER, G. (2001). "The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers". *Tourism Management*, vol. 22, pp. 351-362.

MILNE, G. AND ATELJEVIC, I. (2001). "Tourism, Economic Development and the Global-Local nexus: theory embracing complexity". *Tourism Geographies* 3 (4), pp. 369-393.

MOLLOY, J. (2002). "Regional Festivals: a look at community support, the isolation factor and funding sources". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 13, nº 2, pp. 2-15.

MONIZ, A.I. (2006). "A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores". *Tese de Doutoramento*. Doutoramento em

Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

MOORE, K., CUSHMAN, G. AND SIMMONS, D. (1995). "Behavioural Conceptualization of Tourism and Leisure". *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 1, pp. 67-85.

MOORE, W. AND WITEHALL, P. (2005). "The tourism area lifecycle and regime switching models". *Annals of Tourism Research*, vol. 32, nº 1, pp. 112-126.

MORLEY, C. L. (1990). "What is Tourism? Definitions, Concepts and Characteristics". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 1, nº 1, pp. 3-8.

MORLEY, C. L. (1998). "A Dynamic International Demand Model". *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 1, pp. 70-84.

MORSE, S. (2003). "For better or for worse, till the human development index do us part?". *Ecological Economics* (45), pp. 281-296.

MOSS, S.E., RYAN, C. AND WAGONER, C.B. (2003). "An Empirical Test of Butler´s Resort Product Life Cycle: Forecasting Casino Winnings". *Journal of Travel Research* (41), pp. 393-399.

MURPHY, P., PRITCHARD, M. AND SMITH, B. (2000). "The destination product and is impact on traveller perceptions". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 43-52.

NADAL, J.R., FONT, A. R. AND ROSSELLÓ, A. S. (2004). "The economic determinants of seasonal patterns". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 3, pp. 697-711.

NEUMAYER, E. (2001). "The human development index and sustainability – a constructive proposal". *Ecological Economics* (39), pp. 101-114.

NICOLAU, J.L. AND MÁS, F.J. (2006). "The influence of distance and prices on the choice of tourist destinations: the moderating role of motivations". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 982-996.

NORTHCOTE, J. AND MACBETH, J. (2006). "Conceptualizing Yield: sustainable tourism management". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 1, pp. 199-220.

OBENOUR, W., PATTERSON, M., PEDERSEN, P. AND PEARSON, L. (2006). " Conceptualization of a meaning-based research approach for tourism service experiences". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 34-41.

OCDE (2005). Statistics Brief. September, Nº 10.

OPPERMANN, M.(1992). "Travel Dispersal Index". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 3, nº 1, pp. 44-49.

OPPERMANN, M. (1995). "Travel Life Cycle". *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 3, pp. 535-552.

OPPERMANN, M. (1996). "Convention Cities: images and changing fortunes". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 7, nº 1, pp. 10-19

PALACIOS, T.M.B. E SOUSA, J.M.M. (2004). *Estratégias de Marketing Internacional*. Editora Atlas. São Paulo.

PANDEY, M.D., NATHWANI, J.S. AND LIND, N.C. (2006). "The derivation and calibration of the life-quality index (LQI) from economic principles". *Structural Safety* (28), pp. 341-360.

PAPATHEODOROU, A. (2004). "Exploring the evolution of tourism resorts". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 1, pp. 219-237.

PARSON, M.J. AND CULLIGAN, M.J. (1992). *Guia do planeamento estratégico*. Difusão Cultural. Lisboa.

PEARCE, P.L. (1991). "Analysing Tourist Attractions". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 2, nº 1, pp. 46-55.

PEARCE, D.G. (1990). "Tourism, the regions and restructuring in New Zeland". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 1, nº 2, pp. 33-42.

PEARCE, D. G. (1999). "Towards a geography of the geography of tourism: issue and examples from New Zealand". *Tourism Geographies* 1 (4), pp. 406-424.

PHILLIPS, M.R. AND JONES, A.L. (2006). "Erosion and tourism infrastructure in the coastal zone: problems, consequences and management". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 517-524.

PIGA, C.A.G. (2003). "Territorial planning and tourism development tax". *Annals of Tourism Research*, vol. 30, nº 4, pp. 886-905.

PIGRAM, J. J. (1990). "Sustainable Tourism – policy considerations". *The Journal of Tourism Studies*, vol. 1, nº 2, pp. 2-9.

PORIA, Y., BUTLER, R. AND AIREY, D. (2003). "Revisiting Mieczkowski´s conceptualization of tourism". *Tourism Geographies* 5 (1), pp.26-38.

PORTER, M. (1980). *The competitive strategy: techniques for analysing industries and competitors*. The Free Press. New York.

PORTER, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. MacMillan. London.

PRENTICE, R.C., WITT, S.F. AND HAMER, C. (1998). "Tourism as Experience: the case of heritage parks". *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 1, pp. 1-24.

PRIDEAUX, B. (2000). "The resort development spectrum – a new approach to modeling resort development". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 225-240.

PULINA, M., DETTORI, D.G. AND PABA, A. (2006). "Life cycle of agrotouristic firms in Sardinia". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 1006-1016.

REISINGER, Y. AND STEINER, C.J. (2006). "Reconceptualizing object authenticity". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 1, pp. 65-86.

REKOM, J. VAN AND GO, F. (2006). "Being discovered: a blessing to local identities?". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 3, pp. 767-784.

RICHARDS, G. (1999). "Vacations and the Quality of Life: patterns and structures. *Journal of Business Research* (44), pp. 189-198.

RITCHIE, B.W. (2004). "Chaos, crises and disasters: a strategic approach to crises management in the tourism industry". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 669-683.

RITCHIE, J.R.B. AND CROUCH, G. (2000). "The competitive destination: a sustainability perspective". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 1-7

RODRIGUES, M.J., DIONÍSIO, P. E ESPERANÇA, J.P. (1993). *Strategor: política global da empresa*. Publicações Dom Quixote. 2ª Edição. Lisboa.

RUNYAN, R.C. (2006). "Tourist dependent small towns: understanding competitive advantage". *Journal of Vacation Marketing* (12), pp. 329-343.

RUSSELL, R. AND FAULKNER, B. (2004). "Entrepreneurship, chaos and the tourism area lifecycle". *Annals of Tourism Research*, vol. 31, nº 3, pp. 556-579.

RUSSO, A.P. AND BORG, J.V. DER (2002). "Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities". *Tourism Management*, vol. 23, pp. 631-637.

SAGAR, A.D. AND NAJAM, A. (1998). "The human development index: a critical review". *Ecological Economics* (25), pp. 249-264.

SAUTTER, E.T. AND LEISEN, B. (1999). "Managing stakeholders: a tourism planning model". *Annals of Tourism Research*, vol. 26, nº 2, pp. 312-328.

SAVERIADES, A. (2000). "Establishing the social tourism carrying capacity for tourist resorts of the coast of Republic of Cyprus". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 147-156.

SEDDIGHI, H.R. AND THEOCHAROUS, A.L. (2002). "A model to tourism destination choice: a theoretical and empirical analysis". *Tourism Management*, vol. 23, pp. 475-487.

SEN, AMARTYA (1999). *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Terramar. 1ª Edição portuguesa. Lisboa.

SHEPPARD, D. (2006). "The New Paradigm for Protected Areas: implications for managing visitors in protected areas". *Third International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas*. University of Applied Sciences Rapperswill. Switzerland, 13-17 September. Siegrist , D., Clivaz, C., Hunzinker, m. and Iten, S. (eds.).

SIMÓN, F.J.G., NARANGAJAVANA, Y. AND MARQUÉS, D.P. (2004). "Carrying capacity in the tourism industry: a case study of Hengistbury Head". *Tourism Management*, vol. 25, pp. 275-283.

SIMPSON, K. (2001). "Strategic Planning and Community Involvement as Contributors to Sustainable Tourism Development". *Current Issues in Tourism*, vol. 4, nº 1, pp. 3-41.

SINCLAIR, M.T. (1998). "Tourism and Economic Development: a survey". *The Journal of Development Studies*, vol. 34, nº 5, pp. 1-51.

SMERAL, E., WITT, S.F. AND WITT, C.A. (1992). "Econometrics forecasts: tourism trends to 2000". *Annals of Tourism Research*, vol. 19, nº 3, pp. 450-466.

SMITH, A. (1987). *Riqueza das Nações*. 2ª Edição Portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

SOUSA, A. (1998). *Introdução à gestão: uma abordagem sistémica*. Editorial Verbo. 7ª Reimpressão. Lisboa.

SPEAKMAN, C. (2005). "Tourism and Transport: future prospects". *Tourism and Hospitality Planning and Development*, vol. 2, nº 2, pp. 129-135.

STEAD, S.M. (2005). "Changes in Scottish Coastal Fishing Communities: understanding socio-economic dynamics to aid management, planning and policy". *Ocean & Coastal Management* (48), pp. 670-692.

SUND, K.J. (2006). "The Geographical Concentration of Hotels in Switzerland and the Industry Life Cycle". *Tourism and Hospitality Planning & Development*, vol. 3, nº 1, pp. 1-18.

SWANSON, K. K. AND HORRIDGE, P.E. (2006). "Travel motivations as souvenir purchase indicators". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 671-683.

TOH, R.S., KHAN, H. AND KOH, AI-JIN (2001). "A Travel Balance Approach for Examining Tourism Area Life Cycles: the case of Singapore". *Journal of Travel Research* (39), pp. 426-432.

TOH, R.S., RIVERS, M.J. AND LING, T.W. (2005). "Room occupancies: cruise lines out-do the hotels". *Hospitality Management* (24), pp. 121-135.

TOOMAN, L.A. (1997a). "Applications of the lifecycle model in tourism". *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 1, pp. 214-234.

TOOMAN, L.A. (1997b). "Multipliers and Life Cycles: a comparison of methods for evaluating tourism and its impacts". *Journal of Economic Issues*, vol. 31, nº 4, pp. 917-932.

TREMBLAY, P. (1998). "The economic organization of tourism". *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 4, pp. 837-859.

URTASUN, A. AND GUTIÉRREZ, I. (2006). "Tourism agglomeration and its impact on social welfare: an empirical approach to the Spanish case". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 901-912.

UYSAL, M. AND CROMPTON, J.L. (1985). "An Overview of Approaches Used to Forecast Tourism Demand". *Journal of Travel Research*, vol. 23, nº 4, pp. 7-15.

UYSAL, M., CHEN, J.S. AND WILLIAMS, D.R. (2000). "Increasing state market share through a regional positioning". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 89-96.

VANHOVE, N. (2005). *The economics of tourism destinations*. Elsevier. Oxford.

WALL, G. (1982). "Cycles and Capacity: incipient theory or conceptual contradiction". *Tourism Management*, vol. 3, pp.188-192.

WALLE, A.H. (1997). "Quantitative versus Qualitative Tourism Research". *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 3, pp. 524-536.

WEAVER, D. (2002). "Asian ecotourism: patterns and themes". *Tourism Geographies* 4 (2), pp.153-172.

WEAVER, D.B. (2000). "A broad context model of destination development scenarios". *Tourism Management*, vol. 21, pp. 217-224.

WELLS, W. AND G. GUBAR (1966). "The Life Cycle Concept in Marketing Research". *Journal of Marketing Research*, vol. 3, pp.355-363.

WETZEL, K.R. AND WETZEL, J.F. (1995). "Sizing the earth: recognition of economic carrying capacity". *Ecological Economics* (12), pp. 13-21.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. http://pt.wikipedia.org.

WILLIAMS, A.M. AND HALL, C.M. (2000). "Tourism and Migration: new relationships between production and consumption". *Tourism Geographies* 2 (1), pp. 5-27.

WILSON, K. (1998). "Market / Industry confusion in tourism economic analyses". *Annals of Tourism Research*, vol. 25, nº 4, pp. 803-817.

WITT, S.F. AND WITT, C.A. (1995). "Forecasting Tourism Demand: a review of empirical research". *International Journal of Forecasting* (11), pp. 447-475.

WONG, J-Y, AND YEH, C. (2009). "Tourist hesitation in destination decision making". *Annals of Tourism Research*, vol. 36, nº 1, pp. 6-23.

WTO (Jun/2006). Resultados preliminares dos primeiros quatro meses de 2006.http://www.world-tourism.org/newsroom/Releases/2006/july/middleeast.html.

WTO (Oct/2007). "Climate Change and Tourism: responding to global challenges". Summary Report. UNWTO, UNEP and WMO.

XIAO, H. AND SMITH, S.L.J. (2005). "Case studies in tourism research: a state-of-the-art analysis". *Tourism Management*, vol. 27, pp. 738-749.

XIAO, H. AND SMITH, S.L.J. (2006). "The Making of Tourism Research: insights from a Social Sciences Journal". *Annals of Tourism Research*, vol. 33, nº 2, pp. 490-507.

YESAWICH, P.C. (1984). "A Market-Based Approach to Forecasting". *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, vol. 25, nº 3, pp. 47-53.

YOON, Y, AND UYSAL, M. (2005). "An examination of the effects of motivation and satisfaction on destination loyalty: a structural model". *Tourism Management*, vol. 26, pp. 45-56.

ZHONG, L., DENG, J. AND XIANG, B. (2008). "Tourism development and the tourism area life-cycle model: a case study of Zhangjiajie National Forest Park, China". *Tourism Managemen*t, vol. 29, pp. 841-856.